

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP/UFAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

ARQUIVOS E MEMÓRIAS DE CHUMBO: A TRAJETÓRIA DE EGYDIO
SCHWADE E AS TENSÕES FORJADORAS DO(S) NOVO(S) INDIGENISMO(S)
(1972-1980)

TIAGO FONSECA DOS SANTOS

MANAUS/AM
Novembro de 2024

TIAGO FONSECA DOS SANTOS

ARQUIVOS E MEMÓRIAS DE CHUMBO: A TRAJETÓRIA DE EGYDIO
SCHWADE E AS TENSÕES FORJADORAS DO(S) NOVO(S) INDIGENISMO(S)
(1972-1980)

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História – Instituto de
Filosofia, Ciências Humanas e Sociais
da Universidade Federal do Amazonas à
obtenção do título de Doutor em
História, na área de concentração
História Social

Orientador: Prof. Dr. Júlio Cláudio da Silva

MANAUS/AM
Novembro de 2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Santos, Tiago Fonseca dos
S237a Arquivos e memórias de chumbo: a trajetória de Egydio Schwade e as tensões forjadoras do(s) novo(s) indigenismo(s) (1972-1980) / Tiago Fonseca dos Santos . 2024
338 f.: 31 cm.

Orientador: Julio Claudio da Silva
Tese (Doutorado em História - Cultura e Representações) - Universidade Federal do Amazonas.

1. História oral. 2. Ditadura militar. 3. Indigenismo. 4. Amazônia. 5. Egydio Schwade. I. Silva, Julio Claudio da. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

TERMO DE APROVAÇÃO

TIAGO FONSECA DOS SANTOS

Arquivos e memórias de chumbo: a trajetória de Egydio Schwade e as tensões forjadoras do(s) novo(s) indigenismo(s) (1972-1980)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas à obtenção do título de Doutor em História, na área de concentração História Social.

Linha: Cultura e Representações

Orientador: Prof. Dr. Júlio Cláudio da Silva

Data: 07/11/2024

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Júlio Cláudio da Silva (PPGH/UFAM) – Orientador/Presidente

Prof^a. Dr^a. Samantha Viz Quadrat (UFF)

Prof. Dr. João Marinho da Rocha (UEA)

Prof. Dr. Davi Avelino Leal (PPGH/UFAM)

Prof. Dr. Glauber Cícero Ferreira Biazzo (PPGH/UFAM)

Tamos acostumado a sofrer, a morrer e a brigar. Aquele entusiasmo a gente tem que dar para outros. Certas tribos começam a pensar que é melhor do que outra. Minha reserva tá lá legalizada, se eu fosse pensar só em mim, não taria aqui. Temos que ser todos unidos. Nós vamos morrer mesmo, mas vamos morrer lutando prá conservar o que é nosso. Txibae Ewororo, VIII Assembleia de Chefes e Representantes Indígenas, abril de 1977

“Por que kamña matou kiña?” [A ditadura militar e o genocídio do povo Waimiri-Atroari]

Para Cléia, Fernando e Naily.
À memória de Jandira e Joaquim.

AGRADECIMENTOS

À realização desta pesquisa a colaboração de Egydio Schwade fez-se fundamental. A sua disponibilidade em conceder entrevistas, a indicação de pessoas, documentos e bibliografias; e o acesso aos documentos arquivados na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ) foram imprescindíveis. Agradecimentos extensíveis a Teresinha Weber, grande figura do indigenismo e das causas sociais; e, também, à família Schwade, pela acolhida: Luizinho, Marcos Ajuri, Maurício Adu, Mayá Regina e Tiago Maiká.

Ao prof. Dr. Júlio Cláudio da Silva, pela orientação dedicada na trajetória desta pesquisa, pelo convite a projetos acadêmicos e conversas sempre pertinentes. Aos membros da banca, pela leitura atenta e críticas fundamentais para lapidar a narrativa histórica, prof. Dr. Davi Avelino e prof. Dr. Glauber Biazzo, da Universidade Federal do Amazonas; prof. Dr. João Marinho da Rocha, da Universidade do Estado do Amazonas; e profa. Dr^a. Samantha Quadrat, da Universidade Federal Fluminense.

Aos colegas da Universidade do Estado do Amazonas, do Centro de Estudos Superiores de Tefé, em especial do Colegiado do Curso de História da UEA. Também aos técnicos-administrativos, Sara Souza, Orenice Aparício, Nonato Souza, Maria dos Anjos, Davi Ramos. E, da UFAM, Jailson Soares Mota.

Aos estudantes do curso de História, pelo incentivo. Aos demais integrantes da comunidade acadêmica.

Ao programa de Gratificação de Produtividade Acadêmica, pelo apoio em dois dos quatros anos da realização da pesquisa.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em História, do mestrado e do doutorado, pelas trocas acadêmicas.

Às equipes da Biblioteca Pública do Amazonas, do Cimi Norte I, da Casa da Cultura do Urubuí, do Memorial do Legislativo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, do projeto Memórias Reveladas, do Centro de Referência Virtual Indígena, do Arquivo Nacional e aos participantes da Comissão Nacional da Verdade. Marcelo Zelic, incansável lutador pelos direitos humanos e a preservação e publicização dos documentos referentes aos anos de chumbo, falecido no transcurso da pesquisa: Zelic, presente!

Por último mas não menos importante, a Nailly Paiva; seu carinho, cuidado e companheirismo são fundamentais para tornar a realidade mais suave. E, aos meus pais, Cléia Fonseca e Fernando Santos, pela educação e o incentivo.

RESUMO

Ao longo dos últimos anos os estudos sobre a ditadura militar no Brasil se intensificaram, se especializaram e diversificaram seus problemas de pesquisa. Em relação à Amazônia e à agência dos missionários progressistas ainda existem lacunas historiográficas. Neste sentido, a presente pesquisa tem por objetivo analisar o processo de construção da memória por Egydio Schwade, importante indigenista brasileiro, cofundador da Operação Anchieta (OPAN) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI); os conflitos entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o CIMI; e a vigilância empreendida pelo Estado brasileiro sobre o movimento indígena e o movimento indigenista progressista. A trajetória de Egydio Schwade e a documentação coligida a partidos dos temas recorrentes das entrevistas permitem compreender a evolução da noção de indigenismo e perceber a emergência de um movimento pan-indígena, protagonista das disputas por direitos, por sua autonomia e à valorização de suas culturas.

PALAVRAS-CHAVE: História Oral; Ditadura Militar; Indigenismo; Amazônia; Egydio Schwade

ABSTRACT

In the last years studies on the military dictatorship in Brazil have diversified their research problems. There are still historiographical gaps regarding the Amazon and the agency of progressive missionaries. This research aims to analyze Egydio Schwade's narrative, important indigenist, co-founder of Operação Anchieta (OPAN) and Conselho Indigenista Missionário (CIMI). The conflicts with the Fundação Nacional do Índio (Funai) and the CIMI. Also the surveillance undertaken by the Brazilian State over the indigenous movement and the progressive indigenous movement. Your trajectory and the documentation collected based on the recurring themes of the interviews allow us to understand the evolution of indigenismo, perceive the emergence of a pan-indigenous movement, protagonist of disputes for rights, autonomy and the respect of their cultures.

KEYWORDS: *Oral History; Military Dictatorship; Indigenism; Amazon; Egydio Schwade*

RESUMEN

En los últimos años, los estudios sobre la dictadura militar en Brasil intensificaron, especializaron y diversificaron sus problemas de investigación. En relación con la Amazonía y la agencia de los misioneros progresistas, todavía existen brechas historiográficas. En este sentido, la presente investigación tiene como objetivo analizar el proceso de construcción de la memoria de Egydio Schwade, resaltado indigenista brasileño, cofundador de la Operação Anchieta (OPAN) y del Conselho Indigenista Missionário (CIMI); los conflictos entre la Fundação Nacional do Índio (Funai) y el CIMI; y la vigilancia ejercida por el Estado brasileño en contra del movimiento indígena y el movimiento indígena progresista. La trayectoria de Egydio Schwade y la documentación basado en temas recurrentes de las entrevistas permiten conocer la evolución de la noción de indigenismo y percibir el surgimiento de un movimiento panindígena, protagonista de disputas por sus derechos, autonomía y respecto de sus culturas.

PALABRAS CLAVE: *Historia oral; Dictadura Militar; Indigenismo; Amazonía; Egydio Schwade*

SIGLAS E ABREVIATURAS

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
ABS – Agência de Brasília do Serviço Nacional de Informações
AC – Agência Central do Serviço Nacional de Informações
ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural
ACB – Ação Católica Brasileira
ACE – Arquivo Cronológico de Entrada
ACG – Agência Campo Grande do Serviço Nacional de Informações
ACISO – Ações Cívico Sociais
AI – Ato Institucional
AIB – Ação Integralista Brasileira
AJABAG – Ajudância Autônoma de Barra do Garças
AJACRE – Ajudância do Acre
AMA – Agência Manaus do Serviço Nacional de Informações
AMAN - Academia Militar das Agulhas Negras
ANAI – Associação Nacional de Apoio ao Índio
ASI – Assessoria de Segurança e Informações
ASP – Agência São Paulo do Serviço Nacional de Informações
BACG – Base Aérea de Campo Grande
BDTD – Banco Digital de Teses e Dissertações
CACUÍ – Casa da Cultura do Urubuí
CAN – Correio Aéreo Nacional
CEB – Comunidades Eclesiais de Base
CELAM – Conselho Episcopal Latino-americano
CEMDP – Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos
CEN – Congresso Eucarístico Nacional
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha
CGII – Coordenação Geral de Índios Isolados
CGI – Comissão Geral de Investigações
CI – Centro de Informações
CIE – Centro de Informações do Exército
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CISA – Centro de Informações da Aeronáutica
CMA – Comando Militar da Amazônia
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPI – Conselho Nacional de Proteção aos Índios
CNV – Comissão Nacional da Verdade
COAMA – Coordenação da Amazônia
CODEARA – Companhia de Desenvolvimento do Araguaia
COMAR – Comando Aéreo Regional
CPDOC/FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRB – Conselho de Religiosos do Brasil
CRIC – Conselho Regional Indígena do Cauca (Colômbia)
CTL – Centro de Treinamento de Líderes
CSN – Conselho de Segurança Nacional

DGO – Departamento Geral de Operações
DGPC – Departamento Geral de Planejamento Comunitário
DGPI – Departamento Geral de Patrimônio Indígena
DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DPF – Departamento de Polícia Federal
DR – Delegacia Regional
DSI – Divisão de Segurança e Informações
ENRN – Estação Naval do Rio Negro
FAB – Força Aérea Brasileira
FAWA – Frente de Atração Waimiri-Atroari
FSESP – Fundação de Serviço Especial de Saúde Pública
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GETSOP – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná
GT – Grupo de Trabalho
GREQUI – Grupo de Estudos da Questão Indígena
GRIN – Guarda Rural Indígena
IBEC – Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IGRA – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
JCB – Juventude Católica Brasileira
JEC – Juventude Estudantil Católica
JFC – Juventude Feminina Católica
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
LDB – Levantamento de Dados Biográficos
LSN – Lei de Segurança Nacional
MAREWA – Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari
MCI – Movimento Comunista Internacional
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEVA – Missão Evangélica da Amazônia
MIA – Missão Anchieta
MINTER – Ministério do Interior
MNTB – Missão Novas Tribos do Brasil
MPU – Ministério Público da União
MRE – Ministério das Relações Exteriores
NAGO – Núcleo da Agência de Goiânia do Serviço Nacional de Informações
NC – Nada consta
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN – Operação Bandeirante
ONG – Organização Não Governamental
OPAN – Operação Anchieta
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PF – Polícia Federal

PI – Posto Indígena
PIN – Plano de Integração Nacional
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMMT – Polícia Militar do Mato Grosso
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PP – Partido Progressista
PQARA – Parque Indígena do Araguaia
PT – Partido dos Trabalhadores
PUC – Pontifícia Universidade Católica
QG – Quartel General
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso Ciência
SEDOC – Serviço de Documentação da Igreja Católica
SI – Seção de Informações
SIL – *Summer Institute of Linguistics*
SISNI – Sistema Nacional de Informações
SNAM – Secretariado Nacional de Atividades Missionárias
SNI – Serviço Nacional de Informações
SPI – Serviço de Proteção ao Índio
SPILTN – Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia
STF – Supremo Tribunal Federal
SUCAM – Superintendência de Campanhas
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento do Amazonas
SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus
TAC – Termo de Ajuste de Conduta
TFP – Tradição, Família e Propriedade
TI – Terra Indígena
UA – Universidade do Amazonas
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UNB – Universidade de Brasília
UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1: Anotações do III Treinamento e a Assembleia da OPAN 215

IMAGEM 2: Anotações no I Seminário Funai/Missões Religiosas 224

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
CAPÍTULO 1. SOBRE OS INÍCIOS: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS MEMÓRIAS POR EGYDIO SCHWADE	28
1.1 - DAS NARRATIVAS SOBRE A(S) ALTERIDADE(S)	35
1.2 - DA TRAJETÓRIA MISSIONÁRIA.....	52
CAPÍTULO 2. O INDIGENISTA E A POLÍTICA INDIGENISTA OFICIAL	81
2.1 - AS NARRATIVAS DE SI E AS NARRATIVAS SOBRE A <i>CONTESTAÇÃO DAS VELHAS ESTRUTURAS</i>	83
2.2 - O CONTEXTO DA EMERGÊNCIA DO <i>NOVO INDIGENISMO</i>	107
2.3 - A CONSOLIDAÇÃO DO MOVIMENTO DOS INDÍGENAS	127
CAPÍTULO 3. ARQUIVAMENTO DE SI, ARQUIVAMENTO DO INDIGENISMO	174
3.1. - AS EXPERIÊNCIAS NO <i>OÁSIS QUE ACOLHE OS DESTROÇOS DE UMA INJUSTA AGRESSÃO</i>	186
3.2. - NAS PEGADAS DO INDIGENISTA: OS REGISTROS DAS ANDANÇAS..	210
CAPÍTULO 4. APURAR E INFORMAR: AS TENSÕES FORJADORAS DO(S) NOVO(S) INDIGENISMO(S)	248
4.1 - OS CONFLITOS ENTRE A FUNAI E O CIMI.....	253
4.1.1 - A RENOVAÇÃO DO INDIGENISMO NA IGREJA CATÓLICA E O DEBATE DA POLÍTICA INDIGENISTA OFICIAL	264
4.1.2 - A <i>FUNAI NÃO FOI CONVIDADA ET MESMO QUE TIVESSE NÃO PARTICIPARIA DE REUNIÃO CIMI: A RUPTURA ENTRE AS INSTITUIÇÕES INDIGENISTAS</i>	292
4.2 - O PE. EGYDIO SCHWADE SOB A MIRA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA	304
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	320
FONTES E REFERÊNCIAS.....	326

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nos últimos anos os temas relacionados à Amazônia, aos povos indígenas e ao desenvolvimento sustentável ganharam amplo destaque no campo científico em diferentes áreas do conhecimento, bem como na imprensa nacional e internacional. Partindo deste pressuposto, o estudo do complexo processo contemporâneo de colonização da Amazônia em perspectiva histórica pode trazer uma importante contribuição para a compreensão da formação da região. Além disto, em termos historiográficos, ainda existem lacunas sobre os anos de chumbo;¹ isto possibilita um manancial investigativo. Especificamente em relação à atuação dos missionários ligados ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI)² e dos órgãos de segurança do governo militar, ainda são incipientes as pesquisas³ na região amazônica.

Em relação à memória e à História, com os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), novos documentos referentes ao período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) vieram à tona. No cinquentenário do golpe (2014) e do Ato Institucional nº 5⁴ – AI 5 (2018) uma série de publicações deram novo fôlego às discussões sobre o tema e lançaram luz em questões ainda não aprofundadas. No Amazonas, o Comitê da Memória, Verdade e Justiça, lançou ainda em 2012, o *1º Relatório do Comitê Estadual da Verdade – O genocídio do povo Waimiri-Atroari*, um minucioso retrato dos conflitos em função da implantação dos grandes projetos da ditadura militar em âmbito local.⁵

¹ César Augusto Queirós (UFAM) vem indicando os desdobramentos locais do período, apontando assim, caminhos para novas pesquisas; e, ao mesmo tempo, destaca as disputas pela memória sobre a ditadura militar ainda estão em aberto. Além disso, reiterou há muito a se pesquisar sobre os impactos do regime na região e alerta à persistência de uma crença generalizada do estado não ter sofrido com a repressão, a censura e o autoritarismo.

² A pesquisa no Banco Digital de Teses e Dissertações (BDTD) indicou os trabalhos no campo do indigenismo no contexto da ditadura militar são ainda incipientes. E, também, o surgimento nos últimos anos uma nova leva de pesquisadores se debruçando sobre este e temas correlatos. Tal afirmação é possível com a constatação de que a maioria das dissertações e teses foi publicada a partir do ano 2000. A busca de pesquisas que citam nos títulos e assuntos sobre os missionários indica poucos resultados; sobre o Conselho Indigenista Missionário, 20 pesquisas; sobre a Funai, cerca de 200 trabalhos; sobre o Serviço Nacional de Informações, 4 trabalhos; sobre a Operação Anchieta, 2 trabalhos sobre o período contemporâneo. Vale destacar, a busca por menções ao nome de Egydio Schwade não encontrou nenhum resultado no título dos trabalhos; e, no item assunto, também não houve resultado. Sobre a expressão “novo indigenismo”, também não obteve resultados.

³ Maria Cecília Simões entrevistou 11 missionários do CIMI-Leste com o objetivo de analisar as características das identidades católicas. Maria Cecília dos Santos Ribeiro Simões. *Identidade e militância no CIMI: um estudo sobre a identidade dos missionários do CIMI-Leste*. Juiz de Fora, 2010. p. 234. Tese de Doutorado em Ciência da Religião. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

⁴ BRASIL, R. F. do. Ato Institucional n. 5 (AI-5). Acervo, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 394–402, 2014. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/484>.

⁵ Vale destacar, a elaboração desse material contou com a participação ativa de Egydio Schwade, a partir do extenso trabalho junto aos Waimiri-Atroari e da construção de um vigoroso acervo. As informações

Egydio Schwade dedica-se ao indigenismo desde 1963, quando começou a atuar como missionário na Missão Anchieta (MIA), no Centro Educacional em Utiariti, no interior do Mato Grosso.⁶ Ainda estudante de Filosofia, se deparou com a catequização dos indígenas migrantes dos seus territórios para receber uma educação assentada em valores ocidentais, na transferência para Cuiabá ou Campo Grande, ou outra cidade em expansão naquele momento.⁷ De formação jesuíta foi missionário, padre, candidato a prefeito e a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e tem graduação em Filosofia e Teologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em São Leopoldo/RS. Reside no estado do Amazonas desde meados de 1980, primeiro em Itacoatiara e, depois, em Presidente Figueiredo.

Ao longo de sua trajetória Egydio Schwade construiu vasta experiência junto aos povos indígenas e aos movimentos populares. Acompanhou de perto as frentes de expansão da colonização recente na região amazônica, no contexto do Plano de Integração Nacional, do Plano Nacional de Desenvolvimento⁸ e da Doutrina de Segurança Nacional. Tal contexto faz parte dos desdobramentos dos projetos econômicos da ditadura militar, objeto da atenção de autores como Alfredo Wagner Berno de Almeida (1993); Darcy Ribeiro (1968); Edilson Martins (1978); Shelton Davis (1978); Berta Becker (1982); Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1987; 1988); Gerd Kohlhepp (2002); Carlos Walter Porto Gonçalves (2006; 2012); Gilberto de Souza Marques (2007; 2019); Fernando Henrique Cardoso & Geraldo Müller (2008); Iane Batista (2016); e, Rubens Valente (2017). O chamado *milagre econômico brasileiro* (1968 a 1973) significou um impulso no fluxo de capitais à Amazônia. Como destacou Alfredo Wagner Almeida, os conflitos agrários se intensificaram na região, apesar de certa diplomacia formal entre a Igreja Católica e o Estado.⁹ A memória privilegiada de

desse relatório, inclusive, foram incorporadas ao volume II do Relatório da Comissão Nacional da Verdade, publicado em 10 de dezembro de 2014.

⁶ O Estatuto do Índio foi instituído pela lei Nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973.

⁷ Tiago Maiká Müller Schwade. *O indigenista e o indigenismo*. Vidas que falam. José Ricardo Wendling e Cristiane Silveira (Org.). Manaus: Valer, 2018.

⁸ O PND contou com duas etapas: I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974) e do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Para o aprofundamento dos projetos para a Amazônia Cf., Iane Maria da Silva Batista. *A natureza nos planos de desenvolvimento da Amazônia (1955 -1985)*. 2016. 369 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

⁹ Alfredo Wagner Berno de Almeida. *Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social – Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.

Egydio Schwade permite tecer narrativas com a descrição de importantes fatos da década de 1970. Tudo isto, justifica a relevância social e acadêmica da investigação de sua trajetória, de seu processo de construção de memória e do arquivamento de si por entre elaborado, tendo em vista se tratar de um protagonista daquele cenário de profundas transformações na Amazônia.¹⁰

Outrossim, em que medida o processo de construção de memória empreendido por Egydio Schwade, o arquivamento de si e, por conseguinte, do indigenismo, por ele presidido, permite recuperar aspectos da história da emergência de um novo indigenismo? A partir de sua narrativa é possível identificar as tensões entre as políticas indigenistas percebidas na atuação de um missionário no interior da própria Igreja Católica, no Conselho Indigenista Missionário, em contraste com as práticas da Fundação Nacional do Índio e de outras instituições de Estado? Neste contexto, em síntese, a presente tese tem como objetivo analisar, a partir do processo de construção da memória e do arquivamento de si protagonizado por Egydio Schwade, a sua trajetória missionária e a atuação como indigenista a fim de compreender o processo de renovação no campo do indigenismo no período de 1972 a 1980, bem como os conflitos proeminentes no espaço público entre as duas principais instituições indigenistas da época, a Fundação Nacional do Índio e o Conselho Indigenista Missionário.

A pesquisa se dedicou à análise da emergência de um *novo indigenismo* na década de 1970, a partir da criação da Fundação Nacional do Índio (1967)¹¹ e da organização do Conselho Indigenista Missionário (CIMI),¹² entidade ligada à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB),¹³ em 1972. No período analisado

¹⁰ A partir das fontes e dos referenciais teóricos coligidos emerge uma importante constatação; até o presente momento o enfoque da narrativa sobre o processo de renovação do indigenismo está centrado em figuras masculinas. Contudo, a Operação Anchieta, o Conselho Indigenista Missionário e as organizações não-governamentais posteriormente organizadas em apoio à causa indígena contaram com a dedicação de inúmeras mulheres. Muitas missionárias, religiosas ou leigas, voluntárias na área da saúde, professoras, antropólogas, jornalistas, etc. deram significativa contribuição para o indigenismo e suas trajetórias propiciaram importantes pesquisas para a história da Amazônia contemporânea; dentre elas, Doroti Müller Schwade, Edna Damasceno, Juracilda Veiga, Marlene Castro Ossami de Moura, Rosa Maria Monteiro, Sílvia Bonotto, Tarcísia Schwade e Teresinha Weber.

¹¹ A Fundação Nacional do Índio foi criada em 05 dezembro de 1967 pela lei Nº5.371 em substituição ao extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

¹² Boletim do Conselho Indigenista Missionário, nº 01, 01 de setembro de 1972.

¹³ Ainda de acordo com Carlos Fico: “Os religiosos e os jovens eram inimigos diletos do regime militar, *et pour cause* da comunidade de informações. A alta hierarquia católica, depois do apoio inicial ao golpe de 64, horrorizou-se com os “excessos”, isto é, com a tortura e o assassinato de presos políticos oriundos da classe média e das elites intelectuais. Em função disso, posicionou-se contra a Ditadura Militar, sobretudo a partir do momento em que membros do clero foram atingidos por medidas de repressão”.

deve-se considerar o impacto das resoluções do Concílio Vaticano II (1962-1965), da morte do Papa João XXIII (1958-1963) e do seu sucessor, Paulo VI (1963-1978) e a ascensão de um pontífice com perfil conservador, João Paulo II (1978-2005).¹⁴ E, também, da sucessão presidencial na Confederação dos Bispos do Brasil com a vitória de Aloísio Lorscheider (1971-1979) para suceder o conservador Agnelo Rossi (1964-1971), e, depois, Ivo Lorscheider (1979-1987), ambos não adesistas ao regime militar. Os desdobramentos políticos da Guerra Fria chegaram à América do Sul, ao Brasil e bateram às portas da Igreja Católica. Para Alfredo Wagner, após o primeiro momento de simpatia ao regime, significativos grupos no interior da Igreja procuraram manter-se em uma posição crítica e equidistante face à ação repressiva dos aparelhos de poder e à oposição armada ao regime.¹⁵

No campo do indigenismo, vale lembrar, a Fundação Nacional do Índio substituiu o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em função da reorganização administrativa conduzida pelos militares. Para Antonio Carlos de Souza Lima, no início dos anos 1960, os etnólogos integrantes do *Conselho Nacional de Proteção aos Índios* teriam buscado construir um conjunto de princípios para uma política indigenista cientificamente orientada, contudo, o órgão indigenista criado pelos militares em 1967 desconsiderou as orientações científicas e adotou exclusivamente como doutrina o controle geopolítico do território nacional.¹⁶ A crise na instituição indigenista governamental remonta à década anterior, como argumentou João Gabriel Ascenso: “O caráter rondoniano, de base positivista e pretensamente humanitária, perdia força, com o próprio Rondon e seus colaboradores mais imediatos se encontrando em idade avançada”.¹⁷ Naquele momento os quadros técnicos foram afastados, dando lugar a pessoas do meio castrense ou a ele ligadas. O órgão indigenista foi extinto após escândalos de corrupção, conivência com a exploração da fauna e flora, esbulho das terras, casos de corrupção e de violências diversas contra os indígenas mapeados e

Carlos Fico. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 22.

¹⁴ O Papa João Paulo I permaneceu no cargo por 33 dias, entre 3 de setembro e 28 de setembro de 1978.

¹⁵ Alfredo Wagner Berno de Almeida. *Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social – Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.

¹⁶ Antonio Carlos de Souza Lima. *Um Grande Cerco de Paz*. Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

¹⁷ João Gabriel da Silva Ascenso. *“Como uma revoada de pássaros”*: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, 2021. p. 391: il. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 21.

publicizados pelo Relatório Figueiredo¹⁸ em 1967.¹⁹ Segundo Elias Bigio, a Funai, desde sua criação em dezembro de 1967 até julho de 1983, foi “[...] presidida unicamente por militares, exceção a um curto período, de 15/03/79 a 31/10/79, em que ocupou esse cargo o engenheiro Ademar Ribeiro Silva, ex-diretor geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER”.²⁰

Nos anos seguintes, tanto a Funai como o CIMI, se tornaram as principais instituições em ação no campo do indigenismo e, por isto, tal enfoque. Para tamanha empreitada, o trabalho conta com dois blocos de fontes para investigar a renovação do indigenismo no período da ditadura militar. A primeira parte da tese, dividida em dois capítulos, tem como eixo principal as entrevistas realizadas com Egydio Schwade, importante indigenista brasileiro, hoje com 89 anos e residente no município de Presidente Figueiredo/AM.²¹ A segunda parte, conta com outros dois capítulos,

¹⁸ Sobre esta importante investigação sobre os povos indígenas Cf. Álvaro Ricardo de Souza Cruz. *Relatório Figueiredo: genocídio brasileiro*. Rio de Janeiro: Lumina Juris, 2018; e Talita Gama de Magalhães. *O Relatório de Jäder de Figueiredo, memórias, a violação dos direitos indígenas e a ditadura civil-militar no Amazonas (1962-1968)*. 2020. 109 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2020.

¹⁹ Elias dos Santos Bigio. *Programa(s) de índio(s): falas, contradições, ações institucionais e representações sobre índios no Brasil e na Venezuela (1960-1992)*. Tese de doutorado. Brasília: UnB, 2007, p. 23 e ss.

²⁰ Elias dos Santos Bigio. *A ação indigenista brasileira sob influência militar e da Nova República (1967-1990)*. Revista de Estudos e Pesquisas FUNAI, Brasília, v. 4, n. 2, p. 13-93, dez. 2007, p. 25.

²¹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 28 de janeiro de 2022. Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 04 de fevereiro de 2022. Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 11 de fevereiro de 2022. Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, 18 de fevereiro de 2022. Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, 03 de junho de 2022. Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 22 de junho de 2022. Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 19 de setembro de 2022. Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, 05 de dezembro de 2022. Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022. Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 12 de janeiro de 2023. Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 14 de janeiro de 2023. Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 21 de janeiro de 2023. Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 28 de janeiro de 2023. Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, 06 de fevereiro de 2023. Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 05 de abril de 2023. Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, 01 de junho de 2023. Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 27 de junho de 2023. Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 02 de setembro de 2023. Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 27 de setembro de 2023. Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 04 de outubro de 2023.

elaborados a partir da análise da documentação escrita referente a temas relacionados Egydio por nas entrevistas; os documentos estão custodiados na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ) e no acervo privado da família Schwade em Presidente Figueiredo; dos acervos disponíveis no Centro de Referência Virtual Indígena; e, no Arquivo Nacional.²²

O recorte cronológico de 1972 a 1980 se deu pelo fato de considerar eventos de destaque para o tema em estudo. Em 1972 ocorreu a fundação do Conselho Indigenista Missionário; já o ano de 1980 foi intenso politicamente para Egydio Schwade. O indigenista participou do *Tribunal Russell* em Roterdã, na Holanda; da organização das atividades dos povos indígenas para o encontro com o papa João Paulo II em sua visita a Manaus no final de junho; e, entre os dias 10 a 12 dezembro, participou da assembleia dos povos indígenas na aldeia Simão, reserva do Andirá, dos Saterê-Maué. No ano de 1980 também foi marcado por seu afastamento do Secretariado Executivo do CIMI e decidiu se fixar no Amazonas, no município de Itacoatiara, onde passou a participar dos movimentos populares locais e a estudar sistematicamente os Waimiri- Atroari. Eventos estes presentes nas memórias do indigenista, aos quais rememora com frequência nas conversas, entrevistas e em textos por ele publicados.

Apesar do recorte inicial da tese ser o ano de 1972, por se tratar de um trabalho de cunho biográfico, se faz necessário, estabelecer um recuo cronológico às décadas anteriores, a fim de recuperar aspectos de sua formação familiar, educacional, como missionário jesuíta, a fim de compreender aspectos das suas origens e a formação de Egydio Schwade enquanto indigenista. Da mesma forma, nos capítulos dois e três busca-se na década de 1960 traços da historicidade das mudanças da noção de indigenismo, através dos documentos elaborados e por ele arquivados. Contudo, o enfoque em sua atuação se refere à década de 1970, momento no qual atuou como Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), isto lhe permitiu uma experiência nacional no diagnóstico das condições de vida, na mobilização e na articulação da ação política dos povos indígenas na disputa pelos territórios e a

²² As buscas por documentos no Arquivo Nacional com estas palavras-chaves, a título de exemplo, permitem encontrar 39 pastas e dossiês em um volume total de quase 1300 páginas. Sobre Egydio Schwade, são 153 pastas; sobre o padre Antônio Canuto, 21 pastas; sobre Dom Pedro Casaldáliga, 74 pastas; Frei Betto, 22 pastas; Dom Moacyr Grechi, 152 pastas; Padre Antônio Iasi Júnior, 80 pastas; Ivo Poletto, 46 pastas; Dom Tomás Balduino, 122 pastas; Antônio Carlos Moura, 22 pastas; Padre Rodolfo Lunkenbein, 5 pastas, João Bosco Burnier, 21 pastas; e, sobre o Padre Francisco Jentel, 41 pastas. Já sobre a Operação Anchieta são 103 pastas e sobre o Conselho Indigenista Missionário, 274 pastas. Se o critério de busca fosse apenas a menção aos nomes, por certo, o número de pastas seria multiplicado.

regularização das terras indígenas; além disso, participou ativamente da formação de missionários leigos e religiosos, em uma perspectiva ecumênica, integrantes dos projetos da Operação Anchieta (OPAN)²³ e do próprio CIMI.²⁴

Tal movimento da pesquisa foi importante para perceber a mudança na forma de pensamento e ação pelo missionário. Ao longo da década de 1960, Egydio Schwade esteve vinculado à Missão Anchieta²⁵ e sua ação e suas reflexões tinham orientação mais próxima à educação jesuítica. A dedicação à causa indígena foi construída ao longo da sua formação em Filosofia (1960-1962) e em Teologia (1966-1969) processo onde passou a conviver com os indígenas, primeiro no Mato Grosso, no Centro Educacional, em Utiariti e em Diamantino, no Lar do Menor. E, posteriormente, em suas viagens exploratórias pelo norte do Rio Grande do Sul juntamente com Thomaz Aquino Lisboa. Depois de várias entrevistas, inclusive, chegou a mencionar que o trabalho na Missão Anchieta estava de acordo com as expectativas da Funai, pois era orientado pelo viés assimilacionista, pela doutrinação, perspectivas as quais passou a criticar sistematicamente a partir de 1967 em sua formação no Cristo Rei em São Leopoldo/RS e em 1969 com a criação da Operação Anchieta (OPAN).²⁶

As entrevistas foram realizadas ao longo dos últimos dois anos, perfazendo um total de vinte e uma. A documentação da CACUÍ já conta com parte digitalizada disponível na plataforma do Centro de Referência Virtual Indígena; outra parte foi digitalizada e está disponível em um *drive* da instituição; outra parte da documentação foi digitalizada por este pesquisador e dispõe daqueles documentos considerados pessoais por Egydio Schwade, os quais contemplam o período compreendido entre 1960 e 1980. No Centro de Referência Indígena são centenas de documentos; no *drive* da CACUÍ são cerca de 2000 documentos, principalmente recortes de jornais, relatórios e documentos oficiais; a documentação considerada pessoal por Egydio conta com quase 5000 páginas, entre diários, cartas, relatórios e recortes de jornais. Já o material

²³ No dossiê do Serviço Nacional de Informações a data de fundação é 06 de fevereiro de 1969; no Macaxeira, periódico da organização, nº 19, de maio de 1976, a data indicada foi 09 de fevereiro de 1969. Atualmente é chamada Operação Amazônia Nativa.

²⁴ Eduardo Gomes da Silva Filho. *Egydio Schwade: um intelectual a serviço dos índios*. Canoa do Tempo, 10(1), 176-197, 2018.

²⁵ A Missão Anchieta foi um instrumento pastoral ligado aos jesuítas sediado em Diamantino, no Mato Grosso, a partir de 1925.

²⁶ Segundo Maria Dolores Campos Rebollar: “A OPAN surgiu em 1969 como uma das primeiras ONGs indigenistas do País, ao amparo da Igreja Católica, que inovava ressignificando o sentido do que fosse evangelização, à luz do Vaticano II e da II e III Conferência Episcopal latino-americana”. Maria Dolores Campos Rebollar. *O indigenismo alternativo dos anos 1970-2000: processos formativos na Operação Amazônia Nativa (OPAN)*. Cuiabá: EdUFMT, 2016, p. 13.

selecionado no Arquivo Nacional gira em torno de 10 mil documentos, separados em 66 pastas temáticas diferentes.

Dada a possibilidade de contar com um importante testemunho daqueles anos a partir da mirada de um dos protagonistas, através de entrevistas produzidas a partir da metodologia da História Oral merece destaque. Para isto, autores como Alberti (2004; 2008; 2013); Araújo (2012); Bourdieu (2006); D'Araújo (1998); Dosse (2020; 2022); Ferreira (2002); Freitas (2006); Gomes (1996); Leal (2006); Levi (2006); Meihy (2005); Meihy & Holanda (2007); Pollak (1989; 1992); Portelli (1997; 2016); Rodeghero (2009); Rodrigues de Oliveira (2020); Rollemberg (2007); Santhiago (2022); Schmidt (1996; 2003; 2006; 2014; 2017); Silva (2011; 2017; 2023); e Thompson (1992; 2009) constituem importante aporte. A História Oral como metodologia de pesquisa possibilita ao pesquisador construir fontes históricas através de entrevistas orientadas por um projeto de pesquisa a fim de registrar experiências e testemunhos de sujeitos históricos contemporâneos ou partícipes dos fenômenos históricos investigados. As relações entre a memória e a história são objeto de longa e profunda discussão epistemológica. Como salientou Sônia Maria de Freitas, a História Oral não é sinônimo de história de vida. Ao mesmo tempo a ideia de História Oral como arte da escuta (Portelli, 2016) é bastante significativa. Em função das características do colaborador, na esteira das proposições de Ângela de Castro Gomes (1996), Egydio Schwade pode ser considerado uma espécie de guardião da memória sobre o indigenismo católico progressista.

Em relação ao período em destaque, pode-se considerar ponto pacífico entre os pesquisadores o impacto das proposições e as transformações decorrentes do Concílio Vaticano II (1962-1965).²⁷ Tal assertiva pode ser observada em Ascenso (2021); Beozzo (2005); Bicalho (2012); Brighenti (2012); Gomes (2014); Melo (2020); Rebollar (2016); Rufino (2002; 2006); Serbin (2001; 2008); Suess (1989); e, Teixeira (2008). A problematização da tradição e da formação clássica denotou a emergência do indivíduo, entendido como ser social; não mais submetido a uma disciplina irrestrita e limitadora, mas de um sujeito político, partícipe das questões econômicas, políticas,

²⁷ Para um aprofundamento à realização do evento Cf. Giuseppe Alberigo. *O Concílio Vaticano II (1962-1965)*. História dos Concílios Ecumênicos. São Paulo: Paulus, 1995; e, à participação do episcopado brasileiro Cf. José Oscar Beozzo. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II (1959-1965)*. São Paulo – Editora: Paulinas; 2005. Cf. Rodrigo Coppe Caldeira. *Os baluartes da tradição: a antimodernidade católica brasileira no Concílio Vaticano II*. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Programa de Pós Graduação em Ciência da Religião. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2009.

sociais e culturais do seu tempo. A realização do Concílio Vaticano II pode ser entendida para o Brasil, sinteticamente, uma reação às disputas por fiéis com as religiões protestantes; como reposicionamento das relações do clero com a maçonaria e as religiosidades de matriz africana; e, como o resultado da percepção por parte da igreja romana da necessidade de atualização às questões do século XX, marcado por profundas transformações.²⁸ Nos anos 1970, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil já se mostrava mais conectada aos problemas sociais espacialmente localizados e concretos.²⁹

Em termos conceituais, em relação ao *indigenismo*, temos uma miríade de definições.³⁰ Apesar desta polifonia, alguns pontos convergentes permitem a inteligibilidade do processo de renovação deste campo na segunda metade do século XX. Antonio Carlos de Souza Lima o define como um conjunto de ideias e práticas relativas às maneiras de inserção e o tratamento dispensado pelo Estado no processo de incorporação dos povos indígenas às sociedades nacionais, nos moldes ocidentais.³¹ Tais medidas práticas podem ser apreendidas na política indigenista incidentes nas populações indígenas.³² Manuela Carneiro da Cunha sublinhou ser uma elaboração ativa articulando práticas sociais às cosmologias com situações específicas.³³ Segundo Stephen Baines, o indigenismo praticado pela Fundação Nacional do Índio junto aos Waimiri-Atroari pode ser considerado um *indigenismo empresarial* (1993). Carlos Benítez Trinidad (2017) se refere ao indigenismo praticado pelo governo como *indigenismo militar*. Henry Albert Yukio Mähler-Nakashima (2022) categorizou o praticado pela Funai como *indigenismo estatal*. Já sobre o indigenismo praticado pelo setor progressista da Igreja Católica, para Marcos Rufino (2002), trata-se do

²⁸ Cf. Kenneth Serbin. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; Scott Mainwaring. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

²⁹ Alfredo Wagner Berno de Almeida. *Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social – Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1993).

³⁰ Cf. Maria Manuela Carneiro da Cunha. *Cultura com aspas: e outros ensaios*. São Paulo: Cosac & Naify, 2009; Antonio Carlos de Souza Lima. *Um Grande Cerco de Paz*. Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995; e, Alfredo Wagner Berno de Almeida. *Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social – Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1993).

³¹ Antonio Carlos de Souza Lima. *Um Grande Cerco de Paz*. Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

³² *Idem*.

³³ Maria Manuela Carneiro da Cunha. *Cultura com aspas: e outros ensaios*. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

indigenismo missionário católico heterodoxo. Poliene Bicalho (2010) fala em *indigenismos*. Segundo Maria Dolores Campos Rebollar (2016), *indigenismo alternativo*. Para Carlos Benítez Trinidad (2017), *indigenismo libertador*. Ana de Melo (2020), por sua vez, não utilizou adjetivos, citando apenas *indigenismo*. Diego Omar da Silveira o define como *indigenismo religioso* (2024). Egydio Schwade o denomina *indigenismo encarnado*. Segundo Maria Dolores Campos Rebollar “[...] falar de indigenismo, seja este oficial ou não, é falar da relação direta com os povos indígenas no Brasil, ou seja, com culturas, valores, lógicas, economias, sistemas de produção, filosofias, cosmologias, relações etc., muitos diferentes das nossas”.³⁴ Além disto, muitas questões estão em aberto, pois são “[...] povos que sofreram historicamente uma colonização violenta e que, permanentemente, até os dias de hoje estão acorrentados à cela da subalternidade”.³⁵ Uma ressalva importante em relação ao indigenismo missionário é o fato de não ser homogêneo; as diferentes confissões religiosas e as diferentes congregações tinham objetivos e ações distintas. Além disto, nem mesmo no interior da Igreja Católica havia consenso na agenda da Pastoral Indigenista. Na avaliação de Egydio Schwade, em termos práticos, isto implicava em uma divisão e até mesmo sobreposição do trabalho pastoral. No noroeste do Mato Grosso, atuavam missionários claretianos, salesianos e jesuítas. O trabalho não coordenado trazia dificuldades, por exemplo, atender um povo localizado na outra margem do rio, pois “deveria” ser atendido por outra ordem religiosa. Por isto, para a menção ao indigenismo em renovação sob a influência do Vaticano II faz-se necessário estabelecer um recorte, nominando-o indigenismo missionário católico progressista ou *indigenismo progressista*, para distinguir daquelas missões com orientação ortodoxa, assentadas na perspectiva da missão catequética, ocupadas da evangelização dos indígenas.

Pesquisadores como Ascenso (2021); Baniwa (2007); Benítez (2017); Bicalho (2012); Brighenti (2012); Gomes (2014); Heck (1996); Martins (2010); Melo (2020); Monteiro (2022); Moura (2021); Pereira (2017); Pereira (2021); Rebollar (2016); Rufino (2002; 2006); Silva (2017); Silva (2020); Suess (1989); Teixeira (2008); Tomal (2018); Trinidad (2017); e, Vieira (2019) avaliam a década de 1970 como um período de significativas mudanças no campo do indigenismo. Em se tratando da complexa problemática da emergência deste *novo indigenismo* e sua relação com as políticas

³⁴ Maria Dolores Campos Rebollar. *O indigenismo alternativo dos anos 1970-2000: processos formativos na Operação Amazônia Nativa (OPAN)*. Cuiabá: EdUFMT, 2016, p. 32.

³⁵ *Idem*.

oficiais para a questão indígena deve-se levar em consideração os diferentes atores sociais.³⁶ A investigação permitiu perceber diversos grupos, bem como o surgimento de novos, desenvolvendo ações indigenistas. Por isto, se poderia falar em *indigenismos*. Em relação a esta perspectiva, Poliene Bicalho considera em um cenário de disputas político-ideológicas diferentes perspectivas de indigenismo foram elaborados “[...] de acordo com as relações entre alteridade e uniformidade; e entre etnia e nacionalidade. Nesse sentido, o Indigenismo se apresenta como discurso permeado de relações de poder e dominação que ultrapassam as definições fechadas e lineares do mesmo”.³⁷ As fontes evidenciam significativas diferenças entre a prática indigenista da Fundação Nacional do Índio e a dos missionários católicos; mas estes não constituíam um bloco homogêneo em pensamento e ação. Na cúpula militarizada da Funai o pensamento hegemônico era o da assimilação aos valores ocidentais o mais rapidamente possível; nas bases, vários colaboradores, sertanistas e antropólogos tinham uma visão mais ligada à valorização e ao respeito da diversidade cultural. Por outro lado, havia missionários, dentre os católicos, conservadores e outros progressistas, aqueles inspirados no Concílio Vaticano II. Também atuavam na região amazônica outras confissões religiosas, como protestantes, de diferentes igrejas. Muitas delas tinham uma concepção ortodoxa da ação missionária e, por isto, sua diretriz era a evangelização dos povos indígenas. Entre as mais destacadas estão o *Summer Institute of Linguistics* (SIL), Movimento Novas Tribos do Brasil (MNTB), Missão Evangélica da Amazônia (MEVA), a missão da Assembleia de Deus, Asas do Socorro, entre outras. Outra

³⁶ O prof. Alfredo Wagner analisou em profundidade as relações e as tensões entre a Igreja Católica e o Estado, no período da ditadura militar, na região amazônica: “A relativa mobilidade no sistema de relações sociais, dificultando a mediação tradicional dos poderes locais; o estoque de terras disponíveis; a fragilidade da estrutura sindical com a proeminência dos denominados “posseiros”; a presença do Estado considerada “fraca” e a recorrência de tensões sociais e conflitos violentos intrínsecos à ocupação de novos territórios propiciaram condições, na Amazônia, ao florescimento da mediação perpetrada pelas instituições religiosas. As prelazias, em decorrência, como se observará adiante, reavaliaram seus trabalhos no sentido de redefinir a ação missionária tradicional. Neste momento a Amazônia só parecia interessar aos movimentos de oposição armada, enquanto “área estratégica” onde desenvolviam operações clandestinas com fins de ação guerrilheira e não exatamente de “trabalhos de massa”. O campesinato era representado como uma infantaria potencial da guerrilha e sua adesão exaltada, por um lado, num certo fanatismo, e por outro, paradoxalmente, visto com alguma “suspeição estratégica”, isto é, incapaz de combater com firmeza sem a orientação transformadora do proletariado urbano e industrial [...] O relativo menosprezo mantido por tais organizações ao campesinato foi suprido, de certo modo, pelas instituições religiosas, sem que elas próprias imaginassem os resultados e as implicações disto sobre suas formulações futuras e sobre sua estrutura funcional”. Alfredo Wagner Berno de Almeida. *Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social – Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1993, p. 41-2.

³⁷ Poliene Soares dos Santos Bicalho. *Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos* (1970-2009). Universidade de Brasília, 2010, p. 148.

questão importante, nem toda a atividade pastoral das diferentes congregações se dedicavam aos povos indígenas. Muitas igrejas restringiam sua atuação ao meio urbano, desconsiderando a existência dos povos da floresta nas comunidades interioranas.

Outra dimensão importante para este trabalho é a historiografia sobre a ditadura militar. Nos últimos anos a expressão ditadura civil-militar popularizou-se; alguns pesquisadores também têm utilizado *empresarial-militar*.³⁸ Buscam acentuar, acertadamente, a participação de grupos civis e empresariais³⁹ na organização e na execução do golpe militar de 1964 e do decorrente regime.⁴⁰ Contudo, para esta pesquisa, devido à ocupação dos postos de poder e da tomada de decisões por parte dos militares, optou-se por ditadura militar, em consonância com o proposto por Carlos Fico⁴¹ no livro *Como eles agiam – Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*: “o movimento foi indubitavelmente militar e, por isso mesmo, a solução dos problemas viria *manu militari*”.⁴²

Em relação à comunidade de informações, pode-se considerar o Sistema Nacional de Informações (SISNI) uma complexa e capilarizada estrutura institucional com o objetivo de trabalhar as informações e as contrainformações de interesse ao Estado. Andrade (2014); Cepik (2003); Fico (2001; 2008); Gomes (2014); Prado (2017); Quadrat (2011; 2012); Resende (2013); e Trinidad (2017; 2018) têm contribuído para o detalhamento do aparato repressivo. A Fundação Nacional do Índio no período dos anos de chumbo foi amplamente militarizada,⁴³ tanto pela lotação de militares nos cargos como pela criação de instituições como a Assessoria de Segurança e Informações (ASI) e o Departamento Geral de Operações (DGO). A própria presidência da fundação

³⁸ Em relação ao golpe de 1964, Juremir Machado da Silva utiliza a expressão *golpe midiático-civil-militar*.

³⁹ O estudo da responsabilidade de grandes grupos empresariais por apoio aos crimes contra a humanidade perpetrados durante a ditadura militar ganhou impulso com o projeto financiado pelo Ministério Público Federal com recursos do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) do processo contra a Volkswagen do Brasil. O projeto intitulado *A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura*, organizado pelo Centro de Antropologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/UNIFESP), conta com a participação de grupos de pesquisa de universidades do Brasil e do exterior. Para acesso ao relatório:

Cf.: https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/CAAF/Empresas_e_Ditadura/InformePublico.pdf

⁴⁰ A Agência Pública elaborou uma série de reportagens especiais sobre o tema:

<https://apublica.org/especial/as-empresas-cumplices-da-ditadura-militar/>

⁴¹ Para aprofundar a discussão Cf. Carlos Fico. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004 e *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

⁴² Carlos Fico. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 22.

⁴³ Egon Dionisio Heck. *Os índios e a caserna: políticas indigenistas dos governos militares, 1964-1985*. Universidade Estadual de Campinas, 1996.

foi ocupada majoritariamente por militares durante o período.⁴⁴ Além disso, a Fundação passou a contar com uma estrutura que privilegiava a exploração econômica das terras indígenas, através do Departamento Geral de Patrimônio Indígena (DGPI), como nos lembra Ieda de Melo Carvalho: “[...] incentivava e coordenava projetos de desenvolvimento, com a exploração dos recursos naturais (minérios e madeira). As ações de ocupação, integração e desenvolvimento, segundo os interesses no poder, causaram forte impacto nas comunidades indígenas”.⁴⁵ Para Carlos Benítez Trinidad a Funai foi organizada para atender os objetivos econômicos do governo militar.⁴⁶

A partir dos temas apresentados por Egydio nas entrevistas e os documentos a eles referentes localizados nos diferentes arquivos, a análise empreendida possibilitou estruturar a tese da seguinte maneira: o primeiro capítulo intitulado *Sobre “os inícios”: o processo de construção das memórias por Egydio Schwade* conta com a análise das narrativas referentes ao convívio familiar, a escola primária e elementos da construção da alteridade. A primeira seção *Das narrativas sobre a(s) alteridade(s)* buscou organizar informações das suas origens, o convívio familiar e memórias da infância e da juventude. Já a segunda, *Da trajetória missionária*, se dedicou a compreender a sua formação escolar e sacerdotal e a aproximação ao indigenismo ao longo dos anos 1960.

O capítulo 2, *O indigenista e a política indigenista oficial*, discutiu a participação de Egydio Schwade em um processo de avaliação do trabalho das missões religiosas católicas e a renovação da noção de indigenismo ao longo da década de 1970. São duas seções: a primeira, *Narrativas de si, narrativas sobre a contestação das velhas estruturas* discute a sua aproximação ao grupo de indigenistas progressistas no seio da Igreja Católica no processo de renovação da política indigenista desta instituição e a criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). A segunda, *O contexto da emergência do novo indigenismo*, tem como tema a realização das Assembleias dos Chefes Indígenas, as assembleias do Conselho Indigenista Missionário e a criação das suas seções regionais, entendidos como importantes fóruns para a problematização da política indigenista oficial. A seção seguinte *A consolidação do movimento dos indígenas* tratou do amadurecimento da organização dos indígenas e do fortalecimento

⁴⁴ Elias dos Santos Bigio. *A ação indigenista brasileira sob influência militar e da Nova República* (1967-1990). Revista de Estudos e Pesquisas FUNAI, Brasília, v. 4, n. 2, p. 13-93, dez. 2007.

⁴⁵ Ieda Marques de Carvalho. *O CIMI e sua assessoria aos movimentos indígenas*. Tellus, ano 2, n. 2, abr. 2002, p. 142.

⁴⁶ Carlos Benítez Trinidad. *La conquista sin fin. Tradición militar e indigenismo en el siglo XX brasileño*. Acervo, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1-17, maio/ago. 2021.

da agenda da ala progressista do Conselho Indigenista Missionário. Naquele momento, Egydio Schwade contribuiu com o indigenismo e o movimento indígena, seja pela articulação das assembleias dos povos indígenas, pela mobilização e apoio para a organização das seções regionais do CIMI ou ainda na formação de missionários leigos e católicos, em perspectiva ecumênica, através das atividades da Operação Anchieta e do Conselho Missionário.

O terceiro capítulo denominado *Arquivamento de si, arquivamento do indigenismo* tem como corpus documental principal, mas não exclusivo, parte do acervo custodiado pela Casa da Cultura do Urubuí. A parte do capítulo, se dedicou a temas da década de 1960 e foi intitulada 3.1. *As experiências no oásis que acolhe os destroços de uma injusta agressão*.⁴⁷ A expressão foi registrada no verso da capa de um dos diários e parece sintetizar a percepção do indigenismo ortodoxo desenvolvido pela Missão Anchieta no Centro Educacional de Utiariti, no Mato Grosso; Egydio a ele se refere como internato e teve suas atividades encerradas pelo Padre Thomaz Lisboa, em um dos exemplos de renovação do indigenismo no seio da Igreja Católica. Na seção 3.2. *Nas pegadas do indigenista: os registros das andanças*, foram trabalhadas informações da atuação indigenista de Egydio Schwade, a partir dos seus diários, cartas, anotações e relatórios ao longo dos anos 1970. Mais uma vez foi incontornável estabelecer uma digressão aos anos 1960 em função da documentação ilustrativa da mudança de concepção em relação ao trabalho indigenista e as primeiras articulações a fim de propor uma renovação no trabalho missionário no contexto da Igreja Católica.

O quarto capítulo *Apurar e informar: as tensões forjadoras dos novo(s) indigenismo(s)* explorou nos documentos custodiados pelo Arquivo Nacional e pelo Centro de Referência Virtual Indígena os conflitos entre a Fundação Nacional do Índio e o Conselho Indigenista Missionário, tensão esta compreendida como central para o entendimento da configuração de diferentes perspectivas de indigenismo, a executada pelo governo e a missionária, também chamada alternativa. Em *Os conflitos entre a Funai e o Cimi* conta com duas unidades, a 4.1.1 - *A renovação do indigenismo na Igreja Católica e o enfrentamento da política indigenista oficial* aborda as primeiras escaramuças entre a Fundação Nacional do Índio e o Conselho Indigenista Missionário e a 4.1.2 - *A Funai não foi convidada et mesmo que tivesse não participaria de reunião*

⁴⁷ Dentre os registros, em uma caderneta, foi localizada a expressão utilizada para denominar esta seção, do ano de 1962, onde o noviço sistematizou *a posteriori* as impressões do local onde passou vários anos no educandário.

*Cimi: a ruptura entre as instituições indigenistas*⁴⁸ analisou a intensificação dos conflitos e a ruptura interinstitucional em dezembro de 1976. Da relação entre as duas instituições indigenistas surgiu a complexificação da política indigenista e a “evolução” da noção de indigenismo. Esta perspectiva avança uma importante mudança na década de 1970 e, por isto, passou a ser uma das variáveis principais da análise desta pesquisa. A seção 4.2 – *O Pe Egydio Schwade sob a mira dos órgãos de segurança* se detém aos documentos dos órgãos de segurança para compreender a vigilância empreendida ao missionário em foco.

Os resultados da pesquisa geradora desta tese parecem indicar ao longo da década de 1970, gradualmente, iniciou-se um processo de fortalecimento das instituições, da resistência democrática e o antagonismo às políticas arbitrárias; o indigenismo, em particular, transformou-se substancialmente. Representantes dos povos indígenas passaram a se articular e também nasceram instituições não-indígenas de apoio à sua causa. Lentamente começou a acontecer o esgotamento da popularidade dos presidentes militares e a sociedade civil passou a pressionar pela retomada do Estado democrático de direito. As denúncias de violação dos direitos humanos passaram a figurar na opinião pública, as crises econômicas não mais se podiam camuflar e, ainda, a euforia do pretense milagre econômico começou a esvaír. Em meados da década a contestação ao governo militar corria no meio social. A distensão alegada pelos militares deixou de ser uma promessa e passou a ser um projeto. No mundo e no Brasil a sociedade estavam mudando substancialmente; e, com o indigenismo, não seria diferente.

⁴⁸ BRASIL. Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Nacional do Índio (ASI/FUNAI). Informação Nº 130/ASI/76. 22 de julho de 1976. Arquivo Nacional.

CAPÍTULO 1. SOBRE OS INÍCIOS: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS MEMÓRIAS POR EGYDIO SCHWADE

A partir das vinte e uma entrevistas realizadas com Egydio Schwade foi possível observar o seu processo de construção de memórias.⁴⁹ Tal processo não pode ser considerado fenômeno exclusivamente individual, como problematizaram Halbwachs (1990) e Pollak (1992). A sua narrativa presente, ao avaliar, em retrospecto, fatos ocorridos há algumas décadas, é atravessada por dinâmicas posteriores aos eventos narrados, ressignificando, em parte, aquelas experiências. As narrativas do colaborador focalizam a aproximação ao campo do indigenismo, a participação em importantes eventos e reuniões, a colaboração na organização das assembleias dos povos indígenas e a renovação do indigenismo no âmbito da Igreja Católica, principalmente na organização da Operação Anchieta (OPAN) e na estruturação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Em razão disto, o presente capítulo tem por objetivo compreender a sua formação enquanto missionário e indigenista, a fim de identificar em sua trajetória sua aproximação e dedicação à causa dos povos indígenas. Contudo, para perceber aspectos da sua constituição como sujeito, fez-se necessário recuar cronologicamente e buscar informações sobre o ambiente familiar, o processo de escolarização e sua formação como seminarista, filósofo e teólogo.

Como mencionado, para a produção, a organização e o tratamento das fontes orais a pesquisa buscou referências em Alberti (2004; 2008; 2013); Araújo (2012); Bourdieu (2006); D'Araújo (1998); Dosse (2020; 2022); Ferreira (2002); Freitas (2006); Gomes (1996); Halbwachs (1990); Leal (2006); Levi (2006); Meihy (2005); Meihy & Holanda (2007); Pollak (1989; 1992); Portelli (1997; 2016); Rodeghero (2009); Rodrigues de Oliveira (2020); Rollemberg (2007); Santhiago (2022); Schmidt (1996; 2003; 2006; 2012; 2014; 2017); Silva (2011; 2017; 2023); e Thompson (1992; 2009). O fato de focalizar a ação de um indivíduo em particular poderia ensejar certa desconexão

⁴⁹ Como mencionado, foram realizadas 21 entrevistas, totalizando aproximadamente 26 horas; contaram com a gravação do áudio e estão transcritas. Em função da pandemia de COVID-19, as primeiras entrevistas precisaram esperar um pouco. Não havendo alternativa à necessidade de isolamento social, as cinco primeiras foram realizadas de maneira remota. No total são 10 entrevistas presenciais e 11 remotas; a maioria delas tem cerca de 60 minutos. Quatro delas, presenciais, tem aproximadamente 120 em minutos, cada. Nelas Egydio detalhou a sua atuação como Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário e a organização das assembleias dos povos indígenas. Algumas entrevistas tiveram temas exclusivos, por exemplo, a sua infância, a criação da Operação Anchieta, a participação na organização do Conselho Indigenista Missionário e a elaboração do *Y-Juca Pirama – O índio, aquele que deve morrer*, em 1973. Em linhas gerais, as entrevistas contam com uma parte sobre os fenômenos históricos do período/contexto estudado e, também, a análise empreendida pelo colaborador questões políticas contemporâneas.

com a dimensão social, como sublinhou Bourdieu (2006) em *A ilusão biográfica*. A hipótese compartilhada por Giovani Levi (2006) na mesma coletânea é de suma importância para a clareza em relação às perspectivas, às escalas e uma possível absolutização por ocasião de uma vida destacada, possivelmente considerada exemplar. Ao mesmo tempo, vale salientar, a construção da memória é individual, contudo, uma elaboração influenciada pela coletividade (Halbwachs, 1990). O risco das explicações monocausais e lineares paira a produção da escrita biográfica. Benito Schmidt (1996; 2003; 2006; 2012) analisou o interesse contemporâneo da utilização da biografia pelos historiadores e debateu a intrincada relação entre a biografia e a História. Apesar da retomada do gênero, o mesmo não tem nada de novo. A sua renovação não eximiu os seus praticantes de “[...] enfrentar problemas antigos e recentes que dizem respeito à disciplina histórica como um todo: a relação entre indivíduo e sociedade, entre unidade e fragmentação, entre narração e explicação, entre outros”.⁵⁰ O debate típico e basilar da sociologia investiga a relação entre o indivíduo e o meio social do qual faz parte; a sua ação individual e as ações coletivas; a expressão da liberdade e as limitações impostas pelos determinismos; a individualidade e as estruturas sociais; entre outras.⁵¹ Estas dimensões e dualidades são fundamentais para compreender o papel do sujeito e as relações estabelecidas em sociedade, de tal maneira a refletir sobre as ações baseadas no estabelecido e as ações baseadas na liberdade de escolha, em um campo de possibilidades.

Benito Schmidt há alguns anos vêm se debruçando sobre as discussões das relações entre a biografia histórica e a História. Em uma série de artigos analisou as diferentes apropriações do gênero biográfico na história, buscando evidenciar o contemporâneo afastamento da produção clássica, marcada pelo privilégio aos “grandes homens”, da “história mestra da vida” ou ainda, daquelas biografias com objetivos morais, exemplos a serem seguidos. Segundo o pesquisador, recentemente, os biógrafos têm se dedicado a explorar os espaços de liberdade do indivíduo diante dos sistemas normativos. Ao buscar compreender a história pelas margens, através dos desviantes, intentam responder, ainda que parcialmente, uma questão central: “[...] qual é a nossa possibilidade de individuação, de criatividade, de intervenção no curso dos

⁵⁰ Benito Schmidt. *História e Biografia*. In: Novos domínios da história. (Org.) Ciro Flamarion Cardoso & Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 204.

⁵¹ Benito Schmidt. *História e Biografia*. In: Novos domínios da história. (Org.) Ciro Flamarion Cardoso & Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

acontecimentos?”.⁵² Igualmente importante, o alerta de Júlio Cláudio da Silva; na esteira das discussões sobre a ilusão biográfica e a relação entre memória, identidade e projeto, ao pesquisar a trajetória de atrizes negras aponta à necessidade de investigar o meio social dos/as colaboradores/as biografados/as, afim de perceber o contexto histórico do qual fazem parte. Na tese *Em Relações raciais, gênero e memória: a trajetória de Ruth de Souza entre o Teatro Experimental do Negro e o Karamu House (1945-1952)* [2011] e no recente livro *Entre Mira, Serafina, Rosa e Tia Neguita: a trajetória e o protagonismo de Léa Garcia* (2023) salientou a utilização de diferentes tipologias documentais além das fontes orais; advertiu à impossibilidade de isolar a trajetória do biografado em um encadeamento fático com uma lógica própria em uma sucessão de acontecimentos históricos coerentes; a relação entre a memória pública e o arquivamento de si protagonizado pelos colaboradores; e o compromisso ético com a biografia de pessoas vivas.⁵³ ⁵⁴ Não menos importantes são as advertências de Gilberto Velho (1994), ao recuperar aspectos do contexto histórico no qual age o indivíduo é preciso estar atento ao horizonte de possibilidades.

A narrativa elaborada por Egydio Schwade traz poucos elementos pessoais e privilegia a ação política; isto ocorre, em parte, por ter se dedicado integralmente à mobilização de leigos, religiosos e dos próprios indígenas em prol da causa indígena. Da sua trajetória se pode explorar importantes aspectos para a compreensão das suas transformações em âmbito pessoal, mas também das complexas mudanças no indigenismo, em particular, e da sociedade, em geral. A dimensão pessoal, de foro privado, quando mencionada, demanda atenção por parte do pesquisador. Um

⁵² Benito Schmidt. *Biografia e regimes de historicidade*. Métis: História & Cultura, 2003, p. 69.

⁵³ Cf. *Relações raciais, gênero e memória: a trajetória de Ruth de Souza entre o Teatro Experimental do Negro e o Karamu House (1945-1952)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2011. *Uma estrela negra no teatro brasileiro: relações raciais e de gênero nas memórias de Ruth de Souza (1945-1952)*. Manaus: Editora UEA, 2017; e, *Entre Mira, Serafina, Rosa e Tia Neguita: a trajetória e o protagonismo de Léa Garcia*. Manaus: Editora UEA, 2023.

⁵⁴ Com o mesmo percurso metodológico, dois trabalhos foram agraciados com o Prêmio de Melhor Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH/UFAM). Cf. César Aquino Bezerra. *Da Pensilvânia ao Amazonas: a trajetória missionária de Clinton Benjamin Thomas e a Igreja de Cristo em Urucará (1954-1970)*. Manaus, EDUA; São Paulo, Alexa Cultural. 2024; e, Michele Pires Lima. *Senhoras do Tempo: cotidiano, trabalho e ativismos de travestis e transexuais em Manaus (1992-2019)*. Manaus, EDUA; São Paulo, Alexa Cultural. 2024. Ambos pesquisadores estão aprofundando suas investigações no doutoramento no mesmo programa; outros dois trabalhos de grande relevância seguem o mesmo caminho: *Mãe Poderosa: representações de gênero e poder na trajetória política de dona Maria da Conceição Silva (1980-1990)*, de Geize Vieira de Almeida; e, *Gênero e poder político na Parintins de 1964 e 1974: o feminismo as relações de gênero e o poder na trajetória política de Geminiana Bringel*, de Roger Kenned Repolho de Oliveira. Os trabalhos contam com a orientação do Prof. Dr. Júlio Cláudio da Silva.

compromisso ético se impõe; algumas informações com caráter íntimo não fazem parte da narrativa ora elaborada.

Michael Pollak no amplamente citado *Memória e Identidade Social* trouxe uma importante contribuição para o debate em relação à dimensão social da memória. Para o sociólogo a memória é construída, fruto de uma criteriosa seleção; também se apresenta como uma estratégia importante na dialética relação entre a memória e o esquecimento. A memória, além de subjetiva e seletiva, é uma construção social. Nos conflitos entre o real e a projeção, entre a imagem e a transferência, entre o vivido e a construção do personagem; a memória é “[...] um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade”.⁵⁵ A distinção entre a memória individual e a memória coletiva ressalta a dimensão política da representação do vivido no processo de construção das identidades. Para o autor, três critérios são fundamentais para a constituição das memórias. Acontecimentos, personagens e lugares, direta ou indiretamente conhecidos influenciam como os sujeitos elaboram como imagem dos fatos socialmente referenciados.⁵⁶

No seminal *A memória coletiva* Maurice Halbwachs (1990) abriu os horizontes para a discussão das diferentes dimensões da memória no campo das ciências sociais. A distinção entre a memória individual e a memória coletiva; entre a memória autobiográfica e a memória histórica; e, entre a memória coletiva e a memória histórica tornou-se clássica. Da mesma maneira, a relação direta da memória coletiva e o tempo social, a memória coletiva e os lugares, a memória coletiva e os grupos sociais trouxe importantes reflexões para a análise das memórias e suas tensões e perspectivas no tecido social. Sobre a relação entre a memória individual e a memória coletiva, o autor ressaltou:

Se essas duas memórias se penetram frequentemente; em particular se a memória individual pode, para confirmar algumas de suas lembranças, para precisá-las, e mesmo para cobrir algumas de suas lacunas, apoiar-se sobre a memória coletiva, deslocar-se nela, confundir-se momentaneamente com ela; nem por isso deixa de seguir seu próprio caminho, e todo esse aporte exterior é assimilado e incorporado progressivamente a sua substância. A memória coletiva, por outro, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas⁵⁷

⁵⁵ Michael Pollak. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n.º 10, 1992. p. 204.

⁵⁶ *Ops cit.*, p. 202.

⁵⁷ Maurice Halbwachs. *A memória coletiva*. São Paulo. Edições Vértice, 1990, p. 53-54.

Ao tomar a memória como produto do meio social e do tempo histórico, o sociólogo ampliou a noção da representação do passado, ao incluir a dimensão coletiva da elaboração do vivido, socialmente compartilhado e representado como passado comum para uma determinada coletividade. As múltiplas influências à construção dos processos de significação do passado ajudam a pensar o lugar social ocupado pelo sujeito participante das pesquisas em História Oral, bem como este lugar social – em certa medida – coloca determinações em sua forma de apreender as experiências temporalmente localizadas no tempo passado a partir de uma experiência do presente.

A organização da produção e o arquivamento de dados a partir do processo de construção da memória por Egydio Schwade nas entrevistas buscou subsídios nos manuais de História Oral de José Carlos Sebe Bom Meihy (2005) e Verena Alberti (2013). Ambos autores concordam com a premissa da pesquisa em História Oral só pode ocorrer a partir da estruturação de um projeto de pesquisa, com a formulação de um problema. Sobre a relação entre História Oral e documento, Meihy considera: “[...] não é apenas quando os documentos inexistem ou são raros que a história oral acontece. Ela é vital também para produzir outras versões das histórias feitas com base em documentos cartoriais, consagrados e oficiais”.⁵⁸ Verena Alberti (2013) acrescentou ainda, o início do trabalho demandar uma minuciosa pesquisa sobre o tema estudado. Para a autora, “[...] a investigação exaustiva do objeto de estudo, em fontes primárias e secundárias, com o objetivo de obter uma base firme de conhecimento do tema, que garanta a qualidade dos trabalhos subsequentes”.⁵⁹ E, assim, foi feito. A menção a informações específicas nas entrevistas instigou a memória de Egydio Schwade e contribuiu para um maior detalhamento em sua narrativa.

Verena Alberti enfatiza a importância da organização do roteiro de entrevistas; classificou os roteiros em três perspectivas diferentes: a primeira, é o roteiro geral; a segunda, o roteiro individual; e, por fim, o roteiro parcial. De acordo com a autora, “[...] o primeiro deve ser elaborado após a etapa da pesquisa exaustiva sobre o tema, constituindo momento de sistematização do conhecimento adquirido e instrumento que garante a unidade de todas as entrevistas”.⁶⁰ Ainda segundo a pesquisadora, “[...] os roteiros parciais devem ser elaborados nos intervalos das sessões de cada entrevista, com base no roteiro individual e no material obtido nas pesquisas sobre o tema e sobre a

⁵⁸ José Carlos Sebe Bom Meihy. *Manual de história oral*. 5ª Ed. São Paulo. Edições Loyola, 2005, p. 28.

⁵⁹ Verena Alberti. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 2013, p. 158.

⁶⁰ *Ops cit*, p. 186.

biografia do entrevistado”.⁶¹ Para os roteiros às entrevistas com Egydio Schwade foi adotado como critério a cronologia dos eventos dos quais presenciou e participação na organização do indigenismo e do movimento indígena. Além disto, em alguns momentos a elaboração além de cronológica, foi também temática, como no caso das atividades da Pastoral Indigenista, do Conselho Indigenista Missionário e das assembleias indígenas. Assim, os roteiros parciais buscaram em sua narrativa maiores informações sobre a organização destes eventos e instituições. O objetivo foi analisar a emergência de um novo indigenismo a partir das tensões entre as políticas indigenistas percebidas na atuação do missionário no interior da própria Igreja Católica, bem como entre o Conselho Indigenista Missionário, a Fundação Nacional do Índio e outras instituições de Estado.

Além das suas vivências como missionário jesuíta próximo ao indigenismo parece relevante buscar entender elementos de sua trajetória de vida. A investigação sobre o processo de construção das memórias sobre a infância e a juventude, a vida familiar, o ingresso no seminário e sua formação teológica podem descortinar importantes informações para a compreensão da constituição do ator social Egydio Schwade. Verena Alberti sublinhou a importância da biografia do colaborador variar de acordo com os objetivos da pesquisa: “Nas entrevistas de história de vida, o estudo da biografia do entrevistado deve ser mais aprofundado, uma vez que a trajetória de vida do sujeito que constitui o objeto daquela entrevista”.⁶² A autora refletiu ainda sobre as diferentes dimensões possíveis em uma entrevista com um colaborador: “Conhecê-lo, portanto no momento da elaboração do roteiro, é essencial para cobrir exaustivamente todos os acontecimentos e as experiências do depoente”.⁶³ A realização de mais de uma entrevista com Egydio possibilitou um aprofundamento sobre os temas, bem como perceber as mudanças nas formas de apresentar a sua narrativa quando tratou o mesmo assunto mais de uma vez. Por isto, faz parte também do primeiro capítulo o estudo da sua construção de memórias referentes ao período anterior ao estabelecido como recorte cronológico desta pesquisa.

A pesquisa geradora desta tese esteve atenta não só à seleção do dito e o do não dito; mas também na possível escolha do que deve ser arquivado ou não, presidida pelo biografado. Philippe Artières discutiu a seletividade e a intencionalidade nas escolhas

⁶¹ Verena Alberti. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 2013, p. 186.

⁶² *Idem*.

⁶³ *Ops. Cit.*, p. 174.

dos registros preservados à posteridade. A construção de uma imagem de si e uma imagem pública na dinâmica produção de uma narrativa também tem relevância histórica. A todo momento as pessoas estipulam a seleção de seus registros, uma constante triagem dos papéis: “Passamos assim o tempo a arquivar nossas vidas: arrumamos, desarrumamos, reclassificamos. Por meio dessas práticas minúsculas, construímos uma imagem, para nós mesmos e às vezes para os outros”.⁶⁴ Artières (1998) salientou a dimensão autobiográfica deste processo de seleção:

Dessas práticas de arquivamento do eu se destaca o que poderíamos chamar uma intenção autobiográfica. Em outras palavras, o caráter normativo e o processo de objetivação e de sujeição que poderiam aparecer a princípio, cedem na verdade o lugar a um movimento de subjetivação. [...] Arquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência⁶⁵

Neste sentido, pode-se julgar o arquivamento de si como um constante processo de seleção das memórias e dos aspectos das experiências humanas em um trabalho deliberado de triagem para a posteridade. Além disso, nesta dimensão autobiográfica, há não só a escolha, mas também o ordenamento da narrativa. O autor elencou traços principais na construção do arquivamento de si: o desejo de tomar distância de si próprio; a prática de arquivamento é um desejo de testemunhar; uma interpelação direta e violenta ao leitor em uma tentativa de se insurgir; e, o exercício do controle na construção das memórias para demonstrar a perfeita coerência da própria existência em vista dos episódios que a compõem.⁶⁶ Em caráter conclusivo, o autor destacou: “[...] a constituição pelo indivíduo de arquivos pessoais, longe de restringir e de circunscrever, é formidavelmente produtiva. Enquanto alguns poderiam crer que essa prática participa de um processo de sujeição, ela provoca na realidade um processo notável de subjetivação”.⁶⁷

A partir desta perspectiva buscou-se analisar o processo de construção da memória por Egydio Schwade. Suas narrativas foram examinadas como elaborações contemporâneas sobre eventos por ele presenciados ou aqueles dos quais pode ter conhecimento. Nestas narrativas não apresentou os fatos objetivamente mas sim

⁶⁴ Philippe Artières. *Arquivar a própria vida*. In: Arquivos pessoais, Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), v. 11, n. 21, 1998, p. 10.

⁶⁵ *Ops cit.*, p. 11.

⁶⁶ *Idem.*

⁶⁷ Carlos Fico. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 34.

compartilhou memórias engendradas partir das dimensões individuais e coletivas em uma dinâmica por ele controlada. À construção da narrativa histórica deve-se problematizar as elaborações a fim de aproximar-se da compreensão de uma dimensão do tempo não mais possível de acessar. Através de seus testemunhos emerge a possibilidade de apreensão do que pode ter ocorrido no passado.

Para isto, perguntas orientam tais problematizações. Egydio Schwade é um homem da primeira metade do século XX; neste sentido, quais os valores culturais, políticos e econômicos faziam parte do universo de sua formação? Além disto, é descendente de migrantes; assim, quais os valores culturais dos seus antepassados ajudam a compreender a sua constituição enquanto sujeito político? Em qual medida a sua formação enquanto estudante, noviço, seminarista e padre jesuíta contribuiu para sua maneira de ser e estar no mundo? No seu processo de construção de memórias, quais aspectos permitem perceber a formação da(s) alteridade(s)? É possível identificar o que o levou a se aproximar dos povos indígenas?

A gênese da mudança na atuação do missionário é difícil precisar, contudo, pode-se considerar as experiências com o grupo de missionários da Missão Anchieta em São Leopoldo, bem como as viagens ao norte do Rio Grande do Sul e a elaboração dos artigos para o *Correio do Povo* em 1967 colaboraram fortemente para o seu amadurecimento como indigenista orientado pelos valores da diversidade cultural, da enculturação, do protagonismo, da autodeterminação e da autonomia por parte dos indígenas. Naquele momento, Egydio Schwade e Thomaz Aquino Lisboa mapearam a preocupante situação dos povos indígenas e as denúncias através da imprensa se desdobraram na realização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.⁶⁸

1.1 – DAS NARRATIVAS SOBRE A(S) ALTERIDADE(S)

Egydio Schwade nasceu no interior do Rio Grande do Sul em julho de 1935 às margens do arroio Feliz, na localidade de Alta Feliz, no hoje município de Feliz; à época, a localidade fazia parte do município de São Sebastião do Caí. Oriundo de uma família de pequenos agricultores descendentes de alemães expressou ter a vida nas

⁶⁸ Egydio Schwade. *Nas assembleias, os povos indígenas se afirmam: narrativas e testemunho de Egydio Schwade*. In.: BRIGHENTI, C. A.; HECK, E. D. (Org.). *O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. 266 p.

colônias do interior do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina um perfil político conservador e, em parte, tal perfil persistiria nos dias atuais. Acentuou o fato de o ambiente familiar e da comunidade ser marcado pela religião, principalmente católica, mas também conviveu com vizinhos evangélicos.⁶⁹ O catolicismo na família, na comunidade e na escola, em grande medida, engendrou a sua forma de ver o mundo. A religiosidade cristã fez parte de sua formação educacional, da trajetória política e das práticas de conexão com o sagrado.⁷⁰ Naqueles anos, tratava-se de um contexto onde o catolicismo recrudescia seu conservadorismo como reação à expansão do socialismo e do comunismo; poucos anos depois, já sob o Estado Novo, Vargas começou a tomar medidas para cercear os imigrantes, como a proibição de comunicação na língua nativa, certas festividades religiosas e outras manifestações culturais, a fim de assegurar a construção da brasilidade, do sentimento nacional.⁷¹

Em seus relatos frisou ter vivenciado problemas em função de sua origem étnica⁷² no contexto da Segunda Guerra Mundial.⁷³ Seus pais eram brasileiros e seus avôs tanto o paterno quanto o materno eram alemães. Migraram para o Brasil em função das transformações da estrutura fundiária na Europa na segunda metade do século XIX, por ocasião da expansão da Revolução Industrial. As suas duas avós eram brasileiras,

⁶⁹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 02 de setembro de 2023.

⁷⁰ Segundo Kenneth Serbin: “No Rio Grande do Sul, a Igreja devia sua força e caráter progressista à intensa religiosidade e à fortitude moral das colônias de imigrantes italianos e alemães. A Igreja institucional determinava o ritmo da vida no Rio Grande do Sul mais acentuadamente do que em qualquer outra região do país. Ali a fé vinculava-se ao grande orgulho conservador que os fiéis tinham por suas origens européias e por seu razoável padrão de vida, aliado a um sentimento de superioridade em relação aos afro-brasileiros e ao resto do Brasil. Temia-se transgredir os costumes e a lei de Deus. Reinava um sentimento de neocrisandade. As pessoas viam o padre como o próprio Cristo, e lhe pediam a bênção em público”. Kenneth Serbin. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 166.

⁷¹ O Decreto-lei Nº 1.545, de 25 de agosto de 1939, trata da adaptação dos imigrantes e descendentes aos valores nacionais: “Art. 1º Todos os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e as entidades paraestatais são obrigados, na esfera de sua competência e nos termos desta lei, a concorrer para a perfeita adaptação, ao meio nacional, dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Essa adaptação far-se-á pelo ensino e pelo uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum”. E, no artigo nº 15, determinou o uso da língua nacional nas instituições públicas: “É proibido o uso de línguas estrangeiras nas repartições públicas, no recinto das casernas e durante o serviço militar”. BRASIL. O Decreto-lei Nº 1.545, de 25 de agosto de 1939. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF.

⁷² O historiador René Ernaini Gertz se dedicou aos temas relacionados aos imigrantes alemães. Cf. os textos de referência: *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Mercado Aberto, 1987; *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991; e, *A Segunda Guerra Mundial nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul*. Revista Acadêmica Licencia&acturas, Ivoti, RS, v. 3, n. 2, p. 15–25, 2015.

⁷³ Cf. Eric Hobsbawm. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

também descendentes de alemães. Entre os seus doze irmãos, três faleceram ainda pequenos em decorrência de uma pandemia. No ambiente familiar se comunicavam em Alemão. As famílias do entorno também se comunicavam na mesma língua. Egydio aprendeu a Língua Portuguesa na escola, o que lhe custou alguns momentos de conflitos e intolerância, como veremos a seguir.

No processo de elaboração sobre a infância fez relação direta com o cenário político em mais de um momento: “Eu nasci lá em Feliz, numa família de agricultores, não é? [...] O que me ajudou muito assim, até hoje, principalmente na questão política, foi embora outras visões, mudaram-se os tempos, como diz o Gonçalves Dias [risos]”.⁷⁴ O contraste do vivido na infância ao desenvolvido ao longo da vida adulta elaborou uma percepção entre o conservadorismo das localidades interioranas e o liberalismo das cidades cosmopolitas em franca expansão naquele contexto de transição da composição demográfica da relação campo-cidade. A comunidade foi avaliada como “fechada”, isto é, conservadora; e, o meio urbano, como espaço propício para renovação de certos valores. O núcleo familiar naquele contexto de II Guerra Mundial recebia um periódico integralista:⁷⁵ “No chimarrão lia sempre notícias, jornal, só que era assim... tinha um jornal chamado *A Nação* – era dos integralistas. Nós recebíamos esse jornal em casa, mas ele tinha uma coisa boa que era o resumo do noticiário nacional e internacional”.⁷⁶ A argumentação de Egydio sugere a circulação de informações de orientação política conservadora no ambiente familiar; no tempo presente caracteriza o núcleo familiar também como “fechado”.⁷⁷

As suas narrativas referentes à infância estão marcadas pela convivência familiar, o trabalho e o ambiente escolar. As lembranças das brincadeiras estão direta e indiretamente ligadas aos intervalos no trabalho diário na agricultura ou ainda no dia de descanso, o domingo. Durante a semana ao meio dia enquanto os pais descansavam, era

⁷⁴ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 02 de setembro de 2023.

⁷⁵ No contexto de consolidação do fascismo após a I Guerra Mundial, no Brasil surgiu um movimento com feições autoritárias, paramilitares e cristã ortodoxa. Para maiores informações sobre os camisas-verdes Cf. Gilberto Grassi Calil. *O integralismo no processo político brasileiro – O PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa*. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005; e, Rodrigo Christofoletti. *Enciclopédia do Integralismo: o dogma do sigma*. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2021.

⁷⁶ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 02 de setembro de 2023.

⁷⁷ Sobre a imprensa integralista Cf. Rodrigo Santos de Oliveira. *Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937)*. 2009. 388 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

um momento de brincar no pomar: “A gente brincava assim, pertinho, num pomar de laranja, de bergamota/tangerina... Embaixo delas era uma sombra bonita. Depois do meio dia quando o pai e a mãe descansavam, faziam sua sesta, a gente ficava lá, né?”.⁷⁸ Já em relação aos domingos, as lembranças trazem aspectos da vida comunitária: “[...] nos domingos, a gente passava com os vizinhos. Gostávamos muito de andar de carrinho de lomba. Tinha um local muito bonito, tanto no nosso sítio como no do vizinho; final de semana era aquela barulheira dos carrinhos, né? [risos]”.⁷⁹ Outra programação da vida social dos Schwade era a participação nas missas.

Referente à produção doméstica para a subsistência, o jesuíta destacou a variedade e a abundância dos frutos da terra, dos quais vendiam apenas uma pequena parcela, principalmente alfafa: “Feliz era a capital do “ouro verde”, como se dizia. O ouro verde que era a alfafa. Eu acho que saía de lá, provavelmente, na época a cavalaria do Exército precisava muito no geral bastante da alfafa; a alfafa nós vendíamos”.⁸⁰ Além do “ouro verde” comercializavam também a cachaça. Os demais itens para a subsistência da família eram trabalhados naquela terra:

O restante... tinha de tudo. Tinha abóbora, tinha milho, batata-doce, batata inglesa, todo o tipo de agricultura. A gente comprava só praticamente o açúcar branco assim do comércio. O açúcar mascavo também se fazia lá em casa, a chimia⁸¹ [...] Então essas coisas eram todas feitas em casa para a mesa. Era muito farto. Abundante. Ninguém sabia o que era fome. Carne também. Criava porco, tinha nossas vaquinhas também. Nossa subsistência era total. O trigo também era produção de casa. Arroz. Tudo era assim de casa⁸²

A menção da produção familiar pode fazer parte do modelo explicativo para a organização social e produtiva fundamental compreendida por Egydio. Ao referenciar a produção para a subsistência, de maneira nuclear, eventualmente ancorada em mutirões, demonstra as relações pré-capitalistas, comunitárias, não impostas pela revolução verde⁸³. Já aos povos indígenas, tal fato pode expressar uma forma de resistência ao modo ocidental de organização, tanto em termos cosmológicos, culturais, ambientais e

⁷⁸ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 02 de setembro de 2023.

⁷⁹ *Idem*.

⁸⁰ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 27 de setembro de 2023.

⁸¹ Chimia é um creme pastoso típico da região sul do Brasil colonizada por alemães. A palavra foi abrigileirada. Tem origem na palavra *schmier*; em Alemão significa passar alguma coisa em outra.

⁸² Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 27 de setembro de 2023.

⁸³ O geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves analisou as transformações nas questões fundiárias, políticas econômicas e tecnológicas após a II Guerra Mundial. Cf. Carlos Walter Porto Gonçalves. *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

produtivos. Uma espécie de contraponto; uma dicotomia. Eis um importante contraste para a percepção das transformações em curso no processo de modernização e ocidentalização da porção oeste do Brasil.

Além da economia, ressaltou o papel de liderança da irmã Felicitas, como era chamada no ambiente familiar e ficaria conhecida como Tarcísia⁸⁴, na agricultura: “E quem principalmente cuidava da roça, porque o pai cuidava do alambique e a mãe mais da casa; então a principal organizadora da roça era a Tarcísia, né? Mas assim, sustentou assim a roça. Até que depois ela foi estudar em São Leopoldo”.⁸⁵ Em diferentes momentos Egydio salientou o protagonismo da irmã na gestão da agricultura e no cuidado dos irmãos. Na avaliação do colaborador, esta dedicação e liderança no ambiente familiar custou-lhe certo atraso na sua formação profissional. Também seguiu a vida religiosa, tornando-se freira.

Egydio, além de auxiliar na agricultura, por volta dos dez anos aprendeu a fazer o destilado de cana de açúcar: “O trabalho era de roça, né? Plantios, colheitas... A minha irmã, Felicitas, Felicidade, a mais velha ela que dirigia mais os roçados. Ah! Nos tínhamos o engenho de cana de açúcar. Alambique. Era no entorno disto. Eu aprendi a fazer a cachaça. Então a gente cuidava”.⁸⁶ O grau de detalhamento da atividade sugere um saber-fazer significativo para aquele menino: “Fazia a moagem de cana para colocar nas pipas onde a garapa ficava fermentando até o ponto, onde seguia para o alambique”.⁸⁷ Já sobre a engenhosidade do pai, o missionário expôs: “Fazia as moendas de cana. Tinha duas moendas. Uma essa pedra feita pelo pai. Fazia na paciência. Fez muitas aí para a região. Deve existir ainda um *pocado*. E uma outra movida que o pai fez, movida à água. Com uma roda d’água”.⁸⁸ Juntamente com o manuseio do alambique, outra atividade é significativa para o colaborador. Provocado pelas atividades desenvolvidas na infância, contestou inequivocamente: “Criação de abelhas! [...] Era uma coisa que a gente gostava”.⁸⁹ A apicultura é uma atividade desenvolvida por Egydio e sua família nos dias atuais; a família Schwade contribui para a difusão do conhecimento da cultura das abelhas na região norte.

⁸⁴ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 27 de setembro de 2023.

⁸⁵ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 02 de setembro de 2023.

⁸⁶ *Idem*.

⁸⁷ *Ibidem*.

⁸⁸ *Ibidem*.

⁸⁹ *Ibidem*.

As figuras materna e paterna também se fizeram presentes no processo de construção das memórias; tanto a mãe quanto o pai eram católicos e disciplinados em relação ao trabalho. No ambiente familiar se mostravam zelosos por apresentar aos filhos o caminho desta disciplina e de valores éticos. Com relação a Philomena⁹⁰, sua mãe, o colaborador salientou: “Eu guardo principalmente a religiosidade... Todos eles lá em casa muito ligados à Igreja Católica, né?”.⁹¹ Apesar das diferentes confissões religiosas, não havia problemas de convivência com as famílias do entorno: “[...] se dava muito bem com todas as famílias evangélicas vizinhas. A minha mãe, inclusive, ela assistia as vizinhas muitas vezes quando tinham problemas de saúde; ela sempre era chamada, tanto por católicas como por evangélicas”.⁹² Aparentemente os conhecimentos medicinais garantiu a Filomena destaque entre os comunitários pelo fato dos descendentes ainda hoje realçarem tal característica: “Assim ficou conhecida. Inclusive, ainda tem gente hoje de quando em vez fala: ‘olha, minha mãe sempre lembrava da tua mãe porque ela ajudava lá em casa’, né?”⁹³

Em relação ao pai, Augusto Schwade⁹⁴, Egydio delineou o que poderia ser considerado como engenhosidade, pelo fato de construir moinhos e engenhos de cana de açúcar; também mencionou a contribuição do pai na presidência da Caixa Econômica Rural, instituição bancária atuante na região naquela época.⁹⁵ Da narrativa ressaltam questões importantes. A atividade artesanal da elaboração dos equipamentos utilizados e a ausência do emprego de máquinas industrializadas. O ofício desenvolvido por Augusto Schwade e a sua habilidade no fabrico de ferramentas e utensílios demonstram certa autonomia em relação ao mercado naquele momento ainda não totalmente dominado por equipamentos de alta tecnologia.

Egydio assinalou, como mencionado, a religiosidade de seus pais nas entrevistas; na segunda, inclusive, narrou a família ter doado as pedras utilizadas para a construção da igreja da comunidade; o pai tirava as pedras da pedreira localizada nas terras da família: “Era uma pessoa também muito religiosa. A igreja que está lá em Alta Feliz em boa parte, as pedras, ele tirava lá de uma pedreira que era nossa e levava para a

⁹⁰ Philomena Schutz (29/11/1899-26/12/1957).

⁹¹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 27 de setembro de 2023.

⁹² *Idem*.

⁹³ *Ibidem*.

⁹⁴ Augusto Schwade (10/07/1894-27/02/1967).

⁹⁵ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 27 de setembro de 2023.

igreja que ficava a quatro quilômetros de casa”.⁹⁶ O jesuíta ponderou ainda ter sido a casa da família construída com as mesmas pedras gres.

Nas duas entrevistas quanto à sua infância deu ênfase a uma questão trágica em seu núcleo familiar, a morte de três dos seus irmãos. Apesar de não ainda não ter nascido naquele momento, para ele, trata-se de uma memória viva. Neste caso, vale lembrar, Michael Pollack (1992) apresentou três elementos constitutivos da memória individual ou coletiva, os acontecimentos vividos pessoalmente e os acontecimentos ‘vividos por tabela’; as memórias construídas por pessoas ou personagens; e os lugares.⁹⁷ Estas memórias por significativas para o núcleo familiar passaram a fazer parte das memórias de Egydio Schwade, uma memória quase herdada, como destacou Pollak. Se constituíram enquanto representação a partir das narrativas dos mais velhos, muito provavelmente a partir das memórias compartilhadas entre os membros de sua família contemporâneos à fatalidade.

Em sua narrativa citou a partida dos seus irmãos por ocasião de uma pandemia no início da década de 1930: “[...] eu era o nono dos trezes. O nono. Antes da minha irmã mais velha chegar passou uma peste na região que matou muitas crianças. E lá em casa levou três em onze dias. Foi um enorme sofrimento. Um enorme sofrimento para os pais”.⁹⁸ A temeridade de um eventual contágio fez a vizinhança se afastar: “[...] eles foram, assim, muito abandonados. Ninguém queria vir por perto. Então, o pai teve que fazer praticamente tudo; levar os filhos ao cemitério... foi um período muito doloroso”.⁹⁹ O cenário pandêmico marcou a convivência comunitária, sem contudo ferir os seus laços: “Mas o pai nunca, nem por isso, deixou de ser solidário com os vizinhos quando tinha problema de saúde”.¹⁰⁰ O lapso temporal entre a tragédia familiar, o seu nascimento e a capacidade julgamento sobre este tema sensível enseja a possibilidade de se estabelecer uma transferência, a partir dos pais.

Em outra passagem detalhou a designação do pai para combater na Primeira Guerra Mundial,¹⁰¹ pelo fato de ter se destacado quando prestou o serviço militar; nas palavras do indigenista: “Ele fez o serviço militar em Jaguarão, no Rio Grande do Sul.

⁹⁶ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 27 de setembro de 2023.

⁹⁷ Michael Pollak. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n.º 10, 1992.

⁹⁸ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 27 de setembro de 2023.

⁹⁹ *Idem*.

¹⁰⁰ *Ibidem*.

¹⁰¹ Cf. Eric Hobsbawm. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Foi o melhor no tiro. Guardou, não sei onde ficou a imagem dele, recebeu a condecoração, uma foto especial que tiraram dele como o melhor atirador. Mas daí ficou em casa. Já estava casado”.¹⁰² O missionário buscou na memória a data de nascimento do pai, contabilizou a sua idade e o possível ano de prestação do serviço militar, o que o levou a perceber a sincronia com a I Guerra Mundial: “Ele deve ter feito o serviço em 18, 17, 16... Acho que 17, por aí! É porque ele era de noventa e sete, seis sete, então deve ter sido em 1916 ou 1917. Então por aí em 17 ele foi convocado ainda”.¹⁰³ Em uma espécie de desabafo ponderou a não participação no conflito: “Mas o Brasil só entrou na guerra no final... Foi convocado, estive entre os convocados para ir. Mas graças a Deus ele não precisou ir [risos]”.¹⁰⁴ A narrativa da figura paterna foi mais extensa; nas duas entrevistas Egydio trouxe um conjunto significativo de informações referentes ao pai comparativamente à mãe.

Por volta de 1945, presenciou a prisão de um padre logo após a missa, evento para ele ainda vívido e o qual percebe de maneira cristalina: “Me lembro um fato até hoje na minha frente... Era final da Ditadura Vargas, acho que deve ser 45-46; 45, eu acho. Quando o Brasil já estava na guerra contra a Alemanha e tal. O vigário era um jesuíta austríaco”.¹⁰⁵ A prisão se deu pois o religioso no sermão: “[...] usou uma palavra em alemão. No final da missa a polícia estava ali na frente esperando ele na hora que saiu; chegando à porta de saída, foi preso pela polícia! Para ver como era assim esse terror”.¹⁰⁶ Qual uma possível interpretação sobre esta passagem? Não faz parte dos objetivos da tese analisar a tensão e/ou resistências em torno da proibição do uso da língua alemã no contexto do fim da Segunda Guerra e do Governo Vargas. Contudo, o conflito e repressão do Estado brasileiro naquele ato testemunhado pelo jovem Egydio, parece ter impactado o suficiente para merecer ser rememorado décadas depois. Muito provavelmente a memória vivida dialoga com outros episódios testemunhados pelo próprio entrevistado em relação à repressão estatal à cultura e língua alemã e ao controle policial.

Na seleção entre o dizer e o silenciado, entre o lembrado e o esquecido, o vivenciado no ambiente escolar parece ter sido pouco acionado no processo de

¹⁰² Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 27 de setembro de 2023.

¹⁰³ *Idem*.

¹⁰⁴ *Ibidem*.

¹⁰⁵ *Ibidem*.

¹⁰⁶ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 02 de setembro de 2023.

construção de memória protagonizado por Egydio. Analisando a parte narrada, para o colaborador o ambiente escolar foi um contexto do qual ficaram não muito boas lembranças. Ao longo da educação primária sofreu germanofobia e dificuldades com a língua falada no convívio familiar. Segundo sua narrativa sobre a escola primária: “Lá eu mais fiquei com esse... trauma da gente não poder, ter que ficar quieto, não poder falar; porque em casa falava só alemão e de repente você tem que falar só português; não dominava a língua... então é muito chato, né?”.¹⁰⁷ Egydio não foi preciso ao indicar o momento de ingresso na escola primária; em sua narrativa foi por volta de “[...] 6, 7 anos”.¹⁰⁸ Muito provavelmente o início deste período ocorreu em 1941 ou 1942 em plena II Guerra Mundial. Nas palavras do indigenista: “[...] a escola ficava uns dois quilômetros de casa. Inclusive é interessante. A geração anterior a mim quase todas, como dois de meus irmãos que foram alfabetizados ainda em língua alemã e, depois que aprenderam português”.¹⁰⁹ Ao mesmo tempo fez uma constatação importante: “E eles aprenderam, sem dúvida, seja na pronúncia, seja na escrita, muito mais corretamente português do que eu”.¹¹⁰ Em sua análise, influenciada por conhecimentos na área da Linguística, a alfabetização em língua materna é importante para o desenvolvimento intelectual das crianças.

Egydio discorreu também quanto à transição no sistema educativo. As gerações anteriores eram educadas em casa por professores remunerados pelas famílias ou pela comunidade. Neste quesito a religião teve papel fundamental: “A romanização produziu uma reação nacionalista no Brasil. Crescia entre os brasileiros a preocupação com questões de identidade nacional, hierarquia étnica e a essência do que significava ser brasileiro”.¹¹¹ Para Kenneth Serbin, a redefinição da identidade religiosa estava ligada a este fenômeno: “[...] como no passado, a Igreja fazia da catolicidade uma parte significativa da identidade brasileira”.¹¹² A educação era outra dimensão importante; as escolas públicas começaram a surgir naquele momento onde Egydio e seus irmãos atingiram a idade para a alfabetização. Tal fato é de suma importância para a percepção da construção da brasilidade, tendo em vista a proibição do uso de línguas a não ser a

¹⁰⁷ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 02 de setembro de 2023.

¹⁰⁸ *Idem*.

¹⁰⁹ *Ibidem*.

¹¹⁰ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, 27 de setembro de 2023.

¹¹¹ Kenneth Serbin. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 136.

¹¹² *Idem*.

portuguesa. Não só às comunidades de imigrantes europeus assentados em diferentes regiões, mas também em relação aos povos indígenas. Alguns estudos apontam a infância como o momento de descoberta das diversas formas de desigualdades. Sendo assim, em que medida os relatos de Egydio apontam para este processo na trajetória dos descendentes de colonos alemães no interior do Rio Grande do Sul? Como as afinidades com História e Geografia desenvolvidas na infância associadas à descoberta das opressões forjaram o surgimento de identificação com a causa indígena?

Em suas narrativas sobre o período escolar citou alguns problemas com o rendimento escolar, principalmente com Língua Portuguesa e com Matemática. Aos risos, ponderou estas dificuldades: “Os pais pagavam a anuidade do colégio... Eu sempre era assim muito medíocre. Inclusive Português e Matemática era o meu terror. Tirava a nota para passar, né? Meu negócio era História e Geografia [risos]”.¹¹³ Os jovens eram submetidos a rígida disciplina, como sublinharam Kenneth Serbin (2001; 2008) e Scott Mainwaring (2004).

O seu processo de construção das memórias acerca das vivências na educação primária, por ocasião das dificuldades com a Língua Portuguesa, sugere um período sensível para Egydio. Por citar mais de uma vez os conflitos no ambiente escolar decorrentes do não domínio da língua oficial muito provavelmente traumas podem ter ocorrido, influenciando na sensibilidade futura para as tomadas de posições em defesa da preservação do direito à alteridades, a preservação do patrimônio cultural dos indígenas: “Eu vivi assim, de criança, fui crescendo neste pavor antigerânico [...] Então tinha gente, muitas vezes infiltravam gente, né? que provocava nas colônias o alemão a falar uma palavra em alemão, era preso”.¹¹⁴ Em ambas as entrevistas, o jesuíta avaliou as situações de violência como contribuição para a sua timidez. Ao mesmo tempo, anos mais tarde, esta situação de opressão o ajudou a compreender o peso da violência sofrida pelos povos indígenas pelo avanço da cultura ocidental em detrimento das suas: “E também me fez lembrar muito [...] compreender a questão indígena a fundo. Assim, nessa questão. Porque eu fui para a escola durante o período da guerra e lá era proibido qualquer palavra em alemão e em casa a gente falava só alemão [...]”.¹¹⁵ A intolerância sofrida no ambiente escolar o ultrajou: “Eu fui “na marra”. Eu sofri

¹¹³ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 02 de setembro de 2023.

¹¹⁴ *Idem.*

¹¹⁵ *Ibidem.*

bastante; a gente entrou numa situação de escola assim: fechado”.¹¹⁶ O sistema escolar assentado em uma formação clássica contava com um sistema disciplinar rigoroso: “Embora a Igreja lotasse seus seminários, a esmagadora maioria dos estudantes desistia por desinteresse, desajuste ao regime disciplinar ou mau comportamento (no qual de incluem as transgressões sexuais)”.¹¹⁷ Os severos superiores, não titubeavam em expulsar um estudante considerado inapto.¹¹⁸

O processo de escolarização foi importante dimensão da construção política e ideológica de Egydio Schwade. Desta dinâmica da formação intelectual do colaborador algumas questões sobressaem: em que medida o intelectual reflexivo Egydio resulta das experiências familiares? Podemos pensar ter sido o religioso e intelectual fruto de um projeto familiar? Como destacou Gilberto Velho, a memória e os projetos, em certa medida, se articulam ao dar sentido à existência, às ações, à própria identidade social: “são visões retrospectivas e prospectivas que situam o indivíduo, suas motivações e o significado de suas ações, dentro de uma conjuntura da vida na sucessão das etapas de sua trajetória”.¹¹⁹ Parece ter sido em um contexto de Segunda Guerra Mundial contra o projeto expansionista do nazismo que Egydio descobriu a experiência de opressão em relação às suas práticas linguísticas existentes no seio da comunidade alemã da qual fazia parte. Tais reflexões por parte do indigenista podem sugerir um processo de construção de alteridade decorrente dos casos de violência simbólica, psicológica e física uma vez não dominar a língua oficial e se comunicar com uma linguagem considerada proibida. Fora do ambiente familiar de acolhimento e proteção o mundo social se impunha às crianças na escola. Em um ambiente conservador no meio familiar, escolar e comunitário contou com certo direcionamento no posicionamento político, do qual se afastou a partir dos estudos em Filosofia, nos anos 1960.

Nas duas entrevistas mencionou o acesso ao jornal *A Nação*. O jornal integralista editado em Porto Alegre teve ampla difusão nas comunidades católicas da região sul. Egydio ponderou a família não ter perfil integralista, mas sim católica praticante. Naquele contexto, o integralismo era muito difundido entre os padres e bispos, como

¹¹⁶ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 02 de setembro de 2023.

¹¹⁷ Kenneth Serbin. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 112.

¹¹⁸ Kenneth Serbin. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹¹⁹ Gilberto Velho. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994, p. 101.

salientou Scott Mainwaring (2004). Entre os religiosos o traço anticomunista era predominante; muitos clérigos brasileiros consideravam os comunistas como “pragas modernas” ou mesmo “bárbaros modernos”.¹²⁰ O periódico de orientação fascista fazia parte do conjunto de informações às quais a família tinha acesso à época sem, contudo, representar uma adesão inequívoca à agenda de Plínio Salgado¹²¹. Também considerou o afastamento do ideário hitlerista do qual mencionou não haverem menções no seu entorno: “Hitler nunca me lembro de ter sido comentado inclusive em casa, assim...”.¹²² Além disto, a figura de Getúlio Vargas¹²³ também não fez parte do universo simbólico no ambiente familiar. Contudo, sua narrativa faz referência a escolha do Gal. Eurico Gaspar Dutra¹²⁴: “As colônias, eu acho, não puxavam assim muito pelo lado do Getúlio”.¹²⁵ Pelo fato de ser criança naquele período, possivelmente tais discussões poderiam fazer parte do mundo dos adultos. A colônia aparentemente se constituía como uma unidade geográfica independente, gozando de alto grau de autonomia e compartilhando valores políticos próprios. Acerca desta perspectiva política, Egydio mencionou a percepção de as lideranças serem mais simpáticas a ajudar as colônias, isto é, as discussões políticas em âmbito federal soavam um pouco distantes para a família e às lideranças locais.

¹²⁰ Scott Mainwaring. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

¹²¹ Plínio Salgado (1895-1975), nasceu em São Bento do Sapucaí (SP), filho de Francisco das Chagas Esteves Salgado e Ana Francisca Rennó Cortez. Iniciou suas atividades na imprensa em 1916. Também se dedicou ao magistério. Em 1918, estreou na política participando da fundação do Partido Municipalista. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Plínio Salgado. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/salgado-plinio>

¹²² Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 02 de setembro de 2023.

¹²³ Getúlio Vargas (1883-1954). De acordo com o Centro de Informações de Acervos dos Presidentes da República, nasceu em São Borja/RS. Advogado de formação iniciou sua vida política como deputado estadual (1909-1912; 1917-1921) pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Foi eleito deputado em 1922, foi deputado federal entre 1923 e 1926; foi eleito presidente do Rio Grande do Sul em 1928. Candidatou-se a presidente da república em 1929; derrotado nas urnas, articulou a chamada Revolução de 1930, quando assumiu o cargo de chefe do governo provisório; governou até 1945. Em 1946 foi eleito senador. E, novamente, presidente da república em 1950, permaneceu no cargo até o suicídio, em agosto de 1954. Disponível em: http://www.an.gov.br/crapp_site/default.asp

¹²⁴ Eurico Gaspar Dutra (1883-1974). Segundo o Centro de Informações de Acervos dos Presidentes da República, o militar nasceu em Cuiabá/MT. Estudou na Escola Preparatória e de Tática do Rio Grande do Sul (1902-1904) e na Escola Militar do Brasil (a Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro). Participou da Revolta da Vacina; combateu no levante “os 18 do Forte” (1922); integrou o Destacamento Norte para dismantelar o tenentismo e a Revolta de 1924, em Manaus/AM. Combateu na Revolução de 1930 e, em 1932, o levante constitucionalista em São Paulo. Foi designado comandante da 1ª Região Militar (1935-1936), destacou-se na reação ao movimento comunista de 1935. Participou dos levantes para depor Vargas em 1945. Também foi eleito presidente naquele mesmo ano. Disponível em: http://www.an.gov.br/crapp_site/default.asp

¹²⁵ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 02 de setembro de 2023.

Além do jornal, outra ferramenta importante à comunicação da família Schwade foi o rádio: “O rádio nós tínhamos. Eu lembro da marca, era Semp”.¹²⁶ O rádio ocupava um local especial na dinâmica da família. Assim como o chimarrão, fazia parte da socialização dos Schwade e do contato com o mundo externo à comunidade: “O rádio era de manhã, assim, também no chimarrão. As informações, notícias, leituras eram feitas só no chimarrão depois do meio dia. Mas tinha o chimarrão da manhã”.¹²⁷

Contudo, vale lembrar, na primeira metade do século XX o perfil conservador era majoritário entre os cristãos. Assim como Scott Mainwaring, Kenneth Serbin sublinhou o predominante perfil conservador no clero: “A maioria dos bispos nos anos 1930 apoiou o integralismo, um movimento semifascista e nacionalista. Centenas de padres filiaram-se ao movimento e instigaram o povo a apoiá-lo”.¹²⁸ Difícil precisar se a família tinha tal orientação ou mesmo estava nas fileiras do integralismo; para isto seria necessário analisar as trajetórias de outros Schwade. Em relação ao problema desta pesquisa cumpre destacar o fato de a emergência do campo progressista ao qual Egydio reivindica ter participado se dar justamente no pós II Guerra Mundial. Este marcador é importante para evidenciar os conflitos e as mudanças na Igreja Católica durante a Guerra Fria. Ao tio, o padre jesuíta Alberto Schwade, Egydio fez menção ao perfil conservador; sobre o seu irmão, também padre, Albino, não fez indicações sobre o perfil político. As irmãs também se dedicaram à caridade e às missões. Ou seja, em certa medida se percebe a argumentação sobre o afastamento da agenda dos políticos conservadores.

Em relação aos irmãos, citou majoritariamente Tarcísia e Arcádio. Ambos também se dedicaram à vida religiosa. Segundo o colaborador Arcádio passou a viver com um tio padre; e isto o teria salvo da pandemia.¹²⁹ Tal fato pode também ter contribuído para Arcádio se tornar missionário no Japão do pós-guerra; anos mais tarde, tornou-se professor na *Sophia University*, em Tóquio. Já Tarcísia trabalhou também na Prelazia de Altamira no Pará com Erwin Klautler¹³⁰ e atuou com povos indígenas na

¹²⁶ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 02 de setembro de 2023.

¹²⁷ *Idem*.

¹²⁸ Kenneth Serbin. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 138.

¹²⁹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 27 de setembro de 2023.

¹³⁰ Erwin Kläuter (1939). De acordo com portal de notícias do Vaticano aos 19 anos, ingressou na Congregação dos Missionários do Preciosíssimo Sangue em Schellenberg, Liechtenstein. Estudou Filosofia e Teologia em Salzburgo, onde se ordenou padre em 1965. Celebrou sua primeira Missa em 18

região. Na infância de Egydio Schwade as figuras do tio e do irmão mais velho dedicado às missões religiosas e às obras de caridade sugerem uma significativa influência. Desde os tenros anos, em um ambiente familiar religioso católico praticante e com familiares próximos dedicados ao trabalho religioso, teve contato com os valores tradicionais da igreja romana, criando um universo simbólico que o serviu de base para o julgamento em suas escolhas. Neste sentido, a própria opção missionária pode ter sido gestada no ambiente familiar.

Egydio arquivou uma carta de Arcádio para Tarcísia, escrita em 19 de julho de 1969, desde Tóquio. Tarcísia naquele momento trabalhava em um hospital na cidade de Estrela, no Rio Grande do Sul. A missiva tem grande relevância histórica. A partir do documento se pode observar aspectos dos levantes estudantis ao redor do mundo no contexto do Maio de 68 na França:¹³¹ “Na Universidade Sofia tivemos um ano bastante agitado com as desordens estudantis. Depois de vários meses de agitação um grupo rebelde de uns 300 ocupou em 7.XI.68 os três maiores edifícios da universidade”.¹³² Segundo Arcádio 52 estudantes teriam sido presos por resistirem à força à desocupação dos prédios empreendida por cerca de 700 policiais.¹³³ Na carta seguinte, já em férias em Colônia, na Alemanha, Arcádio não tratou do assunto novamente, apenas abordou questões pessoais e familiares.¹³⁴ A década de 1960 foi efervescente para o movimento estudantil em diferentes partes do mundo. De acordo com Kokubun Yutaka, os estudantes japoneses problematizaram o autoritarismo, demandaram questões ligadas à autonomia universitária, criticaram a rígida administração, a deterioração da educação e

de julho, com o povo de Koblach; e em 25 de novembro daquele mesmo ano já estava no Pará. Em Altamira/PA Padre Erwin foi vigário, pároco, reitor, professor de Filosofia Educacional e Psicologia Educacional; ecônomo; encarregado pastoral. Foi presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entre 1983 e 1991. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2019-07/80-anos-bispo-dom-erwin-krautler-amazonia-xingu.html>

¹³¹ Enrique Dussel sistematizou os levantes estudantis em diferentes partes do mundo naquele contexto da seguinte maneira: “*Los estudiantes ocupaban prácticamente París el 6 de mayo, lo que produjo la declaración del Estado de sitio por parte del general de Gaulle el 18 de mayo. El 2 de octubre se cumple el asesinato de más de 300 estudiantes en la Plaza de Tlatelolco en México ante la cercanía de las olimpiadas. De manera muy particular se reproducirá el 29 de mayo de 1969 en el llamado <Cordobazo>, em Argentina, donde el Pueblo se expresó por medio de los estudiantes y obreiros de los grandes centros fabriles, movilización que producirá la caída de Onganía poco después. No sin relación a todo ese proceso histórico se encuentra la caída de Arnulfo Arias em Panamá em 30 de mayo de 1968, lo mismo que el golpe militar peruano encabezado por Juan Velasco Alvarado el 3 de octubre, el triunfo de Velasco Ibarra el 2 junio*”. Enrique Dussel. *De Medellín a Puebla – Una década de sangre y esperanza (1968-1979)* – 1ª ed. Buenos Aires: Docencia, 2017, p. 55-56

¹³² Carta. 19 de julho de 1969. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

¹³³ *Idem*.

¹³⁴ Carta. 25 de dezembro de 1969. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

a ascendente influência da indústria e das instituições privadas de ensino.¹³⁵ Com o fortalecimento de entidades ligadas à esquerda novas pautas passaram a fazer parte de suas lutas: maior autonomia, paz, democracia, autogestão, união entre as organizações estudantis em âmbito nacional e maior contato com instituições estrangeiras. O ano de 1968 pode ser considerado como o ápice dos conflitos dos anos anteriores e contou com a diversificação tática na luta por suas pautas: “1) elaborar petições; 2) realizar de greves de fome e bloqueios; 3) negociação em bloco com as autoridades universitárias; 4) ocupação de prédios universitários; 5) boicote a aulas e exames; 6) detenção de funcionários”.¹³⁶ A situação ficou especialmente tensa em inúmeras universidades, inclusive na Universidade de Sophia, citada por Arcádio: “[...] os ressentimentos contra o sistema universitário transbordaram e mais de 100 *campi* foram tomados por greves, boicotes e paralisações. A situação ficou tão ruim na *Sophia University* que o campus ficou completamente fechado por 6 meses”.¹³⁷ Os levantes estudantis ao redor do mundo enfrentando os traços remanescentes do autoritarismo do século XIX foram retratados por Arcádio Schwade como *desordens*; tal expressão pode deixar entrever discordância com as pautas e as táticas dos estudantes; tal posicionamento poderia sugerir indícios de preceitos conservadores por parte do jesuíta?

Egydio também estabeleceu um interessante paralelo entre a proibição de manifestação em ambientes públicos na língua germana com a imposição aos indígenas da Língua Portuguesa: “[...] vi esta estupidez ou crueldade, né? Me dei conta... Os povos indígenas privados de suas línguas e como isso é ruim”.¹³⁸ Por anos isto ficou marcado muito provavelmente por ter sido uma experiência traumática: “Eu cresci até 1970 devo dizer com esse trauma interior de que quando eu falava uma palavra alemão que eu estava cometendo um crime; falando uma língua que não pode ser falada”.¹³⁹

¹³⁵ Stuart J. Dowsey (Org.). *Zengakuren: Japan's Revolutionary Students*. Ishi Press, Berkeley, California, 2012.

¹³⁶ No original: “1) *making petitions*; 2) *conducting hunger strikes and sitdown strikes*; 3) *mass bargaining with the university authorities*; 4) *occupation of university buildings*; 5) *boycott of classes and examinations*; 6) *detention of university personnel*”. Kokubun Yutaka. *The University Problem*. Stuart J. Dowsey (Org.). *Zengakuren: Japan's Revolutionary Students*. Ishi Press, Berkeley, California, 2012, p. 121. [Tradução livre].

¹³⁷ No original: “[...] *the resentments against the university system boiled over and more than 100 campuses were engulfed by strikes, boycotts and stoppages. The situation became so bad at Sophia University that the campus was shut down completely for 6 months*”. Kokubun Yutaka. *The University Problem*. Stuart J. Dowsey (Org.). *Zengakuren: Japan's Revolutionary Students*. Ishi Press, Berkeley, California, 2012, p. 135. [Tradução livre].

¹³⁸ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 02 de setembro de 2023.

¹³⁹ *Idem*.

Esta experiência o marcou consideravelmente. A sua reflexão por ocasião da aproximação aos povos indígenas pode ser considerada chave no processo de construção da alteridade pelo futuro indigenista: “[...] sempre me lembro de um fato que me marcou bastante e isso acho que marcou minha vida; a maior parte da minha vida eu era super tímido, né? Timidez que nasceu desta questão”.¹⁴⁰ A proibição de manifestação em sua língua materna contribuiu para a sua timidez e para amadurecer anos mais tarde a compreensão das privações impostas aos povos indígenas: “Me fez compreender principalmente a questão indígena a fundo”.¹⁴¹ Suas experiências na escola colaboraram à avaliação da questão indígena: “[...] essas coisas assim acho que me ajudaram bastante a entender a questão indígena bastante profundamente, assim, por ter sofrido na carne, não é?”¹⁴² A sua narrativa sugere o fato de compreender a imposição da linguagem e da cultura aos povos indígenas, em certa medida, por ser semelhante ao processo por ele encontrado na escola.

Anos mais tarde compreendeu a dinâmica geopolítica internacional¹⁴³ e os valores compartilhados na colônia: “Contra o comunismo. Isso eu acho que estava muito metido nas colônias do sul. Não só nas colônias, mas de modo geral, assim, no sul. Um pouco de fobia anticomunista”.¹⁴⁴ Associou esta atmosfera de Guerra Fria à influência do fascismo naquela comunidade:¹⁴⁵ “Lá se falava isto; porque o integralismo também é muito nessa linha”.¹⁴⁶ Aludiu a influência estadunidense na construção da opinião pública, da agenda política e do alinhamento ideológico aos valores ocidentais do liberalismo econômico, das liberdades individuais e da economia de mercado: “Influência dos EUA; na época não chegavam as verdades...”.¹⁴⁷ Em sua análise identificou o conflito ideológico e a polarização social à época: “Já o Getúlio era

¹⁴⁰ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 02 de setembro de 2023.

¹⁴¹ *Idem*.

¹⁴² *Ibidem*.

¹⁴³ Cf. Eric Hobsbawm. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹⁴⁴ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 27 de setembro de 2023.

¹⁴⁵ O estudo do anticomunismo no Brasil no período de 1917 a 1964 foi empreendido por Rodrigo Patto Sá Motta. Cf. Rodrigo Patto Sá Motta. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. Recentemente, foi publicada uma ilustrativa coletânea sobre a histeria anticomunista no Brasil: Marco Antônio Machado Lima Pereira; Everton Fernando Pimenta. (Orgs) *Dimensões do anticomunismo no Brasil: novos estudos e perspectivas de análise*. São Luís: EDUFMA, 2024.

¹⁴⁶ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 27 de setembro de 2023.

¹⁴⁷ *Idem*.

considerado comunista naquelas alturas”.¹⁴⁸ No tempo presente narrou a percepção da influência estadunidense na cultura brasileira, onde as premissas de liberdade estão conectadas às de liberalismo econômico e economia de mercado. Localizou no momento de modernização da economia – e da sociedade – a chegada de valores políticos orientados pela potência emergente, os Estados Unidos da América. Consequentemente, por se tratar do contexto de Guerra Fria, estes valores colocavam o comunismo e o socialismo como ideologia alheia e “inimiga” da cultura ocidental.

Como mencionado, a sua trajetória escolar e acadêmica deu-se na tradição católica:

De menino, pequeno agricultor [...] Depois fui para o seminário em Salvador do Sul; fiquei vários anos. Foi ali que inclusive eu fiz o ginásio. Científico. Não sei se chamava científico. Acho que era assim que chamava na época os três anos que se seguiram ao ginásio. Depois eu entrei no noviciado dos jesuítas; aí fiquei dois anos ali. Depois, três anos o curso... Aí fui para Unisinos fazer o curso de Filosofia, três anos. Foi ali que eu fiz as grandes decisões que deram rumo ao meu trabalho, à minha vida, vamos assim dizer¹⁴⁹

A figura do Egydio Schwade, filho de pequenos produtores rurais, se insere em um processo mais amplo das características da dedicação vocacional dos jovens naquele contexto. Segundo Kenneth Serbin, entre os anos de 1950 e 1980, os filhos de pequenos agricultores compuseram a maior parcela dos estudantes. Ainda no início da década de 1980, momento cuja a maioria da população brasileira já conta com perfil majoritariamente urbano, “[...] mais da metade dos seminaristas ainda provinha de famílias da zona rural. Em geral o pai do seminarista ganhava menos de cinco salários mínimos, um nível de renda que abrange desde a população mais pobre à classe média baixa”.¹⁵⁰

Segundo o indigenista, ainda adolescente vislumbrava a dedicação à atividade missionária, com foco em algum país da África; isto já em 1948, aos treze anos, quando ingressou no seminário jesuíta. Em suas considerações, em uma conversa com sua mãe durante uma caminhada, foi por ela indagado: “Egydio, é verdade que a gente não pode ser feliz, neste mundo? Por que minhas colegas dizem que não tem condições de ser feliz”.¹⁵¹ Desde bastante jovem refletia em relação à sua vocação, o sentido da vida e a

¹⁴⁸ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 27 de setembro de 2023.

¹⁴⁹ *Idem*.

¹⁵⁰ Kenneth Serbin. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 112.

¹⁵¹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 04 de outubro de 2023.

sua missão. Arrazoou ser acompanhado por esta pergunta, sempre orientando a problematização do sentido e o significado da existência.

A família Schwade, em certa medida, fez parte de um projeto de colonização em curso naquele momento desfavorável aos povos indígenas; contudo, como flagrante contradição ao sistema, Egydio passou a defender os direitos dos povos indígenas, em um projeto de vida dissonante daquele de seus familiares. A análise do processo de construção das memórias de Egydio Schwade revelou um aparente corte geracional e político à sua família. O seu posicionamento político se afastou do conjunto de valores compartilhados pelos seus pais e a sua atuação política foi engendrada a partir de um projeto antagônico daquele elaborado por eles, pelos tios e pelos irmãos mais velhos. A constatação desta mudança emerge a partir da narrativa compartilhada por Egydio da sua saída da colônia de pequenos agricultores, à qual ele associa valores políticos conservadores, para o estudo em outra cidade, processo consolidado com o ingresso no ensino superior, tema tratado a seguir.

A análise das fontes sugere haver uma estreita relação entre as experiências vividas na infância e adolescência, com o despertar da construção das alteridades. Este fato o marcou significativamente; contudo, por outro lado, o permitiu afastar-se da timidez autoconstruída como mecanismo de defesa. A descoberta das alteridade(s) pelo jesuíta foi um importante processo para a sua construção como pessoa, como sujeito político e, principalmente, enquanto indigenista. Ao mencionar ter “sentido na pele” a germanofobia pôde traçar um paralelo sobre a negação da cultura dos povos indígenas aos quais teve contato direto a partir de 1963. A sua formação como indigenista e como Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário aparentemente foram forjadas neste processo. Ao perceber a repressão aos indígenas pela sociedade envolvente identificou fenômeno semelhantes aos quais havia passado na infância. No presente, ao avaliar suas experiências em perspectiva diacrônica, tal paralelo permite uma importante reflexão sobre a construção do(s) outro(s), mas, principalmente, de si.

1.2 – DA TRAJETÓRIA MISSIONÁRIA

Com o despertar da sensibilidade para elaborar, refletir e se posicionar politicamente face as alteridade(s), em sua juventude, Egydio Schwade se tornou um dos destacados indigenistas do país. Vivenciou nas décadas de 1960 e na seguinte o

movimento de renovação do indigenismo. Ao mesmo tempo, formou-se justamente neste período de substanciais transformações na igreja e no conjunto da sociedade, inclusive no papel social dos religiosos.¹⁵² No tempo presente traz importantes testemunhos sobre aspectos daquele contexto. Além disso, estruturou um importante acervo hoje disponibilizado na Casa da Cultura do Urubuí. O seu processo de construção das memórias possibilitou elaborar uma narrativa sobre a dinâmica da política indigenista nas décadas anteriores; ao mesmo tempo, o arquivamento de si por ele empreendido engendra imagens sobre estes processos. A sua disciplina em selecionar, arquivar e narrar os fenômenos da renovação do indigenismo hoje o permite construir memórias sobre o indigenismo. A sua memória é retroalimentada com a farta documentação. Identificar a sedimentação das suas narrativas e as suas perspectivas argumentativas constitui importante exercício analítico.

Para orientar a elaboração da análise da narrativa histórica acerca da formação missionária por parte de Egydio Schwade questões ajudam a pensar a sua trajetória. Como o seminarista jesuíta se aproximou da causa indígena? Quais as origens e influências da compreensão de autodeterminação dos povos indígenas? Qual o seu posicionamento sobre as práticas da instituição milenar da qual fazia parte? Houve uma transição arbitrária na estrutura de poder do país ao longo da sua formação; assim, quais os desdobramentos da ruptura da ordem democrática e do estado de direito na sua atuação como missionário?

Egydio tem um longo histórico de lutas no campo popular.¹⁵³ Indagado sobre as experiências do passado, normalmente, busca as raízes, a gênese ou ainda, em suas próprias palavras, *os inícios*. Possivelmente tal fato se deva à anunciada paixão pela história e a sua formação em Filosofia (1960-1962) e Teologia (1966-1969). Ao mesmo tempo, mencionou estar em um momento de sua vida no qual as memórias sobrevivem; percebe também a necessidade de compartilhar suas experiências; e, ainda, considera importante organizar as suas memórias, como momento de sistematização de um

¹⁵² Segundo Kenneth Serbin: “Desde a década de 1960 vem sendo grande a polêmica no Brasil em torno da conduta dos padres. Isso indica profundas mudanças na Igreja”. Kenneth Serbin. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 41.

¹⁵³ Vale lembrar, além das já citadas Operação Anchieta (OPAN) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), participou ativamente da organização das assembleias indígenas, da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI), em Porto Alegre; em São Paulo, da Comissão Pró-Índio; da estruturação da Pastoral Indígena, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's); do Grupo de Estudos da Questão Indígena (GREQUI), em Belo Horizonte; do Grupo Kukuro de Apoio ao Índio, em Manaus; do Partido dos Trabalhadores (PT), no estado do Amazonas e do Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari (MAREWA), em Presidente Figueiredo/AM.

legado.¹⁵⁴ A partir destes pressupostos a presente seção tem por objetivo analisar o processo de construção das memórias sobre a trajetória do missionário católico progressista, a fim de compreender o seu afastamento das ideias possivelmente conservadoras e a sua gradual aproximação com o campo progressista.

Há muitos anos cultiva o hábito de organizar seus pensamentos e especulações em diários, cadernos ou anotações diversas; e, ainda, a organização de recortes de jornais aos temas do seu interesse, dentre eles os povos indígenas, o indigenismo, meio ambiente, política e as instituições das quais participou ou ajudou a organizar: “[...] os dias que eu desenvolvo, escrevo, em geral, são o seguinte: são coisas que estavam em papéis, anotações, cadernos, não transcrevi, fica só anotado, alguns papéis avulsos da época eu transcrevi”.¹⁵⁵

O tratamento das fontes e análise da trajetória de Egydio Schwade sugere não ser espontânea a sua construção narrativa. Logicamente, o colaborador não está sendo perguntado pela primeira vez sobre a sua ação política e a sua história. Em função da sua militância desde os anos 1960 concede entrevistas, profere palestras, participa de reuniões, escreve textos para os jornais, ou seja, em sua trajetória, engendrou uma imagem pública de si. Pollack (1992), concordando com Halbwachs, evidenciou ser a memória um fenômeno social e coletivamente construído, com uma ligação muito estreita com o sentimento de identidade. Ao elaborar e coligar documentos referentes ao indigenismo colaborou para a construção de uma memória do indigenismo ligado à Operação Anchieta e ao Conselho Indigenista Missionário; e, ao mesmo tempo, elaborou e sedimentou uma imagem de si, negociada e partilhada com os agentes dos grupos dos quais fez parte, sob os critérios de aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade. Neste sentido, por se tratar de um estudioso de questões ligadas ao indigenismo, pode-se considerar a franca influência do acervo da Casa da Cultura do Urubuí para a retroalimentação das suas memórias e as suas narrativas. O gosto pela história tem raízes antigas. Como indicado, sua formação intelectual está ligada às instituições de ensino católicas: “Eu entrei no seminário foi em Salvador do Sul. E, depois, de lá eu fui para Pareci era o noviciado dos jesuítas, não é? Fiquei dois anos ali, fica no município de Montenegro. Aí de lá, eu fui para São Leopoldo fazer o curso de

¹⁵⁴ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 04 de fevereiro de 2022.

¹⁵⁵ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, 03 de junho de 2022.

Filosofia na Unisinos”.¹⁵⁶ O seu ingresso no seminário pode ser considerado um importante marco na sua trajetória, uma vez ser “[...] um momento decisivo, que marcava o seminarista para toda a vida. O novo estudante renunciava aos amigos, aos parentes e aos pais até a ordenação: um período que poderia chegar a quinze anos”.¹⁵⁷ Os processos educativos consolidaram a sua formação cristã e isto lhe conferiu singulares experiências filosóficas: “Disciplina, silêncio, meditação e ritual abriam possibilidades de profundo desenvolvimento espiritual que a maioria do povo brasileiro não tinha a esperança de atingir”.¹⁵⁸ Como mencionado, Egydio sentenciou não ter sido um aluno exemplar durante o seminário. Segundo Kenneth Serbin, “o rigoroso ensino dos clássicos, da filosofia e da teologia situava os padres do Brasil na estratosfera da vida intelectual brasileira”.¹⁵⁹ Ao longo do curso de Filosofia, se dedicou a estudar a história dos povos indígenas, especificamente em relação às reduções jesuítico-guarani na América, pesquisa com a qual obteve nota máxima. Durante o curso de Filosofia Egydio colaborou com a organização de documentos e bibliografias sobre as Missões Jesuíticas: “Eles perceberam que eu tinha muita tendência/gosto pela história”.¹⁶⁰ Por isto teve contato, em parte, com o ofício do historiador: “Aí aquelas alturas eu tinha ajudado no curso de Filosofia, nas horas vagas, eu ajudava um historiador, né? a organizar microfilmes, um monte de microfilmes sobre as reduções jesuítas no Paraguai. Eles achavam que eu tinha que continuar esse serviço”.¹⁶¹

A dedicação, inclusive, resultou na designação por parte de seus superiores religiosos para cursar História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS, à época). Apesar de honrosa, a indicação não era o esperado. Segundo o missionário, buscava uma missão junto ao povo, aos excluídos. No tempo presente imagina, inclusive, ser isto possível desobediência aos superiores: “Hoje, quando fico pensando nessa situação dos índios e das lideranças indígenas... porque quando eu terminei a Filosofia a gente deveria obediência religiosa, voto, ao superior. E o superior me

¹⁵⁶ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 02 de setembro de 2023.

¹⁵⁷ Kenneth Serbin. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 119.

¹⁵⁸ *Idem*.

¹⁵⁹ *Ibidem*.

¹⁶⁰ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 02 de setembro de 2023.

¹⁶¹ *Idem*.

mandou fazer um curso de História na URGs”.¹⁶² Tanto nas entrevistas, quanto nos textos e nos seus diários pode-se avaliar este um período de definições importantes em sua existência.¹⁶³

Com o passar do tempo, todavia, instaurou-se um dilema. Qual caminho seguir? Egydio explicou a dúvida entre a missão em alguma região da África, cursar História ou se dedicar à carreira docente, acadêmica ou optar pela obra religiosa missionária; esta inquietação o acompanhou ao longo de 1962. Buscando ajuda junto ao Geral da Ordem da Companhia de Jesus, o padre Swain, a orientação foi a dedicação à missão; a sugestão seria a atividade missionária junto aos povos indígenas em Diamantino, no Mato Grosso, a qual, aceitou e poucos meses depois, partiu para o trabalho na Missão Anchieta (MIA), em Utiariti, em 01 de janeiro de 1963.

Em sua narrativa Egydio argumentou ter feito a opção pelos pobres e com base nas informações do seu universo cultural optou pela África, dada a imagem construída de pauperização dos povos naquele território. Por orientação do superior da Companhia partiu para o Mato Grosso. Desta maneira deparou-se com uma nova realidade dada as profundas transformações da região que trocava os pequenos vilarejos pelas “benfeitorias” da sociedade ocidental; e a modernidade não se apresentava favorável aos nativos: “Inclusive, e o próprio índio como se via nessa época, assim, praticamente em desespero”.¹⁶⁴ Diagnosticou uma percepção deturpada em diferentes setores sociais dos indígenas, em parte considerados como cidadãos de segunda categoria: “[...] Como que era a mentalidade sobre o índio na época, a que reinava, seja sobre a política indigenista oficial, seja da parte da Igreja, etc., né? Deve ser interessante para você porque são coisas ainda pouco levadas em conta...”.¹⁶⁵ Contudo, a partir de suas experiências, avaliou significativas as mudanças em curso na percepção dos povos indígenas: “Nesses anos 60 e 70, principalmente, eu acho que se deu uma transformação entre os povos indígenas junto com a sociedade nacional, através dos organismos que se criaram, através das igrejas, das universidades e outros setores”.¹⁶⁶ Naquele contexto, como destacou Kenneth Serbin, os padres “[...] foram louvados ou criticados por defender a população indígena, elevar a consciência política dos pobres, censurar a ditadura militar,

¹⁶² Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 02 de setembro de 2023.

¹⁶³ *Idem.*

¹⁶⁴ *Ibidem.*

¹⁶⁵ *Ibidem.*

¹⁶⁶ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 03 de junho de 2022.

depende da Igreja europeia para obter pessoal e recursos, incorporar rituais afro-brasileiros à missa e opor-se ao celibato”.¹⁶⁷

Como mencionado, o colaborador alegou os primeiros contatos com os povos indígenas nos anos 1960 e o seu ingresso na Missão Anchieta (MIA) em 01 de janeiro de 1963. Tal mergulho no indigenismo teve início entre 1963 e 1965, quando participou da Missão Anchieta (MIA) em Utiriti e Diamantino/MT.¹⁶⁸ A atividade missionária foi marcada por várias dificuldades e privações. A abnegação é digna de destaque. Para além de uma imagem idílica ou heroica, percebe-se a entrega dos missionários e o desapego característico das pessoas entregues à causa dos povos indígenas.¹⁶⁹ Viver dos frutos da natureza, dormir ao relento, longas caminhadas, viagens de carona, negativas de apoio por parte de setores da Igreja, confrontos com capangas, etc. são aspectos ressaltados no processo de construção das memórias. Egydio argumentou serem duas as provações dos jesuítas: “[...] fazia na época dois experimentos, o cara fazia uma caminhada de um mês junto com o companheiro sem dinheiro no bolso um mês inteiro, caminhar para se acostumar para viver na solidariedade e a outra era o hospital militar”.¹⁷⁰ Estas experiências estão registradas em seus diários e permitem verificar detalhes destas vivências sem conforto. Não obstante, em outra entrevista, Egydio citou haver uma terceira atividade; participavam, em retiros espirituais para a elite de Porto Alegre, trabalhando de garçons, a fim de aprenderem a servir aos outros.¹⁷¹ Referiu-se às duas primeiras como principais, talvez por isso não ter apontado esta terceira nas demais entrevistas quando tratou do assunto.

No Centro Educacional de Utiriti, deparou-se com uma situação muito complexa. A precária estrutura trazia problemas para o trabalho em geral, para a acomodação das crianças e o desenvolvimento das atividades escolares; o alojamento

¹⁶⁷ Kenneth Serbin. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 41.

¹⁶⁸ Para Clovis Brighenti, o objetivo da missão “se assemelhava aos da maioria das ordens religiosas que criavam suas missões indígenas, ou seja, ‘civilizar’, ‘catequizar’ os indígenas e tirar-lhes o rótulo de ‘selvagens’. No contexto do Vaticano II, imbuídos de novas leituras da realidade, alguns estudantes jesuítas foram ao Utiriti, em 1963, fazer seu estágio de magistério, e entre eles estavam Egydio Schwade e Thomaz Lisboa, ambos do Sul do Brasil”. Clovis Antonio Brighenti. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. 2012. 611 p. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012, p. 306.

¹⁶⁹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 11 de fevereiro de 2022.

¹⁷⁰ *Idem*.

¹⁷¹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 02 de setembro de 2023.

tinha paredes de pau a pique,¹⁷² havia falta de uma equipe multiprofissional, de materiais e de medicamentos, entre outros insumos básicos. Contudo, em sua narrativa a questão central foi evangelização desenvolvida nas diferentes atividades do internato.¹⁷³ Na esteira desta argumentação, vale retomar a análise de Kenneth Serbin, “[...] como colonizadores, os padres construíram uma nova civilização. Exerceram grande influência cultural graças ao seu monopólio da educação da elite. Até hoje a pedagogia jesuíta é importante referência para o ensino no Brasil”.¹⁷⁴

Egydio Schwade fez parte do grupo cuja prática religiosa pode ser considerada heterodoxa, com a opção por uma vida frugal e dedicada aos mais necessitados, no seu caso, os povos indígenas. Contudo, tal postura não era a regra na igreja romana. Com quase nada no bolso ou nas mãos, peregrinou pelo interior do país. Diante dos povos indígenas, os missionários perceberam a necessidade de desapegar do modo de vida da cultura ocidental e não reproduzir a imposição destes valores quando da permanência nas aldeias. O cuidado para evitar a doutrinação foi um importante movimento para a mudança da lógica do indigenismo de setores da Igreja Católica. A defesa dos valores da enculturação gerou um enfrentamento direto à política assimilacionista apregoada pelo indigenismo oficial. Vários missionários assumiram os valores da etnia com as quais trabalhavam, alguns, inclusive, abriram mão do uso de roupas e outros objetos característicos da cultura ocidental, como demonstração de interação com os valores culturais compartilhados pelo grupo assistido.¹⁷⁵

Para Egydio Schwade, esta experiência o sensibilizou profundamente. Via a patente doutrinação na proposta de catequização ao acolher jovens das aldeias da região. Observou as manifestações culturais singulares de cada etnia em um dia e, nos dias seguintes, o enquadramento aos valores ocidentais. As pinturas e os adereços eram substituídos por roupas e outro sistema de crenças. Na Missão Anchieta pôde visualizar muitos povos indígenas ocultando suas identidades, a fim de se adequar aos valores da

¹⁷² Técnica de construção utilizando madeira, palha e barro.

¹⁷³ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUI), em Presidente Figueiredo, em 02 de setembro de 2023.

¹⁷⁴ Kenneth Serbin. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 46.

¹⁷⁵ De acordo com Maria Cecília Simões. “A enculturação passa a ser uma proposta calcada no diálogo inter-religioso e por isso não admite que um lado tente se impor ao outro nem que o outro se subjugue. O referencial que se propõe não é mais a ritualização da fé, ou a interpretação das explicações mitológicas, atenuando o abismo que separa o universal do particular”. Maria Cecília dos Santos Ribeiro Simões. *Identidade e militância no CIMI: um estudo sobre a identidade dos missionários do CIMI-Leste*. Juiz de Fora, 2010. p. 234. Tese de Doutorado em Ciência da Religião. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010, p. 61.

sociedade envolvente. Diante de tal situação, se sentiu provocado a propor mudanças na proposta de atuação da Missão. Neste contexto, se aproximou de Thomaz Aquino Lisboa¹⁷⁶ e do Pe. João Burnier¹⁷⁷.

O ano de 1964 foi social, econômica e politicamente agitado. No dia 31 de março, Egydio se encontrava no interior do Mato Grosso, pela Missão Anchieta, em Diamantino. Segundo o seu relato, teria recebido no dia seguinte as notícias referentes aos fatos políticos em curso no Rio de Janeiro, Brasília e outras grandes cidades do país.¹⁷⁸ O regime militar emergente à época atuaria em diferentes regiões, inclusive as mais remotas, a partir da constatação da vigilância do internato por parte de dois militares, os quais sistematicamente circulavam nos arredores da instituição, de um lado para o outro. Indagado em relação ao contexto do golpe militar¹⁷⁹, Egydio Schwade destacou: “[...] no dia do golpe, eu estava em Diamantino, no norte do Mato Grosso, o que eu me lembro, a gente vivia numa área muito isolada, né, nesse ano eu trabalhei no internato”.¹⁸⁰ Nem mesmo as localidades afastadas passaram incólumes à vigilância e ao arbítrio; tampouco as instituições religiosas: “[...] eu me lembro até hoje, no dia seguinte do golpe, o que a gente escutou que havia esse golpe, né, dois sujeitos na frente do internato caminhando para lá e para cá, quer dizer, eles estavam controlando em nível nacional, os militares vinham bem organizados”.¹⁸¹ Tal fato poderia ser uma espécie de “aviso” para as lideranças religiosas e à comunidade, um instrumento de coerção simbólica. Por outro lado, perguntado se o golpe militar havia impactado suas

¹⁷⁶ Thomaz Aquino Lisboa (1937-2019). Trabalhou na Missão Anchieta. Foi um dos co-fundadores da Operação Anchieta e do Conselho Indigenista Missionário. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/587940-thomaz-lisboa-e-a-radicalizacao-da-missao-da-igreja-junto-aos-povos-indigenas-entrevista-especial-com-alair-pacini>

¹⁷⁷ João Bosco Penido Burnier (1917-1976). De acordo com o Memorial da Resistência, nasceu em Juiz de Fora/MG. Em 1928, começou a preparação para o sacerdócio em dois seminários do Rio de Janeiro. Concluiu a sua formação no Seminário Maior em Roma, na Itália. Durante este período, tornou-se padre secular e cursou o mestrado em Filosofia e Teologia na Universidade Pontifícia Gregoriana. Em 1976 desempenhava a função de coordenador regional do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). No dia 11 de outubro de 1976, o padre João Bosco Penido Burnier acompanhou o bispo Dom Pedro Casaldáliga à Delegacia de Polícia, onde, após alguns minutos de tensa conversa, foi alvejado com dois tiros na cabeça por agente do Estado, vindo a óbito em 12 de outubro de 1976. In. Memorial da Resistência. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/joao-bosco-penido-burnier/>

¹⁷⁸ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 11 de fevereiro de 2022.

¹⁷⁹ Sobre a ruptura da ordem democrática Cf. René Armand Dreifuss. 1964. *A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*. 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 1981; Carlos Fico. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004; Carlos Fico. *O golpe de 1964. Momentos decisivos*. Rio de Janeiro: FGV, 2014; Luiz Alberto Moniz Bandeira. *O governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil, 1961 – 1964*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Ed. UnB, 2001.

¹⁸⁰ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 11 de fevereiro de 2022.

¹⁸¹ *Idem*.

atividades, indicou não constatou influências de imediato, face à execução da sua programação independente das amarras do Estado.¹⁸² Em outra passagem o indigenista ponderou, se o Estado ignorava os pequenos camponeses e os povos indígenas, os missionários católicos progressistas, por sua vez, também o ignoravam;¹⁸³ isto, pelo fato de considerarem poucas possibilidades de mudanças negociando nos gabinetes em Brasília ou nas capitais estaduais. A estratégia política era a atuação nas áreas interioranas, sem assistência social, bem como a mobilização das bases.¹⁸⁴

Todavia, esta estratégia não garantiu o completo afastamento da influência do Estado arbitrário. Ainda nos lugares mais remotos, perceberam a força do regime militar. Referente ao contexto do golpe de 1964 quando se encontrava em Diamantino: “[...] lá naquela cidade, na última cidade, no interior do estado do Mato Grosso, fazia fronteira com o Pará e Rondônia, etc., eles destacaram dois sujeitos, assim, para controlar a população”.¹⁸⁵ Em linhas gerais, em referência à experiência no Centro Educacional:

O de sen vol vi men to¹⁸⁶ da política indigenista oficial [risos] Isso é bastante interessante. Quando eu fui como estudante, durante três anos lá no Mato Grosso, dentro de uma missão tradicional, trabalhando em internato, bem integrado dentro desse negócio, foi lá que surgiu, assim, para mim, a necessidade das missões de mudar as perspectivas. O delegado do Serviço de Proteção aos Índios na época veio ver o trabalho da gente no internato, ele ficou entusiasmado e mandou na época eu acolhi lá um grupo de Xavante e de Bororo. Ficaram com a gente lá. Agradeceu. Porque de fato o trabalho era bem integrado. Era melhor que o próprio governo poderia oferecer. [risos] O trabalho que as missões realizavam em termos de integração nacional do índio. O internato era a primeira etapa para o índio abandonar a terra e esconder a sua identidade em Cuiabá ou desintegrar-se [...]¹⁸⁷

Na avaliação do jesuíta, os primeiros anos de trabalho missionário seguiam as diretrizes do indigenismo de então atendendo às expectativas da sociedade envolvente. A ênfase na palavra *(des)envolvimento* sugere uma fina ironia aos posicionamentos

¹⁸² Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 11 de fevereiro de 2022.

¹⁸³ Para Alvaro de Oliveira Senra: “No Brasil, a importância assumida pela CNBB na década de 1970 e seus posicionamentos políticos levaram-na a muitos conflitos com os governos militares. Seu peso decorreu do fato de que a Igreja Católica tornou-se o núcleo articulador da sociedade civil no vácuo criado pela desorganização dos outros sujeitos políticos e pela sua capacidade de sustentar, ao mesmo tempo, a atuação dos movimentos sociais e a interlocução com o Estado”. Alvaro de Oliveira Senra. *CNBB, democracia e participação popular (1977-1989)*. Anos 90, Porto Alegre, v. 24, n. 46, p. 97-120, dez. 2017, p. 104.

¹⁸⁴ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 11 de fevereiro de 2022.

¹⁸⁵ *Idem*.

¹⁸⁶ Além de pronunciar de forma cadenciada cada sílaba, aos risos, fez com as mãos o gesto entre aspas, para dar ênfase à argumentação.

¹⁸⁷ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 14 de janeiro de 2023.

primeiros, ambientados pela lógica da catequização. A *integração* significava o abandono dos valores ancestrais pelos indígenas. Por lá ouvia dizerem ser perdida a causa indígena. O processo de evangelização praticado pela Missão Anchieta estava orientado à doutrinação. Por outro lado, do padre Adalberto Pereira, ouviu o alerta da integração à sociedade envolvente, para os indígenas, significar a sua *desintegração* como povo.

Segundo a sua narrativa, a partir da experiência em Utiariti e em Diamantino, Egydio começou a refletir sobre as limitações da política indigenista oficial, da ação da Igreja e das possibilidades de atuação do indigenismo face ao movimento de expansão das frentes de colonização impulsionadas pelo Estado brasileiro¹⁸⁸ para a ocupação da Amazônia e os conflitos decorrentes do contato entre os colonos, garimpeiros, indigenistas, sertanistas, militares, entre outros, e os povos indígenas em regiões ainda não contatadas no interior.¹⁸⁹ De acordo com João Gabriel Ascenso, haviam tentativas, diversas perspectivas de mudanças no sentido de realização de uma “[...] missão inculturada vinham sendo ensaiadas, sobretudo pelos jesuítas, desde os anos 1960 – destacando-se a renovação da Missão Anchieta, na Prelazia de Diamantino, a partir de 1963, e o surgimento da Operação Anchieta (OPAN), seu braço leigo, em 1969”.¹⁹⁰ Segundo Marcos Rufino, o cenário era de profundas transformações na igreja romana: “[...] a estruturação do trabalho pastoral da Igreja brasileira junto aos índios na forma de um organismo secular, umbilicalmente vinculado à hierarquia nacional em sua organização e seus procedimentos, e expressivamente aberto à participação leiga”.¹⁹¹

¹⁸⁸ Segundo Rodrigo Lins Barbosa, “[...] o Estado Ditatorial criou incentivos fiscais para estimular os investimentos de empresas nacionais e estrangeiras na região. Com isso, os militares pretendiam articular uma aliança econômica entre estas empresas, sob a égide de propagandas ufanistas de nacionalismo e patriotismo, nas quais as perspectivas de futuro eram personificadas nos presidentes militares que levariam o país ao crescimento e ao status de grande potência mundial”. Rodrigo Lins Barbosa. *O Estado e a questão indígena: crimes e corrupção no SPI e na FUNAI (1964-1969)*. Recife, 2016, p.260. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História UFPE, p. 131.

¹⁸⁹ Segundo Felipe Sousa Prado: “As frentes de expansão, baseadas nas obras desenvolvimentistas da ditadura, como a construção de estradas que vieram cortar os territórios indígenas, como a Rodovia Transamazônica, além da construção de barragens e hidrelétricas, como as de Tucuruí (PA), Balbina (AM) e Itaipu (PR) e das frentes agrícolas foram projetos que tiveram a pauta desenvolvimentista e o ideário da DSN”. Felipe Sousa Prado. *O processo de militarização das políticas indigenistas na ditadura civil-militar brasileira*. Foz do Iguaçu, 2018. p. 183. Dissertação de Mestrado – Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos. Foz do Iguaçu, 2018. p. 86.

¹⁹⁰ João Gabriel da Silva Ascenso. “*Como uma revoada de pássaros*”: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, 2021. p. 391. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 91.

¹⁹¹ Marcos Pereira Rufino. *O código da cultura: o Cimi no debate da inculturação*. In: Paula Montero. (Org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 245

Como salientou Kenneth Serbin estas mudanças implicaram em ressignificação da prática vocacional: “Atuando como uma vanguarda modernizadora, um numeroso grupo de seminaristas e padres impeliu a Igreja para a esquerda e rebelou-se contra a disciplina tridentina”.¹⁹²

Em 1966, Egydio Schwade iniciou os estudos de Teologia na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em São Leopoldo/RS: “[...] neste período eu andei bastante entre os povos indígenas do sul do Brasil, né, primeiro no Rio Grande do Sul e, depois, em Santa Catarina e no Paraná e a partir dali eu já comecei a envolver a juventude que começara a entusiasmar, montar seus grupos, apoiando os povos indígenas”.¹⁹³ Aludiu a partir do contato com a ação tanto da Igreja, como do Estado, diante da complexidade do processo, os povos indígenas estariam fadados à assimilação ou ao desaparecimento, uma vez ambas instituições não reconhecerem a legitimidade da cultura de cada uma das etnias. A colonização, como preenchimento de espaços “vazios”, era considerada natural e a degradação ambiental e humanitária não fazia parte, efetivamente, das preocupações das instituições. Além disso, Egydio foi enfático ao destacar o fato de ainda não existirem organizações defensoras da causa dos povos indígenas naquele contexto.¹⁹⁴

Neste período já escrevia textos para a imprensa denunciando a situação de abandono dos povos indígenas e as fragilidades do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Além dos textos, muitas cartas para padres e bispos, a fim de denunciar a situação de abandono e obter ajuda para uma ação mais efetiva por parte da Igreja Católica no socorro, reconhecimento e valorização cultural dos povos indígenas. Dada a estrutura “conservadora” da Igreja, muitas vezes não obteve retorno, teve respostas desmobilizadoras ou ainda, teve conflitos com seus superiores, em função da posição alheia dos mesmos.

Mencionou ainda, na Semana Santa de 1967, com Thomaz Aquino Lisboa, ter viajado pela região norte do Rio Grande do Sul, em busca de contato com povos indígenas. Começaram a procura pela cidade de Nonoai, onde entraram em contato com os Kaingang e os Guarani. Ao constatar a drástica situação de cinco aldeias, escreveram uma série de artigos para o jornal *Correio do Povo*, da capital gaúcha. Os textos seriam

¹⁹² Kenneth Serbin. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 32.

¹⁹³ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 04 de fevereiro de 2022.

¹⁹⁴ *Idem*.

o ponto de partida para a instauração por parte da Assembleia Legislativa de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) à situação dos Toldos Indígenas do Estado no Rio Grande do Sul e a atuação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) regional e o federal no estado.¹⁹⁵

A repercussão deu visibilidade à questão indígena, sendo um intervalo na escuridão da situação de abandono comum à época. Foram convidados pela CPI para apresentarem as condições identificadas nas áreas indígenas e os desdobramentos podem ser considerados positivos. Criou-se uma tensão entre os representantes locais e federais do SPI, onde cada parte responsabilizava a outra pelas precárias condições dos povos indígenas na região. No parecer do relator da CPI, deputado Plínio Dutra¹⁹⁶, pode-se encontrar o levantamento das condições dos indígenas em Nonoai; região, onde, a partir de 1978, os conflitos pela posse da terra se intensificaram: “[...] constituída a Comissão, chega a meu conhecimento a informação do Prefeito de Nonoai, dizendo da situação angustiante de índios e ‘sem terra’”.¹⁹⁷ Dentre os participantes, representantes do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, do Serviço de Proteção ao Índio e os estudantes do Colégio Cristo Rei: “por isso decidi ouvir, de imediato, a Secretaria da Agricultura, o S.P.I, o IBRA, o Chefe do Posto Indígena de Nonoai e mais os senhores Thomaz Aquino Lisboa, Egydio Schwade e Moisés Westphalen¹⁹⁸”.^{199 200}

¹⁹⁵ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 04 de fevereiro de 2022.

¹⁹⁶ O deputado Plínio Dutra (06/07/1917-15/05/1997), natural de Palmeira das Missões, no Rio Grande do Sul, foi advogado e pecuarista. Ligado ao MDB, exerceu o mandato na 42.^a Legislatura, entre 31/01/1967 a 31/01/1971. Filho Graciosa Zavagna Dutra e Vazulmiro Pereira Dutra; este, por sua vez, destacado pecuarista na região envolvido com a política estadual. Foi eleito prefeito de São Borja em 1927. Cf. Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://ww2.al.rs.gov.br/memorial/> Sobre a trajetória de Vazulmiro Pereira Dutra Cf. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DUTRA,%20Vasulmiro.pdf>

¹⁹⁷ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Documento anexo ao Ofício N°085/PRES. 06 de março de 1978. Arquivo Nacional.

¹⁹⁸ O documento faz referência a Moyses Westphalen, filho de Frederico Westphalen; foi engenheiro e professor universitário. Defendeu os indígenas do norte do Rio Grande do Sul na sua luta pela posse da terra. Em função do seu protesto contra o projeto de redução das áreas indígenas foi taxado “reformista” e “visionário”, como destacou a reportagem do jornal *Correio do Povo* de 20 de julho de 1980. Por seu posicionamento independente, teve problemas com a “Operação Limpeza” e a Comissão Especial de Investigação Sumária da UFRGS. Foi um dos expurgados pelo regime. Para aprofundar o tema Cf. *Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS / Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; [organização e revisão Lorena Holzmann... et al.]*. – 2.ed. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2008. Cf. Jaime Valim Mansan. *Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)*. Porto Alegre, 2009. Dissertação (mestrado). Curso de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. 2009. A reengenharia das universidades nos tempos de chumbo foi analisada por Rodrigo Patto Sá Motta Cf. *As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

O relatório reconheceu o fato dos conflitos na região não serem recentes e os Kaingang e os Guarani há anos lutavam contra a intrusão de colonos e posseiros em seus territórios; isto gerava, eventualmente, conflitos, inclusive, armados; além disso, a situação era de conhecimento de diferentes órgãos do governo estadual e federal, pelo menos, desde o início da década. Os missionários denunciaram as precárias condições encontradas na região de Nonoai, marcada por conflitos com posseiros, a exploração de madeira, transferências forçadas de uma área indígena para outra, casos de violência contra os indígenas; segundo o relatório: “Os depoimentos dos Srs. Thomaz Aquino Lisboa, Egydio Schwade, seminaristas do Colégio Cristo Rei, verificaram a existência de intrusos, a transferência de terras dos índios a particulares, a consumação de um assassinato do índio, morto a pedradas”.²⁰¹ O documento salientou ainda os responsáveis foram rapidamente soltos: “[...] os assassinos, segundo consta, depois de presos, foram postos em liberdade; registra, ainda, que as queixas dos índios se dirigem genericamente contra os governos”.²⁰²

Thomaz Aquino Lisboa, naquela ocasião, foi enfático. Mencionou ter ouvido na região os administradores dos Postos Indígenas “chegavam em cavalo magro e saem em cavalo gordo”²⁰³, remetendo diretamente ao enriquecimento na gestão dos toldos. A CPI apresentou como resoluções a efetivação dos direitos dos Kaingang e os Guarani na região por eles ocupada imemorialmente e legalmente reconhecida desde 1913; o afastamento imediato dos colonos e a necessidade de recuperação progressiva das terras por eles ocupadas; indenizar os indígenas pelas terras perdidas. Medidas não executadas pelos órgãos competentes e se desdobraram em conflitos ainda mais intensos.²⁰⁴

Em meados de 1968 colaborou com as operações do Projeto Rondon.²⁰⁵ O projeto, criado no ano anterior, objetivava atender comunidades carentes do interior do

¹⁹⁹ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Documento anexo ao Ofício N°085/PRES. 06 de março de 1978. Arquivo Nacional.

²⁰⁰ *Idem.*

²⁰¹ *Ibidem.*

²⁰² *Ibidem.*

²⁰³ *Ibidem.*

²⁰⁴ *Ibidem.*

²⁰⁵ Para o Ministério da Defesa: “A ideia de levar a juventude universitária a conhecer a realidade brasileira e a participar do processo de desenvolvimento surgiu em 1966, durante reunião realizada no Rio de Janeiro, com a participação de universidades do então Estado da Guanabara, do Ministério da Educação e Cultural e de especialistas em educação. O Projeto Rondon foi semeado em 11 de julho de 1967, quando uma equipe formada por 30 universitários e dois professores de universidades do antigo Estado da Guanabara, conheceram de perto a realidade amazônica no então território federal de Rondônia. A primeira missão teve a duração de 28 dias.

país com estudantes voluntários de diferentes áreas de formação.²⁰⁶ A este respeito, em suas palavras: “Tinha iniciado em 67 o Projeto Rondon pela Amazônia; até interessante! Vários desses estudantes que participaram depois ficaram muito militantes da causa indígena e popular, ao contrário, talvez, do que os militares queriam”.²⁰⁷ A Extensão Universitária, naquele contexto, de certa forma, estava atrelada à lógica do “integrar para não entregar”, empregando o ideário assistencialista e desenvolvimentista.²⁰⁸ Egydio contou ter organizado um grupo de jovens para a participação, alguns dos quais viriam depois a fazer parte das atividades da Operação Anchieta (OPAN).

Esta experiência contribuiu para alargar a compreensão da situação dos povos indígenas naquele contexto. Comentou o fato da sociedade civil pouco contar com informações dos povos indígenas e, o Estado, não prestar assistência e tampouco buscar amenizar os conflitos com a expansão da agropecuária em territórios ancestrais.²⁰⁹ Na

Tão logo os estudantes retornaram de Rondônia, propuseram a criação de um movimento universitário que desse prosseguimento ao trabalho iniciado no território visitado. A esse movimento deram-lhe o nome de Projeto Rondon, em homenagem ao bandeirante do século XX, o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. No ano seguinte, o trabalho expandiu-se para a Amazônia e Mato Grosso, com 648 jovens, exigindo maior participação do Governo no seu apoio. Durante o período em que permaneceu em atividade, integrando a estrutura do Governo, o Projeto envolveu mais de 350.000 universitários em todas as regiões do País. O Projeto Rondon foi criado, pelo Decreto nº 62.927, de 28 de junho de 1968, que estabeleceu um Grupo de Trabalho (GT) denominado de “Grupo de Trabalho Projeto Rondon”, subordinado ao Ministério do Interior. Posteriormente, em 1970, esse GT foi transformado em Órgão Autônomo da Administração Direta pelo Decreto nº 67.505, de 6 de novembro de 1970, e em 1975, pela Lei Nº 6.310 de 15 de dezembro, foi instituída a Fundação Projeto Rondon. Em janeiro de 1989, o Projeto Rondon foi extinto pela Medida Provisória nº 28/89 convertida posteriormente na Lei 7.732, de 14 de fevereiro de 1989. Em 1990, foi criada por ex-rondonistas a Associação Nacional dos Rondonistas, uma Organização Não Governamental (ONG) qualificada pelo Ministério da Justiça como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)”. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/projeto-rondon/conheca>

²⁰⁶ Para aprofundar a discussão Cf. Gabriel Amato Bruno de Lima. “*Aula prática de Brasil*”: ditadura, estudantes universitários e imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2015.

²⁰⁷ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, 03 de junho de 2022.

²⁰⁸ Sobre ao Projeto Rondon, Egydio citou: “Nós propusemos, no ano seguinte ao primeiro Projeto Rondon nacional, que se fizesse semelhante coisa nos regionais, procurando atingir as populações mais necessitadas e nós propusemos então as populações indígenas no Rio Grande do Sul que a gente, no ano anterior, tínhamos feito aquela publicação que impactou a opinião pública no estado do Rio Grande do Sul, principalmente os professores, e eles nos ajudaram a organizar [...] e o Exército colocou então viaturas à nossa disposição e nós coordenamos, com estudantes de várias áreas, Jornalismo, Saúde, etc. que nos acompanharam”. Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, 03 de junho de 2022.

²⁰⁹ Alfredo Wagner sublinhou: “Os critérios de definição e atuação imediata face aos conflitos, oferecendo assistência jurídica, propiciando o entendimento da legislação agrária, assessorando as formas de luta (abaixo-assinados, audiências com autoridades para entrega de solicitações etc.); dotaram-nas de eficácia. Isto a um tempo em que os órgãos oficiais ainda relutavam no reconhecimento de medidas sistemáticas pertinentes aos conflitos agrários”. Alfredo Wagner Berno de Almeida. *Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o*

Igreja, o senso comum, não era muito diferente. Ainda às experiências no norte do Rio Grande do Sul: “Para a Igreja, o índio não existia mais [...] Me lembro lá, a CNBB pediu para nós organizar uma reunião dos missionários, até ali não existia nada, nenhuma paróquia se interessou; os índios não existiam no estado”.²¹⁰ O missionário fez referência à negativa de apoio por parte do Bispo de Passo Fundo/RS para a realização da reunião proposta pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil:²¹¹ “[...] a gente começou... como a gente já tinha tomado contato com a Igreja Católica e a Evangélica de confissão Luterana, nós fizemos esse encontro lá. E nesse foi interessante. Bem a mentalidade que reinava. Não sei se já te contei isso. Foi em 68”.²¹² Buscou exemplificar o fato de alguns religiosos estarem completamente alheios à causa dos povos indígenas. Apesar da negativa, a reunião foi realizada com o apoio da CNBB.

Durante o governo estadual de Ildo Meneghetti²¹³ no Rio Grande do Sul, houve o assentamento de produtores rurais no antigo território originário chamado Ventarra: “[...] eu vi ainda o último foguinho quando eles foram jogados em cima de um caminhão, foi justo naquela viagem de 68”.²¹⁴ As impressões sobre as condições de vida dos indígenas nesta viagem foram apresentadas em uma série de artigos no jornal *Correio do Povo*. Em abril de 1967, como desdobramento da viagem Toldos da região norte do Rio Grande do Sul, em colaboração com o Pe. Thomaz Aquino de Lisboa, publicou uma série artigos no jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre/RS, intitulada *Drama de 1080 famílias indígenas rio-grandenses*. Egydio Schwade com frequência destaca a experiência da viagem à região norte do estado do Rio Grande do Sul,

Estado. Tese (Doutorado em Antropologia Social – Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1993, p. 73.

²¹⁰ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.

²¹¹ De acordo com Clovis Brighenti: “A pedido do bispo Dom Ivo Lorscheiter, Egydio e Thomaz tentaram organizar o Primeiro Encontro de Pastoral Indigenista no Rio Grande do Sul, no ano de 1968, mas os superiores jesuítas não permitiram. Egydio e Thomaz também não conseguiram organizar a equipe de leigos como desejavam”. Clovis Antonio Brighenti. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. 2012. 611 p. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012, p. 307.

²¹² Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.

²¹³ De acordo com a página do Palácio Piratini, Ildo Meneghetti nasceu em 1895 em Porto Alegre; foi engenheiro e filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD). Foi por duas vezes prefeito da capital gaúcha, em 1948 nomeado pelo governador Valter Jobim, e em 1951 por voto popular. Governou o Rio Grande do Sul por dois mandatos. Também presidiu o Sport Club Internacional entre 1929 e 1934 e novamente em 1938. Faleceu em 1980. Disponível em: <https://www.palaciopiratini.rs.gov.br/ildo-meneghetti>

²¹⁴ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 12 de janeiro de 2023.

oportunidade na qual inventariaram os toldos daquela região. Toldos é a expressão utilizada à época no Rio Grande do Sul para caracterizar o que, no tempo presente, se convencionou chamar de Área Indígena.

No texto, publicado em 21 de abril, apresentaram o levantamento sobre os Toldos de Nonoai, Guarita, Inhacorá, Serrinha, Ligeiro, Cacique Doble, Votouro, Guarani, Ventarra e Carreteiro (ou Água Santa). Sistematizaram os dados referentes à área, à reserva florestal, o número de habitantes e o número de família e, ainda, o número de intrusos. Ponderaram a gestão dos postos pelo Serviço de Proteção ao Índio estava bem melhor aos administrados pelo governo do estado.²¹⁵ Sobre o toldo da Serrinha, registraram o seguinte: “encontra-se densamente intruzado. Em novembro de 1961 foram recenseadas 334 famílias de intrusos com o total de 1.670 pessoas”.²¹⁶ Já sobre o de Nonoai: “recentemente sofreu violenta invasão de agricultores que se intitulam “sem terra”.²¹⁷ O número de invasores é calculado em 400 a 500 famílias”.²¹⁸

No texto da edição do dia 25 de abril sistematizaram os relatos do cacique Antônio, de Nonoai. O tema em destaque foi a morte de um originário a pedradas. Este caso é eventualmente citado por Egydio Schwade nas entrevistas, onde sublinha ainda hoje guardar a foto do cadáver do indígena. Na reportagem, reproduzem o questionamento ao cacique de como teria ocorrido a execução. De acordo com o texto, o cacique teria respondido o seguinte: “A pedra, foi só a pedra. Parece que as pedra inda tão aqui no Inscritório do posto. (Isto foi confirmado após a entrevista com o capitão). E foi de noite”.²¹⁹ Os missionários, nas considerações finais, indicaram a permanência dos conflitos caso o poder público não assegurasse a posse da terra aos povos indígenas. De acordo com os jesuítas: “E esta invasão violenta de terra dos índios de Nonoai continua ainda agora, nos contou o capitão e tôda a gente da região que acompanha o movimento de intrusos na área [...] sem que os índios tenham o título definitivo das mesmas”.²²⁰

No texto do dia 26 de abril publicaram elementos da entrevista com Juvêncio Paulo e Batista de Oliveira, do Toldo Ventarra, no município de Getúlio Vargas/RS, testemunhas oculares da transferência das famílias deste toldo para o Toldo Votouro, no

²¹⁵ Reportagem do jornal *Correio do Povo*, 21 de abril de 1967.

²¹⁶ *Idem*.

²¹⁷ O nome do movimento pode causar uma confusão com o contemporâneo MST, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, fundado em 1984. Contudo, naquele contexto, tratava-se do MASTER, Movimento dos Agricultores Sem Terra, fundado em 1960.

²¹⁸ Reportagem do jornal *Correio do Povo*, 21 de abril de 1967.

²¹⁹ *Idem*.

²²⁰ *Ibidem*.

município de São Valentim/RS. O deslocamento dos Kaingang do Toldo Ventarra se deu por ocasião do projeto de reforma agrária do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA). Além da perda do seu território ancestral, a convivência com outro povo originário no novo território passou a causar uma série de conflitos em função da organização e dos modos de vida diferentes.²²¹ A partir do relato de Batista de Oliveira se pode perceber as dificuldades econômicas para o sustento da família, pois em um desabafo mencionou precisar vender a preços baixos os seus poucos pertences para garantir tal sustento.²²²

No texto publicado no dia 29 de abril deram enfoque às questões dos originários da Toldo Votouro, inclusive sobre a exposição dos originários às bebidas alcóolicas, os inúmeros casos de dependência e os impactos das bebidas no modo de vida dos Kaingang. Junto à manchete, deram destaque com a seguinte chamada: “Por que o índio bebe?”.²²³ De acordo com os missionários: “A situação dos índios no toldo Votouro é constrangedoura. Dum lado da estrada o colono progressista. Do outro o índio, esta criança maltrapilha a ser lentamente envenenada pela cachaça que lhe vem das bodegas do lado dos “civilizados””.²²⁴ Reproduziram a fala de um comerciante da região ilustrativa para a compreensão do teor daqueles conflitos: “Ouvi dizer que queriam transferir os índios ao Mato Grosso. Seria um alívio para nós!”.²²⁵ No tópico *Ruína organizada de uma raça* resumiram a situação dos originários daquela região: “O índio teve que desapegar-se de mais da metade de sua área [...] Não tem direito sobre a madeira de lei que era de sua área [...] Foi desapropriado de sua erva-mate. Assim o que nos legou erva-mate, não pode mais colhê-la”.²²⁶

Em meados daquele ano de 1967 Egydio empreendeu uma reflexão sobre o trabalho das missões, principalmente as jesuítas, que atuavam em regiões onde havia povos originários. O texto intitulado *Problemas das missões dos índios* sistematizou informações sobre o trabalho missionário e a necessidade da renovação de suas premissas, tomando por referência as diretrizes do Concílio do Vaticano II (1962-1965). O texto também pode ser considerado a base da carta enviada em 01 de setembro de 1967 endossada por Egydio Schwade, José Pedro Lisboa e Thomaz de Aquino Lisboa

²²¹ Reportagem do jornal *Correio do Povo*, 26 de abril de 1967.

²²² *Idem*.

²²³ *Ibidem*.

²²⁴ *Ibidem*.

²²⁵ *Ibidem*.

²²⁶ Reportagem do jornal *Correio do Povo*, 29 de abril de 1967.

ao Padre Geral da Ordem dos Jesuítas. De várias problematizações possíveis, para o problema desta pesquisa, três são relevantes: 1) o problema da compreensão por parte dos missionários da doutrina cristã e o trabalho junto aos povos originários, na complexa equação diversidade cultural x evangelização; 2) o trabalho missionário não contava com atividades especializadas, principalmente em relação aos povos indígenas, os quais, na maioria das vezes, eram inviabilizados nos planos de ação de várias prelazias; e 3) a construção de um organismo para o trabalho com os indígenas poderia suplantar tais dificuldades; ou seja, neste caso, em particular, o documento sugere que Egydio pode ter sido parte do grupo pioneiro no planejamento da política indigenista adotada pela Igreja Católica.

O 13 de dezembro de 1968 é historicamente destacado. Além do Ato Institucional nº 5, do arrocho do regime militar e do cerceamento das liberdades individuais, também foi o momento de sua ordenação como Padre. Ao descrever essas recordações, mudou o tom de voz e apresentou um semblante sorridente, aparentemente, expressando ironia. Não se deteve especificamente ao Ato Institucional ou à ordenação, buscou sistematizar informações em relação à organização da juventude e sua militância junto aos povos indígenas. Em relação ao contexto político do AI-5, o considerou um momento de intensificação do arbítrio, contudo, orientou sua narrativa para a análise do trabalho missionário e o contexto de fundação da Operação Anchieta (OPAN).²²⁷ Dada a perspectiva do seu trabalho junto às camadas populares, avaliou a relação com o Estado foi circunstancial e, por trabalhar nas brechas do sistema político, de certa forma, alheio às restrições impostas pelas instituições.

As restrições se ampliaram com o Ato Institucional Nº. 5. Perguntado à conjuntura de 1968 e do período do milagre econômico brasileiro²²⁸, Egydio mencionou

²²⁷ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 19 de setembro de 2022.

²²⁸ Segundo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: “De 1967 a 1973 o Brasil alcançou taxas médias de crescimento muito elevadas e sem precedentes, que decorreram em parte da política econômica então implementada principalmente sob a direção do Ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto mas também de uma conjuntura econômica internacional muito favorável. Esse período (e por vezes de forma mais restrita os anos 1968-1973) passou a ser conhecido como o do “milagre econômico brasileiro”, uma terminologia anteriormente aplicada a fases de rápido crescimento econômico no Japão e em outros países. Esse “milagre econômico” foi também, em certa medida, o desdobramento de diagnósticos e políticas adotados entre 1964 e 1966 por Otávio Gouveia de Bulhões e Roberto de Oliveira Campos, respectivamente ministros da Fazenda e do Planejamento do governo Castelo Branco, e consubstanciados no Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). Quanto às principais personalidades envolvidas com a política econômica no período, cabe recordar que, no início de 1967, Castelo Branco foi sucedido por Costa e Silva na presidência da República. Delfim Neto foi então nomeado ministro da Fazenda e Hélio Beltrão recebeu a pasta do Planejamento. Em 1969, com a doença e morte de Costa e Silva, após o breve período de transição da junta militar, Garrastazu Médici

o seguinte: “A gente via essas coisas acontecerem, tinha uma posição clara, mas o envolvimento continuava, com as massas populares; nossa perspectiva era construir mais força para os pequenos, os fracos, os ignorados, para aqueles que o Estado totalmente ignora”.²²⁹ O Decreto do AI-5 coincidiu com a sua ordenação como Padre: “eu estava lá no sul, inclusive, o AI-5 foi no dia da minha ordenação de Padre [risos]”.²³⁰ De acordo com uma carta de 17 de outubro de 1968 para a Irmã Tarcísia, a sua ordenação sacerdotal ocorreu nos dias 14, às 17:30, e no 15 de dezembro, às 09:00, na Igreja Matriz de Alta Feliz e foi celebrada pelo Bispo Dom Ivo Lorscheiter.²³¹ Em outra entrevista, Egydio detalhou melhor: “AI-5, por sinal, foi no mesmo dia; quando foi publicado, né? Quando saiu nos jornais no dia seguinte”.²³² Também foi o contexto de criação da Operação Anchieta:²³³ “E eu saí de lá e fui para umas aldeias indígenas no oeste catarinense, em Xanxerê, e de lá segui para Rio Negro e Mafra, no Paraná, numa reunião de juventude católica, onde eu lancei a criação da OPAN, hoje Operação

assumiu a presidência e João Paulo dos Reis Veloso o cargo de ministro do Planejamento. De 15/3/1967 a 15/3/1974, Delfim Neto permaneceu à frente do Ministério da Fazenda, mantendo uma orientação para a condução da economia inalterada em suas linhas gerais, o que justifica a abordagem dos sete anos (de 1967 a 1973) como um único período do ponto de vista da política econômica. A ele coube a escolha dos presidentes do Banco Central, inicialmente Rui Leme e depois Ernâni Galveias, e sua influência foi determinante para a definição dos rumos da economia. A nova equipe econômica que assumiu em 1967 e que em parte tinha origens acadêmicas dificilmente poderia negar os progressos alcançados pela administração anterior em várias frentes e, quanto ao diagnóstico da crise, não discordaria da hipótese de que, nos anos anteriores, o processo inflacionário brasileiro poderia ser caracterizado como resultante de uma “inflação de demanda”. Esta, no entanto, já parecia em boa medida enfrentada, pelo menos em suas causas básicas. O novo governo logo anunciaria uma estratégia bastante semelhante à do governo anterior: a busca do crescimento econômico promovido pelo aumento de investimentos em setores diversificados; uma diminuição do papel do setor público e o estímulo a um maior crescimento do setor privado; incentivos à expansão do comércio exterior e, finalmente, uma elevada prioridade para o aumento da oferta de emprego e outros objetivos sociais. No entanto, esses objetivos claramente não tinham sido alcançados no governo Castelo Branco e essa constatação levou a um novo diagnóstico de certos problemas da economia e, em particular, das causas da inflação remanescente”. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Milagre Econômico Brasileiro. Disponível em:

<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro>

²²⁹ Carta. 17 de outubro de 1968. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

²³⁰ *Idem*.

²³¹ *Ibidem*.

²³² Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, 05 de dezembro de 2022.

²³³ Segundo Verenilde Pereira: “A OPAN, nos primeiros anos, era uma entidade com forte influência missionária jesuítica. Seus integrantes haveriam de remodelar ideias e práticas para alcançar um indigenismo alternativo que fosse combativo. Além dos aspectos negativos da política indigenista oficial, que levava ao extermínio das populações indígenas, os opanistas precisaram contrariar formas e relações retrógradas de algumas prelazias às quais estavam ligados”. Verenilde Pereira. Outros escritos. In: FANZERES, Andreia; BUSATTO, Ivar; DAL POZ, João (org.). *Novas reflexões indigenistas*. Cuiabá/MT: Operação Amazônia Nativa, 2021, p. 88.

Amazônia Nativa”.²³⁴ O evento realizado foi o Quarto Encontro de Dirigentes Marianos do Estado de Santa Catarina, Instituto de Cultura e Trabalho, em Rio Negro/PR.²³⁵

Como indicado, por trabalhar junto às bases, as restrições não incidiram diretamente nas suas ações; quando foi cerceado pelo regime militar, buscou uma forma de contornar as limitações impostas. Uma vez o Estado demorar a chegar nas aldeias e regiões interioranas, de certo modo, Egydio conseguiu permanecer visitando as aldeias e colaborar na organização da mobilização dos povos indígenas, sem ser atingido diretamente pela imposição das políticas de restrição das liberdades individuais, sejam elas de expressão ou de livre organização. Para tentar burlar as amarras impostas, adotaram uma série de estratégias de resistência. O enfrentamento direto com as lideranças conservadoras da Igreja Católica ou com os militares não era o objetivo dos missionários católicos progressistas.²³⁶ Mas, dada a situação dos povos indígenas, as entrevistas e as demandas por ações por parte das diferentes instituições passaram a ser consideradas enfrentamento ao governo, dadas as denúncias veiculadas por parte da imprensa. A repercussão da verdade passou a incomodar. Tal fato desagradava fortemente os órgãos oficiais, como pode ser percebido na documentação oficial.

No início de 1969, Thomaz Aquino Lisboa foi nomeado diretor do Centro Educacional de Utiariti, no Mato Grosso. Juntamente com o Padre Albano Ternus²³⁷, teve a iniciativa de fechá-lo e pediu para os missionários, padres e irmãs, fossem para as aldeias.²³⁸ Thomaz Aquino Lisboa havia sido ordenado padre quase um ano antes de

²³⁴ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 19 de setembro de 2022.

²³⁵ FANZERES, Andreia; BUSATTO, Ivar; DAL POZ, João (org.). *Novas reflexões indigenistas*. Cuiabá/MT: Operação Amazônia Nativa, 2021.

²³⁶ “A Igreja Católica no Brasil, articulada em torno da temática indígena, no final da década de 1960 e início da década de 1970, estava inquieta propondo transformações em suas práticas internas, porém estava em sintonia com a política indigenista do Estado brasileiro”. Clovis Antonio Brighenti. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. 2012. 611 p. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012, p. 311.

²³⁷ Segundo a nota de falecimento emitida pela Arquidiocese de Belém, o Padre Albano: “natural do Rio Grande do Sul, onde nasceu em 10 de fevereiro de 1933. Entrou na Companhia de Jesus aos 19 anos, em 28 de fevereiro de 1952, em Pareci Novo (RS). Teve atuação como missionário no Mato Grosso, onde fez seu magistério em Diamantino (MT), de 1959 a 1961 e para onde retornou como presbítero em 1966. Na missão do Mato Grosso esteve em Alto Paraguai, Utiariti e Diamantino. No ano de 1979 foi destinado para a região Amazônia, residindo em Manaus (1979-2003; 2009-2012), Marabá (2004-2008) e Belém”. Disponível em: <https://arquidiocesedebelem.com.br/nota-de-falecimento-padre-albano-inacio-ternus/>

²³⁸ Segundo Marcos Rufino: “Essa reorientação do esforço pastoral afastava os missionários do plano da cultura, e contribuía para suprimir da ação evangelizadora a política de intervir na organização social, no repertório simbólico e nas representações religiosas dos índios. Um marco ritual desse novo período foi a “desmontagem” da estrutura física da Missão de Utiariti, em que a Opan simbolizava o seu rompimento definitivo com as práticas do passado que ela mesmo conhecera em seus primeiros anos na Missão Anchieta e na Colônia Agrícola Sagarana”. Marcos Pereira Rufino. *O código da cultura: o Cimi no*

Egydio. Ao refletir momento, Egydio, aos risos, conta sobre o fechamento do internato e o abandono da prática da catequese: “e quem quisesse trabalhar fosse para as aldeias, né?”.²³⁹ Citou este evento como sintoma das mudanças²⁴⁰ em curso no indigenismo dos missionários católicos progressistas. A palavra de ordem, ao invés de doutrinação, se tornou encarnação; segundo Marcos Rufino: “as dificuldades e carências vividas por inúmeros grupos indígenas quanto a sua auto-sustentação, saúde e educação, passavam a ocupar o primeiro plano da atenção missionária”.²⁴¹

Nesta mesma época contribuiu para a formação da Operação Anchieta (OPAN).²⁴² A partir de suas andanças e do contato com os povos indígenas ao longo da década, criou um consistente diagnóstico sobre a situação das aldeias, do indigenismo, da ação indigenista da Igreja Católica e de outras confissões e da política indigenista implementada pelo governo. Segundo Maria Dolores Campos Rebollar: “Os jovens opanistas chegavam às áreas distantes de atuação e eram acolhidos pelas igrejas locais e prelaças. A Igreja Católica atuava de guarda-chuva em plena tormenta ditatorial”.²⁴³ Ao perceber incoerências nas ações das missões religiosas e as omissões do indigenismo governamental à situação de abandono das aldeias e diante do avanço dos grandes empreendimentos agropecuários em territórios indígenas, começou a questionar os seus superiores e as lideranças da Igreja;²⁴⁴ contudo, as respostas eram negativas, evasivas ou

debate da inculturação. In: Paula Montero. (Org.). Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 246.

²³⁹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUI), em Presidente Figueiredo, em 14 de janeiro de 2023.

²⁴⁰ Para Verenilde Pereira: “Seguir as trilhas da encarnação significava desvincular a “evangelização” de seu caráter colonialista para compreender as crenças, os valores, a religiosidade dos indígenas, convivendo com outras línguas, símbolos, linguagem. Em sua nova interpretação, a evangelização traduzia-se num ato político, numa expressão da proximidade com o cotidiano desses povos, rompendo assim aspectos arraigados da história da colonização”. Verenilde Pereira. Outros escritos. In: FANZERES, Andreia; BUSATTO, Ivar; DAL POZ, João (org.). *Novas reflexões indigenistas*. Cuiabá/MT: Operação Amazônia Nativa, 2021, p. 88-9.

²⁴¹ Marcos Pereira Rufino. *O código da cultura: o Cimi no debate da inculturação*. In: Paula Montero. (Org.). Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 246.

²⁴² De acordo com Clovis Brighenti: “A Opan se destacou na formação de jovens para o trabalho voltado às populações indígenas. Com a criação do Conselho Indigenista Missionário - Cimi em 1972, alguns membros da Opan passaram a integrar a nova entidade”. Clovis Antonio Brighenti. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. 2012. 611 p. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012, p. 307.

²⁴³ Maria Dolores Campos Rebollar. *O indigenismo alternativo dos anos 1970-2000: processos formativos na Operação Amazônia Nativa (OPAN)*. Cuiabá: EdUFMT, 2016, p. 60.

²⁴⁴ Para Marcos Rufino: “Esse mal-estar resultava da avaliação autocrítica sobre os fundamentos teológicos do trabalho missionário desenvolvido até então e sobre o decurso desse trabalho sobre as populações indígenas envolvidas. Muito daquilo que antes seria prontamente rebatido pela instituição como sendo vestígios da “lenda negra” passava agora a ser escutado com atenção. Além da crítica externa, formulada por pesquisadores e indigenistas, os católicos desta Igreja “renovada” são informados

apenas indiferentes. A integração dos povos indígenas parecia algo dado naquele contexto.²⁴⁵

Este foi o momento de ampliação das suas andanças pelo país: “De 69 a 80, praticamente, eu vivia na estrada, nos interiores, assim, né?”.²⁴⁶ Em suas viagens, o missionário objetivava: “duas coisas, principalmente: é... acompanhando os projetos, os trabalhos do pessoal que procuravam se encarnar na realidade convivendo com eles, também na Amazônia Ocidental, quer dizer, no país inteiro”.²⁴⁷ Frente à situação identificada nas suas viagens até aquele momento, começou a organizar, em conjunto com colegas do curso de Teologia, novas perspectivas para o indigenismo, com enfoque no respeito e valorização das culturas dos indígenas. A discussão à atuação das missões religiosas e, também do indigenismo oficial passou a pautar as reflexões do grupo. Além disso, estabeleceram uma considerável modificação. O indigenismo não seria considerado desconectado de outras pautas populares, bem como, não isolado do contexto socioeconômico internacional. Neste interim, os missionários católicos começaram a organizar os primeiros passos da OPAN. Em sua narrativa, destacou se tratar da primeira organização não-governamental indigenista no país.²⁴⁸

Como citado, a vivência junto aos povos indígenas cumpriu papel de destaque para a denúncia e o esforço para a construção de alternativas às políticas e ações indigenistas então vigentes.²⁴⁹ A busca pela valorização da cultura de cada uma das etnias, a compreensão da questão indígena enquanto internacional e a mudança estar condicionada pela ação política dos próprios indígenas empreendeu mudanças

também por sua própria presença na instituição e, às vezes, pelo contato direto com essas experiências de evangelização dos índios, como foi o caso de muitos participantes da Opan. Avançava-se, enfim, na construção de um quebra-cabeça cuja figura final em nada corroborava a imagem laudatória que a missão, havia séculos, fazia de si”. Marcos Pereira Rufino. *O código da cultura: o Cimi no debate da inculturação*. In: Paula Montero. (Org.). Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 245-246.

²⁴⁵ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 19 de setembro de 2022.

²⁴⁶ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.

²⁴⁷ *Idem*.

²⁴⁸ *Ibidem*.

²⁴⁹ Para Verenilde Pereira: “[...] as condições para o extermínio dos povos indígenas estavam dadas há muito. Para uma ideia dessa realidade, apesar do caráter sensacionalista, bastaria um mapeamento das matérias jornalísticas daquela década. Divulgadas sem contextualização, as notícias, de maneira geral, reforçavam no imaginário popular os estereótipos rotineiros: índios ferozes, violentos e perversos; ou então, signos do atraso que a modernidade tardia do país necessitava eliminar. Além disso, havia a questão das terras tradicionais que eles ocupavam, a serem esvaziadas para a implantação dos grandes projetos e empreendimentos do regime militar”. Verenilde Pereira. Outros escritos. In: FANZERES, Andreia; BUSATTO, Ivar; DAL POZ, João (org.). *Novas reflexões indigenistas*. Cuiabá/MT: Operação Amazônia Nativa, 2021, p. 87.

importantes no direcionamento das ações indigenistas dos missionários e, ainda, no próprio modo de vida dos mesmos.²⁵⁰ A entrega ao indigenismo militante impactou sobremaneira aqueles jovens.

Na avaliação de Egydio Schwade a perspectiva ecumênica e a participação de leigos na OPAN provocaram profundas transformações nos jesuítas e demais missionários.²⁵¹ Ressaltou a atitude dos jovens missionários, leigos, católicos ou evangélicos de confissão luterana, pois confrontavam o estabelecido em relação aos povos indígenas.²⁵² A catequização, por ser considerada um adestramento aos valores ocidentais, foi abandonada.²⁵³ A nova perspectiva, salientada nas narrativas, dá conta de uma lógica completamente diferente, na qual os missionários adotavam valores e o modo de viver dos povos com os quais trabalhavam, além de buscar não dar as diretrizes da sua organização, mas sim, apenas dar suporte para o seu movimento. Em síntese, a nova agenda indigenista contava com três dimensões principais: o trabalho ecumênico, sem levar em consideração as fronteiras geográficas ou entre as diferentes

²⁵⁰ Ainda segundo Verenilde Pereira: “A OPAN surge, então, com a proposta original e singular de provocar uma imersão profunda de seus participantes na vida e na realidade dos povos indígenas – é o que, no quadro conceitual do cristianismo, significa a encarnação. Conceito essencial para a Igreja Católica, do latim *carnare*, fazer-se carne, a encarnação surgia como um novo paradigma de atuação junto a esses povos. Com isso, a proposta da nova entidade demandou uma espécie de mergulho profundo e intenso de seus integrantes no cotidiano das aldeias, invertendo as relações etnocêntricas do “branco” civilizado e superior que ensina aos índios subordinados. Mesmo com as limitações dessa proposta, os opanistas se aliaram com vários grupos étnicos na árdua luta pelo direito às terras usurpadas e não demarcadas; os voluntários leigos envolviam-se na assistência à saúde e educação, na preservação da cultura”. Verenilde Pereira. Outros escritos. In: FANZERES, Andreia; BUSATTO, Ivar; DAL POZ, João (org.). *Novas reflexões indigenistas*. Cuiabá/MT: Operação Amazônia Nativa, 2021, p. 87.

²⁵¹ Para Maria Dolores Campos Rebollar: “A OPAN se afirma nesse momento como uma organização de trabalho local, que prioriza fundamentalmente a convivência nas aldeias indígenas para a construção de suas propostas de ação e mostra como elabora seus projetos, a partir do local, “com razoável flexibilidade””. Maria Dolores Campos Rebollar. *O indigenismo alternativo dos anos 1970-2000: processos formativos na Operação Amazônia Nativa (OPAN)*. Cuiabá: EdUFMT, 2016, p. 51.

²⁵² A Igreja latino-americana, segundo as conclusões de Medellin, deve resituar o leigo, portanto, no plano da história. Deve proporcionar-lhe o amadurecimento de uma nova pedagogia evangelizadora que lhe permita, simultaneamente, travar o bom combate do Evangelho sob as novas condições sócio-históricas do continente e reavaliar a si mesmo e a sua obra. Os bispos brasileiros, participantes entusiasmados do Concílio Vaticano II e também da Conferência de Medellin, propuseram planos pastorais em absoluta conformidade com esse espírito conciliar. Articulados politicamente na CNBB, eles corroboraram, no início dos anos 1970, a estruturação de uma experiência de missionação junto aos índios que esteve pautada na reflexão sobre a evangelização proposta por esses encontros”. Marcos Pereira Rufino. *O código da cultura: o Cimi no debate da inculturação*. In: Paula Montero. (Org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 244-245.

²⁵³ Segundo Alfredo Wagner: “Na crítica da missão tradicional não se trata mais de criar um corpo de funcionários religiosos ‘nativos’ para imposição de doutrina, mas de reconhecer os que conduzem a resistência de povos indígenas e camponeses frente a interesses que lhes são hostis e que ameaçam suas condições elementares de existência”. Alfredo Wagner Berno de Almeida. *Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social – Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1993, p. 57.

ordens religiosas; a consideração da questão indígena em uma perspectiva nacional e global; e, a encarnação na realidade dos indígenas na luta pela posse da terra.

Ainda em 1969, após este momento de organização da Operação Anchieta, Egydio Schwade seguiu contatando povos indígenas no interior do Paraná; onde percebeu os primeiros conflitos abertos com a Fundação Nacional do Índio, pelo fato de denunciar a degradante situação dos povos Guarani e Kaingang daquela região.²⁵⁴ Os missionários, a partir da repercussão das denúncias através da imprensa, a Fundação Nacional do Índio²⁵⁵ propuseram uma reunião para tratar dos temas apresentados por eles. A Fundação caracterizou os problemas apresentados pelos missionários como muito amplos e de difícil resolução. Então, os missionários recomendaram focar em um ou dois problemas possíveis de solucionar rapidamente. Pelo fato de ser um problema histórico, inclusive, objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, foi deliberado como a primeira iniciativa o atendimento aos indígenas em Nonoai, no Rio Grande do Sul.²⁵⁶ A proposta foi aceita no grupo de trabalho. Assim, foi marcado um encontro na Área Indígena dentro de alguns dias. No dia marcado, Egydio Schwade e Thomaz Aquino Lisboa foram à área no horário estipulado. Contudo, os representantes da Funai não compareceram.²⁵⁷

Egydio argumentou ter encontrado situações diversas de abandono, desnutrição, doenças, violências diversas e mortes nas suas andanças em diferentes regiões do país. Do cerceamento ou exploração dos territórios, da exploração da força de trabalho ao deslocamento para outras localidades, inventariou inúmeras situações degradantes. Em linhas gerais, não haviam instituições mobilizadas na defesa dos povos indígenas. As missões tinham uma perspectiva, em parte, assimilacionista; contribuíam mais para a doutrinação do que à valorização da diversidade cultural. Em uma reflexão sobre a situação naquele tempo, Egydio ponderou:

²⁵⁴ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 14 de janeiro de 2023.

²⁵⁵ Para Rodrigo Lins Barbosa, “[...] a FUNAI vinculada à política desenvolvimentista dos militares favoreceu o surgimento de intensos conflitos entre pequenos posseiros, camponeses e latifundiários, como também provocou gravíssimos problemas aos povos indígenas, que viram suas terras serem invadidas. Já na década de 1960, várias terras indígenas foram invadidas para a construção de rodovias, investimentos agropecuários, exploração de madeira e minérios. Índios eram assassinados porque resistiam às invasões ou simplesmente porque estavam no caminho dos objetivos do Governo Ditatorial, que muitas vezes demonstrava omissão e conivência com tais atos”. Rodrigo Lins Barbosa. *O Estado e a questão indígena: crimes e corrupção no SPI e na FUNAI (1964-1969)*. Recife, 2016, p. 260. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História UFPE. p. 89.

²⁵⁶ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 14 de janeiro de 2023.

²⁵⁷ *Idem*.

[...] nos anos 60 não havia nenhuma organização indígena praticamente em todo país; os índios, pelo contrário iam aos internatos, principalmente os religiosos, ou à Funai para se integrarem para aprender a ler ou escrever, não para voltar à vida de sua terra, mas para esconder a sua identidade nas capitais; hoje, eles estão mais organizados em nível nacional e eu acho que é o segmento da sociedade nacional mais unido em torno de suas causas²⁵⁸

Articulou, nas duas dimensões temporais, as memórias daqueles nativos que viu chegarem ao Centro Educacional de Utiariti com seus corpos seminus e ornados àqueles ajoelhados nos bancos das igrejas ao assumirem valores culturais distintos aos indígenas, principalmente os Rikbaktsa.²⁵⁹ Percebeu o impacto da sociedade envolvente e a perspectiva de desaparecimento de muitos povos. Reagiu à evangelização e ao assimilacionismo. Buscou mobilizar pessoas e instituições para enfrentar a política indigenista oficial que defendia a incorporação à sociedade envolvente e futuro incerto de povos milenares.

Ao longo da década de 1960 identificou a complexidade da relação entre o Estado e os povos indígenas, a partir das experiências no interior do Rio Grande do Sul e a percepção da controversa ação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Se por um lado omisso, por outro, em muitos lugares, foram identificados casos de exploração da mão de obra, dos recursos naturais das aldeias, do aliciamento e da chantagem, da exploração econômica e da violência psicológica, física e sexual. O escândalo da atuação do SPI no Rio Grande do Sul ganhou repercussão nacional, desdobrou-se em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e no seu fechamento, bem como na criação da Fundação Nacional do Índio (Funai), em dezembro de 1967.

A partir das experiências da atuação como coordenador técnico da OPAN, compreendeu a discussão da política indigenista estar em outra escala. Não só nas aldeias, mas também, no interior das missões religiosas, na Funai, no Ministério do Interior (Minter),²⁶⁰ no Ministério da Agricultura, no centro do poder em Brasília e, até mesmo, nos centros financeiros internacionais. Por isto, discutia junto aos grupos de

²⁵⁸ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 11 de fevereiro de 2022.

²⁵⁹ *Idem*.

²⁶⁰ Segundo Felipe Sousa Prado: “... os itens que preconizam o desenvolvimento regional, a ocupação do território e paralelamente a assistência aos indígenas. Com relação à ocupação territorial, pretendia-se atingir os espaços considerados “vazios”, principalmente da região amazônica, com criação de polos de desenvolvimento. Com o Minter, objetivava-se a expansão das fronteiras econômicas e a ocupação destes espaços visando a integração do território à nação. São justamente as políticas de desenvolvimento, através das frentes agrícolas e frentes de expansão que vão trazer consequências para as populações indígenas”. Felipe Sousa Prado. *O processo de militarização das políticas indigenistas na ditadura civil-militar brasileira*. Foz do Iguaçu, 2018. p. 183. Dissertação de Mestrado – Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos. Foz do Iguaçu, 2018. p. 90.

apoio da Operação Anchieta a atuação conectada, simultaneamente, na realidade das aldeias em localidades consideradas remotas, no interior do país, bem como com o olhar criterioso aos acontecimentos da capital federal e no cenário internacional. Houve, segundo o missionário, uma substancial ressignificação da imagem dos missionários junto aos povos indígenas: “[...] e serviu de modelo, muitos missionários ficaram entusiasmados com a presença dos jovens que vinham não mais de forma momentânea, mas como pessoas que vinham discutir a política indigenista”.²⁶¹ A política indigenista seria, então, alçada a outras dimensões. Em relação às alterações na política indigenista causada pela atuação da OPAN e do CIMI: “[...] desde logo, ao lado das tentativas oficiais e tentar também a mudança interna da atitude da Igreja, realmente a gente conseguiu, com a criação do CIMI, mas isso foi bastante encaminhado graças à posição dessa juventude da OPAN”.²⁶² Em consonância com as proposições de Marcio Moreira Alves (1979), Kenneth Serbin (2001) e Scott Mainwaring (2004), Egydio enfatizou a importância do ingresso de leigos ligados à Operação Anchieta para acelerar este movimento de renovação. Em conflito com os religiosos conservadores da Igreja Católica estes tomavam como princípio o respeito à diversidade cultural.

As ações da OPAN contribuíram para o conhecimento das condições de vida para os povos indígenas, para a formação de pessoas capacitadas para atuarem no indigenismo e, por conseguinte, para a organização do movimento indigenista. Anos mais tarde, com a criação do CIMI, o indigenismo efetivamente mudou de perspectiva, e passou a atuar atento à escala nacional e internacional. Segundo o missionário houve certa frustração das expectativas em relação à política indigenista da Fundação Nacional do Índio; se em um primeiro momento pareceu possível avanços na questão indígena, rapidamente o novo órgão mostrou a força das permanências da política indigenista assimilacionista. Persistiu o descaso e a omissão. A relação com a Delegacia Regional da Funai na região sul não tardou a se tornar conflituosa. O colaboracionismo esperado pelo delegado não aconteceu.²⁶³ A partir da viagem exploratória empreendida por Egydio e por Thomáz Lisboa, passaram a organizar atividades com as escolas normais,

²⁶¹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 04 de fevereiro de 2022.

²⁶² *Idem*.

²⁶³ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.

com o intuito de sensibilizar os/as professores/as à situação dos povos indígenas na região e sua atuação nas escolas indígenas.²⁶⁴

O indigenismo praticado por alguns integrantes da Igreja Católica começou a sofrer profundas transformações; ao mesmo tempo, as cobranças à atuação das instituições estatais e as políticas públicas se avolumaram. Com a criação de diferentes instituições, gradualmente, organizações da sociedade civil e a emergente organização dos próprios povos indígenas, com caráter pan-indígena, novas perspectivas para as políticas indigenistas emergiram.²⁶⁵ Neste contexto começaram a surgir as primeiras instituições setoriais da sociedade civil. Mesmo em um contexto de arbítrio, houve reação e resistência. Marcos Rufino alertou para o fato da relação com a terra não se resumir à dimensão econômica ou política mas também contemplar aspectos da socialização: “contra a ‘grande sociedade’, impessoal, calculista, ela opunha o ideal católico da ‘pequena comunidade’, solidária, com raízes profundas no campo e referido à pequena produção familiar”.²⁶⁶ Em certa medida de encontro às premissas de fraternidade da Igreja; ao contrário, “[...] o conteúdo de suas propostas é marcado pela noção de justiça distributiva e aponta, em termos lasso, para a tradição rural, como também para a independência diante do Estado e do grande capital”.²⁶⁷

Este primeiro ciclo na trajetória de Egydio Schwade sugere um importante processo de transformações em sua maneira de estar no mundo. Da convivência no âmbito familiar, espaço privado, para a escola, espaço público, importantes mudanças ocorreram. Do ambiente de proteção no seio da família se transferiu ainda bastante jovem para espaços onde a cobrança por autonomia e independência se fizeram presentes. A escola primária a dois quilômetros de casa pode ser observada como uma zona de transição; apesar de próximo de casa, estava culturalmente distante. O seminário em Salvador do Sul foi o palco dos primeiros ensaios do seu amadurecimento intelectual; por lá passou a ter contato com informações com jovens de outras regiões e culturas, bem como o acesso a jornais. O noviciado com os jesuítas no município de

²⁶⁴ Egydio Schwade. Carta aos companheiros e companheiras da OPAN. In: FANZERES, Andreia; BUSATTO, Ivar; DAL POZ, João (org.). *Novas reflexões indigenistas*. Cuiabá/MT: Operação Amazônia Nativa, 2021.

²⁶⁵ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 19 de setembro de 2022.

²⁶⁶ Marcos Rufino. *Ide, portanto, mas em silêncio: faces de um indigenismo missionário católico heterodoxo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) PPGAS, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 212.

²⁶⁷ *Idem*.

Montenegro foi o momento do direcionamento de sua proposta de vida, onde começou a mediar as suas manifestações vitais ao projeto proposto pela família; e, depois, o Ensino Superior em São Leopoldo, onde passou a fazer parte de uma cultura cosmopolita e ter contato com a produção intelectual e a participação política.

O ingresso no seminário em 1949 e no ensino superior em 1960 contemplou um cenário de profundas transformações na sociedade brasileira e no mundo como um todo. Além disso, Egydio deixou de ser um menino. Passou a fazer parte deste turbilhão. Migrou de uma pequena comunidade de produtores rurais a qual atribui valores conservadores (“fechado”) para uma cidade próxima da capital do estado com os possíveis avanços das sociedades industriais. O seu processo de amadurecimento se deu a partir destes contrastes. Sua formação intelectual, desta forma, é marcada por estas dualidades. Foi forjado no movimento de urbanização e industrialização do Brasil, no pós-Guerra, naquele período conhecido como *era de ouro do capitalismo*. Nesta conjuntura, contradições e resistências começaram a surgir.

Diante daquelas circunstâncias as políticas públicas passaram a figurar como o objeto das atenções das diferentes instituições. Seja na perspectiva econômica, em função da proposta de desenvolvimento para a Amazônia, seja na perspectiva ambiental, por ocasião dos impactos ambientais provocados pelos projetos de desenvolvimento, ou ainda, em perspectiva indigenista, face aos conflitos decorrentes pela expansão da fronteira agropecuária e industrial, percebeu-se o fortalecimento das instituições para discutir as políticas públicas e enfrentar aquelas consideradas danosas para o meio ambiente e para os povos indígenas nos anos seguintes. Sendo assim, pode-se considerar este contexto fortaleceu as lutas populares em prol da defesa do meio ambiente e dos direitos humanos, apesar das diferentes tentativas do governo militar em limitar a ação política de pessoas e instituições.

O seu ingresso no ensino superior pode ser considerada uma importante baliza temporal. Nesta etapa da sua formação teve contato com a pesquisa, os povos indígenas e o estudo sistemático dos dogmas da Igreja Católica. Iniciou sua aproximação com os povos nativos e a histórica situação de abandono por parte do Estado. Participou da Missão Anchieta em Utiariti e Diamantino no Mato Grosso onde presenciou os conflitos sociais decorrentes das frentes de expansão da colonização; fez parte do grupo de discussão sobre a renovação da política indigenista no Colégio Cristo Rei em São Leopoldo e, também das reuniões propostas pela Conferência Nacional dos Bispos do

Brasil para a Pastoral Indigenista. Organizou a Operação Anchieta e fomentou profundas discussões sobre a política indigenista, além de mobilizar pessoas e recursos para vivências junto aos povos indígenas. Foi agente e paciente das transformações em curso na política indigenista da Igreja Católica e aquela executada pelo governo federal. Em um complexo contexto, atuou orientado pela premissa dos direitos dos povos indígenas, misturando política e direitos humanos ao catolicismo missionário progressista.

CAPÍTULO 2. O INDIGENISTA E A POLÍTICA INDIGENISTA OFICIAL

Ao longo da década de 1970, Egydio Schwade participou ativamente do movimento de renovação da política indigenista na Igreja Católica²⁶⁸ e da discussão da política indigenista oficial. Esteve presente em diferentes reuniões e eventos acerca da questão indígena.²⁶⁹ Foi contemporâneo das importantes mudanças no indigenismo naquela época; além das modificações na política indigenista da Fundação Nacional do Índio e da Igreja Católica, ocorreu a emergência de inúmeras instituições não-indígenas. Observador e participante proativo constituiu-se testemunha privilegiada daquele contexto de profundas transformações.

Segundo Roberto Cardoso de Oliveira os anos 1970 foram marcados pela emergência de vários movimentos sociais, justamente no período mais marcante do arbítrio em função da vigência do Ato Institucional Nº5, entre 13 de dezembro de 1968 e 31 de dezembro de 1978. Os movimentos de caráter popular começaram a estabelecer fissuras no bloco autoritário. Houve uma retomada do movimento estudantil e do movimento operário; o movimento negro de origens ainda na primeira metade do século XX e ancorado em diferentes instituições se renovou em um novo instrumento fundado em 11 de junho de 1978, batizado Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. Também surgiu o movimento feminista pela emancipação das mulheres e movimentos de bairros, contra a carestia, pela melhoria das condições do transporte

²⁶⁸ Segundo Marcos Rufino: “O Cimi se credita a tarefa de, no interior da Igreja, sensibilizar o conjunto da congregação católica, entre religiosos, leigos, pastorais, e outras instituições internas, para a realidade das centenas de povos indígenas presentes no território nacional, “realidade”, quase sempre, apresentada nos termos das freqüentes e crônicas agressões das quais os nativos seriam vítimas. Esses missionários se atribuem outrossim a missão de estarem presentes e atuantes junto aos índios em seus territórios como também no âmbito das suas lutas políticas, reivindicações e litígios surgidos em decorrência do contato desses povos com a sociedade nacional envolvente. O Cimi é, certamente, a sigla católica mais conhecida no universo das disputas políticas travadas no interior do indigenismo e uma das visíveis no âmbito dos movimentos sociais e setores da sociedade civil atuantes na defesa dos direitos sociais coletivos. Ele constitui um importante mediador na interação da Igreja católica com o delicado tema da pluralidade – em seus mais diversos desdobramentos – e, certamente, um *locus* de materialidade histórica e institucional por onde a Igreja possa experimentar parte dos dilemas que ela tem se colocado quanto ao tema da evangelização da cultura”. Marcos Pereira Rufino. *O código da cultura: o Cimi no debate da inculturação*. In: Paula Montero. (Org.). Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 236-237.

²⁶⁹ Para Clovis Brighenti, a política indigenista executada pelo Estado brasileiro “tinha por objetivo liberar terras aos colonos/fazendeiros e, consequentemente resolver ‘o problema índio’, transformando-o em agricultor. É com o regime militar que se evidencia mais claramente o alcance dessa perspectiva e os métodos para alcançá-la. O Brasil passava a ser uma única nação, impondo aos indígenas a ‘tutela’ e a ‘integração’”. Clovis Antonio Brighenti. *Agitadores e subversivos: repressão, perseguição e violações dos direitos indígenas pela ditadura militar*. Perspectiva, Florianópolis, v. 38, n. 1 p. 01-24, jan./mar. 2020, p. 06.

público, pela criação de creches e escolas, entre outros.²⁷⁰ Sobre este mesmo período, em relação ao movimento indígena, para Poliene Bicalho, tal contexto foi um marco para a sua construção e para a consolidação do protagonismo dos povos indígenas porque iniciou-se um processo “[...] de sistematização da consciência de luta que se fortalece gradualmente, alcançando o aspecto do que se entende por protagonismo indígena nos dias atuais. Diferentes formas de resistência indígena às diversas iniciativas colonizadoras”.²⁷¹

Neste sentido, o presente capítulo tem por objetivo analisar o processo de construção das memórias por Egydio Schwade quanto à política indigenista no recorte cronológico delimitado, pelo fato de permitir visualizar as permanências e as mudanças na questão indígena naquele contexto de modernização da sociedade brasileira em franca expansão demográfica e econômica em direção à Amazônia.²⁷² A análise de suas narrativas possibilita identificar importantes elementos da renovação da noção de indigenismo, bem como avanços e retrocessos.

A narrativa histórica elaborada por Egydio Schwade traz elementos salutares para a percepção do contexto dos anos de chumbo pois contempla as dimensões social e a política. O seu processo de construção de memórias elenca relevantes testemunhos dos eventos de renovação do indigenismo dos quais participou ativamente. Ademais, além de ser um dos protagonistas, ao construir anotações em seus diários, relatórios, cartas e conceder entrevistas aos jornais, materializou importantes relatos. Isto, não apenas em relação à construção de fontes históricas, mas também pelo fato desta sistematização das atividades contribuir para as suas memórias no presente. Para problematizar a tentativa de “reconstrução” do passado por parte do colaborador, emergem questões como a forma escolhida para a narrativa do missionário abarca a dinâmica de renovação do indigenismo? De qual maneira a política indigenista oficial incentivou a valorização da diversidade cultural e incentivou o protagonismo indígena à luz da legislação nacional e internacional em vigor à época? E a militância de Egydio Schwade foi

²⁷⁰ Roberto Cardoso de Oliveira. *A crise do indigenismo*. 1988, p. 27.

²⁷¹ Poliene Soares dos Santos Bicalho. *Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009)*. Universidade de Brasília, 2010, p. 25.

²⁷² Para Marcos Rufino: “[...] é significativo que, no calor da hora em que a pastoral indigenista vislumbrava a luta pela terra, reservando à questão agrária o lugar central em sua pauta estratégica, a Igreja Católica estivesse absorta em proteger o homem do campo e resguardá-lo das mudanças nocivas da massificação oriundas do mundo urbano”. Marcos Rufino. *Ide, portanto, mas em silêncio: faces de um indigenismo missionário católico heterodoxo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) PPGAS, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 213.

orientada por estas diretrizes? Por ser um missionário católico jesuíta defendeu os princípios religiosos cristãos?

2.1 – AS NARRATIVAS DE SI E AS NARRATIVAS SOBRE A CONTESTAÇÃO DAS VELHAS ESTRUTURAS

A década de 1970 foi emblemática, seja pelo crescimento econômico e as crises em escala global; pela implantação de projetos de desenvolvimento para a Amazônia²⁷³ e sua reinserção na economia de escala global; seja pela política arbitrária do regime militar, pela emergência dos movimentos da sociedade civil, dentre eles, o ambiental, o indigenista e o indígena. Gestada entre o local e o global, entre o desenvolvimento e as crises, entre o arbítrio e a esperança do retorno das liberdades individuais, do embate entre evangelização e enculturação,²⁷⁴ entre assistencialismo e protagonismo indígena e outras dualidades formadoras de mudanças, esta década foi o cenário de consideráveis transformações no movimento indigenista e na ação política dos povos indígenas.²⁷⁵

Sobre a organização do Conselho Indigenista Missionário, Egydio Schwade considerou a ocorrência de inúmeras divergências na delimitação de suas diretrizes e na elaboração de um plano de ação.²⁷⁶ Não bastasse o imobilismo confirmado ao longo dos

²⁷³ Em relação às políticas do governo militar para a região amazônica, Egydio sentenciou: “[...] o governo militar colocava uma perspectiva aparente que era dar terra para os sem-terra [...] A terra sem homens para os homens sem-terra, que era o slogan, né? Na verdade, eu vi já isso na Transamazônica em 1974 passando lá, praticamente dois anos depois de fazerem as primeiras colocações, nada do prometido para os pequenos agricultores havia sido resolvido como títulos de terra que tanto procuravam. Entretanto, o Incra, em Altamira, expunha os mapas em que o governo estava investido por detrás dos lotes dos agricultores, tendo toda essa insegurança para os agricultores, investindo, de fato em latifúndios e o agricultor nordestino e também sulistas foram colocados aí para que não tivessem outra saída a não se oferecer como peões, como mão de obra barata”. Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, 18 de fevereiro de 2022.

²⁷⁴ Maria Cecília Simões argumentou: “A enculturação deve ser radical e por opção, uma renúncia de seu mundo para adentrar profundamente no mundo do outro, um despojamento do material e da lógica de sua cultura”. Maria Cecília dos Santos Ribeiro Simões. *Identidade e militância no CIMI: um estudo sobre a identidade dos missionários do CIMI-Leste*. Juiz de Fora, 2010. p. 234. Tese de Doutorado em Ciência da Religião. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010, p. 61.

²⁷⁵ Para Marcos Rufino, em Medellín, “os bispos acrescentam o fenômeno das transformações culturais e religiosas que atuam sobre nações com numerosas populações indígenas (que já havia alguns séculos eram objetos da evangelização) e que desnorteiam o entendimento que a Igreja latino-americana tem de sua evangelização”. Marcos Pereira Rufino. *O código da cultura: o Cimi no debate da inculturação*. In: Paula Montero. (Org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 243

²⁷⁶ De acordo com Marcos Rufino: “A proposta de criação do Cimi ocorreu no III Encontro de Estudos sobre Pastoral Indigenista, em abril de 1972, realizado no Instituto Anthropos, em Brasília. Esse evento, que produziria desdobramentos futuros importantes para a pastoral indigenista, resultou de um arranjo complexo de situações, contextos e processos sociais que exerceram forte influência sobre a Igreja católica no Brasil. O surgimento dessa agência missionária está relacionado não apenas às transformações

primeiros três anos da década de 1970, para a primeira formação do CIMI foi designado um sacerdote ausente nos encontros anteriores, há pouco chegado de Roma, o padre João Mometti. O missionário analisou aquela conjuntura e ponderou, mais uma vez, a importância do ingresso de leigos nos projetos: “A nível de Igreja, foi muito complicado no começo, inclusive para criar o CIMI. O Iasi era um dos que já via que não tinha outra saída a não ser os leigos entrar, né? A OPAN, etc. Para haver realmente mudanças na estrutura da Igreja houve muita resistência”.²⁷⁷ Em sua argumentação, sublinhou a necessidade de articulação política dos indigenistas renovadores para assegurar a implantação do plano de ação por eles proposto: “Aí, modéstia à parte. Uma das coisas que eu nunca me arrependo foi a dureza que fui em cima, na época. Ou é agora ou nunca! Em 1972... logo no início de 72, quando foi para organizar, quando foi convocada aquela reunião em Brasília onde nasceu o CIMI”.²⁷⁸ Contudo, na primeira composição do recém formado conselho prevaleceu o grupo político de religiosos considerados conservadores, com perfil fortemente clerical:²⁷⁹ “Mas não estava previsto, a CNBB tinha uma outra agenda completamente diferente”.²⁸⁰ Para Ieda Carvalho o CIMI nasceu justamente no período arbitrário: “[...] sendo de sua alçada articular, organizar, subsidiar o trabalho da Igreja Católica no Brasil junto aos povos indígenas. Ele resultou de encontros e reflexões de um grupo de missionários sensibilizados com a grave situação desses povos”.²⁸¹ Para Marcos Rufino o contexto era de tensão e progressiva ruptura entre o Estado e a Igreja.²⁸² Já em relação aos povos indígenas, o antropólogo ressaltou o fato do encontro ocorrer em um momento no qual “[...] o índio genérico – aquela figura resultante da sobreposição de múltiplos extratos retirados aqui e ali de grupos distintos no tempo e no espaço – longe de ser

significativas que ocorriam na Igreja católica universal e brasileira como também às mudanças políticas e sociais que, em sentido amplo, atuavam sobre a sociedade nacional em finais da década de 1960 e início da década seguinte”. Marcos Pereira Rufino. *O código da cultura: o Cimi no debate da inculturação*. In: Paula Montero. (Org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 237.

²⁷⁷ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.

²⁷⁸ *Idem*.

²⁷⁹ *Ibidem*.

²⁸⁰ *Ibidem*.

²⁸¹ Ieda Marques de Carvalho. *O CIMI e sua assessoria aos movimentos indígenas*. *Tellus*, ano 2, n. 2, abr. 2002, p. 138.

²⁸² Marcos Rufino. *Ide, portanto, mas em silêncio: faces de um indigenismo missionário católico heterodoxo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) PPGAS, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002

desconstruído em suas partes era, ao contrário, substituído por uma figura ainda mais densa”.²⁸³

A proposta de trabalho pelo padre João Mometti apresentada, na avaliação de Egydio, não trouxe avanços significativos e as ações recomeçariam do zero. Em função disso, reuniram-se com o Bispo Henrique Froehlich, o qual o convidou, juntamente com o padre Thomaz Aquino Lisboa, a acompanhá-lo no encontro de bispos da Regional Mato Grosso, na capital Cuiabá. Egydio destacou ter recebido naquele momento o apoio para interceder junto aos bispos para pressionar a direção da CNBB a mudar os rumos do indigenismo católico no encontro de missionários marcado para abril do ano seguinte: “Os bispos todos aprovaram nossa proposta; pediram para elaborar um documento até que foi publicado depois, nos deu força, no Observatório Romano e em outra revista no Brasil, do SEDOC, da Igreja no Brasil, muito importante, né? Mas assim mesmo, na hora da reunião, o cara não queria abrir a agenda”.²⁸⁴ O então coordenador do Secretariado Nacional de Atividade Missionária da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (SNAM/CNBB) organizou para abril de 1972, um encontro dos indigenistas missionários.²⁸⁵ Egydio frisou não contar o programa com as disposições dos encontros anteriores e este fato desagradou aos missionários da Missão Anchieta (MIA). Para ele, o encontro deveria encaminhar a organização de um instrumento aberto a mudanças na política indigenista da Igreja Católica. Ressaltou terem elaborado uma nova proposta e os bispos de Mato Grosso encaminharam à CNBB. Como mencionado, o documento ganhou ampla divulgação ao ser publicado pela revista SEDOC e pelo jornal oficial do Vaticano.²⁸⁶

Dada a inoperância diagnosticada pelo grupo, Egydio avaliou: “Diante disso, não nos restou outra alternativa, senão a pressão, já que a questão da criação de um instrumento de coordenação da pastoral indigenista que abrangesse o seu conjunto, fora

²⁸³ Marcos Rufino. *Ide, portanto, mas em silêncio: faces de um indigenismo missionário católico heterodoxo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) PPGAS, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 146.

²⁸⁴ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.

²⁸⁵ Segundo Clovis Brighenti, o SNAM começou a abordar a temática indígena na segunda metade da década de 1960: “Na tentativa de melhor qualificar a ação missionária aos indígenas, o Secretariado Nacional da Atividade Missionária – SNAM organizou um encontro de Pastoral da Desobriga, no ano de 1967, no qual os missionários indigenistas se mostraram descontentes pelo descaso com a pastoral”. Clovis Antonio Brighenti. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. 2012. 611 p. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012, p. 308.

²⁸⁶ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.

unânime entre os participantes dos encontros anteriores”.²⁸⁷ Sua análise sugere ter ocorrido uma consistente articulação política, tanto nos bastidores como no espaço das reuniões, na busca por espaço para a agenda indigenista renovada: “A gente foi muito duro em cima; tem que mudar isso aí... Vamos falar com o Bispo. E ele pediu para a gente entrar; para a gente ir com ele na assembleia dos Bispos do regional. Aí nós fomos então. Para mudar a agenda”.²⁸⁸ No curso da reunião a articulação do grupo foi fundamental nas negociações: “Que eles nos ajudassem a pressionar. Tem que entrar isso que já foi discutido nas reuniões anteriores. Que tenha um instrumento de abertura da Igreja; que promova a abertura da Igreja”.²⁸⁹ Egydio considera singular a atuação de Dom Tomás Balduino²⁹⁰ entre os missionários desde o encontro do Morumbi. Mesmo com a escolha de Dom Henrique²⁹¹, bispo de Diamantino, o grupo examinou e o nome mais indicado seria o de Dom Tomás. Os missionários intercederam junto a Dom Henrique e sugeriram a sua renúncia em favor de Dom Tomás.²⁹² A pressão política entre os grupos presentes na reunião continuou: “Eu não conhecia Dom Tomás [*Balduino] em 1971, né? Mas aí eu disse: jesuítas têm 3, não tem nenhum dominicano. Como tratar esta questão? Aí, eu reuni com Adalberto [*Pereira], Thomaz [*Lisboa] e eles concordaram”.²⁹³ A articulação deste grupo mudou substancialmente a primeira formação do recém formado conselho; para isto foi preciso: “[...] convencer o nosso Bispo a ceder o lugar a Dom Tomás Balduino. Fomos falar com ele, ele cedeu. Só que

²⁸⁷ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.

²⁸⁸ *Idem.*

²⁸⁹ *Ibidem.*

²⁹⁰ Paulo Balduino de Sousa Décio (1922-2014). Segundo o Comitê Goiano de Direitos Humanos, Dom Tomás Balduino nasceu em Posse/GO. Fez os estudos secundários no Colégio Diocesano de Uberaba/MG. Coursou filosofia em São Paulo e Teologia em Saint Maximin, na França, onde também fez mestrado em Teologia. Em 1957, foi nomeado superior da missão dos dominicanos da Prelazia de Conceição do Araguaia, estado do Pará, onde viveu de perto a realidade indígena; fez mestrado em Antropologia e Linguística, na UNB, que concluiu em 1965. Estudou e aprendeu a língua dos índios Xicrin, do grupo Bacajá, e Kayapó. Para melhor atender a enorme região da Prelazia que abrangia todo o Vale do Araguaia paraense e parte do baixo Araguaia mato-grossense, fez o curso de piloto de aviação. Em 1967, foi nomeado bispo diocesano da Cidade de Goiás. Nesse mesmo ano foi ordenado bispo e assumiu o pastoreio da Diocese, onde permaneceu durante 31 anos, até 1999 quando, ao completar 75 anos, apresentou sua renúncia e mudou-se para Goiânia. Participou da criação do Conselho Indigenista Missionário, onde foi presidente de 1980 a 1984; e da Comissão Pastoral da Terra, a qual presidiu entre 1999 a 2005. Disponível em: <https://premioldhdomtomasbalduino.com.br/dom-tomas-balduino/>

²⁹¹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.

²⁹² *Idem.*

²⁹³ *Ibidem.*

Dom Tomás não aceitou. Ele disse que só aceitaria se fosse em plenário. Unanimemente foi aceito. Assim entrou Dom Tomás”.²⁹⁴

Em decorrência das ações mais voltadas à própria instituição, Egydio indicou persistir o ambiente de insatisfação entre os missionários.²⁹⁵ O grupo estava dividido. Clovis Brighenti sublinhou a polarização: “A efervescência dos debates em torno das posturas que a Igreja Católica deveria adotar naquele momento na relação com o Estado e na relação com as comunidades indígenas geravam inquietações e disputas”.²⁹⁶ O missionário destacou ainda a presença de religiosos de perfil conservador: “tanto que o secretário, que secretariou a reunião que nasceu o CIMI foi o Dom Sigaud [risos] [...] Para ver como estava isso. E o vice, ficou... o este, o José Vicente César, também da ala do Sigaud, da mesma congregação”.²⁹⁷ Pela forma da manifestação do ex-Secretário pode-se inferir a referência àquela metade como sendo o grupo considerado conservador. Ao citar Dom Sigaud²⁹⁸, conhecido bispo anticomunista, deixou claro o antagonismo de perspectivas no seio do indigenismo católico.²⁹⁹ Segundo Kenneth

²⁹⁴ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.

²⁹⁵ Segundo Marcos Rufino, em que pese a força do grupo conservador havia “[...] uma série de mudanças pelas quais passava a Igreja católica, universal e latino-americana, em decorrência do Concílio Ecumênico Vaticano II e da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, realizada em Medellín, ambos na década de 1960, propiciou as condições para que emergissem vozes dissonantes, dentro da própria Igreja, quanto ao “modelo” de trabalho missionário perpetrado pelas ordens religiosas. A Opan constituiu-se em um espaço para o amadurecimento desses questionamentos e passou, gradativamente, a assumir uma postura cada vez mais crítica diante do seu próprio trabalho. Marcos Pereira Rufino. *O código da cultura: o Cimi no debate da inculturação*. In: Paula Montero. (Org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 238.

²⁹⁶ Clovis Antonio Brighenti. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. 2012. 611 p. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012, p. 313.

²⁹⁷ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.

²⁹⁸ Segundo Rodrigo Coppe Caldeira: “Sigaud nasceu em Belo Horizonte (MG) em 26 de setembro de 1909. Filho de Paulo da Nóbrega Sigaud e Maria de Proença Sigaud, completou o ciclo básico em 1926 e em 1928 o curso de Filosofia em Juiz de Fora. Entre 1928 e 1932 finalizou o curso de Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma. Em março de 1932 foi ordenado (Congregação do Verbo Divino). Destacou-se como professor em Santo Amaro (1933-1946), em São Paulo (1936-1946) e em Estella, Espanha (1946-1947). Em outubro de 1946 foi sagrado bispo para a diocese de Jacarezinho (1947-1961) em 1961 elevado ao arcebispado de Diamantina, Minas Gerais (1961-1981). Faleceu em Belo Horizonte em setembro de 1999”. Cf. Rodrigo Coppe Caldeira. *D. Geraldo de Proença Sigaud e as direitas católicas contra as inovações do Concílio Vaticano II*. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Disponível em: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/68896>

²⁹⁹ Clodoaldo Luz sistematizou informações sobre Dom Geraldo Sigaud; para o autor: “[...] o paladino do conservadorismo e da doutrina cristã católica, propugnava o pensamento conservador, em que a manutenção da situação vigente era uma necessidade primaz e fundamental para o bom ordenamento da sociedade. Visto que, na concepção conservadora, não haveria qualquer problema no transcorrer natural e ordenado das coisas”. Clodoaldo Luz. *Catolicismo, Ateísmo e Comunismo: uma análise do paradoxo entre D. Geraldo de Proença Sigaud e Eugênio de Proença Sigaud*. *Revista Escritas do Tempo* – v. 4, n. 11, mai-ago/2022, p. 115.

Serbin, Dom Sigaud expulsou inúmeros estudantes e demitiu os lazaristas. Na avaliação de João Gabriel Ascenso sobre a agência do Conselho Indigenista Missionário, “[...] os primeiros três anos do CIMI foram marcados pelo conflito entre a ala mais conservadora da Igreja e os setores mais afinados com Medellín e com as propostas da missão inculturada”.³⁰⁰ Neste período o Conselho Indigenista Missionário teria apenas organizado o seu Boletim e uma breve discussão do Estatuto do Índio sem substanciais alterações, se limitando a sugerir a integração dos indígenas deveria *ser lenta e harmoniosa*. Tal perspectiva de indigenismo não se distanciava da proposta do indigenismo oficial. O anseio por mudanças continuou e repercutiu principalmente no Secretariado Nacional da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dirigido por D. Ivo Lorscheiter. D. Ivo propôs, então, a reunião do Conselho para a criação de um Secretariado Executivo,³⁰¹ semelhante ao da CNBB.³⁰²

Sobre este o movimento de renovação do indigenismo na Igreja Católica,³⁰³ Egydio explicou as duas diretrizes principais do trabalho do grupo de indigenistas renovadores: “[...] transformaram a política indigenista durante os anos 70 e o processo da história dos anos 70 para a criação de uma nova política indigenista foram criação

³⁰⁰ João Gabriel da Silva Ascenso. *“Como uma revoada de pássaros”*: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, 2021. p. 391. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 96.

³⁰¹ Para Marcos Rufino a criação do novo órgão do CIMI e a dedicação em tempo integral do padre Egydio Schwade “[...] preenchia um espaço imprescindível no fortalecimento do poder organizativo do Conselho. O Cimi passava a ter um ponto de referência para a comunicação do que se passava entre os missionários e uma maneira de centralizar as manifestações públicas do órgão, o que lhe evitaria, por exemplo, problemas políticos originados em eventuais desencontros por parte de seus membros em pronunciamentos ou ações que pudessem comprometer a sua relação delicada com o regime ou mesmo com a Igreja”. Marcos Rufino. *Ide, portanto, mas em silêncio*: faces de um indigenismo missionário católico heterodoxo. Tese (Doutorado em Antropologia Social) PPGAS, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 169.

³⁰² Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.

³⁰³ Na mesma direção desta discussão, Marcos Rufino argumentou: “O curto espaço de tempo em que a missionação junto aos índios no Brasil teve os seus fundamentos abalados, na segunda metade dos anos 1960 e início dos anos 1970, é digno de nota. Veremos adiante que as causas para que isso ocorresse foram diversas, mas certamente o clima de efervescência e renovação que deixara toda Igreja em agitação desempenhou um papel central. Bispos, religiosos e leigos inseridos nas suas comunidades paroquiais ou nos grupos da Ação Católica estiveram mobilizados em torno dos documentos conciliares, que por muitos anos ainda seriam combustível para debates intensos. As leituras e releituras — algumas realizadas em núcleos de estudo dedicados aos documentos espalhados pelo país — das conclusões do Vaticano II (encerrado em 1965) e de Medellín (em 1968) forjavam a revisão de muitas práticas e concepções que, então, tornavam-se anacrônicas. Quanto à catequese dos índios no Brasil, esse movimento de revisão histórica do catolicismo só fazia aumentar a sensação de mal-estar de muitos missionários diante de sua própria imagem. Marcos Pereira Rufino. *O código da cultura*: o Cimi no debate da inculturação. In: Paula Montero. (Org.). *Deus na aldeia*: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 238.

das assembleias e dos regionais do CIMI que superou aquela situação das ilhas”.³⁰⁴ Nesta passagem o missionário fez menção ao relatório do padre Antônio Iasi e à sua crítica ao trabalho desarticulado das missões em uma mesma região, as *ilhas* culturais. As transformações em curso na Igreja Católica faziam parte de um conjunto de mudanças da sociedade e no interior da própria igreja em âmbito internacional.³⁰⁵ “Neste ponto, o principal agente da mudança, foi a decisão que a gente tomou com o pessoal leigo da OPAN, né?”.³⁰⁶ Os opanistas inovaram por não praticarem assistencialismo, tampouco evangelização; buscaram respeitar os valores culturais do povo atendido, sob duas perspectivas principais: “[...] uma, encarnar-se na realidade indígena a tal ponto de ser aceito como um deles [...] E a segunda, que justamente ajudou a transformar tanta coisa dentro da Igreja foi tomar desde o início, a questão indígena como uma questão nacional”.³⁰⁷ Ao mesmo tempo, os encontros da Pastoral Indigenista e a organização das seções regionais do Conselho Indigenista Missionário começaram a modificar a lógica do trabalho das missões e das Prelazias; o levantamento dos povos e o atendimento às suas demandas não mais seriam orientadas por cada uma das confissões religiosas atuantes na Amazônia, mas sim pelo novo órgão indigenista.³⁰⁸ De acordo com Egydio Schwade passaram a trabalhar³⁰⁹ “[...] sem fronteiras políticas e eclesiásticas, em respeito às necessidades dos pobres”.³¹⁰

³⁰⁴ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 05 de abril de 2023.

³⁰⁵ Sobre as inovações do Conselho Indigenista Missionário Maria Cecília Simões argumentou: “[...] disposto a empreender um novo tipo de evangelização, tais como uma reformulação no conceito de cultura, agora muito mais carregado de relativismo e pluralismo; o caráter dialógico na missão, uma pedagogia também mais dialógica, buscando eliminar-se as categorias evangelizador/evangelizado, além de uma crescente mobilização externa às aldeias e a inclusão da causa indígena nas demais causas sociais”. Maria Cecília dos Santos Ribeiro Simões. *Identidade e militância no CIMI: um estudo sobre a identidade dos missionários do CIMI-Leste*. Juiz de Fora, 2010. p. 234. Tese de Doutorado em Ciência da Religião. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010, p. 65.

³⁰⁶ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 05 de abril de 2023.

³⁰⁷ *Idem*.

³⁰⁸ Segundo Maria Cecília Simões os indigenistas ligados ao CIMI se dedicaram ao outro, aos mais pobres e à cidadania: “O perfil do missionário se enquadrava, e até hoje se enquadra, no mesmo perfil do militante das Comunidades Eclesiais de Base, da Comissão Pastoral da Terra ou de outros movimentos baseados na Teologia da Libertação que possuem como principais características a opção pelos pobres, a dimensão sócio-libertadora da fé e a cons tituição de comunidades de base”. Maria Cecília dos Santos Ribeiro Simões. *Identidade e militância no CIMI: um estudo sobre a identidade dos missionários do CIMI-Leste*. Juiz de Fora, 2010. p. 234. Tese de Doutorado em Ciência da Religião. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010, p. 49.

³⁰⁹ De acordo com Maria Dolores Campos Rebollar: “O Concílio Vaticano II também falava de encarnação no mundo dos indígenas, ou seja, viver com eles, como eles, ser presença com uma profunda atitude de respeito à sua cultura. Esta nova forma de pensar a relação com os indígenas estabeleceu um conflito inevitável dentro da Igreja Católica, entre a missão tradicional e suas formas de pensar “o outro”; de pensar-se a si mesma frente ao outro e frente a esta nova visão da evangelização que subvertia em grande medida, a ideia colonialista sobre o indígena”. Maria Dolores Campos Rebollar. *O indigenismo*

Como se pode perceber a experiência missionária, sobretudo ecumênica, da Operação Anchieta, parece ter sido crucial para a constituição e o trabalho do Conselho Indigenista Missionário.³¹¹ A composição do primeiro Conselho se deu com missionários experientes em se tratando da questão indígena. O ingresso de leigos ligados à Operação Anchieta também contribuiu sobremaneira para superar o engessamento da estrutura da Igreja.³¹² O vigésimo quinto ano da Declaração Universal dos Direitos Humanos foi bastante agitado. Nestes termos, Egydio Schwade foi um dos pioneiros na transformação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), juntamente com o Padre Antônio Iasi Júnior, o Padre Thomaz Lisboa, o Padre Adalberto Pereira³¹³, Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino, em 1973. Egydio Schwade avaliou o primeiro ano teve maior ênfase na resolução de pendências administrativas e burocráticas,³¹⁴ sendo a atuação em campo começa efetivamente em 1973. De acordo com o *Boletim do CIMI*, o primeiro ano de atividades “[...] teve uma atuação muito

alternativo dos anos 1970-2000: processos formativos na Operação Amazônia Nativa (OPAN). Cuiabá: EdUFMT, 2016, p. 35.

³¹⁰ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 05 de abril de 2023.

³¹¹ Para Ieda Carvalho: “O objetivo maior da ação indigenista do CIMI tem sido apoiar a luta dos povos indígenas pela demarcação de suas terras, garantindo sua posse e usufruindo dos recursos nela existentes. Para atingir esse objetivo e consolidar sua postura de defesa dos direitos desses povos, o CIMI apresenta uma estrutura que lhe possibilita movimentar-se com agilidade”. Ieda Marques de Carvalho. *O CIMI e sua assessoria aos movimentos indígenas*. *Tellus*, ano 2, n. 2, abr. 2002, p. 138.

³¹² Marcos Rufino destacou a participação dos jovens da Operação Anchieta: “O seu aparecimento no cenário eclesial católico está diretamente relacionado à atuação da Operação Anchieta, a Opan. Nascida poucos anos antes, em 1969, a Opan foi formada a partir de um encontro de jovens congregados marianos e, em seu início atuava dentro das referências “tradicionais” do trabalho catequético das missões religiosas católicas presentes nos territórios de diversos povos indígenas no período (Opan, 1987: 84). Essas referências se traduziam na prática de intervir propositadamente na vida social e no cotidiano dos índios, gerando, por exemplo, modificações na estrutura de aldeias, na organização social, nas representações cosmológicas etc.”. Marcos Pereira Rufino. *O código da cultura: o Cimi no debate da inculturação*. In: Paula Montero. (Org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 238

³¹³ Adalberto Pereira (1927-1996). De acordo com a pesquisa elaborada por Guilherme Pereira, Adalberto Pereira nasceu em uma localidade onde hoje é o município de Farias Brito/CE. Aos 20 anos ingressou na ordem jesuítica. Graduou-se em Filosofia e Teologia na Unisinos/RS. Trabalhou na Missão Anchieta. Foi professor junto ao Museu Rondon, da UFMT. Publicou vários livros: *Vocabulário da língua dos Irántxe* (1964); *Pequeno vocabulário da língua dos índios Cinta-Larga* (1966); *A pacificação dos Tapayúna* (1967-1968); *Os Espíritos Maus dos Nanbikuara* (1974); *Lendas dos índios Iránxe* (1974); *História dos Munkü (Iránxe)*, em co-autoria com Pe. José de Moura e Silva (1976); *Pensamento Mítico dos Nambikwára* (1983); *Pensamento Mítico dos Iranxé* (1985); *O pensamento mítico dos Paresi*, em dois volumes (1986 e 1987); *Pensamento mítico do Rikbáktsa* (1994) e *Pensamento mítico do Kayabi* (1995). Disponível em: <https://blogdequincunha.blogspot.com/2019/12/biografia-do-padre-jesuita-adalberto.html>

³¹⁴ Segundo Clovis Brighenti: “Após a aprovação do regimento interno, as primeiras atividades organizadas pelo Conselho foram os “cursos regionais” em cada região do Brasil, seguindo a organicidade da CNBB. Seu presidente padre Ângelo Venturelli escreveu circular aos bispos das regionais Norte I e Norte II (Amazonas e Pará respectivamente) convocando para os cursos naquelas regiões”. Clovis Antonio Brighenti. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. 2012. 611 p. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012, p. 314.

positiva, expressa de modo marcante no Anteprojeto do Estatuto do Índio, na elaboração do seu Regimento Interno, no estudo das diretrizes antropológicas para as atividades das Prelazias junto às populações indígenas”.³¹⁵ Neste mesmo ano, foi aclamado Secretário Executivo e participou da redação do documento *Y-Juca-Pirama – o Índio, aquele que deve morrer*, denunciando a exploração e as diferentes formas de violência contra os povos indígenas.³¹⁶

Neste contexto de mudanças no indigenismo da Igreja Católica, Egydio deixou o cargo de Coordenador Técnico da OPAN, o qual exercia desde 1969. Estava atuando no Mato Grosso quando recebeu o convite para participar da reunião do Conselho. Desta maneira, em 30 de junho de 1973, foi criado o novo órgão do CIMI, para o qual foi escolhido o primeiro Secretário Executivo.³¹⁷ Sobre esses eventos e o início das mudanças de perspectivas no CIMI,³¹⁸ Egydio argumentou: “[...] na verdade, foi o Secretariado; antes, o CIMI foi criado em 72, mas na verdade só começou a funcionar a partir da criação do Secretariado; eu fui indicado como secretário e tinha toda uma equipe e a gente foi logo seguindo, né...?”.³¹⁹ Conforme o *Boletim do CIMI* a criação da função Secretário Executivo foi a mudança estatutária mais substancial naquele momento.³²⁰ Como não havia recursos, nem humanos nem financeiros, contou

³¹⁵ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Boletim do CIMI. Nº 3 Brasília, 30 de junho de 1973.

³¹⁶ Segundo Leonilde Medeiros, “[...] a modernização da agricultura não só intensificou conflitos nas áreas antigas como em novas áreas, onde o capital, em suas diversas formas, chegou impondo novos usos da terra e novas formas de trabalho. Não por acaso nessas áreas surgem duas entidades ligadas à Igreja Católica que tiveram um papel de relevo na denúncia das violências: o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), criado em 1972, e que se voltou para o fortalecimento da articulação de aldeias e povos indígenas, e a Comissão Pastoral da Terra, nascida em 1975, como reação à situação vivida por trabalhadores rurais, posseiros e peões da Amazônia, mas que estendeu a sua ação, nos anos seguintes, a praticamente todas as regiões do país”. Leonilde Medeiros. *O Regime Empresarial-militar e a Questão Agrária no Brasil. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. O Brasil Republicano. Vol. IV. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003, p. 204.*

³¹⁷ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Boletim do CIMI. Nº 3 Brasília, 30 de junho de 1973.

³¹⁸ Para Clovis Brighenti, a indicação do Pe. Egydio não arrefeceu as tensões internas do Conselho; ao contrário: “Ao assumir a função de secretário executivo, Egydio Schwade implementou uma prática de ações que geraram tensões internas. Ocorre que Schwade já vinha de experiência com a temática indígena, desde 1968, com questionamentos às missões tradicionais, ao trabalho da Igreja com as comunidades indígenas e com críticas quanto às ações e às omissões do Estado brasileiro”. Clovis Antonio Brighenti. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. 2012. 611 p. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012, p. 316.

³¹⁹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 11 de fevereiro de 2022.

³²⁰ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Boletim do CIMI. Nº 3 Brasília, 30 de junho de 1973.

inicialmente com a colaboração de Silvia Bonotto³²¹ e Ivar Busatto, ambos da Operação Anchieta. Os dois contavam com vasta experiência indigenista, forjada pelas diretrizes da Missão Anchieta/MT. Os padres redentoristas, por sua vez, autorizaram o seminarista Valber Dias Barbosa³²² a integrar a equipe. Alguns meses depois se juntou o jesuíta, Pe. Antonio Iasi. Egydio comentou, aos risos, ter recebido o cargo e um “se vira!”.³²³ Naquele momento o Conselho Indigenista Missionário mostrou disposição em colaborar com o trabalho da Fundação Nacional do Índio: “O CIMI deseja também aprofundar sempre mais as suas boas relações com a FUNAI. Para tanto, urgiu o Secretário-Executivo um contato para informações pormenorizadas sobre um Seminário FUNAI-Missões Religiosas”.³²⁴

Como desdobramentos das mudanças provocadas pelas proposições do Concílio do Vaticano II, entre os dias 21 a 30 de maio de 1972 ocorreu o *Encontro de Santarém*, no Pará. Ao longo das atividades do conclave os bispos atuantes na região amazônica discutiram e encaminharam os planos para o trabalho pastoral naquele contexto de profundos impactos sociais, políticos e econômicos. Ao final do evento publicaram as *Linhas Prioritárias para a Pastoral da Amazônia*, documento no qual os bispos elencaram as estratégias pastorais face aos novos desafios por ocasião da abertura de estradas; do surgimento de expressivos núcleos humanos; e, das campanhas publicitárias elaboradas pelo governo federal anunciando o fácil enriquecimento na região, a incentivar ainda mais os fluxos migratórios sem a devida contrapartida com os equipamentos urbanos necessários para garantir as condições básicas e a dignidade às pessoas. De acordo com Jaci Guilherme Vieira, a carta “[...] tem significados

³²¹ Silvia Maria Gasperini Bonotto (1948-2022) foi uma das fundadoras da Operação Anchieta. Trabalhou com os Kayabi, em Juara/MT por quatro anos; passou a fazer parte do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) onde realizou levantamentos sobre os povos indígenas no Amazonas. Na segunda metade da década de 1970 esteve entre os Haliti-Paresi. Nos anos 1980 e 1990 passou a trabalhar no Secretariado do CIMI, em Brasília. Disponível em: <https://amazonianativa.org.br/2022/07/18/homenagem-a-indigenista-silvia-maria-gasperini-bonotto/>

³²² Válber Dias Barbosa (1943-2021). Segundo nota da Província Nossa Senhora Aparecida, nasceu em Itaverama/MG. Em 1970, terminou o curso de Teologia no Seminário Maior de Floresta, em Juiz de Fora/MG. Em 1973, solicitou aos superiores uma experiência em missão indígena. Esse estágio aconteceu na Missão Anchieta dos Padres Jesuítas, no Mato Grosso. Ao final de 1979, um ano depois de ordenado padre, conseguiu de sua Congregação permissão para uma missão junto ao Povo Indígena Krahô, em Tocantins. Publicou os livros *Os Krakô* e *a Questão Cultural Indígena* (2011) e *Missões, Sertões e Índios, em relatos e crônicas* (2012). Disponível em: <https://arquiocesejuizdefora.org.br/padre-valber-dias-c-ss-r-lanca-seu-novo-livro-na-biblioteca-redentorista/>

³²³ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.

³²⁴ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Boletim do CIMI. Nº 3 Brasília, 30 de junho de 1973.

importantes e passa a ser a base de discussão sobre uma atuação prática do que deveria ser feito frente aos novos desafios nessa região e uma delas seria os povos indígenas”.³²⁵

O manifesto *Linhas Prioritárias para a Pastoral da Amazônia* foi um desdobramento direto do processo de renovação da Igreja Católica pós-conciliar; tal fato se pode diagnosticar a partir expressão das suas influências: “[...] a partir do Vaticano II, e em particular da Igreja latino-americana a partir de Medellín e **reconhecendo a experiência e os anseios das bases**”.³²⁶ Os ares de renovação da igreja começaram a soprar mais forte na Amazônia brasileira; os desafios colocados na organização do processo contemporâneo de colonização do vasto território demandaram aos agentes públicos e aos religiosos medidas enérgicas para suprir as necessidades básicas dos nativos e dos migrantes. Em certa medida, o Estado e as instituições assistenciais chegaram após os empreendimentos econômicos e a consolidação das aglomerações populacionais. Para fazer frente aos problemas sociais amazônicos, o manifesto dos prelados elencou duas diretrizes principais, a encarnação na realidade das comunidades e a evangelização libertadora, orientadas pela Comunidade Cristã de Base. O documento também focalizou a *Pastoral Indígena*, sublinhando a complexidade da questão indígena e a vulnerabilidade dos indígenas diante do avanço da sociedade envolvente. Avaliou como elementos principais daquela conjuntura a ação da Fundação Nacional do Índio; o avanço das missões protestantes e das frentes pioneiras; as discussões sobre o Estatuto do Índio; e, não menos importante, a necessidade de atualização da agenda das missões religiosas às atividades com os povos indígenas. Conferiram expectativas ao trabalho do recém criado Conselho Indigenista Missionário.³²⁷ Karl Arenz e George Vasconcelos observaram os conflitos políticos no interior dos grupos de trabalho uma vez “[...] certos participantes queixaram-se do teor “demasiadamente sociológico” e “radical” de determinadas passagens (sobretudo, as que trataram da realidade) e observações críticas (como aquela sobre o clero de origem

³²⁵ Jaci Guilherme Vieira. *Ditadura militar, povos indígenas e a igreja católica na Amazônia: a Congregação da Consolata e o novo projeto de missão entre os índios da Roraima (1969-1999)*. Editora Valer, 2019, p. 45.

³²⁶ *Linhas Prioritárias para a Pastoral da Amazônia*, 1972, p. 02. [Grifo original]

³²⁷ *Linhas Prioritárias para a Pastoral da Amazônia*, 1972.

estrangeira)”.³²⁸ Segundo os autores, em razão do impasse, decidiram promover conversas conciliatórias, adiando os trabalhos da redação final para o dia seguinte.³²⁹

O ano de 1973 foi emblemático para a política indigenista; além da criação do Secretariado Executivo do Conselho Indigenista Missionário,³³⁰ de um lado, o Estatuto do Índio foi promulgado e, por outro, em dezembro, foi finalizado o *Y-Juca-Pirama – O índio: aquele que deve morrer*. Além da Crise do Petróleo e o fim do ciclo de crescimento econômico, o cenário foi pautado pela construção das rodovias e os conflitos decorrentes do contato entre a sociedade envolvente e os povos indígenas.³³¹ Em relação à atuação no Secretariado Executivo do CIMI, Egydio Schwade destacou ter buscado trabalhar junto aos povos indígenas, não em uma sede em alguma capital, como em Brasília, local da sede do CIMI, ou em Cuiabá, na sede da OPAN. O trabalho necessariamente precisava ser volante, para um diagnóstico mais preciso da situação dos povos indígenas e a construção de alternativas para o encaminhamento de suas demandas:³³² “Com a equipe da OPAN formávamos o Secretariado móvel do CIMI. A gente se movia pelo país. Eu como Secretário tomava a cada ano pelo menos duas ou três áreas que não tinham nada; não tinha Funai, nem Igreja, ninguém interessado pelos índios”.³³³ Egydio Schwade optou por procurar os povos indígenas remanescentes em diferentes partes do país: “O primeiro eu acho que comecei foi no Alto Solimões. Aí,

³²⁸ Karl H Arenz. George A. B. de Vasconcelos. *Encarnação e Libertação: os ecos do Concílio Vaticano II na Amazônia brasileira*. In: Revista Brasileira de História das Religiões, v. 7, n. 19, 2014, p. 182.

³²⁹ Karl H Arenz. George A. B. de Vasconcelos. *Encarnação e Libertação: os ecos do Concílio Vaticano II na Amazônia brasileira*. In: Revista Brasileira de História das Religiões, v. 7, n. 19, 2014.

³³⁰ Para Maria Cecília Simões, “Com pouco tempo de criação, o CIMI já dispunha de grande força enquanto mediador oficial das causas indígenas junto à igreja católica. Na busca dessa mediação, novas práticas e conceitos foram propostos, fazendo-se sentir na modificação tradicional do conceito de missiologia católico. Os preceitos cristãos passam a fazer parte da cosmologia indígena, mas sob a ótica da vivência destes grupos”. Maria Cecília dos Santos Ribeiro Simões. *Identidade e militância no CIMI: um estudo sobre a identidade dos missionários do CIMI-Leste*. Juiz de Fora, 2010. p. 234. Tese de Doutorado em Ciência da Religião. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010, p. 36.

³³¹ Para Ascenso: “O contrato para “pacificar” esses povos indígenas alude ao princípio de uma atualização da lógica da guerra de conquista através do discurso da pacificação. À diferença do projeto rondoniano, entretanto, o exercício do poder tutelar vinha agora investido de uma brutal aceleração da integração forçada, respaldada pela narrativa do progresso”. João Gabriel da Silva Ascenso. *Como uma revoada de pássaros*: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, 2021. p. 391 : il. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 31.

³³² Com a criação do CIMI, de acordo com João Dal Poz, “[...] coube à OPAN a tarefa estratégica de organizar algumas seções regionais do novo órgão eclesial e de colaborar para um amplo levantamento da situação da população indígena – em boa parte executado por uma equipe volante mista, para a qual a OPAN indicou Ivar Busatto e Sílvia Bonotto”. João Dal Poz. De voluntários a indigenistas. FANZERES, Andreia; BUSATTO, Ivar; DAL POZ, João (org.). *Novas reflexões indigenistas*. Cuiabá/MT: Operação Amazônia Nativa, 2021. p. 19.

³³³ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 11 de fevereiro de 2022.

depois, no Acre [...] Depois Roraima, aquela vez que a gente... no encontro Surumu. Depois no Juruá. Ativando, né? Atrás da minha passagem, vinha o pessoal da OPAN [...]”.³³⁴ O levantamento das condições das diferentes etnias impactou o *Boletim do CIMI*, pois a partir da quarta edição começaram a surgir as denúncias.³³⁵

Em outra passagem da entrevista, referente aos documentos elaborados pelos missionários católicos progressistas e os conflitos com o indigenismo oficial, o colaborador argumentou: “Me parece que foi em 72, que saiu o documento *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. Foi o primeiro, logo em seguida, saiu o outro documento da Igreja denunciando a situação de marginalização do nordeste”.³³⁶ O documento sobre o nordeste mencionado por Egydio Schwade é o *Eu ouvi os clamores do meu povo*. Além do estudo publicado por Dom Pedro Casaldáliga, o grupo de indigenistas renovadores se organizou para a elaboração de outro, com grande repercussão: “Aí, veio depois, em 73, o nosso documento, o *Y-Juca-Pirama*, né? Então tudo isso veio junto, esses documentos saíram, a raiva contra Dom Pedro e o pessoal, os agentes deles sofreram ainda mais”.³³⁷ Naquele cenário de arbitrariedades,³³⁸ as críticas às políticas indigenista e fundiária implicaram vários conflitos com os órgãos de segurança e os militantes foram detidos, interrogados e presos: “O padre Jentel³³⁹, leigos, o Canuto³⁴⁰, era Vigário de São Félix; principalmente os leigos, Antônio Moura, ficou preso junto com o Jentel em Campo Grande um bom tempo e foi muito perseguido depois”.³⁴¹ Como destacou João Gabriel Ascenso, o *Y-Juca Pirama* refletiu no país “[...] um contexto internacional marcado pela amplificação

³³⁴ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 14 de dezembro de 2022.

³³⁵ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). *Boletim do CIMI*. Nº 4. Brasília, 10 de agosto de 1973.

³³⁶ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.

³³⁷ *Idem*.

³³⁸ Alfredo Wagner destacou o papel do Estado na reorganização da estrutura fundiária, com ênfase na nos grandes empreendimentos agropecuários: “A ação fundiária oficial na Amazônia, através da “colonização dirigida”, intrusou inúmeras áreas indígenas e, com a concessão e a alienação de imensos domínios territoriais a grandes grupos empresariais, levou a ameaça de destruição de posses já consolidadas ou em fase de consolidação pelas famílias camponesas. A inflicção de danos, pela beligerância dos mencionados interesses empresariais, pretensos proprietários de áreas não tituladas, desencadeou um processo de violência permanente, cujas proporções ultrapassam, em larga medida, os mecanismos coercitivos que tradicionalmente sustentam os latifúndios”. Alfredo Wagner Berno de Almeida. *Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social – Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1993, p. 288.

³³⁹ *Idem*.

³⁴⁰ *Ibidem*.

³⁴¹ *Ibidem*.

do debate sobre direitos humanos, autodeterminação dos povos e multiculturalismo, e pela revisão crítica do papel missionário da Igreja”.³⁴²

Os outros dois documentos contribuem para a compreensão do enfrentamento das políticas do governo militar pelos setores progressistas da igreja. Após o combativo *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*, em 06 de maio de 1973, foram publicados o *Marginalização de um povo – Grito das igrejas* e *Eu ouvi os clamores do meu povo*. Segundo Scott Mainwaring tais declarações muito provavelmente sejam as mais progressistas em qualquer parte do mundo até aquele momento.³⁴³ O primeiro, *Marginalização de um povo – Grito das igrejas*, foi elaborado pelos bispos da região centro-oeste. Os autores, nitidamente influenciados pelo Concílio do Vaticano II, empreenderam uma análise da economia política; das condições de vida, educação, saúde, alimentação, higiene e habitação; da produção rural; da questão fundiária; e as relações de produção determinantes à marginalização dos pequenos produtores rurais em detrimento da expansão dos latifúndios. Para corrigir as questões estruturais da relação campo x cidade salientaram a importância da reforma agrária: “É só remendo. E para mudar mesmo, dizem os técnicos (e os que experimentaram para valer), é preciso não ser muito demorada nem pode ser feita por partes. É preciso que ela seja rápida, global e profunda”.³⁴⁴ É preciso levar em conta o contexto político-ideológico dos anos de chumbo, onde tais diretrizes soariam aos ouvidos dos agentes de segurança como sinônimos de subversão. De acordo com a argumentação apresentada, a modernização do campo estava tornando ainda mais agudas tais distorções, uma vez a política fundiária governamental fomentar os grandes empreendimentos rurais. Em atenção aos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana, demandaram “[...] um mundo onde os frutos do trabalho sejam de todos. Queremos um mundo em que se trabalhe não para enriquecer, mas para que todos tenham o necessário para viver: comida, zelo com a saúde, casa, estudos, roupa, calçados, água e luz”.³⁴⁵ Ao mesmo tempo, criticaram a exploração humana pelo sistema capitalista, entendida como ponto de partida para a fragmentação da sociedade e a dissolução dos laços comunitários: “Queremos um mundo em que o dinheiro esteja a serviço dos homens e não os homens

³⁴² João Gabriel da Silva Ascenso. “*Como uma revoada de pássaros*”: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, 2021. p. 391. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 73.

³⁴³ Scott Mainwaring. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

³⁴⁴ *Marginalização de um povo – Grito das igrejas*, 1973, p. 27.

³⁴⁵ *Ops. Cit.*, p. 43.

a serviço do dinheiro. Queremos um mundo em que todos possam trabalhar para todos, não um mundo dividido em que cada um procura só para si”.³⁴⁶

Já o *Eu ouvi os clamores do meu povo*, foi estruturado pelos bispos e superiores religiosos atuantes na região nordeste. Nele analisaram o cenário econômico, a questão fundiária e a realidade do homem nordestino, principalmente em termos do acesso à renda, ao trabalho, à alimentação, à moradia e à educação. Denunciaram o empobrecimento da população naquele contexto de *milagre econômico*, processo ao qual consideram como um instrumento de opressão: “As estruturas econômica e social em vigor no Brasil são edificadas sobre a opressão e a injustiça, que provêm de uma situação do capitalismo dependente dos grandes centros internacionais do Poder”.³⁴⁷ Na argumentação dos autores, o modelo econômico brasileiro não estava atendendo à dignidade da pessoa humana e a subnutrição, a mortalidade infantil, a prostituição, o analfabetismo, o desemprego, a discriminação, a exploração e a concentração da riqueza eram cada vez mais agudas.³⁴⁸

Por ocasião do cerceamento das liberdades individuais o *Y-Juca Pirama* foi elaborado e distribuído em sigilo. Um fato, em especial, chama a atenção; apesar da participação de Egydio Schwade na sistematização, no *Y-Juca-Pirama*, o seu nome não consta na lista dos autores. Questionado em relação a isto, indicou ter sido uma estratégia, a fim de não trazer possíveis represálias por parte do governo militar para a atuação do Secretariado Executivo, uma vez Egydio fazer parte do conselho diretor e, também, por ser uma das figuras bastante visadas pelos agentes de segurança. Em suas palavras, isto “[...] foi o Dom Pedro Casaldáliga [...] ele dizia, ele achava que era conveniente eu não assinar para não fazer parar, porque eles estavam em cima”.³⁴⁹ Tal cuidado também deixou de relacionar o nome do padre Ivo Poletto³⁵⁰. “Eles estavam em cima” significa clareza das lideranças missionárias à vigilância exercida pelo regime arbitrário, apesar de não saber a magnitude; por se tratar de um documento abertamente contestatório, desagradaria os governistas e retaliações poderiam advir.

³⁴⁶ *Marginalização de um povo – Grito das igrejas*, 1973, p. 27.

³⁴⁷ Bispos e Superiores Religiosos do Nordeste. *Eu ouvi os clamores do meu povo*. Salvador: Ed. Benedictina, 1973, p. 27.

³⁴⁸ Bispos e Superiores Religiosos do Nordeste. *Eu ouvi os clamores do meu povo*. Salvador: Ed. Benedictina, 1973.

³⁴⁹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 11 de fevereiro de 2022.

³⁵⁰

Em função das suas viagens pelo país, Egydio foi um dos responsáveis pela difusão da publicação. Ao buscar uma nova remessa, percebeu a vigilância empreendida pelos órgãos de segurança. Por estar de passagem por Goiânia, rumo a São Paulo e, depois, ao sul do país, fez contato telefônico para receber alguns exemplares; no entanto, tudo leva a crer, a ligação pode ter sido interceptada; ao chegar no terminal rodoviário da capital goiana, Antônio Carlos Moura acabara de ser preso. Sobre o episódio relatou: “[...] ele fazia as entregas para nós discretamente do material como nós chamávamos, o *material escolar*, que era o *Y-Juca-Pirama*. Inclusive, ali, quase na minha frente, ele foi preso, de novo, porque, felizmente, pela presença de espírito dele, ele conseguiu passar”.³⁵¹ Além do cuidado com as comunicações também foi necessário adotar medidas de segurança para o trânsito e os contatos entre os militantes:³⁵² “A gente não ia geralmente sozinho, ele foi com uma agente de pastoral de da Diocese de Dom Tomás Balduino, de Goiás, estava do lado dele e ele passou o pacote de material escolar [risos] Ela foi também sem mais ficar ali, não é? Se retirou dali”.³⁵³ Mesmo com tais precauções, Antônio Carlos Moura não conseguiu burlar o aparato repressivo naquela ocasião: “Os policiais também não se deram conta. Provavelmente pensaram que era uma pessoa que estava casualmente conversando só com ele e não deram conta. Aí ela foi e entregou esse material para mim. E disse: ‘Pega aí. O Moura acaba de ser preso’”.³⁵⁴ Ao narrar a necessidade de informar à mãe de Antônio Carlos Moura da situação, Egydio mudou a entonação, muito provavelmente por tratar-se de um momento sensível, o qual o poderia ter consternado.

O período de organização do Secretariado Executivo do CIMI, de distribuição do *material escolar* foi também o da realização da primeira assembleia dos povos indígenas: “[...] As coisas foram acontecendo assim nesse tempo. Toda essa luta. Em seguida, logo, em 74, nesse mesmo mês do Y-Juca-Pirama eu e Thomaz Lisboa

³⁵¹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 14 de dezembro de 2022.

³⁵² Segundo Ascenso: “O ‘material escolar’ eram, na verdade, os exemplares do manifesto ‘Y-Juca-Pirama – o índio: aquele que deve morrer’, apresentado como um ‘documento de urgência de bispos e missionários’. Seus redatores foram o padre Antônio Iasi, Dom Tomás Balduino, Dom Pedro Casaldáliga, padre Ivo Polleto, frei Eliseu Lopes e o próprio Schwade, reunidos em um sítio em Abadiânia (Goiás). Os três últimos não constam na lista de assinaturas do documento, por questões de segurança”. João Gabriel da Silva Ascenso. “*Como uma revoada de pássaros*”: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, 2021. p. 391. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 70.

³⁵³ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.

³⁵⁴ *Idem*.

organizamos o programa do Secretariado do CIMI que consta essas duas vertentes”.³⁵⁵ Como argumentou Ascenso, o Y-Juca Pirama foi “[...] um manifesto com tom de denúncia tão evidente e que acusava formalmente o Estado de extermínio não passou despercebido pelos órgãos de inteligência”.³⁵⁶ Vale lembrar, as duas vertentes mencionadas pelo colaborador são a organização das assembleias das lideranças indígenas e a organização dos regionais do Conselho Indigenista Missionário. Estes instrumentos devem ser entendidos como espaços ecumênicos de levantamento da situação das etnias, dos problemas enfrentados, bem como a organização das reuniões com caráter deliberativo nos quais os indígenas eram os protagonistas, tendo em vista apontar caminhos para a superação dos conflitos pelos povos indígenas, sobretudo, em relação à sua autonomia e à posse da terra.

O *Y-Juca Pirama* há pouco completou o seu cinquentenário; em sua apresentação, definiu sua posição:³⁵⁷ “[...] desafiados pela nossa consciência e pela nossa missão e pelo choque da realidade que nos envolve entregamos à consciência nacional e em particular a quantos comungam conosco a mesma esperança este manifesto de urgência sobre a dramática condição dos povos indígenas do Brasil”.³⁵⁸ Em um apanhado de dados sobre o desrespeito aos direitos dos povos indígenas, destacaram a Amazônia se tornar “terra de ninguém” ou “terra sem lei” e tal situação partia, justamente, da omissão ou por ações deliberadas das autoridades governamentais. Sobre a Fundação Nacional do Índio, instituição responsável pela execução da política indigenista oficial, sintetizaram: “Dos altos escalões às simples equipes de atração, ressaltando uns poucos e heroicos sertanistas, o que caracteriza a FUNAI é o despreparo para a missão que foi chamada a desempenhar. Ela se transformou numa enorme máquina burocrática centralizada em Brasília”.³⁵⁹ Ao

³⁵⁵ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.

³⁵⁶ João Gabriel da Silva Ascenso. *“Como uma revoadada de pássaros”*: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, 2021. p. 391. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 71.

³⁵⁷ Para Clovis Brighenti o então presidente do Conselho Indigenista Missionário não concordou com o documento alegando viés ideológico: “O documento contendo dados da realidade indígena brasileira denunciava a violência e os abusos cometidos contra os povos indígenas pelo desenvolvimento capitalista da época, chamado de “milagre brasileiro”, e pela omissão do Estado. O padre Vicente César, presidente do Cimi em exercício, não concordou com o documento”. Clovis Antonio Brighenti. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. 2012. 611 p. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012, p. 317.

³⁵⁸ *Y-Juca Pirama – O índio: aquele que deve morrer*. Conselho Indigenista Missionário, 1973.

³⁵⁹ *Idem*.

direcionar aos projetos desenvolvimentistas e à política indigenista assimilacionista a razão da aceleração do etnocídio dos povos indígenas os missionários progressistas entraram em rota de colisão com os órgãos governamentais. São praticamente 30 páginas síntese de matérias de jornais em tom de denúncia pela degradante situação dos povos indígenas, a política indigenista oficial, os grandes projetos de desenvolvimento e a atuação dos órgãos oficiais associados ao grande capital em detrimento das demandas dos povos indígenas. Egydio assinalou: “[...] foi um documento que sacudiu bastante a ditadura militar, teve logo repercussão internacional, traduzido para outras línguas e tal”.³⁶⁰ Por certo, o impacto diante da opinião pública e de instituições internacionais desagradou e preocupou os militares, dada a tentativa de construção da imagem internacional de um governo “democrático” e orientado pela “defesa dos direitos humanos”, ao menos formal e retoricamente.³⁶¹ Para Clovis Brighenti, o documento repercutiu não só no meio eclesiástico, mas no conjunto da sociedade “[...] por enquadrar-se num contexto de acirramento da violência contra os povos indígenas, praticada pelas frentes de ocupação na Amazônia especialmente e pelo projeto de ‘desenvolvimento’ do Estado brasileiro”.³⁶² Segundo João Gabriel Ascenso, “[...] o impacto dessas agendas internacionais era recebido com muito temor pelo governo militar, em um momento de acirramento do discurso de segurança nacional e de interesses estratégicos em garantir a soberania sobre a Amazônia”.³⁶³ Ao mesmo tempo “[...] as frequentes acusações de genocídio sobre os povos indígenas deveriam ser categoricamente refutadas”.³⁶⁴

Sob influência direta a criação da Funai (1967), a publicação do Relatório Figueiredo (1968) e a fundação do CIMI (1972) houve uma significativa atualização na política indigenista, além da criação do movimento indigenista e da organização do

³⁶⁰ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 11 de fevereiro de 2022.

³⁶¹ Sobre o clima de euforia com o crescimento econômico nos primeiros anos da ditadura militar Cf. Carlos Fico. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1997; e, Janaina Martins Cordeiro. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2015

³⁶² Clovis Antonio Brighenti. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. 2012. 611 p. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012, p. 318.

³⁶³ João Gabriel da Silva Ascenso. *“Como uma revoada de pássaros”*: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, 2021. p. 391. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 73.

³⁶⁴ *Idem*.

indigenismo, através de diversas instituições emergentes neste campo.³⁶⁵ O ano de 1973, de certa forma, inaugurou o conflito aberto entre as perspectivas de indigenismo adotados pelo governo e pelas organizações da sociedade civil. Assim, tanto o *Estatuto do Índio* como o *Y-Juca-Pirama* são fundamentais para o indigenismo e demonstram os diferentes caminhos adotados pelas instituições. O antagonismo entre a atuação da Funai e do CIMI, repercutido pela imprensa, passou a pautar a opinião pública e a figurar como objeto das preocupações de atores governamentais e observadores de organismos internacionais, muitos dos quais financiavam projetos ou importavam do Brasil.

Para Egydio Schwade a ideia de organizar assembleias dos povos indígenas surgiu em outubro de 1973.³⁶⁶ Poucos meses após ser nomeado para o cargo de Secretário do Conselho Indigenista Missionário, recebeu um Relatório do Conselho Regional Indígena do Cauca/Colômbia (CRIC).³⁶⁷ O relatório sistematizou a assembleia dos indígenas da região do rio Cauca. O colaborador mencionou ter ficado entusiasmado com a perspectiva de trabalho e daí surgiu a inspiração para organizar assembleias semelhantes aqui no país.³⁶⁸ Para Maria Cecília Simões, as linhas de ação do CIMI emergiram das reflexões sobre a prática missionária “[...] envolvidas na questão indígena não só de todo o Brasil, mas também da América Latina. Intimamente ligada à defesa da terra, encontra-se a luta pela autodeterminação indígena, que levará

³⁶⁵ Segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade: “A subordinação do órgão tutor dos índios, encarregado de defender seus direitos, em relação às políticas governamentais fica evidente quando se nota que o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) era órgão do Ministério da Agricultura e que a Fundação Nacional do Índio (Funai), que substituiu o SPI em 1967, foi criada como órgão do Ministério do Interior, o mesmo ministério a cargo do qual estavam a abertura de estradas e a política desenvolvimentista em geral. Acrescente-se a esse quadro a anomalia jurídica de não haver um órgão curador a quem o órgão tutor dos índios devesse prestar contas de suas ações. Assim, é estrutural o fato de os órgãos governamentais explicitamente encarregados da proteção aos índios, o SPI e posteriormente a Funai, não desempenharem suas funções e se submeterem ou até se colocarem a serviço de políticas estatais, quando não de interesses de grupos particulares e de seus próprios dirigentes”. Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos. Volume II, 416 p./ Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014, p. 205.

³⁶⁶ De acordo com Ascenso: “A partir da percepção dos missionários que participaram de tal esforço, tratava-se de dar voz aos próprios indígenas, para que eles tivessem protagonismo sobre os rumos da sua história – a Igreja deveria apenas oferecer suporte a essa organização”. João Gabriel da Silva Ascenso. *“Como uma revoada de pássaros”: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro, 2021. p. 391. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 124.

³⁶⁷ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 21 de janeiro de 2023.

³⁶⁸ *Idem*.

protagonismo em sua história”.³⁶⁹ Especificamente em relação às assembleias, para Marlene Castro Ossami de Moura uma perspectiva comum entre elas “[...] tanto no passado como no presente, é a terra. Sobretudo, com relação à demarcação e ampliação de seus territórios. Outro eixo é a necessidade do fortalecimento dos povos e das organizações indígenas”.³⁷⁰ O colaborador asseverou as assembleias³⁷¹ se tornarem importantes instrumentos de luta por direitos para os diferentes povos; também um dispositivo para a compreensão da realidade das diferentes etnias e seus problemas e desafios comuns; e, por fim, a construção de redes e aproximação com instituições não-indígenas para o fortalecimento de suas ações. Para Poliene Bicalho, a figura do indígena passou a se apresentar “[...] na cena política do país como um novo ator político e social, que começou a se organizar politicamente, consciente da sua cultura, da sua história e da necessidade de mobilização do grupo como meio de ruptura com a condição de colonizado”.³⁷²

Quanto ao contexto de emergência das primeiras assembleias e das articulações do CIMI,³⁷³ o então Secretário Executivo elencou duas linhas de ação prioritárias: “Essa das assembleias indígenas que fazia a reunião, as reuniões entre os índios que a gente promovia com o pessoal da OPAN que trabalhava nas bases em contato direto com Tuxauas, com as lideranças indígenas; aí, começamos a articular”.³⁷⁴ Nas entrevistas Egydio também destacou o trabalho em conjunto com Thomaz Aquino Lisboa ao longo da década de 1960 e nos anos seguintes; para o indigenista a organização das

³⁶⁹ Maria Cecília dos Santos Ribeiro Simões. *Identidade e militância no CIMI: um estudo sobre a identidade dos missionários do CIMI-Leste*. Juiz de Fora, 2010. p. 234. Tese de Doutorado em Ciência da Religião. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010, p. 51.

³⁷⁰ Marlene Castro Ossami de Moura. *As assembleias de líderes indígenas no Brasil (1974-1984)*. O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988), 2021, p. 51.

³⁷¹ Ainda sobre as assembleias, Egydio ressaltou: “Todas as assembleias do período entre abril de 1974 a dezembro de 1980 estavam enraizadas nas aldeias. E quase todas aconteceram em ambiente indígena, nas aldeias, tratando de temas do dia a dia. Todas tiveram como consequência resoluções e ações que se refletiram na vida das comunidades e dos povos participantes, principalmente na reconquista de seus territórios, na retomada de sua cultura e de sua autodeterminação. Por isso, colaboraram para o fim da doutrinação da Igreja, sacudiram a Funai e contribuíram decisivamente para o fim da Ditadura Militar no país”. *Ops. Cit.*, p. 45.

³⁷² Poliene Soares dos Santos Bicalho. *As assembleias indígenas – O advento do movimento indígena no Brasil*. OPSIS, Catalão, v. 10, n. 1, p. 91-114, jan-jun 2010, p. 110.

³⁷³ Para Poliene Bicalho: “Desde as primeiras Assembléias houve a intenção de limitar a presença de não-índios nas reuniões, embora alguns missionários, freiras, repórteres, fotógrafos e representantes da FUNAI tenham participado de muitas delas. A idéia era deixar os índios à vontade para expor os seus problemas sem medo e sem pressão de fora. Aos poucos, o número de não brancos foi ficando cada vez menor e os índios foram adquirindo cada vez mais autonomia para organizar e realizar os seus encontros”. Poliene Soares dos Santos Bicalho. *As assembleias indígenas – O advento do movimento indígena no Brasil*. OPSIS, Catalão, v. 10, n. 1, p. 91-114, jan-jun 2010, p. 103.

³⁷⁴ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 21 de janeiro de 2023.

assembleias indígenas foi fundamental para efetivarem o plano de ação por eles procurado desde os anos anteriores para superarem a perspectiva assimilacionista da ala por considerada conservadora e a política indigenista do regime; e também, para incentivarem os indígenas na busca pelo seu protagonismo e o exercício da autonomia.

Em relação às primeiras assembleias realizadas nas aldeias e as mudanças ocorridas ao longo da década de 1970, Egydio Schwade salientou serem preferencialmente “[...] em ambiente indígena; a assembleia se realiza, tomam-se as decisões, entram em ação, não há uma sede. Acabou a assembleia. Isto era o sistema indígena, não havia esse negócio de alguém comandar de um centro”.³⁷⁵ Na reflexão do jesuíta: “O restante, todo mundo, praticamente, foi no sentido de os índios tem que entrar na perspectiva de organização indígena, conselho ou coordenação; tudo são palavras, conceito do domínio não dos indígenas, mas são nossos, não é?”.³⁷⁶ Isto teria se desdobrado em certo afastamento da lógica de organização dos povos indígenas. Em sua avaliação o ambiente urbano e a burocracia estatal da sociedade ocidental estão distantes do alcance de muitos povos indígenas; neste sentido, reiterou: “Assembleias são conceitos que eles dominam. Quando começou as organizações, praticamente todas tiveram uma sede na cidade”.³⁷⁷ Por outro lado, foram espaços interativos e formativos “permitindo que povos diferentes entrassem em contato e compartilhassem experiências, muitos pela primeira vez –, e o estímulo de “brancos” (missionários, antropólogos) a que os indígenas criassem uma entidade representativa”.³⁷⁸ O colaborador apontou na década seguinte surgir no Conselho Indigenista Missionário uma nova lógica de trabalho, com a prevalência da organização de sedes e atividades no ambiente urbano; juntamente com Antônio Iasi Júnior teria pleiteado a continuidade da interiorização do movimento e das organizações indigenistas. Meses depois, em dezembro, sob a orientação de Luciano Mendes de Almeida, juntamente com Thomaz Aquino Lisboa fez sua última etapa da formação jesuítica na Gávea/RJ. Na ocasião, estruturaram o programa de ações do Secretariado Executivo do CIMI e planejaram Encontros da Pastoral Indigenista nas diferentes regiões. Além disto, começaram a

³⁷⁵ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 21 de janeiro de 2023.

³⁷⁶ *Idem.*

³⁷⁷ *Ibidem.*

³⁷⁸ João Gabriel da Silva Ascenso. *“Como uma revoada de pássaros”*: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, 2021. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 112.

desenhar as assembleias para os povos indígenas no sentido de criar um espaço para eles próprios debaterem os problemas enfrentados nas aldeias, bem como formas para superá-los.³⁷⁹

Tanto a atuação na OPAN quanto no CIMI foi marcada por conflitos com lideranças da Igreja Católica.³⁸⁰ Em várias ocasiões, Egydio teve seus pedidos negados e, além disto, repreensões verbais com o objetivo de desmobilizá-lo. Focado na militância, buscou contornar as adversidades surgidas em seu caminho. No processo de construção das memórias assinalou a atitude de alguns prelados conservadores com o fito de boicotar as ações do CIMI exigiu táticas pastorais novas para driblar os embaraços causados e permitir a atuação junto aos povos indígenas. Por exemplo, argumentou quando estava atuando como Secretário Executivo do CIMI, um prelado em Cruzeiro do Sul/AC tentou o impedir de ingressar na área de atuação da Prelazia. Para contornar essa situação, organizou um grupo com integrantes da OPAN para fazer um levantamento da situação dos povos indígenas daquela região. Em uma semana de caminhada na floresta fechada, se deslocaram do Rio Purus ao Rio Envira, onde conseguiram mapear as precárias condições na qual se encontravam os nativos.³⁸¹ Em relação a outra situação referente à atuação dos jovens da OPAN na região, um deles se inseriu em uma fazenda para tentar libertar indígenas explorados. Como estratégia foi trabalhar como peão com os indígenas de duas etnias em condições análogas à escravidão. Mencionou após nove meses de imersão, o jovem missionário leigo, encarnado naquele contexto, conseguiu convencer os nativos a retornar às suas aldeias de origem, onde contariam com suporte da equipe da OPAN.³⁸²

Em relação à vigilância e controle pode-se verificar o acompanhamento das atividades da CNBB, do CIMI, do CIMI Regional Norte I, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Pastoral Indigenista, Operação Anchieta (OPAN), dentre outras instituições por parte dos órgãos de inteligência do governo. Telegramas do Ministério do Interior (MINTER) e da Funai solicitavam informações das reuniões, plenárias,

³⁷⁹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 21 de janeiro de 2023.

³⁸⁰ De acordo com Alvaro de Oliveira Senra: “A atuação política e as propostas adotadas pela Igreja Católica durante aqueles anos, no entanto, não devem ser vistas como resultado de um posicionamento unânime do conjunto da hierarquia e de suas entidades representativas: houve conflitos e resistências às transformações e sempre existiu um forte núcleo de reação conservadora”. Alvaro de Oliveira Senra. *CNBB, democracia e participação popular (1977-1989)*. Anos 90, Porto Alegre, v. 24, n. 46, p. 97-120, dez. 2017, p. 103.

³⁸¹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 05 de abril de 2023.

³⁸² *Idem*.

congressos, etc.³⁸³ Criavam dossiês com reportagens dos eventos e as manifestações das lideranças religiosas, com destaque às críticas à política indigenista e as ações da Fundação. O Departamento de Polícia Federal (DPF) do local do evento era acionado.³⁸⁴ Havia infiltração de pessoas como observadores.³⁸⁵ Mais de uma vez foram encontrados microfones não autorizados instalados em uma das salas onde ocorriam os eventos.³⁸⁶

Estes eventos facilitaram a organização das seções regionais do Conselho Indigenista Missionário: “A segunda vertente foi a organização de encontros de Pastoral Indigenista visando, como eu acho que já falei, o Iasi – principalmente – ainda em 70 colocava, as Prelazias como verdadeiras ilhas, ilhas culturais, né? Fechadas em torno de si”.³⁸⁷ Na avaliação do indigenista esta reforma teria facilitado o trabalho com os povos indígenas por superar a fragmentação das missões e das Prelazias: “Por exemplo, no Mato Grosso tinha os Salesianos, os Claretianos e os Jesuítas. Às vezes, o mesmo povo dividido em três linhas pastorais diferentes. Como no caso dos Xavantes, na prelazia de Diamantino”.³⁸⁸ As diferentes congregações poderiam ter atividades distintas, não coordenadas, para um mesmo povo. Na nova perspectiva,³⁸⁹ buscavam articular o trabalho pastoral,³⁹⁰ além de incentivar o protagonismo dos indígenas com o intuito de

³⁸³ O Departamento Geral de Operações e a Assessoria de Segurança e Informações estavam atentos às manifestações públicas dos missionários ligados à OPAN, ao CIMI e à CPT. Havia pastas pessoais no arquivo da Fundação Nacional do Índio e conexão com os Centros de Informações das Forças Armadas, como o CIE, o CISA e o CENIMAR. A título de exemplo, foram localizadas pastas referentes aos padres Egydio Schwade, Antônio Iasi Júnior, Antônio Canuto, Ivo Poletto; e aos bispos, Dom Pedro Casaldáliga e Dom Moacir Grechi. Também sobre os eventos realizados, como o Seminário FUNAI-MISSÕES, o Encontro sobre o problema da terra na Amazônia Legal, o Encontro Eucarístico Nacional; para os quais foram organizadas operações de informações.

³⁸⁴ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Radiotelegrama do Departamento de Polícia Federal (DPF). 04 de maio de 1977. Pasta Egydio Schwade. 1978. Arquivo Nacional.

³⁸⁵ BRASIL. Agência de Brasília do Serviço Nacional de Informações (ABS/SNI). Encaminhamento Nº 187/19/ABS/75. 30 junho de 1975. Arquivo Nacional.

³⁸⁶ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Telegrama Nº 20/AJ/ACRE. 12 de agosto de 1976. Arquivo Nacional.

³⁸⁷ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 21 de janeiro de 2023.

³⁸⁸ *Idem*.

³⁸⁹ Para Marcos Rufino: “A Igreja, em um momento solene de afirmação doutrinal, orienta o missionário, agora, a inserir-se na vida dos povos de maneira integral. O episcopado pede que ele se engaje na construção de laços profundos e íntimos, inspirado por um sentimento sincero de partilha, apoiado no mesmo tipo de amor que Cristo devotou aos homens. Nessa reorientação da prática evangelizadora, o agente é convidado a abrir-se para o largo conjunto de signos, valores e tradições que definem a singularidade de cada povo ou nação. Marcos Pereira Rufino”. *O código da cultura: o Cimi no debate da inculturação*. In: Paula Montero. (Org.). Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 242.

³⁹⁰ Ainda segundo o autor: “O novo período de investimento missionário deve, portanto, reconsiderar a economia interna dos agentes envolvidos na evangelização. A Igreja, diz o documento, deve aceitar que as suas forças atuantes na fronteira do mundo cristão sejam recompostas e que seja dada aos fiéis leigos a possibilidade de protagonizar o seu anúncio perante outros povos. A presença dos leigos nessa empreitada seria até mesmo fundamental para o estabelecimento de uma evangelização verdadeira”. Marcos Pereira

superar as perspectivas assistencialistas e evangelizadoras: “Eram linhas completamente diferentes. Então eu coloquei essa questão dos encontros regionais, em cima dos quais se criou os regionais do CIMI e então unificou por região e a nível nacional a pastoral”.³⁹¹ Essa articulação política deu visibilidade ao trabalho dos missionários e, também, trouxe alguns contratempos e dissabores. Egydio em diferentes entrevistas citou exemplos de conflitos com a política indigenista governamental. O antagonismo de perspectivas da política oficial, da efetivamente executada pelo governo e daquela executada pelos missionários católicos progressistas redundou em constantes fricções entre o governo e o CIMI. A vigilância, o controle, o impedimento de acesso ou as expulsões das áreas indígenas, a interceptação de correspondências, as escutas telefônicas, a infiltração de agentes por parte do governo militar nas atividades do movimento indígena e a mobilização do aparato estatal para a desmobilização do emergente movimento indigenista passaram a fazer parte do tabuleiro político de então.

Os conflitos entre a Funai e o CIMI fizeram parte da agenda pública a partir de 1972. Aparentemente, os empresários, fazendeiros e agentes públicos do Estado totalitário consideravam a região norte uma folha em branco, aguardando os projetos rascunhados em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Brasília e outras cidades, no país e no exterior. Decorrente disto, instalou-se uma queda de braços entre os populares e as instituições governamentais.³⁹² Em certa medida, dado o afã pelo *desenvolvimento* da região e a arbitrariedade da execução dos projetos, pode-se dizer também, a região foi considerada terra sem lei.³⁹³

Rufino. *O código da cultura: o Cimi no debate da inculturação*. In: Paula Montero. (Org.). Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 244.

³⁹¹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 21 de janeiro de 2023.

³⁹² Segundo Ascenso: “As denúncias de violência, transmissão de doenças e esbulho territorial associadas ao projeto desenvolvimentista na Amazônia poderiam ser repetidas à exaustão. Violações cometidas, como vemos, não apenas com a omissão do Estado, mas com a sua participação ativa. Essa participação se revela recorrente também na legitimação da apropriação de territórios indígenas por empresas através da emissão de certidões negativas fraudulentas pela Funai, atestando a suposta inexistência de grupos indígenas em áreas de interesse da exploração econômica”. João Gabriel da Silva Ascenso. “*Como uma revoada de pássaros*”: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, 2021. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 33.

³⁹³ Para Carlos Benítez Trinidad, “[...] desde el punto de vista militar, la Amazonía generaba un especial interés, ya que en la ideología enseñada en la Escuela de Guerra se consideraba como el lugar más vulnerable del país, imaginado como un inmenso vacío que necesitaba ser llenado para fortalecerse, al generar una carencia de seguridad dentro del propio Estado. La ocupación de la Amazonía proponía llenar esos vacíos con flujos migratorios provenientes de las zonas más deprimidas de las ciudades, donde se estaba generando tensión e inestabilidad social”. Carlos Benítez Trinidad. *Un espejo en medio a un teatro de símbolos: el índio imaginado por el poder y la sociedad brasileña durante la ditadura civil-*

Pelo exposto, o primeiro triênio da década de 1970 consolidou-se como importante no campo do indigenismo e na política indigenista brasileira. No âmbito governamental entrou em vigor o Estatuto do Índio em dezembro de 1973. Na Igreja Católica surgiu uma nova organização, o Conselho Indigenista Missionário, em 1972. Não só isto: no interior deste novo organismo um grupo de indigenistas críticos às missões tradicionais passou a ter maior peso político. A criação do Secretariado Executivo do CIMI representou considerável avanço na agenda progressista naquele conselho. Ainda no segundo semestre de 1973 teve início um processo de profundas transformações no indigenismo. O planejamento e a organização das assembleias dos povos indígenas. Egydio Schwade participou ativamente destes eventos.

A partir das experiências na Missão Anchieta, da Operação Anchieta, das discussões sobre a política indigenista governamental e a executada pela Igreja Católica, novos organismos surgiram e movimentaram o campo do indigenismo. A partir das fontes coligidas, a organização das assembleias indígenas e a organização das seções regionais do Conselho Indigenista Missionário podem ser considerados balizadores para o indigenismo no Brasil e na América do Sul. A realização das primeiras assembleias dos indígenas, o seu protagonismo e organização pan-indígena figuram como um movimento político inédito, pioneiro, extraordinário e radical naqueles *anos de chumbo*.

2.2 – O CONTEXTO DA EMERGÊNCIA DO NOVO INDIGENISMO

As assembleias das lideranças indígenas, juntamente com a criação das seções regionais do Conselho Indigenista Missionário, podem ser consideradas determinantes para o enfrentamento da política indigenista implantada pelo governo e a construção de uma nova concepção de indigenismo;³⁹⁴ estas novas perspectivas estavam ancoradas nas demandas específicas dos povos, bem como no seu protagonismo e autodeterminação.³⁹⁵ Para Poliene Bicalho “[...] além dos obstáculos geográficos e

militar (1964-1985). Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Salvador, 2017, p. 115.

³⁹⁴ Segundo Poliene Bicalho: “Antes, porém, é preciso lembrar que o caminho percorrido até os locais onde aconteciam as reuniões eram sempre longos e difíceis de chegar. As distâncias que ligam um Brasil ao outro - do Sul ao Norte, e de Leste a Oeste - são geograficamente assustadoras, principalmente quando se trata da locomoção de povos que falavam outras línguas, que tinham seus próprios costumes e que não lidavam com o dinheiro da mesma maneira que a maioria da população brasileira”. Poliene Soares dos Santos Bicalho. *As assembleias indígenas – O advento do movimento indígena no Brasil*. OPSIS, Catalão, v. 10, n. 1, p. 91-114, jan-jun 2010, p. 98.

³⁹⁵ Para João Gabriel Ascenso: “Se, por um lado, o Estado brasileiro se autoatribuía o papel de único responsável pela gestão da “questão indígena”, e ator principal na integração dos indígenas à sociedade

financeiros, impedimentos de cunho político também existiram; afinal, as Assembléias se organizaram e foram realizadas em plena Ditadura Militar”.³⁹⁶ Ana de Melo³⁹⁷ pontuou o enfrentamento à desagregação da vida comunitária dos indígenas: “A crença no trabalho missionário como transformador da realidade, em busca da justiça social, fica clara. A missão passa a ser vista como primordial para a manutenção da vida em comunidade num sistema capitalista que visa cada vez mais o individual”.³⁹⁸ Segundo Marcos Rufino, essa “[...] renovação é imprescindível para que o movimento leigo supere uma crise interna, que diz respeito à sua incapacidade de responder aos desafios de um continente em transformação”.³⁹⁹ Ao mesmo tempo, os missionários atuantes na OPAN e no CIMI trabalhavam encarnados junto aos povos;⁴⁰⁰ e, ainda, anos mais tarde, começaram a surgir outras instituições não-indígenas de defesa dos povos indígenas.

Em plena ditadura militar, as sementes da mudança começavam a germinar.⁴⁰¹ Egydio Schwade sublinhou as assembleias eram desenvolvidas e apoiadas pelos

nacional, por outro lado, essa integração vinha sempre pelo caminho da subalternização. Buscava-se transformar o indígena em um “trabalhador nacional”, mas afastando-o, ao mesmo tempo, de qualquer politização desse processo de integração, isolando-o de movimentos sociais, por exemplo. Não à toa, missionários que buscavam “politizar” as comunidades eram chamados de agitadores e subversivos (além de estrangeiros, como nos lembra Casaldáliga, o que também pode ser lido como “anti-brasileiros”). Por isso, esses missionários chegaram a ser proibidos de entrar em terra indígena, sendo até mesmo presos e extraditados”. João Gabriel da Silva Ascenso. *“Como uma revoada de pássaros”*: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, 2021. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 112.

³⁹⁶ Poliene Soares dos Santos Bicalho. *As assembleias indígenas – O advento do movimento indígena no Brasil*. OPSIS, Catalão, v. 10, n. 1, p. 91-114, jan-jun 2010.

³⁹⁷ Marlene Castro Ossami sistematizou a realização das assembleias do CIMI e do movimento indígena Cf. Marlene Castro Ossami de Moura. *As assembleias de líderes indígenas no Brasil (1974-1984)*. O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988), 2021. Ana de Melo também realizou tal organização entre 1972 a 1988: Cf. Ana de Melo. *O Conselho Indigenista Missionário na trajetória dos Movimentos Indígenas no Brasil (1972-1988)* - Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2020, p. 103 e ss.

³⁹⁸ Ana de Melo. *A atuação do Conselho Indigenista Missionário na promoção do protagonismo indígena*. Entropia, Rio de Janeiro. Vol. 4. Nº8. Julho/Dezembro/2020, p. 102.

³⁹⁹ Marcos Pereira Rufino. O código da cultura: o Cimi no debate da inculturação. In: Paula Montero. (Org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 244

⁴⁰⁰ Maria Cecília Simões argumenta que a formação dos missionários “[...] tem como princípios básicos a opção e compromisso com a causa indígena, o respeito à diversidade cultural e a valorização dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, o diálogo intercultural, a construção coletiva dos conhecimentos e das experiências e o protagonismo dos povos indígenas”. Maria Cecília dos Santos Ribeiro Simões. *Identidade e militância no CIMI*: um estudo sobre a identidade dos missionários do CIMI-Leste. Juiz de Fora, 2010. p. 234. Tese de Doutorado em Ciência da Religião. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010, p. 56.

⁴⁰¹ Da análise empreendida por Alfredo Wagner se pode deduzir no período pós-conciliar, muitos clérigos passaram a se aproximar do povo, na busca por uma igreja primitiva; segundo o autor, passou a existir “[...] uma solidariedade ativa entre os centros de poder eclesiais e determinadas categorias de sacerdotes empenhadas em ações diretas junto a povos indígenas e camponeses, configurando-se numa certa coesão nos confrontos com o aparato de Estado”. Alfredo Wagner Berne de Almeida. *Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições*

missionários,⁴⁰² mas estes não participavam dos debates travados pelos indígenas.⁴⁰³ A diretriz era propiciar aos indígenas um espaço para eles próprios discutirem, elaborarem e deliberarem as ações diante dos conflitos com a sociedade envolvente.⁴⁰⁴ Para Clovis Brighenti, “[...] no momento em que os indígenas “rompem” com a tutela estatal, passam a ser considerados subversivos e indesejáveis ao Regime. Legalmente, a tutela permaneceu, mas, na prática, os indígenas passaram a não mais respeitar as ordens dos chefes de posto”.⁴⁰⁵

Vale lembrar, as duas vertentes elencadas por Egydio Schwade: as assembleias indígenas e os encontros de pastoral indígena com o objetivo de unificar a visão pastoral da Igreja,⁴⁰⁶ em consonância com as diretrizes do Concílio Vaticano II.^{407 408} A segunda

religiosas e o Estado. Tese (Doutorado em Antropologia Social – Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1993, p. 52.

⁴⁰² Para João Gabriel Ascenso serviam como estímulos à “formação de uma articulação dos povos indígenas entre si e com essa rede internacional que já trazia em sua ação política princípios que se tornariam fundamentais ao movimento indígena, como a premissa de autodeterminação e a defesa do direito indígenas sobre as terras tradicionais”. João Gabriel da Silva Ascenso. *“Como uma revoada de pássaros”*: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, 2021. p. 391 – Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 112.

⁴⁰³ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de setembro de 2022.

⁴⁰⁴ Para Ana de Melo: “A aliança feita entre lideranças indígenas e o CIMI impulsionaram o Movimento Indígena, dando apoio logístico para realização dessas reuniões, como declarou D. Tomás Balduino o CIMI deveria “favorecer, arrumar o jeito da passagem, arrumar o jeito de pernoite, e também lugar para o pessoal se reunir.” (12ª Assembleia de chefes indígenas, 1978). Através das trocas e demandas comuns, as lideranças foram se fortalecendo e atuando cada vez mais com autonomia”. Ana de Melo. *A atuação do Conselho Indigenista Missionário na promoção do protagonismo indígena*. Entropia, Rio de Janeiro. Vol. 4. Nº8. Julho/Dezembro/2020, p. 102.

⁴⁰⁵ Clovis Antonio Brighenti. *Agitadores e subversivos: repressão, perseguição e violações dos direitos indígenas pela ditadura militar*. Perspectiva, Florianópolis, v. 38, n. 1 p. 01-24, jan./mar. 2020, p. 13.

⁴⁰⁶ Para Marcos Rufino as diretrizes do Vaticano II influenciaram o trabalho missionário: “As mudanças que iremos discutir na prática concreta da Igreja junto aos índios no Brasil no início dos anos de 1970, com a criação do Cimi, devem ser situadas nesse contexto maior de transformações intra-eclesiais. [...] Mesmo João XXIII, na alocução realizada no início do concílio, orientou os líderes presentes a assumirem um espírito de franca abertura à renovação. Se a Igreja crera ser necessário o espírito de condenação e severidade no passado, afirmava agora que o momento deveria ser de perdão e compreensão, escuta e interlocução com o mundo”. Marcos Pereira Rufino. *O código da cultura: o Cimi no debate da inculturação*. In: Paula Montero. (Org.). Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 241.

⁴⁰⁷ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.

⁴⁰⁸ Ainda segundo Marcos Rufino: “João XXIII anunciou a realização do concílio Vaticano II no começo de 1959, logo no início de seu pontificado. Esse momento solene de reflexão e decisão de toda a Igreja universal deveria servir de impulso para a aproximação da Igreja com todos os cristãos separados de Roma e também estimular o despertar das obrigações missionárias de todo católico. Tratava-se também de acionar o episcopado de todo o mundo e promover uma consulta ampla sobre as questões e dilemas vivenciados pela Igreja em todas as realidades em que estava presente. Assim, o secretário de Estado do Vaticano e também presidente da Comissão Preparatória do Concílio, cardeal Tardini, foi orientado a corresponder-se com mais de 2.500 bispos de todo o mundo sobre a sugestão de temas para a reunião. O clima de abertura e conagração produzido nas etapas preparatórias do concílio foi um espaço

dimensão importante da renovação do indigenismo progressista foram os encontros da Pastoral Indígena, onde organizaram-se as seções regionais do Conselho Indigenista Missionário. Juntamente com as assembleias dos povos indígenas deu-se a organização das seções regionais do Conselho Indigenista Missionário, as duas vertentes anteriormente citadas pelo missionário.⁴⁰⁹ Os missionários e leigos do Conselho Indigenista Missionário e da Operação Anchieta percorriam o país fazendo os levantamentos sobre os povos indígenas e, ao mesmo tempo, contribuindo para a organização das assembleias indígenas e a criação dos instrumentos pastorais indigenistas, os regionais do CIMI:

E o Valber foi para o Mato Grosso do Sul, o Ivar para o Mato Grosso e a Sílvia e eu fomos para o norte. Mato Grosso, quer dizer, Goiás, Tocantins, Maranhão, Pará e Amazonas. Aí a gente começou de fato, imediatamente, a organizar nos programas. E, no mesmo ano, em abril, teve a primeira assembleia indígena em Diamantino. E, em seguida, teve a reunião em Meruri, dos agentes de pastoral, o primeiro Encontro de Pastoral, onde foi criado o CIMI do Mato Grosso; o segundo, foi em Miracema do Norte, hoje, Palmas no Tocantins, o regional Maranhão e Goiás. O terceiro, foi no Sul, em Palmas no Paraná, onde então nasceu o CIMI Sul. O quarto foi aqui em São Gabriel da Cachoeira. A gente procurava fazer as reuniões, inclusive, no ambiente dos missionários. A quinta foi em janeiro de 75, poucos dias depois da morte do Gilberto Pinto aqui nos Waimiri [*-Atroari], foi em Ananindeua no Pará, próximo a Belém, aí a seguinte foi em Porto Velho, criando o Amazônia Ocidental e, a última desse primeiro período, antes da assembleia do CIMI, foi então em Mato Grosso do Sul, em Aquidauana. Depois em 78, depois da assembleia, já a partir de 77, a gente começou a preparar o Leste e Nordeste; criamos no início de 78, o encontro de Pastoral onde foi criado o CIMI Leste, em Vitória e, no final do mesmo ano, em Garanhuns, o CIMI Nordeste⁴¹⁰

Sobre a organização de cada um dos regionais, a narrativa não foi tão detalhada; isto se pode constatar pelo fato de o indigenista citar brevemente a relação dos eventos da Pastoral Indigenista dos quais emergiram esses regionais. Egydio Schwade salientou ter participado de todos estes eventos, momentos onde houve a capilarização do

importante para a manifestação de grupos e setores simpáticos à idéia de renovação espiritual da Igreja, e que criam ser necessário abrir as portas da instituição para posturas mais flexíveis frente ao mundo externo e para uma revisão crítica de suas ações passadas. Quando o concílio teve início, em 1962, era evidente a existência de campos distintos e antagônicos em que se distribuiu o episcopado. Como observou Zizola (1983), era possível reconhecer nos debates e confrontos que ocorriam nas sessões o enfrentamento de dois grandes grupos: aqueles comprometidos com o zelo ao magistério e aos ensinamentos constitutivos da tradição e aqueles outros preocupados com os desafios pastorais contemporâneos que exigiam novas respostas da Igreja”. Marcos Pereira Rufino. *O código da cultura: o Cimi no debate da inculturação*. In: Paula Montero. (Org.). Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 240-241.

⁴⁰⁹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 05 de abril de 2023.

⁴¹⁰ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.

Conselho Indigenista Missionário através de instrumentos de pastoral indigenista para ultrapassar as fronteiras geográficas e eclesiásticas e buscar superar o isolamento das prelazias, situação apontada pelo padre Antônio Iasi Júnior no *Relatório da Visita às Prelazias da Amazônia (01/10/1970 a 01/02/1971)*.

A narrativa do indigenista salientou se dar de forma compartilhada a convocatória para a assembleia; Valber Pereira teria partido ao Mato Grosso do Sul. Já o padre Ivar Busatto se dirigiu à região norte do Mato Grosso contatando e animando as lideranças dos povos indígenas a participar. Na área da Missão Anchieta, onde lideranças como Thomaz Aquino Lisboa e Vicente Cañas e as diferentes equipes da Operação Anchieta atuavam, a mobilização se deu mais facilmente. Egydio Schwade citou a Prelazia de Guiratinga, área Xavante e Bororo onde colaboraram prontamente os padres Rodolfo Lunkenbein⁴¹¹ e Gonçalo Ochoa⁴¹²; e na Prelazia de São Félix do Araguaia, foi irrestrito o apoio.⁴¹³ Desta maneira, foi realizada em 17 de abril de abril de 1974, a 1ª Assembleia de Chefes Indígenas, em Diamantino/MT, da qual participaram representantes de nove povos indígenas.⁴¹⁴ Além das repercussões desta primeira assembleia e da organização política, Egydio evidenciou o início de um processo de afirmação das identidades por parte dos indígenas. A possibilidade de aproximação entre as lideranças indígenas constituiu uma importante dimensão para o avanço do movimento indígena pelo fato de permitir estas lideranças conhecerem outras culturas, perceberem algumas semelhanças e, também, tomarem ciência do problema da posse da

⁴¹¹ Rodolfo Lunkenbein (1939-1976). De acordo com Paulo Suess, nasceu em Döringstadt, no sul da Alemanha. Filho de pequenos lavradores, encontrou uma biografia sobre Dom Bosco; tal fato o teria influenciado a aderir ao aspirantado salesiano aos 14 anos. Veio para o Brasil em 1958; no ano seguinte fez o noviciado em Pindamonhangaba/SP. Entre 1960 e 1962 dedicou-se aos estudos de Filosofia. Entre 1963 e 1965 atuou na missão Salesiana de Meruri/MT, dando aulas às crianças Bororo. Entre 1965 e 1970 esteve na Alemanha. Em 1970 retornou a Meruri/MT. Em 1973 passou a integrar o Conselho Indigenista Missionário. Em 1974 se tornou o diretor da Colônia Indígena de Meruri. Em um cenário de conflitos pela demarcação das terras indígenas foi executado em 15 de julho de 1976 pelo fazendeiro João Mineiro e seus capangas. Disponível em: <http://secretariat.synod.va/content/sinodoamazonico/pt/testemunhos-da-amazonia/rodolfo-lunkenbein-e-simao-bororo-.html>

⁴¹² Gonçalo Ochoa (1929-2023). Segundo a Inspetoria Salesiana São Domingos Sávio, da Missão Dom Bosco, Salesianos da Amazônia, o Pe. Gonçalo Ochoa nasceu na região de Toca na Colômbia. Concluiu o curso de filosofia no ano de 1951 em Mosquera. cursou teologia no Estudantado Teológico Salesiano de Bogotá, concluindo em 1958, ano da sua ordenação sacerdotal e chegada ao Brasil, onde atuou na Missão Salesiana de Mato Grosso. No ano de 1960 foi destinado à Aldeia Meruri, para trabalhar com o Povo Bororo; também serviu as comunidades salesianas de Lucélia, Campo Grande e Coxipó da Ponte, no Mato Grosso. Disponível em: <https://isma.org.br/pe-ochoa-uma-vida-pelas-misses/>

⁴¹³ Egydio Schwade. Assembleias Indígenas: os povos indígenas se afirmam. Blog da Casa da Cultura do Urubuí. Endereço: <http://urubui.blogspot.com/2022/05/assembleias-indigenas-os-povos.html?m=1>

⁴¹⁴ Egydio Schwade. *Nas assembleias, os povos indígenas se afirmam: narrativas e testemunho de Egydio Schwade*. In.: BRIGHENTI, C. A.; HECK, E. D. (Org.). O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988). Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. 266 p.

terra ser comum entre diferentes etnias, nas diferentes regiões do país: “[...] Eles começaram a falar “as minhas flechas são diferentes”, “o meu artesanato”, porque começaram a falar entre eles, começaram a aparecer os detalhes de como cada um vive”.⁴¹⁵ Para Egydio Schwade, nesta aproximação, os indígenas passaram a reafirmar as suas identidades. Nestes termos, segundo o missionário: “[...] os Tapirapé, os Xavante, Bororo, Kayabi, Apiaká, Rikbatsa, Pareci, Irantxe, Nambiquara, todo mundo se identificou, assumiu sua identidade. Acho que isso foi o importante dessa primeira assembleia, quando a primeira vez tiveram que falar entre si”.⁴¹⁶ Esta primeira assembleia não ocorreu em uma aldeia, mas sim nas dependências da Prelazia de Diamantino; mas tal perspectiva não corresponde, necessariamente, a um direcionamento dos indigenistas católicos nas discussões e nas diretrizes dos indígenas.

As assembleias não contavam com intervenções de não-indígenas, minuciou Egydio. Como mencionado, os missionários organizavam, divulgavam, preparavam e davam suporte para a sua realização; contudo, o diagnóstico dos problemas e o encaminhamento das possíveis soluções se davam pelas discussões dos próprios indígenas. Para o *Boletim do CIMI*, as assembleias tinham por objetivo propiciar às lideranças indígenas um espaço de comunicação, para se conhecerem e falarem sem interferência externa.⁴¹⁷ Eventual e muito raramente, os missionários intervinham neste momento: “Os índios trabalhavam; eles mesmos se organizavam, as suas reuniões; eles ficavam sozinhos, não é? Às vezes a gente fazia, quando eles convidavam, fazia alguma horinha juntos. Mas normalmente eles faziam só eles”.⁴¹⁸ Os missionários ficavam na roda, como observadores, sem voz e voto, como destacou Ana de Melo: “[...] as assembleias indígenas propostas pelo CIMI, não deveriam ter a participação discursiva de integrantes da instituição, estes deveriam observar como simples ouvintes”.⁴¹⁹ Nos escritos do jesuíta, a dinâmica das assembleias consistia em três momentos: a apresentação por parte dos participantes; caracterização dos problemas das áreas de origem; e, por fim, a discussão para a busca de soluções e os encaminhamentos

⁴¹⁵ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 28 de janeiro de 2023.

⁴¹⁶ *Idem*.

⁴¹⁷ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). *Boletim do CIMI*. Nº 10. Brasília, 02 de maio de 1974.

⁴¹⁸ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 14 de janeiro de 2023.

⁴¹⁹ Ana de Melo. *A atuação do Conselho Indigenista Missionário na promoção do protagonismo indígena*. Entropia, Rio de Janeiro. Vol. 4. Nº8. Julho/Dezembro/2020, p. 102.

necessários; para tanto: “[...] fossem, eles mesmos, os sujeitos do encontro, os examinadores dos seus problemas, os que haveriam de encontrar as soluções”.⁴²⁰ As assembleias levantavam demandas, indicavam como resolver e as pessoas responsáveis por cada encaminhamento e encerravam-se naquele momento. Buscavam não construir burocracia e, tampouco, deixar estes fóruns sem retorno ou resolução. Já na segunda percebeu a importância da sua realização nas aldeias: “Foi lá, assim, que eu percebi como é importante aquela decisão que a gente tinha de fazer as assembleias indígenas com o domínio deles nas aldeias [ênfase]”.⁴²¹ Poliene Bicalho indicou uma dimensão importante das assembleias: “Sob orientação e com a ajuda do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), as primeiras Assembléias Indígenas contribuíram para ampliação da consciência da necessidade de unidade entre os diferentes povos, sem a qual o movimento não se sustentaria”.⁴²²

Em outra passagem da entrevista o colaborador grifou as assembleias aconteceram, em sua maioria, nas aldeias. Sentados na grama ou em troncos de árvores, os missionários católicos progressistas acompanhavam as discussões e os encaminhamentos dos indígenas; as deliberações das assembleias exigiram esforços dos Postos Indígenas e dos gabinetes em Brasília. Ao longo dos anos 1970, Egydio passou a maioria do tempo no interior, visitando diferentes etnias Brasil afora: “Se localizasse onde tem o maior problema, né? E isso a gente, eu fiz praticamente durante todo o período em que fui Secretário do CIMI. Nunca fiquei um mês na sede do CIMI em Brasília”.⁴²³ Como se pode constatar, mesmo com o apartamento na capital federal utilizado como sede do Conselho Indigenista Missionário, nunca ficou muito tempo por lá: “Como continua hoje, um governo bom não fica, não tem sede firme. Os responsáveis tem que ficar no campo, onde tem o problema maior. Naquele tempo eu me movimenteiei muito, né?”.⁴²⁴ Passava nas capitais para denunciar a situação dos povos indígenas contatados e, ironizando, como mencionado, para fustigar a Fundação Nacional do Índio.

⁴²⁰ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Boletim do CIMI. Nº 10. Brasília, 02 de maio de 1974, p. 01.

⁴²¹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 14 de janeiro de 2023.

⁴²² Poliene Soares dos Santos Bicalho. *As assembleias indígenas – O advento do movimento indígena no Brasil*. OPSIS, Catalão, v. 10, n. 1, p. 91-114, jan-jun 2010, p. 110.

⁴²³ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 14 de janeiro de 2023.

⁴²⁴ *Idem*.

Referente à I Assembleia de Chefes Indígenas a Seção de Informações do Sexto Comando Aéreo Regional (SI/COMAR-VI) demonstrou preocupação com as críticas à política indigenista oficial. Deu destaque às políticas governamentais e à “Revolução de 31 de março”. A direção do Centro de Informações do Departamento de Polícia Federal (CI/DPF) procurou colher informações do evento. Além disso, identificou a estratégia dos missionários, principalmente de Dom Tomás Balduino de divulgar as informações referentes à assembleia em simultâneo na imprensa nacional e internacional, a fim de evitar a censura governamental.⁴²⁵

Em outra entrevista com Egydio, quando falou da realização do III Encontro de Pastoral Indigenista, em Palmas, no Paraná, entre os dias 15 e 17 de outubro daquele mesmo ano de 1974, descreveu os momentos de enfrentamento direto do arbítrio e do cerceamento imposto pelas instituições do governo militar:

No III Encontro de Pastoral Indigenista que a gente realizou no Paraná, em Palmas, no Paraná, a gente foi cercado pela Polícia Federal e tal, tentaram fechar, né? Mas a gente já... tínhamos acabado de realizar, a gente foi obrigado a destruir, para não cair na mão deles, radicalmente, todo o nosso relatório, e assim foi muitos encontros na época; fora as ameaças que eu e companheiros recebemos, né? Nunca me arrependi de ter ficado no país nesse período, apesar das perseguições⁴²⁶

Quanto ao encontro da Pastoral Indigenista, como se pode perceber, além da intervenção direta na realização do evento, foi necessário, ainda, destruir o relatório elaborado, a fim de não deixar pistas evidentes aos agentes de segurança, as quais poderiam desvendar as estratégias e ações propostas pelos participantes. No acervo da Casa da Cultura do Urubuí encontra-se o rascunho do relatório, citado adiante, na página 215.

Alguns meses mais tarde, já em maio de 1975 ocorreu a II Assembleia de Chefes Indígenas.⁴²⁷ Entre os dias 08 e 14 de maio, os indígenas debateram seus problemas no encontro realizado na sede da Missão Cururu, em Jacareacanga no estado do Pará, onde atuava a Missão Franciscana, junto à aldeia dos Mundukuru. A realização desta assembleia foi uma deliberação de representantes dos povos indígenas apresentada na reunião regional da Pastoral Indigenista, ocorrida em Belém/PA, entre os dias 13 e 16

⁴²⁵ BRASIL. Comando Geral do Ar (COMAR). Documento de Informações Nº 021/SI//COMAR-VI. 10 de maio de 1974. Arquivo Nacional.

⁴²⁶ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 22 de junho de 2022.

⁴²⁷ Egydio Schwade. *Nas assembleias, os povos indígenas se afirmam: narrativas e testemunho de Egydio Schwade*. In.: BRIGHENTI, C. A.; HECK, E. D. (Org.). *O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. 266 p.

de janeiro. Egydio destacou não ter participado da primeira assembleia para estabelecer os contatos necessários para a realização desta: “[...] eu já estava preparando com uma pessoa do Secretariado [*Silvia Bonotto] a segunda assembleia, nós pegamos um outro rumo. Fomos lá pelo norte, Goiás, Maranhão. Fomos pelo Pará, Transamazônica, Altamira, peguei um avião da FAB fui até os Tiriyó, lá em cima, limite com o Suriname [...]”.⁴²⁸

Ao viajar pela região norte foi estabelecendo importantes contatos e mobilizando as lideranças indígenas e da igreja.⁴²⁹ Em sua narrativa o missionário destacou a articulação da assembleia a partir de uma conversa com Dom Tomás Balduino. Pretendiam contar com a participação daquelas lideranças indígenas presentes na primeira assembleia com o intuito de dar continuidade às discussões e deliberações; contudo, para isto, precisariam de uma complexa estrutura logística para o deslocamento dos participantes. Na conversa, chegaram à conclusão de pedir suporte à Força Aérea Brasileira (FAB) a fim de garantir o deslocamento das lideranças indígenas de Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Amapá e do Pará. No dia seguinte partiram no avião da Prelazia de Goiás, pilotado por Dom Tomás Balduino à Primeira Zona Aérea da Força Aérea Brasileira, sediada em Belém/PA.⁴³⁰

A insólita conversa ocorreu na sala do próprio comando da Aeronáutica, onde o Brigadeiro recebeu os dois missionários. De acordo com a narrativa do missionário, o Brigadeiro os ouviu atentamente: “[...] ele bateu na mesa!”⁴³¹ ‘É isso que esses indígenas precisam! É isso que esses índios precisam! Podem contar comigo’. E ele mandou o avião para o Amapá, para os Tiriyó, Pará, por todos os lados, Marabá, Mato Grosso...”.⁴³² O indigenista apreciou não lhe parecia viável contar com a estrutura das forças armadas para a realização das assembleias⁴³³ e o suporte dado pelo Brigadeiro

⁴²⁸ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 28 de janeiro de 2023.

⁴²⁹ *Idem*.

⁴³⁰ *Ibidem*.

⁴³¹ Para dar ênfase, bateu três vezes na mesa, sorridente.

⁴³² Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 28 de janeiro de 2023.

⁴³³ Dias mais tarde, em nova entrevista, inclusive, retomou o assunto e compartilhou a percepção das contradições do governo e das forças armadas: “Eu estava lembrando também de um acontecimento. Esses dias eu me dei conta sobre a tua pesquisa, não é? Como a Ditadura Militar daqueles tempos era contraditória. Assim, acho que já te contei... Naquela segunda assembleia dos índios que a gente fez lá no Tapajós com os Munduruku, mas que foi uma assembleia que reuniu índios de toda a região amazônica, foi com a cobertura da FAB, do Comandante Camarão, e assim [...] Foi menos, não, foi no mesmo mês que tivemos a assembleia, um outro general, o presidente da Funai, o Ismarth de Araújo, proibiu a nossa entrada em todas as áreas indígenas do país, inclusive nessa que nós fizemos a assembleia; a gente

Camarão⁴³⁴ foi de suma importância para garantir o acesso dos indígenas de diferentes partes da região norte do país ao evento.⁴³⁵ No processo de construção das memórias sobre a avaliou como uma das mais grandiosas: “Foi uma das maiores assembleias até hoje, muito representativa, veio tuxauas lá dos Tiriyó que não sabiam falar uma palavra em português; até foi o Caxuiana que veio para ajudar ele na tradução. Foi uma assembleia bonita! Muito importante”.⁴³⁶ Sublinhou a exemplar organização dos Munduruku e a participação das mulheres na assembleia, mesmo atarefadas. Ao chegar ao ouvido do companheiro ou pessoa conhecida, indicavam pontos importantes a serem debatidos. Os indígenas montaram uma estrutura considerável, abateram quatro cabeças de gado e conseguiram servir com agilidade mais de 800 pessoas presentes.⁴³⁷ A participação dos familiares majorou o número total, contudo, das deliberações participaram apenas as lideranças das etnias.

Enquanto ocorria a assembleia dos povos indígenas, os missionários, religiosos e leigos, se reuniram para analisar a conjuntura. Egydio enfatizou o fato de Dom Tomás Balduino ter ficado entusiasmado com o impacto positivo destas duas primeiras assembleias e, juntamente, com o Padre Iasi, o Padre Thomaz Aquino Lisboa, o Frei Bento, o Frei Alano, a irmã Maria José e Dom Pedro Casaldáliga discutiram a organização de uma articulação semelhante para mobilizar os pequenos produtores rurais nas suas reivindicações pela posse da terra.⁴³⁸ Nasceria, então, o embrião da Comissão Pastoral da Terra (CPT), efetivado meses depois, por ocasião da realização, em Goiânia/GO, em junho de 1975, da 1ª. Assembleia Nacional do Conselho Indigenista Missionário.⁴³⁹ Marcos Rufino destacou uma importante dimensão do trabalho indigenista no âmbito do CIMI: “[...] estabelecimento de alianças políticas, nos

conseguiu realizar graças a um militar, né? [risos] Claro que a gente não obedeceu. A partir daquele momento, a gente não precisava mais pedir autorização para entrar nas áreas indígenas [risos]”. Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, 06 de fevereiro de 2023.

⁴³⁴ João Camarão Telles Ribeiro (1916-2000). De acordo com o portal da Força Aérea Brasileira, o Brigadeiro Camarão nasceu em São Gonçalo/RJ. Ingressou na Escola Militar de Realengo, sendo declarado Aspirante-a-Oficial do Exército Brasileiro, na Arma de Aviação, em novembro de 1937. No ano de 1939, o Tenente Camarão iniciou os seus voos no Correio Aéreo Militar (CAM). Na II Guerra Mundial patrulhou a costa atlântica brasileira. Atuou também no Correio Aéreo Nacional. Disponível em: https://www2.fab.mil.br/incaer/images/eventgallery/instituto/Opusculos/Textos/opusculo_tb_camarao.pdf

⁴³⁵ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 28 de janeiro de 2023.

⁴³⁶ *Idem.*

⁴³⁷ *Ibidem.*

⁴³⁸ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 14 de janeiro de 2023.

⁴³⁹ *Idem.*

planos nacional e internacional, com outras organizações populares e de defesa dos direitos que pudessem contribuir para a causa missionária além das fronteiras restritas do indigenismo”.⁴⁴⁰

Egydio também grifou o contexto de mudança do objeto das políticas públicas⁴⁴¹ para a Amazônia.⁴⁴² No primeiro momento, o governo militar⁴⁴³ incentivou uma limitada reforma agrária, enfocando o assentamento de pequenos produtores rurais em lotes de terra de até 5 mil hectares ou nas margens das rodovias federais em construção à época. A proposta seria assentar as famílias camponesas sem terras de diferentes partes do país, principalmente do nordeste, assolado pela seca.⁴⁴⁴ Em um segundo momento, a partir da pressão de lobistas e da tentativa de organização e regulamentação fundiária para as terras cedidas para empresas, os lotes passaram a contar com até 50

⁴⁴⁰ Marcos Rufino. *Ide, portanto, mas em silêncio: faces de um indigenismo missionário católico heterodoxo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) PPGAS, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 182.

⁴⁴¹ Ainda com relação ao tema, Egydio ligou a escala local à internacional, testemunhando o impacto dos projetos financiados pelo Banco Mundial na Amazônia: “[...] criaram os tais de Polamazônia, aí, começou, realmente, de forma cavalgar, a invasão do latifúndio, sobre as áreas indígenas ameaçadas [...] Um troço triste, né? que nem como eu vi toda aquela riqueza que o pessoal dizia não tinha nada [...] uma riqueza de frutas, aves, a siriema e etc. Hoje tu não escuta mais nenhuma siriema! À época você passava e via ali ao lado da estrada aves até onças e tu isso acabou! Tu vê o impacto, tudo culpa do Banco Mundial com esses grandes projetos, os novos Pólos financiados pelo Banco Mundial”. Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, 18 de fevereiro de 2022.

⁴⁴² Segundo Rodrigo Lins Barbosa: “A Amazônia e o Centro-Oeste foram ostensivamente ocupados para a construção de rodovias, hidrelétricas, exploração de minérios, atividades agrícolas e de pecuária, alcançando um rápido crescimento econômico nessas regiões; contudo, não trouxe benefícios palpáveis aos menos favorecidos, pelo contrário, intensificaram as práticas de violência contra indígenas, como torturas, assassinatos, prisões e inoculação de doenças”. Rodrigo Lins Barbosa. *O Estado e a questão indígena: crimes e corrupção no SPI e na FUNAI (1964-1969)*. Recife, 2016, p.260. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História UFPE, p. 120.

⁴⁴³ Para Rodrigo Lins Barbosa: “[...] o Estado impulsionou a ocupação e a exploração da Amazônia como nunca visto antes. Para atrair investimentos para a Amazônia, o Estado concedeu vários incentivos fiscais e tributários para a implantação de projetos de pecuária e agroindústria, e criou agências estatais com as funções de planejar, financiar e executar programas econômicos nas regiões do Centro-Oeste e da Amazônia”. Rodrigo Lins Barbosa. *O Estado e a questão indígena: crimes e corrupção no SPI e na FUNAI (1964-1969)*. Recife, 2016, p.260. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História UFPE, p. 127.

⁴⁴⁴ Tais fenômenos implicaram um reposicionamento do papel das missões religiosas e o comprometimento de muitos agentes pastorais com questões fundiárias concretas; isto acarretou em problemas: “Um dos problemas diz respeito a defesa dos membros do clero que trabalham em áreas rurais da Amazônia e que foram alvo de atos repressivos. Mesmo não havendo menção explícita a conflitos agrários, depreende-se que os clérigos alinharam-se com grupos camponeses em confronto com latifundiários. O outro problema refere-se a uma questão regional, com efeitos pertinentes sobre a ocupação da Amazônia: ‘a seca de Nordeste’. Inclui dentre os objetivos da missão pastoral as soluções para humanização ‘das condições atuais em que vivem e trabalham os nordestinos’ sobretudo, nas chamadas ‘frentes de serviço’”. Alfredo Wagner Berno de Almeida. *Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social – Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1993, p. 50.

mil hectares.⁴⁴⁵ Tal fato incorreu na formação de latifúndios e na precarização das condições de trabalho e sobrevivência dos pequenos produtores.⁴⁴⁶ Consequentemente, com a ampliação da concentração fundiária nos territórios apropriados pela agropecuária, pela exploração madeireira e mineral passaram a ocorrer inúmeros conflitos com os pequenos produtores,⁴⁴⁷ principalmente imigrantes.⁴⁴⁸ Marcos Rufino aponta a mudança da política fundiária como mais um dos elementos para o afastamento da Igreja em relação ao governo: “A partilha entre militares e Igreja de uma posição comum sobre a realidade no campo interrompeu-se a partir de 1973, quando novos acontecimentos se tornaram razões de tensão entre estes dois aliados”.⁴⁴⁹ A concentração fundiária desvirtuou a proposta inicial de colonização da Amazônia e se desdobrou na exploração da força de trabalho daqueles migrantes para a região.⁴⁵⁰ Além disso, a construção das rodovias e a frente de expansão da fronteira agrícola geraram significativos fluxos migratórios e, consequentemente, inúmeros conflitos com os povos indígenas, dados os primeiros contatos com povos isolados ou um contato mais frequente com povos semi-isolados.⁴⁵¹

⁴⁴⁵ Gilberto Marques. *Amazônia: Riqueza, degradação e saque*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

⁴⁴⁶ De acordo com Carlos Benítez Trinidad: “As regiões habitadas pelos povos indígenas eram imaginadas pela ditadura como vazios estratégicos que supunham um déficit interno de desenvolvimento e, por isso, de segurança. Um *horror vacui* intenso e sufocante que via o vazio de civilização como um abismo existencial por onde se podia sumir no seio da selvageria e da barbárie, um inimigo invisível que pretendia a degradação moral, espiritual e cultural contínua contra os pioneiros que tentavam desbravá-la”. Carlos Benítez Trinidad. *A questão indígena Sob a Ditadura Militar: Do Imaginar Ao Dominar*. Anuário Antropológico 43, 2018, p. 270.

⁴⁴⁷ Como destacou Alfredo Wagner passou a ocorrer uma oposição frontal à política fundiária do governo: “inteiramente voltada para a ‘colonização dirigida’, e a política de incentivos fiscais para a Amazônia, que é apontada como ‘causa’ dos conflitos agrários e da violência generalizada ao propiciar a formação de imensos domínios territoriais, baseados na expropriação dos camponeses e em mecanismos de imobilização da força de trabalho (peonagem da dívida), isto é, os ‘latifúndios’”. Alfredo Wagner Berno de Almeida. *Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social – Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1993, p. 53.

⁴⁴⁸ Gilberto Marques. *Amazônia: Riqueza, degradação e saque*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

⁴⁴⁹ Marcos Rufino. *Ide, portanto, mas em silêncio: faces de um indigenismo missionário católico heterodoxo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) PPGAS, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 209.

⁴⁵⁰ Ainda segundo Marcos Rufino: “A política agrária governamental é visivelmente reorientada quando da criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), cujo objetivo seria tornar as áreas de ocupação pioneira, como a Amazônia Legal, pontos de escape para a situação explosiva que agitava o campo, mediante a promoção da migração em massa da população rural excedente das áreas de tensos conflitos. Logo em seguida, contudo, os militares cedem estas terras para grandes empresas, lançando-se numa política agressiva de incentivo à ocupação da região por grandes projetos agropecuários, provocando, em seguida, novos focos de conflitos”. Marcos Rufino. *Ide, portanto, mas em silêncio: faces de um indigenismo missionário católico heterodoxo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) PPGAS, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 209.

⁴⁵¹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, 18 de fevereiro de 2022.

Para Carlos Benítez Trinidad, juntamente com os interesses econômicos, estavam aqueles de ordem geopolítica e efetivação do domínio dos territórios: “*Asentar poblaciones es un control efectivo de la tierra y sus recursos, es la única forma de mantener cohesionado un territorio. Es colonizar para desarrollar, ocupar, generar sentimiento nacional y así poder estabilizar la frontera*”.⁴⁵² Para a Amazônia significou um novo ciclo de colonização e sua abertura “[...] à exploração do poder econômico veio associado ao modelo que marcou o chamado milagre brasileiro e que, com um lastro de endividamento público e arrocho salarial, garantiu números de crescimento muito altos”.⁴⁵³ Sobre este novo processo de colonização da Amazônia, no mesmo período, se consolidou a expansão capitalista na região; para Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Müller, a chegada da nova etapa economia global capitalista na segunda metade do século XX e o seu processo de “modernização” impactou sobremaneira as relações comunitárias de trabalho, implantando um brutal sistema de exploração do trabalho, bastante próximo à escravização.⁴⁵⁴

Na esteira deste debate, para Violeta Refkalefsky Loureiro e Loureiro Jax Nildo Aragão Pinto a partir da década de 1960, a Amazônia foi atravessada por um novo ciclo econômico. As terras devolutas passaram a fazer parte dos projetos de reforma agrária, da ocupação do território e da estratégia de segurança nacional. O governo adotou uma política de vigorosos incentivos fiscais e da concessão de grandes lotes de terras públicas para a atração de grandes empresas para a colonização da região. A racionalidade econômica e o tecnicismo visavam a dinamização do mercado de terras.⁴⁵⁵ Com isto, as terras historicamente ocupadas pelas populações tradicionais e pelos povos indígenas passaram a fazer parte da ocupação desenfreada, sendo alvo da grilagem, da especulação, do latifúndio, da pecuária e de outros projetos de infraestrutura ou exploração mineral. Os autores destacam ainda o fato de, na Amazônia, os direitos humanos, ficaram reféns dos direitos do capital: “[...] durante mais de vinte anos esses

⁴⁵² Carlos Benítez Trinidad. Un espejo en medio a un teatro de símbolos: *el índio imaginado por el poder y la sociedad brasileña durante la ditadura civil-militar (1964-1985)*. Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Salvador, 2017, p. 112.

⁴⁵³ João Gabriel da Silva Ascenso. “*Como uma revoada de pássaros*”: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, 2021. p. 391: il. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 28.

⁴⁵⁴ Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Müller. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

⁴⁵⁵ Alfredo Wagner Berno de Almeida. *Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social – Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.

problemas acumularam-se sem solução, a não ser em casos pontuais e após conflito seguido de morte. Nesse período, a terra pública transformou-se, por meios legais, fraude ou grilagem, em terra privada”.⁴⁵⁶ O plano dos militares para a região mostrou-se um desastre ecológico e humanitário.⁴⁵⁷ Naquele contexto, “os direitos indígenas foram claramente violados, diante de interesses do próprio regime e de setores econômicos protegidos pelo Estado na época, representados por fazendeiros, madeireiros e mineradoras”.⁴⁵⁸ De acordo com César Augusto Queirós as diretrizes integração-ocupação-desenvolvimentismo orientavam os projetos econômicos para a região e serviam de “[...] justificativa ideológica um nacionalismo exacerbado e a Doutrina de Segurança Nacional que, imersa no contexto da Guerra Fria, legitimava a ocupação da Amazônia como forma de evitar que a região fosse tomada por elementos externos”.⁴⁵⁹ Em linhas gerais, como salientou Gilberto Marques, a “integração” da Amazônia deu-se de forma subordinada, periférica e dependente.⁴⁶⁰ Leonilde Medeiros, por sua vez, destacou as mudanças na questão agrária no Brasil executadas pelo regime empresarial-militar; de acordo com a autora o regime implicou em profundas transformações na estrutura fundiária: “[...] sob a égide da modernização do campo, produziu-se um alinhamento da agricultura brasileira com a revolução verde, dando substância a propostas que se gestaram no período que antecedeu o golpe”.⁴⁶¹ Como sublinhou Gilberto Marques, “[...] nos planos de desenvolvimento, a Amazônia foi apresentada como ‘fonte de recursos naturais’ e a natureza restringiu-se, de um lado, à matéria-prima e, de outro, à mercadoria na forma de terras para comercialização e acumulação”.⁴⁶² Em relação à oposição franca e aberta dos missionário católicos progressistas, Ana de Melo argumentou: “Dentro desse embate político entre o CIMI e a política governamental, a instituição sofreu sanções e represálias. Houve proibição, de

⁴⁵⁶ Violeta Refkalefsky Loureiro e Loureiro Jax Nildo Aragão Pinto. *A questão fundiária na Amazônia*. Estudos Avançados. 19 (54), 2005, p. 80.

⁴⁵⁷ Gilberto Marques. *Amazônia: Riqueza, degradação e saque*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

⁴⁵⁸ Poliene Soares dos Santos Bicalho. *O passado sombreia o presente: o indigenismo autoritário na 8ª Assembleia de Chefes Indígenas de 1977 e suas permanências*. Revista Antropolítica, v. 54, n.2, Niterói, p. 102-124, 2. quadri., mai./ago., 2022, p. 117.

⁴⁵⁹ César Augusto Queirós. “*Amazônia em Armas*”: luta e resistência contra a ditadura militar no Amazonas. Revista Labirinto. v. 31, 2020, p. 188.

⁴⁶⁰ Gilberto Marques. *Amazônia: Riqueza, degradação e saque*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

⁴⁶¹ Leonilde Medeiros. *O Regime Empresarial-militar e a Questão Agrária no Brasil*. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. O Brasil Republicano. Vol. IV. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003, p. 179.

⁴⁶² Gilberto Marques. *Amazônia: Riqueza, degradação e saque*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

missionários e bispos do CIMI, de entrarem nas áreas indígenas e ataque de militares ao trabalho do CIMI”.⁴⁶³

O ano de 1975 inaugurou a massiva repercussão através da imprensa dos conflitos entre a Fundação Nacional do Índio e o Conselho Indigenista Missionário. As críticas à política indigenista proferidas pelos indigenistas à Funai veiculadas pelos jornais, causaram conflitos. Ao longo do ano, a tensão foi se ampliando.⁴⁶⁴ Começaram a surgir as primeiras proibições de acesso a áreas indígenas por parte do órgão estatal aos missionários. A partir da imprensa se pode, em parte, perceber a temperatura da relação entre a Funai e o CIMI. Como trabalhado no capítulo 4, ficou patente o acirramento da tensão entre as instituições ao longo deste ano, até a ruptura formal por parte da Funai, em dezembro de 1976.⁴⁶⁵

Ainda no primeiro trimestre, a Fundação Nacional do Índio esteve em atividades na região norte do país. Elaborou uma expedição para verificar a realidade dos povos indígenas e a atuação das missões religiosas; e, em um segundo momento, foi realizado na sede da I Delegacia Regional da Funai, em Manaus, o evento intitulado II Seminário Funai/Missões Religiosas⁴⁶⁶, entre os dias 06 e 11 de abril de 1975. A narrativa do missionário sobre este evento destacou os embates com os integrantes da Fundação Nacional do Índio e com Apoena Meireles; a tensão com o ministro Costa Cavalcanti em função das suas críticas ao trabalho do Conselho Indigenista Missionário; e a sua percepção em relação à tentativa da Funai em subordinar o trabalho do CIMI aos seus interesses, minando sua autonomia e os posicionamentos críticos à política indigenista governamental. Em suas palavras, o colaborador avaliou a atuação do órgão: “[...] a Funai viu ela que tinha os seus objetivos, que no caso era amansar os índios e não ela conseguiu. O nosso trabalho que articulou. Mesmo com toda agressividade contra a

⁴⁶³ Ana de Melo. *A atuação do Conselho Indigenista Missionário na promoção do protagonismo indígena*. Entropia, Rio de Janeiro. Vol. 4. Nº8. Julho/Dezembro/2020, p. 100.

⁴⁶⁴ Segundo Clovis Brighenti: “A vigilância aos missionários era importante, mas o fator fundamental para manter a estabilidade do regime era controlar os indígenas. Na medida em que os indígenas iam se encontrando nas reuniões e assembleias, denúncias eram formuladas e levadas a conhecimento da sociedade através dos meios de comunicação [...] O governo ditatorial não tolerou tais iniciativas e passou a considerar os encontros indígenas uma ameaça ao regime, em contrapartida, os indígenas continuavam se encontrando e questionavam o governo sobre tal atitude”. Clovis Antonio Brighenti. *Agitadores e subversivos: repressão, perseguição e violações dos direitos indígenas pela ditadura militar*. Perspectiva, Florianópolis, v. 38, n. 1 p. 01-24, jan./mar. 2020, p. 14.

⁴⁶⁵ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Ofício Nº 113. 26 de maio de 1975. Arquivo Nacional.

⁴⁶⁶ Já o I Seminário Funai/Missões Religiosas ocorreu entre os dias 05 e 09 de novembro de 1973, na sede do Ministério do Interior, em Brasília.

gente, não é? Aliás, lembrando, a gente foi sistematicamente acompanhado...”⁴⁶⁷ Também sublinhou a constatação da vigilância por parte dos órgãos de segurança, dimensão observável no fragmento *a gente foi sistematicamente acompanhado*. Outro aspecto relevante refere-se à adesão de algumas igrejas ao projeto da Funai de assimilação dos indígenas à sociedade ocidental: “[...] essas igrejas fundamentalistas norte-americanas que participaram lá, elas procuraram tirar proveito, fazer amizade com a Funai. Isso aconteceu já no primeiro, no primeiro seminário, lá em Brasília, que eu também participei”.⁴⁶⁸ Vale lembrar, se fizeram presentes representantes das Missões Religiosas, dentre elas a da Prelazia do Alto Rio Negro, da Prelazia do Solimões, da Prelazia de Roraima, a da Igreja Batista, da Missão Evangélica da Amazônia (MEVA), Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB), do *Summer Institute of Linguistics* (SIL), da Assembleia de Deus e Asas do Socorro.⁴⁶⁹

O dossiê sobre o II Seminário Funai/Missões transcreveu a fala dos participantes. A partir do documento se pode perceber duros embates entre os missionários católicos progressistas e os integrantes da comitiva da presidência da Funai. Perguntado em relação aos confrontos com Ismarth de Araújo Oliveira⁴⁷⁰, Egydio Schwade refletiu: “Isso começou lá, né? Mas muitas vezes, a gente dizia... Afinal de contas... Me lembro também em Goiânia teve debate nesse sentido, que o Ismarth disse “nós defendemos a política do governo brasileiro!” [tom irônico]; e, nós defendemos a política indigenista oficial”.⁴⁷¹ As críticas dos missionários às políticas indigenistas do governo apontavam a morosidade e a seletividade das instituições na defesa da legislação indígena; pode-se considerar as ações indigenistas estavam orientadas pelas políticas econômicas do Estado para a região amazônica: “A política indigenista do governo não é a política indigenista oficial, a que consta no Estatuto do Índio”.⁴⁷²

⁴⁶⁷ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, 05 de abril de 2023.

⁴⁶⁸ *Idem*.

⁴⁶⁹ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). *Pasta Missões Religiosas*, nº 16. 10 de junho 1987. Arquivo Nacional.

⁴⁷⁰ Segundo o portal do programa Povos Indígenas no Brasil: “General da Reserva, antes de ser nomeado presidente havia sido superintendente da FUNAI. Na sua posse, o Ministro do Interior, Rangel Reis, anunciou “a política de integração em ritmo acelerado”, o que viria a desembocar no projeto de emancipação dos índios, contra o qual ele se opôs publicamente. Mas incrementa os chamados “projetos de desenvolvimento comunitário”, dentro de uma política de “espíritos desarmados” com antropólogos, indigenistas e missionários Disponível em:

[https://pib.socioambiental.org/pt/Funda%C3%A7%C3%A3o_Nacional_do_%C3%8Dndio_\(Funai\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Funda%C3%A7%C3%A3o_Nacional_do_%C3%8Dndio_(Funai))

⁴⁷¹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, 05 de abril de 2023.

⁴⁷² *Idem*.

Poucos meses depois, em meados do ano, entre 19 e 22 de junho de 1975, ocorreu em Goiânia, o *Encontro sobre o problema da terra na Amazônia Legal*.⁴⁷³ Neste mesmo evento também foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), discutida e planejada na aldeia dos Kururu, no Alto Tapajós, quando da II Assembleia dos Chefes Indígenas. Dois dias depois do *Encontro sobre o problema da terra na Amazônia Legal*, entre os dias 24 e 27 de junho, foi realizada a Primeira Assembleia Missionária Indigenista. Com base no Boletim do Conselho Indigenista Missionário, ao reconhecer a conjuntura desfavorável aos povos indígenas, os missionários se comprometeram a tenazmente lutar contra o esbulho das terras, a destruição da cultura dos indígenas, bem como pelo seu direito de decidir sobre o seu futuro.⁴⁷⁴ Em relação à Primeira Assembleia Missionária Indigenista o colaborador mencionou ter desconfiado e confirmado a vigilância por parte dos órgãos de segurança: “A assembleia foi assim, tentaram, não sei se conseguiram, mas tentaram vigiar, né? Provavelmente eles conseguiram gravar alguma coisa da assembleia porque a gente encontrou um microfone naquela assembleia”.⁴⁷⁵ Além deste encontro, foi realizada uma série de reuniões, uma vez diversas lideranças estarem na capital goiana. Em função da magnitude destes eventos para a organização do indigenismo católico progressista, não tardou para os órgãos de segurança lançarem uma operação de inteligência para acompanhar as atividades; a missão ficou conhecida como *Operação Pinguim*.

A tensão política não se deu apenas com instituições não ligadas à igreja. Ao longo do evento também houve o pedido de renúncia da presidência do Conselho Indigenista Missionário por parte de Jaime Venturelli. Egydio em sua argumentação

⁴⁷³ Para Marcos Rufino: “As grandes linhas de ação que foram identificadas já na 1ª assembléia, e que norteariam definitivamente a ação do Cimi em todo o seu futuro, podem ser formuladas em três bandeiras fundamentais: a luta pela “reconquista” da terra e pela garantia de que os índios possam ter o acesso exclusivo aos recursos naturais nela existentes; o apoio na construção do movimento indígena, por meio do fomento direto aos esforços de organização e composição de um quadro de lideranças nativas autônomas; e a promoção da resistência cultural dos índios e do “resgate” do patrimônio simbólico de grupos fortemente afetados pela intervenção praticada pelos brancos e, muitas vezes, pelos próprios missionários cristãos”. Marcos Rufino. *Ide, portanto, mas em silêncio: faces de um indigenismo missionário católico heterodoxo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) PPGAS, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 182.

⁴⁷⁴ De acordo com Rodrigo Lins Barbosa, “[...] os indígenas não aceitaram passivamente o avanço das frentes de expansão sobre seus territórios, confrontando diretamente com os invasores. Eles estabeleceram estratégias de negociações com os brancos e impuseram resistências na defesa de suas práticas sociais. O maior desafio para os povos indígenas era a luta pela terra, pois sem ela não poderiam produzir e reproduzir o sentido para suas vidas, o modo de viver e, muito menos, as formas de usufruí-la”. Rodrigo Lins Barbosa. *O Estado e a questão indígena: crimes e corrupção no SPI e na FUNAI (1964-1969)*. Recife, 2016, p. 260. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História UFPE, p. 115.

⁴⁷⁵ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, 06 de fevereiro de 2023.

citou também a importância da participação de lideranças da igreja sul-americana, como Padre Bartolomé Meliá⁴⁷⁶, radicado no Paraguai, e o Padre Luís Bola⁴⁷⁷, no Equador e no Peru, ao compartilhar as suas experiências no campo indigenista e no trabalho de base.⁴⁷⁸

Naquele contexto de antagonismos no interior da Igreja Católica e entre o Conselho Indigenista Missionário, a renúncia do presidente do CIMI foi duplamente impactante. O primeiro aspecto representa a disputa ideológica no interior do Conselho na atmosfera da Guerra Fria. Por outro lado, representou o fortalecimento da ala considerada “progressista” no interior do órgão indigenista,⁴⁷⁹ permitindo aos

⁴⁷⁶ Segundo Maria Isabel Malinowski e Selma Baptista: “Bartomeu Melià nasceu em Porreres, Mallorca, Espanha, em 1932. Sacerdote jesuíta, a partir de sua tese de doutoramento em teologia, intitulada *La Création d’un Langage Chrétien dans les Reductions des Guarani au Paraguay*, de 1969, começou a estudar os Guarani. Já havia estado no Paraguai desde 1954, quando iniciou o estudo da língua guarani e cultura paraguaia, que lhe foi muito útil depois para sua pesquisa de doutorado. Voltou a este país como colaborador de Leon Cadogan, como professor de Cultura Guarani na Universidade Católica de Asunción (Paraguay), como diretor do CEADUC – *Centro de Estudios Antropológicos* – e como editor das Revistas *Acción*, *Suplemento Antropológico* e *Estudios Paraguayos*. Esteve exilado no Brasil, por motivos políticos, e nesta ocasião esteve com os Enawené Nawé, do Rio Juruena, em Mato Grosso, e continuou estudos sobre os Guarani, sobretudo nas áreas de etno-história, lingüística e antropologia aplicada”. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/campos%20/article/%20view%20File/%201641/1383#:~:text=Bartolomeu%20Meli%C3%A0%20nasceu%20em%20Porreres,come%C3%A7ou%20a%20estudar%20os%20Guarani>.

⁴⁷⁷ Padre Luigi Bolla (1932-2013). Segundo a página do Secretariado do Sínodo para a Amazônia: “O padre Bolla, apelidado de “Yankuam” pelos povos indígenas Achuar, nasceu em Schio, Vicenza, no dia 11 de agosto de 1932 em uma família muito religiosa. Aos 7 anos, ele começou a frequentar o oratório salesiano. As histórias dos missionários motivaram-no do ponto de vista vocacional e, quando contava com 11 ou 12 anos, na capela do oratório, ele ouviu uma voz: “Você pode ser um padre e missionário. Você andar muito em sua vida”. Seu sonho era viver para sempre em alguma remota floresta da terra, com o único propósito de tornar Jesus conhecido e amado. Com grande emoção, no dia 22 de novembro de 1953, ele deixou o porto de Gênova em direção ao Equador. Ele tinha 21 anos. Rapidamente aprendeu espanhol e a língua Shuar para trabalhar com os nativos daquele grupo étnico. Ordenado sacerdote, ele pediu ao Senhor que pudesse aprender as línguas indígenas, que o mandasse sempre aos lugares mais remotos e difíceis entre os povos indígenas, que ele pudesse ser um instrumento do Senhor para que possam ter o dom da graça de Deus para salvarem-se. Quando viu que os Shuar já tinham alguém que cuidasse deles, enquanto os Achuar estavam abandonados à própria sorte, iluminado por Deus ele pediu permissão para doar-se àquele povo. Aos seus superiores, disse que não queria sair em missão como um conquistador, mas queria respeitar e defender as terras deles, poder viver como eles, preservando a sua identidade sacerdotal e religiosa e confiando totalmente na Providência, sem pedir nada à Inspeção. Assim, ele obteve a permissão para fundar a missão de Wichim junto com os Achuar. Passou os 30 anos seguintes no Equador e outros 30 no Peru. Desembarcou neste último país em 1984, para trabalhar no Vicariato Apostólico de Yurimaguas. Anos de solidão e isolamento o aguardavam, devido à distância e à falta de uma comunidade religiosa. Ele se identificou profundamente com o povo Achuar”. Disponível em: <http://secretariat.synod.va/content/sinodoamazonico/pt/testemunhos-da-amazonia/padre-luigi-bolla--um-missionario-que-soube-inculturar-o-evangel.html>

⁴⁷⁸ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, 06 de fevereiro de 2023.

⁴⁷⁹ Para Maria Cecília Simões: “Gradativamente, o CIMI foi se posicionando contrariamente à política do Estado e assumindo cada vez mais a identidade progressista, em consonância com outros movimentos e pastorais, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Como declaram até hoje os missionários, os desafios da causa indígena estão entrelaçados política, econômica e culturalmente e por esse motivo o trabalho do CIMI deve assumir, antes de tudo, um posicionamento político claro frente às intenções do governo de integrar o índio, dispensando a demarcação de terras e

missionários o avanço de sua agenda de mobilização dos indígenas à reivindicação de direitos e o seu protagonismo nesta atuação política: “[...] mas era importante esse documento do presidente do CIMI, que era José Vicente César (da mesma Congregação do Sigaud), eles faziam essa onda contra o CIMI no fim, que o CIMI era comunista, né?”.⁴⁸⁰ Em função da discordância com a agenda proposta pelo Secretário Executivo o então presidente do Conselho teria renunciado; ao mesmo tempo, teria alegado a infiltração comunista na organização indigenista: “E ele justifica a sua..., o seu afastamento da presidência, nem foi à assembleia do CIMI e deixou só este documento, dizendo que ele se demitia, por causa da infiltração... quer dizer, da minha atitude dentro do CIMI [...] Para ver como era pesado... né?”.⁴⁸¹

Ao citar Dom Sigaud, Egydio reforçou a compreensão da dimensão político-ideológica do conflito, tendo em vista o fato do Bispo de Diamantina ser por ele identificado como conservador/reacionário. A própria carta elaborada por José Vicente César apresentou sua inconformidade com a atuação de Egydio Schwade e Antônio Iasi Júnior, ambos criticados por supostamente serem subversivos. Seu afastamento seria então, um protesto em relação ao trabalho “politizado” por parte dos missionários; para o ex-presidente isto estaria prejudicando a imagem da Igreja por desvirtuar o papel da instituição junto aos povos indígenas.

A Terceira Assembleia de Chefes Indígenas ocorreu na aldeia Boqueirão, na região do Meruri, no Mato Grosso, entre os dias 02 e 04 de setembro de 1975.⁴⁸² No boletim desta assembleia enfatizaram esta ser iniciativa dos próprios indígenas, sobretudo, da etnia Bororo: “Convidado da Missão Anchieta compareceu o Pe. João Bosco Burnier. Do CIMI estiveram presentes Dom Tomás Balduino e Pe. Egydio Schwade. Convidados também compareceram os PP. Salesianos: Rodolfo, Gonçalo e Mário Gosso⁴⁸³ e duas irmãs”.⁴⁸⁴ O documento elencou características da assembleia e

outros encargos”. Maria Cecília dos Santos Ribeiro Simões. *Identidade e militância no CIMI: um estudo sobre a identidade dos missionários do CIMI-Leste*. Juiz de Fora, 2010. p. 234. Tese de Doutorado em Ciência da Religião. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010, p. 47.

⁴⁸⁰ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.

⁴⁸¹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.

⁴⁸² Egydio Schwade. *Nas assembleias, os povos indígenas se afirmam: narrativas e testemunho de Egydio Schwade*. In.: BRIGHENTI, C. A.; HECK, E. D. (Org.). *O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. 266 p.

⁴⁸³ Mário Gosso (1925 -2013). Segundo o Boletim Salesiano, o padre Mário Gosso nasceu na cidade de Bagnolo (Piemonte, Itália). Em 13 de março de 1957, aos 32 anos, fez sua primeira profissão religiosa, no Instituto São Vicente (Lagoa da Cruz), em Campo Grande. Foi ordenado sacerdote na cidade de São

dos indígenas apresentando suas denúncias, demandas e expectativas. À assembleia, Egydio Schwade elaborou o seu processo de construção de memórias sobrelevando a articulação política com a aproximação ao Conselho Indigenista de Valber Barbosa, redentorista, insatisfeito com a sua congregação e do padre Antônio Iasi Júnior. Naquele momento adotaram a criação de duas comissões, com representantes não apenas indigenistas, mas também indígenas, para diagnosticarem a situação dos indígenas e contatarem as lideranças; segundo o colaborador: “[...] a assembleia decidiu formar dois grupos, de Bororo e Xavante, porque como eles vivem mais próximos, podem se organizar melhor para enviarem representantes deles para ver *in loco* a situação”.⁴⁸⁵ Argumentou ainda um dos grupos ter partido para a região onde hoje é o Mato Grosso do Sul e outro, do qual fazia parte, para o sul do país, para acompanhar a situação dos Kaingang.

As considerações de Egydio remetem a certo amadurecimento político de lideranças indígenas. A iniciativa da participação de vários indígenas nas assembleias, viagens às capitais estaduais e a Brasília, o envio de documentos aos Chefes de Postos Indígenas e Delegados Regionais da Fundação Nacional do Índio deram nova configuração à atuação dos indígenas na discussão dos caminhos da política indigenista oficial; juntamente com a criação de organizações não indígenas de apoio à causa dos indígenas, na segunda metade da década de 1970 significativos avanços na organização dos indígenas e das instituições de apoio podem ser percebidos. João Gabriel Ascenso sublinhou ter sido realizada esta assembleia não em uma missão religiosa, mas sim em uma aldeia; além disso, o fato da sua coordenação por Lourenço Rondon.⁴⁸⁶ Carlos Benítez Trinidad, por sua vez, salientou a contribuição do emergente movimento

Paulo, em 1º de agosto de 1965. Passou por várias casas da Missão Salesiana de Mato Grosso (MSMT). Antes de ser transferido para as dependências da Obra Social Paulo VI, era vigário da Paróquia Nossa Senhora da Salete, em Primavera do Leste, MT. Um de seus principais feitos foi no ano de 1977, como pároco em Corumbá, e deu início à construção da igreja que atualmente abriga a Paróquia São João Bosco. Disponível em: <https://boletimsalesiano.org.br/familia-salesiana/item/976-nota-de-falecimento-padre-mario-gosso.html>

⁴⁸⁴ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Boletim da Terceira Assembleia de Chefes Indígenas – Conselho Indigenista Missionário (CIMI). 1975. Arquivo Nacional.

⁴⁸⁵ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 28 de janeiro de 2022.

⁴⁸⁶ João Gabriel da Silva Ascenso. “*Como uma revoada de pássaros*”: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, 2021. p. 391. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

indígena para o desgaste do governo militar pois este foi ampliando a consciência pró-indígena na opinião pública.⁴⁸⁷

2.3 – A CONSOLIDAÇÃO DO MOVIMENTO DOS INDÍGENAS

As fontes sugerem mudanças significativas no indigenismo no âmbito do Conselho Indigenista Missionário; o movimento indígena foi se organizando a partir das assembleias, a primeira realizada em abril de 1974 e as demais a partir de 1975; as seções regionais do CIMI reorganizaram os trabalhos da Pastoral Indigenista; e, as instituições não-indígenas começaram a surgir a partir de 1976. As próprias assembleias deixaram de ocorrer na sede das prelaças e realizaram-se nas aldeias. Desta maneira, pode-se inferir a segunda metade da década de 1970 foi um fecundo momento às transformações dos movimentos indígena e do movimento indigenista. Por exemplo, em várias entrevistas Egydio deu ênfase ao protagonismo dos indígenas e sua articulação nestas assembleias para a discussão e construção de ações de desintrusão de terras na região sul, em dois eventos de grande evidência posteriormente, como Rio das Cobras, em Laranjeiras do Sul no Paraná e em Iraí e Nonoai, no Rio Grande do Sul, em 1978.

Em relação à IV Assembleia de Chefes Indígenas Egydio destacou ser um momento de afirmação dos indígenas frente à política indigenista oficial e, principalmente, às diretrizes e o desempenho da Fundação Nacional do Índio. A partir da assembleia a articulação focou povos indígenas na região sul. De acordo com o missionário: “[...] resolveram fazer uma assembleia com os Xavantes, em especial, em Frederico Westphalen; foi então a quarta assembleia. Foi ali que foi articulado praticamente, que surgiram as lideranças com as posições firmes dos Xavantes e Bororo”.⁴⁸⁸ A assembleia foi realizada nos dias 21 e 22 de outubro em Frederico Westphalen, no Rio Grande do Sul.⁴⁸⁹ O colaborador apontou o contexto onde lideranças começaram a organizar as próprias assembleias, visitar outras áreas indígenas

⁴⁸⁷ Carlos Benítez Trinidad. *Un espejo en medio a un teatro de símbolos: el índio imaginado por el poder y la sociedad brasileña durante la ditadura civil-militar (1964-1985)*. Tese (doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Salvador, 2017, p. 218.

⁴⁸⁸ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 14 de janeiro de 2023.

⁴⁸⁹ Egydio Schwade. *Nas assembleias, os povos indígenas se afirmam: narrativas e testemunho de Egydio Schwade*. In.: BRIGHENTI, C. A.; HECK, E. D. (Org.). *O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. 266 p.

e ajudar seus pares na mobilização e realização de atos políticos: “[...] animando-se assim para libertarem as suas áreas lá no sul do Brasil”.⁴⁹⁰ Uma das lideranças a qual se refere Egydio Schwade é Nelson Xangrê: “Meses depois, tinha um tuxaua Kaigang ele já tinha sido retirado pela pressão dos agricultores e fazendeiros da sua área e estava em uma pequena terrinha em Iraí, nos arredores de Iraí, eles conservaram um pedaço de rincão, parece que a prefeitura deu”.⁴⁹¹ Após perder suas terras em uma localidade na cidade de Iraí/RS o indígena teria se aproximado do movimento indígena: “Ele era chamado de Xangrê. E ele então começou a dedicar mais de ano a organizar e fazer a politização do seu povo. Foi a partir dessa assembleia. E, semelhantemente, os Guarani, de Rio das Cobras, no Paraná, no município de Laranjeiras do Sul”.⁴⁹² A narrativa do indigenista sugere o fato das ações de desintrusão nasceram das discussões durante as assembleias. Em certa medida podem indicar uma mudança no posicionamento dos indígenas em relação à posse da terra, à articulação política e o enfrentamento da política indigenista executada pelo governo.

Sobre a V Assembleia, Egydio Schwade não trouxe muitos elementos para compreender a dinâmica do evento. Mesmo perguntado como se deu e quem participou, foi bastante sucinto. Em sua narrativa apontou o seguinte: “Foi lá no Amapá, reuniu praticamente só os povos do do... Amapá [...] Os povos que tinham três ou quatro povos de lá tinham participado da Assembleia no Kururu, aquela que o comandante Camarão mandou os aviões para buscar esses índios e levou lá para Kururu, no Alto Tapajós”.⁴⁹³ A assembleia foi realizada na Aldeia Kumarumã, no rio Uaçá, nos dias 22 e 23 de setembro de 1976 e foi organizada com o apoio da Regional Norte II do Conselho Indigenista Missionário.⁴⁹⁴ Posteriormente, perguntado da sua presença, ressaltou não ter participado da assembleia.

Relativamente à VI assembleia: “[...] essa foi interessante porque os Nambiquara são assim o povo mais radical, apesar de toda a invasão que sofreu ele manteve as suas

⁴⁹⁰ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 14 de janeiro de 2023.

⁴⁹¹ *Idem.*

⁴⁹² *Ibidem.*

⁴⁹³ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 27 de junho de 2023.

⁴⁹⁴ Egydio Schwade. *Nas assembleias, os povos indígenas se afirmam: narrativas e testemunho de Egydio Schwade*. In.: BRIGHENTI, C. A.; HECK, E. D. (Org.). *O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. 266 p.

origens, o seu modo de vida e tal; foi muito sacrificado”.⁴⁹⁵ A assembleia foi realizada entre os dias 29 a 31 de dezembro na aldeia Nambiquara, região do Córrego Tiracatinga, no município de Diamantino (MT);⁴⁹⁶ o mesmo onde Egydio fora missionário na década anterior, como destacado na seção anterior e ressaltado em suas narrativas. A pauta predominante da assembleia foi a luta pela posse da terra. O missionário citou o caso de jornalistas que teriam chegado no segundo dia de assembleia para cobrir e não foram acolhidos pelos indígenas, os quais impediram o seu ingresso e participação; naquela ocasião teriam dito os anfitriões: “Não... nós convidamos para vocês ficarem toda a assembleia toda! [risos]”. A segunda assembleia realizada em Diamantino é carregada de simbolismo; diferente da I Assembleia de Chefes Indígenas, desta vez, a assembleia não foi realizada nas dependências da Prelazia, mas sim em uma aldeia, denotando a construção do amadurecimento das lideranças e a ascendente autonomia do movimento.

Em relação ao contexto histórico em tela, o indigenista destacou o trabalho dos missionários da Operação Anchieta na região da Amazônia ocidental, área onde até então os povos indígenas tinham pouca ou nenhuma assistência das entidades governamentais ou das missões religiosas. No período no qual Doroti Alice Muller Schwade⁴⁹⁷ foi coordenadora do CIMI da Amazônia Ocidental localizou 80 fragmentos

⁴⁹⁵ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 27 de junho de 2023.

⁴⁹⁶ Egydio Schwade. *Nas assembleias, os povos indígenas se afirmam: narrativas e testemunho de Egydio Schwade*. In.: BRIGHENTI, C. A.; HECK, E. D. (Org.). *O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. 266 p.

⁴⁹⁷ Egydio Schwade sistematizou a trajetória de Doroti Alice Muller Schwade: “Doroti nasceu na cidade de Blumenau/SC, no dia 8 de maio de 1948. Já aos 13 anos começou a trabalhar no comércio da cidade para ajudar nas finanças da família. Aos 15 assinou a sua primeira carteira de trabalho. Fez o seu primário e científico em escola pública, ingressando em seguida na faculdade de Pedagogia. Desde pequena propôs-se dedicar a vida aos mais necessitados, pensando ir como missionária leiga para a África. Participou do movimento jovem da Igreja Católica onde foi escolhida em 1973 para integrar um grupo de jovens que representou a juventude catarinense em um encontro latino-americano no Paraguai. Na viagem de volta conheceu Pe. Renato, um jesuíta que a convidou para integrar a Operação Anchieta – OPAN, hoje Operação Amazônia Nativa, sediada em Cuiabá. A OPAN forma jovens missionários leigos para trabalharem com os índios do Brasil e, em especial, da Amazônia. Vendo seu sonho diante dos olhos não pensou duas vezes. Comunicou-se com a coordenação da instituição e no ano seguinte já participava do curso de preparação em Caxias do Sul. Dali seguiu para a periferia de Porto Alegre onde fez estágio servindo aos mais necessitados. No início de 1975 o Pe. Gunter, da Prelazia de Diamantino/MT, a apresentou à comunidade de Novo Horizonte, hoje município de Novo Horizonte do Norte/Mato Grosso, onde lecionou um ano na escola pública local. No ano seguinte a OPAN a destinou ao Acre, para uma ação conjunta com o recém-criado regional do CIMI – Conselho Indigenista Missionário/ Amazônia Ocidental que incluía o Acre, o Médio Purus e o Médio Rio Madeira. Doroti foi eleita primeira coordenadora daquele regional. Na época nenhuma das Prelazias desta região, ou seja, Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Lábrea e Humaitá, possuía pastoral indígena organizada. Por isso, Doroti internou-se pelos rios da região, único acesso às comunidades indígenas e rurais, na busca de localizar povos e comunidades indígenas refugiados nas cabeceiras de rios e igarapés. Percorreu primeiro os rios Abunã, Iaco, o Alto Purus e o Envira, depois percorreu todo o Médio e Baixo Rio Purus e seus afluentes.

de povos indígenas no rio Purus; no rio Envira, ao visitar os seus afluentes da foz até a fronteira com o Peru, onde encontrou os Ashanika; no médio rio Madeira; no rio Mamoré, os Kashawari.⁴⁹⁸ Na sua avaliação, o indigenista considerou tal movimento enfrentar o isolamento da Prelazia e a postura isolacionista do bispo: “Começou a quebrar essas... a gente tinha uma Prelazia que era adversa. Um bispo alemão, lá na Alemanha, fazia, escreveu um livro, um relato da ação indigenista dele e lá negava a existência de índios lá, né? E não deixaram o CIMI entrar!”.⁴⁹⁹ Argumentou Doroti e outro missionário da Operação Anchieta estabelecerem contato com o bispo a fim de conhecer a situação dos indígenas Madiha e outros povos da região e não ter sucesso: “A primeira coisa que ele fazia, ele levou os dois ao Exército, para dizer, aqui nós trabalhamos juntos [risos] Comportem-se! [risos] Então eu articulei na época como Secretário do CIMI, já tinha tomado os primeiros contatos”.⁵⁰⁰ Dada a impossibilidade de estabelecer contato com os indígenas pelas vias legais, organizaram aquela expedição pela floresta para conseguir contato com os indígenas, a partir da Prelazia de Cruzeiro do Sul, no Acre: “[...] uma invasão da Prelazia; aí, com duas pessoas, um rapaz e uma moça da OPAN, nós saímos em um domingo, pelo Rio Purus a pé atravessamos a floresta e no outro domingo chegamos no Envira, não é? A gente viu como a situação lá era de terror”.⁵⁰¹

Além da articulação política do Conselho Indigenista Missionário, das assembleias dos povos indígenas e da Pastoral Indígena sobre os meados da década de 1970, Egydio destacou a percepção da ampliação do apoio de diferentes instituições em relação à questão indígena. Outrora considerada como uma “causa perdida”, na expressão por ele ouvida por ocasião das veementes críticas a este campo, foi se complexificando e ganhando diferentes espaços para a manifestação das vozes e reivindicações dos missionários e das próprias lideranças dos povos indígenas. Acerca

Percorreu ainda o médio rio Madeira e seus afluentes. Ao final, estabeleceu-se na Prelazia de Lábrea/Amazonas, onde iniciou a Pastoral Indígena. Quando alguma Prelazia ou paróquia não lhe dava apoio logístico, Doroti ia sozinha em embarcações de pescadores ou de pequenos comerciantes, os “marreteiros” como são conhecidos na Amazônia. Assim foi localizando dezenas de comunidades indígenas até então desconhecidas pela Igreja e pela FUNAI, comunidades em grandes dificuldades por causa da exploração exercida por patrões de seringal, pelos conflitos com seringueiros e por doenças trazidas pelos invasores de seus territórios. Trouxe as primeiras notícias de povos isolados, como o dos Suruaha, localizado em um afluente do Rio Tapauá, cujos primeiros contatos foram depois feitos por membros do CIMI e da OPAN”. Disponível em: <http://urubui.blogspot.com/2013/12/doroti-alice-muller-schwade-recordacao.html>

⁴⁹⁸ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 05 de abril de 2023.

⁴⁹⁹ *Idem.*

⁵⁰⁰ *Ibidem.*

⁵⁰¹ *Ibidem.*

do surgimento de novas instituições de apoio à luta dos povos indígenas, o missionário arrazoou:

As universidades reagiram muito. As universidades começaram a participar. Eu me lembro, a primeira eu acho foi a URGs (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) que fez um encontro sobre a questão indígena, me chamaram lá para... Ah! não, a primeira foi em Niterói, no Rio de Janeiro, já em 1974 [...] Primeiro foi no Rio Grande do Sul, com a presença do Lutzenberger⁵⁰², de advogados, criou-se então a ANAI, a Associação Nacional de Apoio ao Índio. Eu participei. Logo em seguida, foi outra reunião em São Paulo, inclusive, foi interessante, as universidades públicas, com exceção da PUC de São Paulo [...] Eles se uniram PUC e USP, nessa área antropológica, tinha a Carmen [Junqueira] e Lux Vidal, conseguimos reunir, donde nasceu a Comissão Pró-Índio de São Paulo, depois se desdobrou em outros estados... Simultaneamente, nasceu no Pará, na Universidade Federal do Pará, o GAI, o Grupo de Apoio ao Índio. Também um dia me telefonou, estavam assim afobados porque tinha acontecido um caso muito grave com os índios Krenak, se não me engano... “Como vamos reagir? Não tem nenhuma organização indígena”. Então, eu disse: Criem o grupo! [risos] Grupo de Estudos da Questão Indígena [risos] Daí ficou a organização deles lá com esse nome, GREQUI [risos]⁵⁰³

Algo novo estava começando a acontecer. Os eventos e atos políticos relacionados às demandas dos povos indígenas passaram a lotar os auditórios das universidades e emergiram instituições orientadas a colaborar com os povos indígenas em suas lutas. Em diferentes entrevistas, inclusive, Egydio Schwade avaliou a luta dos povos indígenas contribuiu para fazer o regime militar estremecer. Mensurar o quanto a ditadura balançou em função da organização dos povos indígenas é algo difícil. Contudo, a sua organização política e a sua articulação com os missionários permitiu a amplificação de suas vozes nas demandas pela garantia dos direitos fundamentais e a repercussão internacional da política indigenista oficial e as agressões contra os povos indígenas, por certo, causaram preocupação e uma redefinição da atuação em diferentes repartições governamentais: “Em meio a isso, a partir de 76, a sociedade civil começou também a reagir e a atuar; todo mundo ficou entusiasmado com o trabalho. Me lembro ainda, os maiores críticos da Igreja, das missões principalmente, como Darcy Ribeiro,

⁵⁰² José Lutzenberger (1926-2002). Segundo o portal da Fundação Gaia, José A. Lutzenberger nasceu em Porto Alegre/RS. Formou-se engenheiro agrônomo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1950. Trabalhou em uma empresa multinacional de química agrícola e pediu demissão por perceber os impactos ambientais. Tornou-se um expoente na defesa do meio ambiente. Foi co-fundador da Associação Gaúcha de Proteção Ambiental (AGAPAN). Em 1987, criou a Fundação GAIA. Atuou como Secretário Especial do Meio Ambiente em Brasília, durante o governo do Presidente Fernando Collor, permanecendo como titular da pasta de março de 1990 até meados de 1992. Disponível em: <https://www.fgaia.org.br/apres-lutz.html>

⁵⁰³ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubú (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.

Carlos Moreira Neto⁵⁰⁴”.⁵⁰⁵ Para o indigenista, ambos se aproximaram das atividades do Conselho Indigenista Missionário em função da nova perspectiva de trabalho; mais uma vez sobre Darcy Ribeiro, argumentou: “Darcy voltou do exílio, ele veio me visitar em Brasília me ofereceu o livro dele autografado, *Os índios e a civilização*, uma edição nova; e se dispondo a participar, a ajudar nos encontros do CIMI. Só a ABA ficou muito reticente, né?”.⁵⁰⁶ Neste contexto as organizações não-indígenas de apoio à causa indígena começaram a marcar posição na sociedade civil e demandar do Estado medidas para a defesa das pautas dos povos indígenas, principalmente em relação à posse da terra e a demarcação das terras indígenas.

O processo de construção de memórias de Egydio permite perceber o nascimento, no interior da sociedade civil, da mobilização de pessoas e instituições para contestar o regime militar; naquele momento o governo já apresentava sinais de desgaste. A segunda metade da década de 1970 foi marcada pelo florescimento de novas forças políticas e a demanda de diferentes atores políticos pela Anistia e a volta do Estado Democrático de Direito.⁵⁰⁷ Os próprios documentos dos órgãos governamentais e dos órgãos de segurança explicitam a preocupação dos militares ligados à chamada

⁵⁰⁴ Carlos de Araújo Moreira Neto (1929-2007) nasceu em Viçosa/MG. Fez bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná. Também bacharelado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Curitiba. Participou do Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural mantido pelo convênio CAPES-Serviço de Proteção aos Índios no Museu do Índio, Rio de Janeiro. É doutor em Ciências pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro, São Paulo. Atuou como etnólogo do Departamento de Antropologia do Museu Paraense Emílio Goeldi, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, em Belém, em 1958-1959); como professor Associado de Etnografia do Brasil no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil (UFRJ). Também foi assessor da direção do Serviço de Proteção aos Índios (Ministério da Agricultura, Brasília) para questões etnológicas (1963-1964). Etnólogo do Instituto Indigenista Interamericano, da Organização dos Estados Americanos, México D.F. (1964-1966). Pesquisador bolsista do Conselho Nacional de Pesquisas (1967-1970) e (1972-1975). Professor Assistente do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia de Rio Claro, São Paulo (1972). Foi Coordenador de Cursos e Estágios do Museu do Índio (FUNAI-Rio de Janeiro), responsável pelo programa do Centro de Documentação Etnológica e Indigenista da FUNAI (1974). In: BRASIL. Ministério do Interior. Departamento Geral de Planejamento Comunitário (DGPC). Memorando Nº 100/76. Arquivo Nacional.

⁵⁰⁵ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.

⁵⁰⁶ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.

⁵⁰⁷ De acordo com Carlos Fico: “Não se deve confundir a Campanha da Anistia com a lei de 1979. A campanha surgiu ainda em 1975, quando foi criado o “Movimento Feminino pela Anistia”. Em 1977, com a eclosão de manifestações estudantis em diversas cidades do país, a campanha ganhou maior fôlego: realizaram-se os “Dias Nacionais de Protesto e Luta pela Anistia” e formaram-se os “Comitês Primeiro de Maio pela Anistia”, que teriam duração efêmera. Finalmente, em 1978, formou-se o “Comitê Brasileiro pela Anistia”, lançado no Rio de Janeiro com o apoio do general Pery Bevilacqua, punido pelo AI-5 em 1969. A exigência de uma anistia “ampla, geral e irrestrita” tornou-se o slogan da campanha”. Carlos Fico. *História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis* - o caso brasileiro. Varia História, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, 2012, p. 51

“linha dura” em função da ação política democrática daqueles grupos abertamente contestatórios à ordem vigente.

O ano de 1977 começou em ebulição. Não apenas pela ruptura da Fundação Nacional do Índio com o Conselho Indigenista Missionário.⁵⁰⁸ As assembleias indígenas se fortaleceram, a mobilização e o enfrentamento à política indigenista oficial ganharam novos atores. Além disto, a tensão acumulada ao longo dos últimos dois anos, não cessou com o afastamento institucional entre as suas principais entidades indigenistas naquele período. Ainda em janeiro, as manifestações públicas de Dom Geraldo Sigaud, Arcebispo de Diamantina, veiculadas através da imprensa, colocaram ainda mais combustível nas constantes fricções entre a Igreja Católica e o governo.⁵⁰⁹

Outra tentativa de barrar a realização das reuniões propostas pelo CIMI se deu no interior de Roraima, em janeiro 1977.⁵¹⁰ Na assembleia das lideranças dos povos indígenas considerada como embrião para a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, houve intervenção direta da Funai e da Polícia Federal.⁵¹¹ A VII Assembleia foi realizada na Vila de Surumu, na margem esquerda do rio homônimo, no Território Federal de Roraima; prevista para ocorrer entre os dias 07 e 10 de janeiro de 1977, foi interrompida no segundo dia, pelo Delegado Regional da Funai e quatro agentes da Polícia Federal, acompanhados do sertanista Sebastião Amâncio da Costa^{512, 513} A

⁵⁰⁸ Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça Informação (DSI/MJ). Informação Nº 890/76. 25 de outubro de 1976. Arquivo nacional.

⁵⁰⁹ BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Dossiê sobre a infiltração comunista. Memorando Nº 956. 10 de junho de 1977. Arquivo Nacional.

⁵¹⁰ Para Poliene Bicalho: “Essa atitude demonstrou que a posição do regime autoritário quanto à organização dessas assembleias – das quais o MIB emergiu – começou a mudar. A proibição desse encontro indica que a organização e a disposição para a luta social dos indígenas passaram a incomodar nítida e diretamente o sistema”. Poliene Soares dos Santos Bicalho. *O passado sombreado o presente: o indigenismo autoritário na 8ª Assembleia de Chefes Indígenas de 1977 e suas permanências*. Revista Antropolítica, v. 54, n. 2, Niterói, p. 102-124, 2. quadri., mai./ago., 2022, p. 106.

⁵¹¹ Segundo Clovis Brighenti: “Concomitantemente ao descrédito à legitimidade, havia também a tentativa de impedir através da coerção a participação dos chefes indígenas nos encontros e assembleias. A VII Assembleia dos Chefes Indígenas que ocorreria em Roraima, na aldeia Surumú, ficou prejudicada”. Clovis Antonio Brighenti. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. 2012. 611 p. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012, p. 454.

⁵¹² Sebastião Amâncio da Costa, sertanista, nasceu em Jacutinga/MG, em 2 de abril de 1943. Foi admitido como Técnico Indigenista na Fundação Nacional do Índio em 10 de fevereiro de 1971. Atuou como Chefe do Posto Indígena de Atração Marubo 1972; na Frente de Atração com os Maiuruna 1974. Posteriormente foi Delegado Regional da Funai 10ª DR em Boa Vista e Delegado Regional da Funai 1ª DR em Manaus, em 1983 e a Superintendente Regional da Funai, a partir de 1986. Nos anos 1990 passou a Assessor Especial da Presidência da Funai e atuou como Coordenador do Grupo de Tarefa Especial - GTE Yanomami, em Brasília. In.: BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). *Pasta Sebastião Amâncio da Costa*. Arquivo Nacional. Com a morte de Gilberto Pinto, em dezembro de 1974, Sebastião Amâncio foi designado para a “pacificação” dos Waimiri-Atroari. Ao dizer que daria uma demonstração de força utilizando dinamite, granadas, bombas de gás lacrimogêneo e rajadas de metralhadora causou grande

assembleia foi fruto do trabalho realizado junto às aldeias da região juntamente com o Padre Luciano Stefanini, superior da Ordem Consolata,⁵¹⁴ onde ambos percorreram as aldeias da região por um mês, incentivando as lideranças dos povos indígenas a participarem da reunião para debaterem os seus problemas. A assembleia contou com a presença de cerca de 130 indígenas, sendo, destes, em torno de 50 tuxauas.⁵¹⁵ “Foi uma das mais importantes, foi a do Surumu. Eu tinha passado o mês inteiro lá em preparação a ela, foi em novembro de 1976 e visitei ali Yanomami, visitei Macuxi, Wapixana, todos os que eu pude visitar nesse período de um mês e fiz o relatório”.⁵¹⁶ O referido relatório foi intitulado *Processo Atual de Espoliação do Índio em Roraima* e retratou o levantamento das condições de vida dos povos indígenas de 55 aldeias na região norte.⁵¹⁷

No Relatório da 10ª Delegacia Regional da Fundação Nacional do Índio no Território Federal da Roraima, elaborado pelo Delegado José Carlos Alves⁵¹⁸, enviado ao presidente da Funai, em 10 de janeiro, pode-se encontrar vestígios da interferência da Funai e da Polícia Federal na realização da assembleia.⁵¹⁹ No documento, após contato

polêmica e acabou não seguindo no cargo. A fala e as repercussões estamparam os jornais de grande circulação como o Jornal de Brasília, O Globo, O Estado de São Paulo, nos dias 06 e 07 de janeiro de 1975. As manchetes de jornais deram ênfase ao suposto ímpeto selvagem destes indígenas, em reação motivada pela construção da BR-174, Manaus – Cacarai. Para além do pesar pela morte de quatro servidores, nos bastidores da Fundação Nacional do Índio se fazia cálculo político. Isto fica evidente na mensagem radiofônica enviada por Hélio Rocha, da Coordenação da Amazônia (COAMA), por determinação do presidente da Funai. Ao ordenar a proibição de manifestações públicas ao sertanista pois teria sido “EXTREMAMENTE INFELIZ EM TORNAR PÚBLICO DETALHES ESTRATEGIA AÇÃO JUNTO WAIMIRI ATROARI”, demandou ainda zelar para o nome do Exército ser blindado: “NÃO DEVERAH SER ENVOLVIDO QUALQUER AÇÃO JUNTO REFERIDOS ÍNDIOS PT”. A mensagem cifrada enviada em 06 de janeiro de 1975, em caráter de urgência, denota os bastidores do indigenismo oficial. BRASIL. Fundação Nacional do Índio Ministério do Interior (FUNAI/MINTER). Pasta da Coordenação da Amazônia (COAMA). Arquivo Nacional.

⁵¹³ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 27 de junho de 2023.

⁵¹⁴ Uma importante contribuição sobre os desdobramentos dos projetos da Ditadura Militar na Amazônia, principalmente em Roraima, pode ser observada em: Jaci Guilherme Vieira. *Ditadura militar, povos indígenas e a igreja católica na Amazônia: a Congregação da Consolata e o novo projeto de missão entre os índios da Roraima* (1969-1999). Editora Valer, 2019.

⁵¹⁵ Egydio Schwade. *Nas assembleias, os povos indígenas se afirmam: narrativas e testemunho de Egydio Schwade*. In.: BRIGHENTI, C. A.; HECK, E. D. (Org.). *O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo* (1974-1988). Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. 266 p.

⁵¹⁶ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 27 de junho de 2023.

⁵¹⁷ *Idem*.

⁵¹⁸ José Carlos Alves, sertanista, Ex-Tenente no II Exército, atuou no DOI-CODI. Foi delegado 10ª Delegacia Regional da Funai, 19 -1977 e 4ª Delegacia Regional da Funai, 1977-19, em substituição a Francisco Neves Brasileiro. Posteriormente foi indicado Assessor III da Presidência da Funai a partir de 1984, como Diretor do Departamento de Assistência ao Índio (DAI).

⁵¹⁹ Para Clovis Brighenti: “Nada fugia ao olhar controlador e repressor do chefe do posto. No Sul do Brasil o controle exercido pela Funai ficou registrado no serviço de inteligência e controle, através da

da missão com Dom Aldo Mongiano⁵²⁰, o bispo foi conversar com Dom Tomás Balduino por cerca de 20 minutos. Este, por sua vez, questionou as motivações da presença daquela diligência na reunião e, ainda, argumentado não haver nenhuma ilegalidade na atividade; e, por isto, não a interromperiam. O objetivo do delegado era impedir a permanência do Padre Egydio e de Dom Tomás na assembleia. O relatório afirma ter sido encerrada ao meio dia, no dia 08.⁵²¹

Egydio Schwade também discutiu este tema ao construir memórias sobre os conflitos com os agentes do Estado na articulação do movimento indígena; nas palavras do jesuíta: “Lembro também, em Roraima, nós tivemos um encontro dos indígenas, foi o início da luta por Raposa Serra do Sol, né? Em Surumu. No segundo dia de assembleia dos índios, fomos cercados pela Funai e Polícia Federal”.⁵²² Ressaltou a opção dos indígenas por não expulsar o Secretário-Executivo e o então presidente do Conselho Indigenista Missionário: “Os índios preferiram que eles encerrassem, não nos expulsaram, pelo contrário... Não puderam expulsar; os índios aproveitaram e furaram a noite discutindo a continuidade de sua luta”.⁵²³ Jaci Guilherme Vieira salientou o fato do Conselho Indigenista Missionário não ter feito uma solicitação formal à presidência da Fundação Nacional do Índio; para a ditadura militar e a fundação indigenista, ao não reconhecer a legitimidade do órgão indigenista missionário, a assembleia figuraria uma ilegalidade.⁵²⁴ Mesmo com a tentativa de desmobilização, a assembleia foi concluída. Egydio comentou, dadas as dificuldades logísticas, não foi possível a PF retirá-los do

Assessoria de Segurança e Informação – ASI/Funai, que era responsável por fiscalizar as ações de indígenas e indigenistas na gestão do governo militar”. Clovis Antonio Brighenti. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. 2012. 611 p. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012, p. 454.

⁵²⁰ Aldo Mongiano (1919-2020). De acordo com a página de notícias do Vaticano, nasceu em Pontestura, Monferrato (Itália) e foi missionário da ordem Consolata. Ordenado sacerdote em San Marino, no país natal, partiu em missão em Portugal e Moçambique para depois ser nomeado por Paulo VI, em 1975, bispo da Prelazia de Rio Branco, atual diocese de Roraima, criada em 1979. No Brasil, o prelado abriu um seminário, ordenou o primeiro padre diocesano, introduziu o diaconato permanente e ergueu um hospital, a Casa Paulo VI. Dom Aldo, em 1996, renunciou por idade canônica, e por isso já se encontrava na Itália. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2020-04/falecimento-dom-aldo-mongiano-100-anos-consolata-roraima.html>

⁵²¹ BRASIL. 10ª Delegacia Regional da Fundação Nacional do Índio. Relatório elaborado por José Carlos Alves, delegado regional da Funai. 10 de janeiro de 1977. Pasta Missões Religiosas 08. Arquivo Nacional.

⁵²² Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, 22 de junho de 2022.

⁵²³ *Idem*.

⁵²⁴ Jaci Guilherme Vieira. *Ditadura militar, povos indígenas e a igreja católica na Amazônia: a Congregação da Consolata e o novo projeto de missão entre os índios da Roraima (1969-1999)*. Editora Valer, 2019.

local de imediato. Como lhes foi permitido passar a noite na aldeia para partirem no dia seguinte, aproveitaram e passaram a noite debatendo as estratégias de ação, conseguindo, desta maneira, contornar o impedimento de execução da atividade.⁵²⁵ Ao seguir discutindo as ações e elaborando estratégias, demonstraram a força da organização do movimento, a partir de um exemplo sutil de resistência ao arbítrio.

Egydio sobrelevou a passagem pelo Território Federal de Roraima e a construção do relatório referente ao mapeamento por ele empreendido naquela ocasião. O documento intitulado *Processo Atual de Espoliação do Índio em Roraima* está arquivado na Casa da Cultura do Urubuí e citado na seção 3.2 – *Nas pegadas do indigenista: os registros das andanças*. À existência dos indígenas em Roraima, o indigenista ponderou: “A situação era muito calamitosa naquele tempo, em 76, quando eu fiz ali... Os fazendeiros já estavam simplesmente reduzindo as aldeias, as aldeias eram invadidas pelo gado, né? Inventavam histórias contra eles”.⁵²⁶ O indigenista considerou o levantamento empreendido e as discussões com os demais religiosos da região como os primeiros passos para a defesa da criação de áreas indígenas contínuas, não apenas pequenos espaços estabelecidos a partir das aldeias: “[...] essa ideia durante a minha estada por lá, a ideia de que a reserva desses povos indígenas devia ser contínua e não assim em ilhazinhas como queriam os fazendeiros e os governos; porque se fosse assim ninguém ia segurar terra nenhuma”.⁵²⁷

Poucos dias depois, Dom Sigaud acusou alguns integrantes do Conselho Indigenista Missionário de subversão, principalmente dos bispos Dom Estevão Avelar, Dom Tomás Balduino e Dom Pedro Casaldáliga; e por isto, estariam a serviço da revolução comunista no Brasil e da ruptura daquilo por ele considerado como a essência da brasilidade, isto é, os valores cristãos, ocidentais e conservadores. Aos olhos do bispo co-fundador da Tradição, Família e Propriedade (TFP)⁵²⁸, os missionários seriam

⁵²⁵ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 27 de junho de 2023.

⁵²⁶ *Idem*.

⁵²⁷ *Ibidem*.

⁵²⁸ Segundo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil trata-se de uma: “Associação civil de âmbito nacional fundada em 1960 por Plínio Correia de Oliveira, com o apoio dos bispos dom Antônio de Castro Mayer, de Campos (RJ), e dom Geraldo Proença Sigaud, de Diamantina (MG). A organização tem por objetivos “combater a vaga do socialismo e do comunismo e ressaltar, a partir da filosofia de são Tomás de Aquino e das encíclicas, os valores positivos da ordem natural, particularmente a tradição, a família e a propriedade”. A TFP inspirou-se no “integrismo”, ideologia católica cujo princípio básico é a militância

uma ameaça à Igreja e à Nação brasileira, pelo fato de criticarem tanto alas da Igreja como o próprio governo. As denúncias veiculadas nos grandes jornais em circulação no país causaram um estrondo no interior da Igreja. De certa forma, a partir da reação de Bispos e Padres de diferentes partes do país demonstrando contrariedade ao posicionamento de Dom Sigaud, o mesmo passou a ficar isolado. Por isto, elaborou um relatório ao Núncio Apostólico, Dom Carmine Rocco⁵²⁹, fustigando, principalmente, Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino, acusando-os de subversão. Referente ao episódio, Egidio Schwade preconizou a participação das jornalistas Memélia Moreira e Eliana Lucena por terem descoberto a informação; e, também, haver pressão sobre o Núncio Apostólico, bem como sua complacência com a postura incriminadora do bispo conservador aos colegas progressistas. Para o missionário, as jornalistas *d'O Estado de São Paulo* e da *Folha de São Paulo*, respectivamente, souberam das denúncias de Dom Sigaud ao Núncio Apostólico e o envio de uma cópia do relatório das denúncias de subversão nas posições de Dom Pedro Casaldáliga e Dom Tomás Balduino ao então presidente da República, Ernesto Geisel⁵³⁰; entraram em contato com

ativa em defesa do catolicismo tradicional, em oposição ao catolicismo com engajamento social. Plínio Correia de Oliveira era um ex-integrante da Ação Católica Brasileira (ACB), da qual havia-se desligado em 1943, quando essa organização começara a se preocupar com questões sociais. A TFP foi a primeira organização de resistência às novas estratégias de engajamento social da Igreja, defendidas, além da ACB, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a principal corrente dentro da Igreja no início da década de 1960. A organização ignorou também por completo o Concílio Vaticano II, e seus membros mais importantes viriam a criticar as teses defendidas pelos papas João XXIII e Paulo VI. A ação da TFP junto à opinião nacional é desenvolvida através de constantes campanhas públicas em defesa da família monogâmica e indissolúvel e da propriedade privada, bem como do ataque ao comunismo e ao socialismo, qualificados de “elementos perturbadores da ordem natural das coisas”. Essas campanhas se realizam através da coleta de assinaturas em apoio às petições da organização, destinadas a sensibilizar as autoridades eclesiais, civis e militares para seus objetivos. Quando em campanha, os militantes da TFP — apenas homens — postam-se nas ruas mais movimentadas ou na frente das igrejas, envergando capas púrpuras sobre ternos escuros e empunhando estandartes com o emblema da organização. Fazendo uso abusivo de megafones, procuram convencer os passantes a assinar seus manifestos. Após essa preparação intensiva, os jovens podem habitar uma das casas pertencentes à sociedade, onde discutem diariamente sua doutrina e se preparam para as eventuais campanhas públicas. Assistem ainda a cursos “cívico-culturais” e participam obrigatoriamente de aulas de defesa pessoal, aprendendo judô e caratê. Até 1970, a TFP possuía representações em 52 cidades brasileiras. Segundo suas próprias informações, o número de sócios passara de 40 em 1960 para 1.200 em 1969, e 1.500 em 1970”. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. TFP. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-brasileira-de-defesa-da-tradicao-familia-e-propriedade>

⁵²⁹ Dom Carmine Rocco (1912-1982) foi Arcebispo da Diocese de Justinianopla da Galácia, na Itália, entre 1961-1982; Núncio apostólico da Santa Sé na Bolívia, 1961-1967; e, Núncio apostólico da Santa Sé no Brasil, 1973-1982. Disponível em: <https://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/carmine-rocco>

⁵³⁰ Ernesto Geisel (1907-1996). Conforme o Centro de Informações de Acervos dos Presidentes da República o militar, nasceu em Bento Gonçalves/RS. Teve seu ano de nascimento alterado para 1908, para atingir a idade máxima para admissão no Colégio Militar de Porto Alegre, o qual concluiu como o 1º da turma (1921-1924). Foi o 1º da turma também na arma da Artilharia, na Escola Militar de Realengo (1928), e na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Armada (1938), tendo estudado ainda na Escola

os missionários: “Aí, isso tudo deveria ficar em segredo, né? Mas como nós descobrimos, elas descobriram só não nos falaram como foi [...] Aí, eu dei uma entrevista “Fontes de Curitiba!”... Isso deve ter nos jornais [risos]”.⁵³¹ Como estratégia de defesa dos missionários e, também, das próprias jornalistas, Egydio entrou em contato com outros jornalistas e apresentaram fontes indeterminadas, para despistar. “Fontes de Curitiba...” supostamente o alertaram da denúncia do Bispo de Diamantina ao Núncio e ao presidente da República. Tudo isto, para arrefecer possíveis represálias contra os religiosos e às próprias jornalistas, uma vez a opinião pública foi alertada através dos jornais do caso envolvendo os missionários católicos progressistas. A VIII Assembleia de Chefes e Representantes Indígenas foi realizada entre os dias 16 e 18 de abril de 1977, em Ijuí, no Rio Grande do Sul.⁵³² O último dia foi realizado nas Ruínas de São Miguel, onde foi lida a Mensagem do Dia do Índio à Imprensa. O Padre Egydio mencionou o envio por Txibae Ewororo, Bororo, e Daniel Matenho⁵³³, Kabixi, de uma carta-convite em 06 de março, em alusão ao Dia do Índio. De acordo com o relatório do evento,⁵³⁴ Txibae Ewororo e Onizokay, Pareci, há algum tempo desejavam organizar uma reunião para conhecer a realidade e a problemática dos povos indígenas da região

de Estado-Maior do Exército (1941-1943), e feito estágio no *Army Command and General Staff College*, em Fort Leavenworth, Kansas, Estados Unidos (1945). Foi secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional (1946-1947), adido militar junto à embaixada do Brasil no Uruguai (1947-1950), adjunto do Estado-Maior das Forças Armadas (1950-1952), membro do corpo permanente da Escola Superior de Guerra (1952-1954), comandante do Regimento Escola de Artilharia (1955). Exerceu ainda a chefia da Seção de Informações do Estado-Maior do Exército (1957-1961). Ocupou também o comando militar de Brasília e da 11ª Região Militar (1961), e interinamente da 5ª Região Militar (1962-1963). Participou do movimento político-militar que originou o golpe de 1964, tendo sido nomeado chefe do Gabinete Militar do presidente Castelo Branco (1964-1967). Promovido a general-de-exército em 1966, foi ministro do Supremo Tribunal Militar (1967-1969) e presidente da Petrobrás (1969-1973). Através de eleição indireta passou a exercer o cargo de presidente da República em 15 de março de 1974. Disponível em: http://www.an.gov.br/crapp_site/default.asp

⁵³¹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.

⁵³² Egydio Schwade. *Nas assembleias, os povos indígenas se afirmam*: narrativas e testemunho de Egydio Schwade. In.: BRIGHENTI, C. A.; HECK, E. D. (Org.). *O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo* (1974-1988). Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. 266 p.

⁵³³ Daniel Cabixi (1953-2017). Segundo a página *Cartas Indígenas ao Brasil* foi uma das lideranças do povo Pareci (autodenominados Haliti) e do movimento indígena; nasceu na aldeia Zanakwa. Depois da morte do seu pai, ele foi separado de sua família aos dois anos e levado ao Lar do Menor em Utariti/MT. O sobrenome “Cabixi” foi conferido pelos padres e irmãs da Missão, que o utilizaram nos documentos de batismo, crisma e certidão. Disponível em: <https://cartasindigenasaobrasil.com.br/biografia/daniel-matenho-cabixi/>

⁵³⁴ BRASIL. Fundação Nacional do Índio. Relatório da VIII Assembleia dos Chefes e Representantes Indígenas. 16 a 18 de abril de 1977. Pasta Missões Religiosas 08. Arquivo Nacional.

sul. Segundo Clovis Brighenti a Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Nacional do Índio se ocupou de investigar a assembleia.⁵³⁵

Os agentes obtiveram o relatório da assembleia em sua atividade de espionagem, mas os próprios indígenas enviaram cópias ao presidente da Funai, ao Ministro da Justiça e ao Presidente da República.⁵³⁶ O arbítrio não se resumiu à espionagem, mas também represálias foram praticadas: “O Kaingang João Maria Ferreira (Modesto) foi demitido do seu emprego na serraria do Posto Xapecó por ter participado da assembleia dos chefes indígenas que ocorreu de 16 a 19 de abril de 1977, em São Miguel das Missões/RS”.⁵³⁷

A dinâmica desta assembleia contou com 4 partes: 1) apresentação dos participantes e depoimentos à situação de seus territórios; 2) discussão e aprofundamento dos problemas apresentados; 3) busca por soluções tomando por referência o Estatuto do Índio; e, 4) elaboração de documentos para a imprensa e à Presidência da Funai.⁵³⁸ Da VIII Assembleia participaram 26 chefes de 8 etnias diferentes, dentre elas Bororo, Pareci, Xavante, Apiaká, Terena, Kayabi, Kaingang e Guarany; além disto, esta foi a primeira assembleia dos povos indígenas de caráter nacional e também foi a primeira da qual uma mulher participou como representante da sua etnia: Hod Fei, Kaingang, apresentou um panorama dos conflitos em sua aldeia e apoiou as deliberações encaminhadas na assembleia. Os indígenas perceberam a situação degradante das aldeias na região sul do país. Ao longo dos debates, identificaram o esbulho de suas terras, exploração de seus recursos naturais e as diferentes formas de violência às quais estavam submetidos. Os indígenas passaram a discutir estratégias para reconquistar os territórios Kaingang e Guarani naquela região.

Entre os dias 20 e 25 de junho de 1977, foi realizado em Manaus, o *I Encontro Pan-Amazônico de Pastoral Indígena*. O evento organizado pelo Conselho Indigenista Missionário e pela Linha 2 da Comissão Episcopal de Pastoral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), contou com a participação de representantes do

⁵³⁵ Clovis Antonio Brighenti. *Agitadores e subversivos: repressão, perseguição e violações dos direitos indígenas pela ditadura militar*. Perspectiva, Florianópolis, v. 38, n. 1 p. 01-24, jan./mar. 2020, p. 19.

⁵³⁶ Clovis Antonio Brighenti. *Agitadores e subversivos: repressão, perseguição e violações dos direitos indígenas pela ditadura militar*. Perspectiva, Florianópolis, v. 38, n. 1 p. 01-24, jan./mar. 2020.

⁵³⁷ Clovis Antonio Brighenti. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. 2012. 611 p. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012, p. 453.

⁵³⁸ BRASIL. Fundação Nacional do Índio. Relatório da VIII Assembleia dos Chefes e Representantes Indígenas. 16 a 18 de abril de 1977. Pasta Missões Religiosas 08. Arquivo Nacional.

Brasil, da Bolívia, da Colômbia, do Peru e da Venezuela. Na informação de 27 de abril, a Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI) mostrou preocupação sobre as repercussões regionais das críticas possivelmente feitas pelos participantes do evento. Na parte superior direita da página, manuscrita, consta a seguinte mensagem: “1 – Para a 119; 2 – Disseminar para CMA, Base Aérea, ENRN e DPF”.⁵³⁹ As instituições mencionadas são, respectivamente: Comando Militar da Amazônia; a Estação Naval do Rio Negro; e, o Departamento de Polícia Federal. Na mensagem se pode ainda perceber a destruição de um documento anexo.

No que tange a este evento, Egydio descreveu: “Em [19]77... né? Esse foi e muito!* Esse fui eu que organizei, inclusive como Secretário-Executivo na época. Foi muito interessante, com gente vindo do Peru, Bolívia, Equador, Venezuela”.⁵⁴⁰ Com a expressão “Esse foi e muito!” Egydio se refere à vigilância por parte dos órgãos de segurança. Para o indigenista a assembleia contou com ampla participação: “Doroti também participou deste encontro, representante da Amazônia Ocidental. Dom Tomás Balduino. Dom Pedro Casaldáliga [...] Foi muito interessante. Assim que veio... veio Bispos dos países vizinhos completamente com outra mentalidade!”.⁵⁴¹ Inclusive, figuras *sui generis*, contudo, conservadoras: “Veio um com uma jaqueta e tal, toda cheia de medalhões [risos] Tinha medalhas, assim... Condecorações que ele recebeu... Ridículo! [risos] Ultra reacionário [risos]”.⁵⁴² Para o colaborador também ficou marcada a participação de um padre que trabalhou com uma revista de humor: “Teve um padre muito legal de Iquitos, Peru, ele criou lá uma revistinha. O título era *Los cangaceros* [risos] Então ele publicava, assim de humor. Nós para a juventude, uma perspectiva de indigenismo”.⁵⁴³

Meses mais tarde, foi realizada no Mato Grosso, no território dos Tapirapé, a X Assembleia de Chefes Indígenas, entre os dias 07 e 08 de agosto de 1977.⁵⁴⁴ Nesta assembleia, além das condições dos Tapirapé também diagnosticaram a situação dos

⁵³⁹ BRASIL. Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI). Informação N° 0253/19/AC/77. 27 de abril de 1977. Arquivo Nacional.

⁵⁴⁰ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 01 de junho de 2023.

⁵⁴¹ *Idem*.

⁵⁴² *Ibidem*.

⁵⁴³ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 01 de junho de 2023.

⁵⁴⁴ Egydio Schwade. *Nas assembleias, os povos indígenas se afirmam: narrativas e testemunho de Egydio Schwade*. In.: BRIGHENTI, C. A.; HECK, E. D. (Org.). *O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. 266 p.

Karajá e dos Xavante de Marawatsede, expulsos de suas terras pela Fazenda Suiá-Missu. Enfatizou também a participação de Nelson Xangrê, a liderança e da desintrusão do território dos Kaingang em Nonoai, no Rio Grande do Sul, no ano seguinte. Referente a este evento, Egydio evidenciou a participação de lideranças dos povos indígenas de diferentes partes do país: “[...] me lembro principalmente da presença do Xangrê, né? O índio que libertou as terras de Nonoai, não é? E ele pela primeira vez na vida dele fez uma viagem para fora do estado e ele me contou esta impressão [...] Realizou-se em São Félix do Araguaia”.⁵⁴⁵ A argumentação de Egydio Schwade apontou para o movimento e as assembleias indígenas como espaço de sociabilidade e de formação às lideranças indígenas em função do contato com outras etnias e as viagens para outras regiões do país, lhes permitindo ampliar os seus horizontes culturais, bem como estreitar laços políticos com lideranças de outras etnias.

No relatório da Fundação Nacional do Índio, para a participação no evento, foi designada uma comissão, composta por Cláudio dos Santos Romero⁵⁴⁶, Odenir Pinto de Oliveira⁵⁴⁷ e José Claudinei Lombardi⁵⁴⁸. O Departamento Geral de Operações (DGO)

⁵⁴⁵ Egydio Schwade. A organização do movimento indigenista. Entrevista realizada em 01 de junho de 2023. 90 minutos.

⁵⁴⁶ Segundo o portal do programa Povos Indígenas no Brasil: “Claudio Romero ocupava o cargo de Diretor Geral de Assistência da Funai, quando foi nomeado para presidir o órgão em 20/05/93. Funcionário de carreira do órgão, desde meados da década de setenta, coordenou o Projeto Xavante que tinha como principal objetivo a demarcação do território xavante ocupado pela frente colonizadora, além de projetos de educação e desenvolvimento comunitário. Foi diretor do Parque Indígena do Xingu, quando entre outras coisas apoiou os Kayapó Metuktire na demarcação da AI Capoto/Jarina. Tomou posse do cargo de presidente do órgão prometendo que não haveria qualquer ruptura na continuidade dos trabalhos da gestão de Sidney Possuelo. Nos quase quatro meses que esteve à frente da Funai, Romero teve uma gestão controvertida. Disse que o presidente Itamar Franco não tinha vontade política para cumprir o prazo constitucional de 05/10 para regularizar a demarcação das terras indígenas no país e foi obrigado a reparar o comentário, publicamente. Em agosto de 93, foi acusado, por um dossiê interno, de ter delatado em 83 à Assessoria de Segurança e Informação -o SNI da Funai -uma conspiração de funcionários contra o então presidente do órgão, coronel Paulo Leal. Ele admitiu que escreveu um relatório denunciando servidores do órgão, mas negou ser “araponga” do regime militar. Romero diz que os servidores denunciados planejavam invadir a sede da Funai, articulados pelo então deputado Mário Juruna e pelo então vice-governador do Rio, Darcy Ribeiro. Na época, diretor do Parque Indígena do Xingu, Romero disse que estava interessado em obter da direção da Funai a demarcação das terras indígenas na região e, por isso, foi contra o movimento”. Disponível em:

[https://pib.socioambiental.org/pt/Funda%C3%A7%C3%A3o_Nacional_do_%C3%8Dndio_\(Funai\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Funda%C3%A7%C3%A3o_Nacional_do_%C3%8Dndio_(Funai))

⁵⁴⁷ Odenir Pinto de Oliveira (1948). De acordo com a documentação da Fundação Nacional do Índio, Odenir Pinto de Oliveira, nasceu no PI Simões Lopes/MT. Foi admitido na Funai em 10 de fevereiro de 1971; em 11 de julho de 1971 foi designado para a chefia do PI Rio Autazes, ligado à 1ª Delegacia Regional da Funai. E em 13 de agosto de 1973, para a chefia do PI Santana, jurisdicionado à 5ª DR (Cuiabá/MT). Em 16 de outubro de 1973, designado para acompanhar os serviços de demarcação das reservas indígenas: Sangradouro, Pimentel Barbosa, São Marcos, Xerente e Parque do Xingu. Já em 26 de abril de 1978, designado Chefe da Ajudância Autônoma de Barra do Garças (AJABAG). Fundação Nacional do Índio (Funai). *Pasta Odenir Pinto de Oliveira*. Arquivo Nacional. Já segundo Felipe Milanez: “Odenir Pinto segue uma longa tradição familiar de trabalho com os povos indígenas. Aprendeu com o avô, com o pai e viveu em Mato Grosso, no Amazonas, na Bahia e em Mato Grosso do Sul, além

da Funai tomou conhecimento da assembleia no dia 03 de agosto e prontamente encaminhou as medidas necessárias para permitir a viagem do grupo no dia 05 do mesmo mês. Cláudio dos Santos Romero foi nomeado o presidente da comitiva; o relatório conta com a sua assinatura e a de José Claudinei Lombardi. Consta uma observação indicando Odenir Pinto de Oliveira presente em área indígena e, por isto, não o teria endossado.⁵⁴⁹ Segundo o referido documento, participaram 18 líderes indígenas, representando as seguintes etnias: os anfitriões Tapirapé, Xavante, Bororo, Pareci, Nambikuara, Kaingang e os Karajá. Registrou também a participação dos missionários do Conselho Indigenista Missionário, dentre eles o Padre Thomaz Lisboa, o Padre Antônio Canuto⁵⁵⁰ e as Irmãzinhas residentes na região; além da participação dos jornalistas do periódico Movimento, Moura⁵⁵¹ e Marlene^{552 553}.

de Brasília. Cresceu com os Xavante, língua que fala fluentemente, e com Bakairi, onde nasceu. Ainda criança, frequentou todos os rituais dos Xavante. E conta-se que ele não só furou a orelha, como é tradição entre esse povo, porque seu pai não deixou, no último momento. Foi um dos primeiros indigenistas da Funai, criada em 1967, após o fim do SPI. Entrou em 1969 e fez o primeiro curso de indigenismo da instituição – aposentou-se em 2007. Conviveu com os grandes sertanistas da época, como os irmãos Villas-Boas e Chico Meireles. Trabalhou nas frentes de atração e na demarcação e proteção de territórios indígenas. Foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Indigenismo (SBI), órgão fundamental na defesa dos povos indígenas no início da abertura política que marcou o fim da ditadura civil-militar, e foi assessor do deputado Mário Juruna (PDT). Publicou o livro *Sinais de chegadas*, em que conta, de forma romaneada, o dia a dia de uma frente de atração”. Felipe Milanez (Org.). *Memórias sertanistas: cem anos de indigenismo no Brasil*. São Paulo: SESC, 2015, p. 191.

⁵⁴⁸ Segundo o texto elencado na Plataforma Lattes: “Decano da Faculdade de Educação da UNICAMP. Professor Titular em História da Educação na Faculdade de Educação da Unicamp. Doutorado em Educação, Área de Concentração: Filosofia e História da Educação, pela Universidade Estadual de Campinas (1993); Livre-docência em História da Educação na Faculdade de Educação da Unicamp; é Professor Titular em História da Educação na Faculdade de Educação - Unicamp. Foi Secretário de Educação de Limeira, SP, de janeiro de 2013 a janeiro de 2015. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Marxismo e Educação; Pedagogia Histórico-Crítica; e História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: pesquisa em educação; história da educação brasileira; história, trabalho e educação; e historiografia da educação. É autor e organizador de várias publicações, É coordenador executivo do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR)”. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9792876515583843>

⁵⁴⁹ BRASIL. Fundação Nacional do Índio. Relatório da Reunião de Líderes Indígenas – PI Tapirapé/MT. 30 de agosto de 1977. Pasta Missões Religiosas 08. Arquivo Nacional.

⁵⁵⁰ Antônio Canuto (1941-2024). Segundo a repórter Carolina Bataier nasceu em Caxias do Sul/RS. Transferiu-se para Mato Grosso aos 30 anos, para se unir aos sacerdotes da Prelazia de São Félix do Araguaia. Trabalhou ao lado do bispo Pedro Casaldáliga (1928-2020) na defesa de indígenas e posseiros. Publicou os livros ‘Resistência e Luta conquistam território no Araguaia Mato-Grossense’ (2019) e ‘Ventos de profecia na Amazônia – 50 anos da Prelazia de São Félix do Araguaia’ (2021)”. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2024/01/23/militares-confundiam-covas-de-bananas-com-trincheiras-Conta-fundador-da-cpt-no-mato-grosso/>

⁵⁵¹ Antônio Carlos de Moura Ferreira (1950-2000). O jornalista, agente de pastoral e ex-parlamentar graduou-se em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela Universidade de São Paulo (USP), em 1977. Foi candidato a vice-prefeito de Goiânia/GO, na chapa com Darci Accorsi, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em 1985. Elegeu-se Deputado Estadual, pelo PT, para a Legislatura 1987-1991. Na seguinte, ficou como Deputado Estadual, suplente pelo PT (1991-1995). Assumiu em 28 de novembro de 1994. Como jornalista atuou como correspondente dos jornais ‘O Estado de São Paulo’ e ‘O Movimento’, mudou-se para Goiás em meados da década de 70. Editor do ‘Diário da Manhã’, 1980, e da ‘Folha de

O relatório destacou: “tanto o objetivo, quanto o tema central, não foram explicitados no decorrer da reunião”.⁵⁵⁴ Na sequência, o responsável pela sistematização avaliou: “De modo implícito, o tema debatido foi a Posse da Terra e, particularmente, a demarcação do PI Tapirapé”.⁵⁵⁵ Em seguida, mais um fragmento da incompreensão da importância da posse da terra para os povos indígenas: “[...] de um lado, debate sobre o problema terra, levando os próprios índios a assumirem a luta pela sua posse; de outro, culpar a FUNAI pela não demarcação e defesa da reserva e áreas indígenas, dizendo com que os índios desacreditassem da mesma”.⁵⁵⁶ Na seção 7.2 denominada *Das Reuniões dos Líderes Indígenas*, sugeriu a própria Funai deveria organizar reuniões das lideranças dos povos indígenas, tanto em âmbito regional, como também em âmbito nacional.⁵⁵⁷ A realização destas assembleias possibilitaria a participação nos debates e soluções da problemática indígena, auxiliando desta forma a Fundação a resolver as demandas apresentadas: “[...] o CIMI perderia, pelo menos parcialmente, seu principal instrumento de crítica a esta Fundação e a mesma teria um maior contato com todas as comunidades, assim como os problemas e necessidades apontados diretamente à

Goiás’, 1981-82. Foi editor o jornal ‘Porantim’, em defesa da causa indígena e assessor de imprensa da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Universidade Católica de Goiás e da Arquidiocese de Goiânia. Disponível em: https://publicacoes.al.go.leg.br/memorial/arquivos/Legislativo_Goiás_vol_3.pdf

⁵⁵² Segundo o texto elencado na Plataforma Lattes: “Possui Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (1979), com habilitação em Antropologia e Sociologia, Graduação em Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás (1982), Mestrado em Antropologia pela Universidade de Ciências Humanas de Strasbourg (1994) e Doutorado em Antropologia pela Université Marc Bloch de Strasbourg (2000). Atualmente é professora titular da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, ministrando aulas em diferentes cursos de graduação e no Programa de Mestrado em História. É co-autora da revista *Habitus* da PUC Goiás e integra o grupo de pesquisa da PUC Goiás/CNPq sobre patrimônio Cultural. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: povos indígenas e tradicionais, identidade étnica, política indigenista e indígena, movimentos populares, cultura popular, patrimônio cultural, cultura alimentar”. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/7376067782804492>

⁵⁵³ BRASIL. Fundação Nacional do Índio. Relatório da Reunião de Líderes Indígenas – PI Tapirapé/MT. 30 de agosto de 1977. Pasta Missões Religiosas 08. Arquivo Nacional.

⁵⁵⁴ *Idem*. [Grifos originais].

⁵⁵⁵ *Ibidem*. [Grifos originais].

⁵⁵⁶ BRASIL. Fundação Nacional do Índio. Relatório da Reunião de Líderes Indígenas – PI Tapirapé/MT. 30 de agosto de 1977. Pasta Missões Religiosas 08. Arquivo Nacional.

⁵⁵⁷ Clovis Brighenti analisou a participação do presidente da Funai Ismarth de Araújo Oliveira na Comissão Parlamentar de Inquérito de 1977 e identificou a tentativa por parte da Fundação em conduzir as assembleias: “As acusações contra as atitudes da Funai não eram exclusivas dos indígenas, já que o Cimi também a culpava por impedir a participação indígena e boicotar assembleias. A Funai decide usar do mesmo expediente para se contrapor às assembleias, ou seja, passa a reunir caciques ‘aliados’ para confrontar as lideranças ‘rebeldes’”. Clovis Antonio Brighenti. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. 2012. 611 p. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012, p. 451.

FUNAI”.⁵⁵⁸ Na argumentação do analista, a política indigenista teria uma solução prática e por vias legais, não sendo mero instrumento de crítica ao governo pelas mãos do CIMI.⁵⁵⁹ Na Pasta do CIMI não há outro documento referente a este relatório. Até o presente momento não localizou-se a tramitação do mesmo e como a sugestão foi recebida e encaminhada pela Funai e pelo Ministério do Interior. Contudo, a proposta de realização de assembleias pelo órgão indigenista oficial talvez pudesse tornar relativa a autodeterminação dos povos indígenas; poderia haver, em diferentes escalas, variadas formas de tutela ou aparelhamento destes fóruns de discussão e deliberações. Outra dimensão importante é a identificação pela Fundação Nacional do Índio da efetividade das assembleias e estarem garantindo aos missionários o contato direto etnias e a possibilidade de discussão dos rumos da política indigenista oficial com as diferentes etnias.

O ano de 1978 foi politicamente agitado. Ao completar trinta da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os cinco anos da entrada em vigor do Estatuto do Índio, o governo federal deveria formalizar a demarcação das áreas indígenas, como registrado no artigo nº 65 do estatuto: “O Poder Executivo fará, no prazo de cinco anos, a demarcação das terras indígenas, ainda não demarcadas”.⁵⁶⁰ Contudo, isto não ocorreu. Ao contrário, começaram a surgir conflitos fundiários de alta complexidade nas áreas ocupadas por pelos povos indígenas e as áreas adjacentes.⁵⁶¹ E o governo tentou a acelerar a assimilação e a liberação das terras dos povos indígenas para exploração econômica através do *Decreto da Emancipação*. A primeira edição daquele ano do *Boletim do CIMI* sublinhou o fato do prazo para a demarcação das terras indígenas.⁵⁶² Novos focos de tensão surgiram na região sul. O primeiro, em Rio das Cobras, no município de Laranjeiras do Sul, no Paraná; e, em seguida, em Nonoai, no norte do Rio Grande do Sul.⁵⁶³ Clovis Brighenti indicou serem problemas comuns aos povos indígenas da região sul a centelha para o levante; dentre eles, a redução das áreas de

⁵⁵⁸ BRASIL. Fundação Nacional do Índio. Relatório da Reunião de Líderes Indígenas – PI Tapirapé/MT. 30 de agosto de 1977. Pasta Missões Religiosas 08. Arquivo Nacional.

⁵⁵⁹ *Idem*.

⁵⁶⁰ BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF.

⁵⁶¹ As agressões contra os Kaingang foram sistematizadas por Wilmar da Rocha D’Angelis. *Toldo Chimbanque: história e luta Kaingang em Santa Catarina*. Xanxerê, SC: Regional Sul do CIMI. 1984.

⁵⁶² CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Boletim do CIMI. Nº 10. Brasília, janeiro/fevereiro de 1978.

⁵⁶³ Eduarda Bertuol. *Luta Pela Terra e Resistência Indígena no Sudoeste do Paraná: a formação do movimento dos Kaingang da Terra Indígena de Mangueirinha (1960-1988)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Chapecó/SC, 2022.

reserva e a “exploração de madeira, omissão da Funai e controle dos indígenas pela polícia indígena, portarias e repressão. Talvez uma realidade um pouco mais violenta, já que indígenas e intrusos seguidamente conflitavam, levando indígenas à morte”.⁵⁶⁴ Naquele período a ocupação das terras indígenas estava na ordem do dia; os diferentes governadores subscreveram o avanço das frentes de colonização. Como destacaram Alex Antônio Vanin; Gean Zimmermann da Silva e João Carlos Tedesco: “[...] muitos deputados discursavam e defendiam firmemente a desapropriação das terras e das reservas florestais em prol de uma distribuição para colonos sem-terra, alegando que essas territorialidades eram de cunho estadual, podendo reduzir, lotear e vender”.⁵⁶⁵ Já na edição inaugural do *Luta Indígena*, o informativo do CIMI Sul, em maio de 1976, o assunto predominante foi a intrusão das terras indígenas na região sul.⁵⁶⁶ João Carlos Tedesco salientou a importância do amadurecimento das lideranças indígenas para a participação em Rio das Cobras para o levante em Nonoai.⁵⁶⁷ Como destacou Eduarda Bertuol, o enfrentamento aos colonos em Rio das Cobras não foi realizado apenas por Guarani e Kaingang, mas também por lideranças indígenas de outras regiões; isto, na avaliação do CIMI evidenciaria a articulação dos grupos indígenas em uma perspectiva nacional e pan-indígena.⁵⁶⁸

Nesta mesma direção, a organização dos indígenas e a luta pela retomada dos territórios em Rio das Cobras,⁵⁶⁹ o missionário mencionou ter sido fruto das assembleias dos povos indígenas: “[...] eles libertaram. Unidos, expulsaram todos os invasores;

⁵⁶⁴ Clovis Antonio Brighenti. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. 2012. 611 p. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012, p. 404.

⁵⁶⁵ Alex Antônio Vanin; Gean Zimmermann Silva; João Carlos Tedesco. *A disputa pela terra entre indígenas e agricultores no norte do Rio Grande do Sul: síntese de alguns elementos históricos*. In: TEDESCO, João Carlos; SEMINOTTI, Jonas José; ROCHA, Humberto José. Ed. *Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas* [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, p. 220.

⁵⁶⁶ Cf. CIMI-SUL. *Luta Indígena: Informativo dos Índios e Missionários do Sul do Brasil*. Nº1 Xanxerê/SC: Publicação da Equipe Pastoral, março de 1976.

⁵⁶⁷ João Carlos Tedesco. *O “conflito de Nonoai”: um marco na história das lutas pela terra no Rio Grande do Sul - 1978-1982*. SÆCULUM - Revista de História, João Pessoa, Vol. 26, jan./jun. 2012.

⁵⁶⁸ Eduarda Bertuol. *Luta Pela Terra e Resistência Indígena no Sudoeste do Paraná: a formação do movimento dos Kaingang da Terra Indígena de Mangueirinha (1960-1988)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Chapecó/SC, 2022.

⁵⁶⁹ De acordo com Clovis Brighenti: “Na TI Rio das Cobras/PR, com presença de maioria Kaingang e minoria Guarani, havia 263 famílias de intrusos. Na TI Nonoai/RS, também de maioria Kaingang e minoria Guarani, havia 974 famílias de intrusos. Os indígenas aguardaram o prazo final estipulado pelo Estatuto do Índio e confirmado pelo presidente da República, mas as situações de tensões e conflitos estavam cada vez mais intensas”. Clovis Antonio Brighenti. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. 2012. 611 p. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012, p. 399.

todos os invasores. Aí animou ainda mais os Kaingang também. E em Nonoai, tinha também na época, só restavam dentro dessa área 1200 indígenas contra em torno de 15 mil invasores”.⁵⁷⁰ O indigenista apontou mais uma vez o protagonismo do Xangrê; este teria se envolvido tanto com a organização do movimento indígena a ponto de deixar de lado até mesmo a alimentação: “A mulher falava que às vezes tinha que empurrar comida na boca dele porque não tinha mais fome. Só pensava nisso [risos]”.⁵⁷¹ Em sua análise considerou terem os colonos intrusos tomado a organização dos indígenas em tom de descrédito. Talvez estivessem baseados na ocupação não debelada dos territórios indígenas há anos. Contudo, a situação havia mudado consideravelmente: “Aí, os agricultores, começaram a debochar: “Vocês ficaram valentes?”. Eles foram avisados, só avisados. Chegou 24 horas, ninguém tinha saído, não é? Na noite seguinte, meia noite, começaram a queimar todas as escolas e Igrejas das comunidades”.⁵⁷² O indigenista descreveu os eventos de forma efusiva, provavelmente empolgado com a tomada de posição dos indígenas e a sua luta pela posse da terra naqueles eventos. Ponderou o descrédito dos colonos à reação dos indígenas, o que possivelmente os teria pego de surpresa: “[...] as carroças, os carros que tinha, eles enchiam o que podiam ainda; os porcos, por exemplo, não tinha como levar e ficaram para trás. Foram embora; parece que ficou só um agricultor com o filho, tentando resistir. E parece que foi a única morte que deu. Tudo foi sem matar ninguém”.⁵⁷³

Em relação ao levante em Rio das Cobras a documentação evidencia a preocupação das instituições governamentais com a mobilização dos indígenas para a reivindicação do cumprimento da legislação. Para Clovis Brighenti, as promessas não cumpridas por parte da Funai e a organização das lideranças indígenas as encorajava demandar a expulsão dos colonos.⁵⁷⁴ O *Boletim do CIMI* denunciou a estratégia utilizada pela frente de expansão agropecuária. Segundo a publicação indigenista missionária os grupos econômicos incentivavam os posseiros a ocupar as terras indígenas para gerar os conflitos e, posteriormente, se apropriar das áreas dos

⁵⁷⁰ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 14 de janeiro de 2023.

⁵⁷¹ *Idem.*

⁵⁷² *Ibidem.*

⁵⁷³ *Ibidem.*

⁵⁷⁴ Clovis Antonio Brighenti. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. 2012. 611 p. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012, p. 399.

assentados.⁵⁷⁵ A tensão gerada pela iniciativa dos Guarani em retirar os invasores de suas terras mobilizou diversas instituições e levou, inclusive, o presidente da Fundação Nacional do Índio à região, para acompanhar os desdobramentos *in loco*. Para os indígenas, “a ação era pela retirada dos intrusos, mas também contrária à venda de madeira e às serrarias do Departamento Geral de Patrimônio Indígena da Funai, já que os recursos com a comercialização da madeira não revertiam em melhoria às comunidades”.⁵⁷⁶ A Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior reportou as tensões daquela região no período em tela.⁵⁷⁷ Em 13 de janeiro, posseiros atearam fogo em casas dos Guarani. Dois dias depois, indígenas organizados atacaram e feriram o posseiro José Amâncio de Almeida. No dia seguinte, casas dos Guarani foram atacadas a tiros por sujeitos não identificados. No dia 17 de janeiro, o presidente da Assembleia Legislativa do Paraná Ivo Thomazoni⁵⁷⁸ e o deputado Lineu Mansani Turra informaram de um acampamento de 60 posseiros próximo à Prefeitura do município de Quedas do Iguaçu/PR. O indígena Dival Olímpio denunciou o ex-Chefe do Posto Indígena Leonardo Aparecido Machado e Jairo Correia por terem contratado o pistoleiro Ari da Rosa para executar o novo Chefe do Posto Indígena Rio das Cobras, Sadi Biavati e o Cacique do Posto Indígena Mangueirinha. Cinco dias depois, após a intervenção do Bispo de Guarapuava, do Presidente da Câmara de Vereadores e três vereadores do município de Laranjeiras do Sul, fez-se presente a Polícia Federal. O clima não amenizou e, no dia 22, um posseiro foi baleado e a Polícia Militar interveio para apreender as armas de fogo. Foi necessário o envio de dois batalhões da PM para

⁵⁷⁵ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Boletim do CIMI. Nº 45. Brasília, março/abril de 1978.

⁵⁷⁶ Clovis Antonio Brighenti. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. 2012. 611 p. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012, p. 403.

⁵⁷⁷ BRASIL. Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior (DSI/MINTER). Informação Nº 22/0274-C. 21 de fevereiro de 1978. Arquivo Nacional.

⁵⁷⁸ Ivo Thomazoni (1931-2022). Segundo o portal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná nasceu em Joaçaba/SC. De 1945 a 1951 exerceu funções administrativas na Companhia Comercial Sudoeste Ltda. E foi no Sudoeste paranaense que ele se radicou, residindo primeiro em Francisco Beltrão e, depois, em Pato Branco. Como jornalista da Rádio Colmeia de Pato Branco – que mais tarde passou a ser Rádio Celinista – teve papel ativo no movimento que resultou na chamada Revolta dos Colonos ou Levante dos Posseiros, em 1957. Foi desta forma que Thomazoni assumiu, gradativamente, o papel de uma das lideranças do movimento, que viria a conseguir seu intento na década seguinte, após a criação do GETSOP (Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná), em 1962, para regularizar os títulos de posse dos pequenos agricultores. Em 1972 compôs a chapa da Arena à Prefeitura de Pato Branco. Assembleia Legislativa atuou como líder do Governo Jayme Canet Júnior, disputando a presidência da Mesa Executiva com Accioly Neto, integrante da chamada Arena Dissidente, que contava com o apoio massivo da bancada estadual do PMDB. Foi eleito presidente da casa para o biênio 1977-1978. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/index.php/comunicacao/noticias/carreira-publica-de-ivo-thomazoni-teve-inicio-no-levante-dos-posseiros-do-sudoeste>

conter os iminentes conflitos entre os indígenas e o grupo de posseiros e invasores, os quais estavam disparando em direção às casas dos indígenas; com a presença da PM a situação foi temporariamente amenizada.⁵⁷⁹

Na mensagem enviada em 26 de janeiro, se pode perceber o clima de tensão na região, pois foi necessária a mobilização da Polícia Militar para “[...] CONTER OS ATRITOS ENTRE MAIS DE MIL INDIOS GUARANIS E KAIGAGES E CERCA DE 60 FAMILIAS DE POSSEIROS, POR DISPUTA DE TERRAS NO POSO INDIGENA DE RIO DAS COBRAS, OESTE DO PARANA”.⁵⁸⁰ O documento registrou ainda a morte de um posseiro em confronto com os Guarani; além disto, citou uma análise da situação atribuída ao presidente da Fundação Nacional do Índio, Ismarth Araújo de Oliveira: “HA MUITO TEMPO JA OCORRIAM ACIDENTES DESTE TIPO NO LOCAL, MAS NOVAS TENTATIVAS DE INVASOES POR PARTE DOS POSSEIROS, INCLUSIVE DE CORTE DE VARIOS PINHEIROS NA RESERVA INDIGENA”.⁵⁸¹ No próximo registro do relatório no dia 13 de fevereiro, dois posseiros teriam atacado e prometido outro ainda maior e isto poderia se desdobrar em uma mortandade. O originário Jerônimo Alves foi sequestrado e seviciado a mando de um grileiro da região, identificado como Hilmar Adams. No dia seguinte, o clima de agitação se instalou. Integrantes da imprensa local ingressaram na área indígena e entrevistaram o cacique Guarani, Waldomiro. No dia 15, o Delegado da 4ª Delegacia Regional da Fundação Nacional do Índio fez contato com as autoridades para denunciar ameaças de morte e a tensão descontrolada na região.⁵⁸² Um dia após, o Comando Militar de Cascavel montou um esquema de vigilância com o apoio das unidades das cidades vizinhas Guarapuava e Palmas, contando também com homens da Polícia Federal.⁵⁸³

Concomitante à desintrusão na região sul, ainda em janeiro, entre os dias 13 a 28, ocorreu em Manaus, no retiro dos padres Salesianos, conhecido como Casa Jordão, localizado no km 5 da Estrada do Aleixo, o *II Curso de Indigenismo Missionário*. Em

⁵⁷⁹ BRASIL. Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior (DSI/MINTER). Informação Nº 22/0274-C. 21 de fevereiro de 1978. Arquivo Nacional.

⁵⁸⁰ *Idem*.

⁵⁸¹ *Ibidem*.

⁵⁸² “Segundo documentos da época, o prazo fixado não foi cumprido, algumas famílias de menor poder aquisitivo ou que não tinham respaldo de autoridades externas saíram, mas a grande maioria permanecera, contando com apoio de vereadores, prefeitos e deputados. Egydio Schwade chamou essa atitude da Funai de ‘brincar de expulsar os intrusos’ e acalmar os indígenas, que já não mais toleravam a presença dos arrendatários”. Clovis Antonio Brighenti. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. 2012. 611 p. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012, p. 405.

⁵⁸³ BRASIL. Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior (DSI/MINTER). Informação Nº 22/0274-C. 21 de fevereiro de 1978. Arquivo Nacional.

função da sua localização, o encontro ficou conhecido como *Encontro do Aleixo*. Coordenado por Antônio Brand⁵⁸⁴, o evento foi promovido pelo Conselho Indigenista Missionário em parceria com o Regional Norte I da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.⁵⁸⁵ De acordo com o *Boletim do CIMI* os temas trabalhados foram os seguintes: análise da situação dos povos indígenas, da atuação da Funai e das universidades. As contribuições da antropologia. A Educação Indígena. O processo de contato entre os povos indígenas e a sociedade envolvente. O modelo de desenvolvimento e a problemática da terra. As linhas de ação das missões. E, também, a análise de experiências concretas, de povos do Acre; Macu e Yanomami, de Roraima; e, dos Bororo e Xavante, do Mato Grosso; e do Alto Rio Solimões.⁵⁸⁶ O relatório sublinhou a apreensão em relação à educação indígena e à necessidade da formação de professores bilíngues, no intuito de respeitar as línguas maternas. A pauta sobre os territórios indígenas do mesmo modo figurou entre as pautas principais: “não menor, porém, foi a preocupação com a terra dos índios, reduzidas e ameaçadas pelo rápido avanço das estradas, pela descoberta de minérios e pela implementação de projetos agropecuários”.⁵⁸⁷ No comunicado à imprensa, os representantes das 14 prelações presentes destacaram a ausência de demarcação de terras indígenas no Estado do Amazonas e do Território Federal de Rondônia nos últimos anos, justamente na região com a maior população indígena.⁵⁸⁸

O evento foi acompanhado pela Agência de Manaus do Serviço Nacional e Informações (AMA/SNI) através da operação *Venha a nós o vosso reino*. O relatório do SNI destacou a participação de Carmen Junqueira, antropóloga e professora, Darcy Ribeiro, antropólogo e professor, ambos da Pontifícia Universidade Católica de São

⁵⁸⁴ Antonio Brand (1949-2012). Segundo Luciana Scalabrin Brand nasceu em São José do Sul/RS. Concluiu a graduação em História na Unisinos/RS, em 1977 e, em 1978, mudou-se para Dourados/MS; participou da fundação do Cimi em Mato Grosso do Sul. Em 1983, Antonio foi eleito Secretário Nacional do CIMI e mudou-se para Brasília/DF, onde exerceu o cargo por oito anos. Em 1991, Antonio retornou com sua família para São Leopoldo e concluiu o mestrado (1993) e o doutorado (1998) pela PUC/RS. Em 1996, iniciou seu trabalho na Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande/MS. Cf: Luciana Scalabrin Brand. *A trajetória pessoal de Antonio Brand*. Tellus, ano 12, n. 23, p. 203-216, jul./dez. 2012. Campo Grande/MS. Disponível em: <https://tellusucdb.emnuvens.com.br/tellus/article/view/259/177>

⁵⁸⁵ BRASIL. Agência de Manaus do Serviço Nacional de Informações (AMA/SNI). Relatório Nº001/300/78. 31 de janeiro de 1978. Arquivo Nacional.

⁵⁸⁶ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Boletim do CIMI. Nº 44. Brasília, janeiro/fevereiro de 1978.

⁵⁸⁷ *Idem*.

⁵⁸⁸ Comunicado do Segundo Curso de Indigenismo para missionários da Amazônia publicado no Boletim do CIMI. Nº 44. Brasília, janeiro/fevereiro de 1978.

Paulo (PUC/SP); do então presidente do CIMI, Dom Tomás Balduino; Paulo Lucena⁵⁸⁹, indigenista e jornalista e das lideranças estudantis da Universidade do Amazonas (UA) Humberto Marquelli e Rogélio Casado⁵⁹⁰. Dada a repercussão internacional o presidente da Fundação Nacional do Índio oficiou ao ministro do Interior solicitando a pedido de acompanhamento ao ministro das Relações Exteriores; além disso, pleiteava o contato com a Embaixada do Brasil no Vaticano para esclarecer a Santa Sé sobre os objetivos do evento.⁵⁹¹

Dias mais tarde, em março, os conflitos em Nonoai começaram a recrudescer novamente. O Estado pressionado pelo grande capital fundiário e pelas empresas colonizadoras, não impediu o intrusamento das terras indígenas; ao contrário “[...] em alguns momentos, a incentivou e/ou a amparou, assim como extinguiu reservas (Serrinha e Ventarra) e retalhou outras (para contemplar colonos, sem serem extintas, como foi o caso de Nonoai, Inhacorá e Votouro)”.⁵⁹² O cenário identificado por Egidio Schwade e Thomaz Lisboa e repercutidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito em 1967 contou com pouca intervenção ou suporte por parte dos órgãos públicos e a situação se agravou; o conflito se tornou iminente. Inclusive, a Agência Central do Serviço Nacional de Informações comunicou os acontecimentos ao Chefe do SNI e destacou a possibilidade do Conselho Indigenista Missionário atuar na mobilização dos

⁵⁸⁹ Francisco Paulo Lucena Rodrigues (1937-2014) jornalista, etnólogo e indigenista, natural de Boa Vista, no Território Federal Rio Branco, hoje estado de Roraima. Trabalhou na Petrobrás como radiotelegrafista entre outubro de 1957 e junho de 1964; foi demitido por justa causa, acusado de subversão. Atuou na região do Alto Solimões, junto aos Marubo, entre agosto de 1975 e março de 1976, em Atalaia do Norte e Benjamin Constant, no oeste do Amazonas. Nos anos seguintes atuou como indigenista autônomo, prestando trabalhos como jornalista *freelancer*. Atuou também como assessor do senador Evandro das Neves Carreira (MDB/AM). Em anos mais recentes atuou na ONG CAMPA - Corporação Associativo-Ambiental Panamazônica. Cf. BRASIL. Serviço de Informações - Superintendência Regional no Amazonas da Polícia Federal. Pedido de Busca Nº 82/76/SI/SR/DPF/AM. 22 de novembro de 1976. Arquivo Nacional.

⁵⁹⁰ Rogelio Casado (1953-2016). Segundo o Conselho Nacional dos Direitos Humanos nasceu em Manaus/AM. Estudou medicina na Universidade do Amazonas na década de 1970 (UA, atualmente UFAM); fez residência médica em psiquiatria na Associação Pró-Reintegração Social da Criança e no Instituto de Psiquiatria Social de Diadema/SP. A sua especialidade o fez entrar na militância pela luta antimanicomial. Ao regressar a seu estado natal, Casado ganhou notoriedade levantando a bandeira em defesa dos direitos de cidadania das pessoas com transtornos mentais, baseado nos princípios da Luta Antimanicomial. Nos anos 1980, Rogélio se juntou a outros ativistas, denunciando a violência com que eram tratados os usuários do Hospital Colônia Eduardo Ribeiro, o que também contribuiu, neste período, para implementar a Reforma Psiquiátrica no Amazonas. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos-cndh/mocoos-e-notas/NOTA_EM_HOMENAGEM_A_ROGELIO_CASADO.pdf

⁵⁹¹ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Ofício nº 09/78-ASI/FUNAI. 06 de março de 1978. Arquivo Nacional.

⁵⁹² João Carlos Tedesco. *O “conflito de Nonoai”*: um marco na história das lutas pela terra no Rio Grande do Sul - 1978-1982. *SÆCULUM - Revista de História*, João Pessoa, Vol. 26, jan./jun. 2012, p. 243.

indígenas: “Há perspectivas de que o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) atue na área para insuflar os índios, como ocorreu em RIO DAS COBRAS”.⁵⁹³ De acordo com João Carlos Tedesco, artimanhas jurídicas e decisões políticas equivocadas intensificaram o conflito entre os pequenos produtores e os indígenas; as políticas fundiárias estariam orientadas por pressupostos do progresso da região “[...] de controle social, de produção agrícola, de estruturação da propriedade privada da terra, das formas de ocupação e de privilégios e prioridades dadas a colonos em suas normatizações e condições efetivas de produção e de estabelecimento”.⁵⁹⁴

No dia 06 de março o presidente da Funai escreveu ao governador do Rio Grande do Sul, Synval Guazzelli. No ofício, solicitou apoio do governo estadual para mediar a situação conflituosa. Para tanto, indicou como solução ao governo do estado remanejar os posseiros para a reserva florestal contígua à área indígena. Sugeriu ainda a comercialização de árvores desta reserva para custear a operação. Tudo isto, pelo fato da ideia original do Ministério do Interior não ser possível. Para acomodar os posseiros e colonos da região norte do Rio Grande do Sul, o Minter planejava assentá-los em uma área supostamente abandonada por povos indígenas na região do Mato Grosso; contudo, isto não poderia ser operacionalizado tendo em vista os cortes de gastos ocorridos no ministério.⁵⁹⁵ O presidente da Funai externou: “[...] preocupa-me, sobretudo, a situação de Nonoai. Trata-se de área extremamente intrusada, com diuturnas provocações do não índio ao índio e palco de frequentes episódios de sangue”.⁵⁹⁶ O presidente atentou ainda para a repercussão da ação das organizações de apoio à causa indígena: “Detrás disso, tem se prestado referida situação ao fomento de discórdia por elementos de posição visceralmente antagônica ao Governo, pondo-se em jogo, inclusive, a segurança interna”.⁵⁹⁷ De fundo, havia o temor da repetição dos incidentes ocorridos no oeste do Paraná: “[...] na área indígena de Rio das Cobras, em que me vi obrigado a usar de força

⁵⁹³ BRASIL. Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI). Informação Nº0230/19/AC/78. 06 de março de 1978. Arquivo Nacional.

⁵⁹⁴ João Carlos Tedesco. *O “conflito de Nonoai”*: um marco na história das lutas pela terra no Rio Grande do Sul - 1978-1982. SÆCULUM - REVISTA DE HISTÓRIA, João Pessoa, Vol. 26, jan./jun. 2012, p. 241.

⁵⁹⁵ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Ofício Nº085/PRES. 06 de março de 1978. Arquivo Nacional.

⁵⁹⁶ *Idem*.

⁵⁹⁷ *Ibidem*.

para a expulsão de posseiros, só que, a repetição em Nonoai assumiria proporções de maior gravidade, face ao elevado número de violadores da posse indígena”.⁵⁹⁸

João Carlos Tedesco sublinhou a participação das lideranças locais nos eventos de amplitude nacional e o apoio de diferentes pessoas e instituições em apoio à causa indígena: “Em questão de algumas semanas, mais de mil famílias de pequenos agricultores tiveram de deixar a reserva indígena. Esse processo marcou uma trajetória de intrusão de agricultores, expropriação de territórios indígenas e marcou uma nova etapa na luta deles”.⁵⁹⁹ Vale lembrar, a situação dos indígenas no norte do Rio Grande do Sul havia sido mapeada por Egydio e Thomáz Lisboa na década anterior. Identificaram a intrusão dos territórios como problemas históricos, onde os indígenas gradualmente perdiam suas terras na medida que novos colonos aportavam na região. A inação do Estado na regulamentação fundiária ou a sua ação no sentido de estimular a ocupação destes territórios agudizou os conflitos entre os indígenas e os recém chegados. Dos episódios no norte riograndense, Egydio Schwade avaliou:

Esse levante de Nonoai foi importantíssimo e repercutiu até hoje. Os agricultores, sem ter para onde ir, foram acampar no município vizinho chamado Ronda Alta, num local da estrada, em local conhecido como Encruzilhada Natalino. O padre de lá ia diariamente consolar, animando eles a não sair do Rio Grande. Os militares e o governo do estado queriam deportar eles para o Mato Grosso, uma parte para o Mato Grosso do Sul e a outra parte, para a Transamazônica. Então o padre dizia: “Tem terra suficiente aqui no Rio Grande. Tem que fazer a Reforma Agrária!” E conhecia o caso da Fazenda Anoni e Sarandi que já estava desapropriada desde os tempos do Brizola⁶⁰⁰. O Brizola também na época não tinha a

⁵⁹⁸ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Ofício Nº085/PRES. 06 de março de 1978. Arquivo Nacional.

⁵⁹⁹ João Carlos Tedesco. *A presença indígena no centro-norte do Rio Grande do Sul e a reconfiguração da terra nos séculos XIX e XX*: um esboço para compreender aspectos dos atuais conflitos. In: SCHMITT, Â. M., and WINTER, M. D., eds. *Fronteiras na História: atores sociais e historicidade na formação do Brasil Meridional (séculos XVIII – XX)* [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2021, p. 362.

⁶⁰⁰ Leonel de Moura Brizola (1922-2004). Segundo o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV nasceu em Passo Fundo/RS. Diplomado como técnico rural em 1939, no ano seguinte foi nomeado funcionário do Departamento de Parques e Jardins da Prefeitura de Porto Alegre. Entre 1945 e 1949 cursou a Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul. Paralelamente, ingressou na vida política, filiando-se em agosto de 1945, ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por cuja legenda elegeu-se deputado estadual em janeiro de 1947. Reeleito em outubro, Brizola exerceu seu mandato por um ano, sendo nomeado em 1952 secretário estadual de Obras. Em outubro de 1954, foi eleito deputado federal e no ano seguinte prefeito de Porto Alegre. Seu bom desempenho à frente da prefeitura da capital gaúcha o credenciou para disputar com êxito o governo estadual em outubro de 1958. Participou da Campanha da Legalidade em 1961. Em outubro de 1962, Brizola foi eleito deputado federal pela Guanabara, recebendo 269 mil votos, a maior votação até então obtida em todo o país. Em função da ditadura militar ficou asilado no Uruguai e em Portugal. Retornou ao Brasil com a Anistia. Posteriormente fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Foi eleito governador do Rio de Janeiro por duas vezes. Também concorreu à presidência da República. CENTRO DE PESQUISA E

cabeça de indigenista, como ele tinha no final. Foi o Darcy, que abriu os horizontes dele mais tarde. Na época, a Reforma Agrária dele, do IGRA, foi feito em cima das áreas indígenas [...] Daí, fizeram de fato, a reforma agrária na Fazenda Anoni. Aí, começou o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra⁶⁰¹

Egydio Schwade não elaborou esta narrativa a partir de suas vivências, como testemunha ocular, uma vez não estar presente em todos os eventos. Sua argumentação é fruto da convivência com as lideranças indígenas e do movimento indígena, antropólogos e outros ativistas próximos à causa indígena. O fragmento da análise elaborada pelo indigenista sobre a reorganização dos povos indígenas e dos pequenos produtores rurais remete ao complexo panorama político e fundiário no norte do Rio Grande do Sul. Ao longo das décadas anteriores os conflitos pela posse da terra e a exploração econômica dos territórios dos povos indígenas contribuíram para a conflagração da região. Vale lembrar o mapeamento da situação dos povos indígenas foi enviado por Egydio Schwade no relatório da viagem de fevereiro de 1975, onde apresentou os *Dados colhidos por ocasião da visita do Secretário Executivo do CIMI aos povos indígenas do sul do país*; este foi recebido com descrédito pelo chefe de gabinete e do Departamento Geral de Operações, da Fundação Nacional do Índio, como discutido a seguir, na página 308.

O Estado, responsável pela questão fundiária e a política indigenista oficial, adotou um posicionamento paradoxal; eventualmente foi omissivo em relação à regulamentação das terras indígenas e, por outro lado, teve uma posição proativa no fomento aos empreendimentos de colonização. Ambas dimensões eram desfavoráveis aos povos indígenas. Os indigenistas progressistas perceberam o conflito entre os indígenas e os colonos como resultado de uma assimétrica política fundiária, em franco privilégio à expansão do latifúndio;⁶⁰² no final das contas, os dois grupos sociais eram

DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Leonel Brizola. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/biografias/leonel-brizola>

⁶⁰¹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 28 de janeiro de 2023.

⁶⁰² Como demonstrou Alfredo Wagner, a agropecuária na colonização recente da Amazônia foi marcada pela violência e pela concentração fundiária, estes essenciais para o desenvolvimento capitalista, configurando-se uma “modernização de caráter autoritário”: “A vigência destes mecanismos imobilizadores, no caso da Amazônia, apresenta-se ademais articulada com uma ação geral do Estado que, além de impor medidas rígidas de controle social a índios e posseiros no acesso formal à terra, facultava vantagens creditícias, incentivos fiscais e concessões de extensas glebas a grupos empresariais pretextando racionalidade econômica e maior tecnificação”. Alfredo Wagner Berno de Almeida. *Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social – Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1993, p. 224.

vítimas de um processo de concentração de grandes extensões de terras nas mãos de poucos empresários, para a agricultura comercial. Para Alfredo Wagner, este descompasso faz parte do desenvolvimento da agropecuária capitalista na Amazônia, marcado pela coerção, violência e a concentração fundiária.⁶⁰³ Tal constatação foi publicada no *Boletim do CIMI*, em maio de 1978: “A nossa posição de defesa intransigente das terras indígenas não nos deve levar a esquecer o drama dos lavradores pobres que, expulsos pelo latifúndio, procuram as reservas dos índios para tirar o pão de seus filhos”.⁶⁰⁴

A narrativa do missionário sintetiza os conflitos fundiários e o esbulho das terras indígenas na região sul. As empresas agropecuárias expandiam seus domínios. A reforma agrária praticada pelo governo estadual avançava sobre os territórios indígenas. A omissão ou o apoio do governo federal através da Fundação Nacional do Índio para a exploração de madeira nas áreas indígenas intensificavam os conflitos. Além disso, cada vez mais levadas de pequenos produtores rurais chegavam à região para requerer um pedaço de terra. Lógica e proporcionalmente, intensificaram-se as disputas. Qual a resposta do Estado? Deslocar as famílias de posseiros para áreas no Mato Grosso e os povos indígenas para outras áreas, o que poderia gerar novos conflitos com a etnia lá predominante. A partir da resistência dos pequenos produtores rurais, anos mais tarde, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)⁶⁰⁵, em 1984.

⁶⁰³ Alfredo Wagner Berno de Almeida. *Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social – Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1993).

⁶⁰⁴ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). *Boletim do CIMI*. Nº 46. Brasília, maio de 1978, p. 04.

⁶⁰⁵ Segundo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: “O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasceu de um conjunto de conflitos fundiários que emergiram no Sul do país e tinham por característica fundamental as ações de ocupação como forma de pressão para a conquista da terra, em oposição à estratégia privilegiada por sindicatos rurais, que era a de encaminhar esse tipo de demanda principalmente pelas vias administrativas, ou seja, elaborando relatórios de conflitos e enviando denúncias e solicitação de desapropriação a diversas instâncias do governo federal. A origem do MST está vinculada ao intenso processo de modernização pelo qual passou a agricultura brasileira, em especial no Sul do país, na década de 1970, dificultando cada vez mais a reprodução das unidades familiares de produção, característica de vastas áreas do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina. Se, num primeiro momento, os projetos de colonização no Norte do país se constituíram em alternativa, o fracasso de vários deles e o retorno de muitos colonos, desiludidos com seus resultados, passaram a gerar, difusamente, uma recusa às propostas de colonização dos governos militares e a generalizar a reivindicação por acesso à terra em suas regiões de origem. Nascido com forte apoio da Igreja, em especial da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e ligado a algumas das chamadas oposições sindicais que começavam a se desenvolver em diversos pontos do país, a origem imediata do MST foram as ocupações das fazendas Macali e Brilhante no Rio Grande do Sul, a luta dos agricultores que perderam suas terras com a construção da barragem de Itaipu, no Paraná, e que constituíram o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste (Mastro) e a ocupação da Fazenda Burro Branco, em Santa Catarina. Desse conjunto de eventos, todos no início da década de 1980, um dos mais significativos

Nos primeiros dias da segunda quinzena do mês de maio foram realizados mais dois importantes eventos na aldeia São Marcos, em Meruri, no município de Barra do Garças, no Mato Grosso. Entre os dias 15 a 18, ocorreram o encontro da seção regional do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a XI Assembleia dos Chefes Indígenas.⁶⁰⁶ O relatório da Agência Campo Grande do Serviço Nacional de Informações (ACG/SNI) registrou não ser permitida a participação de pessoas não credenciadas, motivo pelo qual: “[...] não foi possível, por parte do agente enviado por esta AR, colher maiores dados sobre citada Assembléia. No entanto foi observado um clima de descontentamento e até mesmo de hostilidade por parte dos integrantes da Assembléia para com a FUNAI”.⁶⁰⁷ A referida animosidade ocorreu pelo fato da Fundação proibir as reuniões do CIMI e a dos chefes indígenas juntas; mencionou busca

foi o acampamento de Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, que mobilizou a opinião pública nacional e exigiu a intervenção do governo federal. A partir das ocupações, começaram a ocorrer reuniões e articulações, visando a unificar essas lutas atomizadas. Em julho de 1982, realizou-se em Medianeira, no Paraná, o primeiro grande encontro de trabalhadores sem terra, com representantes dos estados do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Santa Catarina, de São Paulo e de Minas Gerais. No mesmo ano, em setembro, ocorreu novo encontro em Goiânia, com participantes de 16 estados. No ano seguinte, em Chapecó (SC) foi criada uma comissão regional provisória, composta por dois participantes de cada estado, que se reunia a cada três meses. Finalmente, em janeiro de 1984, em Cascavel (PR), o MST se institucionalizou como tal e elaborou seus princípios. Seu lema passou a ser “Terra não se ganha, se conquista”, valorizando a ocupação e os acampamentos, o que implicava a necessidade de criação de vigorosas formas de organização e de garantia de apoio às iniciativas. Com essas práticas, o MST conseguiu inscrever o tema da reforma agrária novamente nas grandes discussões políticas do país. Sob o signo da Nova República e dos grandes debates que lhe foram concomitantes, o MST realizou seu primeiro congresso nacional em janeiro de 1985, em Curitiba (PR). Dele saiu uma série de reivindicações, tais como reforma agrária sob controle dos trabalhadores (em oposição ao movimento sindical, que falava em reforma agrária com participação dos trabalhadores), desapropriação de todas as propriedades com mais de 500 hectares, extinção do Estatuto da Terra e criação de novas leis “com a participação dos trabalhadores e a partir da prática de luta dos mesmos”. Descrente da possibilidade de a Nova República realizar reforma agrária, o MST propunha-se a realizar acampamentos e ocupações como formas de pressão. Uma das suas ações mais espetaculares foi a ocupação simultânea de 18 áreas no Oeste de Santa Catarina, no mesmo dia em que o governo anunciava o Plano Nacional de Reforma Agrária no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em maio de 1985. No fim de 1986, já havia mais de 90 acampamentos no país, a maior parte deles concentrada no Centro-Sul. Nesse momento, o movimento já procurava implantar-se nacionalmente. Os acampamentos e as ocupações, marca característica da ação dos sem-terra, deram visibilidade à luta pela terra e criaram fatos políticos que exigiam resposta do governo. A eles se somavam marchas, caminhadas e romarias que se dirigiam do interior dos estados às capitais, chamando a atenção da opinião pública para o problema dos sem terra e forjando uma nova identidade que, em muitos momentos, acabou por ultrapassar o âmbito da ação do MST”. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. MST. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-dos-trabalhadores-sem-terra-mst>

⁶⁰⁶ Egydio Schwade. *Nas assembleias, os povos indígenas se afirmam: narrativas e testemunho* de Egydio Schwade. In.: BRIGHENTI, C. A.; HECK, E. D. (Org.). *O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. 266 p.

⁶⁰⁷ BRASIL. Agência Campo Grande do Serviço Nacional de Informações (ACG/SNI). Informação Nº 078/116/ACG/78. 24 de maio de 1978. Arquivo Nacional.

realizada *in loco* pelo agente daquela Regional do SNI onde teria obtido o programa da assembleia, anexo ao relatório.⁶⁰⁸

Na assembleia dos povos indígenas participaram cerca de 80 representantes de diferentes etnias, em número de 18, do Mato Grosso, do Território Federal do Amapá, do Amazonas, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de Goiás. Houve também a participação de quatro representantes de povos indígenas do Paraguai. Entre os temas tratados no encontro, pode-se elencar os seguintes: a discussão sobre o projeto da Emancipação do Índio, o qual foi rejeitado por unanimidade; a denúncia dos líderes indígenas dos conflitos pela posse da terra em cada uma das áreas por eles representadas; surgiu a proposta da criação de uma instituição representativa nacionalmente, a Federação Nacional das Nações Indígenas; houve a indicação da realização da próxima assembleia em um local de fácil acesso, possivelmente em São Paulo/SP, para receber lideranças de diferentes países do continente americano.⁶⁰⁹

No segundo semestre, Egydio esteve em uma expedição na região sudeste em direção ao nordeste, a fim de identificar e contatar outros povos indígenas. Acompanhado do casal Fábio (Fabinho) e Nira, buscou contato com povos com pouca ou nenhuma assistência. Vários deles, fortemente ameaçados pelo esbulho das terras. Em relação à viagem exploratória à região nordeste: “Teve uma também lá nos Xokó, no Sergipe, numa ilha... Reuniu principalmente os indígenas... foi a primeira assembleia que reuniu os indígenas do nordeste, depois de tantos anos”.⁶¹⁰ O missionário empreendeu uma viagem exploratória com Fabinho e a Nira, onde fizeram o levantamento sobre as condições dos povos indígenas da região. Egydio comentou terem informações preliminares sobre os Fulni-ô e os Pankararu, em Pernambuco: “[...] a gente só tinha notícia de um povo, que ainda tem, conservou a sua língua graças a um padre clarividente naqueles tempos que era o vigário quase que exigia deles falarem só

⁶⁰⁸ Houve também a tentativa de proibição da participação de indígenas nas assembleias e demais eventos indigenistas; de acordo com Clovis Brighenti: “As tentativas de impedir a participação dos indígenas em encontros e assembleias partiam do Departamento de Segurança e Informação – DSI, órgão do Ministério do Interior – Minter, que, por sua vez, acionava a ASI/Funai e, esta, os Delegados Regionais e, consequentemente, os chefes dos postos”. Clovis Antonio Brighenti. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. 2012. 611 p. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012, p. 456.

⁶⁰⁹ BRASIL. Agência Campo Grande do Serviço Nacional de Informações (ACG/SNI). Informação Nº 078/116/ACG/78. 24 de maio de 1978. Arquivo Nacional.

⁶¹⁰ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, 06 de fevereiro de 2023.

na língua deles [risos] que são os Fulni-ô, no município de Águas Belas”.⁶¹¹ Egydio destacou como desdobramentos desta viagem de reconhecimento a realização de uma assembleia dos povos indígenas e o encontro da Pastoral Indigenista, dando início à organização do movimento indígena e indigenista nas regiões sudeste e nordeste do Brasil; em Vitória, no Espírito Santo e a outra em Garanhuns, em Pernambuco, respectivamente.

Em 22 de setembro de 1979, o Chefe do Posto Indígena Kambiwá, em Sergipe, oficiou ao Delegado Regional da Funai, encaminhando cópia da carta convite; do convite para a comunidade; e, do roteiro para o deslocamento dos indígenas, enviados pelo missionário Fábio Alves dos Santos ao Cacique Gilberto dos Kambiwá, sobre a participação na XIII Assembleia, apoiada pelo Conselho Indigenista Missionário. A assembleia foi organizada pelas seguintes lideranças: Manoel Celestino da Silva, Cacique Xukuru-Kariri, de Palmeira dos Índios/AL; pelo líder Potiguara da Bahia da Traição/PB, José Augusto da Silva; e, Pedrito Santana, líder Xokó, da Ilha de São Pedro/SE. Ocorreu entre os dias 11 e 14 de outubro, na Ilha de São Pedro.⁶¹² Esta foi a primeira assembleia de lideranças indígenas realizada na região nordeste.⁶¹³ Tinha por objetivo conversar sobre o tempo de crueldade vivido, os direitos dos povos indígenas e, ainda, o cenário de esperanças. Para Egydio Schwade a assembleia marcou a retomada da cultura indígena por povos em situação degradante, aos quais havia restado viver em barracos de lona pela invasão de suas terras. Ao total, participaram representantes de 15 etnias diferentes, dentre elas, representantes dos Truká, de Pernambuco; dos Xokó, de Sergipe; Kaimbé e Pataxó, da Bahia; Tupiniquim e Guarani, do Espírito Santo; dos Kayoá e Guarani, do Mato Grosso do Sul; dos Maxakali, de Minas Gerais; dos Tukano, do Amazonas. E, também, Kaiabi, Tapirapé, Xavante, Bakairi, Iranxe e Nambiquara, do Mato Grosso.⁶¹⁴ Esta assembleia também não escapou da vigilância da Funai: “a Funai tentou impedir a participação dos indígenas no Nordeste. Não conseguindo tal feito,

⁶¹¹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, 06 de fevereiro de 2023.

⁶¹² Egydio Schwade. *Nas assembleias, os povos indígenas se afirmam: narrativas e testemunho de Egydio Schwade*. In.: BRIGHENTI, C. A.; HECK, E. D. (Org.). O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988). Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. 266 p.

⁶¹³ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Boletim do CIMI. N° 59. Brasília, setembro/outubro de 1979.

⁶¹⁴ *Idem*.

buscou infiltrar-se no movimento”.⁶¹⁵ Para Poliene Bicalho os contratempos “[...] entre a FUNAI e o bispo D. José Brandão - defensor da retomada das terras dos índios Xokó na Ilha de São Pedro/Porto da Folha-Sergipe - começaram quando o órgão do Estado quis impedir a realização da Assembléia naquele local”.⁶¹⁶ Fábio Alves dos Santos, do CIMI Nordeste, denunciou através das páginas do *Boletim do CIMI* a articulação da Fundação Nacional do Índio para tentar impedir a sua realização. As ameaças partiram da Procuradoria da Funai e da 3ª Delegacia Regional da Funai. A 3ª DR enviou mensagem a todos os Postos Indígenas para a proibição dos indígenas das aldeias em direção à assembleia.⁶¹⁷

Na carta redigida pelo missionário Fábio⁶¹⁸, conhecido Fabião, citou a possível dificuldade de acesso a algumas aldeias, a solicitação formal à Funai para superar isto, a indicação de algumas etnias estarem conquistando vitórias com as assembleias e o trabalho em uma instituição de apoio à luta dos povos indígenas, no caso o CIMI, uma parte, em especial, foi destacada pelo Delegado Regional: “Estou enviando para vocês este convite dos seus parentes que também estão lutando. Se vocês puderem ir será muito bom. Caso tenham dificuldade com dinheiro, não se preocupem”.⁶¹⁹ A missiva ainda alude à rede de solidariedade e a perspectiva pan-indígena da assembleia: “Os índios que convidam podem ajudar vocês. Eles conseguiram uma ajuda de outros amigos para essas precisões. Podem pedir dinheiro emprestado que lá eles devolvem o que vocês precisarem. Outras aldeias irão ao encontro”.⁶²⁰ Ana de Melo salientou o suporte dado pelo Conselho Indigenista Missionário para a realização das assembleias: “[...] incentivou o protagonismo indígena, dando apoio financeiro e burocrático a

⁶¹⁵ Clovis Antonio Brighenti. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. 2012. 611 p. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012, p. 458.

⁶¹⁶ Poliene Soares dos Santos Bicalho. *As assembleias indígenas – O advento do movimento indígena no Brasil*. OPSIS, Catalão, v. 10, n. 1, p. 91-114, jan-jun 2010, p. 100.

⁶¹⁷ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). *Boletim do CIMI*. Nº 63. Brasília, abril de 1980.

⁶¹⁸ Fábio Alves dos Santos (1954-2013). Segundo a PUC Minas, o missionário do CIMI, também conhecido como Fabião, formou-se em Pedagogia, Ciências Sociais e Teologia; era Especialista em Filosofia da Religião (PUC Minas), Advogado (PUC Minas) e Mestre em Direito Constitucional (UFMG). Lecionou na PUC Minas como professor de Cultura Religiosa e depois como professor no Curso de Direito, atuando principalmente no Serviço de Assistência Judiciária – SAJ, especialmente cuidado de causas populares como as da ASMARE (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte), da Pastoral de Rua, da Pastoral Carcerária, de movimentos de “Sem Casa”. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/6424>

⁶¹⁹ BRASIL. 3ª Delegacia Regional da Fundação Nacional do Índio. Posto Indígena Kambiwá. Ofício Nº 56/79/KWA. 22 de setembro de 1979. Arquivo Nacional.

⁶²⁰ *Idem*. [Grifo original]

diversos povos indígenas, estando na base da maioria das associações indígenas e caminhando junto para a autonomia desses povos sem necessidade de mediação”.⁶²¹

Em 15 de outubro de 1979, o Chefe da Agência Manaus do Serviço Nacional de Informações (AMA/SNI) enviou um Pedido de Buscas ao Delegado Regional da Fundação Nacional do Índio solicitando informações da assembleia em Lábrea/AM.⁶²² No documento pediu a identificação das entidades envolvidas na realização; os assuntos tratados; as áreas reclamadas pelos povos indígenas; e, quais eram estes povos e qual a sua população. A região, apesar de fazer parte do estado do Amazonas, estava sob jurisdição da 8ª Delegacia Regional da Funai, no Território Federal de Rondônia, com a sede em Porto Velho. Devido a este fato, a resposta ao Pedido de Buscas ficou a cargo da 8ªDR. Em um memorando, confidencial, o Delegado em Porto Velho destacou a falta de infraestrutura da Funai na região.⁶²³ De acordo com o *Boletim do CIMI* os temas predominantes no evento foram a posse da terra, o papel da Funai, a necessidade de articulação entre as etnias da região, os problemas relacionados com as bebidas alcoólicas, a exploração econômica e as questões referentes à saúde e à educação.⁶²⁴

Entre os dias 15 e 18 de fevereiro de 1980 foi realizada no município de Pauini/AM a XII Assembleia Indígena.⁶²⁵ A assembleia colocou a Agência Manaus do Serviço Nacional de Informações (AMA/SNI) de prontidão. O relatório da Agência Regional do SNI sustentou ter localizado um grupo de opanistas andando pelas aldeias localizadas nos municípios de Pauini e Lábrea, no Amazonas, incentivando os indígenas a lutarem pela posse de suas terras; os jovens em questão estariam ligados ao Projeto Acre-Purus, da Operação Anchieta. As atividades dos jovens opanistas provocaram a construção de um dossiê referente à OPAN, por parte do Comando Militar da Amazônia

⁶²¹ Ana de Melo. *A atuação do Conselho Indigenista Missionário na promoção do protagonismo indígena*. Entropia, Rio de Janeiro. Vol. 4. Nº8. Julho/Dezembro/2020, p. 103.

⁶²² BRASIL. Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Nacional do Índio (ASI/FUNAI). Memorando Nº 153/79-ASU-FUNAI. 24 de outubro de 1979. Arquivo Nacional.

⁶²³ De acordo com o memorando: “Devido a FUNAI não possuir nenhuma infraestrutura na região, não temos conhecimento da área pretendida pelos índios. Tanto os índios que habitam no município de Lábrea, como em Humaitá, pertenciam anteriormente à 1aDR/FUNAI em Manaus, entretanto devido a proximidade dessas cidades de Porto Velho, o Sudeste e o Sudoeste do Estado do Amazonas, passou para jurisdição da 8aDR/FUNAI. Entretanto só nos passaram os problemas, uma vez que nenhum reforço dos recursos foram alocados para esta Delegacia BRASIL”. 8ª Delegacia Regional da Fundação Nacional do Índio. Memorando Nº 004/CONFIDENCIAL/8ªDR/79. 06 de novembro de 1979. Arquivo Nacional

⁶²⁴ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). *Boletim do CIMI*. Nº 45. Brasília, novembro/dezembro de 1979.

⁶²⁵ Egidio Schwade. *Nas assembleias, os povos indígenas se afirmam: narrativas e testemunho de Egidio Schwade*. In.: BRIGHENTI, C. A.; HECK, E. D. (Org.). *O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. 266 p.

(CMA). Os agentes do Comando Militar da Amazônia sistematizaram as informações conhecidas da Operação Anchieta, bem como arrolaram documentos já elaborados, como um histórico de suas atividades elaborado pelo CMA ainda em 1974 e o seu estatuto. Na Informação Nº XII/E2/74 o agente registrou a consolidação da Operação Anchieta e “[...] o incremento de núcleos visando, em particular, as áreas do Oeste do País, poderão, futuramente, constituir-se em mais um apreciável instrumento de contestação ao regime, sendo bastante recomendável o acompanhamento de suas atividades”.⁶²⁶ O agente elaborou um dossiê sobre a Operação Anchieta; citou a sede da OPAN estar em Cuiabá, uma vez que todos os projetos eram executados na região norte; e os coordenadores da OPAN eram o Bispo Dom Joaquim Lange e o Padre Egon Heck, atuantes na Prelazia de Tefé, no Amazonas: “Recentemente, um grupo de jovens “barbudos” foi visto percorrendo algumas aldeias indígenas, existentes em PAUINI/AM e em LÁBREA/AM. Na mesma ocasião, índios, possivelmente incentivados por civilizados, invadiram o Seringal CATIJARI (PAUINI/AM)”.⁶²⁷

Em 30 de junho, o Papa João Paulo II chegou ao Brasil. Em uma visita de 12 dias, visitou diversas cidades no Brasil, dentre elas, Manaus. Chegou à capital amazonense em 10 de julho e partiu no dia seguinte. Ainda em abril, um mês antes da visita papal, o Serviço Nacional de Informações estava atento às atividades do jesuíta Egydio Schwade e do antropólogo Darcy Ribeiro. O SNI estudou a realização da Assembleia Indígena Nacional em Brasília, evento planejado por Egydio para ocorrer no mesmo período da passagem do Papa pela capital federal; segundo o órgão de inteligência, o então ex-Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário, pretendia entregar ao Papa um documento contendo denúncias da situação dos povos indígenas no país. Alguns dias mais tarde, em 17 de junho, outro informe do SNI demonstrou os trabalhos de investigação sobre a visita em tela. Neste caso, o centro das atenções foi Darcy Ribeiro. O antropólogo estaria organizando um encontro com o Papa para o dia 11 de julho, em Manaus. O objetivo do encontro seria levar ao conhecimento de João Paulo II a criação da Nação Indígena e do reconhecimento da Federação do Índio do Brasil.⁶²⁸

⁶²⁶ BRASIL. Comando Militar da Amazônia (CMA). Informação Nº XII/E2/74. 17 de dezembro de 1974. Arquivo Nacional.

⁶²⁷ BRASIL. Comando Militar da Amazônia (CMA). Pedido de Buscas Nº 59/E2/7-80/CMA. 24 de março de 1980. Arquivo Nacional.

⁶²⁸ *Idem.*

Em um terceiro documento, do mesmo dia, o assunto é a estada em Manaus por Egydio Schwade em companhia do Padre Paulo, organizando o encontro de cerca de 60 representantes dos indígenas com o sumo pontífice. O documento insinuou ambos buscavam um encontro privado, sem a presença de autoridades, de funcionários da Fundação Nacional do Índio ou qualquer outra pessoa não conhecida pelo grupo. O assunto tratado seriam as críticas ao governo federal; a criação de uma Confederação Indígena poderia atingir cerca de 10 mil indígenas; fariam um relato minucioso dos problemas enfrentados pelos indígenas e a necessidade de internacionalização da questão indígena.⁶²⁹

Sobre a vigilância pela comunidade de informações às articulações para o encontro de representantes dos povos indígenas com o Papa João Paulo II, Egydio descreveu o antagonismo político no interior da própria igreja: “Havia uma tentativa da própria igreja, no entendimento, porque as cúpulas da Igreja, como o Nuncio Apostólico, principalmente o Nuncio Apostólico tentava colocar ‘paninhos quentes’ em cima disso”.⁶³⁰ Houve uma série de reuniões nas diferentes capitais por onde passou o líder máximo da Igreja Católica com o intuito de organizar a sua acolhida e a realização dos eventos. Na avaliação do indigenista, as pautas dos povos indígenas passavam ao largo das preocupações dos líderes religiosos no Brasil. No processo de construção das memórias sobre os eventos, mencionou ter participado de reuniões na capital amazonense: “Eu só participei e coordenei; articulei um pouco a reunião com os índios aqui [em Manaus]. Inclusive fui eu que tive que cuidar para eles todos tivessem acesso ao Papa lá, pudessem entrar”.⁶³¹ Egydio ficou encarregado de acompanhar os indígenas e franquear acesso ao sumo pontífice; tal tarefa teve difícil execução, tendo em vista a lotação do entorno do Palácio Episcopal, na rua Joaquim Nabuco, em Manaus. Não apenas pelo fato de as ruas estarem lotadas, mas também pela truculência de um bispo estadunidense que o teria dificultado a entrada.⁶³²

Na carta intitulada *Cristo teria duras palavras* entregue em 01 de julho ao Papa João Paulo II os indígenas foram incisivos na denúncia do persistente genocídio. Alertaram ser a situação dos indígenas bastante diferente daquele quadro apresentado

⁶²⁹ BRASIL. Comando Militar da Amazônia (CMA). Pedido de Buscas Nº 59/E2/7-80/CMA. 24 de março de 1980. Arquivo Nacional.

⁶³⁰ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 01 de junho de 2023.

⁶³¹ *Idem.*

⁶³² *Ibidem.*

pelas apresentações folclóricas de danças e ornamentos corporais. Sugeriram uma visita *in loco*, para um panorama mais fidedigno: “Seria bom que o senhor fosse visitar o povo Kaingang, o povo Pankararé, o povo Guajajara, o povo Tükuna, o povo Bororo, para ver as viúvas chorar a morte violenta de seus maridos, ver os órfãos cujos pais foram mortos por cristãos, apenas nos últimos três anos”.⁶³³ Ao Papa de perfil conservador, posicionaram-se politicamente ao solicitar a divulgação das injustiças enfrentadas ao mundo e o emparedaram: “Cristo teria duas palavras a dizer aos chefes deste país e o senhor, que os católicos dizem que é o representante de Cristo, que dirá?”.⁶³⁴ No texto *Manaus: do monólogo ao diálogo* explicaram a mudança do planejamento da visita papal; a apresentação de danças típicas foi substituída por uma assembleia com 56 representantes de 18 nações indígenas. De acordo com a publicação, ao invés do silêncio e das danças, o teor do encontro foi de denúncia: “As Nações indígenas marcaram de forma inesquecível sua capacidade de autodeterminar-se, assumindo o controle e o conteúdo de sua mensagem ao Sumo Pontífice”.⁶³⁵

Meses mais tarde, no final de novembro, foi realizado em Roterdã (Holanda) a IV Seção do Tribunal Bertrand Russell. O evento foi realizado entre os dias 24 e 30 de novembro e teve como um dos temas as denúncias relativas aos povos indígenas do continente americano.⁶³⁶ Dentre as 45 denúncias apresentadas, 14 foram formalmente aceitas e apresentadas aos jurados e ao público. Em relação às violações dos direitos dos povos indígenas no Brasil foram constituídas três denúncias: a primeira, tendo como acusados a Fundação Nacional do Índio, a empresa Slaviero & Filhos AS, a Eletrosul e o governo estadual do Paraná, pela exploração de madeira e a construção de uma hidrelétrica sobre as terras dos Kaingang e Guarani de Mangueirinha, no Paraná, por Egydio Schwade apresentada. A segunda, ao governo federal e ao Banco mundial, em função da construção da BR-364 e a ocupação dos territórios indígenas dos Nambiquara, em Rondônia, representados por Vicent Carelli.⁶³⁷ E a terceira, à Ordem

⁶³³ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Boletim do CIMI. Nº 65. Brasília, julho de 1980, p. 04.

⁶³⁴ *Idem*.

⁶³⁵ *Ops. Cit.* p. 07.

⁶³⁶ BRASIL. Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior (DSI/MINTER). Informação Nº 2133. 27 de outubro de 1980. Arquivo Nacional.

⁶³⁷ Vincent Carelli (1953). De acordo com o portal Embaúba Play “[...] é um antropólogo, indigenista e documentarista franco-brasileiro, criador do projeto Vídeo nas Aldeias (1987), que forma cineastas indígenas. Filho de pai brasileiro, o artista plástico Antonio Carelli, e de mãe francesa, ele nasceu em Paris e se mudou com 5 anos para São Paulo, onde estudou Ciências Sociais na Universidade de São Paulo. Desde 1973 está envolvido com projetos de apoio a grupos indígenas no Brasil. Foi indigenista da

Salesiana, na pessoa do Bispo Dom Miguel Alagna, pela apropriação e registro ilegal de terras pertencentes aos Tukano, no alto Rio Negro, apresentada por Márcio Souza.⁶³⁸

Em função da repercussão internacional do evento, o governo arbitrário colocou a estrutura do Estado para analisar e cercear a participação da comitiva brasileira. Em um primeiro momento o governo através do Ministério do Interior tentou vetar a participação de Mário Juruna. Um dos representantes, Egydio Schwade apresentou também denúncias de violações dos direitos humanos sobre os Waimiri-Atroari; e, o relatório sobre Mangueirinha, elaborado por Wilmar D'Angelis⁶³⁹, então coordenador do Conselho Indigenista Missionário na região sul, o CIMI Sul. Ao apresentar as denúncias aos jurados, dentre eles Darcy Ribeiro e Domitila Chungara, foi-lhe pedido para apresentar um panorama em relação a povos indígenas de outras partes do Brasil e as dificuldades por eles enfrentadas. Em relação à sua participação no Tribunal Russell, o missionário mencionou o seguinte: “Aí eu fiz um apanhado que foi muito aplaudido até. Achei que assim foi muito inspirador. Porque eu tinha passado muito tempo, os regionais do CIMI, então eu estava por dentro da questão indígena a nível nacional”.⁶⁴⁰

Em 27 de outubro a Embaixada do Brasil em Haia enviou uma comunicação à Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, informando

Fundação Nacional do Índio. Foi jornalista e repórter fotográfico free-lancer das revistas Isto é, Repórter Três e do jornal Movimento. Foi também editor fotográfico e pesquisador do Projeto Povos Indígenas no Brasil do CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação (sucedido pelo Instituto Socioambiental). No final de 1979, fundou, com um grupo de antropólogos, o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), uma organização independente, sem fins lucrativos, destinada a apoiar projetos voltados aos indígenas. Foi Diretor do Programa de Índio da TV Universidade (co-produção do CTI com a UFMT)”. Disponível em: https://embaubaplay.com/diretor_s/vincent-carelli/

⁶³⁸ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Boletim do CIMI. Nº 68. Brasília, dezembro de 1980.

⁶³⁹ Segundo o texto apresentado na plataforma Lattes: “Graduado em Linguística (Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 1992), Doutor em Linguística (1998) e Livre-Docente (2016) pela UNICAMP. Professor no Departamento de Linguística da UNICAMP (1994-2023), atua no Programa de Pós-Graduação em Linguística do IEL-Unicamp. Atua na área de Línguas Indígenas e em Teoria Fonológica, tematizando particularmente aspectos de línguas Jê (em especial, Kaingang) e Macro-Jê, de nasalidade em línguas indígenas e de seus sistemas fonológicos. Atua igualmente na área de educação escolar, na formação de professores indígenas e em programas de revitalização de línguas indígenas, com publicações a respeito de currículo escolar, política linguística, ensino bilíngue e demais questões relacionadas. Coordena ações de revitalização linguística e tem publicado trabalhos sobre o tema. Atuou exclusivamente como indigenista por 10 anos (1977-1987) no Sul do Brasil e mantém-se ligado a práticas e à reflexão sobre política indigenista. Dedica-se ainda à pesquisa sobre história indígena do Sul do Brasil, com vários trabalhos publicados nessa área. Lidera o grupo de pesquisa INDIOMAS - Conhecimento de Línguas Indígenas e Línguas de Sinais na relação Universidade Sociedade, no qual coordena as linhas de pesquisa "As línguas do ramo Jê Meridional e seus dialetos" e Fonologia e ortografia de línguas indígenas. Criou e coordena o "Projeto Web Indígena", voltado à inclusão digital pró-ativa de línguas e comunidades indígenas”. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0359173154232610>

⁶⁴⁰ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 27 de junho de 2023.

aspectos da realização do evento. A Divisão de Segurança e Informações do Ministério de Relações Exteriores relatou a composição do corpo de juízes do tribunal em número de quinze e ressaltou, dentre eles, o nome de Darcy Ribeiro.⁶⁴¹ Com base no informe, faziam parte do corpo de juízes as seguintes personalidades: Hortênsia Allende⁶⁴²; George Casalis⁶⁴³, teólogo protestante; o jornalista uruguaio Eduardo Galeano⁶⁴⁴; o dramaturgo inglês Trevor Griffiths⁶⁴⁵; o matemático italiano Lucio Lombardo Radice⁶⁴⁶;

⁶⁴¹ BRASIL. Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior (DSI/MINTER). Informação Nº 2133. 27 de outubro de 1980. Arquivo Nacional.

⁶⁴² Hortensia Bussi Soto de Allende (1914-2009). De acordo com o catedrático Raúl Iturra, Hortensia formou-se na Universidade do Chile, em História e Geografia. Para pagar os seus estudos, trabalhou como Bibliotecária do *Gabinete Nacional de Estadísticas*. Conheceu um jovem estudante de medicina, Salvador Allende. Ensinou a sua ciência em colégios secundários de Santiago e em Valsaíamos e foi assistente da Cátedra na sua Universidade. Foi co-fundadora do Partido Socialista do Chile em 1933. Com o golpe militar em setembro de 1973, passou a viver no México. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/1495/1/Hortensia%20Bussi%20Soto%20de%20Allende%20-%20Uma%20Homenagem.pdf>

⁶⁴³ Georges Casalis (1917-1987). Segundo O mestre, Dicionário Biográfico - Movimento Operário e Movimento Social, durante seus estudos de teologia protestante em Paris e Basileia (Suíça), de 1935 a 1939, conheceu Karl Barth, expulso da Alemanha pelas autoridades de Hitler: tornou-se amigo e discípulo do grande teólogo suíço. Casalis foi a partir de então um oponente do nazismo (e mais tarde do regime de Vichy). De 1940 a 1943, na zona sul, foi secretário-geral da Federação Francesa de Associações de Estudantes Cristãos. Foi também um dos fundadores e vice-presidente do Comitê de Intermovimento para Evacuados (CIMADE) e participou do resgate de muitos judeus. Mudou-se para Estrasburgo em 1950 para preparar uma tese de teologia. Em 1954, foi nomeado pároco da Igreja de São Nicolau em Estrasburgo, onde a sua influência foi fortemente sentida. Organizou conferências “Comícios Protestantes” e “Posições Protestantes” em Estrasburgo. Em 1961, trocou Estrasburgo pela faculdade de teologia protestante em Paris, onde lecionou até 1982. Ao mesmo tempo, Georges Casalis assumiu posições de esquerda. Depois de uma estadia de dois meses em Argel, entre 1957 e 1958, condenou a Guerra da Argélia, descrita como uma “guerra colonial”. Também foi um dos fundadores da “Conferência Cristã para a Paz” e membro permanente do Tribunal Internacional Russell. Disponível em: <https://maitron.fr/spip.php?article18867>

⁶⁴⁴ Eduardo Galeano (1940-2015). O jornalista nasceu e faleceu em Montevideu, capital do Uruguai. Segundo Flávio Aguiar na Enciclopédia Latinoamericana foi também ensaísta, ficcionista, autor de livros de memórias e de história. Eduardo Galeano tornou-se conhecido no continente e em outras partes do mundo graças a seu livro *As veias abertas da América Latina*, de 1971. No Uruguai foi diretor de redação do semanário *Marcha* e do jornal *Época*. Depois do golpe de Estado de 1973 refugiou-se em Buenos Aires, onde fundou a revista *Crisis*, e depois na Espanha. Só voltou ao Uruguai em 1985. Publicou *Bocas del tiempo* (2004), livro de pequenos contos entrelaçados, *Patatas arriba – La escuela del mundo al revés* (1998), *El libro de los abrazos* (1989), *Días y noches de amor y de guerra* (1978), *La canción de nosotros* (1975), ficção com que ganhou o Prêmio *Casa de las Américas*, *Vagamundo* (1973), entre outros. Em *Nosotros decimos no* (1989) reuniu trabalhos jornalísticos de 1963 a 1988. Disponível em: <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/g/galeano-eduardo>

⁶⁴⁵ Trevor Griffiths (1935-2024). Segundo o portal homônimo, o dramaturgo progressista trabalhou como professor, palestrante de estudos liberais e oficial de educação continuada para a BBC antes de se tornar um escritor em tempo integral em 1970. Ele escreve para teatro, televisão e cinema desde o final dos anos 60. Seu trabalho foi visto em todo o mundo e ele ganhou vários prêmios. Sua peça de teatro mais conhecida, *Comedians*, está em constante produção ao redor do mundo desde sua estreia em 1975. Por seu filme *Reds*, escrito com Warren Beatty, ele recebeu o prêmio de Melhor Roteiro do WGA e uma indicação ao Oscar. Outros filmes incluem *Country*, dirigido por Richard Eyre, e *Fatherland*, dirigido por Ken Loach. A partir dos anos 80, ele também dirigiu seu próprio trabalho tanto no teatro quanto no cinema. Disponível em: <https://www.trevorgriffiths.co.uk/about/>

⁶⁴⁶ Lucio Lombardo Radice (1916-1982). Conforme o portal MATEpristem, do Projeto de Pesquisa Histórica e Metodológica da Universidade Bocconi de Milão, o matemático se dedicou ao estudo da

os antropólogos Robert Jaulin⁶⁴⁷ e Darcy Ribeiro; a deputada trabalhista inglesa Josephine Richardson⁶⁴⁸; a boliviana Domitila Chungara⁶⁴⁹; o filósofo holandês Lolle Nauta⁶⁵⁰; por Mário Juruna⁶⁵¹. Em função do atraso decorrente da não liberação da

Álgebra. Concluídos os estudos secundários no Liceo Mamiani de Roma, matriculou-se no curso de licenciatura em Matemática em 1934 e formou-se em 1938. Em função do regime fascista somente em 1945 pôde retornar à atividade docente e científica e assumir a função de assistente. Em 1951 obteve a habilitação docente em "Análise Algébrica e Infinitesimal" e em 1956 foi chamado para a Universidade de Palermo como professor extraordinário de "Geometria Analítica com Elementos Projetivos". Lá permaneceu até 1960, quando obteve transferência para Roma, onde em 1971 passou para a cátedra de Álgebra e em 1974 para a de Matemática Complementar. Em Roma também ensinou teoria dos números (1960-61), geometria superior (1962-64) e álgebra superior (1968-73). Disponível em: <https://matematica.unibocconi.eu/matematici/lucio-lombardo-radice>

⁶⁴⁷ Robert Jaulin (1928-1996). Segundo o portal Desmatamento Zero, foi diretor de pesquisa do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) e fundador do departamento de etnologia da Universidade Paris VII, onde lecionou até sua morte. Atuando como etnólogo, após várias estadias no Chade entre 1954 e 1959 para estudar as populações de Sara, publicou em 1967 *La Mort Sara*, ensaio no qual descreve ritos de iniciação pelos quais ele próprio passou. Também conviveu entre os Bari, na fronteira da Venezuela e da Colômbia, determinaram seu compromisso contra o etnocídio, a negação e o extermínio pelo Ocidente de qualquer outra cultura, especialmente aquelas consideradas "primitivas". Escreveu *La Paix blanche* (1970) e *La Décivilisation* (1974). Disponível em: <https://en.zero-deforestation.org/biography-of-robert-jaulin.php>

⁶⁴⁸ Josephine Richardson (1923-1994). Segundo o portal Spartacus Educacional foi uma política inglesa ligada ao Partido Trabalhista. Foi a porta-voz do banco da frente do partido sobre os direitos das mulheres a partir de 1983 e em 1986 trabalhou para criar um ministério para as mulheres. Ela desempenhou um papel de liderança em campanhas a favor do aborto como um direito e para fortalecer a lei relativa à violência doméstica. Ela foi um membro líder da Campanha pelo Desarmamento Nuclear e se opôs à Guerra das Malvinas. Disponível em: https://spartacus-educational.com/Jo_Richardson.htm

⁶⁴⁹ Domitila Barrios de Chungara (1937-2012). Para o *Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina* (CIESPAL) nasceu em Pulacayo, área mineradora de Potosí, na Bolívia. Após a morte de seu pai, ele ficou aos cuidados de suas cinco irmãs, pois sua mãe estava muito doente. Em 1952, casou-se com um mineiro e passou a participar ativamente do Comitê de Donas de Casa do Distrito Mineiro do Século XXI. Em reconhecimento ao seu trabalho, Domitila foi eleita Secretária Geral do Comitê de Donas de Casa. Graças, entre outras coisas, ao seu depoimento, ficou conhecido o massacre de San Juan em 1967, durante o qual o exército boliviano realizou um assalto ao campo mineiro Siglo XX por ordem do presidente, general René Barrientos, a intervenção foi realizada para impedir uma greve e na noite de San Juan acabou com a vida de dezenas de homens e mulheres nas minas Catavi e Siglo XX. Ela foi presa e torturada e perdeu o filho que esperava. Disponível em: <https://ciespal.org/domitila-chungara/>

⁶⁵⁰ Lolle Nauta (1929-2006). Segundo o portal da Fundação Lolle Nauta, nasceu em Sneek, Holanda e estudou teologia em Basileia, Alemanha. Mas foi a filosofia que mais o interessou. De 1967 até receber o status de emérito em 1994, foi professor de Filosofia da Ciência e Filosofia Social na Universidade de Groningen, Holanda. De 1979 a 1982 viveu e trabalhou em Lusaka, Zâmbia, período em que estabeleceu um instituto de filosofia na Universidade da Zâmbia. Disponível em: <https://lollenautafoundation.eu/lolle-nauta>

⁶⁵¹ Mário Juruna (1943-2002). Conforme o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV nasceu em Couto Magalhães (MT), filho dos índios xavantes Isaías Butsé e Mercedes Ro Otsitsina. Viveu até os 17 anos sem contato com os não-índigenas. Adulto, tornou-se cacique da aldeia xavante Namunjurá, localizada na reserva indígena de São Marcos, no município de Barra do Garça (MT). Por volta de 1977 apareceu em Brasília pedindo ao governo agasalhos, cobertores e sapatos para sua comunidade. Ficou conhecido por seu gravador, que usava para registrar as promessas dos "brancos", que considerava mentirosos. Ganhou notoriedade, em 1980 presidiu, como delegado brasileiros, o IV Tribunal Bertrand Russel em Roterdã, na Holanda. No pleito de novembro de 1982 elegeu-se deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro na legenda do Partido Democrático Trabalhista (PDT), doando na ocasião seu gravador ao Museu do Índio de Campo Grande (MT). CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Mário Juruna. In: Dicionário Histórico-Biográfico

documentação de Mário Juruna, a presidência foi exercida pelo professor de Direito Penal da Faculdade de Direito de Roterdã, Louk Henri Christiaan Hulsman⁶⁵²,⁶⁵³

Como mencionado, foram levados a julgamento violações dos direitos humanos dos povos indígenas, em um número total de 40 casos de violências diversas e genocídio. Em relação ao Brasil foram dois processos: a denúncia elaborada por Márcio Souza sobre o esbulho das terras e o genocídio contra os povos dos Aruake e Yanomami na região do Alto Rio Negro; e, também, a denúncia elaborada pela Comissão de Defesa do Povo Nambiquara, pelos conflitos causados pela construção da Rodovia BR-364, projeto, inclusive, financiado por agências internacionais de fomento.⁶⁵⁴ Segundo a Embaixada do Brasil em Haia participaram do “[...] “TRIBUNAL” os seguintes brasileiros: o Senhor DARCY RIBEIRO (Membro do Juri), DOM THOMAS BALDUINO (Bispo de GOIÁS), Senhor EGYDIO SCHWABE (CIMI), Senhor MARCIO SOUZA⁶⁵⁵ e Membros do “Comitê para Defesa do Povo Nambiquara”.⁶⁵⁶ A análise dos posicionamentos dos integrantes da comitiva brasileira reportou o seguinte: “Como era de se prever, o tom dos debates foi de crítica à situação em que se encontram aquelas tribos indígenas, tendo sido focalizada, especialmente a FUNAI, cuja política e atuação foram objeto de condenação de todos que usaram a palavra”.⁶⁵⁷

No seu deslocamento à Europa, Egydio Schwade percebeu a colaboração de empresas com o governo autoritário; houve certo embaraço para o seu embarque: “Ah! Sim... Para a ida, eu tava muito marcado na época já, era proibido de entrar em áreas indígenas [risos] E quando eu saí foi a maior enrolação da Varig [ênfase] que trabalhava

Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/juruna-mario>

⁶⁵² BRASIL. Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior (DSI/MINTER). Informação Nº 2133. 27 de outubro de 1980. Arquivo Nacional.

⁶⁵³ *Idem*.

⁶⁵⁴ *Ibidem*.

⁶⁵⁵ Márcio Gonçalves Bentes de Souza (1946-2024). Segundo a Enciclopédia Itaú Cultural nasceu em Manaus/AM. Foi romancista, dramaturgo, ensaísta, contista e diretor de cinema. A obra de Márcio Souza se destaca pela sua busca constante em desvendar a Amazônia. Mudou-se para São Paulo em 1965 e ingressou no curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP). Na mesma época, trabalhou como roteirista para produtores da Boca do Lixo. Publica *O Mostrador de Sombras* (1967), coletânea de ensaios sobre cinema, dirigiu o curta-metragem *Bárbaro e Nosso* (1969), e realizou o filme *A Selva* (1972). Em 1973 voltou a Manaus, ingressou no Teatro Experimental do Sesc (Tesc) e assumiu um cargo burocrático na Fundação Cultural do Amazonas. Márcio Souza desenvolveu uma obra variada, que transita por diferentes gêneros e linguagens artísticas, tendo no romance, no teatro e no ensaio histórico-sociológico seus principais veículos de expressão e desenvolvimento. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa5552/marcio-souza>

⁶⁵⁶ BRASIL. Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior (DSI/MINTER). Informação Nº 2157. 05 de dezembro de 1980. Arquivo Nacional. [Grifos originais].

⁶⁵⁷ BRASIL. Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior (DSI/MINTER). Informação Nº 2157. 05 de dezembro de 1980. Arquivo Nacional.

muito em união com os militares, para me deixar embarcar”.⁶⁵⁸ A organização do Tribunal Russell havia enviado até aquele momento apenas a confirmação do voo até Nova Iorque: “[...] de lá um voo *charter*, que era mais barato, o Tribunal pagava, né? Como eles ainda não tinham enviado a passagem de amarração de lá para a frente, eles ficaram fazendo onda, né?”.⁶⁵⁹ Fazer *onda* pode ser entendido como coação por parte dos funcionários da companhia aérea a pedido dos órgãos de inteligência; ou seja, um notório exemplo de tolhimento das liberdades individuais por questões político-ideológicas. A intransigência gerou uma situação constrangedora para o indigenista: “[...] fui pressionado a não embarcar e tal, até tive que assinar um documento de que eu se chegasse lá e não tivesse o voo eu teria que arrumar um voo de volta, pagar imediatamente, não sei o quê. Ou ia ser preso lá”.⁶⁶⁰ O incidente, inclusive, incorreu no atraso do voo: “Afim de contas já estava o avião lá esperando 20 minutos; só esperando eu entrar. Então eles me soltaram finalmente”.⁶⁶¹ Chegou à conclusão ter sido uma situação vexatória: “Sei dizer que foi muito ruim”.⁶⁶²

No fragmento da narrativa do indigenista missionário verifica-se a extensão da ação dos órgãos de inteligência e a colaboração de empresas com o regime arbitrário. O cerceamento do direito de ir e vir e de livre manifestação também são patentes. A mencionada empresa aérea pareceu agir em colaboração com os órgãos de inteligência por ocasião do embarço no momento do embarque. Toda a situação criada tinha um patente teor político-ideológico. Irrefutável o receio do regime arbitrário da repercussão das denúncias apresentadas no Tribunal, onde as críticas as ações da política indigenista governamental teriam ressonância internacional.

Ainda em 1980, Egydio participou da XV Assembleia dos Chefes Indígenas. Esta assembleia foi uma demanda apresentada dois anos antes por representantes Saterê-Maué presentes em Brasília, os quais estabeleceram contato com Egydio, no apartamento do CIMI. Ao elaborar sobre aquele contexto comentou o início do fechamento do ciclo no Secretariado Executivo do Conselho Indigenista Missionário: “Foi a última das quinze que eu participei. Essa foi depois do Secretariado do CIMI, né? Essa e uma outra de preparação para a vinda do Papa João Paulo II; e essa foi em

⁶⁵⁸ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 27 de junho de 2023

⁶⁵⁹ *Idem.*

⁶⁶⁰ *Ibidem.*

⁶⁶¹ *Ibidem.*

⁶⁶² *Ibidem.*

Manaus. E essa outra do guaraná foi na Aldeia Simão, dos índios Sateré-Maué”.⁶⁶³ A realização desta assembleia foi fruto da articulação do missionário com lideranças Sateré-Maué dois anos antes, ainda em Brasília: “A ideia surgiu praticamente a partir de uma visita quando eu ainda era Secretário do CIMI em Brasília. Eu acolhi os índios Sateré-Maué que vinham reclamar para o governo tomar providências para ter a sua terra firme, não é?”.⁶⁶⁴

O evento foi realizado entre os dias 10 e 12 de dezembro, na Aldeia Simão, na reserva do Andirá, no município de Barreirinha, no Amazonas.⁶⁶⁵ Estiveram presentes 26 tuxauas Sateré-Maué e outros 33 representantes dos Apurinã, Tembé, Karipuna, Tikuna, Mundukuru, Wapixana, Kanamari, Tukano e Miranha.⁶⁶⁶ De acordo com o documento final da assembleia o problema da terra foi considerado o mais urgente. A Funai não estaria efetivando a demarcação das terras e, quando o fazia, desconsiderava os limites reclamados pelos indígenas, situação qual lhes trazia severos problemas em função do esbulho das terras pelos brancos.⁶⁶⁷ O indigenista relatou a construção de um grande galpão para os participantes armarem suas redes e para a realização das atividades propostas. A lembrança do guaraná ser abundante e estar sempre disponível para os visitantes o fez animar-se.⁶⁶⁸ Referente aos encaminhamentos da assembleia destacou as exigências aos órgãos governamentais de informações dos projetos de desenvolvimento previstos para a região amazônica;⁶⁶⁹ a elaboração de denúncias das agências financiadoras dos projetos de desenvolvimento em áreas indígenas, por ocasião da preocupação dos Sateré-Maué sobre o início da prospecção de petróleo na região pela empresa francesa *Elf Aquitaine*; o encaminhamento para o governo federal com as

⁶⁶³ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, 01 de junho de 2023.

⁶⁶⁴ *Idem*.

⁶⁶⁵ Egydio Schwade. *Nas assembleias, os povos indígenas se afirmam: narrativas e testemunho* de Egydio Schwade. In.: BRIGHENTI, C. A.; HECK, E. D. (Org.). *O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. 266 p.

⁶⁶⁶ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Boletim do CIMI. Nº 69. Brasília, janeiro/fevereiro de 1981.

⁶⁶⁷ Documento final da Assembleia Indígena do Andirá, reproduzida no Boletim do CIMI. Nº 69. Brasília, janeiro/fevereiro de 1981.

⁶⁶⁸ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 01 de junho de 2023.

⁶⁶⁹ Segundo Rodrigo Lins Barbosa: “[...] os militares passaram a ter maior interesse por uma ocupação da Amazônia, por ser uma região rica em recursos naturais exploráveis e podendo fornecer diversas matérias-primas para a produção nacional. Os militares almejavam à *incorporação* da Amazônia ao resto do país”. Rodrigo Lins Barbosa. *O Estado e a questão indígena: crimes e corrupção no SPI e na FUNAI (1964-1969)*. Recife, 2016, p.260. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História UFPE, p. 122.

demandas dos povos indígenas reunidos; a exigência do reconhecimento e demarcação das áreas indígenas, bem como as suas respectivas demarcações.⁶⁷⁰

Em diferentes entrevistas, indicou alguns elementos importantes para a compreensão da história do indigenismo no Brasil. O primeiro elemento é o contexto da época. A cultura indígena era invisibilizada e a situação de abandono dos povos indígenas os afastava da valorização de suas culturas; o segundo é a inexistência de organizações indigenistas independentes e pró-indígenas na década de 1960; e, o terceiro, em decorrência deste cenário, foi a busca por muitos povos indígenas da adoção de valores da sociedade envolvente e a negação de sua cosmovisão e cultura. A convivência com os povos indígenas permitiu Egydio identificar tal panorama e, em colaboração com outras lideranças indigenistas, buscou incentivar a organização do movimento indígena e indigenista, a fim de discutir e propor políticas públicas que superassem a situação degradante de diferentes etnias e, ainda, buscar frear o genocídio decorrente do contato.

A segunda metade da década de 1970 pode ser considerada como um importante período de modificações na política indigenista, tanto do Estado como nas igrejas; além disto, houve profundas mudanças com a renovação do indigenismo na Igreja Católica, o surgimento do movimento dos povos indígenas com caráter pan-indígena e a criação de diferentes instituições não-indígenas de apoio às lutas dos indígenas.⁶⁷¹ No curso dos acontecimentos Egydio Schwade se projetou entre os indigenistas. Como Coordenador Técnico da Operação Anchieta e como Secretário-Executivo do Conselho Indigenista Missionário participou dos principais eventos da política indigenista ao longo desta década, tanto no Brasil como no exterior. De acordo com João Gabriel Ascenso: “em 1979, o esforço de consolidação de uma luta indígena articulada já parecia muito mais

⁶⁷⁰ Egydio Schwade. *Nas assembleias, os povos indígenas se afirmam: narrativas e testemunho de Egydio Schwade*. In.: BRIGHENTI, C. A.; HECK, E. D. (Org.). *O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. 266 p.

⁶⁷¹ Segundo Clovis Brighenti, mesmo com a espionagem e o cerceamento as assembleias indígenas não deixaram de ocorrer: “Os indígenas, aos poucos, iam ocupando espaços nos cenários regionais e nacional. A vontade e a necessidade de mudar os contextos de exploração e violência era tamanha que, algumas vezes, tentavam aplicar imediatamente as propostas formuladas nos encontros e assembleias, porém, eram sempre barrados pelo processo de espionagem e repressão”. Clovis Antonio Brighenti. *Agitadores e subversivos: repressão, perseguição e violações dos direitos indígenas pela ditadura militar*. Perspectiva, Florianópolis, v. 38, n. 1 p. 01-24, jan./mar. 2020, p. 20.

organizado. Em 1980, seria fundada a União das Nações Indígenas, um passo importante em direção ao protagonismo indígena”.⁶⁷²

A partir das experiências missionárias⁶⁷³ e da organização da OPAN, Egidio Schwade passou a contribuir com outras instituições. Ajudou também a estruturar outras tantas, como descrito a seguir. Apesar do contexto politicamente desfavorável⁶⁷⁴ após o Ato Institucional nº. 5 (AI-5) e do *milagre econômico*, passou a militar nacionalmente com a OPAN, enquanto ocupou o cargo de Coordenador Técnico e a participar sistematicamente com outras lideranças indigenistas católicas da discussão do indigenismo oficial e as políticas de Estado para os povos indígenas, em uma conjuntura de profundas transformações políticas, econômicas e sociais. Os grandes projetos para a Amazônia expressavam “[...] a visão da natureza como um inimigo a ser conquistado e explorado era mobilizada pelo Estado e por boa parte da sociedade, empolgada com o incrível crescimento pelo qual o Brasil passava”.⁶⁷⁵ Para Felipe Sousa Prado, o processo de militarização da questão indígena foi “[...] intensificado no período conhecido como “milagre brasileiro”, marcado pelo desenvolvimento econômico e a expansão das frentes desenvolvimentistas sobre os novos territórios, principalmente na região da Amazônia”.⁶⁷⁶

⁶⁷² João Gabriel da Silva Ascenso. *“Como uma revoada de pássaros”*: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, 2021. p. 391. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 132.

⁶⁷³ Vale lembrar, esta experiência missionária já fortemente marcada pelos estudos das diretrizes do Concílio Vaticano II; para Marcos Rufino houve “[...] uma transformação radical na apreensão que a Igreja faz da relação sujeito-objeto presente no campo missionário, e que terá um papel preponderante na gestação, alguns anos depois, da teologia da inculturação: cada cultura na qual o missionário se dispõe a entrar traz, ocultas sob sistemas culturais e significações estranhos, as sementes da Boa-Nova. Pela primeira vez, surge entre os fundamentos do apostolado cristão uma tarefa a qual jamais se cobrara do missionário, a de apanhar os sinais que revelem a presença de Deus nesses povos ou os tesouros que “um Deus generoso distribuiu entre as nações da Terra””. Marcos Pereira Rufino. *O código da cultura*: o Cimi no debate da inculturação. In: Paula Montero. (Org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 242-243

⁶⁷⁴ Verenilde Pereira enfatizou naquele período imperar a “[...] censura, repressão, tortura e assassinatos políticos, aliados ao etnocentrismo e ao racismo endêmico da sociedade envolvente. Os povos indígenas se encontravam, assim, duplamente sujeitos e silenciados. Nesse contexto, as arbitrariedades recaíam também sobre os que se sensibilizavam com a realidade dos grupos marginalizados, impedidos de relatá-la por uma censura de caráter totalitário. Decretado em dezembro de 1968, o Ato Institucional n. 5 (AI-5) concentrou ainda mais os poderes no Executivo, suprimindo as garantias constitucionais da população civil”. Verenilde Pereira. Outros escritos. In: FANZERES, Andreia; BUSATTO, Ivar; DAL POZ, João (org.). *Novas reflexões indigenistas*. Cuiabá/MT: Operação Amazônia Nativa, 2021, p. 86.

⁶⁷⁵ João Gabriel da Silva Ascenso. *“Como uma revoada de pássaros”*: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, 2021. p. 391: Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 29.

⁶⁷⁶ Felipe Sousa Prado. *O processo de militarização das políticas indigenistas na ditadura civil-militar brasileira*. Foz do Iguaçu, 2018. p. 183. Dissertação de Mestrado – Instituto Latino- Americano de Arte,

No processo de construção de memórias Egydio destacou ter participado ativamente na criação de “[...] instrumentos como a Operação Anchieta (OPAN), CIMI, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outros na sociedade civil e que deram vazio a muitas vocações que, de outra forma, ficariam estagnadas nas velhas estruturas ou marcando passo nos velhos trotes de uma sociedade acomodada”.⁶⁷⁷ Em uma avaliação contemporânea sobre aqueles processos: “Foi o início de uma salutar transformação da política indigenista de toda a Igreja no Brasil”.⁶⁷⁸ Segundo sua construção argumentativa, a partir daquele momento, a ação missionária católica não teria uma sede no centro de uma capital ou outra cidade, mas sim, os missionários estariam no interior, junto aos povos indígenas, com eles convivendo e construindo a atuação política por eles considerada necessária para a defesa e confirmação da posse dos seus territórios. Na sua narrativa, emerge a compreensão deste momento como uma substancial mudança no indigenismo missionário, ao buscar superar as ideias operacionalizadas a partir das políticas da sociedade envolvente com diretrizes ancoradas na noção de catequização.⁶⁷⁹

No interior da Igreja Católica ocorreu um significativo movimento de avanços no sentido do respeito à diversidade cultural dos povos indígenas e o apoio à luta pelo reconhecimento da posse da terra. A consolidação da Operação Anchieta e sua aproximação ao Conselho Indigenista Missionário figuram como destacada marcha de ressignificação do papel da Igreja junto aos povos indígenas. Com o abandono da evangelização e da catequese no sentido tradicional, o respeito às diferentes cosmovisões e o incentivo ao protagonismo dos indígenas a noção de indigenismo mudou substancialmente. Na análise da trajetória de Egydio Schwade é impossível distinguir as suas experiências daquilo que poderíamos chamar história do Brasil. O menino de uma pequena comunidade interiorana, de perfil conservador, contrariou o projeto familiar e hegemônico na instituição da qual faz parte, com base nas próprias

Cultura e História. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos. Foz do Iguaçu, 2018. p. 83.

⁶⁷⁷ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, realizada em 11 de fevereiro de 2022.

⁶⁷⁸ *Idem*.

⁶⁷⁹ Segundo Maria Cecília Simões, “as principais bandeiras levantadas pelo CIMI assumem estas inovações e se propõem a serem questões fundamentais para os povos indígenas através de pontos cruciais como a luta pela terra, a promoção da cultura (e da religião) autóctone, o apoio ao movimento indígena e a formação de alianças com outras entidades e causas sociais”. Maria Cecília dos Santos Ribeiro Simões. *Identidade e militância no CIMI: um estudo sobre a identidade dos missionários do CIMI-Leste*. Juiz de Fora, 2010. p. 234. Tese de Doutorado em Ciência da Religião. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010, p. 65.

diretrizes da Igreja Católica, passou a militar no campo dos direitos humanos, da diversidade cultural, do protagonismo dos povos indígenas e, no geral, na defesa do meio ambiente e dos direitos humanos.

A realização das assembleias dos povos indígenas,⁶⁸⁰ a organização das seções regionais do Conselho Indigenista Missionário e a criação das instituições de apoio à causa dos povos indígenas alteraram a correlação de forças no tabuleiro político na década seguinte. Não só a ampliação da visibilidade das denúncias das atrocidades cometidas nas regiões interioranas, mas também o fortalecimento destas diferentes frentes de atuação na defesa dos direitos dos povos indígenas. Tal processo pode ser entendido como os primeiros passos para as profundas transformações na política indigenista amalgamadas na Constituição Federal promulgada anos mais tarde. Em que pese a consideração formal do encerramento da ditadura militar em 1985 com a eleição indireta para Presidente da República, para os povos indígenas, os documentos compilados até o presente momento, insinuam a arbitrariedade se encerrar naquele momento. O desrespeito aos direitos fundamentais dos indígenas na transição política daquele momento pode ser considerado uma permanência dos anos de chumbo. O tema carece de aprofundamento para avaliar e compreender o processo de transição do regime tutelar para o pressuposto da autonomia dos indígenas, consubstanciado na Constituição Federal de 1988.

Egydio parece ter uma relação controversa com o Estado. A partir de um olhar ligado aos movimentos populares, coloca profundas reflexões à organização social e às políticas de governo, tanto no passado, quanto no presente. Não poupa críticas aos diferentes governos, sejam eles de direita ou de esquerda. A sua referência política é a auto-organização dos grupos humanos, sejam eles indígenas ou não. Defende a corresponsabilidade como o elo entre os sujeitos, a fim de manter relações sociais não assimétricas. A dimensão ambiental e a atuação do indigenismo são frequentes no processo de construção das memórias por Egydio; busca narrar sobre a militância, a

⁶⁸⁰ Segundo Clovis Brighenti: “Apesar dos impedimentos e perseguições, as assembleias indígenas foram acontecendo. Os indígenas, aos poucos, iam ocupando espaços nos cenários regionais e nacional e se faziam ouvir. Algumas vezes tentavam aplicar imediatamente as propostas formuladas nos encontros e assembleias, porém as mudanças internas nas comunidades foram as que mais demoraram a acontecer”. Clovis Antonio Brighenti. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. 2012. 611 p. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012, p. 459.

organização e a mobilização para enfrentar as políticas oficiais. Ao mesmo tempo, destacou as mudanças que percebeu nos últimos 50 anos. Tudo isto, buscando citar os diferentes agentes envolvidos no processo de colonização da Amazônia, seja em escala nacional ou internacional. Enfatizou, em mais de uma entrevista, a perspectiva da organização popular, como caminho para a resolução dos problemas fundiários, ambientais e dos povos indígenas. Destacou ter buscado fomentar a organização de instituições de base, várias delas hoje destacadas no cenário político nacional e internacional.

CAPÍTULO 3. ARQUIVAMENTO DE SI, ARQUIVAMENTO DO INDIGENISMO

O acervo elaborado por Egydio Schwade é vasto; dispõe de documentos sobre o movimento indígena, o indigenismo, a política indigenista oficial, os projetos de desenvolvimento para a Amazônia e diversas etnias, principalmente os Waimiri-Atroari; por ocasião do seu volume, os selecionados e trabalhados neste capítulo são apenas uma pequena parcela deste, dispostos na Casa da Cultura do Urubuí (CACUI). A vida particular e a atividade política se confundem na figura do colaborador, ao menos no recorte cronológico adotado, conforme sugerem as fontes. Os diários, os quais normalmente registram informações de foro íntimo, são recheados de dados pertinentes para o contexto político de então. Situação idênticas com as cartas aos correligionários. A comunicação inter-pessoal, em grande medida, servia como instrumento de informação, mobilização e articulação das ações do grupo de indigenistas. Neste sentido, ao arquivar a suas experiências, armazenou, também, memórias do indigenismo católico progressista. Egydio Schwade avalia tal *corpus* documental como “pessoal”; dispôs as pastas com os registros à parte das demais, possivelmente por não tratar diretamente da questão indígena. Contudo, ao vasculhar o material, encontram-se evidências importantes para o detalhamento do fenômeno de pesquisa analisado. Os acervos têm uma dimensão privada e outra pública. A atenção a este pressuposto é uma diretriz para o trato das fontes e dos dados coligidos no curso da investigação. As premissas de compromisso ético aplicado às fontes orais aqui também se fazem presentes. Nas cadernetas, nas anotações, nos relatórios e, sobretudo, nos diários e nas correspondências, algumas passagens mais intimistas, não fazem parte do objeto da análise para o escopo desta pesquisa. Apesar de um acervo “privado” há elementos importantes para a construção de uma memória pública do indigenismo progressista nos registros elaborados e arquivos por Egydio Schwade.

Na esteira das proposições de Philippe Artières sobre o arquivamento de si, se o normal é sem papel, a intenção por parte de Egydio Schwade de relegar uma narrativa à posteridade implica em algumas indagações. Estes arquivos permitem identificar aspectos da sua formação enquanto missionário jesuíta e como indigenista? Como os seus apontamentos colaboram para a compreensão do processo de renovação do indigenismo, para a organização do movimento indígena e do movimento indigenista

renovador no seio da Igreja Católica? Os registros se aproximam ou de distanciam das narrativas elaboradas nas entrevistas? Na esteira da definição de ditadura documentada poderíamos considerar ação missionária de Egydio Schwade um indigenismo documentado?

A análise do arquivamento de si presidido por Egydio Schwade buscar responder a estas e outras perguntas. O presente capítulo tem por objetivo verificar como se deu o processo de constituição do biografado enquanto religioso, missionário e indigenista e, principalmente, como o arquivamento contribuiu, funcionou como um suporte ao longo dos processos de construção de suas memórias, hoje publicizadas por meio de entrevistas, palestras e os textos por ele escritos. Identificar os pontos fixos de suas memórias ajuda a compreender a sua elaboração narrativa, a forma como as constrói (elege, recorta e ordena) e escolhe para deixar registrado à posteridade, em um notório processo de seleção das memórias. Além do enquadramento da memória também pode ocorrer o trabalho da própria memória em si (Pollak, 1992). Ao elaborar uma narrativa referente à “história da OPAN”, à “história do CIMI” e do indigenista Egydio Schwade, muito provavelmente o colaborador, ao mesmo tempo, defende uma memória pública, de si. Ao arquivar o indigenismo, arquivou sobre sua trajetória. As suas memórias podem se relacionar com as memórias institucionais. O *corpus* documental encontra-se em pastas, organizadas por ano e arquivam cartas, relatórios, recortes de jornais, postais, diários, fotografias, cadernetas, entre outros. São mais de 20 pastas compreendendo um período de 1959 a 1980. No total, são cerca de 5 mil páginas.

Egydio Schwade foi contemporâneo às transformações no pós II Guerra Mundial, justamente no seio da Igreja Católica. O processo de renovação⁶⁸¹ das ações indigenistas nas missões religiosas católicas⁶⁸² é constituído por uma série de reuniões e

⁶⁸¹ Para Clovis Brighenti não havia nenhuma pastoral dedicada às demandas dos povos indígenas: “No final da década de 1960, não havia no Brasil uma pastoral indigenista de conjunto que orientasse o trabalho da Igreja Católica com as populações indígenas. Os poucos trabalhos que existiam estavam sob a orientação de dioceses, prelazias ou entregues às congregações e ordens religiosas que os desenvolviam isoladamente. A prática das congregações por meio de suas missões orientadas para os indígenas estava voltada para a cristianização dos indígenas pela catequese e educação escolar buscando sua crescente “integração” ao modo de vida não indígena”. Clovis Antonio Brighenti. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. 2012. 611 p. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012, p. 304-305.

⁶⁸² De acordo com Marcos Rufino: “Em grande medida, o processo histórico de criação e desenvolvimento dessa nova experiência de missionação entre os índios é, em si mesmo, revelador das transformações recentes nas significações atribuídas pela Igreja à problemática da alteridade e da diferença. A referência a alguns de seus momentos principais é, portanto, imprescindível para que possamos compreender a apropriação, pela Igreja brasileira, das formulações teológicas hodiernas que são

eventos.⁶⁸³ No segundo semestre de 1971, chegou um convite à Missão Anchieta para a realização de um encontro de missionários em Brasília. O evento deu continuidade àquele do Morumbi, realizado em 1968.⁶⁸⁴ Na avaliação de Egydio Schwade os rumos do indigenismo missionário católico estavam estagnados há alguns anos, demonstrando o imobilismo da engessada estrutura da Igreja Católica.⁶⁸⁵

A criação do Conselho Indigenista Missionário contribuiu para a renovação da noção de indigenismo, para a mudança das políticas públicas e para a auto-organização dos povos indígenas.⁶⁸⁶ Neste sentido, João Gabriel Ascenso considerou: “Ao longo dos anos 1960, o debate a respeito das minorias étnicas e sociais também ganhou um papel de destaque no interior da Igreja Católica”.⁶⁸⁷ Joseânia Pereira conferiu importância ao Conselho Indigenista Missionário na mobilização e no apoio à organização do emergente movimento indígena.⁶⁸⁸ A agenda alinhada aos novos princípios da Igreja

conhecidas pelo termo *inculturação*. Nesse sentido, entendemos essa experiência missionária como sendo, simultaneamente, resultado e agente dessas transformações, que atingem, entre outras coisas, a definição, o propósito e a forma da evangelização”. Marcos Pereira Rufino. *O código da cultura: o Cimi no debate da inculturação*. In: Paula Montero. (Org.). Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 237.

⁶⁸³ Maria Cecília Simões compartilha da mesma percepção; para a autora, “até o início dos anos setenta não havia na pastoral indigenista m trabalho, ou um projeto de conjunto. A atuação nas aldeias estava em maioria sob a responsabilidade de prelaças, nas mãos de ordens e congregações religiosas”. Maria Cecília dos Santos Ribeiro Simões. *Identidade e militância no CIMI: um estudo sobre a identidade dos missionários do CIMI-Leste*. Juiz de Fora, 2010. p. 234. Tese de Doutorado em Ciência da Religião. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010, p. 63.

⁶⁸⁴ “Para responder aos anseios dos missionários que participaram do encontro, o SNAM organizou o I Encontro de Estudos entre Missionários e Antropólogos, no Colégio de Santo Américo, no bairro do Morumbi, em São Paulo, em fevereiro de 1968. Dois aspectos merecem destaque nos resultados desse encontro: um primeiro diz respeito à postura do missionário indigenista diante do indígena, de aproximar-se e dialogar com o indígena, ‘tornar-se um membro da própria tribo’; ‘inculturar-se’; ‘conhecer, respeitar e prestigiar a cultura de cada grupo indígena’; o segundo diz respeito à aproximação e ao diálogo com o governo ditatorial, e à possibilidade de o SNAM colocar-se à disposição para parcerias com o novo organismo oficial recentemente criado, a Funai”. Clovis Antonio Brighenti. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. 2012. 611 p. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012, p. 308-309.

⁶⁸⁵ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.

⁶⁸⁶ De acordo com Marcos Rufino: “Se a simbiose entre fé e política no estatuto dessa missionação, (...) é um salto qualitativo de extrema importância para essa nova forma de inserção da Igreja entre os índios, a pastoral indigenista, ao longo de seu desenvolvimento, compreende que a ação política deve ser formulada em um sentido amplo, indo além das contendas circunstanciais com o Estado ou com os grupos econômicos interessados nos territórios indígenas”. Marcos Rufino. *Ide, portanto, mas em silêncio: facies de um indigenismo missionário católico heterodoxo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) PPGAS, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 197.

⁶⁸⁷ João Gabriel da Silva Ascenso. “*Como uma revoada de pássaros*”: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, 2021. p. 391: il. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 82.

⁶⁸⁸ De acordo com Joseânia Sousa de Araújo Pereira: “[...] cabe destacar que a ala progressista da Igreja Católica teve papel fundamental na formação e consolidação do movimento pelo Brasil a fora. A criação

Católica e a defesa intransigente da necessidade de superação da evangelização e da doutrinação das diferentes etnias pode ser considerada importante mudança no campo do indigenismo.

O surgimento do Conselho Indigenista Missionário, suas disputas internas e o fortalecimento dos missionários progressistas, inclusive a incorporação de leigos em seus quadros, ilustram o momento de renovação da Igreja Católica no pós-guerra no geral, e, na América Latina, em particular. Considera-se fundamental a criação da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em outubro de 1952⁶⁸⁹ e do Conselho de Religiosos do Brasil (CRB), em fevereiro de 1954; do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), em novembro de 1955; os debates em torno da Pastoral de Desobriga; também a renovação do Secretariado Nacional de Atividade Missionária naquele contexto pós-conciliar. Para a compreensão da gênese deste instrumento pastoral indigenista, contudo, deve-se levar em consideração duas influências anteriores ao Concílio do Vaticano II; importantes contribuições, eventualmente não observadas nas narrativas em relação à criação do CIMI. A primeira delas é a renovação da prática da Ação Católica Brasileira (ACB) e, a segunda, o trabalho missionário das Irmãs de Jesus⁶⁹⁰ de Charles de Foucauld⁶⁹¹ junto aos Apyãwa-Tapirapé, em Mato Grosso, ainda nos primeiros anos da década de 1950.

A Ação Católica Brasileira (ACB) foi consolidada como reação à expansão do comunismo, em junho de 1935. Contava com seções, para abrigar distintos setores

do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em 1972 foi um marco nesse processo de luta, pois, seguramente o apoio dado na organização das primeiras assembleias entre os índios, consideradas o símbolo inicial da formação do movimento indígena no país, foi primordial na conscientização de um caráter de reivindicação mais politizado entre os índios de todo o Brasil, na busca incansável por seus direitos”. Joseânia Sousa de Araújo Pereira. *A Igreja Católica e a Luta dos Povos Indígenas em Roraima (1975-1996)*, 2017, p. 39.

⁶⁸⁹ Para Kenneth Serbin, a CNBB surgiu no processo de modernização da Igreja no pós-guerra: “Os bispos inspiraram-se na organização da ACB para criar a CNBB, uma das primeiras conferências de bispos do mundo. A CNBB modernizou a Igreja institucional e defendeu o nacionalismo econômico, essencialmente representando a estratégia reformista da ‘terceira via’, que rejeitava o extremismo de esquerda, mas também criticava o capitalismo”. Kenneth Serbin. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 161.

⁶⁹⁰ Para o aprofundamento sobre a obra missionária transformadora das Irmãs de Jesus cf. *O renascer do povo Tapirapé: diário das Irmãs de Jesus de Charles de Foucauld, 1952-1954*. São Paulo: Salesiana, 2002; e Eliane Remy. *Partes de um Povo – 65 anos de presença das Irmãs de Jesus junto ao povo Apyãwa-Tapirapé*. Scala, 2018.

⁶⁹¹ Junto ao artigo de Robert Ellsberg, reproduzido na página do Instituto Humanitas da Unisinos há uma relação de textos sobre o missionário Charles de Foucauld. Segundo Ellsberg o missionário, soldado, explorador, monge e ermitão viveu entre 1858-1916. O visconde nasceu em uma família aristocrática em Estrasburgo, na França. Segundo o texto descobriu sua vocação religiosa no norte da África, onde atuou pela Sociedade Geográfica Francesa, nas campanhas de exploração do Marrocos. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/608714-quem-foi-charles-de-foucauld>

sociais, com separação por gênero. Dentre as principais pode-se elencar a Juventude Católica Brasileira (JCB); a Juventude Feminina Católica (JFC); a Juventude Estudantil Católica (JEC); a Juventude Universitária Católica (JUC); e, a Juventude Operária Católica (JOC). Nos primeiros anos a Ação Católica Brasileira não teve muita expressão, ganhando impulso com a presidência de dom Hélder Câmara na década seguinte, uma vez o bispo ter procurado “[...] aumentar o envolvimento dos católicos leigos na sociedade, gradualmente passando de uma orientação cultural, moral e religiosa para o enfoque na militância política e social”.⁶⁹² A ACB ressignificou a cultura eclesial ao associar a crença religiosa à vida cotidiana e à ideia de comunidade.⁶⁹³ A renovação do trabalho pastoral e eclesial colaborou, posteriormente, para o Conselho Indigenista Missionário com a metodologia do *ver-julgar-agir*; a inserção na realidade de cada um dos grupos assistidos, sejam eles comunidades, sindicatos, operários, estudantes, etc.; e a definição da opção preferencial pelos grupos socialmente vulneráveis. Segundo Kenneth Serbin, na década de 1960 emergiu no país “[...] uma vigorosa esquerda católica. Os grupos que lideravam o movimento eram as seções de juventude dentro da Ação Católica Brasileira (ACB), que foram intensamente influenciadas pelo nacionalismo econômico”.⁶⁹⁴

O trabalho missionário inicialmente de assistência médica e sanitária das Irmãzinhas de Jesus aos Apyãwa-Tapirapé teve início em junho de 1952. Ao chegarem à aldeia encontraram, segundo o livro *O renascer do povo Tapirapé: diário das Irmãzinhas de Jesus de Charles de Foucauld, 1952-1954*, 47 indivíduos; segundo os números oficiais, eram 51.⁶⁹⁵ Os Apyãwa-Tapirapé contavam cerca de mil indivíduos antes da chegada das frentes expansionistas na região dos rios Xingu e Tocantins. Para Kenneth Serbin a orientação da missão contava como base: “a espiritualidade de Charles de Foucauld, monge francês cuja vida entre nômades pobres no deserto do Saara inspirou numerosos cristãos a fundar pequenas comunidades, reforçou a dedicação aos pobres no Brasil”.⁶⁹⁶ Ainda de acordo com o brasilianista, naquele

⁶⁹² Kenneth Serbin. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 159.

⁶⁹³ *Ops. cit.*

⁶⁹⁴ Kenneth P. Serbin. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva, Companhia das Letras: São Paulo, 2001, p. 99.

⁶⁹⁵ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). *Dossiê Missões Religiosas*, Pasta 21. Sem data. Arquivo Nacional.

⁶⁹⁶ Kenneth Serbin. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 183.

cenário de industrialização, urbanização e esgarçamento dos laços comunitários, entendidos como desdobramentos da modernidade, o trabalho de base era assentado em uma empatia semelhante à cristandade comunitária primitiva. No *Encontro sobre a Presença da Igreja nas Populações Indígenas*, em fevereiro de 1968, as representantes da missão constataram os dilemas daquela aproximação, embora julgassem-na desejável, não deixava de colocar problemas às diretrizes do trabalho assistencial e pastoral; face aos desafios consideravam necessário “[...] rezar por todos aqueles que terão uma missão a cumprir face a esta evolução, tanto social como religiosa, para que tudo se faça dentro do respeito pela mentalidade deles, por seus próprios valores, por suas atitudes, e em harmonia com seu estilo de vida”.⁶⁹⁷ O cuidado e o respeito à cultura dos Apyãwa-Tapirapé por parte das irmãszinhas podem ser considerados importante influência para as diretrizes do trabalho posteriormente desenvolvido pelos integrantes da Operação Anchieta e do Conselho Indigenista Missionário; isto, pelo fato de bem representar a proposta dos missionários de encarnação na realidade da etnia assistida, bem como o estrito respeito aos seus valores culturais.⁶⁹⁸

Pelo fato do Conselho Indigenista Missionário atuar em diferentes partes do país e, principalmente, por contar com indigenistas com vasta experiência com os povos indígenas nas regiões centro-oeste e norte do país, as questões fundiárias e indígenas tornaram-se prementes. John Manuel Monteiro destacou a importância dos movimentos de apoio à causa indígena para a sua constituição. O movimento indígena surgiu em um momento de agudos conflitos e correlação de forças assimétricas e desfavoráveis aos povos indígenas, em um cenário de “[...] de massacres e de espoliação territorial, desdobramentos funestos dos grandes projetos de desenvolvimento regional, sobretudo na Amazônia, promovidos pelos governos militares, com a participação ativa de grupos

⁶⁹⁷ Relatório. *Encontro sobre a Presença da Igreja nas Populações Indígenas*. São Paulo. 18 a 22 de fevereiro de 1968. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁶⁹⁸ De acordo com José Oscar Beozzo: “Importante seria a publicação, ao lado do texto frio das leis e diretórios, da história humana e da aventura espiritual dos que nos últimos trinta anos, a começar das Irmãszinhas de Jesus na aldeia Tapirapé, desde 1952, inauguraram uma nova forma de aproximação e de convivência com os povos indígenas. Religiosas, missionários, leigos e leigas vem escrevendo uma história sofrida e luminosa que procura resgatar a imensa dívida de todos nós em relação aos grupos indígenas, que buscam teimosamente sobreviver e recuperar sua identidade e integridade, mesmo quando em diálogo e contato com a sociedade envolvente e com a missão”. José Oscar Beozzo. *Leis e regimentos das Missões: política indigenista no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1983, p. 90.

econômicos nacionais e estrangeiros”.⁶⁹⁹ Destacou o papel de diferentes setores da sociedade civil como a Igreja Católica em especial na atuação do Conselho Indigenista Missionário, intelectuais, profissionais liberais, parte da imprensa e outros atores mobilizados em função da ameaça de extinção de muitos povos.

Paulo Suess, ex-Secretário Executivo substituto de Egidio Schwade no Conselho Indigenista Missionário a partir de 1980, no livro *A causa indígena na caminhada e a proposta do CIMI: 1972-1989* publicado em 1989 citou alguns elementos importantes para a compreensão da constituição e configuração do CIMI. Para Suess o Concílio Vaticano II (1962-1965)⁷⁰⁰ e a II Conferência Geral do Episcopado Latino Americano (1968), em Medellín, não discutiram propriamente questões relacionadas aos povos indígenas, mas sim questões relacionadas à “promoção da cultura”, à “liberdade religiosa”, ao “valor salvífico”, das religiões não-cristãs e do “diálogo” inter-religioso. Destacou a palavra-chave do conclave foi *diálogo* e o Papa João XXIII na Carta Encíclica sobre a Paz dos Povos qualificou a descolonização dos povos como sinais dos novos tempos.⁷⁰¹

Para Paulo Suess, o período foi marcado pela revisão, pela autocrítica e pela avaliação das propostas do trabalho missionário; salientou que os eventos realizados pela Igreja Católica se constituíram como fóruns de discussões sobre as novas diretrizes do trabalho missionário. Dentre eles: em 1968, o *Primeiro Encontro Latino-Americano de Missões*, em Melgar (Colômbia), em abril; e, a *Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano*, entre os dias 26 de agosto e 06 de setembro.⁷⁰² Em

⁶⁹⁹ John Manuel Monteiro. *Raízes históricas das organizações indígenas no Brasil: estratégias políticas e culturais das novas lideranças nativas*. Maloca - Revista de Estudos Indígenas. Campinas, SP. v. 5, 2022, p. 05. [in memoriam]

⁷⁰⁰ Segundo Marcos Rufino: “A sua realização, em nosso entender, foi imprescindível para o desenvolvimento de um novo contexto de recepção, no interior da Igreja, para a prática missionária. A literatura atribui a esse concílio não só a responsabilidade por mudanças significativas na vida e no funcionamento do aparelho eclesial como também na esfera das práticas pastorais da Igreja. O concílio foi, em si mesmo, expressão de um ambiente de maior participação leiga na ação pastoral, além do sentimento de que a Igreja precisava, em alguma medida, atualizar-se em sua relação com o mundo moderno. O tema da renovação da Igreja frente aos novos tempos está impresso no termo *aggiornamento*, que se tornou uma palavra-chave nas referências feitas ao concílio pela própria Cúria Romana”. Marcos Pereira Rufino. *O código da cultura: o Cimi no debate da inculturação*. In: Paula Montero. (Org.). Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 239.

⁷⁰¹ Paulo Suess. *A causa indígena na caminhada e a proposta do CIMI: 1972-1989*, 1989, p. 11.

⁷⁰² Segundo Marcos Rufino: Por sua vez, a II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, que ocorreu em Medellín, em 1968, realizou um aprofundamento das questões levantadas no Vaticano II no contexto específico das igrejas na América Latina, procurando localizar os temas próprios e as questões prementes que deveriam ser lidas à luz do Concílio Ecumênico. O encontro de Medellín, todavia, não foi uma mera reafirmação, no plano local, do que se debateu no Vaticano II. O elemento que talvez seja mais notável quanto à especificidade desse encontro está no diagnóstico das condições sociais do continente e

setembro de 1969, o *Encontro Episcopal de San Antonio de Los Altos*, na Venezuela. Em janeiro de 1970, o Encontro Missionário de Xicotepec. O *Primeiro Encontro Pastoral de Missões na Amazônia*, em Iquitos, no Peru, em 1971. E, no ano seguinte, o *Encontro Ecumênico de Assunção*, onde representantes de nove países procuraram responder à Declaração de Barbados I (1971), na qual antropólogos propuseram uma moratória ao trabalho missionário.⁷⁰³ Em relação ao Brasil, destacou os encontros internacionais influenciarem consideravelmente os debates sobre os rumos do trabalho missionário. Em 1967, em Brasília, foi realizado o Encontro de Pastoral da Desobriga, onde começaram a surgir críticas ao trabalho pastoral pontual e assistencialista.

Em fevereiro de 1968, em São Paulo, o Secretariado Nacional de Atividades Missionárias da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, começou a revisar a forma de atuação junto aos povos indígenas. Trata-se do *Encontro do Morumbi*. Suess destacou a criação da Operação Anchieta, em fevereiro de 1969. Um ano depois, no Instituto Anthropos, em Brasília, ocorreu o Segundo Encontro de Estudos sobre Pastoral Indigenista. Como assessores participaram os antropólogos Egon Schaden⁷⁰⁴ e Herbert Baldus; os padres, José Vicente César, Jaime Venturelli, Frederico Dattler, Edênio Reis Vale e Antônio Iasi Júnior⁷⁰⁵. Para o autor, o trabalho missionário ainda estava bastante

na tomada de posição pela "transformação das estruturas sociais" por parte dos cristãos (Sigmund, 1990). A preocupação com os pobres é um tema gestado em Medellín e, pelas décadas posteriores, seria uma marca distintiva do tipo de inserção social característica do episcopado latino-americano. Veremos mais adiante que, contrariamente ao ocorrido no Vaticano II, a problemática da alteridade cultural preocupava muito pouco os bispos presentes em Medellín. Marcos Pereira Rufino. *O código da cultura: o Cimi no debate da inculturação*. In: Paula Montero. (Org.). Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 239-240.

⁷⁰³ Paulo Suess. *A causa indígena na caminhada e a proposta do CIMI: 1972-1989*, 1989, p. 12-13.

⁷⁰⁴ Egon Schaden (1913-1991). De acordo com o Instituto Egon Schaden, após o ensino primário passou três anos fora da escola até ser beneficiado por um programa de bolsas de estudo do governo estadual. Isso lhe permitiu continuar sua formação acadêmica, em regime de internato, no Ginásio Catarinense, em Florianópolis. Migrou para São Paulo, em 1933, onde fez carreira universitária e tornou-se antropólogo e professor da Universidade de São Paulo, destacando-se como pesquisador no campo da cultura indígena e antropologia da comunicação. Disponível em: <https://www.institutoegonschaden.com.br/sobre-egon-schaden/>

⁷⁰⁵ Antonio Iasi Júnior (1920-2015). De acordo o Conselho Indigenista Missionário, o padre Iasi entrou na Companhia de Jesus em 1941, foi ordenado em 1954, fez últimos votos em 1959. Enviado pela Companhia de Jesus para trabalhar na então Prelazia de Diamantino, em terras mato-grossenses, dirigiu-se à Estação Missionária de Barranco Vermelho, às margens do Rio Juruena, para trabalhar com os Rikbaktsa; mais tarde, em Utiariti, com os Paresi. Junto com o Pe. Adalberto Holanda Pereira, fez o contato com os índios Beíço-de-pau, no vale do Rio Arinos, realizando a transferência desses índios para o Xingu. Padre Iasi exerceu inúmeros cargos como coordenador e assessor de diversas instituições: Setor Indígena da Prelazia de Diamantino; Secretariado Nacional de Ação Missionária da CNBB (1969-1970); Fundação Nacional do Índio (1970); Curso de Formação Missionária na Gregoriana, em Roma (1971); Conselho Indigenista Missionário (a partir de 1972). No ano de 1980, foi preso durante o trabalho missionário realizado na Aracruz Celulose, no Estado do Espírito Santo. Após a sua libertação, retornou a Diamantino e, no decorrer dos anos de 1982 a 1985 transferiu-se para Nicarágua, a fim de realizar ação

próximo da política indigenista oficial no contexto de debates do anteprojeto do Estatuto do Índio, pelo fato dos missionários buscarem contribuir para uma integração harmoniosa dos povos indígenas à sociedade nacional.⁷⁰⁶

Como desdobramento do Concílio do Vaticano II, entre os dias 24 de agosto e 6 de setembro de 1968, foi realizada a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín, na Colômbia. As conclusões sistematizadas no chamado *Documento de Medellín* apontam para a compreensão por parte do episcopado do significativo processo de mudanças em curso no continente americano; estes, por sua vez, fenômenos regionais articulados às transformações em escala global na era industrial. Para Enrique Dussel, trata-se do mais importante acontecimento na igreja latinoamericana, com desdobramentos mundiais nas décadas seguintes: “*El pueblo de Dios situado en la <periferia>, en la parte subdesarrollada oprimida del mundo y que tiene las dos terceras partes de la humanidad, se expresa con voz propia a nivel continental*”.⁷⁰⁷

O documento trata de temas variados como a paz, a família, a educação, a justiça, as transformações sociais em âmbito individual, familiar e coletivo; a catequese; a liturgia; o celibato; a participação de leigos; a formação do clero; e, os impactos da emergência dos meios de comunicação de massa.⁷⁰⁸ Na avaliação da conjuntura global e continental, testemunharam a ampliação da escala e da velocidade das mudanças; segundo os prelados o continente “[...] está evidentemente sob o signo da transformação e do desenvolvimento. Transformação que, além de produzir-se em uma rapidez extraordinária, atinge e afeta todos os níveis do homem, desde o econômico até o religioso”.⁷⁰⁹ Naquele cenário de efervescência política marcada pela tensão da potência da juventude e a truculência dos regimes autoritários identificaram-no como início de uma nova era: “Época cheia de anelo de emancipação total, de libertação diante de qualquer servidão, de maturação pessoal e de integração coletiva. Percebemos aqui os

missionária com aqueles índios. Retornou a Mato Grosso em 1986. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/541114-morreu-padre-iasi-cofundador-do-cimi-e-da-cpt>

⁷⁰⁶ Paulo Suess. *A causa indígena na caminhada e a proposta do CIMI: 1972-1989*, 1989, p. 14-15.

⁷⁰⁷ Enrique Dussel. *De Medellín a Puebla – Una década de sangre y esperanza (1968-1979)* – 1ª ed. Buenos Aires: Docencia, 2017, p. 75.

⁷⁰⁸ Presença da Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II. *Conclusões da II Conferência Geral Do Episcopado Latino-Americano*. Medellín, Colômbia, 1968.

⁷⁰⁹ *Ops cit.*, p. 01.

prenúncios do parto doloroso de uma nova civilização”.⁷¹⁰ Outra dimensão da renovação da ação pastoral da Igreja Católica em curso e importante para a emergência e consolidação de instrumentos como a Operação Anchieta e o Conselho Indigenista missionário foi a perspectiva ecumênica e ampliação da participação de leigos nas atividades das diferentes instituições católicas. Gradualmente emergiu a consciência do papel dos leigos e o fato destes demandarem o lugar na Igreja pela força do seu batismo.⁷¹¹

Em certa medida reconheceram a cultura institucional da igreja romana, aferrada na tradição, aquém das mudanças sociais e com lenta capacidade de respostas a elas. No processo de transformação cultural e religiosa, “a evangelização do continente experimenta sérias dificuldades que se vêm agravando face à explosão demográfica, às migrações internas, às modificações sócio-culturais, à escassez de pessoal apostólico e à deficiente adaptação das estruturas eclesiais”.⁷¹² As proposições do Concílio Vaticano II exigiram adequação aos novos tempos, uma vez que até aquele momento a Igreja contou principalmente com uma pastoral conservadora. As mudanças impactavam todas as dimensões da vida humana, bem como o meio natural e as relações sociais:

[...] a modernização refletida nos setores mais dinâmicos da sociedade latinoamericana, acompanhada pela crescente tecnização e aglomeração urbana, manifestou-se em fenômenos de mobilidade, socialização e divisão do trabalho, cujo efeito foi carrear importância crescente aos grupos e ambientes funcionais – fundados sobre o trabalho, a profissão ou a função – em relação às comunidades tradicionais de caráter de vizinhança ou territorial⁷¹³

A análise estrutural ancorada na relação centro-periferia com enfoque às questões econômicas, em certa medida, ressignificou a lógica do trabalho pastoral, até aquele momento mormente dedicado às questões espirituais; as considerações sobre a consolidação de centros econômicos e bolsões de pobreza no seu entorno mudaram a interpretação do papel dos missionários naquela sociedade em vertiginosas transformações. Para Enrique Dussel não se tratava apenas de uma nova etapa no

⁷¹⁰ Presença da Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II. *Conclusões da II Conferência Geral Do Episcopado Latino-Americano*. Medellín, Colômbia, 1968, p. 02.

⁷¹¹ Reconheceu o documento: “[...] leva-nos a ver e apreciar de maneira especial o enorme potencial que representam para a América Latina os numerosos homens e mulheres que, conservando sua condição leiga, se consagraram ao Senhor na vida religiosa ou nos institutos seculares” Presença da Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II. *Conclusões da II Conferência Geral Do Episcopado Latino-Americano*. Medellín, Colômbia, 1968, p. 55.

⁷¹² Presença da Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II. *Conclusões da II Conferência Geral Do Episcopado Latino-Americano*. Medellín, Colômbia, 1968, p. 29.

⁷¹³ *Oos cit.*, p. 43.

projeto desenvolvimentista dependente, mas sim: “*esa <nueva civilización> se entiende que no es solo el fruto de un efêmero proceso industrial o del pasaje de una civilización rural a otra urbana, sino que la intención del texto es más profunda, mundial, crítica*”.⁷¹⁴ Havia, de fundo, um atrito entre os seres humanos entre si e destes com o meio natural; como destacou Carlos Benítez Trinidad, aparentemente o divórcio “[...] *entre el humano moderno y su medio ambiente es un proceso de larga duración que nació a partir de los avances tecnológicos y económicos que permitieron la creación de ciudades cada vez más grandes y áreas naturales cada vez más domesticadas*”.⁷¹⁵ Em certa medida o episcopado se preocupava com a desterritorialização das comunidades; com os impactos sobre os laços familiares e comunitários; com os ascendentes individualismo e consumismo; e, as novas relações sociais decorrentes do sistema econômico e comercial mundial; na avaliação dos prelados, a nova conjuntura e o contexto global “[...] exigem uma revisão séria e metódica da vida religiosa e da estrutura da comunidade. Esta é uma condição indispensável para que os religiosos sejam um sinal inteligível e eficaz dentro do mundo atual”.⁷¹⁶ A leitura da realidade desvelou os significativos desafios dos novos tempos: “[...] a Igreja da América Latina quer encarnar-se em nossas concretas realidades de hoje”⁷¹⁷ A constatação à necessidade de *encarnação* à realidade das comunidades foi determinante para a mudança da prática pastoral do grupo de missionários indigenistas renovadores e dos leigos, com franca influência a Ação Católica Brasileira (ACB) e do trabalho das Irmãs de Jesus, como veremos a seguir.

Para os bispos as transformações econômicas implicavam em reordenamento político, em uma reorganização fundiária e na radical ressignificação do sentido e do significado da vida. Diante da complexidade das questões colocadas diante de si, posicionaram-se contrários à exploração humana e a violação da dignidade humana: “O Episcopado Latino-americano não pode ficar indiferente ante as tremendas injustiças sociais existentes na América Latina, que mantêm a maioria de nossos povos numa

⁷¹⁴ Enrique Dussel. De Medellín a Puebla – *Una década de sangre y esperanza (1968-1979)* – 1ª ed. Buenos Aires: Docencia, 2017, p. 76.

⁷¹⁵ Carlos Benítez Trinidad. Un espejo en medio a un teatro de símbolos: *el índio imaginado por el poder y la sociedad brasileña durante la ditadura civil-militar (1964-1985)*. Tese (doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Salvador, 2017, p. 56.

⁷¹⁶ Presença da Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II. *Conclusões da II Conferência Geral Do Episcopado Latino-Americano*. Medellín, Colômbia, 1968, p. 53.

⁷¹⁷ *Idem*.

dolorosa pobreza, que em muitos casos chega a ser miséria desumana”.⁷¹⁸ Apesar da constatação da necessidade da aproximação com as populações socialmente vulneráveis, Clovis Brighenti salientou não fazerem parte os povos indígenas das preocupações do documento de Medellín: “[...] não aparecem nem como protagonistas nem como destinatários da ação da Igreja, mas estão mesclados, confundidos e quantificados nessa massa de pobres onde a evangelização não ‘prosperou’, porque continuam ‘gentios’, ‘pagãos’”.⁷¹⁹ Já para Marcos Rufino, “[...] os participantes remetem-se aos documentos episcopais anteriores sobre a participação leiga, mas propõem rever a natureza dessa participação a partir do momento histórico vivido pelo continente quando da realização da conferência”.⁷²⁰ Para Kenneth Serbin, na II Assembleia Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano “[...] os bispos elaboraram uma declaração na qual clamavam por justiça social e condenavam o subdesenvolvimento e a violência na América Latina. Essa declaração lançou a teologia da libertação e a Igreja progressista no continente”.⁷²¹ Especificamente em relação à Amazônia, segundo Scott Mainwaring, à medida em que se exacerbaram os conflitos, muitos agentes pastorais sentiram a necessidade “[...] de reavaliar o papel da Igreja. Inúmeros sacerdotes e bispos que estiveram no Amazonas modificaram a sua orientação pastoral devido à extrema penúria da população e ao índice de violência estatal e privada contra os camponeses”.⁷²² ⁷²³ Na ausência de instituições como escolas e hospitais, a Igreja assumiu uma ampla faixa de funções, como a organização comunitária, sindical e prestação de assistência jurídica.

Face às múltiplas transformações sociais após a II Guerra Mundial, uma digressão ao período da formação acadêmica de Egydio Schwade é pertinente. Identificar aspectos da aproximação ao indigenismo pelo colaborador ajuda a esclarecer a renovação do indigenismo missionário católico na década de 1970. As bases do novo indigenismo estão temporalmente situadas na década de 1960, em consonância às

⁷¹⁸ Presença da Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II. *Conclusões da II Conferência Geral Do Episcopado Latino-Americano*. Medellín, Colômbia, 1968, p. 62.

⁷¹⁹ Clovis Antonio Brighenti. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. 2012. 611 p. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012, p. 304.

⁷²⁰ Marcos Pereira Rufino. *O código da cultura: o Cimi no debate da inculturação*. In: Paula Montero. (Org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 244

⁷²¹ Kenneth P. Serbin. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva, Companhia das Letras: São Paulo, 2001, p. 98.

⁷²² Scott Mainwaring. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 107.

⁷²³ Nesta e em outras passagens do texto a redação se refere à Amazônia legal como Amazonas. Isto se pode deduzir a partir do contexto, pois aparecem eventos ocorridos em outros estados da região.

mudanças globais anteriormente citadas. A Missão Anchieta (MIA) teve um papel significativo na problematização da prática indigenista missionária católica, como pode-se verificar a seguir.

3.1 – AS EXPERIÊNCIAS NO OÁSIS QUE ACOLHE OS DESTROÇOS DE UMA INJUSTA AGRESSÃO

A presente seção focaliza a trajetória de Egydio Schwade sistematizada naqueles documentos por ele considerados pessoais; para compreender a sua formação como missionário, se atém aos anos sessenta, período da educação superior, da aproximação aos povos indígenas e da participação do movimento indigenista. Busca atentar para a sua vinculação às diretrizes da Igreja Católica, ao processo de renovação da prática missionária nesta instituição, bem como para construção de uma renovada concepção de indigenismo.

Nos textos e entrevistas, Egydio Schwade marca o início de sua trajetória junto ao indigenismo em 01 de janeiro de 1963, momento no qual se dirigiu para o trabalho missionário no Centro Educacional em Utiariti, no Mato Grosso. Na documentação por ele arquivada na Casa da Cultura do Urubuí (CACUI) foi possível localizar em seus diários, nas correspondências, textos, cadernetas e nas anotações os seus registros das experiências naquele contexto de transformações, tanto pessoais como sociais. Algumas passagens mencionadas nas entrevistas também fazem parte destes registros, tornando a análise da sua narrativa ainda mais intrigante. As suas memórias hoje narradas vivificam os registros em silêncio nos arquivos e permitem reconstruir aspectos do cenário daqueles anos.

A documentação elaborada e coligida por Egydio Schwade referente aos anos de 1960, 1961 e 1962 tem forte conotação eclesial. Os cadernos de estudos de Egydio sistematizam informações de pesquisas acerca da família, dos santos, do comportamento, meditação, orações, passagens da Bíblia e a especulação sobre as emoções diante do comportamento de pessoas do seu entorno, ou seja, no momento refletia as reações diante de circunstâncias do cotidiano poderiam ou não ser consideradas pecaminosas. A título de exemplo, em 24 de janeiro de 1961 concluiu: “Um grande ato de caridd q. podemos prestar aos colegas é treinar-nos pa. a decisão nas

coisas desagradáveis. Pedir esmola, pedir licenças (tb. repetí-las), pedir favores, arrumar as coisas pa. um passeio. Nestas horas é preciso estar na vanguarda”.^{724 725}

Em 1962, construiu a decisão da sua designação enquanto missionário. Anotações, cartas e estudos contribuem para ilustrar este momento decisivo em sua formação. Como mencionado no capítulo 1, nos primeiros momentos Egydio Schwade considerou a possibilidade de trabalhar no continente africano; contudo, pela avaliação de seus superiores, deveria ir para o Mato Grosso. Referente à possibilidade de dedicação a um lugar interiorano e com estrutura limitada, no contexto da Missão Anchieta, refletiu:

Muitas vêzes ouvem-se observações contra os missionários, achando que não há justificação para uma vida no meio de um território tão pouco habitado como o do Mt. do Norte. Entretanto, a mensagem evangélica não se prende a números. Além disso a obra do missionário é sempre sobretudo uma obra que busca dinamizar a mensagem de Cristo. Buscando levar o Cris o ao mais miserável e abandonado o missionário é quer ensinar e garantir valores hs. e cristãos que se esquecem facilmente numa sociedade que se guia sem princípios evangélicos e onde a própria mensagem evangélica é por vezes soterrada sob os princípios da cultura que se rege pela eficiência⁷²⁶

A possibilidade de atuação na região amazônica foi importante para a problematização do papel do missionário nas comunidades afastadas dos grandes centros, nas dimensões cultural, política e econômica. Tanto naquele momento quanto nos anos seguintes, Egydio Schwade problematizou a religiosidade, a cultura e a relação dos grupos humanos no meio natural.

Na perspectiva individual, considerou a dedicação às missões um gesto de abnegação. A 04 de junho de 1962 na ficha intitulada *Decisões Vitais* pode-se encontrar as sistematizações da prática missionária, ainda no Rio Grande do Sul: “Hoje sai meu pedido ao P. Geral, de ir às Missões, aqui de São Leopoldo. Jesus, pediste-me tudo. Pediste-me q* renunciasse aos meus grandes amigos: P. Bruxel, P. Jaeger, Fr. Bohnen, Hilário, Adelson”.⁷²⁷ Ainda na mesma reflexão, aparentemente, o desapego às questões mundanas parecem amadurecer; o missionário citou a devoção “[...] por amor de ti. Deixos a ti. Agora dou-te tb* a minha saúde, as minhas forças, a minha liberdade,

⁷²⁴ Caderno de estudos de Egydio Schwade. 1960. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁷²⁵ Caridd = caridade.

⁷²⁶ Ficha datilografada. Missão Anchieta – Problema. Data não identificada. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁷²⁷ *Idem*.

inteligência, memória vontade... tudo o que tenho e sou”.⁷²⁸ A vocação e a atuação enquanto missionário e padre fizeram parte dos pensamentos de Egydio ao longo da década de 1960 e 1970. A partir das suas cogitações acerca do comportamento e a pulsão humana, muitas vezes em conflito com os dogmas da igreja, ficou evidente a avaliação da sua conduta e das pessoas ao seu redor em relação às emoções e paixões humanas.

Em uma das cadernetas onde registrou as vivências no ano de 1962, abordou temas aos quais elaborava em suas orações. Entre eles a alegria: “Minha alegria deve consistir em alegrar e ajudar os outros. Se o mundo soubesse que dentro desta realidade se esconde a realidade da verdadeira alegria individual, ele se transformaria num mundo de corações jubilosos”;⁷²⁹ a autenticidade: “Mtas vezes nós nos perdemos no formalismo. Pensamos em cm. fazem os outros. Cm. fazer pa. q. em nada sejamos diferentes dos outros...”;⁷³⁰ referente ao amor: “É fazer a vontade de Deus, mês se vai contra a vontade dos hs, Em q é totalmett incompreendida e até combatida pelos hs. e pelos amigos mais íntimos por vezes em q. seja incompreendida por nós m.”;⁷³¹ em relação ao evangelho: “Quem pratica a verdade, a doutrina nela contida ama-o, só o q. age contrariatt a ela é o q. odeia. A religião é amada e odiada pela mesma razão”;⁷³² à esperança: “O q. nos dá paz à alma, é reconhecermo-nos como somos e realizamo-nos tão perfeitamente cm nos é possível. Por outra, deixarmo-nos amar por Deus tt. qto. nossas forças e dé nos permitem entregarmo-nos a Ele”;⁷³³ entre outros. Tais considerações ajudam a compreender parte das elucubrações do missionário, suas inquietações e como analisou o comportamento daqueles em seu entorno. Em linhas gerais, os povos indígenas e o indigenismo ainda não figuravam como objeto principal das suas preocupações, reforçando a tese destes começarem a ganhar espaço nos anos seguintes, a partir do trabalho em Utiariti e Diamantino, no Mato Grosso.

Em um bloco de anotações, sistematizou um conjunto de informações da sua formação, a sua vocação e o seu futuro na ordem jesuíta. “Pedi no ano passado ao Rev.do. G. Provincial para escrever ao Ver.mo. Pe. Geral a fim de que ele me destinasse

⁷²⁸ Ficha manuscrita. 04 de junho de 1962. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁷²⁹ Caderneta. Agosto de 1962. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁷³⁰ *Idem.*

⁷³¹ *Ibidem.*

⁷³² *Ibidem.*

⁷³³ *Ibidem.*

para a missão mais necessitada da Companhia”.⁷³⁴ Em sua caderneta, no dia 09 de agosto de 1962, registrou a seguinte reflexão: “Porque Mato Grosso”. E a resposta foi a seguinte: “É o q. se há de ouvir mto. Mas pq. há maior alegria no céu por uma ovelha q. volta ao redil do que as 99 q. todos os dias podem estar c/ o pastor”.⁷³⁵ Naquele período o então estudante buscou uma orientação para definir a sua atuação missionária: “[...] eu escrevi para o geral da ordem em Roma. Aliás a única carta que eu escrevi na minha vida em latim. [...] Ele me escreveu e deu razão para mim. [risos] Só que pensa em vez da África, pensa nos povos indígenas no Brasil, que também necessitam”.⁷³⁶ O veredito chegou na carta da Cúria Provincial em Porto Alegre, em 13 de novembro de 1962. Na epístola redigida pelo Padre Superior dos Jesuítas, Sehnem: “Venho com esta comunicar-lhe que o M.R.P. Geral, em carta de 28 [rasgo], lhe concede a licença de tornar-se missionário na Missão de Diamantino, no Estado de Mato Grosso. Parabéns e felicitações!”.⁷³⁷ Com a definição em relação ao direcionamento da sua prática missionária, passou a organizar sua transferência para o Mato Grosso, onde aportou em 01 de janeiro de 1963, quando passou a integrar a Missão Anchieta (MIA).

A documentação do ano de 1963 é extensa. A transferência para Utiariti/MT rendeu uma série de anotações; o missionário jesuíta buscou sistematizar informações referentes ao ambiente, ao local, ao trabalho missionário, aos povos indígenas atendidos e, também, às particularidades da região. São diários, cartas e relatórios. Estes documentos permitem identificar aspectos da ambientação do recém chegado missionário a uma pequena vila no interior do Mato Grosso.

Em um caderno cuja capa traz a imagem de um estudante de feições indígenas com o uniforme escolar segurando um mapa do Mato Grosso – anterior à divisão e a criação do Mato Grosso do Sul⁷³⁸ – Egydio Schwade detalhou aspectos das experiências em Utiariti. Já na primeira página elaborou sobre a necessidade de sacrifícios por parte dos missionários jesuítas para a atenção às localidades ditas mais remotas: “Todos

⁷³⁴ Bloco de anotações. Página 01. 1962. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁷³⁵ Caderneta. 09 de agosto de 1962. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁷³⁶ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 02 de setembro de 2023.

⁷³⁷ Carta da Cúria Provincial. 13 de novembro de 1962. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁷³⁸ O estado do Mato Grosso do Sul foi criado pela Lei Complementar nº 31, em 11 de outubro de 1977. Cf. Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF.

gostam de cursar uma Universidd, de serem chamados de professores do Colégio Máximo, de darem aula numa grande cidd, mas como são poucos os q. a. m. alegria e disposição ocupam os lugares mais difíceis, ou em q. o eu desaparece?”.⁷³⁹ ⁷⁴⁰ Seis páginas adiante retomou a problematização e se questionou se o trabalho com os pequenos, os humildes e os pobres índios poderia despertar o interesse de professores da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro ou de alguma universidade de Minas Gerais.

Descreveu também as simples acomodações do Educandário. Indicou serem três salas, todas de chão batido: uma delas era o dormitório, a outra uma espécie de almoxarifado e a outra a sala de aula, além da cozinha e do refeitório. A Igreja no centro da vila também era de chão batido. Em outra passagem, citou a busca pela produção de alimentos a fim de serem autossuficientes. A distância e as limitações orçamentárias não afastaram a localidade da chegada de produtos alimentícios de origem estrangeira. Egydio problematizou o fato de o leite por eles utilizado ser produzido por uma empresa estadunidense. Dedicou também alguns parágrafos para descrever o impacto da gripe entre os indígenas. Em suas palavras transparece certo espanto pelo fato da gripe se difundir rapidamente e deixar os meninos prostrados nas redes com quase 40 graus de febre.⁷⁴¹

Dentre os documentos, um conjunto, se destacou. Egydio guardou as cartas recebidas dos meninos de diferentes povos indígenas sediados em Diamantino. No geral, as correspondências tratam de questões do cotidiano. As cartas iniciam com a data e a localização e, em seguida, um “Louvado seja o nosso senhor Jesus Cristo”, “Paz em Cristo” ou “Viva Cristo Rei!”. A própria localização em Utiariti ou Diamantino, a escrita em Língua Portuguesa e a saudação cristã são indícios da adoção dos valores ocidentais. Ademais, os nomes próprios eram compostos do prenome ligado à cultura envolvente e a etnia da qual faziam parte; por exemplo, os nomes fictícios, Luís Canoeiro ou Paulo Xavante.

Em março, passou a sistematizar informações da atuação no Educandário em Utiariti. No texto intitulado *O mestre em Utiariti* refletiu a experiência: “É bonito ser mestre em Utiariti pq. me parece ser o lugar mais difícil que um mestre tem em toda a

⁷³⁹ Diário de Egydio Schwade. 1963. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁷⁴⁰ Universidd = Universidade – Cidd = Cidade.

⁷⁴¹ Diário de Egydio Schwade. 1963. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

Companhia. Nada do que se praticou com entusiasmo na Filosofia êle pode praticar aí. Tudo, tudo é novo”.⁷⁴² A percepção do conflito entre as cosmovisões e as culturas se aproxima das considerações do brasilianista Kenneth Serbin: “Os padres procuravam reproduzir no país o sistema de ética, estrutura familiar, casamento, sexualidade e outros aspectos fundamentais da civilização cristã ocidental. Regulavam os costumes e exerciam uma espécie de polícia moral”.⁷⁴³ Dadas as dificuldades tanto materiais, por se tratar de um pequeno vilarejo, mas também curriculares, percebeu que seus conhecimentos em Filosofia estavam um pouco distantes do público escolar, majoritariamente formado por crianças com dificuldades na língua e na cosmovisão ocidental, por serem de outras etnias. Problematicou a prática docente e o propósito da escola naquele mundo, aparentemente, em termos culturais, tão distante: “E se não souber o “nôvo” que deve se acostumar a fazer passará vergonha - é humilhado todos os dias. É além disto um “bicho” estranho aqui. Não pertence a nenhuma comunidade. Trabalha e pertence a todas”.⁷⁴⁴ O posicionamento do Provincial dos Jesuítas Sehnem em relação aos indígenas era de afastamento; segundo Egydio Schwade para o provincial a dedicação aos povos indígenas seria “um absurdo”; reiterou a expressão utilizada: “a causa indígena é causa perdida”.

Dias mais tarde, em uma carta de 18 de março, Egydio descreveu a região, os povos indígenas atendidos, as suas características e o grau de contato com a sociedade envolvente. Noção corrente na época, a lógica índio x civilizado se faz presente na missiva e em outros textos. O missionário ponderou em um raio de 500 quilômetros no entorno de Utariti “só havia índios”⁷⁴⁵ e os “primeiros traços de civilização”⁷⁴⁶ poderiam ser encontrados em Diamantino. Datilografou em companhia de indígenas das etnias Canoeiro, a em maior número; os Pareci, em suas palavras ainda bastante forte, ou seja, populosa; os Cinta Larga, com pouco contato e bastante arredios [na expressão da época: “brabos”]; os Caiabi, em menor número e com contato frequente com a sociedade envolvente; os Xavante, considerados como os povos mais populosos da região; os Bororo, então pouco conhecidos do missionário; e os Nambikwara, à época

⁷⁴² Diário de Egydio Schwade. 1963. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁷⁴³ Kenneth Serbin. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 46.

⁷⁴⁴ Diário de Egydio Schwade. 1963. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁷⁴⁵ *Idem*.

⁷⁴⁶ *Ibidem*.

com pouco ou nenhum contato, até a construção da Rodovia BR-364. Concernente aos Pareci, o missionário avaliou: “[...] Esta tribo é bastante difícil de ser educada porque há está muito viciada por maus civilizados”.⁷⁴⁷ Aparentemente a resistência também se dava na dimensão religiosa: “Por isso, é também a mais difícil incutir-lhes os princípios religiosos. (Aliás, esta é uma constante na educação dos índios. Quanto mais contato eles têm com os civilizados (não missionários) tanto mais difícil educá-los e levá-los para Deus)”.⁷⁴⁸ Em termos quantitativos, sistematizou o total de 124 crianças atendidas, sendo 67 meninos e 57 meninas. Dentre eles 2 Bororo; 10 Xavante; 1 Sabone; 2 Nambikwara; 15 Caiabi; 10 Iratxe; 9 Pareci; 63 Canoeiro; e, 2 Chiquito.⁷⁴⁹

A experiência no Mato Grosso aparentemente foi importante para a formação de Egydio Schwade enquanto sujeito: “[...] eu vi em Diamantino, crianças vindo com arco e flecha e penas; no dia seguinte ajoelhados, de roupa, no banco da igreja, rezando; quer dizer, absurdos, não é? Em termos de perspectiva. Mas as missões tinham essa função na época”.⁷⁵⁰ O vivido em Utiriti e em Diamantino é recorrente em sua narrativa; em diferentes momentos citou o trabalho pragmático e assistencialista da Missão Anchieta: “[...] quando eu fui como estudante, durante três anos lá no Mato Grosso, dentro de uma missão tradicional, trabalhando em internato, bem integrado dentro desse negócio, foi lá que surgiu, assim, para mim, a necessidade das missões de mudar as perspectivas”.⁷⁵¹ A narrativa do missionário, no tempo presente, com certo distanciamento permite verificar a avaliação da política indigenista daquela época, a qual buscavam, na medida do possível, modificar. Contudo, naquele tempo, as ações foram pautadas por muitas articulações políticas, com avanços e retrocessos.

Na pasta referente a 1964 constam cartas, relatórios, fichas de estudos, cadernetas, entre outros. Ao longo do ano deste ano, o missionário trabalhou em Diamantino, assumindo nova função no Lar do Menor, dando aulas no Ginásio, para cerca de 80 meninos, entre indígenas ou não. Em uma carta de 18 de janeiro de 1964, enviada ao Frei Roque, ainda em Utiriti, o missionário analisou as atividades econômicas empreendidas na região e o fluxo migratório por elas induzido, sobretudo

⁷⁴⁷ Carta. Utiriti. 18 de março de 1963. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁷⁴⁸ *Idem*.

⁷⁴⁹ Diário de Egydio Schwade. 1963. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁷⁵⁰ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 14 de janeiro de 2023.

⁷⁵¹ *Idem*.

pela coleta de látex e a exploração de pedras preciosas, no caso os diamantes. Das condições de trabalho nos seringais analisou a nada fácil vida dos coletores de látex. O seringueiro ganhava pouco a ponto de não possuir um simples rádio e vivia endividado.⁷⁵²

Aos moldes do momento da sua chegada em Utiariti, buscou informações dos povos indígenas e a localidade. Em uma ficha, cuja data não foi possível identificar, pode-se identificar o detalhamento do levantamento a ser empreendido. Buscou apurar dados dos indígenas atendidos pela Missão; a necessidade de localizar os dados estatísticos, a fim de precisar o número de habitantes e estudantes dos municípios da região; o número de missionários; o número de sítios tradicionais e fazendas de Diamantino, Nortelândia e Areadópolis; identificar os costumes, os regionalismos, termos e expressões recorrentes, etc.; intentou fazer uma descrição de aspectos geográficos e solicitou a gravação dos sons das cachoeiras. Também coligiu informações dos garimpos e dos seringais das redondezas.⁷⁵³ Notou conflitos no trabalho da missão pelo fato de atender garimpeiros, seringueiros e os povos indígenas sem um trabalho próprio para cada um dos grupos sociais. Destacou a necessidade de reorganizar o trabalho da missão indigenista, principalmente em relação aos povos sem contato ou com contato recente, a fim de construir uma proposta de trabalho específica para atender às demandas das atividades com os povos indígenas.

Em relação ao trabalho com os povos sem contato utilizou a expressão *pacificação*: “É preciso estar continuatt acompanhado do apoio e interesse dos colegas missionários. Uma pacificação feita a sós não tem tb o fundato pa. um futuro pós-pacificação pq todos a consideram obra do pacificador e não sua”.⁷⁵⁴ As anotações de Egydio sugerem as primeiras preocupações com o processo de contato da sociedade envolvente, no geral, mas da Igreja, em particular, com os povos indígenas daquela região: “Repetir-se-á a triste experiência de uma pacificação em prejuízo da própria tribu pacificada. Índios dispersos, sem terra e sem união tribal pq um h. não pode construir só uma nação”.⁷⁵⁵ Na experiência no Mato Grosso tomou parte de uma

⁷⁵² Carta. Utiariti. 18 de janeiro de 1964. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁷⁵³ Ficha manuscrita. Diamantino. 1964. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁷⁵⁴ Diário de Egydio Schwade. 1964. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁷⁵⁵ *Idem*.

importante reflexão sobre o contato dos povos indígenas e a sociedade envolvente; o Padre Adalberto Pereira alertou para a assimetria da relação entre os distintos povos: “[...] o nosso guru, sempre chamava a nossa atenção lá, o padre Adalberto Pereira, um antropólogo cearense: nenhuma integração se faz sem a desintegração do povo! Aí a gente foi acordando para estas questões, discutindo”.⁷⁵⁶ A assertiva do padre Adalberto passou a fazer parte da narrativa de Egydio Schwade para explicar a complexidade do processo de contato entre povos com culturas bastante distintas.

Ao longo da experiência em Diamantino utilizou o tempo livre para refletir sobre a ação das missões religiosas em relação aos povos indígenas: “Eu fiquei sozinho. Aí foi o mais forte; eu fiquei pensando na necessidade de mudar; neste período que eu fiquei lá nos internatos eu saí de lá muito... com grande vontade de mudar os rumos da política indigenista da Igreja, né?”.⁷⁵⁷ Ao final da experiência voltou para o Colégio Cristo Rei em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul: “Eu fui para o sul e comecei a discutir em São Leopoldo com os colegas que tinham feito a mesma experiência lá e, frente aos documentos do Vaticano II, logo no mês seguinte eu já mandei uma carta propondo perspectivas de mudanças”.⁷⁵⁸ Contudo, a missiva propositiva dos estudantes não encontrou positiva recepção entre os demais: “E o pessoal nem deu bola”.⁷⁵⁹ A limitada devolutiva em relação às considerações dos indigenistas é ilustrativa do papel periférico da questão indígena daquele período na Igreja Católica.

Nos registros salvaguardados sobre o ano de 1966, novos indícios da elaboração da atividade missionária junto aos povos indígenas. Na pasta entre os trabalhos do curso de Teologia, inúmeras cartas, diários, fichas de estudos e anotações diversas encontra-se um importante documento. Intitulado *Planejamento a longo prazo da Missão Anchieta* trata de um plano de ação elaborado pelos missionários naquele momento lotados no Colégio Cristo Rei em São Leopoldo/RS. Como se pode constatar ao final do documento, a proposta foi encaminhada para diversos missionários para apreciação e envio de considerações: “Estimado missionário, julgamos nosso dever de consciência propor este plano a todos. leia e dê sua opinião. foi fruto do trabalho sério de todos os

⁷⁵⁶ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 14 de janeiro de 2023.

⁷⁵⁷ *Idem.*

⁷⁵⁸ *Ibidem.*

⁷⁵⁹ *Ibidem.*

membros da equipe missionária do Cristo Rei”.⁷⁶⁰ A elaboração do plano contou com a participação do próprio Egydio Schwade, do frei Thomaz Aquino Lisboa, o Padre Cordeiro, o Padre Edgar, o Irmão Cláudio e o Irmão Isidoro.⁷⁶¹ Aquele contexto faz-se presente na construção das memórias sobre o processo de proposição das modificações na política indigenista, primeiro, no âmbito da Igreja Católica e, posteriormente, tanto no Estado como nas emergentes instituições da sociedade civil: “A virada começou lá em 66, aquela carta que a gente escreveu. Ali foi assim o momento que a gente começou a interferir, a incomodar, dentro da própria Igreja”.⁷⁶² Em linhas gerais, o plano contava com duas diretrizes principais: uma proposta de pacificação dos indígenas; e, a realização de levantamentos socioeconômicos e religiosos. Acerca do contato com os povos indígenas, os missionários indicaram: “Devemos movimentar todos os recursos disponíveis para a pacificação total dos índios e para o reconhecimento de todo o território”.⁷⁶³ O grupo de religiosos do qual Egydio fez parte levou a cabo as mudanças propostas pelo Concílio Vaticano II; passaram a sugerir à igreja abrir mão da suntuosidade e da riqueza para investir os recursos nas ações humanitárias. Em sua enfática argumentação, o indigenista ponderou considerar desnecessário à igreja prédios luxuosos, em locais valorizados das cidades; em seu julgamento, a igreja deveria priorizar o financiamento de projetos para atender às pessoas em condição de vulnerabilidade social.

No item seguinte *Razões positivas que nos levam a pensar assim* os missionários elencaram ideias-força buscando mobilizar a adesão dos colegas. O plano realçaria atitudes importantes nos missionários, em função do comprometimento com a obrigação de justiça a eles confiada pela Igreja; salientaram também a avaliação de ser o governo um importante colaborador no suporte às atividades dos missionários; e o estudo da Teologia ganharia maior ânimo em por ocasião do trabalho em consonância com as orientações do Concílio Vaticano II.⁷⁶⁴

⁷⁶⁰ Planejamento a longo prazo da Missão Anchieta. Março de 1966. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁷⁶¹ Carta. São Leopoldo, 18 de março de 1964. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁷⁶² *Idem.*

⁷⁶³ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 02 de setembro de 2023.

⁷⁶⁴ Carta. São Leopoldo, 18 de março de 1964. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁷⁶⁵ *Idem.*

As cartas do Superior dos Jesuítas não fazem parte do acervo de Egydio Schwade. As missivas por ele redigidas dão a impressão da iniciativa e o envio do plano de ação para a Missão Anchieta ter causado ressentimentos no alto escalão dos jesuítas. Egydio remeteu duas cartas em um curto espaço de tempo, fazendo ponderações e prestando esclarecimentos; a primeira foi enviada no dia 09 e a segunda no dia 18 de março. Na carta do dia 09 frisou o programa não ter a intenção de fazer críticas aos superiores por um suposto imobilismo: “Já recebi a carta de V.R. Estávamos realmente, esperando com preocupação, esta carta. As declarações do P. Waldemar e as suas repercussões nos deixaram muito preocupados. Graças a deus, parece que tudo vai bem”.⁷⁶⁵ Já na segunda carta Egydio pormenorizou o contexto da elaboração do plano e a necessidade de substanciais modificações no direcionamento da Missão Anchieta: “Como o senhor pode ver o plano é bastante audacioso. Contudo, P. Henrique, o plano é sincero e de maneira nenhuma pretende ser uma crítica aos superiores. Visamos o bem da Missão”.⁷⁶⁶

Na primeira carta, o missionário sustentou a necessidade do aprofundamento dos pressupostos do Concílio do Vaticano II: “[...] devemos estudar profundamente o espírito do Conc. Vat. II – planos, portanto, que realmente atingem o homem no seu interior e nos seus problemas da vida cotidiana – e isto antes de tudo pelo nosso desprendimento dos valores intramundanos”.⁷⁶⁷ As reflexões teológicas do missionário passaram a ter como objeto as questões mais imediatas, diferentes daquelas registradas nos anos anteriores, com caráter mais abstrato. Aparentemente, seguindo tal lógica, prosseguiu: “[...] as vocações missionárias não nos faltarão daqui para o futuro”.⁷⁶⁸ Esta especulação sugere a atenção do missionário às questões prementes da necessidade de adequação da proposta de trabalho das missões religiosas às situações emergentes naquela região interiorana da Amazônia. Em termos, possibilita pensar que antevia as fricções entre a prática dos religiosos por lá atuantes e das diretrizes da Igreja tradicional, em função do conflito com os valores culturais do vilarejo em uma região formada por pequenos produtores rurais, garimpeiros, extrativistas e indígenas. Ao mesmo tempo, ponderou tal questão a partir da perspectiva geracional: “[...] abrimos o

⁷⁶⁵ Carta. 09 de março de 1966. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁷⁶⁶ Carta. 18 de março de 1966. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁷⁶⁷ *Idem.*

⁷⁶⁸ *Ibidem.*

nosso campo à compreensão dêste problema das nossas ricas Províncias em crise, muitos procurarão na Missão o que não lhes é concedido ali. Esta abertura para a missão perpassa por tôdas as idades e penetra até os padres velhos”.⁷⁶⁹ Como mencionado, tais reflexões estavam orientadas pelas diretrizes do Concílio Vaticano II, no sentido de aproximar as ações da igreja romana às necessidades do povo: “[...] desses princípios que ele colocou que ele questiona isso esses novos princípios, que por exemplo que se refere aos missionários que eles busquem não fala mais em escolas e internatos, etc. E busque colher as sementes de deus ocultas nos povos, né?”.⁷⁷⁰ Em mais de uma entrevista o colaborador citou antagonismos com aqueles padres mais antigos, tendo em vista reproduzirem comportamentos cristalizados e oriundos de uma formação tradicional, orientada pelos valores da neocristandade; tal problematização se aproxima do debate proposto por Serbin (2001) e Mainwaring (2004), dos valores conservadores da igreja na primeira metade do século XX.

Nove dias depois, Egydio detalhou um plano de ação e reafirmou a necessidade das mudanças: “Parece-me que é necessário e bom que esta reorganização parta de nós missionários, pois, uma imposição de técnicos de fora da Missão para uma região tão grande e tão variada em problemas em e possibilidades... poderia ser desastrosa”.⁷⁷¹ O senso de descompasso entre os valores culturais da sociedade envolvente aos socialmente compartilhados na região fizeram parte das inquietações do então mestre: “Quem poderá, só com o estudo em livros obter a visão de conjunto da Prelazia como a tem o missionário que lá trabalha cinco, dez, vinte anos?”.⁷⁷²

No dia 03 de abril de 1966 respondeu ao Padre Aleixo.⁷⁷³ Ao agradecer as contribuições deste à construção do plano de trabalho, revelou ter recebido veementes críticas, como se pode verificar no seguinte fragmento: “Achei que esta realmente é a maneira de criticar e responder, mesmo que se trate de meninos inexperientes – como alguém nos qualificou”.⁷⁷⁴ Salientou também as significativas contribuições do Padre Aleixo por considerar trazerem avanços para a proposta. Ao longo do texto explicou e

⁷⁶⁹ Carta. 18 de março de 1966. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁷⁷⁰ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, 05 de dezembro de 2022.

⁷⁷¹ Carta. 18 de março de 1966. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁷⁷² *Idem.*

⁷⁷³ *Idem.*

⁷⁷⁴ *Ibidem.*

aprofundou pontos do plano debatidos. No que tange aos investimentos em edificações e bens: “Queremos acentuar que a pacificação não deve parar nem um só instante, por causa da falta de caminhões, por causa do seminário...”.⁷⁷⁵ Cumpre destacar tal perspectiva orientou Thomaz Aquino Lisboa no fechamento do educandário em Utariiti e a designação dos missionários para atividades junto às aldeias da região anos mais tarde. A carta seguinte ao superior teve um tom mais ameno, mas não menos tenso. Nela foram tratados assuntos atinentes ao trabalho na Missão e alguns pontos do plano de ação: “Quanto ao plano que apresentamos, estamos satisfeitos com as respostas que estão vindo. As opiniões como esperávamos são as mais diversas. Uns apontam vantagens, que não prevíamos, outros apontam coisas que não se afirmam no plano”,⁷⁷⁶ escreveu em 21 de abril.⁷⁷⁷ A mensagem sugere um amadurecimento das reflexões sobre a agenda da ação indigenista das missões católicas e, ao mesmo tempo, evidencia a dimensão coletiva da construção de uma alternativa à perspectiva catequética. Não seria apenas uma ideia ou boa intenção. As observações empíricas estavam se tornando um plano de ação; coletivo.

Neste mesmo contexto, uma das cartas em resposta às propostas, escrita pelo padre José, de 28 de abril de 1966 foi bastante enfática: “Como de fato vocês estão aprendendo, na teoria, precisam os planos para uma ação eficiente. Mas acontece que êstes planos deveriam ser feitos pelo ‘Estado Maior do Exército’”.⁷⁷⁸ Ao final, após estabelecer críticas às ambições dos missionários, arrematou com a advertência para lembrarem ter cada originário apenas uma alma: “E, PORTANTO, CADA ÍNDIO VALE QUANTO QUALQUER GARIMPEIRO OU QUALQUER SERINGUEIRO OU LAVRADOR QUE SEJA, apesar que seja muito mais ROMÂNTICO, ATRAENTE, EXTRAORDINÁRIO TRABALHAR COM OS ÍNDIOS”.⁷⁷⁹ O documento encontra-se sublinhado, porém é difícil precisar se são grifos originais ou secundários. Contudo, o uso de caixa alta na redação já é um indicativo da ênfase pretendida.

⁷⁷⁵ Carta. 18 de março de 1966. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁷⁷⁶ *Idem.*

⁷⁷⁷ Naquele momento ainda não havia completado um ano da Lei nº 4.897, a qual declarou Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, patrono da nação brasileira. BRASIL. Lei nº 4.897, de 09 de dezembro de 1965. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF.

⁷⁷⁸ Carta. 28 de abril de 1966. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁷⁷⁹ *Idem.*

Como mencionado anteriormente, na Semana Santa de 1967, Egydio Schwade e Thomaz Lisboa optaram ir ao encontro dos indígenas na região norte do Rio Grande do Sul, a fim de constatar suas condições de vida. A viagem rendeu a aproximação com os indígenas, uma série de artigos no jornal *Correio do Povo* de Porto Alegre e uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. No processo de construção das memórias o então mestre associou a esta visita um importante momento para a renovação do indigenismo. Em sua avaliação, a partir da viagem em tela, a política indigenista passou a ser tratada como uma questão nacional:⁷⁸⁰ “Em 67 a gente já entra com essa perspectiva, né? Tem que superar esse isolamento; e a questão indígena é uma questão nacional [ênfase] E isso começa em 67, com essa nossa ida aos toldos. Aí a gente começa a incomodar a política indigenista do governo”.⁷⁸¹ O plano de ação construído nos anos anteriores começou a tomar forma. As reflexões dos missionários sobre o papel das missões junto aos povos indígenas gradualmente se tornaram uma agenda pública, coletiva e propositiva.

Em abril de 1967, como desdobramento desta viagem aos Toldos da região norte do Rio Grande do Sul, em colaboração com o Pe. Thomaz Aquino de Lisboa, publicou uma série artigos no jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre/RS, intitulada *Drama de 1080 famílias indígenas rio-grandenses*. Egydio Schwade com frequência destaca a experiência da viagem à região norte do estado do Rio Grande do Sul, oportunidade na qual inventariaram os toldos daquela região. Toldos é a expressão utilizada à época no Rio Grande do Sul para caracterizar as, no tempo presente, chamadas Áreas Indígenas.

Em meados daquele ano de 1967, Egydio empreendeu uma espécie de avaliação referente ao trabalho das missões, principalmente as jesuítas, presentes em regiões onde havia povos indígenas. O texto intitulado *Problemas das missões dos índios* sistematizou informações do trabalho missionário e a necessidade da renovação de suas premissas, tomando por referência as diretrizes do Concílio do Vaticano II (1962-1965). O texto também pode ser considerado a base da carta enviada em 01 de setembro de 1967 endossada por Egydio Schwade, José Pedro Lisboa e Thomaz de Aquino Lisboa ao Padre Geral da Ordem dos Jesuítas. Dias mais tarde redigiram-na nas dependências

⁷⁸⁰ Para João Gabriel da Silva Ascenso a articulação das lideranças indígenas levou-os a considerar as questões em âmbito local, regional, nacional, continental e global. “*Como uma revoada de pássaros*”: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, 2021. p. 391. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 68 e ss.

⁷⁸¹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 02 de setembro de 2023.

do Colégio Cristo Rei em São Leopoldo/RS. A missiva remete às suas experiências em Diamantino e na viagem aos Toldos ao norte do Rio Grande do Sul, quando os missionários elaboraram um diagnóstico da complexa situação de diferentes povos indígenas, bem como da percepção desenvolvida sobre as dificuldades da Missão Anchieta no atendimento aos indígenas. Tal avaliação se deu pelo fato da Missão Anchieta não dispor de atividades específicas à assistência destes povos: “Parece-nos, P. Geral, que há um desajuste radical nos critérios segundo os quais se destinam os nossos aos trabalhos de evangelização em povos estranhos”.⁷⁸² Vale lembrar Egydio Schwade já havia registrado ponderações semelhantes à missão em seus diários, principalmente por se limitar às Desobrigas e por canalizar seus esforços para atender prioritariamente garimpeiros e seringueiros. Os jesuítas assentaram a análise em duas dimensões principais. A primeira se refere à indicação de missionários com posições conservadoras ou ortodoxas em relação à evangelização, os quais, para os jesuítas, não estariam preparados para trabalhar orientados pela lógica da diversidade cultural e o respeito às culturas nativas; e, a segunda, considerada pelo trio como um problema grave, dirigia-se às diferentes frentes de atuação, a dedicação aos garimpeiros e a decorrente atenção secundária aos povos indígenas.

Os missionários referenciaram a viagem realizada na Semana Santa ao norte do Rio Grande do Sul ter sido importante para aprofundarem a tese sobre a situação dos povos indígenas: constataram ser igualmente precária em diferentes partes do país. Conforme o manuscrito: “Agora, após o contato com outras tribos de índios em outros Estados do Brasil, mudamos de opinião. A situação dos índios no Brasil e talvez na América do Sul em geral é a mais deshumana que os seres humanos podem levar”.⁷⁸³ Os estudos sobre a questão indígena associados às experiências em campo engendraram uma visão apurada do processo de genocídio: “Diante desta situação que se estende a todos os 80.000 índios do Brasil, que ainda não foram destruídos pelo bárbaro processo de extermínio lento – mas sempre brutal – em marcha desde 1500, sempre com os mesmos processos”.⁷⁸⁴ Avaliaram mesmo com a boa vontade da maioria dos religiosos de diferentes graduações e de diferentes ordens, o trabalho das missões não seria eficiente diante da marcha da colonização das regiões interioranas do país ocupadas

⁷⁸² Carta. São Leopoldo, 01 de setembro de 1967. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁷⁸³ *Idem.*

⁷⁸⁴ *Ibidem.*

pelos indígenas: “[...] numa solução para atingir não apenas os índios da Missão Anchieta, mas também os índios sob a tutela do Serviço de Proteção ao Índio – órgão oficial do governo – e de outros ainda não pacificados, e hoje barbaramente trucidados”.⁷⁸⁵ O diagnóstico das limitações da missão diante de tão complexo problema inquietou os missionários. Em certa medida se aproximaram da análise dos antropólogos, cuja postura não era das mais otimistas em relação ao futuro dos povos indígenas: “Resumindo, pensamos que o trabalho de atendimento dos índios como está não pode continuar. Nesta “lenga-lenga”, daqui há poucos anos veremos os nossos índios destruídos a nossa vista”.⁷⁸⁶

Para modificar tal quadro, consideravam necessárias mudanças substanciais na concepção e nas atividades propostas pelas missões. Propunham uma nova perspectiva para a prática indigenista da Igreja Católica. No documento sugeriram criar uma prática missionária orientada por “[...] uma visão mais aberta para o problema indígena do Brasil, mais voltada para o índio, e que excluam oficialmente os outros setores, a fim de não cair na tentação de procurar o que rende mais, em detrimento do que mais necessita ou para o que Deus chama”.⁷⁸⁷ Os missionários confrontaram os posicionamentos ortodoxos de muitos religiosos. Ao propor a resistência à assimilação acrítica do *modus vivendi* ocidental debatiam também os projetos econômicos em franca expansão naquele momento. A expressão *procurar o que rende mais* remete à preocupação com os impactos das atividades desenvolvidas na região e o possível enfraquecimento dos laços comunitários. Criticavam, assim, a alienação decorrente das relações capitalistas. Para o trabalho indigenista propunham a composição de um trabalho multidisciplinar: “[...] uma equipe especializada de missionários para o setor indígena: Em Antropologia, Sociologia, Ciências Econômicas, Agronomia, na pacificação de índios ainda bravios, que então estaria engajada numa espécie de trabalho interprovincial”.⁷⁸⁸ Este grupo de trabalho também atenderia ao Serviço de Proteção aos Índios (SPI) nas questões de ordem religiosa: “mas tal Missão inter-provincial teria então seu superior próprio, independente do superior da Prelazia dos Garimpos de Diamantino”.⁷⁸⁹ A proposta de

⁷⁸⁵ Carta. São Leopoldo, 01 de setembro de 1967. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁷⁸⁶ *Idem.*

⁷⁸⁷ *Ibidem.*

⁷⁸⁸ *Ibidem.*

⁷⁸⁹ *Ibidem.*

missão interprovincial buscava superar o isolamento das propostas de trabalho das diferentes ordens religiosas atuantes em uma determinada região geográfica.

A documentação do ano de 1968 guarda um importante registro da renovação das missões e do indigenismo no interior da Igreja Católica. Entre os dias 18 a 22 de fevereiro daquele ano, foi realizado em São Paulo o *Encontro sobre a Presença da Igreja nas Populações Indígenas*, evento conhecido como *Encontro do Morumbi*. Segundo o relatório organizado pelo Secretariado Nacional de Atividade Missionária, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil deu o primeiro passo “[...] para soluções positivas, convocou um encontro de alguns missionários e estudiosos do problema indígena, para colocarem, em conjunto, as reflexões existentes e propor medida que pudessem ajudar o esforço de renovação nesta área missionária”.⁷⁹⁰ Em diferentes entrevistas Egydio Schwade mencionou a sua participação neste evento, ressaltando o início das articulações dos padres, bispos, freis e leigos progressistas na mobilização de esforços para a análise e renovação da atuação missionária no interior da Igreja Católica. Para o indigenista este evento foi um desdobramento de uma reunião da Pastoral de Desobriga no ano anterior: “[...] uma reunião com todas as Prelazias, sobre a questão das Pastorais de Desobriga. E aí que veio em cima disso, inclusive, a reclamação do pessoal que trabalhava com indígenas. Aí então eles convocaram o Morumbi”.⁷⁹¹ Apesar da emergente atmosfera revisionista, vale lembrar, com base em Clovis Brighenti a perspectiva de mudanças estava circunscrita a um setor da igreja, não sua totalidade, uma vez persistirem a lógica tutelar e catequética.⁷⁹²

Estiveram presentes no Instituto Social Justiça e Paz os padres Casimiro Beksta⁷⁹³, Antônio Iasi Júnior, Angelo Venturelli⁷⁹⁴, Adalberto Pereira, José de

⁷⁹⁰ Relatório. Encontro sobre a Presença da Igreja nas Populações Indígenas São Paulo. 18 a 22 de fevereiro de 1968. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁷⁹¹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 02 de setembro de 2023.

⁷⁹² “A busca do aperfeiçoamento no campo antropológico para trabalho missionário, aprofundando a ação para um comprometimento maior com o universo indígena, na perspectiva da integração, promoção humana e evangelização, estava mais presente do que a crítica à destruição das terras indígenas, ao arrendamento das terras, à prática repressiva nas aldeias”. Clovis Antonio Brighenti. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. 2012. 611 p. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012, p. 311.

⁷⁹³ Casimiro Beksta (1923-2015). De acordo com o Boletim Salesiano: “Conviveu com diversas tribos indígenas que habitavam aquela região, deu início a uma respeitada carreira de documentarista, escritor, linguístico, intelectual e militante dos movimentos indígenas. Sua militância o levou a coordenar a Pastoral Indigenista da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o transformou em uma das figuras principais na criação do Conselho Indigenista Missionária (Cimi), ocorrida na década de 70. Padre

Moura⁷⁹⁵, José Vicente César, Raimundo Caramurú de Barros⁷⁹⁶, Lourenço Sonsbeck e Albano Ternus; os pesquisadores Protásio Friel⁷⁹⁷ e Egon Schaden; os freis Gil Gomes Leitão e Aristides Molegnano⁷⁹⁸; o padre Bruno Mariano⁷⁹⁹; os bispos Afonso Maria Ungarelli⁸⁰⁰ e Gerardo Valencia Cano; e, o jesuíta Egydio Schwade⁸⁰¹.⁸⁰²

Casimiro Beksta lecionou no Centro de Estudos do Comportamento Humano (Cenesch) de Manaus, onde ministrou aulas no curso de Ciências Sociais. Cientista da antropologia cultural, padre Casimiro era referência da etnografia amazônica. Mitólogo, consultor, estudioso da cosmologia indígena e fluente em idiomas nativos. Com domínio do idioma tukano, padre Casimiro contava piada na língua do alto rio Negro. Órfão de pais e muito religioso, entrou para o seminário e ainda estudante queria ir para a Índia. Graças ao convite de um bispo chegou ao Brasil, pelo Rio de Janeiro, em 1950 e em dezembro de 1951 o salesiano chegou ao Amazonas. Estudou Teologia em São Paulo, no Instituto Pio XII, tornou-se padre e retornou para o alto rio Negro onde desbravou a floresta amazônica na descoberta e convívio de aldeias e comunidades pouco contatadas e passou a morar em praticamente toda a área do alto rio Negro e afluentes, como rios Yauaretê e Tiquié, além de São Gabriel da Cachoeira”. Disponível em: <https://boletimsalesiano.org.br/materias/acao-social/item/5011-nota-de-falecimento-padre-casimiro-beksta.html>

⁷⁹⁴ Segundo a Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras: “Padre Ângelo Jayme Venturelli nasceu em Sanremo (Itália) em 1916. Veio, jovem ainda, para as missões salesianas de Mato Grosso, tendo estudado em Cuiabá, aluno de D. Aquino Correia. Especializou-se em cultura bororo, sobre que proferiu conferências até na França e na Itália. Co-autor da ENCICLOPÉDIA BORORO (vol. I e II). Recebeu diversas homenagens, como a Cruz da Solidariedade Italiana, no grau de cavaleiro, outorgada pela República Italiana”. Disponível em: <https://acletasms.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Revista-3.pdf>

⁷⁹⁵ O padre José de Moura e Silva (1928): “É sacerdote jesuíta e chegou ao Estado de Mato Grosso na década de 1950. Trabalhou em diversas aldeias indígenas e dirigiu paróquias em várias cidades, a exemplo de Paranatinga, onde chegou tracionando um velho jeep. Desenvolveu grande trabalho no município de Diamantino, onde deixou além de amigos, pesquisa e texto sobre as origens históricas daquela importante cidade mato-grossense. A partir de 2002, passou a dirigir a Missão Jesuítica em Mato Grosso. Tem livros publicados e especialmente pesquisas e livros a serem publicados. É municipalista e escreveu sobre a história dos municípios de Mato Grosso. Em parceria com João Carlos Vicente Ferreira publicou o livro “Cidades de Mato Grosso – Origem e Significado de Seus Nomes”. É membro efetivo do IHGMT e desenvolve excelente trabalho à frente da Igreja do Rosário e São Benedito, especialmente no tocante à sua restauração, desde o começo de 2003”. Disponível em: <https://portalmatogrosso.com.br/moura-e-silva-jose-de-4/>

⁷⁹⁶ Raimundo Caramuru Barros (1959-2020). Em um texto publicado no Instituto Humanitas Unisinos, destacaram: “trabalhou nos quadros da Ação Católica Brasileira e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; atuou na coordenação do Movimento Internacional da Juventude Agrícola e Rural Católica, quando acompanhou as atividades deste Movimento na Europa, África, América Latina e Canadá; cursou pós-graduação em economia nos Estados Unidos; publicou livros e artigos em periódicos especializados sobre assuntos relativos à atuação da Igreja Católica. “[...] nascido em Dobrada (SP); ordenado presbítero aos 14 de dezembro de 1984; ordenado bispo aos 11 de agosto de 2001 para servir como bispo auxiliar de Fortaleza (CE); arcebispo coadjutor de Teresina em 31 de janeiro de 2007; 6º arcebispo de Teresina de pleno direito em setembro de 2008; designado arcebispo de Brasília em junho de 2011, tornou-se o 2º caso de um arcebispo de Teresina, transferido para o DF”. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/173-noticias-2011/44341-quatro-tracos-marcantes-do-novo-arcebispo-de-brasilia>

⁷⁹⁷ Hans Becher elaborou uma cronologia sobre o trabalho do antropólogo Protásio Friel (1912-1974) alemão radicado na Amazônia, mais precisamente no Pará, com atividades desenvolvidas sobre os povos do Baixo Amazonas e junto ao Museu Emílio Goeldi, sediado em Belém. Disponível em: <https://journals.iai.spk-berlin.de/index.php/indiana/issue/view/68>

⁷⁹⁸ Segundo o portal da Conferência dos Capuchinhos do Brasil: “Frei Aristides (Aristide Arioli) natural de Melegnano/Milão/Itália, chegou ao Brasil em 1951. Foi desobrigante em Barra do Corda e Abaetetuba (Pará). Em Juazeiro do Norte revelou seus dotes de missionário itinerante. Encarregado oficialmente da pastoral indígena isolou-se na Paróquia de Montes Altos onde permaneceu cerca de vinte anos. Foi

Na seção I, o documento destacou as linhas de ação: “[...] é necessário conhecer, respeitar e prestigiar a cultura de cada grupo indígena e procurar aculturar-se a êle, Esta exigência requer uma formação adequada dos futuros missionários e uma atualização

missionário sempre; em tempo de lazer, escritor; por paixão, construtor. Faleceu aos 73 anos de idade”. Disponível em: <https://www.capuchinhos.org.br/pessoas/frei-aristides-de-melegnano-ofmcap>

⁷⁹⁹ Com base no portal das missões salesianas em Mato Grosso se percebe que a trajetória do Padre Bruno Mariano se confunde com a Missão em Meruri, a partir da década de 1950: “Neste período os missionários itinerantes visitavam as corruptelas de garimpeiros, tais como, General Carneiro, Barigajao, Cachoeira Rica, Morro de Mesa, Batovi, Diamantino, Lajeado, pregando-lhes o Evangelho e administrando-lhes os sacramentos. De 1963 a 1964 foram construídas as casas de material para as famílias Bororos da aldeia de Meruri. Nesta época aparecem os primeiros veículos para transporte de mercadorias, adquiridas em Cuiabá ou Uberlândia: os caminhões e os cavaleiros. Os trilheiros de carros de bois se convertem nas primeiras estradas da região. Neles, algumas vezes por ano, transita o caminhão da missão ou de alguns comerciantes. Nesta época tem início os vôos periódicos dos aviões da FAB, vindos de Campo Grande rumo a Cuiabá. Neste período têm início os problemas de terra: começam a ser ocupadas por não índios as áreas vizinhas à Missão e tradicionalmente usadas pelos Bororos nas suas caçadas, pescarias, inclusive áreas oficialmente reservadas para atendimento deles. A população Bororo de Meruri aumenta com a chegada de um grupo de Bororos de Pobojarí (Reserva de Jarudorí), conservadores da língua e tradições Bororos. Com a fundação do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), em 1972, o compromisso missionário de evangelização passa a ser também de apoio aos índios na conservação da cultura, da língua e ao direito a um território onde possam continuar vivendo como povos diferenciados. É construído o hospital e aprimora-se o atendimento à saúde dos Bororos com a colaboração de especialistas de Minas Gerais e São Paulo. Em 1973 a escola é oficialmente reconhecida como Escola Indígena Estadual. Em 1974 acontece a primeira Assembléia do CIMI Regional de Mato Grosso em Meruri. A Missão, dentro das linhas de ação do CIMI, inicia o processo de formação de professores e enfermeiros indígenas. O atendimento religioso à população não índia continua nas áreas acima mencionadas, menos em Meruri, onde se começa a dar um atendimento diferenciado aos Bororos”. Disponível em: <https://www.missaosalesiana.org.br/missoes-indigenas/>

⁸⁰⁰ Dom Afonso Maria Ungarelli (1897-1988). Segundo Laersio da Silva Machado, pároco da Diocese de Imperatriz: “Estudou na Universidade de Bolonha, graduando-se e doutorando-se em Química e permanecendo por algum tempo como Assistente Professor do Professor Titular. Em 1924, Ungarelli entrou no noviciado dos Missionários do Sagrado Coração de Jesus em Marselha, França. Ele fez sua profissão religiosa em 1925 e, após concluir seus estudos filosófico-teológicos na Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma, foi ordenado sacerdote em 1928. No ano seguinte, obteve o grau de Doutor em Teologia na mesma universidade. Além disso, ele também era Bacharel em Direito Canônico pela mesma Pontifícia Universidade Gregoriana. Nos primeiros dez anos de seu ministério sacerdotal, foi diretor do Escolasticado de Filosofia e Teologia dos Missionários do Sagrado Coração em Florença, superior religioso na mesma cidade e diretor do Seminário Menor em Narni. A Segunda Guerra Mundial (1939-1945), no entanto, impediu que os missionários viessem a Pinheiro para assumir seu trabalho pastoral. Foi somente em 1946 que os primeiros padres vieram da Itália com o Pe. Ungarelli para iniciar a missão em terras maranhenses. Em 13 de novembro de 1948, finalmente, o prelado Mons. Ungarelli foi elevado à dignidade episcopal, como bispo titular de Azura, com a sagração episcopal em São Paulo, em 27 de março de 1949, sob a presidência do agora Cardeal D. Carlos Carmelo. Quando foi criada a Prelazia nullius de Cândido Mendes, em outubro de 1961, D. Ungarelli foi também nomeado Administrador Apostólico da mesma, até que seu primeiro prelado fosse escolhido. Ele animou todas as dimensões do trabalho pastoral na Prelazia de Pinheiro, permanecendo nesta função até 1º de março de 1975, quando sua renúncia por limite de idade foi aceita por Paulo VI”. Cf. Laersio da Silva Machado *Dom Afonso Maria Ungarelli: a Bishop of Maranhão in the Vatican Council II*. Current Scientific Journal – (October) v.2, n.3, 2022

⁸⁰¹ Vale lembrar, Egydio Schwade foi ordenado em 14 e 15 de dezembro de 1968.

⁸⁰² Relatório. Encontro sobre a Presença da Igreja nas Populações Indígenas São Paulo. 18 a 22 de fevereiro de 1968. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

eficaz de todos aqueles que trabalham nas Missões”.⁸⁰³ Na perspectiva dos missionários a formação deveria constar elementos da antropologia, linguística, medicina tropical, psicologia social, bem como de outras áreas do conhecimento. Em outra dimensão importante, a relação dos valores cristãos com as culturas indígenas, o documento destacou: “A atividade aculturadora deve dar atenção especial a cada grupo formando comunidades de bases que assumam e decidam sua própria evolução. A introdução de novos valores culturais só devem ser feitos quando a necessidade se impuser”.⁸⁰⁴

Na seção II, intitulado *Recomendações*, o documento cita alguns itens, a saber: relações com o governo; relações com Prelados Superiores; formação de futuros missionários; coordenação da pastoral indígena; e, encaminhamentos. O primeiro item tem grande relevância para a compreensão da concepção indigenista naquele contexto, bem como a articulação com a política indigenista oficial: “A extinção do SPI e a criação da FNI (Fundação Nacional do Índio) pode modificar as relações existentes entre Igreja e Governo, no tocante às populações indígenas. A lei que criou a FNI deverá ser em breve regulamentada”.⁸⁰⁵ O excerto deixa entrever a expectativa do missionário em relação à renovação institucional e do quadro funcional no âmbito da Fundação Nacional do Índio. Em sua avaliação, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil através do Secretariado Nacional de Atividade Missionária deveria trabalhar em conjunto com o governo a fim de tratar das questões ligadas aos povos indígenas. A mudança no órgão indigenista os levou a considerar expectativas de alterações significativas no horizonte da questão indígena; esta perspectiva também foi mencionada, vale lembrar em uma entrevista.⁸⁰⁶ Exemplo da tensão existente, segundo a narrativa do indigenista, o próprio representante da Funai no sul teria ficado incomodado “[...] porque pensava que era amigo da gente, porque a gente investiu muito no início, numa nova perspectiva da Funai, foi criada em dezembro de 1967, todo ano de 1968 a gente investiu, pensava que agora os índios teriam uma perspectiva melhor”.⁸⁰⁷ A menção à tentativa de colaboração com a Funai é bastante significativa; o diálogo interinstitucional e o desenvolvimento de projetos em conjunto seria

⁸⁰³ Relatório. Encontro sobre a Presença da Igreja nas Populações Indígenas São Paulo. 18 a 22 de fevereiro de 1968. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁸⁰⁴ *Idem.*

⁸⁰⁵ *Ibidem.*

⁸⁰⁶ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.

⁸⁰⁷ *Idem.*

fundamental para avançar na complexa questão indígena: “Acha-se de grande importância um diálogo e tentativa de colaboração com o Governo, na elaboração deste regulamento. Atualmente este diálogo dever ser mantido, não apenas por missionários isolados, mas de uma maneira global e organizada”.⁸⁰⁸ A compreensão da necessidade do trabalho conjunto demonstra a preocupação do missionário, bem como pode sugerir os primeiros indícios da percepção da questão indígena como um tema local e, ao mesmo tempo, nacional e internacional. Esta dimensão foi expressa por Egydio em sua narrativa sobre a Operação Anchieta, criada meses mais tarde: “Conhecendo os objetivos e opções da política indigenista do Governo, será mais fácil para a Igreja determinar a sua atitude e sua linha de ação. Em qualquer hipótese deve ser ressaltada a liberdade para ação missionária da Igreja”.⁸⁰⁹ A relação entre a Igreja e o Estado referente à temática indígena marcou a política nos anos seguintes, sendo inclusive tema de protesto por parte dos missionários devido aos vetos do presidente da República à livre atuação das missões religiosas por ocasião do Estatuto do Índio, em dezembro de 1973.

A previsão de realização de novos eventos e a articulação com o bispo Gerardo Valencia Cano⁸¹⁰, então Vigário Apostólico de Buenaventura (Colômbia) e presidente do departamento de missões religiosas do Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM), demonstrou as perspectivas sobre os povos indígenas no interior da Igreja Católica começava a tomar fôlego e tais questões seriam trabalhadas também em âmbito continental, a partir das experiências em cada um dos países.

Em abril de 1968, a seção do Rio de Janeiro do Secretariado Nacional de Atividade Missionária publicou um relatório do evento conhecido como *Encontro do*

⁸⁰⁸ Relatório. Encontro sobre a Presença da Igreja nas Populações Indígenas São Paulo. 18 a 22 de fevereiro de 1968. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁸⁰⁹ *Idem*.

⁸¹⁰ Gerardo Valencia Cano (1917-1972). Segundo Antonio José Echeverry- Pérez e David Mauricio Bernal-Argote: “[...] nasceu em Santo Domingo, Antioquia, que gradualmente se tornaria uma figura destacada na ainda incipiente “nova Igreja” latinoamericana; isto, enquanto serviu como missionário do Instituto de Missões Estrangeiras de Yarumal, prefeito apostólico de Vaupés (1949-1953), membro participante do Concílio Vaticano II (1962-1965), presidente do Departamento de Missões de Celam (1966), diretor do *Centro Colombiano Antropólogo de Misiones*, Etnia (1966) e Vigário Apostólico de Buenaventura (1953-1972). Valencia Cano é uma figura religiosa destacada entre 1950 e 1972, criando importantes projetos sociais e educacionais para os pobres e sendo um crítico significativo dos problemas que afligiam nosso país, o que é avidamente demonstrado pela participação na II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano realizada em Medellín, em 1968. Desta Conferência sai referindo-se a si mesmo como “bispo socialista e revolucionário”. [Tradução livre]. Cf. Antonio José Echeverry- Pérez; David Mauricio Bernal-Argote. *Gerardo Valencia Cano, obispo de los pobres*. Theologica Xaveriana 184 (2017): 361-385. Disponível em: <https://doi.org/10.11144/javeriana.tx67-184.gvcop>

Morumbi; em anexo foram relacionados importantes textos indigenistas de então. Em *Prolegômenos de uma Política Missionária*, o Frei Gil Gomes Leitão elaborou um balanço da atividade missionária das últimas décadas e salientou ser importante o trabalho missionário da Igreja Católica se aproximar das discussões da Antropologia, de missionários e etnólogos, com vistas a readequar o trabalho das missões. No segundo, *As Irmãzinhas de Foucauld*, da Fraternidade Regional das Irmãzinhas de Jesus, discutiu a experiência junto aos Tapirapé e a defesa do princípio onde as missões deveriam procurar os povos mais necessitados, os mais distantes, os mais pobres, ou ainda, textualmente, aqueles povos que não seriam contatados e assistidos por nenhuma outra instituição. Também o texto *Situação Atual dos Índios da Missão de Conceição do Araguaia*, no qual Frei Gil Vilanova refletiu o trabalho da missão dominicana junto aos Kaiapó do rio Arraia Pau d'Arco, próximo a Conceição do Araguaia, no Pará; por muitos anos a missão esteve majoritariamente caracterizada pelas desobrigas e a chegada do então mestre Tomaz Balduino permitiu um salto qualitativo na assistência aos indígenas. Outro texto foi o *Por que o índio tem de morrer*, publicado na *Revista Visão*, de 12 de abril de 1968; o autor discute a transição do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a recém criada Fundação Nacional do Índio, em meio a denúncias de corrupção e do genocídio decorrentes do avanço da sociedade envolvente aos territórios indígenas.

Em meados de 1968, à medida da aproximação da ordenação como padre, Egydio passou a pensar sistematicamente a sua vocação; nos diários começaram a aparecer com frequências reflexões, orações e escritos do papel missionário jesuíta, do padre e do diácono. Os escritos giram no entorno do debate sobre a preparação e o comprometimento na dedicação ao trabalho sacerdotal. Dúvidas pairavam meditações e o exercício da escrita pareceu desafogar, ao menos em parte, as angústias. Em um texto intimista, pensou a agência e as escolhas, bem como as expectativas, pelo fato de perceber os compromissos firmados no âmbito do sistema de crenças e, também, no institucional. Em relação ao papel do jesuíta e sua atuação avaliou: “[...] depois q/ saboriei um pouco do q/ é viver pobre entre os pobres, p/ vosso amor, pobre ã apenas de espírito, mas também em realidd, um pouco ao menos, eu não gostaria mais de cair num pomposo colégio cm. professor, etc.”.⁸¹¹ Naquele momento pensou em não levar uma vida confortável em uma escola ou universidade de alto padrão, adequado à estrutura da

⁸¹¹ Relatório. Encontro sobre a Presença da Igreja nas Populações Indígenas São Paulo. 18 a 22 de fevereiro de 1968. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

Igreja: “[...] tenho horror de pensar q/ um dia eu possa ser instalado tb. assim perder toda aquela maleabilidd q/ uma vida pobre entre os vossos pobres dá e tb. a satisfação que dá”.⁸¹²

Nesta conexão com o plano sagrado, pairavam dúvidas se deveria formar-se padre ou diácono. Além da questão das atribuições, pensou também se deveria atuar no meio urbano ou rural; além disto, com as experiências junto aos povos indígenas, cada vez mais se fortalecia a perspectiva de trabalho junto a estes povos. Isto, naquele tempo, se afastava bastante da cultura institucional da Igreja Católica. E ainda, se deveria assumir um cargo pastoral, em função da doutrinação inerente à evangelização: “Uma outra razão q/ tb. pesa pouco, é que pretendo trabalhar no meio dos índios. E parece-me q/ a figura do padre é um pouco distante p/ o índio. Por outra, parece-me haver uma certa mentalidd de padre q/ logo se distancia demais um do outro”.⁸¹³ A partir das experiências avaliou terem os padres certo papel evangelizador, em detrimento dos valores culturais dos povos: “[...] o padre pode ser visto um pouco cm. um destruidor dos seus costumes, cm. o tem sido, mtas vêzes, no passado. Isto tb. c/ referência aos dirigentes e agentes do SPI. Um diácono tb. ã teria imediatat tal rótulo”.⁸¹⁴ As palavras remetem à profunda reflexão. Em xeque o papel dos diferentes representantes da cultura ocidental de encontro às culturas indígenas. A racionalidade ocidental, tanto na religião como em termos econômicos, fez parte de suas ponderações, tendo em vistas as verticais transformações das relações sociais e do meio natural.

A análise da atuação das missões religiosas e o comportamento de muitos missionários o fazia refletir as premissas do cristianismo e a como muitos religiosos estavam praticando estes valores no dia a dia no interior da Igreja e das comunidades, principalmente as mais afastadas e em piores condições socioeconômicas. Para ele, a Igreja Católica no Brasil precisava praticar os princípios do Concílio do Vaticano II, naquele movimento de renovação da igreja conhecido como a construção de uma igreja dos pobres; no que diz respeito aos novos tempos e os ares de renovação na instituição: “[...] se tenho as dificuldades e falhas acima descritas e outras mtas, ã será c/ + intensidd q/ poderei tomar a cruz de Xto e carregá-la vivamentt cm. êle o fêz? A própria

⁸¹² Diário de Egydio Schwade. 1968. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁸¹³ *Idem.*

⁸¹⁴ *Ibidem.*

figura incolor de mtos padres ã pede p/ ser reerguida sg. o Concílio do Vat. II?”.⁸¹⁵ Buscou avaliar em profundidade a atuação do padre e o compromisso com a dedicação aos populares. Ao questionar a si mesmo, problematizava também a instituição. Parte da atividade missionária, pensava as responsabilidades da missão enquanto instituição. Enquanto sujeito, deveria expressar os valores humanitários: “[...] se possuo uma compreensão do q/ o Espírito Sto aí quis ou [xxxxx]* pede do padre, ã deverei ser o primeiro a encarná-lo?”.^{816 817}

Na pasta referente ao ano de 1969 encontram-se reportagens de jornais, cartas, trabalhos de graduação, relatórios e as cadernetas do missionário. Em uma ficha datilografada, o missionário problematizou a vocação e a atuação dos missionários jesuítas. Redigida no dia 24 de setembro de 1969 e intitulada *Problema Vocacional* deixa entrever um importante elemento para a percepção de suas inquietações naquele momento: “Estamos todos realizando ou com perspectivas de realização de nossas aspirações generosas que nos trouxeram à Companhia? E se tal não sucede cabe-nos buscar estes monstros criminosos que nos impede a realização de nossa vocação de generosidade”.⁸¹⁸ A indagação sobre o compromisso com a caridade e o cuidado com os outros o fez refletir sobre o papel do missionário no contexto social; possivelmente tal ponderação expressa a preocupação do recém consagrado padre em relação à ação social de seus colegas, muitos dos quais dedicados às questões paroquiais e postura bastante aquém das demandas do povo marginalizado. Diante de tal dilema, pensou no enfrentamento do conformismo, dos medos e das convenções sociais: “Cabe-nos destruí-los. O jeito não é fugir como alguns estão fazendo. O fracasso vocacional nos acompanhará onde quer que fuçamos”.^{819 820}

Dias depois, em uma ficha manuscrita, o padre problematizou a sua própria escolha, os valores de alguns religiosos e da estrutura da Igreja Católica, a percepção dos valores da sociedade de consumo, o comportamento de alguns cristãos consumidores de bens materiais de luxo. Na segunda metade da década de 1950 e ao

⁸¹⁵ Diário de Egydio Schwade. 1968. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁸¹⁶ *Idem*.

⁸¹⁷ A palavra exige está rasurada e foi substituída pelo verbo pedir.

⁸¹⁸ Diário de Egydio Schwade. 1968. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁸¹⁹ Ficha datilografada. Problema Vocacional. 24 de setembro de 1969. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁸²⁰ Preservada a redação original.

longo dos anos 1960 os testes com bombas de cobalto se tornaram comuns naquele contexto de Guerra Fria. Além disso, os imponentes automóveis *Galaxie* conferiam *status* aos seus proprietários. Foram apontados pelo padre como símbolos da desigualdade na sociedade industrializada e urbana. Para Egydio, tal desigualdade seria a centralidade dos problemas sociais e um impedimento para a realização dos direitos humanos e a criação de um ambiente de paz.

Da década seguinte, os seus escritos permitem identificar importantes aspectos sobre o movimento de renovação do indigenismo no seio da Igreja Católica. Egydio passou a participar dos eventos sobre a temática indígena, inclusive a reorganização da proposta de trabalho da Pastoral Indigenista, tendo como desdobramento direto a criação do Conselho Indigenista Missionário, em abril de 1972. Em meados do ano seguinte, foi criado o Secretariado Executivo do CIMI, onde, de fato, começaram a ocorrer as profundas transformações neste conselho, consubstanciadas no *Encontro sobre o problema da terra na Amazônia Legal*, ou a I Assembleia do CIMI, em junho 1975. Os diversos documentos ajudam a compreender este complexo processo de mudanças no interior da conservadora Igreja Católica, como veremos a seguir.

3.2 – NAS PEGADAS DO INDIGENISTA: OS REGISTROS DAS ANDANÇAS

Esta unidade tem por objetivo analisar a documentação arquivada por Egydio Schwade sobre a sua agência enquanto indigenista. Em certa medida se pode considerar uma mudança significativa na sua prática. Ao longo da década de 1960 estava orientado majoritariamente pelos princípios da Igreja Católica; passou a se aproximar do grupo de missionários renovadores da política indigenista desta instituição e à causa indígena. Ao longo da década de 1970 mergulhou no indigenismo e nas ideias de enculturação, de valorização cultural e protagonismo indígena, enfrentando valores cristalizados na instituição religiosa da qual fazia parte. Nesta dinâmica passou a contribuir para a ressignificação da noção de indigenismo na igreja romana.

No arquivamento de si e consequentemente no arquivamento do indigenismo, na seleção do que legar para posteridade, Egydio organizou uma pasta com documentos produzidos na década de 1970. Nela há um importante registro da organização da política indigenista da Igreja Católica. Trata-se do estudo elaborado por Antônio Iasi Júnior e consolidado no *Relatório da Visita às Prelazias da Amazônia (01/10/1970 a*

01/02/1971). Egydio Schwade sustentou ter recebido o relatório em uma situação inusitada. Em um encontro com Iasi em São Paulo, Iasi pediu para Egydio guardá-lo por alguns dias, pois estava com a maleta lotada. Contudo, não mais solicitou a devolução do documento;⁸²¹ desta maneira está custodiado em Presidente Figueiredo: “[...] nunca mais me reclamou por esse relatório e eu fiquei assim com ele, esse relatório que é uma preciosidade e assim um retrato como eram na época as missões”.⁸²² Além deste importante retrato das prelazias na região norte, a pasta conta com cartas, postais, outros relatórios e anotações diversas.⁸²³ Ao que tudo indica, em um franco exercício de seleção, não reservou nenhum documento da viagem à Europa, onde participou de um curso sobre desenvolvimento humano e estabeleceu importantes articulações com grupos católicos de diferentes congregações. Na ocasião estabeleceu contato com a austríaca Österreichischen Entwicklungshelferdienst (ÖED), e a italiana Tecnici Volontari Cristiani (TVC).⁸²⁴

Referente ao ano de 1971 o volume de documentos é bastante significativo. Além disto, a maioria dos temas abordados é o indigenismo. Tal fato pode ser considerado como uma clara mudança em relação à década anterior. Os textos de orientação religiosa praticamente desapareceram, dando lugar a reflexões e documentos sobre a questão indígena. Na ficha *Estudo e Paciência em meio ao fervilhar da ocupação amazonense*, o Egydio apontou uma série de aspectos relevantes do indigenismo; apesar de um pouco extenso, merece a íntegra:

Sempre há à frente do Secretariado Nacional de Atividade Missionária um Prelado mais preocupado com a Prelazia; cada Prelazia se parece a uma “ilha”; atende o índio demasiadamente por pessoas estrangeiras; há ainda pouco interesse por parte da Igreja no país pela formação de leigos para tomarem a direção dos postos indígenas; aguarda-se sempre acontecer a invasão de terras (e outros problemas) dos índios para a tomada de posições; delimitação rígida dos limites e das Prelazias utilizando-se de acidentes geográficos; em algumas Prelazias ainda não foram decretadas reservas para os índios e não há que, se interesse por isso (Transamazônica); negligência pela pesquisa e estudos de antropologia – consequente despreparo para o trabalho; falta de interesse pelas experiências positivas (Irmãs de Foucauld); na hora de críticas – seja ao governo, seja a Igreja – ao invés de reconhecer os erros e omissões, mentem-se oficialmente, comprometendo ainda aqueles que querem superar as falhas através de um trabalho sincero; desmentido de “genocídio” etc. sem conhecimento de causa. (foi o governo da revolução

⁸²¹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUI), em Presidente Figueiredo, em 14 de janeiro de 2023.

⁸²² *Idem*.

⁸²³ CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Pasta – Ano: 1975.

⁸²⁴ FANZERES, Andreia; BUSATTO, Ivar; DAL POZ, João (org.). *Novas reflexões indigenistas*. Cuiabá/MT: Operação Amazônia Nativa, 2021.

que inventou este nome para qualificar a situação do extermínio do índio com este nome); onde a Igreja: Diocese ou Prelazia com índios – não atua a favor do índio está positivamente atuando para a sua destruição⁸²⁵

Nesta reflexão o padre Egydio sintetizou inúmeras questões importantes para o indigenismo católico missionário; pelo fato de tratar da rodovia Transamazônica possivelmente o documento seja realmente do ano de 1971, uma vez ter sido inaugurada no ano seguinte. Caso seja possível confirmar esta informação a relevância história das ponderações indigenistas do missionário tem ainda maior significado. Ao problematizar a postura paroquial dos prelados, mesmo aqueles ligados ao Secretariado Nacional de Atividade Missionária, coloca no centro dos questionamentos o papel dos missionários na linha de frente naquele cenário de transformações políticas, econômicas, culturais e sociais decorrentes da nova colonização da Amazônia. Ao reafirmar a crítica do padre Antônio Iasi Júnior sobre o isolamento das prelazias (“cada prelazia é uma ilha”) foi de encontro à organização da ação missionária da igreja romana; nas prelazias onde havia registro de povos indígenas no seu entorno, muitas missões se restringiam ao trabalho na sede das vilas ou cidades ou persistiam na prática catequética para os povos indígenas. Ao mencionar a participação dos leigos nas atividades missionárias confrontou o conservadorismo eclesial, ao dar maior conotação política para a inserção das missões naquelas regiões com a presença de povos indígenas; ademais, ao citar o trabalho das Irmãs de Jesus junto aos Tapirapé como “experiências positivas” sugere a defesa da ideia de encarnação e valorização das culturas indígenas, para além dos dogmas da igreja. A assertiva “onde a Igreja: Diocese ou Prelazia com índios – não atua a favor do índio está positivamente atuando para a sua destruição” muito provavelmente transparece o amadurecimento da sua compreensão em relação à necessidade de renovação da política indigenista da Igreja Católica, no sentido defendido por ele e por Thomaz Lisboa e outros colegas a partir de 1967 no Colégio Cristo Rei em São Leopoldo/RS. A profundidade das reflexões do missionário permite uma aproximação aos debates sobre a política indigenista na década de 1970, naqueles anos de consulta pública sobre o texto do Estatuto do Índio e das discussões na igreja católica no âmbito da Pastoral Indigenista e que implicariam em significativas transformações nos anos seguintes.

⁸²⁵ Estudo e Paciência em meio ao fervilhar da ocupação amazonense. Data não identificada. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

Tudo leva a crer já haver um certo desgaste dos missionários em relação às expectativas da ação indigenista em relação ao órgão oficial; estas, por sua vez, possivelmente tenham sido frustradas pelo fato da Fundação Nacional do Índio não cumprir o acordado no Simpósio em 1969, ocasião na qual Egydio Schwade e Thomaz Lisboa compareceram à área indígena e os representantes da Fundação não. Ou poderiam ainda ser heranças das ações do extinto Serviço de Proteção aos Índios, alvo de denúncias no Relatório Figueiredo, a causar suspeitas à credibilidade do órgão indigenista governamental. Na sequência do documento o missionário é taxativo: “Se é contra ação da DR, retire o seu chefe do posto dos irantxes; dê docut p/ escrito. Se é a favor, dê docut tb.”.⁸²⁶ A exigência de documentos por escrito ajuda a refletir no sentido de um possível afastamento entre os representantes. As responsabilidades e ações indigenistas do governo estavam – já naquele momento – sob suspeição por parte dos missionários progressistas.

Entre os diversos documentos, mais um de grande relevância. Trata-se de um projeto para a possível criação de uma Confederação Nacional dos Índios do Brasil e uma proposta de trabalho conjunto entre esta e a Fundação Nacional do Índio. A iniciativa é uma peça chave no rol de atividades como o Simpósio Funai-Missões (1969), do I Seminário FUNAI-Missões (1973) e do II Seminário FUNAI-Missões (1975). Estes eventos foram fundamentais para a compreensão da relação da CNBB e a Funai, bem como, especificamente, do Conselho Indigenista Missionário e a Funai. Datado de 05 de outubro de 1971 o Plano de Trabalho intitulado *Aculturação indígena – Congregação de Forças: CNBB e Funai* o documento permite visualizar o esforço de aproximação entre as duas instituições. No item I, vê-se o direcionamento:

I. CNBB Nac. – FUNAI

1. É necessário para um trabalho eficiente, organizado e proveitoso ao índio, a UNIÃO DE FÔRÇAS. Para tanto é necessário:
Convênio claro: CNBB- FUNAI (Ou FUNAI-Missões religiosas)
2. A CNBB deve ter voz ativa (um delegado?...) na FUNAI, que seja competente
3. A CNBB precisa ser assessorada por pessoa(as) competente(s)
4. Possíveis reuniões nacionais ou pelo menos regionais⁸²⁷

Em uma nota, o documento denota a proximidade com membro do governo e isto poderia ajudar a estabelecer contatos: “Um recurso que a CNBB tem para chegar ao

⁸²⁶ Estudo e Paciência em meio ao fervilhar da ocupação amazonense. Data não identificada. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁸²⁷ *Idem*.

Ministro do Interior (último responsável pela FUNAI) é o secretário particular do mesmo Ministro, ex-aluno dos Jesuítas do Rio (Ele mesmo deu a ideia)".⁸²⁸ O documento demonstra ainda uma articulação regional: "Para a eficiência do trabalho haja: 1. Uma coordenação regional; 2. Entendimento na distribuição indígena regional (ex. índios Xavantes, índios Nambikuáras...). 3. Possíveis encontros dos missionários, para enriquecimento científico e prático".⁸²⁹ Também se preocupou em apontar caminhos para a coordenação ou a equipe de trabalho, por Prelazia: "Cada Prelazia que trabalha com índios tenha seu coordenador ou equipe coordenadora. A equipe pode ter as seguintes atribuições: Responsável: a) pela orientação aculturativa; b) perante a FUNAI; c) pela educação; d) pela saúde; e) pela economia; f) pela pastoral; etc.". ⁸³⁰ As fontes deixam entrever a evolução da organização do trabalho indigenista tocada pelo grupo de indigenistas progressistas. Apesar de não haver ainda, efetivamente, uma instituição para tratar da questão indígena na Igreja Católica, a Pastoral Indigenista, o Secretariado Nacional de Atividade Missionária e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil estavam tratando institucionalmente de ações ligadas à questão indígena. A organização técnica do trabalho missionário e a previsão da relação inter-institucional com órgãos governamentais pode indicar certo aperfeiçoamento da proposta de renovação do indigenismo católico. Já em outro documento, encontra-se o rascunho da elaboração de um texto das diretrizes da ação pastoral propostas por Egydio Schwade para atividades junto aos povos indígenas na Amazônia: "[...] q. se assuma na AM. O sentido da pobreza evangélica cm/ expressão de solidariedd e de desafio dum grupo q mancha o nome cristão ao acobertar c/ êle uma situação cristã alienante".⁸³¹ Sua proposta de trabalho considerava ainda medidas efetivas para atividades dos grupos atenderem às necessidades imediatas dos indígenas: "[...] q. se busquem formas concretas de pôr em comum nossos bens cm/ um modo concreto de socializar nossos recursos materiais, energias, e capacitts, individual e comunitariatt pa/ construir uma socieadd mais justa".⁸³²

No dia 01 de janeiro de 1972 Egydio Schwade partiu de Tangará da Serra (MT) em direção ao Paraná. Entre os dias 04 e 21 de janeiro de 1972, ocorreu o III

⁸²⁸ Estudo e Paciência em meio ao fervilhar da ocupação amazonense. Data não identificada. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM. [Grifos originais].

⁸²⁹ *Idem.*

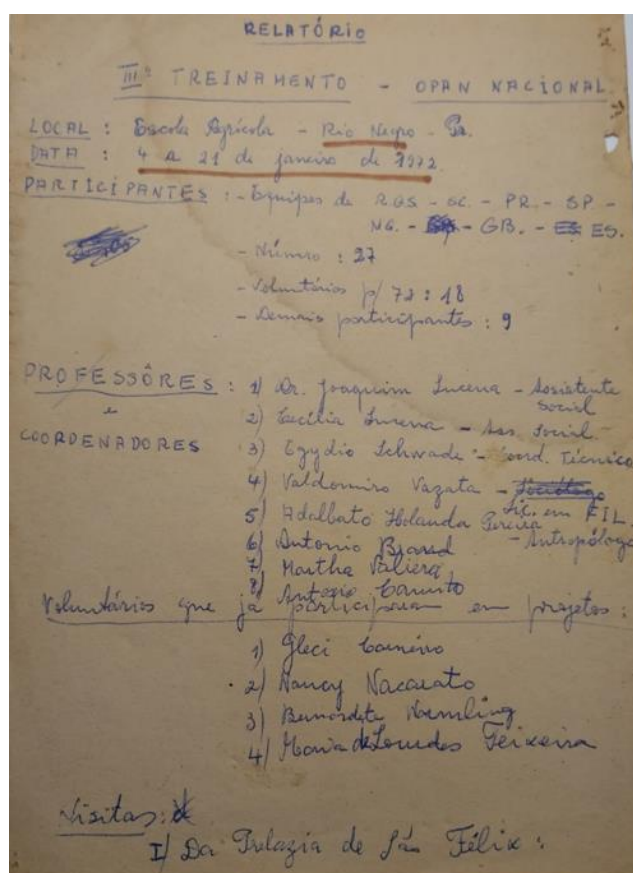
⁸³⁰ *Ibidem.*

⁸³¹ *Ibidem.*

⁸³² *Ibidem.*

Treinamento e a Assembleia da Operação Anchieta na Escola Agrícola em Rio Negro, no Paraná.⁸³³ Dentre os 27 participantes, alguns nomes de referência no indigenismo nas décadas posteriores, como Egidio Schwade, Adalberto Pereira, Antônio Brand, Antônio Canuto, entre outros. Com base neste rascunho, o objetivo do curso foi: “Levar os cursistas a uma maior consciência da realidade brasileira para se engajarem melhor em seus trabalhos, tanto em campos (Mato Grosso e Rondônia) como também nas equipes locais e regionais”.⁸³⁴ Egidio, na entrevista, enfatizou a necessidade de descartar o relatório elaborado ao final do evento em função da presença de policiais na Escola Agrícola, tal como indicado na página 113.⁸³⁵

IMAGEM 1: Anotações do III Treinamento e a Assembleia da OPAN



FONTE: Casa da Cultura do Urubuí (CACUI)

⁸³³ Bloco de anotações. Janeiro de 1972. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUI), Presidente Figueiredo/AM.

⁸³⁴ *Idem.*

⁸³⁵ *Ibidem.*

Como estratégia para não entregar informações aos agentes, descartaram o relatório e alguns textos compartilhados pelos participantes: “[...] a gente foi cercado pela Polícia Federal e tal, tentaram fechar, né? Mas a gente já... tínhamos acabado de realizar, a gente foi obrigado a destruir, para não cair na mão deles, radicalmente, todo o nosso relatório, e assim foi muitos encontros na época”.⁸³⁶

No dia 21 de fevereiro Egydio Schwade retratou ter viajado sozinho em um avião da Fundação Nacional do Índio de Cuiabá para Batovi, no Posto Indígena Marechal Rondon.⁸³⁷ Calculou o custo da viagem (número de horas de voo) e ponderou a lotação deveria ser melhor aproveitada; e esse valor poderia ter sido aplicado em benefício dos povos indígenas. Durante o voo relembrou de uma conversa mantida poucos dias antes com Thomaz Lisboa sobre a política indigenista. Desta conversa descreveu uma importante notícia passada por Thomaz: “O Gal. Bandeira de Mello dep/ dos seus entusiasmos pelos trabalhos da Missão Anchieta (MIA), propõe a transferência de todos os índios sob a responsabilidade da MIA pa/ o Parque Aripuanã”.⁸³⁸

Nos dias seguintes esteve em Diamantino/MT. No dia 25 registrou uma conversa com o Antônio Carlos Moura sobre a questão indígena. Nos parágrafos seguintes, sistematizou as reflexões sobre o desinteresse de boa parte dos missionários pelos trabalhadores pobres, os posseiros, os peões e os indígenas. Anotou a necessidade da operacionalização das diretrizes dos documentos renovadores da Igreja Católica, como o relatório do Encontro de Medellín, da Seção Justiça e Paz da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entre outros. Nas palavras do missionário: “O Espto. Sto. foi preso pelos religiosos ao concreto armado”.⁸³⁹ Mais uma vez criticou a omissão de alguns religiosos frente às demandas de assistência da população e o apego à suntuosidade da igreja.

Dias mais tarde, partiu de Porto Velho/RO para Rio Verde/MT. Nas anotações de 01 de abril descreveu ter passado várias horas na beira da estrada pois o ônibus onde viajava teve uma pane. Mesmo com a troca de veículo, novos contratemplos; por este motivo a viagem se alongou. Aos problemas com os ônibus, ironizou: “Dizem q/ é azar

⁸³⁶ Bloco de anotações. Janeiro de 1972. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁸³⁷ Estudo e Paciência em meio ao fervilhar da ocupação amazonense. Data não identificada. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁸³⁸ Diário. 21 de fevereiro de 1972. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁸³⁹ *Idem*.

de padre”.⁸⁴⁰ Aproveitou a parada para sistematizar informações: “[...] soube q/ há luta em Sta Terezinha c/ a CODEARA (MT)” e ter apreciado as castanheiras da região.⁸⁴¹ Mesmo com as dificuldades de comunicação nas regiões interioranas as informações circulavam com certa rapidez. Em relação aos conflitos com a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Araguaia (CODEARA), trata-se da disputa com posseiros, pequenos produtores rurais, populares, em função da disputa pelo território, onde a Prelazia de São Félix do Araguaia, sob a coordenação de Dom Pedro Casaldáliga, desenvolvia atividades junto à comunidade, como educação, atendimento médico e a uma rede de abastecimento de gêneros alimentícios, em uma cooperativa. Ao defender os posseiros, os agentes pastorais passaram a figurar na lista de pessoas investigadas pela comunidade de informações. Os conflitos se intensificaram e desdobraram-se na *Operação Luciara*, montada para pressionar os integrantes da prelazia e expulsar os pequenos produtores rurais.

Nos dias seguintes Egydio sistematizou tensões entre membros da equipe; outro assunto recorrente foi a participação de leigos nas atividades das missões. A abertura da Operação Anchieta (OPAN) em relação ao trabalho de leigos parece não ter recebido a mesma simpatia no interior da missão. Tal perspectiva seria também debatida na reunião de constituição do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Nos dias seguintes passou por Diamantino, Cuiabá e Campo Grande. Em Campo Grande, nos dias 12 e 13 de abril de 1972, encontrou-se com Jaime Venturelli, Thomaz Lisboa, Mário Gosso, Francisco Jentel para discutir uma proposta de temas para a reunião da pastoral indigenista em Brasília. No dia seguinte escreveu: “A situação do episcopado matogrossense acho lacônica dentro da dinâmica da Igreja hoje. Manifestou-se na desleal atitude do mesmo frente a situação da Igr. em S. Félix”.⁸⁴² No dia seguinte, em São Paulo, problematizou a política de colonização da Amazônia. Os colonos migrantes não deveriam partir sem orientação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Igreja deveria encaminhar padres, freiras e voluntários leigos para trabalhos nas áreas ocupadas nas estradas recém abertas na Amazônia: “O INCRA colabora desde o transporte e propaganda desonesta de colonos despreparados

⁸⁴⁰ Diário, 21 de fevereiro de 1972. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁸⁴¹ *Idem*.

⁸⁴² *Ibidem*.

do Sul pa/ o Norte. Convidá-lo a ser o agente do controle destas migrações e desestímulo é chamar o algoz a orientar e salvar o réu”.⁸⁴³

Chegou a Brasília em 20 de abril para a participação do *III Encontro de Pastoral Indigenista*, evento no qual foi criado o Conselho Indigenista Missionário. No dia 21 a programação foi conduzida pelo Padre João Mometti⁸⁴⁴; para o missionário as discussões não foram aprofundadas e possivelmente seriam tratadas na maneira superficial, sem chegar a resultados expressivos. No dia 22 discutiram aspectos formais do chamado Diretório do Índios e em termos genéricos algumas resoluções e as diretrizes estatutárias e regimentais. Já no dia 23 o próprio Egydio Schwade conduziu as atividades: “Dirigi os trabalhos hoje. Foi formado o Conselho Indigenista Missionário”.⁸⁴⁵ O cenário de articulação política e tensão com os conservadores faz parte também do processo de construção da memória pelo indigenista: “[...] o pessoal me escolheu para coordenar o resto da reunião; e eu logo entrei nessa discussão. No mesmo dia saiu já a escolha do primeiro conselho. Esse primeiro conselho colocou nove pessoas* [...] Então ficaram esses aí; eram sete”.^{846 847} Como mencionado, ponderou o primeiro conselho ter perfil conservador, pelo fato de o primeiro presidente e o vice terem posições políticas à direita. Nas páginas seguintes constam uma relação de contos, uma de jogos e outra de dinâmicas de grupo. Estas atividades lúdicas faziam parte do conjunto de atividades propostas pelos missionários.

Em um bloco de anotações estão informações das atividades neste evento. Naquele momento Egydio Schwade já contava com quase 10 anos atuando no indigenismo, era padre há quatro anos e há 3 anos havia fundado e coordenava a Operação Anchieta; disto, pode-se deduzir já contava com larga experiência na questão indígena e já tinha criado espaço junto aos demais religiosos católicos daquela área. Egydio Schwade pesou em suas anotações algumas mudanças estarem em curso no

⁸⁴³ Diário. 25 de fevereiro de 1972. Acervo da família Schwade na Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), Presidente Figueiredo/AM.

⁸⁴⁴ Segundo a nota elaborada pela Arquidiocese de Belém, o “Pe. João Mometti é natural de Brescia-Itália e nasceu em 29/07/1936, chegou ao Brasil como religioso salesiano em 1956, foi ordenado sacerdote em São Paulo, em 31/07/1966, mas lecionou no Colégio do Carmo em Belém no princípio da década de 60, foi quando teve seu primeiro contato com nossa Arquidiocese”. Disponível em: <https://arquidiocesedebelem.com.br/nota-de-falecimento-padre-joao-mometti/>

⁸⁴⁵ CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Bloco de anotações. 1973.

⁸⁴⁶ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.

⁸⁴⁷ *O colaborador empreendeu nova contagem e chegou ao número de sete pessoas. O Boletim do CIMI elencou sete membros: Pe. Adalberto Pereira; Pe. Ângelo Venturelli; Pe. Casimiro Beksta; Pe. José Vicente César; Ir. Silvia Wewering; Pe. Thomaz de Aquino Lisboa; e, Dom Tomás Balduino. Cf. Boletim do Conselho Indigenista Missionário, nº 01, 01 de setembro de 1972.

interior da Igreja Católica: “O fato é q/ a problemática indígena flui numa Igreja nova deseuropeizada. Encarnada na realidade do povo indígena e brasileiro”.⁸⁴⁸ Da dinâmica do evento, anotou: “Criação de um ~~departamento~~ conselho indigenista da CNBB e as seguintes atribuições para a: a. Coordenação das atividades missionários junto aos índios de todo o Brasil” e “~~x) Formação de um departat jurídico~~; b) Concretização das atribuições dêste Conselho indigenista: atribuições; Nome; Criação”.⁸⁴⁹ Os grifos são originais. O sobretaxado permite visualizar o missionário ter modificado a redação daquela diretriz. A mudança da proposta inicial da criação de um diretório ou mesmo um departamento junto à ou subordinado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pode ser considerada como um aspecto das mudanças em curso, tendo em vista o caráter mais dinâmico e democrático. Ao estabelecer a nova instituição como um conselho, os indigenistas permitiram maior espaço de participação, discussão e na tomada de decisões. Em certa medida, tal perspectiva ficou registrada no seu estatuto, documento no qual prevê a deliberação das questões regimentais em assembleia; a eleição para os cargos da administração do conselho; e, os encaminhamentos devem ser deliberados de forma colegiada.

Às diretrizes da Teologia missionária o jesuíta procurou evidenciar a renovação da perspectiva indigenista. Em suas anotações esboçou o trabalho deveria questionar as noções sedimentadas em relação aos povos indígenas, para a execução de uma proposta teológica onde se “tome em conta o relativismo cultural”.⁸⁵⁰ A fé cristã, para o missionário, precisaria tomar como referência “a promoção num mundo pluralista”.⁸⁵¹ O missionário elencou também a relação com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; o novo órgão poderia ser “oficioso ou para-oficial”.⁸⁵² Cumpre destacar a expressão *oficioso* foi amplamente utilizada para caracterizar o conselho, tanto na imprensa como pelos órgãos de segurança. Também consta a informação da localização da sede, o Instituto Anthropos do Brasil, em Brasília.⁸⁵³ E como tarefas a elaboração do estatuto; a discussão referente a um Diretório Indígena; a elaboração de um comunicado à imprensa; e a redação da Ata.⁸⁵⁴

⁸⁴⁸ CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Bloco de anotações. 1973.

⁸⁴⁹ *Idem.*

⁸⁵⁰ *Ibidem.*

⁸⁵¹ *Ibidem.*

⁸⁵² *Ibidem.*

⁸⁵³ *Ibidem.*

⁸⁵⁴ *Ibidem.*

Na sequência, o jesuíta empreendeu um amplo estudo das ações da Igreja Católica na Amazônia. Atribuiu o insucesso da ação pastoral e das atividades missionárias ao posicionamento dos religiosos por estarem mais ligados às questões urbanas, com a cultura ocidental, à tradição, ao desconhecimento dos povos indígenas e ao distanciamento do trabalho de base. Nas palavras do jesuíta: “O trágico de tudo isto não é a existência de tais problemas, mas é a não aceitação dos mesmos. O episcopado sobretudo em 80% recusa-se em aceitar a problemática. Torna-se assim impossível uma caminhada para a sua superação”.⁸⁵⁵ Analisou diferentes dimensões da presença da Igreja na maior floresta subtropical do mundo. Dedicou-se à compreensão da ligação do alto escalão da Igreja com as bases, a relação dos padres com o povo pobre, o distanciamento entre as prelazias, entre outros, face aos problemas emergentes com a expansão das frentes de colonização.

A magnitude das transformações em curso naquele contexto na região amazônica amplificou os problemas existentes. Nem mesmo o governo federal se propunha a atentar às situações decorrentes da implantação dos empreendimentos na região. O missionário avaliou tais iniciativas eram, na verdade, para escamotear os problemas estruturais do país: “Semelhante o governo joga areia nos seus próprios olhos através do audacioso plano de integração nacional para enxergar os seus problemas: a má distribuição da riqueza ou a transferência do viciado sistema fundiário do Nordeste para a AM”⁸⁵⁶ e em decorrência disto acabou aumentando o número de pobres, favorecendo os oportunistas e exploradores dos mais socialmente vulneráveis.⁸⁵⁷

O jesuíta também se debruçou ao papel da Igreja Católica naquela Amazônia em franca transformação. Naquele momento, julgou a instituição ainda não contar com uma ação global em termos regionais: “A atividade eclesial na AM ainda não está coordenada é atividade em sua maioria individual. Há tentativas de Prelazias em coordenar internamente a sua pastoral, mas poucos conseguiram ultrapassar as

⁸⁵⁵ CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Bloco de anotações. 1973.

⁸⁵⁶ *Idem*. *Amazônia.

⁸⁵⁷ Cf. Fernando Henrique Cardoso; Geraldo Müller. *Amazônia: Expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1977. Cf. Violeta Refkalefsky Loureiro e Loureiro Jax Nildo Aragão Pinto. *A questão fundiária na Amazônia*. Estudos Avançados. 19 (54), 2005. Cf. Gilberto de Souza Marques. *Amazônia: riqueza, degradação e saque*. São Paulo: Expressão Popular, 2019. Já César Martins de Souza e Maria Cândida de Oliveira Batista Souza entrevistaram 23 pessoas migrantes para o curso da Transamazônica: César Martins de Souza; Maria Cândida de Oliveira Batista Souza. *Entre esperanças e desafios: os nordestinos na colonização da Transamazônica na década de 1970*. Cadernos do Ceom, Chapecó, v. 34, n. 55, 2021. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/6363>. A publicação por ocasião do cinquentenário da rodovia Transamazônica está disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/329>

fronteiras”.⁸⁵⁸ Aos moldes da argumentação de Antônio Iasi Júnior no relatório do ano anterior, na Amazônia, cada prelazia parecia – de fato – uma ilha. Neste sentido, Egydio avaliou esta falta de coordenação, até mesmo entre os próprios integrantes de uma mesma congregação: “É ainda constrangedora a situação das conferências episcopais. Não se sente um entrosamento entre BB e Superiores Religiosos, entre BB e Padres entre BB e BB e afinal entre BB e o povo de Deus”.⁸⁵⁹ ⁸⁶⁰ As questões logísticas, as limitações das comunicações e o afastamento entre as prelazias contribuía ainda mais para dificultar as atividades das missões no vasto território. Isoladamente, o trabalho era ainda mais complexo. Face à imensidão, a prestação de assistência figurava ainda mais rarefeito. Na maioria das localidades interioranas haviam severas restrições de acesso aos serviços básicos. A maioria da população ficava, efetivamente, desassistida. Em outra passagem constatou as limitações da abrangência do atendimento básico: “Não há dentro do Brasil entrosamento, sintonia entre a Igreja estrangeira da AM e as Dioceses do Sul do Brasil mts vezes não menos estrangeiros em sua pastoral. A dispersão habitacional em meio à mais vasta floresta do mundo favoreceu o individualismo”.⁸⁶¹

No item seguinte intitulado *Despreparo – Surpreendida pelo progresso* o missionário avaliou a Igreja Católica teria sido pega de surpresa pelas transformações em curso naquele momento: “[...] não nos apresenta uma linha de formação específica pa/ a região. Consequentet o povo não conscientizado pa/ enfrentar seus problemas foi colhido de surpresa”.⁸⁶² A colonização da Amazônia se colocou como um problema para o qual, talvez, a igreja não estivesse preparada: “[...] a Igr. no Brasil todo foi colhida de surpresa c/ a nova problemática q/ lhe advém da AM. A AM não nos apresenta ainda experiências continuadas de uma pastoral adaptada à região”.⁸⁶³ Diante da proporção das transformações, o governo, a igreja e as próprias pessoas possivelmente não estivessem plenamente cientes das novas dinâmicas sociais de então. Em certo momento concordou com os antropólogos na crítica do caráter pontual de muitas atividades da Igreja Católica na região amazônica, principalmente a Pastoral de Desobriga: “Há uma perda de energias p/ parte dos padres em tipos de pastoral superadas: pastoral de desobriga, festa de padroeiros e mesmo numa pastoral de cunho

⁸⁵⁸ CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Bloco de anotações. 1973.

⁸⁵⁹ *Idem.*

⁸⁶⁰ BB = Bispos

⁸⁶¹ CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Bloco de anotações. 1973.

⁸⁶² *Idem.*

⁸⁶³ *Ibidem.*

quase exclusivament sacramentalizadora”.⁸⁶⁴ Em suas avaliações, desaprovou as longas discussões dos religiosos acerca das questões não prioritárias ou de problemas já superados. Em consequência disto, citou as contradições da Igreja ao buscar se enraizar na Amazônia, mas não dedicava atenção aos problemas enfrentados pela Prelazia de São Félix do Araguaia, por exemplo. Anunciou a necessidade da renovação da estrutura da igreja, a fim de dar conta dos problemas emergentes em decorrência da intensificação da expansão do capital na Amazônia: “Enqto os problemas novos duma Igreja de S. Félix do Araguaia afligida pelo problema social foi só mesquinhat debatido. Uma pastoral de emergência pa/ as estradas, uma pastoral pa/ os posseiros expulsos, uma pastoral pa/ o latifúndio sp. + generalizado na região”.⁸⁶⁵ Diagnosticou, ao contrário, as congregações se mantinham aferradas à tradição, impedindo de serem realizadas as adaptações necessárias aos novos tempos: “[...] isto além de entravar o respeito pelo povo em questão, impede estudos objetivos pa/ uma adequada visão da realidade, bem como de uma análise dos métodos até agora empregados”.⁸⁶⁶ As transformações decorrentes do novo ciclo de colonização da Amazônia impactaram profundamente a economia comunitária e os laços entre as comunidades ribeirinhas, extrativistas, caboclas e as diferentes etnias. A expansão do capital implicou em uma maior exploração dos recursos nas regiões interioranas e, ao mesmo tempo, contribuiu para o crescimento exponencial da concentração populacional nas cidades em formação e ampliação naquele momento.

No próximo item, intitulado *Promoção e Paternalismo*, seguiu criticando os entraves burocráticos da instituição religiosa; apontou a estrutura tradicional afastava o povo do processo de emancipação material e espiritual: “O povo é sp em tôda a parte ainda o grande ausente na sua promoção cultural, litúrgica e econômica. Mantem-se o povo condicionado a velhas estruturas q/ impedem sua participação como agente de seu progresso global”.⁸⁶⁷ Também problematizou a apropriação da religiosidade para fins políticos: “As tradições religiosas existentes são não raras vêzes, arma fácil para exploração e manipulação política”.⁸⁶⁸ Foi veementemente contrário à exploração política da população em vulnerabilidade e o compromisso de padres com os poderosos contribuía para a perpetuar a opressão.

⁸⁶⁴ CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Bloco de anotações. 1973.

⁸⁶⁵ *Idem.*

⁸⁶⁶ *Ibidem.*

⁸⁶⁷ *Ibidem.*

⁸⁶⁸ *Ibidem.*

Para o jesuíta as pastorais deveriam estar atentas às novas dinâmicas populacionais fomentadas pelo governo através dos projetos de desenvolvimento econômico para a região. Diagnosticou ao longo dos últimos anos se constituíram grandes fluxos migratórios para a Amazônia: “Migrações de peões pa/ os latifúndios, migrações de colonos pequenos proprietários em busca de uma nova esperança pa/ a vida, migrações de militares e pobres pa/ trabalhar na abertura de estradas”.⁸⁶⁹ Tal fenômeno social supostamente conflitou com a organização da igreja romana: “E a Igreja ainda não tem pastoral apropriada pa/ estes itinerantes. Ainda inexiste um acompanhada e acolhida pastorais deste povo em marcha”.⁸⁷⁰

A documentação do ano de 1973 é riquíssima. São vários diários, relatórios, reportagens de jornais, cartas, blocos de anotações, entre outros; a partir da análise desta pasta se pode compreender um pouco melhor a trajetória de Egydio Schwade. O missionário tomou nota da participação em eventos, se comunicou através de cartas com seus superiores em função da continuidade de sua formação como padre jesuíta e, aspectos das suas ações como missionário indigenista. Os diários e os blocos de anotações trazem importantes informações das viagens realizadas pelo país e o mapeamento e estudos dos diferentes povos indígenas Brasil afora. Por exemplo, analisando a conjuntura e a evolução do sistema capitalista no Brasil, registrou a instalação de uma empresa japonesa de fabricação de televisores em cores em Manaus/AM; ou ainda, a instalação de uma usina de geração de energia em Utiariti/MT, região onde atuou no Centro Educacional.

No segundo semestre, em novembro, ocorreu o *I Seminário Funai/Missões Religiosas*, em Brasília. Como mencionado, em linhas gerais, pode-se considerar o evento teve por objetivo traçar linhas de ação comuns entre as missões religiosas presentes no Brasil e a Fundação Nacional do Índio; mas, também, seria uma forma da Funai conhecer melhor a realidade dos povos indígenas em diferentes partes do país, bem como o trabalho das missões religiosas junto a estes povos.

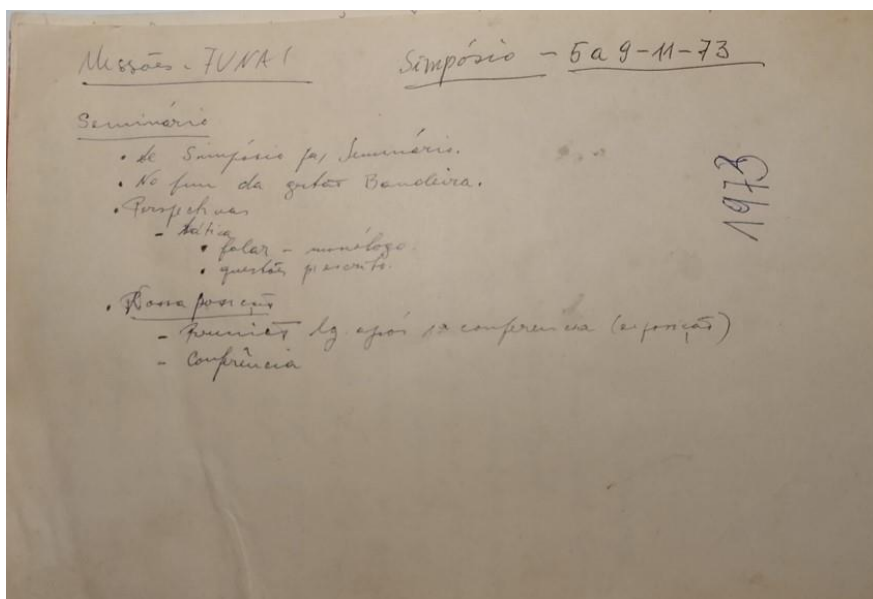
No bloco de papel timbrado e distribuído pela Fundação Nacional do Índio por ocasião da realização do *I Seminário Funai/Missões*, Egydio Schwade fez algumas anotações e, principalmente, sistematizou as perguntas feitas durante as sessões plenárias do evento. Importantes contribuições para compreendermos o antagonismo

⁸⁶⁹ CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Bloco de anotações. 1973.

⁸⁷⁰ *Idem*.

dos missionários do Conselho Indigenista Missionário em relação à política indigenista do regime. Em relação ao evento e aos conflitos entre os representantes da Fundação Nacional do Índio e os missionários do CIMI, houve tensão entre Antônio Iasi Júnior e os componentes da comissão organizadora no tocante à dinâmica proposta para o seminário e a forma dos debates pois não tinham caráter deliberativo.

IMAGEM 2: Anotações no I Seminário Funai/Missões Religiosas



FONTE: Acervo da Casa da Cultura do Urubuí

Como se pode perceber na imagem, Egydio Schwade anotou a expressão “Simpósio” e, depois, registrou a mudança de “Simpósio para Seminário”. Muito provavelmente isto remete à realização do Simpósio em 1969, aquele indicado na seção 1.2 do capítulo 1. Nos dias atuais, eventualmente, o missionário se refere ao I e ao II Seminário Funai/Missões (1975) como Simpósio. Tal confusão pode se dar pelo fato de associar as lembranças dos eventos ao primeiro, o que poderia ter ajudado a criar uma imagem dos eventos. Outro registro importante é “No fim da gestão Bandeira”; isto, pelo fato de esta troca na presidência da Funai criar uma série de debates ao longo da realização do Seminário. Os missionários católicos alertaram para possíveis dificuldades para a efetivação das propostas levantadas, pois não havia nenhuma garantia da nova gestão implantar as proposições assumidas. Esta situação foi, inclusive, mais um motivo

da fricção entre o Padre Antônio Iasi e a Comissão Organizadora do evento, como registrado pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior.⁸⁷¹

Egydio também teceu considerações à dinâmica do Seminário onde a palavra era facultada aos convidados para a mesa e as perguntas poderiam ser feitas apenas por escrito; desta maneira, o debate das ações indigenistas ficaria restrito aos grupos de trabalho propostos. Além disso, pela escolha das perguntas a serem lidas, algumas poderiam ser preteridas. Como registrado pelo missionário “falar – monólogo”, as exposições dos convidados se tornaram verdadeiros monólogos, não havendo espaço para compartilhar informações entre os participantes. Tal percepção motivou a elaboração da proposta de realização de reuniões paralelas, como registrado “Reuniões lg.* após 1ª conferencia (exposição)”.⁸⁷² ⁸⁷³ Este encontro buscou criar um espaço de discussão entre os missionários católicos para avaliarem quais estratégias tomariam à continuidade das atividades do Seminário. Vale lembrar, as mesmas críticas foram debatidas no II Seminário Funai/Missões, em Manaus, em 1975.

Na pasta referente ao ano de 1974 encontram-se valorosos diários, cartas e algumas anotações. Nos diários Egydio pormenorizou sua prática em diferentes partes do Brasil. Este foi justamente o período de deliberações da agenda do Secretariado Executivo do Conselho Indigenista Missionário e da organização da I Assembleia dos Chefes Indígenas. Naquele momento, Egydio viajou ao norte do país, passou por São Paulo, Brasília, São Luís, Belém, Manaus, Goiânia, na articulação das ações da Operação Anchieta, do CIMI e do nascente movimento indígena. Além das capitais, os apontamentos são, principalmente, de cidades do interior, com enfoque em visita às aldeias. Nas entrevistas, Egydio Schwade ironizou: a passagem pelas capitais era apenas problematizar as ações da Funai, isto é, conceder entrevistas à imprensa para denunciar a situação de penúria dos povos indígenas:⁸⁷⁴ “A gente ia para a cidade fazer contato

⁸⁷¹ BRASIL. Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior (DSI/MINTER). Informação Nº 22/1526-C/73. 04 de dezembro 1973. Arquivo Nacional.

⁸⁷² CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Bloco de Anotações. 1973. [Preservada a redação original].

⁸⁷³ *Abreviaturas.

⁸⁷⁴ Segundo Clovis Brighenti: “Para o Conselho Indigenista Missionário, não era prudente confrontar a Funai e os governos militares. A ação prioritária do Cimi era apoiar a autodeterminação indígena, conforme estabelecera em sua primeira assembleia, em 1973. Portanto, a ação missionária consistia em criar caminhos na difícil conjuntura tutelar, para que os indígenas fossem protagonistas. Uma das formas de escutar e fazer com que a sociedade os escutasse era possibilitar reuniões de indígenas. Os encontros indígenas, que passaram a ser frequentes, e as denúncias de graves violações de direitos levadas ao conhecimento da sociedade, repercutiam negativamente na imagem da Funai. A comunicação era fundamental para o diálogo entre indígenas e para indígenas com a sociedade”. Clovis Antonio Brighenti.

com os jornalistas e, depois, para levar reivindicações para a Funai, né? Fustigar a Funai”.⁸⁷⁵ Na avaliação de Egydio Schwade o trabalho nas regiões interioranas, afastadas dos grandes centros e, principalmente, dos braços do Estado, em certa medida, garantia certa segurança em relação aos órgãos repressivos; fazer parte da igreja, também lhe conferia certo prestígio. Como estratégia de comunicação, para a denúncia das condições dos povos indígenas e para informação da opinião pública, os missionários procuravam estabelecer contato com a imprensa.

O distanciamento nas perspectivas à elaboração das políticas indigenistas entre a Fundação Nacional do Índio e o Conselho Indigenismo Missionário trouxe dificuldades para a colaboração entre as duas instituições. O presidente da Funai contava com maior contribuição por parte das missões religiosas católicas e, do outro lado, os missionários do CIMI esperavam da Funai um posicionamento favorável aos povos indígenas diante dos projetos agropecuários e de infraestrutura fomentados por outros Ministérios e a Presidência da República. Contudo, o antagonismo de perspectivas acabava por dificultar tal colaboração. E, os missionários do CIMI, tinham uma perspectiva de indigenismo bastante diferente daquelas missões protestantes, como por exemplo, o *Summer Institute Linguistics* – SIL ou o Movimento Novas Tribos do Brasil – MNTB, constantemente elogiadas pela Funai.⁸⁷⁶

Como mencionado, em 1974 o jesuíta esteve presente na região norte do país, mais precisamente em duas ocasiões, entre maio e junho e entre agosto e setembro. No primeiro semestre, na passagem por Belém, visitou o Museu Emílio Goeldi⁸⁷⁷. Apontou uma conversa com Protásio Friel o qual lhe prometeu um relatório acerca dos povos

Agitadores e subversivos: repressão, perseguição e violações dos direitos indígenas pela ditadura militar. Perspectiva, Florianópolis, v. 38, n. 1 p. 01-24, jan./mar. 2020, p. 10.

⁸⁷⁵ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 12 de dezembro de 2022.

⁸⁷⁶ João Gabriel Ascenso destacou o colaboracionismo de algumas missões com o governo arbitrário: “[...] sabe-se que algumas missões, como as salesianas, com grande histórico de colaboração com o governo, continuaram sendo vistas como aliadas e não foram incomodadas em sua ação missionária”. João Gabriel da Silva Ascenso. *“Como uma revoada de pássaros”*: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, 2021. p. 391. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p.106.

⁸⁷⁷ De acordo com a página do MCTI, o museu fundado em 1866 “[...] é a mais antiga instituição científica da Amazônia e um dos maiores museus de história natural do Brasil. Está localizado em Belém, capital do estado do Pará, e é vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Sua atuação no inventário da fauna, da flora e dos ecossistemas amazônicos o consagra como um dos mais importantes centros de pesquisa do país. É reconhecido mundialmente por suas coleções e pela contribuição de seus estudos para o conhecimento da região amazônica. O Museu Goeldi participa ativamente do desenvolvimento regional e científico. Sua agenda de investigações inclui o estudo da cultura material, do patrimônio e das dinâmicas sociais. Dessa maneira, fornece uma base sólida para políticas públicas relacionadas à conservação da biodiversidade, ao fortalecimento da cidadania e à preservação das culturas locais na Amazônia”. Disponível em: <https://repositorio.mcti.gov.br/handle/mctic/5044>

indígenas do Pará e enfatizou o seu interesse pelo trabalho das missões e a sugestão para a construção de uma frente única em defesa dos povos indígenas. Detalhou também o contato com o Frei Alano: “Frei Alano nos confirmou a bruta notícia de q/* a FUNAI e o Exército ocuparam as aldeias dos Xikrin e o Suruin onde trabalhava Frei Gil Gomes Leitão e Frei Ives. Vetaram a entrada dos Freis na área indígena da Prel.* de Marabá. Os motivos alegados pa/* ocupação seria a presença de guerrilheiros na área”.^{878 879} A região norte, área de segurança nacional, nas áreas de fronteira, mas principalmente no entorno do Rio Araguaia, se tornou objeto das atenções do governo militar por ocasião da instalação de grupos armados, como a Guerrilha do Araguaia.⁸⁸⁰ Os relatórios de inteligência demonstram a preocupação com a atuação dos missionários junto aos povos indígenas e, sobretudo, aqueles locais onde havia conflitos pela posse da terra. Os agentes do Estado os julgavam propícios à instalação de focos de guerrilha, e isto seria, conseqüentemente, uma ameaça à Segurança Nacional.⁸⁸¹

Paradoxalmente, os integrantes de muitas Prelazias indicavam a inexistência de povos indígenas na sua área de atuação. Isto fica evidente em relação à região do Pará, onde passou a atuar o CIMI Regional Norte II:

⁸⁷⁸ CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Diário. 1974. [Preservada a redação original].

⁸⁷⁹ *Abreviaturas.

⁸⁸⁰ O Relatório da Comissão Nacional da Verdade dedicou um capítulo à guerrilha na Amazônia: “A origem da Guerrilha do Araguaia pode ser identificada com a própria emergência do PCdoB, no seio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que até 1960 chamava-se Partido Comunista do Brasil. O centro das divergências que provocaram a dissidência era o caminho para o socialismo, tanto nacional como internacionalmente. O PCB fizera uma opção pelas disputas nos marcos legais, buscando formar uma ampla frente de setores nacionalistas contra o que qualificava como imperialismo norte-americano. Considerava a participação da burguesia nacional, principalmente a industrial, como elemento decisivo para a vitória de um processo reformador que democratizasse progressivamente o país e abrisse a via para o socialismo. A aposta do PCB era consonante com a ideia de uma transição pacífica do capitalismo para o socialismo por meio de sucessivas reformas. O grupo que originou o PCdoB, por sua vez, acreditava ser impossível um caminho completamente pacífico para o socialismo [...] Nesse quadro, desenhava-se a alternativa da chamada guerra popular prolongada, como o caminho revolucionário que se encontraria de maneira objetiva com as condições brasileiras. A guerra popular prolongada tinha como cenário o interior do país e como massa de soldados os camponeses, o que a aproximava das formulações do PCdoB sobre a questão agrária, uma marca do partido desde 1962. Quando as concepções militares do partido foram formuladas oficialmente, no documento “Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil”, militantes comunistas já tinham abandonado as grandes cidades em busca de espaços adequados para a realização do chamado “trabalho de massas” e o treinamento em técnicas de guerrilha rural”. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo14/Capitulo%2014.pdf>

O Atlas Histórico do Brasil elaborado pelo CPDOC/FGV minuciou os conflitos no interior do Pará: Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/de-castelo-branco-medici-1964-1974/mapas/o-araguaia-xambioa-em-1972-75Explicar>

⁸⁸¹ Para Rodrigo Lins Barbosa: “Nesse processo de expansão territorial, os militares não apenas pretendiam a ampliação da influência do capital no interior do Brasil, mas também ocupar a Amazônia brasileira como forma de proteger as fronteiras territoriais”. Rodrigo Lins Barbosa. *O Estado e a questão indígena: crimes e corrupção no SPI e na FUNAI (1964-1969)*. Recife, 2016, p.260. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História UFPE, p. 116.

Quase todas as Prelazias, ou até tôdas do Regional tem grupos indígenas localizados nas suas fronteiras. Entretanto, as 1^{as} expressões, as + espontaneas q/* se escutam da parte dos PP* e Irmãs destas Prelazias são: “Não temos índios!” Mas sp.* após uma pequena insistencia o problema vem a consciência da seguinte forma: “Não temos nenhum trabalho junto aos índios! Nunca tivemos trabalhos c/* eles!” Uma irmã depois de ter negado inicialt* a existencia de índios na Prelazia reconhecia a existencia de 3 grupos. Dizia em seguida q/ o problema de uma pastoral pa/* estes grupos fora levantado, q/* inclusive numa reunião dos PP, Bispos e irmãs o assunto fora tratado e q/* chegaram a seguinte conclusão: “Ñ vale a pena. Os índios são tão poucos. Achamos q/* era preferível atender a população civilizada!”^{882 883}

Egydio em suas andanças identificou a omissão em relação aos povos indígenas não se resumir ao Estado. Mesmo entre os missionários da Igreja Católica havia certo distanciamento. A maioria dos trabalhos de religiosos eram orientados por uma perspectiva evangelizadora. Os missionários do CIMI buscavam a valorização da cultura dos povos indígenas, sua autonomia e a garantia da posse de seus territórios. Isto também gerou uma série de conflitos no interior da própria Igreja. O diagnóstico foi enfático: “E o índio naquela Prelazia vive total esquecido”.⁸⁸⁴

O diário permite reconstruir sua trajetória pelo interior fazendo o mapeamento dos povos indígenas e, perceber vários detalhes em relação a cada um dos povos e regiões. Posteriormente, na capital amazonense, participou de uma reunião do CIMI; da assembleia do CIMI e de um encontro com Capuchinhos.⁸⁸⁵ Da capital foi para São Paulo de Olivença/AM; e, de lá, para Benjamin Constant/AM, região onde teve contato com os Tikuna, no Alto Rio Solimões. Aportou em Benjamin Constant no dia 03 de junho de 1974. Sistematizou informações concernentes à Prelazia do Alto Solimões, o Bispo local, D. Alberto Marzi e o Posto Indígena da Funai, o PI Muruiacú. O PI tinha o chefe e um auxiliar para atender uma área de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados. Tal fato levou Egydio a sentenciar como praticamente nula a presença da Funai.

O ano de 1975 foi politicamente intenso e amplamente documentado; Egydio Schwade arquivou os diários, cartas e relatórios daquele momento de organização do Conselho Indigenista Missionário, das assembleias dos povos indígenas, das Pastorais Indigenistas e seções regionais do CIMI. Não é demais recordar, este foi justamente o ano da intensificação dos conflitos com o Conselho Indigenista Missionário e a

⁸⁸² CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Diário. 1974.

⁸⁸³ *Abreviaturas.

⁸⁸⁴ CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Diário. 1974.

⁸⁸⁵ *Idem.*

Fundação Nacional do Índio; e, de nada menos, da proibição de ingresso nas áreas indígenas de integrantes do conselho indigenista. A partir dos documentos, pode-se perceber parte da atmosfera política daquele período; são valiosos traços para a compreensão do quadro político do indigenismo brasileiro naquele contexto.

O primeiro documento alocado pasta de 1974, intitulado *Queixas de Ismarth contra CIMI*, na verdade, se refere a eventos de 1975; isto se pode constatar a partir da comparação com outros documentos analisados durante a pesquisa. O manuscrito sistematiza 13 pontos, dentre eles 10 frases do presidente da Fundação Nacional do Índio, Ismarth de Araújo Oliveira. Não está datado. Em um trecho se pode perceber o clima de tensão entre a Fundação Nacional do Índio e o CIMI: [...] “Os jornais tem noticiado realizações de encontros e reuniões promovidos p esse Conselho ou p seus membros junto à comunidds* indígenas, sem q a FUNAI tenha sequer sido convidada...”.⁸⁸⁶ As reclamações do presidente da Funai ajudam a compreender as tensões entre as organizações indigenistas: “Declarações isoladas de integrantes do CIMI são levadas diretatt* à imprensa espancando e ferindo o principio da lealdd* q já existia entre nós”.⁸⁸⁷ Tais conflitos resvalaram para o banimento de ingresso dos missionários ligados ao Conselho Indigenista Missionário às áreas indígenas: “Cm* recurso extremo pa* evitar término relações valemo-nos do poder pa* revogar as autorizações de livre trânsito em nossas áreas concedida”.^{888 889}

Em março, Egydio enviou o relatório referente à viagem empreendida às áreas indígenas do sul do país, como mencionado na seção 4.2, no capítulo seguinte. Deste episódio, arquivou cópia da reportagem d’*O Estado de São Paulo*, intitulada *Padre denuncia a miséria dos índios*, mencionou o envio do relatório nos dias seguintes. A reportagem é do dia 07 de março e o relatório foi entregue à Fundação Nacional do Índio no dia 13. Em maio, esteve no Pará, por ocasião da II Assembleia dos Chefes Indígenas, realizada entre os dias 08 e 14 de maio, como mencionado no capítulo 2. Entre o dia 05 e o dia 16, as anotações se referem às missões religiosas atuantes na região, os detalhes da assembleia e as articulações do movimento indigenista.

Nas anotações do dia 07, se pode verificar o desdobramento da solicitação do avião da Força Aérea Brasileira ao Brigadeiro Camarão, tema também apontado por

⁸⁸⁶ CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Anotações. 1974.

⁸⁸⁷ *Idem*.

⁸⁸⁸ *Ibidem*.

⁸⁸⁹ *Abreviaturas.

Egydio nas entrevistas, como destacado na página 115. Em relação ao encontro com as lideranças indígenas, anotou: “B – Marabá via FAB. No aeroporto encontro c dois chefes Tiryíós e um Kaxuiana, Em Marabá encontro com D. Tomás, Chefes Bororo, Xavante, Tapirapé e Xerente, Xerente, pego assim de última hora, integrou muito bem o grupo”.⁸⁹⁰ A descrição da ambiência da viagem demonstra os assuntos discutidos e sugerem aspectos da importância da realização das assembleias das lideranças indígenas no tocante às trocas de experiências e articulações empreendidas pelas lideranças indígenas a partir das oportunidades emergentes por ocasião dos encontros. A potência da agência das lideranças indígenas, ao que parece, não ficava circunscrita aos espaços formais das assembleias. Além disso, remonta à reflexão de Egydio sobre as contradições da ditadura militar, tendo em vista os indigenistas e as lideranças indígenas lançarem mão das aeronaves da Força Aérea Brasileira para organizar a resistência aos projetos de desenvolvimentos para a Amazônia; ou visto de outra perspectiva, os recursos despendidos pelas forças armadas estavam sendo bem aplicados, por garantir a articulação de pautas da agenda da defesa do meio ambiente e da causa indígena. As lideranças indígenas também se afirmavam diante dos ocidentais: “Índios falam aos seminaristas. Xavante. Pedro diz que q q* eles são índios, mas hs* igual aos civilizados. Tem nariz, boca, olhos, cabelo, carne e sangue “igual a vocês”. Também destacou a liderança de Lourenço Bororo na luta em defesa dos territórios: “E incentiva os rapazes q qdo* grandes mude a idéia do povo a respeito dos índios. Lourenço Bororo, falou da luta q sustentam contra os fazendeiros pa* conseguir manter um chãozinho pa* seus irmãos bororo”.^{891 892}

No fragmento percebe-se o paralelo entre a colaboração do Brigadeiro Camarão e a retaliação com a proibição de ingresso às áreas indígenas pelo General Ismarth Araújo de Oliveira. Enquanto o Brigadeiro deu suporte para a realização da assembleia, o General buscou impedir o trabalho de mobilização e realização pelos missionários nas áreas indígenas em diferentes partes do país. Além disso, o então Secretário-Executivo do Conselho Indigenista Missionário sublinhou as medidas da Fundação Nacional do Índio não terem efetivos desdobramentos, pelo fato de atuarem em regiões onde as instituições do Estado eram pouco presentes, ou ainda, em muitos casos, inexistentes; isto lhe conferia certa liberdade para percorrer o interior do país contatando,

⁸⁹⁰ CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Diário. 1975.

⁸⁹¹ *Idem*.

⁸⁹² *Abreviaturas.

recenseando e articulando os povos indígenas. Vale lembrar, esta assembleia também foi o momento de articulação da Comissão Pastoral da Terra: “[...] o Dom Tomás e o Pedro estavam bastante entusiasmados com essa movimentação que o CIMI conseguiu e o Tomás insistiu: os pequenos agricultores tem que ter algo semelhante”.⁸⁹³ Já sobre a assembleia, no dia 09 registrou o seguinte: “Impressionante a reunião deste povo. Uma atenção total. Interesse fora de série. E aqui na missão os continuamos a considerar rudmtares*. Sinto-me oprimido aqui dentro. Forçado a engolir um sistema q é contra a minha consciência [...]”.⁸⁹⁴ ⁸⁹⁵ A escolha do local da assembleia tem a ver com perspectiva ortodoxa desenvolvida na Missão Cururu. A ideia dos conselheiros foi justamente aproveitar a realização do encontro para tentar uma revisão da agenda proposta naquela região. Em mais um trecho das anotações do colaborador, sobressaem as tensões entre os franciscanos, a Missão Cururu, a Fundação Nacional do Índio e as lideranças do Conselho Indigenista Missionário: “1) razão da escolha do Cururu pa* sede da II Assembléia de Chefes Indígenas (...) 2) situação FUNAI-Cururu. Qual é a real intenção da FUNAI na área? Orientar a nossa ação em vista disso! 3) Política da FUNAI + de uma ano pa* responder docut.*”⁸⁹⁶ ⁸⁹⁷ O missionário se referiu aos conflitos com a Missão Cururu no Pará, por ocasião da presença de membros considerados conservadores, com perspectivas distantes daquelas voltadas para os indígenas. Mencionou a preferência dos Superiores Franciscanos pelo trabalho com pessoas do meio urbano e a omissão em relação aos indígenas.

Em uma carta de 05 de junho de 1975, enviada a partir do Secretariado-Executivo do Conselho Indigenista Missionário, Egydio anunciou o local da I Assembleia do CIMI, realizada em Goiânia. No documento, o missionário já supunha a relevância histórica da realização daquele evento: “Esta primeira ASSEMBLÉIA NACIONAL DO CIMI, não temos menor dúvida, será um importante marco histórico nos nossos trabalhos missionários junto aos INDIOS”.⁸⁹⁸ No *Encontro sobre o problema da terra na Amazônia Legal* foram discutidos os problemas fundiários em diferentes partes do país. Também foi realizada aquela reunião de fundação da

⁸⁹³ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUI), em Presidente Figueiredo, em 14 de janeiro de 2023.

⁸⁹⁴ CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Diário. 1975. [Grifo original]

⁸⁹⁵ *Abreviaturas.

⁸⁹⁶ CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Diário. 1975.

⁸⁹⁷ *Abreviaturas.

⁸⁹⁸ CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Carta. 1975. [Grifo original].

Comissão Pastoral da Terra. As atividades foram sistematicamente investigadas na *Operação Pinguim*.

No ano seguinte, Egydio Schwade esteve por várias vezes na região norte, dedicando-se ao trabalho de organização das atividades da Operação Anchieta, do Conselho Indigenista Missionário e da Pastoral Indígena na região da Amazônia Ocidental. Dentre os inúmeros documentos, encontra-se o *Projeto Índios Prelazia Acre-Purus* e o *Processo Atual de Espoliação do Índio em Roraima*. Juntamente com as anotações nos diários, encontram-se importantes informações da organização do movimento indígena e indigenista na região amazônica.

Em seu diário descreveu experiências em diversos seringais na região do rio Purus, bem como aspectos dos Kulina. Viu de perto os conflitos pela posse da terra entre os indígenas, os seringueiros, pequenos produtores rurais e os paulistas, aqueles médios e grandes investidores em terras recém chegados à região. No dia 22 de janeiro teve contato com um grupo de famílias com cerca de 30 pessoas falantes do Quetchua. Passou pelos seringais Santo Antônio e Sobral. Registrou ter pescado uma pirapitinga de aproximadamente um quilo. Acerca da experiência no seringal Sobral:

Proxima parada Sobral, antigo seringal q/* foi derrubado p/*/ “paulistas” pa/* plantar seringueiras.. É o contrassenso em q/* cai o Govêrno c/* seus incentivos fiscais. Os “paulistas” dp.* de fazerem o estrago c peões recolhidos pelo Purus, sumiram, sem sequer pagar os empregados. Um ex-peão me dizia q/ estava aguardando a reabertura dos trabalhos, pq/* gostou dali, onde ao menos recebeu os mantimentos pa/* a sua família. Pouco acima de Sobral há um grupinho de Kulina q/* tem belas roças. Pernoitamos perto de Maronaua na boca de Igarapé^{899 900}

Mencionou ter conversado com não-indígenas, aos quais o missionário se referiu como “sertanejos”; com o diálogo teria identificado preconceito em relação aos indígenas. Os trabalhadores cogitaram os Kaxinaua “mais civilizados” pelo fato de se comunicarem Língua Portuguesa; por outro lado, reputaram os Kulina “atrasados” pelo fato de desconhecerem este idioma e utilizarem a língua materna. Também reproduziram essa ideia por terem conversado com indígenas no Peru fluentes em Língua Espanhola. Estes, segundo comentaram os seus interlocutores: “n fala mais o seu idioma, já são civilizado! Agora esse Kulina não vai prá frente não!”.⁹⁰¹ Contudo,

⁸⁹⁹ CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Diário. 1976.

⁹⁰⁰ *Abreviaturas.

⁹⁰¹ CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Diário. 1976.

Egydio mencionou ter encontrado um grupo com maior independência e mais sadios entre os contactados no rio Purus. A partir desta experiência, refletiu o seguinte:

Os “civilizados” seguem a técnica seguinte: 1º destroem a liderança nativa; 2º mangam da cultura índia, taxando-a de menor e convencendo o índio de q/* ele é um menor. Isto das mais diversas formas. Desprezo da língua, da maneira de comer, das próprias comidas, habitações, festas, cultura. Convencido assim de que sua vida n presta, o índio n quer ser + chamado de índio, nem de Kulina, Kaxinaua, etc. Mas quer ser identificado como “caboclo”, pois o caboclo é um pouco +, ele é o porta-voz de um modelo civilizado pa/* levar a ruína da comunidd* indígena^{902 903}

A sistematização das reflexões do padre Egydio sobre o contato com os ribeirinhos, caboclos e comunitários na Amazônia Ocidental pode ser considerada um testemunho de mais um exemplo de etnocídio por se tratar do desprestígio da cultura dos povos indígenas; o tratamento dos indígenas como selvagens ou presos “à condição de natureza”, como se bichos fossem, constitui uma das dimensões da disputa pela posse da terra. A desvalorização da cultura e o desrespeito ao seu modo de ser também contribui para a erosão dos laços pertinentes para a manutenção do tecido social de cada um destes povos. A persistência na dimensão pejorativa e as reiteradas violências simbólicas podem contribuir para os indígenas abandonarem os seus valores culturais, aceitando os valores da sociedade envolvente, em detrimento da sua cosmovisão.

Já no diário de abril, Egydio descreveu as andanças por Brasília, Goiânia, Rondonópolis, Cuiabá, Diamantino, Vilhena, Porto Velho para chegar a Rio Branco. Na capital acreana, encontrou Dom Moacyr Grechi. Como pautas, a organização e realização do *Encontro Pan-Amazônico da Pastoral Indígena*, o *Projeto Índios da Prelazia* e a situação em Envira, em Cruzeiro do Sul, no Alto rio Acre, a construção de estradas no estado, o Baixo Purus e a perspectiva de trabalho com os Apurinã, os Yamamadi e os Kulina; também a organização da *Assembleia Regional da Pastoral Indigenista e da Pastoral da Terra*, entre os dias 09 a 14 de agosto do mesmo ano.

Novamente, passou por inúmeros seringais, conversando com as pessoas tentando perceber características da organização comunitária e o impacto das políticas governamentais para a região. Suas reflexões deixam entrever as mudanças em curso na região por ocasião da implantação dos grandes projetos. A desarticulação da economia local foi patente:

⁹⁰² CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Diário. 1976.

⁹⁰³ Abreviaturas.

Na beira desses rios do Acre o povo vive de pequenas lavourasinhas. Mas elas tem um significado pa/* a alimentação do mundo muito maior do q/* em gdes* plantações da monocultura dos gdes* latifundiários. Aquelas dão + alimento ao mundo do que estas // O povo está perdendo o chão debaixo dos pés. O peixe está sendo roubado. Os gdes* tiram qto* quiserem, dp* q/ implantaram seus projetos proibem a todos de caçar e pescar. Os marreteiros, os comerciantes + fracos são perseguidos pelo barracanistas dos seringais e muitos vem sendo hoje engolidos pelos barracões dos projetos de desenvolvit.* O povo é atemorizado^{904 905}

Na década de 1970 Egydio pôde testemunhar em suas viagens pela Amazônia Ocidental o crescimento da espoliação da floresta e da fauna. No excerto sistematizou as contradições na vastidão do território entre os pequenos produtores rurais, extrativistas, pescadores artesanais e os seringalistas; além disso, dos emergentes grandes projetos agropecuários. Em certa medida percebeu a exploração dos homens e do meio natural. A chegada dos barcos para a pesca em escala industrial começou a pressionar os rios e lagos, meios de sobrevivência para muitas comunidades. No vasto ambiente sobreviviam comunidades empobrecidas.

Dando continuidade ao levantamento das condições de vida dos povos indígenas na região norte, a convite de Dom Aldo Mongiano, Bispo-Prelado de Roraima, e do Padre Luciano Superior dos Missionários da Consolata, chegou no dia 09 de novembro a Boa Vista, no Território Federal de Roraima. Visitou a Missão Catrimani, a Missão Mucajaí; e, na Venezuela, a Missão Santa Helena. Estabeleceu contato com 55 aldeias dos povos Makuxi, Wapixana, Yanomami e Taurepang. As visitas subsidiaram a construção do relatório intitulado *Processo Atual de Espoliação do Índio em Roraima*.

No relatório, analisou o histórico da ocupação do território pela sociedade envolvente e os impactos dos projetos agropecuários e de exploração mineral na região. Descreveu o fato dos indígenas aparecerem na história de Roraima como “hordas bárbaras”. Novamente, atestou as estratégias para a dominação das populações nativas:

Para a sujeição das tribos ao domínio e obediência do branco, todos os métodos são lícitos: a manipulação das tribos irmãs já submissas, as querelas internas entre os clãs, as guerras rituais que se sucedem, por exemplo entre os Ianomami; a violência aberta com armas superiores e o envio de expedições militares; a cachaça; o uso de missionários ingênuos que inconscientemente se prestar a abrir caminho para os interesses do branco⁹⁰⁶

⁹⁰⁴ CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Diário. 1976.

⁹⁰⁵ Abreviaturas.

⁹⁰⁶ CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Relatório. Processo Atual de Espoliação do Índio em Roraima. 1976.

Egydio reputou conflitos pela posse da terra, o papel das missões e características de cada uma das etnias. Como dimensões importantes do processo de espoliação dos povos indígenas, indicou os seguintes: a grilagem; a manipulação dos órgãos protecionistas; o abuso do poder político e econômico; a espoliação por pressões; desagregação do povo oprimido; manipulação dos valores; alienação; a introjeção da opressão; e, a alienação da opinião pública.⁹⁰⁷ Nas palavras do missionário: “No lugar do povo o capim, o gado, o café ou o fumo”.⁹⁰⁸ Sobre a questão fundiária no Território Federal de Roraima registrou a demora para a demarcação das terras indígenas: “[...] as vilas dos fazendeiros por menores que sejam, já foram bem demarcadas pelo INCRA e as sub-prefeituras, enquanto as malocas dos índios, abrigando por vezes cinco vezes mais pessoas, não foram ainda sequer reconhecidas e muito menos demarcadas”.⁹⁰⁹ Além das terras não terem sido regulamentadas, Egydio denunciou para os Makuxi e os Taurepang foram reservadas terras de pouco interesse da sociedade envolvente, a qual se apropriou daquelas mais produtivas e com melhor localização.

A documentação referente ao ano de 1977 conta com cartas, relatórios e matérias de jornais. Em uma carta, de data não identificada, citou dificuldades para a assistência no interior da Igreja Católica aos povos indígenas. Dedicou-se à situação na região norte do país:

E a Igreja do Brasil se encontra ante a exigência de abrir novos projetos missionários. Há poucos dias assisti – uma segunda vez – o convite de D. Ivo Lorscheiter, Secretário-Geral da Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB), quando apelava para os Padres da Congregação do Verbo Divino e as Irmãs Servas Missionárias do Espírito Santo para aceitarem uma nova Prelazia que deverá ser criada em Rondônia. Conheço pessoalmente aquela futura Prelazia a ser criada e a urgência daquela região missionária. A tristeza invade a gente vendo uma região imensa, de aproximadamente 100.000km², entregue praticamente a dois padres setuagenários⁹¹⁰

As dimensões amazônicas e a complexidade no trabalho pastoral impunham sérias dificuldades para a igreja; além da diversidade cultural característica da região, das especificidades ambientais e as questões logísticas faziam da ação missionária uma verdadeira aventura. Além disso, as demandas para a assistência dos povos indígenas tornavam o atendimento filantrópico na região uma árdua tarefa. As viagens

⁹⁰⁷ CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Relatório. Processo Atual de Espoliação do Índio em Roraima. 1976.

⁹⁰⁸ *Idem.*

⁹⁰⁹ *Ibidem.*

⁹¹⁰ CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Carta. 1977.

exploratórias empreendidas pelo padre Egydio lhe permitiram avaliar tais dificuldades, bem como perceber as limitações da inserção dos missionários no interior amazônico. Ao citar “aproximadamente 100.000km², entregue praticamente a dois padres setuagenários” aponta para duas possíveis direções: as dificuldades de atendimento de tão rigorosas questões para um conjunto limitado de religiosos e, ao mesmo tempo, aos conflitos entre os valores dos padres, sobretudo, europeus em relação às demandas por valorização da cultura dos indígenas, para a sua assistência e garantia de sobrevivência. Vale lembrar, naquele período, a maioria dos padres na Amazônia eram estrangeiros.⁹¹¹

Dias mais tarde, mais precisamente em 02 de maio, Egydio esteve em Porto Alegre/RS. Da capital gaúcha, escreveu uma carta informando sua viagem a Santa Catarina, onde visitou um casal de amigos; de lá, partiu para São Paulo, onde proferiu palestras; e depois, seguiu para Brasília. Mencionou participar da organização da *Assembleia Regional de Pastoral Indígena*, realizada entre os dias 05 a 08 de junho em Manaus. No documento, deu pistas da organização do trabalho missionário na Amazônia Ocidental: “[...] penso que deveríamos achar um tempinho, talvez na época da Assembleia Regional do Acre – set/77 para sintetizar, analisar e replanejar a nossa ação na Amazônia”.⁹¹² Egydio enfatizou a necessidade de fortalecer o levantamento das condições dos diferentes povos indígenas e a organização de atividades para ampliar as ações no extremo oeste do país.

Em 02 de junho, da capital federal, em carta ao Padre Aloysio, Egydio confidenciou contatos estabelecidos em viagem recente ao sul do país e estaria se dirigindo à região norte. Comentou a partida para Manaus nos dias seguintes, a fim de participar do *I Encontro Pan-Amazônico de Pastoral Indigenista*. O encontro teve por objetivo tratar da situação dos povos indígenas amazônicos com religiosos do Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela e das Guianas, todos atingidos pelos projetos de desenvolvimento da sociedade envolvente.

Dentre os relatórios arquivados pelo indigenista está o intitulado *As canoas descem o Juruá*. Nele, Egydio imprimiu indícios dos povos indígenas, seringueiros e os ribeirinhos da região dos rios Solimões e Juruá, em viagem empreendida a partir do dia 07 de agosto, no porto de Manaus, em direção ao Acre. A viagem é citada com frequência pelo missionário; mais de uma vez usou como exemplo da expansão do setor

⁹¹¹ Kenneth Serbin. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁹¹² CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Carta. 1977.

industrial no Amazonas de ver os barcos “descendo” o rio Solimões em direção à capital Manaus, com pessoas humildes, em busca de dias melhores na metrópole em franco crescimento.⁹¹³ Em seu relatório, Egydio testemunhou a chegada da “civilização” na Amazônia Ocidental materializada em produtos industrializados da sociedade de consumo.⁹¹⁴

No ano do trigésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o quinto de vigência do Estatuto do Índio, o governo federal deveria finalizar a regulamentação da legislação indigenista. Logo, tudo indica o ano de 1978 ter sido politicamente agitado. Ao contrário das demarcações, o governo tentou emplacar uma legislação desfavorável aos povos indígenas, o *Decreto da Emancipação*. Carlos Benítez Trinidad salientou duas dimensões importantes em relação ao projeto governamental; a primeira delas, seria uma forma de incorporar os povos indígenas e a apropriação dos seus territórios sem a necessidade de continuar o genocídio. E, a segunda, foi o paradoxo dela decorrente em função da grave crise do indigenismo institucional: ao mesmo tempo da emancipação unilateral e arbitrária, o governo colaborou com a consolidação do movimento indígena, o qual assumiu o franco enfrentamento das políticas tutelares.⁹¹⁵ Tal projeto suscitou uma série de críticas dos antropólogos, sertanistas, indigenistas e diversas instituições de apoio aos povos indígenas e, por fim, acabou sendo arquivada.

No primeiro semestre daquele ano, Egydio Schwade e Egon Heck empreenderam uma viagem pelos países do sul da América do Sul, a fim de conhecer a realidade dos povos indígenas daqueles países. Ao sair do Rio Grande do Sul, passaram pela Argentina, Paraguai e Bolívia. De Cochabamba, na Bolívia, em 24 de maio, enviaram um cartão postal a colegas da Operação Anchieta, onde reportam terem feito contato com entidades religiosas e vínculos com instituições indigenistas dos países vizinhos. No documento, além do desconforto causado pela altitude do Altiplano,

⁹¹³ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, 01 de junho de 2023.

⁹¹⁴ Em suas anotações: “Em troca da pródiga natureza, o índio e o homem do Juruá, importa hoje, forçosamente, as inutilidades da sociedade “civilizada”: Café, bolachas de sal e água, fumo, DDT, Coca-Cola, azeitona, carne enlatada, mate-leão, pasta de dente Kolynos, os mais variados tipos de desodorantes, sabão, sabonete e sabão-em-pó, toca-discos, gravadores, rádios, cachaça, cerveja. E não há outra saída. Se não quiser trabalhar totalmente em vão deve comprar todas essas inutilidades... 90% da carga das 3 embarcações, nas quais subi o Juruá até Eirunepé era constituída por essas inutilidades”. CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Relatório. As canoas descem o Juruá, 1977.

⁹¹⁵ Carlos Benítez Trinidad. *Un espejo en medio a un teatro de símbolos: el índio imaginado por el poder y la sociedad brasileña durante la ditadura civil-militar (1964-1985)*. Tese (doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Salvador, 2017.

diagnosticaram a ausência de uma Pastoral focada em discutir temas ligados aos povos indígenas no âmbito da Igreja Católica nos países citados. Egon Heck constatou: “A gente com esses contatos com as populações indígenas e organismos da América espanhola, sente cada vez mais a importância da caminhada atual da pastoral indígena no Brasil”.⁹¹⁶

A respeito desta viagem, nas entrevistas, Egydio comentou na passagem pela Argentina, o ônibus no qual viajavam foi abordado por policiais locais. Todos os passageiros foram colocados em fila ao lado do veículo. O missionário foi perguntado qual a sua atividade profissional. Na ocasião afirmou ser padre. O policial então perguntou por Dom Helder Câmara⁹¹⁷. Egydio, compreendendo o contexto da abordagem, disse participar de outra corrente da Igreja. Afirmou: “No! Don Vicente

⁹¹⁶ CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Cartão Postal. 1978.

⁹¹⁷ Hélder Pessoa Câmara (1909-1999). Segundo o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV, nasceu em Fortaleza no dia 7 de fevereiro de 1909, filho de João Câmara Filho e de Adelaide Pessoa Câmara. Entrou para o seminário arquidiocesano de sua cidade natal em 1923 e mais tarde fez os exames preparatórios de filosofia e teologia. Ordenou-se padre em agosto de 1931 em Fortaleza. Participou da organização da Juventude Operária Cristã, que se ligou à Legião Cearense do Trabalho (LCT), criada pelo tenente Severino Sombra, com inspiração no salazarismo e aproximação à Ação Integralista Brasileira (AIB). Anos mais tarde, considerou esta participação um erro da juventude. Entre 1936 e 1964 trabalhou no Rio de Janeiro, onde acompanhou os importantes fatos políticos e sociais daquele período. Em 1947 o padre Hélder organizou o secretariado nacional da Ação Católica Brasileira (ACB). Nomeado primeiro assistente-geral da ACB, cargo que ocuparia até 1962, a partir de 1949 o padre Hélder dirigiu a Revista Catequética, colaborando também com as revistas Ação Católica, Assistente Eclesiástico e Revista Eclesiástica Brasileira. Em 1952 foi ordenado bispo e trabalhou pela criação da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Dois anos depois, foi designado coordenador do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional. Em abril de 1955 foi promovido a arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro. Foi secretário-geral do Congresso Eucarístico Internacional, realizado em julho, e teve participação efetiva na I Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada também no Rio entre 25 de julho e 7 de agosto de 1955, durante a qual foi decidida a criação do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam). Ainda em 1955 passou a integrar o Conselho Nacional de Educação, que se tornou mais tarde o Conselho Federal de Educação, órgão ligado ao Ministério de Educação e Cultura. Em março de 1964, após o discurso da Central, encontrou-se com o presidente João Goulart no Palácio das Laranjeiras. Em 31 de março de 1966 dom Hélder recusou-se a celebrar uma missa em comemoração ao segundo aniversário do movimento de 1964. Em 1968 dom Hélder deixou a secretaria da Ação Social da CNBB e assumiu a presidência da Regional Nordeste II. Na ocasião, passou também a integrar a comissão representativa da CNBB. Leigos e religiosos com quem trabalhou nesse período sofreram as mais diversas pressões. No ano seguinte recebeu três prêmios: o Memorial Juan XXIII, na Espanha; o Martin Luther King, nos Estados Unidos; e o Internacional Viareggio da Paz, na Itália. Em maio de 1970, no palácio dos Esportes, em Paris, dom Hélder fez uma conferência para mais de dez mil pessoas, relatando a situação em que se encontrava o Brasil e denunciando casos de tortura de presos políticos, todos comprovados pela Comissão Internacional de Juristas. Em 1974, foi delegado do episcopado brasileiro ao III Sínodo dos Bispos, realizado em Roma. No mesmo ano foi indicado para receber o Prêmio Nobel da Paz. Em fevereiro de 1977, dom Hélder participou da reunião da CNBB realizada em Itaici (SP), quando foi publicado o documento Exigência cristã de uma ordem política. Aposentou-se em 1985. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Hélder Pessoa Câmara. Disponível em:

<https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helder-pessoa-camara>

Scherer!”.⁹¹⁸ Por estratégia comentou não ser próximo de Dom Helder Câmara para evitar problemas com os policiais argentinos. Hoje, conta aos risos o caso, pelo fato de não serem longamente interrogados e terem recebido, inclusive, votos de boa viagem dos agentes da repressão no país vizinho.⁹¹⁹

⁹¹⁸ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 06 de fevereiro de 2023.

⁹¹⁹ De acordo com o portal Memória e Resistência (USP): “A última ditadura argentina (1976-1983) teve início, por meio de um golpe de Estado, em 24 de março de 1976, o qual depôs a então presidenta da República María Estela Martínez de Perón, também conhecida como Isabelita Perón. No período em que vigorou o autodenominado “Processo de Reorganização Nacional”, uma Junta Militar, composta pelas três armas das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), assumiu o poder e, em seguida ao golpe, indicou o general Jorge Rafael Videla para presidir o país. A partir de então, desencadeou-se um regime pautado na desindustrialização, no endividamento externo, em sua autolegitimação, na centralização do poder nas mãos dos militares, com participação direta dos civis oriundos das elites nacionais, e no Terrorismo de Estado. Durante a última ditadura argentina, além do ditador Videla (1976-1981), estiveram à frente desse processo os generais, Roberto Eduardo Viola (1981-1981), Leopoldo Galtieri (1981-1982) e Reynaldo Bignone (1982-1983). Estima-se que mais de 30 mil pessoas tenham sido mortas durante essa ditadura (SADER; JINKING, 2006). Antecedendo o golpe de 1976 um cenário político conturbado e de caos econômico. As justificativas para a autolegitimação do regime também já se ensaiavam em período anterior a março daquele mesmo ano. As intervenções militares não eram um dado novo na História argentina, desde 1930. Em 1966, a autodenominada “Revolução Argentina”, um dos golpes militares anteriores a 1976, encabeçado pelo general Juan Carlos Onganía, junto com seus aliados civis, foi marcado por um governo autoritário e modernizador, inspirado no modelo brasileiro de 1964, o qual configurou a primeira tentativa de formular um modelo argentino de regime civil-militar. O fracasso dessa experiência levou a uma rápida restauração do poder civil em 1970 e ao consequente retorno de Juan Domingo Perón ao poder, em 1973. Com o regresso de Perón, os arquitetos do golpe de 1976 demonstraram a incapacidade dos governos autoritários anteriores em implementar projetos refundadores, diante de uma sociedade extremamente politizada e mobilizada. Mas, a morte de Perón, em julho de 1974, teve efeitos catastróficos sobre a sociedade argentina. Durante o governo de sua sucessora, Isabelita Perón (1974-1976), a inflação registrava alta de preços entre 500 e 800% (NOVARO; PALERMO, 2007). Mesmo após diversas trocas no Ministério da Economia, não foi possível conter os efeitos negativos da crise sobre a população, tampouco reverter a agitação popular, a ação das guerrilhas armadas e a reação dos sindicatos. O déficit público correspondia a 12% do PIB e registrava-se um assassinato político a cada cinco horas (NOVARO; PALERMO, 2007). Para os militares, as elites nacionais e o capital estrangeiro, era necessário encerrar o “círculo vicioso” composto por crises políticas e econômicas, governos militares inoperantes e a consequente restauração de governos civis de caráter populista. Em contraposição à chamada “Revolução Argentina”, o regime inaugurado em 1976 tomou para si a função messiânica de garantia da ordem. Com base em um discurso de autolegitimação, de guerra contra a “subversão” e contra o “populismo” e, igualmente, com base no caos econômico e social, foi conferida “carta branca” aos militares, em 1976, a fim de se produzir mudanças profundas na economia, nas instituições, na educação, na cultura e nas estruturas sociais, partidárias e sindicais. Nesse contexto, o programa proposto pelo Ministro da Economia do regime, o civil José Alfredo Martínez de Hoz, não estava destinado a obter bons resultados econômicos e sim efeitos reformuladores sobre o funcionamento da sociedade. Esse programa foi uma mistura de receitas neoliberais, conservadoras e desenvolvimentistas, cujos pontos de convergência eram proporcionar a intervenção seletiva do Estado, introduzir mudanças estruturais nas relações de poder, desmantelar o setor industrial, ampliar a primazia do setor financeiro, de modo a integrar o país no circuito mundial de capitais. Tais objetivos foram corroborados, conquanto o programa tenha conseguido uma vitória efêmera sobre a inflação. De fato, ainda no segundo trimestre de 1976, as taxas de inflação voltaram a subir acompanhadas da queda dos salários, o que demonstrou a falta de uma estratégia bem definida de longo prazo”. CRIVELENTE, M. R.; KOBASHI, N. Y.; JATENE, C. V.; OLIVEIRA, L. Memória e Resistência, 2017. Estudo e difusão de informações sobre as Ditaduras Civis-Militares na América Latina e sobre os lugares de construção da memória dessas ditaduras. Disponível em: <https://memresist.webhostusp.sti.usp.br/>.

Em uma epístola, de 29 de outubro, Egydio escreveu a partir de Manaus, informando viajar a Brasília e Goiânia. Na capital amazonense participou de um curso sobre Antropologia na Universidade do Amazonas (UA), atual Universidade Federal do Amazonas (UFAM). No manuscrito, citou a repercussão do curso e ponderou o mesmo traria desdobramentos positivos para o indigenismo. Além disto, destacou a fundação do Grupo Kukuro: “Hoje mesmo já se vai fundar uma espécie de ANAI (Grupo Kukuro) para apoio do índio da região, como resultado direto do curso”.⁹²⁰ Em uma entrevista também sublinhou esta passagem pela capital amazonense: “Na época era Secretário do CIMI. Eles me convidaram para uma semana de estudos sobre a questão indígena no Amazonas, né? Nesta nasceu o Grupo Kukuro de Apoio ao Índio”.⁹²¹ Outra informação destacada na carta foi a indicação de uma viagem à Prelazia de Borba/AM no mês seguinte, a fim de identificar a situação dos povos indígenas naquela Prelazia. Tal atividade fez parte da programação dos missionários da Operação Anchieta e do Conselho Indigenista Missionário na Amazônia Ocidental; Egydio percebeu nesta porção da Amazônia não havia nenhuma instituição indigenista governamental ou não em apoio aos indígenas da região e isto lhes infringia grandes dificuldades. Nos anos anteriores, Egydio criou uma frente de trabalho para a região dos rios Envira e Purus. A preocupação do missionário se ampliou em função da existência na região de diversos povos indígenas voluntariamente sem contato com a sociedade envolvente.

Egydio Schwade arquivou também uma entrevista por ele concedida ao jornal *Em Tempo*; publicada em 13 de novembro foi nominada “*Emancipação*”, a proposta camuflada e enganadora. Perguntado em relação ao Decreto da Emancipação respondeu ao jornalista: “Política de emancipação ou integração do índio significa nada mais, nada menos, do que a emancipação das terras indígenas. Ou, em outras palavras, a transferências destas mesmas terras para o latifúndio”.⁹²² Ponderou o decreto transformar os indígenas em ocidentais, trabalhadores avulsos⁹²³ e mal remunerados.⁹²⁴

⁹²⁰ CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Acervo Egydio Schwade. Carta. 1978.

⁹²¹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUI), em Presidente Figueiredo, em 02 de setembro de 2023.

⁹²² Reportagem do jornal *Em Tempo*, de 13 de dezembro de 1978.

⁹²³ Segundo Rodrigo Lins Barbosa, “[...] o governo dos militares continuou considerando o indígena como um indivíduo que poderia ser um agricultor ou um operário, mas também um “defensor da nossa pátria”, integrado aos costumes e às regras da sociedade dos brancos. Pelos preceitos da política dos militares, os indígenas deveriam estar integrados a sociedade nacional e inseridos no capitalismo para que contribuíssem de certa forma à produção do país”. Rodrigo Lins Barbosa. *O Estado e a questão indígena: crimes e corrupção no SPI e na FUNAI (1964-1969)*. Recife, 2016, p.260. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História UFPE, p. 95.

O posicionamento contrário ao Decreto da Emancipação refletiu a posição dos missionários ligados à Operação Anchieta e ao Conselho Indigenista Missionário. No decorrer da entrevista Egydio citou vários exemplos de violações dos direitos dos povos indígenas e diversos casos de esbulho de terras por grandes empresas agropecuárias e projetos de infraestrutura do governo militar.

Já na pasta de 1979, alguns documentos começam a reportar ao clima de expectativa por mudanças por ocasião da lei da Anistia. Na carta de 05 de março redigida pelo Pe. Cláudio Perani com o objetivo de informar os detalhes da realização do *Encontro dos Jesuítas da Pastoral Popular* em Salvador/BA, entre os dias 6 e 8 do mesmo mês consta um documento anexo. Intitulado *Perguntas do Centro Pe. Anchieta* o material citou quatro pontos para a organização do trabalho da Pastoral. No item onde abordam o novo contexto político nacional, elencaram tópicos da necessária adequação ao período de abertura. O documento questionou: “nossa ‘abertura’ é gradual e lenta?”; “qual nossa DSN? Identificar os grupos e valores da repressão”; e “estamos voltando atrás? qual o sentido de Puebla? quer o compromisso com o povo concreto?”.⁹²⁵

Na reportagem do jornal *O Globo* de 17 de agosto, intitulada *Conselho diz que continuam invasões de terras dos índios* Egydio Schwade foi entrevistado e compartilhou informações de uma viagem há pouco realizada ao sul do país. Para o missionário a Fundação Nacional do Índio previa a instalação de serrarias naquela região, a partir do trabalho do Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI). Diagnosticou ainda, “[...] as invasões de áreas indígenas continuam, os intrusos permanecem na área e a insegurança é a mesma”.⁹²⁶ A não retirada dos intrusos dos territórios dos indígenas do sul do país foi citada como exemplo pelo missionário para evidenciar as contradições das atividades da Funai não cumpria, sequer, as determinações legais.

O primeiro semestre de 1980 foi um momento de transição. Egydio Schwade havia se desligado do Secretariado-Executivo do Conselho Indigenista Missionário em agosto do ano anterior; contudo, a pedido do seu substituto, o também padre Paulo Suess, se manteve no cargo interinamente por quase um ano. Neste período, permaneceu em Brasília. Em junho de 1980 se deslocou para o Amazonas, chegando em Itacoatiara em 22 de junho, para trabalhar junto à Prelazia daquela cidade.

⁹²⁴ Reportagem do jornal *Em Tempo*, de 13 de dezembro de 1978.

⁹²⁵ CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Informe - Encontro dos Jesuítas da Pastoral Popular. 05 de março de 1979.

⁹²⁶ Reportagem do jornal *O Globo*, 17 de agosto de 1979.

Egydio arquivou também o relatório de uma reunião realizada em Cuiabá/MT entre os dias 05 e 07 de fevereiro de 1980 onde foram tratadas questões dos povos indígenas de pouco ou nenhum contato. Em *Reunião para estudar em que se encontram os índios livres* fez uma importante análise de conjuntura de diferentes povos da região amazônica. O evento contou com a presença de importantes indigenistas, dentre eles João Dal Poz⁹²⁷, Antônio Iasi Júnior, Renato Barth, Eugênio Wenzel⁹²⁸, Renato Athias⁹²⁹, Ivar Busatto, Anne Gruber, Thomás Lisboa, Balduino Loebens⁹³⁰, Gunther

⁹²⁷ Com base nas informações da Plataforma Lattes: “Doutor em Ciências Sociais (Universidade Estadual de Campinas, 2004), mestre em Antropologia Social (Universidade de São Paulo, 1991) e graduado em Engenharia Metalúrgica (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1976). Participou de projetos e da coordenação da Operação Amazônia Nativa (1977-1993) e lecionou na Universidade Federal de Mato Grosso (1992-2005) e na Universidade Federal de Juiz de Fora (2005-2014). Coordenador do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais - PPGCSO/UFJF (2011-2013). Membro da Câmara de Assessoramento da FAPEMIG na área de Ciências Humanas e Sociais (2010-2014). Professor colaborador no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros (2014-2018). Sua experiência em Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena (ritual, economia, suicídio, parentesco e organização social), inclui estudos de campo entre os povos Cinta-Larga e Zoró (ambos de língua Tupi-Mondé, no Mato Grosso e em Rondônia), Sorowaha (Arawa, no Amazonas) e Xerente (Jê, em Tocantins) e diversas perícias judiciais sobre a ocupação tradicional de terras indígenas (Tapirapé, Cinta-Larga, Zoró, Surui Paiter, Enawene-Nawe, Rikbaktsa, Xavante e Parque do Xingu)”. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6712490556968389>

⁹²⁸ Com base nas informações da Plataforma Lattes: “Doutor em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (1998). Mestre em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (1986), Bacharel em Filosofia pela Faculdade Nossa Senhora Medianeira, SP (1971). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Vale do Rio dos Sinos (1977). Graduado em Teologia pela Universidade Vale do Rio dos Sinos, RS (1978). Graduado em Psicologia (2012). Especialização em Teoria Psicanalítica, pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Especialização em Terapia Cognitivo-Comportamental pelo Instituto de Neurociências de São Paulo Raul Marino (2015). Experiência docente na área de Saúde Coletiva, com ênfase em psicoterapia psicanalítica. Professor Titular em diversas instituições de Ensino Superior nas disciplinas de Antropologia Social, Sociologia, Filosofia, Psicologia e Teorias Psicanalíticas. Atendimento clínico em Psicologia. Orientador de Estágio de Clínica em Psicanálise. Enquanto antropólogo, realizou pesquisas de material etnográfico em Museu Pigorini di Roma, It.; Museu Etnográfico de Chicago, USA; Museu Emilio Goeldi, Belem, PA; Museu Paulista, São Paulo, SP; Visitou diversos grupos indígenas para a realização de variadas pesquisas etnográficas nos Estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Tocantins. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4428819090005129>

⁹²⁹ Segundo o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV: “Renato Athias é Mestre e Doutor em Etnologia pela Universidade de Paris X (Nanterre). É coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade (NEPE) da Universidade Federal de Pernambuco, onde também atua como professor associado no Programa de Pós-graduação em Antropologia. É professor do Master Interuniversitário de Antropologia Iberoamericana da Universidade de Salamanca, na Espanha. Foi coordenador nacional do GT Antropologia Visual da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e diretor da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS). É vice-coordenador da Comissão de Museus e Patrimônio Cultural da União Internacional das Ciências Antropológicas e Etnológicas (IUAES)”. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Renato Athias. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/entrevistados/renato-athias>

⁹³⁰ De acordo com o portal Instituto Humanitas da Unisinos: “Padre Balduino Loebens, natural de Linha Cotovelo, Itapiranga, SC, atuou por mais de 40 anos na região de Fontanillas, ao longo do Rio Juruena, atendendo as aldeias da Etnia Rikbaktsa. Era reconhecido pelos conhecimentos e atendimento na Pastoral da Saúde, com a homeopatia”. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/170-noticias-2014/535130-balduino-loebens-jesuita>

Kroemer⁹³¹ e o próprio Egidio Schwade.⁹³² Os presentes apresentaram informações dos 25 povos diferentes, indicando o grau de contato, as pressões exercidas pela sociedade envolvente e a atuação da Fundação Nacional do Índio na região.

Em mais uma reportagem do jornal *O Globo*, desta vez em 24 de fevereiro de 1980, o missionário criticou as ações da Fundação Nacional do Índio no contato com os Arara, na região sul do Pará. O naquela ocasião já ex-Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário: “A Funai só realiza atrações em função da estrada ou do latifúndio, provocando um verdadeiro desastre para o índio, com sua morte física e cultural, a drástica perda da terra”.⁹³³ Em outra passagem, um duro diagnóstico das atrações realizadas pela Funai: “[...] deixam clara a falta de respeito aos povos indígenas. Povo atraído é povo vencido, pois é sempre levado à redução e à sedução. Os conflitos e as mortes, os ataques, demonstram que os trabalhos, como vêm sendo feitos, não se justificam”.⁹³⁴

No segundo semestre de 1980, passou a atuar junto à Prelazia de Itacoatiara em assessoria aos movimentos populares. Além disso, começou a estudar os Waimiri-Atroari e atuar em sua defesa. Ao chegar em Itacoatiara no dia 22 de junho presenciou os conflitos entre a Prefeitura, a Prelazia e as cerca de 80 famílias estavam sob ameaça de despejo da Comunidade da Paz para a construção de um terminal pesqueiro. Na carta enviada aos companheiros de indigenismo, registrou: “Uma hora após a nossa chegada já estávamos metidos numa importante briga da Prelazia e o povo da região com as autoridades municipais de Itacoatiara e um deputado estadual, por motivo da construção de um terminal pesqueiro”.⁹³⁵ Na epístola também se pode identificar o início das

⁹³¹ Gunter Kroemer (1939-2009). De acordo com Francisco Loebens, nasceu na Silésia, região hoje pertencente à Polônia. Teve uma infância difícil no contexto da 2ª Guerra Mundial. Fez seus estudos de filosofia em Viena na Áustria onde iniciou também a Teologia, que continuou em Roma e concluiu no nordeste do Brasil. Sua vocação missionária o trouxe para o Brasil no final da década de 1960 sendo ordenado padre diocesano por Dom Alonso da então Prelazia de Diamantino/MT. Em 1978, foi convocado pelo Cimi para localizar um povo indígena em situação de isolamento ameaçado de extermínio pelas forças econômicas locais, na região do médio Rio Purus, na Prelazia de Lábrea/AM. Integrando uma equipe do Cimi e da OPAN participou do primeiro contato com o povo indígena Suruwaha em 1980, assegurando a integridade física e cultural desse povo e conquistando a demarcação de suas terras. Assessorou o Grupo Indígena de Padres e Religiosos da Amazônia Brasileira (GIPRAB) na busca por uma igreja sempre mais inculturada. Contribuiu com o processo de organização dos povos indígenas Jarawara, Apurinã, Paumari, Deni e Jamamadi do médio rio Purus/AM. Disponível em: <https://cimi.org.br/2009/07/28974/>

⁹³² CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Relatório. Reunião para estudar em que se encontram os índios livres. Fevereiro de 1980.

⁹³³ Reportagem do jornal *O Globo*, 24 de fevereiro de 1980.

⁹³⁴ *Idem*.

⁹³⁵ CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Carta. 19 de agosto de 1980.

atividades junto aos Waimiri-Atroari: “Estamos aguardando o Pe. Justino, o nosso companheiro de equipe indigenista que está no Canadá, para planejar o primeiro passo para o interior, no rumo dos Waimiri e Atroari”.⁹³⁶ Para um eventual atraso do padre criaram um plano B: “Se, porém, demorar, pretendemos ir até Itapiranga, município onde se localizam parte dos Waimiri e Atroari. A partir dali, que fica na boca do rio Uatumã, queremos começar a auscultar maiores informações sobre os Waimiri e Atroari”.⁹³⁷ O plano de aproximação aos Waimiri-Atroari contava ainda com estudos prévios sobre a região e a história deste povo: “Para ver como podemos penetrar mais para o interior. Enquanto isto estamos recolhendo informações aqui e estudando mais a história desses povos, e participando intensamente das atividades pastorais da Prelazia e das comunidades de base”.⁹³⁸

Entre os documentos, um estudo cuja data não foi possível precisar elaborado por Egydio Schwade a respeito da questão da mineração no território dos Waimiri-Atroari: “P/ volta de 1973 se descobriram as jazidas de cassiterita no alto R. Uatumã (hoje Pitinga). Mtos Atroari q/ sofreram a partir de 68 as pressões da estrada BR-174, no rumo Sul-Norte se refugiaram naquela região”.⁹³⁹ E, mais adiante, destacou o posicionamento das políticas indigenistas oficiais: “[...] Na época em q. era Pres. da FUNAI o Gal. Bandeira de Mello⁹⁴⁰, que segundo Orlando Villas Boas⁹⁴¹ ‘implantou o projeto mais eficaz e rápido de extinção do índio brasileiro’”.⁹⁴²

⁹³⁶ CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Carta. 19 de agosto de 1980.

⁹³⁷ *Idem*.

⁹³⁸ *Ibidem*.

⁹³⁹ CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Anotações. 1980.

⁹⁴⁰ Segundo o portal do programa Povos Indígenas no Brasil, Oscar Jerônimo Bandeira de Mello foi: “General da Reserva, ex-chefe da Divisão de Segurança e informação da FUNAI e ex-agente do SNI, participou do inquérito que extinguiu o SPI. Na sua gestão, consolidou-se a política da FUNAI atrelada ao binômio “segurança e desenvolvimento”, que marcou o período mais duro do regime autoritário - o governo Médici. Seu lema era: “Integrar os índios rapidamente”, sobretudo para que não obstaculizassem a ocupação e colonização da Amazônia, em consonância com o Ministro do Interior, Costa Cavalcante, que anunciou o “boi como grande bandeirante da década”. No bojo do Plano de Integração Nacional, lançado em 1970, estabeleceu um convenio com a SUDAM “para pacificar 30 grupos arredios” ao longo da Transamazônica. Participou de um churrasco com fazendeiros na abertura da BR-080, rodovia que cortou o norte do Parque do Xingu e excluiu boa parte do território dos índios Txukarramãe (sub-grupo Kayapó). Durante sua gestão, foi promulgado o Estatuto do Índio, aprovado pelo Congresso Nacional, e criada, na FUNAI, a Divisão de Desenvolvimento Comunitário (subordinada à Coordenação de Programas de Desenvolvimento de Comunidades, do Ministério do Interior). Relacionada a essa divisão desenvolvimentista e integracionista das populações indígenas, reintroduziu a chamada “renda indígena”, conceito chave para viabilizar o projeto de “emancipação econômica” dos grupos indígenas”. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Funda%C3%A7%C3%A3o_Nacional_do_%C3%8Dndio_\(Funai\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Funda%C3%A7%C3%A3o_Nacional_do_%C3%8Dndio_(Funai)) Já de acordo com o portal Documentos Revelados, Oscar Jerônimo Bandeira de Mello: “General de divisão. Presidente da Funai de junho de 1970 a março de 1974. Responsável pela criação do Reformatório Krenak, no estado de Minas Gerais, utilizado como instalação prisional pela Funai e local

Em relação à ditadura militar, poder-se-ia considerar que a atuação política, dadas as restrições das liberdades individuais, seria limitada. Contudo, ao contrário, a militância de Egydio Schwade se deu nos anos de chumbo. Atuando nas brechas do Estado arbitrário, percorreu o interior, em parte distante da vigilância dos órgãos de inteligência, com a missão de identificar e recensear os povos, retratar as suas condições de vida, descrever suas necessidades e dificuldades, além disso, mobilizar a juventude e diversas instituições para participar de tão complexa tarefa. Buscou empreender suas energias no trabalho com o grupo de missionários católicos e os leigos que identificavam a questão indígena de forma mais ampla, não apenas circunscrita às aldeias, algo semelhante à caridade ou filantropia, em perspectiva assistencialista, catequética, ou ainda, tutelar. Percebeu que o problema central era a posse da terra e o conflito maior fora estabelecido pelo avanço da sociedade envolvente a partir do avanço da fronteira agropecuária. De acordo com o processo de construção de memórias, “[...] a gente decidiu iniciar uma política indigenista assim que se volta a uma mudança na política indigenista não apenas na Igreja, né? Mas também na política indigenista oficial”.⁹⁴³

A análise da documentação arquivada por Egydio Schwade foi uma importante estratégia de pesquisa para lançar luz em duas perspectivas diferentes: a primeira, pode ser compreendida como o acesso a meandros do indigenismo e, a segunda, a possibilidade de identificação de alguns suportes da memória do então missionário. Ao apontar os eventos e sistematizar as atividades daquele indigenismo em franco processo

de tortura, morte e desaparecimento forçado de indígenas”. Disponível em: <https://documentosrevelados.com.br/lista-oficial-de-torturadores-da-ditadura-militar/>

⁹⁴¹ Orlando Villas-Boas (1914-2002). Segundo reportagem da Agência Brasil, o sertanista e indigenista nasceu Botucatu, interior de São Paulo e se tornou fazendeiro, a exemplo de seu pai, Agnello. Foi um menino travesso quando estudava no grupo escolar do bairro paulistano de Perdizes, e seu espírito irrequieto predizia o futuro de sertanista e indigenista, sempre em busca de novas fronteiras. Em 1935 Orlando Villas Boas alistou-se no Exército onde ficou até 1939. A criação do Parque Nacional do Xingu em 1961 foi conseguida facilmente por Orlando, dada sua amizade com o então presidente da República, Jânio Quadros. Os irmãos sertanistas Orlando, Cláudio, Leonardo e Álvaro Villas Boas cuidadosamente mapearam seus encontros com as 14 tribos indígenas que encontraram, obtendo sempre permissão para instalar as bases da Fundação Brasil Central. Em 1978, Orlando Villas Boas deixou definitivamente o Parque do Xingu. Em 1984, aposentou-se para viver em sua casa no bairro paulistano de Alto da Lapa, e cultuava, num grande galpão nos fundos de casa, uma espécie de miniatura da Mostra do Redescobrimento (Exposição Brasil + 500, montada no Pavilhão da Bienal no ano 2000), composta de grande variedade de objetos indígenas, guardados em prateleiras, cada um com uma história a contar. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2002-12-12/biografia-de-villas-boas-mostra-um-homem-inquieto-que-se-recusava-cumprir-ordens-injustas>

⁹⁴² CACUI. Casa da Cultura do Urubuí. Anotações. 1980.

⁹⁴³ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 04 de fevereiro de 2022.

de renovação construiu importantes registros do cenário político daqueles anos. Pelo fato de revisitar a documentação ao longo dos últimos anos quando concedeu entrevistas, publicou textos ou proferiu palestras sobre as memórias do indigenismo acabou construindo uma narrativa singular sobre a história do indigenismo nos anos de chumbo. Em certa medida, o sujeito político, o indigenista e o cronista se confundem na construção das identidades por Egydio.

A sua formação intelectual se aproximou do campo progressista e o projetou para uma área, possivelmente, considerada subversiva. Com uma pequena pasta, uma ideia e uma mensagem de esperança se colocou diante dos poderosos associados no entorno do governo arbitrário. Forjado entre o conformismo dos religiosos conservadores representados pela expressão “a causa indígena é causa perdida”; ou, “é um absurdo”; no realismo da ideia “não há integração sem desintegração”; e, do anúncio da “boa nova”, se dedicou à causa indígena indo justamente de encontro aos projetos de desenvolvimento para a região amazônica e o sistemático esbulho das terras dos povos indígenas e pequenos produtores rurais.

A narrativa de Egydio Schwade sobre a década de 1970 tem como fio condutor principal a reorganização do indigenismo na Igreja Católica, com reestruturação da Pastoral Indigenista e do Conselho Indigenista Missionário; a organização do movimento indígena, ancorada na realização das assembleias dos povos indígenas; e, também, em eventos correlatos. A elaboração da ordenação precisa da realização das assembleias, associada à indicação cronológica, demonstra a relação entre o vivido e o revisitado; a sucessão e o encadeamento fático entre os conflitos entre os missionários do Conselho Indigenista Missionário e a alta cúpula da Fundação Nacional do Índio elucida a compreensão das minúcias de sua ação política, bem como a percepção dos avanços e retrocessos da política indigenista do governo; e, ao mesmo tempo, o grau de detalhamento destes eventos, tanto no escrito, quanto no narrado, contribuem para sustentar a tese de sua trajetória fazer parte do processo de renovação do indigenismo.

As fontes apontam para aproximações e distanciamentos entre o escrito e o narrado. Alguns eventos aparecem tanto nos seus registros, como também no processo de construção das memórias. A sua narrativa é influenciada por sua experiência, pelo vivido, mas também, em diferentes graus, pelo registrado e pelo revisitado. Agente e paciente da imperiosa ação do tempo, o Egydio Schwade de hoje, sujeito do processo de construção das memórias, diante do espelho, engendrou uma compreensão privilegiada

dos anos de chumbo, dos quais foi um dos protagonistas. Analisar estas experiências em perspectiva diacrônica ajuda a compreender as questões prementes, também, para os dias atuais.

CAPÍTULO 4. APURAR E INFORMAR: AS TENSÕES FORJADORAS DO(S) NOVO(S) INDIGENISMO(S)

Em maio de 2020, Jair Bolsonaro revogou uma série de decretos de temas relacionados às Forças Armadas, às políticas públicas e aos direitos humanos.⁹⁴⁴ Dentre os 302 decretos tornados sem efeito, encontra-se o Decreto Nº5.584 sobre os documentos do Conselho de Segurança Nacional (CSN), da Comissão Geral de Investigações (CGI) e do Serviço Nacional de Informações (SNI) custodiado pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e transferidos para o Arquivo Nacional.⁹⁴⁵ Além disto, depois de esvaziar a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP),⁹⁴⁶ o referido ex-presidente, em um dos seus últimos atos, em 30 de dezembro de 2022, o Diário Oficial da União publicou o relatório final, extinguindo formalmente a comissão.⁹⁴⁷ Tais medidas evidenciam a complexidade e as disputas políticas em torno da temática dos direitos humanos, do direito à memória, à justiça e à reparação.

A partir do acervo disponibilizado pelo Arquivo Nacional,⁹⁴⁸ o presente capítulo é resultado da investigação da documentação elaborada por diferentes órgãos da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Ministério do Interior (MINTER), do Ministério das Relações Exteriores (MRE), do Serviço Nacional de Informações (SNI) e dos Centros de Informações das Forças Armadas, dentre eles o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). Desta maneira, tem por objetivo analisar as pegadas deixadas pelos analistas e agentes de segurança naqueles anos de chumbo; principalmente em relação aos indigenistas ligados ao Conselho Indigenista Missionário, aos eventos por eles organizados, as assembleias indígenas, a Fundação Nacional do Índio e outras palavras-chave mencionadas por Egydio Schwade nas

⁹⁴⁴ O Decreto Nº 10.346, de 11 de maio de 2020. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF.

⁹⁴⁵ O Decreto Nº 5.584, de 18 de novembro de 2005. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF.

⁹⁴⁶ A CEMDP foi instituída pela Lei Nº 9.140 de 04 de dezembro de 1995. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF.

⁹⁴⁷ A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos foi recriada em julho de 2024. O decreto foi publicado no Diário Oficial da União, Nº 127, quinta-feira, 4 de julho de 2024.

⁹⁴⁸ A revista Acervo, do Arquivo Nacional, já dedicou três edições ao tema: Cf. V. 21, n. 2 (jul./dez. 2008); V. 27, n. 1 (jan./jul. 2014); e, V. 37, n. 3 (set./dez. 2024).

entrevistas. As fontes sugerem um possível aparelhamento das forças de segurança para fins repressivos e, consequentemente, político-ideológicos.

Os militares consideravam subversivas as atividades dos religiosos;⁹⁴⁹ segundo Carlos Fico: “Em certas questões socialmente explosivas, como a fundiária, e de grande repercussão internacional, como a indígena, identificavam os membros das comunidades de informações e de segurança a atuação direta da Igreja católica”.⁹⁵⁰ Os documentos⁹⁵¹ permitiram apreender partes significativas do *modus operandi* do sistema de informações do Estado brasileiro e a atuação das forças de segurança para investigar, cercear e boicotar a organização do movimento indígena e do movimento indigenista, naquele momento em franco desenvolvimento.⁹⁵² Os registros são importantes vestígios para a comprovação da utilização das instituições do Estado para o exercício do arbítrio.⁹⁵³

O acervo é vasto. A investigação da atuação da ditadura militar na Amazônia é uma árdua tarefa e está ainda no começo. As tensões entre a Fundação Nacional do Índio e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o papel da imprensa na questão indígena e indigenista, a evolução da ideia de indigenismo, o surgimento do movimento

⁹⁴⁹ Para Marco Cepik: “Os serviços de inteligência e contra-inteligência têm a responsabilidade de avaliar as ameaças, estudar as operações adversárias, fazer inferências operacionais e sugerir normas e técnicas de proteção que aumentem a segurança informacional das forças amigas”. Marco Cepik. *Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 60.

⁹⁵⁰ Carlos Fico. Como eles agiam. *Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 196.

⁹⁵¹ Icléia Thiesen e Maria Guiomar da Cunha Frota argumentam: “Regimes de exceção se nutrem de extraordinária produção documentária, oriunda das atividades intensas e cotidianas de espionagem, vigilância e repressão minuciosamente documentadas. Para o manuseio de tantos documentos, necessário se faz criar mecanismos que permitam o uso eficaz de informações produzidas, coletadas e armazenadas em complexo sistema informacional integrado por instituições que funcionam em rede”. Icléia Thiesen e Maria Guiomar da Cunha Frota. *Os arquivos do Sistema Nacional de Informação e Contra-Informação (SISNI) e o papel dos manuais na recuperação de informações sensíveis*. Inf. & Soc.:Est., João Pessoa, v.30, n.4, p. 1-18, out./dez. 2020, p. 02.

⁹⁵² Para Carlos Fico, “O Sisni trabalhava com informações e contrainformações, no Brasil e no exterior (especialmente por meio dos adidos militares), e subdividia-se em diversos “sistemas setoriais”. As DSIs, por exemplo, integravam os “Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Cíveis”; os órgãos que lidavam com informações propriamente militares compunham o “Subsistema de Informações Estratégicas Militares”. Evidentemente, o principal órgão do Sisni era o SNI”. Carlos Fico. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura: regime e movimentos sociais em fins do século XX*. (vol.4) 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 179.

⁹⁵³ Para Breno Luiz Tommasi Evangelista: “Durante a ditadura, esta militarização da política indigenista se manifestou não só através da ocupação de militares em cargos estratégicos, mas principalmente a partir do estabelecimento de diversas políticas específicas. Entre as principais medidas adotadas estava a formação de uma guarda armada dedicada a proteger, vigiar e punir grupos indígenas”. Breno Luiz Tommasi Evangelista. *Violência estatal e resistência indígena na primeira república e na ditadura civil-militar brasileira*. Revista Transversos. Rio de Janeiro, n. 25, ago. 2022, p. 62.

indígena, a renovação da atuação de parte da Igreja Católica junto aos povos indígenas e as relações dos agentes de Estado com os missionários católicos ligados ao CIMI são importantes variáveis para a percepção do tecido social e o mundo político da década de 1970.⁹⁵⁴

A sistematização do debate público entre os integrantes da Funai e os missionários católicos permitiu verificar a tensão existente entre as propostas de políticas indigenistas das diferentes instituições atuantes neste campo. A repercussão deste debate através imprensa deu visibilidade a uma porção do Brasil ainda pouco conhecida da maior parte da população daquele país em desenvolvimento: a região amazônica. As reportagens sobre os projetos de desenvolvimento na Amazônia e os conflitos com os povos indígenas davam ares de filmes de faroeste, pela resistência dos indígenas à invasão dos seus territórios, além das doenças, a desorganização dos sistemas sociais e mesmo o genocídio. As denúncias por parte dos missionários da preocupante situação dos povos indígenas em diferentes partes do país provocaram a reação de diferentes instituições, bem como teve amplo impacto internacional.

Bastante comum nos documentos, a expressão *apurar e informar*⁹⁵⁵, nesta forma ou em suas variações, deixa claro a intenção por parte do aparato estatal de manter estrita observância dos missionários católicos, seja na coleta de informações, seja na adoção de medidas mais drásticas, como a implantação de escutas telefônicas, agentes infiltrados nos eventos ou mesmo a detenção de indígenas para obter notícias. Junto a esta expressão, deve-se adicionar outra, também bastante difundida na documentação: *arquite-se*. A expressão foi utilizada por José de Aguiar, Chefe de Gabinete da presidência da Fundação Nacional do Índio, em recado manuscrito quando da tramitação do processo contendo os documentos sobre o relatório apresentado pelo Secretário Executivo do CIMI, o Pe. Egydio Schwade, em 11 de março de 1975, sobre as condições de vida dos povos indígenas da região sul, como discutido na seção 4.2 –

⁹⁵⁴ A Igreja Católica esteve dividida em relação ao golpe e ao regime. O Relatório da Comissão Nacional da Verdade aponta que “desde o início do golpe, houve perseguições a agentes de pastoral, clérigos e leigos da ICAR. Decerto havia uma “concordata moral”, que incluía subvenções a atividades de serviço público que a Igreja prestava à sociedade brasileira (o MEB, por exemplo), e a representações internacionais (a participação dos bispos no Vaticano II, por exemplo). O *modus operandi* do Estado era de caráter persecutório. O acompanhamento diligente foi seguido de perseguição a muitos membros do clero, como a invasão do convento dos dominicanos, em Belo Horizonte, em abril de 1964, e também a leigos. A vigilância e perseguição se deram de forma continuada, houve períodos de aumento da tensão, envolvendo, também, elementos de acomodação e colaboração”. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos. Volume II, 416 p./ Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014, p. 159.

⁹⁵⁵ Grifado.

O Pe. Egydio Schwade sob a mira dos órgãos de segurança. Aguiar (como aparece em outros documentos) se referia especificamente ao Ofício 029/75, da Funai, dirigido a 4ª Delegacia Regional da Funai, no Paraná, sobre as matérias publicadas nos jornais *O Estado de São Paulo* e *O Globo*, de 07 de março de 1975, onde o jesuíta criticou as condições degradantes dos povos indígenas na região sul; estas foram sistematizadas no referido relatório e difundidas através da imprensa. A matéria do ESP teve o seguinte título *Padre denuncia a miséria dos índios*.⁹⁵⁶

Com a pesquisa sobre os eventos organizados pelas lideranças religiosas com o objetivo discutir a política indigenista oficial, as diretrizes para as missões religiosas e as ações prioritárias para o indigenismo independente, foi encontrado um dossiê sobre a *Operação Pinguim*, por ocasião da realização do *Encontro sobre o problema da terra na Amazônia Legal*, em Goiânia/GO, entre 19 e 22 de junho de 1975, a primeira Assembleia do Conselho Indigenista Missionário. Tal dinâmica da pesquisa a elevou a outras dimensões, pelo fato de comprovar as hipóteses de controle das ações dos missionários e, ainda, por demonstrar as minúcias das atividades de espionagem, infiltração, coleta e apuração de informações. Com o prosseguimento da pesquisa sobre os eventos, encontrou-se o material sobre a realização do *IX Congresso Eucarístico Nacional*, de 16 a 20 de julho de 1975, em Manaus/AM, cuja a operação de informações foi denominada *Operação AM*; e do *IV Curso de Indigenismo* (ficou conhecido como *Encontro do Aleixo*) ocorrido entre os dias 13 e 28 de janeiro de 1978, também na capital amazonense, nominada *Venha a nós o Vosso Reino II*. Apesar do clima de euforia com a abertura política com o projeto da Anistia (se consolidou no ano seguinte), nas marchas e contramarchas da história, a reação conservadora pode ser percebida pelo recrudescimento da observação e do controle das lideranças religiosas.

Ao longo de dois anos de pesquisa persistiram suspeitas sobre tais práticas, tendo em vista alguns indícios apurados em documentos sobre a investigação das reuniões e encontros dos missionários católicos progressistas, contudo, estes documentos não permitiam um maior detalhamento do *modus operandi* dos órgãos de segurança. Com a localização das pastas sobre as operações de informações, foi possível identificar as práticas de interceptação de correspondências, coleta de informações com particulares, infiltração de agentes nas reuniões e eventos, a utilização de documentos

⁹⁵⁶ Reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, de 07 de março de 1975.

falsos, escutas telefônicas e gravadores não autorizados;⁹⁵⁷ e, também, algo até aquele momento não percebido, a apreensão de documentos em pretensas “operações de rotina”.⁹⁵⁸

A agência dos missionários ligados à Operação Anchieta e ao Conselho Indigenista Missionário foi considerada uma ameaça à política indigenista executada pelo governo e, por isto, aos interesses nacionais; e, o mais grave, os militares julgavam configurar grave ameaça à segurança nacional. Por este fato, a documentação sobre a Operação Anchieta, o Conselho Indigenista Missionário, aos eventos por eles organizados e os próprios missionários é extensa. Pelos órgãos de segurança eram classificados como o “clero progressista” ou “esquerda clerical”. O posicionamento político dos religiosos foi constante motivo de preocupação aos órgãos de segurança. Na Informação de 23 de junho de 1972, intitulada *O clero em Mato Grosso* os agentes daquela Agência Regional estabeleceram um parecer sobre a atuação dos religiosos no estado, as atividades de diferentes instituições como as Missões Religiosas, instituições universitárias, o Museu Regional do Índio, as emissoras de radiodifusão, entre outras, no sentido de permitir à Agência Central a compreensão da conjuntura política local.⁹⁵⁹ Já em 12 de janeiro de 1973 a Agência Campo Grande do Serviço Nacional de Informações (ACG/SNI) emitiu um Documento de Informações onde classificava os Bispos atuantes na região como Conservadores, Reformistas Pastoralistas ou Reformistas Progressistas.⁹⁶⁰ Tais definições foram estabelecidas a partir do documento nominado *Correntes e linhas do clero*. De acordo com o exercício taxonômico, as correntes seriam: Conservadores – “Sob o ponto de vista ideológico apoiam, no BRASIL, de um modo geral a orientação do Governo”. Já os Reformistas, seriam: a) Progressistas, aqueles que enfocam a análise das estruturas das sociedades, às quais associam as desigualdades. “Adeptos da chamada ‘Teologia da Libertação’, cujos mentores afirmam que falar em libertação implica em optar politicamente por uma

⁹⁵⁷ O *Manual de Informações* detalha as técnicas para a obtenção de informações e a elaboração de contrainformações, Cf. BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Manual de Operações de Informações. Arquivo Nacional.

⁹⁵⁸ Foram localizados dossiês sobre a *Operação Pinguim*, em Goiânia/GO, para investigar o *Encontro sobre o problema da terra na Amazônia Legal*; da *Operação AM*, em Manaus/AM, para investigar a realização do IX Congresso Eucarístico Nacional; ambas em 1975. E, da *Operação Venha a nós o Vosso Reino II*, em 1978, para acompanhar as atividades durante a realização do IV Curso de Indigenismo, também sediado em Manaus/AM.

⁹⁵⁹ BRASIL. Agência Campo Grande do Serviço Nacional de Informações (ACG/SNI). Informação N°300/72/ACG/SNI. 23 de junho de 1972. Arquivo Nacional.

⁹⁶⁰ BRASIL. Agência Campo Grande do Serviço Nacional de Informações (ACG/SNI). Documento de Informações N°010/73/ACG/SNI. 12 de janeiro de 1973. Arquivo Nacional.

‘Revolução Latino Americana’”,⁹⁶¹ e, os b) Pastoralistas, os quais “aceitam, em determinadas circunstâncias, o diálogo com as autoridades constituídas, podendo cooperar com as mesmas”⁹⁶² e apresentam posicionamentos ora próximos aos progressistas, ora dos conservadores.⁹⁶³

4.1 – OS CONFLITOS ENTRE A FUNAI E O CIMI

Como mencionado, após os escândalos envolvendo os diferentes Postos Indígenas do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em função da exploração da força de trabalho dos povos indígenas, a espoliação dos recursos nos territórios, diferentes casos de violência, esbulho das terras, corrupção, entre outros desvios de finalidade, com a reengenharia administrativa supostamente moralizadora do governo militar, foi criada a Fundação Nacional do Índio (Funai), em dezembro de 1967. Anos mais tarde, seria criado, no âmbito da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). O campo do indigenismo, do movimento indígena e das políticas públicas para os povos indígenas passaria, a partir de então, por profundas transformações. Mudanças substanciais ocorreram na noção de indigenismo, bem como na concepção e execução de projetos em territórios indígenas. Para o *Manual de Operações de Informações*⁹⁶⁴ as atividades de busca de informações tinham como objetivo a produção de conhecimentos para subsidiar os gestores na tomada de decisões ou na elaboração de planos ou programas. Já as missões de Contrainformação consistiam “em zelar pela segurança da atividade de Informações e, também, pelos segredos de interesse da Segurança Nacional”.⁹⁶⁵ Sistematizaram quatro tipos de cargos nas atividades de informação: Agentes; Colaboradores; Informantes; e os Agentes Especiais.⁹⁶⁶ O documento ressaltou ainda a necessidade de especialização em mecanismos de fechamento, ter conhecimentos básicos em eletrônica e manuseio de explosivos. Além disso, o candidato deveria contar com as habilidades necessárias para

⁹⁶¹ BRASIL. Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI). Documento de Informações Nº1236/19/72/AC/SNI. 12 de dezembro de 1972. Arquivo Nacional.

⁹⁶² *Idem.*

⁹⁶³ *Ibidem.*

⁹⁶⁴ O Manual de Informações foi aprovado por meio da Portaria Nº 626 do Gabinete do Serviço Nacional de Informações, em 10 de dezembro de 1976, pelo então Chefe do SNI o Gal. de Divisão João Baptista de Oliveira Figueiredo.

⁹⁶⁵ BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Manual de Operações de Informações. Arquivo Nacional. p. 11.

⁹⁶⁶ *Idem.*

trabalhar como infiltrado em organizações consideradas adversas pelo órgão de segurança.

A relação entre a Igreja Católica e os órgãos de segurança durante a ditadura militar foi objeto do escrutínio de Paulo César Gomes. No livro *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem* detalhou a ação da comunidade de informações e os órgãos de segurança em relação aos bispos nos anos de chumbo. O autor ponderou o papel relevante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil na denúncia das arbitrariedades e, por isto, na década de 1970 se tornou um importante ator na oposição ao regime de exceção.⁹⁶⁷ Os Bispos ligados às causas populares começaram a ganhar força no interior da CNBB e a instituição passou a compreender os direitos humanos de forma mais ampla, aproximando-se das questões ligadas à pobreza e à opressão das camadas populares. Contudo, vale lembrar, na década anterior a Conferência dos Bispos não era considerada inimiga do regime em função do apoio de setores majoritários ao golpe militar em 1964. Ao passo quando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) “[...] posicionou-se contrariamente ao regime militar, no final dos anos 1960, os bispos e padres mais afinados com tal posicionamento (que passariam a ser identificados como "clero progressista") tornaram-se alvo das comunidades de segurança e de informações”.⁹⁶⁸ Outra obra de referência sobre o tema é *Como eles agiam – Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*; nela o historiador Carlos Fico analisou em seu doutoramento o acervo da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça custodiada pelo Arquivo Nacional.⁹⁶⁹ Ao se debruçar sobre a documentação ordinária do Ministério da Justiça e de instituições a ele relacionadas identificou aspectos do *modus faciendi* da ditadura documentada.⁹⁷⁰

Paulo César Gomes conferiu atenção à atuação dos Bispos em relação às disputas pela posse da terra, conflitos decorrentes da política fundiária do governo federal: “O tema mais recorrente nas observações da comunidade de informações sobre as atividades dos bispos em questões fundiárias são os conflitos entre posseiros e

⁹⁶⁷ Paulo César Gomes. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*. 2014, p. 61.

⁹⁶⁸ Carlos Fico *Como eles agiam – Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política* (2001), p. 192.

⁹⁶⁹ Carlos Fico. *Como eles agiam – Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política* (2001).

⁹⁷⁰ Carlos Fico. *A ditadura documentada*. Acervo. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 67-78, jul./dez. 2008a.

proprietários de terras e, por conseguinte, o envolvimento de representantes da Igreja nessas disputas”.⁹⁷¹ De fato, a questão fundiária na Amazônia, especialmente nas áreas de fronteira, foi considerada pelos militares como tema de segurança nacional. As disputas pela posse da terra eram analisadas pela perspectiva do conflito ideológico da Guerra Fria, onde as regiões empobrecidas poderiam ser locais iminentes à criação de focos guerrilheiros. Por este fato, havia grande acompanhamento por parte dos órgãos de segurança em diferentes partes da Amazônia. A defesa da autodeterminação dos povos indígenas pelos missionários progressistas também era vista com ressalvas. A ideia subjacente avaliada pelos militares era a possibilidade dos povos indígenas tornarem-se Estados independentes; e isto lhes figurava uma séria ameaça à integridade territorial e à soberania nacional.

Vale lembrar, ecumenicamente, o CIMI aglutinou uma leva leigos e de intelectuais ligados à Igreja Católica marcadamente influenciados pelo Concílio do Vaticano II e com propostas de mudanças radicais na política indigenista oficial, com base nas experiências acumuladas com a ação pastoral na década anterior. Deve-se levar em consideração a criação da Operação Anchieta (OPAN) em 1969 e a encarnação de missionários católicos progressistas e leigos, junto aos povos indígenas lhes permitiu compreender a realidade destes povos, *in loco*, quadro bastante distante daquele descrito pelos agentes do indigenismo oficial e lideranças católicas conservadoras.

Por ocasião das denúncias da realidade encontrada nas aldeias na imprensa nacional e internacional, as lideranças católicas passaram a ser objeto das preocupações dos agentes do governo arbitrário; os enfrentamentos do indigenismo oficial e as políticas indigenistas progressista se tornaram cada vez mais frequentes. Estes enfrentamentos contavam com diferentes instâncias e escalas. E, muitas vezes, o enfrentamento ultrapassava a esfera institucional e repercutia através da imprensa. Para além de uma perspectiva nominalista ou do antagonismo de narrativas, a noção de indigenismo operacionalizada através da política indigenista por cada uma das instituições poderia impactar diretamente aos povos indígenas, com um elevado custo cultural e humano. Através da documentação, pode-se tentar remontar parte destes conflitos.

⁹⁷¹ Paulo César Gomes. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*. 2014, p. 174.

A Doutrina de Segurança Nacional e os projetos de desenvolvimento do Plano de Integração Nacional (re)escalonaram a exploração econômica e a demografia da região amazônica;⁹⁷² e, em decorrência, o avanço da fronteira fundiária, rodoviária, agropecuária, extrativista, energética, industrial e demográfica, potencializou conflitos com os povos indígenas.⁹⁷³ Muitos povos foram contatados pela primeira vez. Outros tantos, tinham contatos esporádicos com a sociedade envolvente quando da chegada de exploradores; ademais, deve-se considerar a situação dos povos ainda sem contato. Contudo, os projetos de consolidação da área de fronteira e a colonização da região, sob a bandeira da integração nacional e do “desenvolvimento”, pelos governos militares, expuseram os povos indígenas a um sem fim de situações adversas.

Além da repercussão internacional sobre os casos de tortura de opositores do regime e do genocídio dos povos indígenas, como parte da sociedade civil e instituições começaram a questionar os impactos dos projetos propostos e em execução na região amazônica, o governo autoritário procurou organizar ações de informação e contrainformação para dourar a pílula dos pacotes econômicos para os referidos territórios. A imagem do governo militar junto às elites locais e às instituições internacionais era inquietação constante dos agentes ocupantes do Estado, tendo em vista a viabilização dos investimentos estrangeiros para os projetos propostos para a região. A imagem a construir era de um país em franco desenvolvimento, uma democracia liberal, respeitosa aos tratados internacionais e aos direitos humanos.

Entretanto, nas regiões mais afastadas das capitais, a realidade encontrada, não cabia nesta moldura. Os povos indígenas estavam abandonados à própria sorte, sendo

⁹⁷² Para Rodrigo Lins Barbosa, “[...] os militares queriam estabelecer a ideia de Segurança Nacional para conter qualquer tipo de ameaça aos seus interesses de desenvolvimento econômico e de integração das regiões do Brasil. Desse modo, com o Golpe de 1964 e a implantação da Ditadura, os militares pretendiam, além da alegação do combate ao socialismo, reverter o quadro de subdesenvolvimento do país, estabelecendo a ocupação e a aplicação de investimentos econômicos nos territórios da Amazônia e do Centro-Oeste, considerados “espaços vazios”, e o aumento da defesa das fronteiras nacionais”. Rodrigo Lins Barbosa. *O Estado e a questão indígena: crimes e corrupção no SPI e na FUNAI (1964-1969)*. Recife, 2016, p. 260. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História UFPE, p. 142.

⁹⁷³ Segundo Ascenso “[...] o projeto desenvolvimentista da ditadura militar acentuou a visão dos indígenas como inimigos do progresso e do desenvolvimento, além de riscos potenciais à segurança nacional, e empreendeu, sobretudo a partir do Programa de Integração Nacional, investimentos pesados na colonização de terras que, por direito reconhecido na própria Constituição em vigor, eram indígenas. O número de comunidades afetadas e a dimensão do extermínio e das violências físicas e culturais cometidas ainda não estão estabelecidos. Há muito estudo, ainda, a ser realizado nessa área”. João Gabriel da Silva Ascenso. *“Como uma revoada de pássaros”*: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, 2021. p. 391. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 35-36.

integrados à sociedade envolvente de forma gradual e invisibilizante. Inclusive, os documentos oficiais e as manifestações públicas expressavam tal perspectiva, enunciando uma líquida, certa e pacífica integração à comunhão nacional, na expressão corrente à época. Porém, mesmo em um cenário de censura, restrições às liberdades individuais e ao cerceamento político, daquele contexto político emergiram diferentes resistências. Em público, os agentes do Estado, certo modo, procuravam atuar no campo da diplomacia em relação às denúncias dos integrantes do CIMI. Contudo, nos gabinetes das repartições em Brasília e nas capitais estaduais, a intransigência e o arbítrio se revelavam. A diplomacia dos agentes do governo militar era uma cortina de fumaça a fim de criar uma ideia de política de boa vizinhança com o Conselho Indigenista. Para além dos holofotes da imprensa, mudavam o tom.

A coleta de informação⁹⁷⁴ das atividades dos indigenistas missionários, de suas manifestações públicas e viagens, as proibições de ingressos nas terras indígenas⁹⁷⁵ ou da participação de indígenas em eventos,⁹⁷⁶ a infiltração de agentes nestas atividades,⁹⁷⁷ a interceptação de correspondências⁹⁷⁸ e outras atividades de inteligência demonstram a constante vigilância dos opositores ao indigenismo praticado pelo governo;⁹⁷⁹ face à resistência, passavam a ser considerados “subversivos”. A documentação é farta em exemplos desta lógica. Como se pode perceber no *Manual de Informações*, dissimular, tergiversar e dissuadir constituíam importantes variáveis para a administração de informações para a manipulação do jogo político.

⁹⁷⁴ Cf. BRASIL. Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O índio na imprensa diária brasileira. Janeiro de 1973. Pasta da Assessoria de Comunicação Social (ACS/FUNAI). Arquivo Nacional; e, BRASIL. Departamento Geral de Operações da Fundação Nacional do Índio (DGO/Funai), de 27 de maio de 1975. Arquivo Nacional.

⁹⁷⁵ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Ofício Nº 113. 26 de maio de 1975. Arquivo Nacional

⁹⁷⁶ BRASIL. Departamento Geral de Operações da Fundação Nacional do Índio (DGO/Funai), de 27 de maio de 1975. Arquivo Nacional; Cf. BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Pasta Moacyr Grechi. 1978. Arquivo Nacional.

⁹⁷⁷ BRASIL. Agência de Brasília do Serviço Nacional de Informações (ABS/SNI). Encaminhamento Nº 187/19/ABS/75. 30 junho de 1975. Arquivo Nacional.

⁹⁷⁸ Cf. BRASIL. Núcleo da Agência de Goiânia do Serviço Nacional de Informações (NAGO/SNI). Relatório S/NR. Arquivo Nacional; Cf. BRASIL. Núcleo da Agência de Goiânia do Serviço Nacional de Informações (NAGO/SNI). Encaminhamento Nº 095/116/AFZ/SNI/76. Arquivo Nacional; Cf. BRASIL. Núcleo da Agência de Goiânia do Serviço Nacional de Informações (NAGO/SNI). Documento de Informações Nº 0266/73. 16 de março de 1973. Cf. BRASIL. Agência Rio de Janeiro do Serviço Nacional de Informações (ARJ/SNI). Encaminhamento Nº 745/60/73. 23 de julho de 1973. Arquivo Nacional; Cf. BRASIL. Núcleo da Agência de Goiânia do Serviço Nacional de Informações (NAGO/SNI). Encaminhamento Nº 085/NAGO/SNI/76. 19 de maio de 1976. Arquivo Nacional; Cf. BRASIL. Núcleo da Agência de Goiânia do Serviço Nacional de Informações (NAGO/SNI). Informação Nº 412/NAGO/SNI/76. 01 de outubro de 1976. Arquivo Nacional.

⁹⁷⁹ As pastas *Clero esquerdista* e *Esquerda Clerical* contam com milhares de documentos.

Em relação à produção de informações,⁹⁸⁰ o manual considerou os seguintes modelos de documentos: Pedido de Busca; Ordem de Busca; Relatório de Agente; Informe; Estudo da situação; Plano de Operações; Ficha Individual; Ficha de Interrogatório; Ficha de Monitoração; Plano de Entrevista ou Interrogatório; Resumo das Declarações do Interrogado; e, Pedido de Fotografias Aéreas.⁹⁸¹ Na sequência, cada um destes tipos de documentos foram caracterizados e exemplificados, para os agentes e analistas das Agências Regionais elaborarem os documentos em conformidade com o padrão estipulado.

Um dos elementos importantes deste Manual refere-se à Cobertura Postal. Neste item, considerou como técnica de busca de informações a violação de correspondências. Elencou como dimensões possíveis a interceptação de correspondências; a detecção de possíveis violações; e a detecção do uso de escrita invisível. O Manual de Operações de Informações definiu: “A Interceptação de Correspondência constitui uma atividade delicada, com fabulosos resultados para a busca de informes, face à quantidade de dados que são, via de regra, obtidos [...] A segurança é imprescindível e o sigilo dos trabalhos é fundamental”.⁹⁸² Depois de quase três anos de suspeitas desta prática, tal fragmento possibilitou comprovar o que as cópias das cartas anexas aos relatórios do Serviço Nacional de Informações deixavam em aberto. Diferentes Agências recorriam a este artifício para a obtenção de informações. Foram localizadas cópias de cartas do Pe. Egydio Schwade, do Pe. Ivo Poletto, Dom Tomás Balduino, Dom Pedro Casaldàliga, Maria Alzira Fritzen, entre outros.

Em anexo à Informação do Estado Maior da Aeronáutica encontra-se uma Circular Secreta onde foram relacionados aspectos da legislação referente às cartas consideradas subversivas. Emitido pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, o documento citou orientações aos diretores regionais para o tratamento das correspondências, para impedir a circulação de “[...] objeto, publicação ou artefato com endereço, dizeres ou desenhos indecentes, injuriosos, ameaçadores, ofensivos a moral, ou ainda CONTRÁRIO À ORDEM PÚBLICA E AOS INTERESSES DO PAÍS, (O grifo é

⁹⁸⁰ Para Carlos Fico: “A partir do momento em que um documento é produzido como sigiloso, seu acesso fica interdito por um certo tempo - o que se chama “prazo de classificação”. Assim, os documentos ultra-secretos têm prazo de classificação máximo de trinta anos; os secretos, vinte; os confidenciais, dez, e os reservados, cinco anos”. Carlos Fico. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 26.

⁹⁸¹ *Ops. Cit.* p. 34.

⁹⁸² Carlos Fico. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 97.

nosso)”.⁹⁸³ Para o acompanhamento do trabalho de cada diretoria regional foi criado um Setor de Controle de Tráfego ligado a Guarnições Militares, com o objetivo de investigar o fluxo de correspondências com suposto conteúdo subversivo, um sistema de controle rígido por parte das Diretorias Regionais pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, onde as unidades locais deveriam enviar frequentemente relatórios ao departamento central informando as medidas de segurança tomadas. Apesar da legislação vigente, o pragmatismo na pretensa guerra contra o comunismo justificaria o seu desrespeito. No texto, o diretor foi taxativo, mesmo se o órgão estivesse disposto “[...] a cumprir integralmente o que determinam as leis sobre a "inviolabilidade o sigilo da correspondência", não expedirá nem distribuirá "publicações contrárias à ordem pública e aos interesses do país", bem como "correspondência que atente contra a Segurança Nacional"”.⁹⁸⁴ Além disto, o Gerente de Operações Postais da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos demandava relatórios acerca das correspondências ao chefe do Serviço Nacional de Informações. Ligada ao Ministério das Comunicações a Empresa de Correios e Telégrafos também contava com uma Assessoria de Segurança e Informações, a ASI/ECT.

Dado o volume de material encontrado referente à vigilância; à tentativa de controle; ao uso do aparato estatal para a criação de entraves; e as iniciativas para perseguir, repreender ou mesmo eliminar o nascente movimento indígena, a análise da renovação do indigenismo demanda a atenção a esta dimensão do fenômeno histórico em tela, a fim de buscar descortinar o *modus operandi* da comunidade de informações.⁹⁸⁵ A análise da agência arbitrária por parte do Estado aparelhado pelos militares pressupõe as variáveis controle e repressão. Egydio Schwade, Antônio Canuto, Francisco Loebens e Stephen Baines manifestam nas entrevistas ter conhecimento do cerceamento e os missionários, inclusive, tomavam medidas em relação à sua e segurança das informações nas ações do movimento, contudo, em uníssono, destacam não saber mensurar o grau de investigação das ações do

⁹⁸³ BRASIL. Departamento dos Correios e Telégrafos. CIRCULAR SECRETA Nº 001/65-GAB-IPG. 13 de setembro de 1965. Arquivo Nacional. [Grifo original]

⁹⁸⁴ *Idem*.

⁹⁸⁵ Para Carlos Fico “[...] havia grande troca de papéis entre os diversos órgãos de segurança e de informações: as DSI dos diversos ministérios, o CIE (Centro de Informações do Exército), o CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica), o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), o SNI (Serviço Nacional de Informações), a CGI (Comissão Geral de Investigações), as segundas seções das unidades militares, as delegacias de ordem política e social (DOPS) vinculadas às secretarias estaduais de segurança etc”. Carlos Fico. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 27.

indigenismo progressista. Em certa medida, sabiam da existência do panóptico, apenas não tinham clareza de sua capilaridade.

O *Manual de Operações de Informações* também apontou as diretrizes para a realização de entrevistas. Em termos conceituais, a entrevista “[...] é uma conversação com um propósito definido. Visa obter e transmitir dados ou conhecimentos, ou modificar o comportamento das pessoas”.⁹⁸⁶ Consignou além das qualificações inerentes ao “homem de operações” deveria ser acrescentada mais uma, a empatia. Para o Manual a entrevista conta com quatro fases: aproximação; ataque aos pontos fortes; ataque ao objetivo; e, o fim da entrevista.⁹⁸⁷ À realização das entrevistas não bastava o agente saber ouvir, mas sim deveria elaborar um planejamento e, ainda, provocar no entrevistado o desejo de falar. Na seção seguinte, trata do Interrogatório, o qual é definido como “[...] a entrevista sobre o regime de exigência”.⁹⁸⁸ Alegou como particularidades deste procedimento: “[...] em princípio, o interrogado tentará ocultar fatos ou omitir os dados mais importantes; a resistência a falar a verdade por parte do interrogado tem que ser quebrada; os pontos fracos têm que ser observados e bem manipulados pelo interrogador”.⁹⁸⁹ A descrição das etapas do interrogatório é abjeta. Basta dizer: levam em consideração a necessidade de isolamento acústico e a clareza de não há telefones na sala de sua realização.⁹⁹⁰ Não é difícil o leitor imaginar os possíveis desdobramentos dos interrogatórios ilegais nos porões da ditadura.

Outra dimensão importante da ação dos órgãos de segurança foi a infiltração de agentes nas atividades às quais buscavam informações: “A consecução de uma Infiltração requer um meticuloso planejamento, sendo indispensável um estudo do objetivo, notadamente, quanto às suas defesas e estimativas de suas evoluções, em especial se se tratar de objetivo clandestino”.⁹⁹¹ Traçou os cuidados necessários para manter o sigilo da atividade, bem como o desafio para a realização deste tipo de procedimento, pelos riscos aos agentes.

⁹⁸⁶ Carlos Fico. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 99.

⁹⁸⁷ BRASIL. Departamento dos Correios e Telégrafos. CIRCULAR SECRETA Nº 001/65-GAB-IPG. 13 de setembro de 1965. Arquivo Nacional.

⁹⁸⁸ Carlos Fico. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 101.

⁹⁸⁹ BRASIL. Departamento dos Correios e Telégrafos. CIRCULAR SECRETA Nº 001/65-GAB-IPG. 13 de setembro de 1965. Arquivo Nacional. [Grifo original]

⁹⁹⁰ *Idem*.

⁹⁹¹ BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). *Manual de Operações de Informações*. Arquivo Nacional. p.107.

A investigação de atores políticos contavam com três apresentações de documentos:⁹⁹² Levantamento de Dados Biográficos (LDB), Prontuários e Juízos Sintéticos. Na Instrução Normativa, o LDB é: “[...] o documento de Informação que contem dados e outros conhecimentos sobre determinada pessoa, já processados da forma mais por menorizada possível, obtidos sigilosamente pelos Órgãos integrantes do Sistema Nacional de Informações (SISNI)”.⁹⁹³ Os LDB’s buscavam caracterizar a tendência ideológica, as atitudes em relação às instituições e possíveis atividades *subversivas* com a justificativa de preservar os interesses da Segurança Nacional. Já o Prontuário pode ser definido como: “[...] o registro cronológico de todos os dados conhecidos, positivos ou negativos, confirmados ou não, condição que deve ser expressamente declarada, existentes no Órgão sobre determinada pessoa”.⁹⁹⁴

Com base nestas informações se pode perceber a extensa rede de vigilância e controle à qual a sociedade estava submetida naquele contexto.⁹⁹⁵ Por certo os missionários católicos foram observados constantemente pelos órgãos de segurança; isto se pode afirmar com referência à vasta documentação produzida pelas Delegacias Regionais da Fundação Nacional do Índio, pelas Agências Regionais e pela Agência Central do Serviço Nacional de Informações, pelos Departamentos de Polícia Federal e, ainda, os órgãos de informações das Forças Armadas, dentre eles o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA). Esta pesquisa conseguiu identificar alguns elementos deste sistema de investigação e controle. Além da interceptação de correspondências, a expressão do arbítrio através da vigilância, do controle, do impedimento de acesso ou das expulsões das áreas indígenas, as escutas telefônicas clandestinas, a infiltração de agentes nas atividades do movimento indígena e a

⁹⁹² Para Carlos Fico: “O SISNI não era, obviamente, urna estrutura simplesmente voltada para o recolhimento de informações capazes de subsidiar a tomada de decisões das autoridades brasileiras. Era, antes de tudo, um sistema de espionagem e inculpação que partia do pressuposto de que ninguém estava totalmente imune ao comunismo, à subversão ou à corrupção”. Carlos Fico. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 100.

⁹⁹³ BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Instrução Interna Nº 07/AC/82. Arquivo Nacional.

⁹⁹⁴ *Idem*.

⁹⁹⁵ Segundo Carlos Fico: “Quando se tem contato com o pensamento da comunidade de informações, a primeira reação é o riso. A preocupação com a força do “inimigo” parece excessiva; o jargão dos militares envolvidos empresta aos documentos um tom grandiloquente e tecnicista de algum modo incompatível com a real dimensão do problema; o tratamento ideológico é de tal forma precário, que soa como o mais elementar “falseamento da realidade”. Carlos Fico. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 72.

mobilização do aparato estatal para a desmobilização do emergente movimento indigenista e indígena passaram fazer parte do cenário político dos anos de chumbo.

Havia grande receio em relação à imagem do governo no âmbito doméstico e, principalmente, internacional.⁹⁹⁶ As Embaixadas do Brasil acompanhavam sistematicamente as publicações acerca do país na imprensa; enviavam agentes para acompanhar eventos onde brasileiros participariam; as lideranças das instituições de diferentes segmentos eram observadas em suas viagens ao exterior; e, os estrangeiros já vigiados no país, também eram acompanhados de perto quando no exterior. No final dos anos 1960, quando começaram a surgir as denúncias das graves violações dos direitos humanos no Brasil em função do genocídio cometido contra os povos indígenas (e demais opositores), esta preocupação e, conseqüentemente, o acompanhamento, recrudesceram.

Por exemplo, em relação às ações de informação da Fundação Nacional do Índio, um relatório da Assessoria de Comunicação Social conta com 449 páginas. Dentre os diversos documentos ordinários da repartição pública, encontra-se um significativo número de páginas dedicadas majoritariamente ao estudo das publicações na imprensa nacional e internacional da questão indígena, as manifestações dos missionários e as suas críticas à política indigenista praticada pelo governo. Adotaram como procedimento a realização da pesquisa denominada *O índio na imprensa diária brasileira*, onde efetuavam a análise morfológica e do conteúdo das matérias acerca do indigenismo em nove jornais de Brasília, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Em relação ao conteúdo, estipularam as seguintes categorias: a) Política indigenista; b) Atração e aculturação de tribos; c) Terras indígenas: reservas e parques; d) Conflitos entre índios e civilizados; e) Informações gerais e administrativas; f) Assistência ao índio; g) Influência cultural; e h) Matéria indigenista estrangeira.⁹⁹⁷ Entre os periódicos, aqueles

⁹⁹⁶ Paulo Cesar Gomes e Carlos Benítez Trinidad discutiram o impacto da repercussão internacional da questão indígena. De acordo com os autores os militares criam uma ampla estrutura para cercear a resistência: “Para além do monitoramento e vigilância, bem como da denúncia contínua, do controle da imprensa, da censura e da criação de um corpus ideológico baseado na conspiração, como vimos até agora; o Estado militar também colocou em prática toda uma série de estratégias de coerção que tentaram separar e controlar os diferentes atores. Deportações, isolamento de terras indígenas, impedimento de acesso de missionários e antropólogos e até mesmo impedimento de que lideranças indígenas se reunissem (FUNAI..., 1978) ou saíssem do país foram estratégias comuns e tentativas infrutíferas de coibir a circulação de informações pelos militares”. Paulo Cesar Gomes; Carlos Benítez Trinidad. *A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 14, n. 35, 2022, p. 28.

⁹⁹⁷ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (FUNAI). *O índio na imprensa diária brasileira*. Janeiro de 1973. Pasta da Assessoria de Comunicação Social (ACS/FUNAI). Arquivo Nacional.

de grande circulação, estavam o *Correio Brasiliense*, o *Diário de Brasília* e o *Jornal de Brasília*, do Distrito Federal; *Diário de Notícias*, *O Globo* e o *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro; e, *Folha de São Paulo*, *Jornal da Tarde*, *O Estado de São Paulo*, da capital paulista.⁹⁹⁸ Naqueles tempos de censura, o estudo das publicações na imprensa contava com amplo grau de detalhamento. Inclusive o espaço ocupado pelas matérias no jornal era medido em centímetros.⁹⁹⁹ A agência dos missionários ligados à Operação Anchieta e ao Conselho Indigenista Missionário foi considerada uma ameaça à política indigenista praticada pelo governo e, por isto, aos interesses nacionais; e, o mais grave, os militares julgavam afrontar a segurança nacional. Por este fato, a documentação da Operação Anchieta, o Conselho Indigenista Missionário, aos eventos por eles organizados, aos próprios missionários é extensa”.

Nas seções foram analisados documentos acerca das noções e as atitudes das instituições governamentais para com os indigenistas missionários, a fim de observar o conflito entre as diferentes perspectivas de indigenismo e a vigilância empreendida pelo aparato estatal naquele contexto dos anos de chumbo. São relatórios, estudos, dossiês, memorandos, telegramas, pedidos de buscas, pedidos de informações, prontuários, entre outros, e possibilitam desvendar as estratégias dos ocupantes do governo federal e suas instituições para cercear a organização dos missionários católicos progressistas e das lideranças indígenas mobilizadas, com incentivo e apoio dos primeiros. Considerar a atuação missionária e os dispositivos utilizados pelos agentes do Estado na vigilância e controle é de suma importância para estudar a emergência do novo indigenismo.

Em linhas gerais foi possível remontar os conflitos entre a Fundação Nacional do Índio e o Conselho Indigenista Missionário. Estes conflitos redundaram em avanços na política indigenista governamental, na organização do movimento indígena e na renovação do indigenismo. A partir da documentação evidenciou-se a intensificação do conflito a partir de 1973 com a renovação dos quadros e da estrutura do CIMI e da entrada em vigor do Estatuto do Índio, em dezembro. Em função da atuação intransigente dos missionários do órgão indigenista ligado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, em 1975, a relação com o indigenismo oficial foi bastante desgastada. Nos bastidores e na imprensa o conflito se intensificou. Ao longo do ano seguinte

⁹⁹⁸ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O índio na imprensa diária brasileira. Janeiro de 1973. Pasta da Assessoria de Comunicação Social (ACS/FUNAI). Arquivo Nacional.

⁹⁹⁹ *Idem*.

ocorreu uma série de escaramuças até a ruptura formal por parte da Funai em dezembro de 1976.

4.1.1 – A RENOVAÇÃO DO INDIGENISMO NA IGREJA CATÓLICA E O DEBATE DA POLÍTICA INDIGENISTA OFICIAL

Na segunda metade da década de 1960 em diferentes instâncias a Igreja Católica e o Estado passaram a tratar mais sistematicamente a questão indígena.¹⁰⁰⁰ Emergiram dos princípios de atualização do indigenismo já na década de 1950. Tais princípios foram gradualmente operacionalizados na política indigenista nos anos subsequentes, principalmente nos anos 1970. A análise dos documentos foi orientada por questões inerentes ao processo de “evolução” da noção de indigenismo. Dos temas abordados nas entrevistas com o padre Egydio Schwade emergiram as palavras-chaves para a busca nos demais acervos. Assim, questões orientadoras podem ser assim sintetizadas: de qual maneira a política indigenista das instituições se aproxima e se afasta das noções de evangelização, enculturação, assimilacionismo e protagonismo indígena? Quais as considerações emitidas pelos órgãos de inteligência em relação aos missionários progressistas?

Ao longo do ano de 1970, começou uma forte discussão da nova legislação indigenista do país. Para José Vicente César, no documento *História do Estatuto do Índio*, em fevereiro do mesmo ano, ocorreu, em São Paulo/SP, na sede do instituto Anthopos do Brasil,¹⁰⁰¹ o 2º *Encontro de Estudos sobre a Pastoral Indígena*; o evento contou com participação, inclusive, do presidente da Funai, José de Queirós Campos¹⁰⁰². Na ocasião, José Vicente César alertou ao presidente da Funai, a

¹⁰⁰⁰ No vasto território os povos indígenas seriam então considerados um entrave ao progresso pelos militares; para Carlos Trinidad “[...] os índios eram considerados um obstáculo ao desenvolvimento, vistos pela maioria dos habitantes da fronteira como parte de uma paisagem que tem que ser domesticada. Por um lado, o índio era visto como uma parte incômoda da natureza que impedia o correto funcionamento das lavouras, assim como podia ser uma onça ou um jacaré. Por outro lado, a existência ou chegada de índios podia atrair atenção demais, trazendo molestos inspetores do Serviço de Proteção do Índio (SPI)/Fundação Nacional do Índio (FUNAI), imprensa ou ativistas e missionários”. Carlos Benítez Trinidad. *A questão indígena Sob a Ditadura Militar: Do Imaginar Ao Dominar*. Anuário Antropológico 43, 2018, p. 268.

¹⁰⁰¹ Em 21 de abril de 1972, a sede do instituto foi transferida para Brasília.

¹⁰⁰² Segundo o portal do programa Povos Indígenas no Brasil: “Coordenou a implantação do órgão, tendo que se defrontar – juntamente com o Ministro do Interior, Gal. Albuquerque Lima – com a avalanche de denúncias de genocídio contra o governo no exterior, sobretudo a partir da divulgação do Relatório Jader Figueiredo (março de 1968), que trazia os resultados de uma devassa no SPI (Serviço de Proteção aos Índios, órgão governamental antecessor à FUNAI). Na sua gestão, foram ampliada a área do Parque do

necessidade de buscar subsídios na ciência, sobretudo nas humanas, por se tratar de temáticas relacionadas aos povos indígenas, com cosmovisões e culturas diferentes da sociedade envolvente. Para José de Queirós Campos, por sua vez, a construção da legislação e da política indigenista se tratava de questão jurídica, independente das discussões de antropólogos, etnólogos e outros cientistas.¹⁰⁰³ Marcos Rufino destacou as diferentes escalas da temática: “[...] os debates em torno do estatuto do índio aconteciam no momento em que o capital nacional e estrangeiro demonstravam um interesse cada vez maior pela exploração da região amazônica”.¹⁰⁰⁴ Pelo fato dos vetos aos artigos referentes ao acesso das missões religiosas e de pesquisadores às áreas indígenas pode-se considerar haver um maior controle por parte do governo em relação à questão indígena.

A 14 de outubro de 1970, o presidente Emílio Garrastazu Médici¹⁰⁰⁵ enviou ao Congresso Nacional a mensagem número 351, apresentando o projeto 2328, o *Estatuto do Índio*. O projeto elaborado principalmente por Themístocles Cavalcanti¹⁰⁰⁶

Xingu e criados outros três parques indígenas. Criou a GRIN, Guarda Rural Indígena, transformando índios em policiais nas suas próprias aldeias. Assinou convênio com o SIL (Summer Institute of Linguistics) em 1969 e, no mesmo ano, realizou o 1o. Simpósio FUNAI - Missões Religiosas. Jornalista de profissão, escreveu livros a respeito de fatos ocorridos na sua gestão (como a famosa expedição do Pe. Calleri, chacinada durante as tentativas de contatar os Waimiri-Atroari, no Amazonas), mas que nunca chegou a publicar, por recomendação dos órgãos de segurança”. Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Funda%C3%A7%C3%A3o_Nacional_do_%C3%8Dndio_\(Funai\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Funda%C3%A7%C3%A3o_Nacional_do_%C3%8Dndio_(Funai))

¹⁰⁰³ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Pasta BR AN BSB AA3 DTI 05. Arquivo Nacional.

¹⁰⁰⁴ Marcos Rufino. *Ide, portanto, mas em silêncio: faces de um indigenismo missionário católico heterodoxo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) PPGAS, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002, p. 161.

¹⁰⁰⁵ Emílio Garrastazu Médici (1905-1985). De acordo com o Centro de Informações de Acervos dos Presidentes da República foi um militar, nascido na cidade de Bagé/RS. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre (1918-1922), na Escola Militar de Realengo (1924-1927), e na Escola de Armas, atual Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1939). Tenente do 12º Regimento de Cavalaria, em Bagé, apoiou a Revolução de 1930 e, em 1932, aliou-se às forças que lutaram contra a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Concluiu o curso de Estado-Maior em 1944. Comandante da AMAN (1963-1964), apoiou o golpe de 1964 que depôs o presidente João Goulart. Foi chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) em 1967 e comandante do III Exército, no Rio Grande do Sul, em 1969. Com o afastamento de Costa e Silva, teve seu nome indicado pelo Alto Comando do Exército à sucessão presidencial. Através de eleição indireta assumiu a presidência da República em 30 de outubro de 1969. Disponível em: http://www.an.gov.br/crapp_site/default.asp

¹⁰⁰⁶ Themístocles Brandão Cavalcanti (1899-1980). De acordo com o portal do Supremo Tribunal Federal nasceu no antigo Distrito Federal, atual Estado do Rio de Janeiro. Fez o curso superior, de 1917 a 1922, na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, depois, Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Foi Procurador-Geral da República (1946-1947); Presidência do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBEC); Presidência do Instituto de Direito Público e Ciência Política da Fundação Getúlio Vargas. Foi membro do Conselho Federal e do Conselho Regional da Ordem dos Advogados do Brasil, em diversos períodos, de 1962 a 1966. Nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, em 1967. Foi eleito Juiz Substituto do Tribunal Superior Eleitoral, tendo tomado posse em 11 de fevereiro de 1969 e permanecendo até passar à inatividade. Foi aposentado em 14 de outubro de 1969, ao atingir a idade limite, sendo homenageado, na sessão do dia seguinte, pelo Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/ostf/ministros/verMinistro.asp?periodo=STF&id=105>

apresentou três documentos de referência, dentre eles o Decreto Nº 5484 de 1928; a Convenção Nº 107 de Genebra; e a lei de criação da Fundação Nacional do Índio (1967). A legislação¹⁰⁰⁷ em relação aos povos indígenas não levou em consideração suas demandas e, tampouco, as discussões propostas por antropólogos, etnólogos e missionários.¹⁰⁰⁸

Tal projeto suscitou uma série de discussões. Por exemplo, na 23ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso Ciência (SBPC), na assembleia do dia 08 de junho de 1971, a política indigenista oficial motivou amplo debate, principalmente em relação ao Título II, referente aos Direitos Civis e Políticos. Considerou-se a tentativa do governo de conceder de forma apressada “diplomas de cidadania” aos indígenas para a integração à sociedade envolvente, causando uma gradual desintegração dos grupos, com a adoção de valores culturais alheios às suas culturas.¹⁰⁰⁹ Vale ressaltar, a proposta do governo federal de integrar os indígenas à cultura ocidental teria um novo episódio por ocasião do Decreto da Emancipação, em 1978.

Já em abril de 1972, na nova sede do Instituto Anthropos do Brasil, em Brasília, ocorreu o 3º *Encontro de Estudos sobre Pastoral Indígena*. O evento se dedicou a debater a política indigenista oficial e o projeto do Estatuto do Índio. Os missionários observaram a desatualização dos conceitos básicos utilizados no documento e os mesmos reproduziriam ideias imprecisas acerca dos povos indígenas. Foram discutidas noções como índio, tribo, grupo, aculturação, assimilação, integração e os mecanismos propostos para a “classificação” dos indígenas.¹⁰¹⁰ No 3º *Encontro de Estudos sobre a Pastoral Indígena* foi criado o Conselho Indigenista Missionário, o CIMI. Como mencionado, no primeiro momento, o CIMI teve uma atuação mais burocrática, resolvendo questões relacionadas à documentação para a sua formalização, a discussão da política indigenista e a organização do *Boletim do CIMI*.¹⁰¹¹ A partir daquele momento, os missionários buscaram deslocar o trabalho do Conselho das capitais e dos

¹⁰⁰⁷ João Gabriel Ascenso salientou: “[...] ao mesmo tempo em que definiam o objetivo prioritário de integrar os indígenas à sociedade nacional, “aculturando-os”, afirmavam que essa aculturação deveria ser “gradual”, de modo a não ser traumática”. João Gabriel da Silva Ascenso. *“Como uma revoada de pássaros”*: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro, 2021. p. 391. Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 98.

¹⁰⁰⁸ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Pasta BR AN BSB AA3 DTI 05. Arquivo Nacional.

¹⁰⁰⁹ *Idem*.

¹⁰¹⁰ *Ibidem*.

¹⁰¹¹ Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 14 de janeiro de 2023.

Postos Indígenas para as aldeias, atuando juntamente com os povos indígenas, levantando suas demandas e fomentando a sua organização para resolução dos problemas enfrentados. O CIMI se ocupou de discutir o anteprojeto do Estatuto do Índio, em uma comissão composta por Dom Tomás Balduino e pelo Padre José Vicente César. Os trabalhos se concentraram na segunda reunião do Conselho, realizada em agosto, na localidade de Coxipó da Ponte, em Cuiabá/MT.¹⁰¹²

Neste cenário de discussões da política indigenista oficial, os missionários católicos ligados à nova gestão do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), elaboraram um documento onde consta um vigoroso panorama da situação enfrentada pelos povos indígenas naquele contexto. No segundo semestre de 1973, reuniram-se, em um sítio, no interior de Abadiânia/GO, para a finalização do texto.¹⁰¹³ A estratégia foi adotada para evitar problemas com os órgãos de segurança do governo militar. Com base no processo de construção das memórias por Egydio Schwade,¹⁰¹⁴ o documento foi finalizado naquele sítio, na tentativa de se afastar da vigilância do aparato estatal; isto pode ser considerado uma medida de segurança por parte dos indigenistas progressistas, dada a clareza na percepção do controle e cerceamento das atividades dos missionários.

Tão logo deu-se a publicação a comunidade de informações dela tratou. Em uma Informação elaborada pelo Centro de Informações do Exército (CIE) a 22 de maio de 1974, classificado como confidencial e intitulado *Propaganda Subversiva – “O ÍNDIO QUE DEVE MORRER”* encontra-se uma análise do *Y-Juca Pirama – O índio: aquele que deve morrer*. O relatório também serviu de base para a construção de outros documentos: “O presente panfleto e toda a agitação sensacionalista atual em torno do índio indicam a tentativa de recrudescimento daquela campanha”.¹⁰¹⁵ Refere-se, no caso, à pretensa campanha de desestabilização da opinião pública doméstica e internacional em relação ao governo em função das denúncias de violações dos direitos humanos apresentadas pelos missionários. Quanto às fontes utilizadas pelos missionários para a redação do texto: “Convém observar que os veículos em que se baseia o folheto, são em parte, antigos, isto é, do ano de 1971 e 1972, havendo uma

¹⁰¹² CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Boletim do CIMI. Segunda Assembleia de Chefes Indígenas, Brasília, 1975.

Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 19 de setembro de 2022.

¹⁰¹⁴ *Idem*.

¹⁰¹⁵ BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Pasta Atuação de religiosos – Pe EGYDIO SCHWADE E OUTRO. 1977. Arquivo Nacional.

posição tendenciosa, caracterizada pela expressiva citação do jornal ‘O Estado de São Paulo’”.¹⁰¹⁶ Além da tentativa de desqualificar as denúncias ao indicar serem ultrapassados os casos apresentados, a Informação salientou estar o periódico sob censura: “[...] publicação que, reconhecidamente, vem nos últimos tempos, tomando uma tendência antigoverno, estando no momento sujeito à censura prévia”.¹⁰¹⁷ No item II, nominado *Medidas Convenientes*, o autor apresentou preocupação com a circulação das críticas à política indigenista e o impacto à imagem do governo decorrente das denúncias apresentadas pelos missionários. Para o analista as reportagens precisariam contar com uma linguagem otimista e humanitária, fazendo menção a exemplos de sucesso na assimilação cultural dos indígenas, evidenciando pretensas vantagens na interação social; e, quando possível, deveria utilizar imagens fotográficas agradáveis. Citou a necessidade de diversificação da estratégia de comunicação para alcançar diferentes públicos, buscando, ao mesmo tempo, evitar a saturação do assunto ou a possibilidade de percepção por parte dos leitores de se tratar de uma propaganda dirigida.¹⁰¹⁸

Já na Pasta do Arquivo Cronológico de Entrada (ACE), 10/259/74, estão dispostos diversos documentos referentes ao *Y-Juca-Pirama – O índio: aquele que deve morrer*. Em um memorando do Gabinete do Serviço Nacional de Informações (Gab/SNI), de 02 de julho de 1974, intitulado *Manifesto católico sobre o problema do índio brasileiro*, encontram-se valiosos anexos onde se pode perceber a ostensiva vigilância em relação aos missionários envolvidos na redação do documento.¹⁰¹⁹ Dentre eles, uma Informação da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, de 27 de maio do mesmo ano. O documento foi redigido pelo Chefe de Gabinete do Ministério da Justiça, com o objetivo de informar ao Ministro da Justiça, e aos chefes do

¹⁰¹⁶ BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Pasta Atuação de religiosos – Pe EGYDIO SCHWADE E OUTRO. 1977. Arquivo Nacional.

¹⁰¹⁷ *Idem*.

¹⁰¹⁸ Para enfrentá-las o analista considerou as seguintes deliberações: Ação de contrapropaganda indireta (sem referência ao veículo) com base em campanha informativa: a. Para as lideranças católicas, políticas e docentes universitários (remessa pessoal de publicações informáticas sobre o trabalho do governo e a execução da política indigenista). b. Para o público em geral: Reportagem por uma das principais revistas nacionais, obedecendo em geral ao seguinte: - autoria de jornalistas conceituados; - informações de bases factuais e verdadeiras; - discreta referência a órgãos governamentais ou a pessoas da área governamental; - boas imagens coloridas, todas de força de comunicação otimista; - referência a pareceres de especialistas internacionais e a veículos externos sobre os acertos da política indigenista brasileira (aproveitar o Relatório da Cruz Vermelha Internacional). BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Pasta Atuação de religiosos – Pe EGYDIO SCHWADE E OUTRO. 1977. Arquivo Nacional.

¹⁰¹⁹ BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Pasta Atuação de religiosos – Pe EGYDIO SCHWADE E OUTRO. 1977. Arquivo Nacional.

Centro de Informações da Marinha (CENIMAR); do Centro de Informações do Exército (CIE), da Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério do Interior; e, também do Departamento de Polícia Federal (DPF). No documento, encontra-se a análise em relação à sua publicação: “Os Bispos Missionários Católicos lançaram, no dia 06.05.74, um manifesto dramático sobre o problema dos índios brasileiros, sob o título ‘Y-JUCA-PIRAMA, O ÍNDIO AQUELE QUE DEVE MORRER’, considerado documento de Urgência”.¹⁰²⁰ Na matéria o analista sublinhou a mobilização demandada pelo manifesto ao engajamento nas lutas dos povos indígenas: “O documento propõe a continuidade da luta pelos direitos dos povos indígenas”.¹⁰²¹ Ao mesmo tempo localizou a denúncia da questão indígena como um conflito pelo acesso aos chamados recursos naturais: “[...] dos bispos e missionários de não aceitarem ser instrumentos do sistema capitalista brasileiro, colaborando com aqueles que visam “atrair”, “pacificar” a “acalmar” os índios para favorecerem o avanço dos latifundiários e exploradores de minérios”.¹⁰²²

Na Informação sistematizada pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, de 31 de maio, intitulada *Propaganda subversiva – “O índio que deve morrer”*, e elaborada pelo Centro de Informações do Exército (CIE), foram elencadas impressões gerais quanto à publicação indigenista progressista e informações dos seus autores. Para os analistas, não deveria ser considerada um documento oficial da Igreja Católica, mas sim elaborado por um grupo de religiosos, parte do *clero progressista*: “Trata-se de propaganda branca, cuja fonte aparece perfeitamente identificada, como sendo de um grupo do chamado clero “progressista”, caracterizado pela nítida posição anti-Revolução e bastante comprometido com a subversão marxista-leninista”.¹⁰²³ O teor da mensagem denota o conflito político-ideológico de fundo; não se tratava apenas das questões referentes ao meio ambiente ou aos povos indígenas. A tentativa de desqualificar o grupo proponente e a crítica feita é parte da estratégia retórica para tergiversar.¹⁰²⁴ Independente das manobras narrativas a situação dos povos

¹⁰²⁰ BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Pasta Atuação de religiosos – Pe EGYDIO SCHWADE E OUTRO. 1977. Arquivo Nacional. [Grifo original].

¹⁰²¹ *Idem*.

¹⁰²² Reportagem presente no Jornal do Brasil, 07 de maio de 1974.

¹⁰²³ BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Pasta Atuação de religiosos – Pe EGYDIO SCHWADE E OUTRO. 1977. Arquivo Nacional.

¹⁰²⁴ Em outra passagem do documento: “A coloração subversiva da fonte vem à tona quando procura destruir os vultos históricos da catequese indígena da Igreja Católica, ao fazer citação de que os propósitos de Anchieta e Nóbrega seriam de “desagregação, marginalização, destruição e morte dos

indígenas era precária; tanto que o governo assinou um acordo com a Cruz Vermelha para a criação de um sistema de atendimento aos povos indígenas e pequenos agricultores; a missão da Cruz Vermelha visitou regiões remotas do norte do país em fevereiro de 1970.

A crítica à política tutelar e assimilacionista, à omissão da Funai frente aos problemas decorrentes da expansão da colonização e, principalmente, ao esbulho das terras dos povos indígenas fazia os agentes do Estado avaliarem os missionários como contrários à política indigenista, ao governo e ao Brasil. O debate ideológico do contexto da Guerra Fria, mais uma vez se fez presente. No item c. *Objetivos psicológicos almejados pela propaganda*, em relação ao exterior, encontra-se a seguinte argumentação:

A ação está enquadrada e visa dar continuidade à campanha geral de difamação do Brasil no exterior, buscando fomentar uma atitude anti-Brasil. A expressão da fonte emissora da mensagem, consubstanciada por grupo de religiosos, alguns da alta hierarquia da igreja, criará boas condições de credibilidade e consequentemente facilitará as ações de multiplicação propagandística através de outros veículos do exterior (jornais, revistas, TV, etc), em especial os de vinculação com as grandes agências internacionais do MCI. Portanto, é de prever-se uma ampla divulgação do folheto no exterior para alimentar a máquina de propaganda do MCI^{1025 1026}

A apreensão com a possibilidade de resistência dos povos indígenas, missionários, indigenistas, estudantes e trabalhadores do campo e da cidade era recorrente. Tratava-se de uma verdadeira guerra ideológica. O governo, a partir desta lógica, então, buscava medidas para pôr limites à onda rubra vinda de Havana e de Moscou. No item referente às questões domésticas:

O grande objetivo é desmerecer o governo da Revolução e criar na população condições de sensibilidade para uma tomada de posição anti-revolucionária. O conteúdo é essencialmente faccioso, à base de uma linguagem destrutiva e contundente. Utiliza o estímulo – “amor ao índio como ser humano” – Para provocar na audiência, reações de piedade, necessidade de união geral em torno do problema e revolta contra o responsável (governo). Por outro lado, entre os esperados comportamentos psicológicos de decorrência indireta, está o de assinalar uma ruptura de posições: Igreja (defensora do índio e com visão acertada do problema) e Governo (incapaz e desumano)¹⁰²⁷

grupos indígenas” (pg. 18). [...]” BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Pasta Atuação de religiosos – Pe EGYDIO SCHWADE E OUTRO. 1977. Arquivo Nacional.

¹⁰²⁵ BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Pasta Atuação de religiosos – Pe EGYDIO SCHWADE E OUTRO. 1977. Arquivo Nacional.

¹⁰²⁶ MCI – Movimento Comunista Internacional.

¹⁰²⁷ BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Pasta Atuação de religiosos – Pe EGYDIO SCHWADE E OUTRO. 1977. Arquivo Nacional. [Preservada a redação original].

A maioria dos não simpatizantes do governo possivelmente foi considerada “esquerdista”, “subversivo” e uma ameaça à Segurança Nacional. Não foi diferente com os missionários católicos integrantes do Conselho Indigenista Missionário. O próprio dossiê conta com uma expressiva relação dos autores do *Y-Juca Pirama – O índio: aquele que deve morrer*. Foram elencados 12 missionários, dentre os quais: 2 freis, 4 padres e 6 bispos. Cada missionário teve o local de prática missionária destacado, indicação de manifestações públicas críticas ao governo e uma breve listagem de antecedentes, como era de praxe nos documentos referentes ao “clero progressista”. O nome com o maior número de informações foi o de Dom Pedro Casaldáliga Plá, Bispo de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso. Além do local de nascimento, as atividades desenvolvidas e livros publicados, o dossiê assinalou: “[...] é autor de um poema exaltando o terrorista e guerrilheiro comunista Che Guevara”.¹⁰²⁸ Ao final do documento, mais uma vez, o arbítrio se manifestou, sem rodeios. Dada a análise da conjuntura, o relator sugeriu:

MEDIDAS CONVENIENTES (SUGESTÕES)

- Interromper a impressão e a divulgação do veículo;
- Controle temporário de divulgação pelos órgãos de imprensa de notícias sobre irregularidades, violência, mal tratos aos indígenas etc, que possam ser exploradas dentro das técnicas de sensacionalismo e exagero pela propaganda subversiva, utilizando-se, com oportunidade, da força persuasiva da autoridade da fonte emissora da notícia¹⁰²⁹

As medidas propostas pelo analista sugerem a censura da publicação indigenista missionária, o que de fato, não ocorreu. Estes relatórios e dossiês serviam de fundamentação para documentos posteriormente elaborados e a tomada de decisão por parte do alto escalão da Fundação Nacional do Índio, do Ministério do Interior, do Ministério da Justiça, do Ministério das Relações Exteriores, do Serviço Nacional de Informações e do Executivo Federal. Anos mais tarde, em 13 de janeiro de 1977, uma Informação da Agência de Goiânia do SNI à atuação do clero progressista, fez menção a publicações diversas dos missionários.¹⁰³⁰ No dossiê foram arrolados: uma cópia do *Y-Juca-Pirama – O índio: aquele que deve morrer*, o texto referente à *1ª Assembleia de Chefes Indígenas*, realizada entre 17 e 19 de abril de 1974 em Diamantino/MT, e várias

¹⁰²⁸ BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Pasta Atuação de religiosos – Pe EGYDIO SCHWADE E OUTRO. 1977. Arquivo Nacional.

¹⁰²⁹ *Idem*.

¹⁰³⁰ BRASIL. Núcleo da Agência de Goiânia do Serviço Nacional de Informações (NAGO/SNI). Informação Nº 030/NAGO/SNI/77. 13 de janeiro de 1977. Arquivo Nacional.

edições do Boletim do Conselho Indigenista Missionário. Manuscrita, de autor não identificado, encontra-se a seguinte inscrição ao lado dos nomes dos padres Egydio Schwade e Antônio Iasi Júnior: “[...] e mais os que assinaram a publicação O índio: aquele que deve morrer”.¹⁰³¹ Ou seja, a solicitação de acompanhamento estrito determinado na Informação Nº 512/S-105 acima relacionada, teve continuidade. Ao sublinhar o nome dos padres, o responsável pelo grifo aventou serem visados por suas contundentes manifestações públicas em relação à precariedade da política indigenista executada pelo governo e à assistência prestada aos indígenas.

A Fundação Nacional do Índio organizou uma expedição a fim de melhor conhecer a realidade dos povos indígenas e as atividades das missões religiosas na região norte do país. A missão empreendida em março e abril de 1975 foi estruturada em duas partes. A primeira delas, foi a visita a alguns Postos Indígenas e, a segunda, a realização de um seminário em Manaus. O evento foi denominado *Seminário Funai/Missões Religiosas* e ocorreu na sede da I Delegacia Regional da Funai, na avenida Getúlio Vargas, 937, entre os dias 06 e 11 de abril.¹⁰³² Na Informação intitulada *Seminário Funai/Missões Religiosas* elaborado pelo Comando Militar da Amazônia, a 12 de maio daquele ano, difundido pela Agência Central do Serviço Nacional de Informações, encontra-se a sistematização das informações a respeito da missão da alta direção da Funai na região norte já do dia seguinte.¹⁰³³ A cúpula da Fundação Nacional do Índio se transferiu para Manaus, a partir do dia 13 de abril, a fim de perceber *in loco* o problema indígena na Amazônia. O presidente da Funai admitiu ser pouco conhecida a região por parte da Fundação e os quatro grupos de trabalho buscariam efetuar um levantamento das questões originárias para superar estas dificuldades. Além disto, os grupos discutiriam a espinhosa questão da participação das missões religiosas no contato com os povos indígenas.¹⁰³⁴

No dia 06 de abril, às 08 horas, teve início o evento. Da mesa de abertura, coordenada pelo próprio presidente da Funai, participou o representante do Comando Militar da Amazônia, o representante do Conselho Curador da Funai; o Arcebispo de

¹⁰³¹ BRASIL. Núcleo da Agência de Goiânia do Serviço Nacional de Informações (NAGO/SNI). Informação Nº 030/NAGO/SNI/77. 13 de janeiro de 1977. Arquivo Nacional.

¹⁰³² BRASIL. Centro de Informações do Exército (CIE). Informação Nº 0777/S-102-A3-CIE. 12 de maio de 1975. Arquivo Nacional.

¹⁰³³ *Idem.*

¹⁰³⁴ *Ibidem.*

Manaus, Dom Milton Corrêa Pereira¹⁰³⁵; o professor da Universidade de Brasília (UNB), Roberto Cardoso; o missionário Luiz Monteiro da Cruz¹⁰³⁶, da Missão Novas Tribos do Brasil; um representante da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e um representante da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).¹⁰³⁷

Em sua fala inicial, o presidente da Funai fez alusão ao I Seminário, realizado em Brasília. Mencionou a necessidade de ajustes na organização daquele evento, para permitir maior espaço às Missões Religiosas, para um panorama mais detalhado da situação encontrada nas aldeias. Também reconheceu as dificuldades do trabalho na região, a falta de conhecimento por parte da equipe da realidade das aldeias, das limitações da viagem empreendida nos dias antecedentes ao evento e os problemas diversos de cada missão religiosa.¹⁰³⁸

Argumentou as boas intenções da Fundação Nacional do Índio e a disponibilidade para contribuir na melhoria das condições dos povos indígenas.¹⁰³⁹ Apesar do aparente clima amistoso, o evento foi marcado pela tensão entre a Fundação Nacional do Índio e os integrantes do Conselho Indigenista Missionário. Logo após as considerações iniciais, Dom Milton Correia pediu a palavra e fez uma série de perguntas sobre a dinâmica de trabalho e o porquê não foram convidados representantes dos povos indígenas, dado que o evento pretendia discutir, justamente, questões atinentes a estes

¹⁰³⁵ Dom Milton Corrêa Pereira (1919-1984). Segundo o Instituto Garanhuns, nasceu em Cametá/PA; sua Ordenação Sacerdotal ocorreu em 29 de junho de 1943, em Belém/PA; foi eleito Bispo Auxiliar da capital paraense em 23 de agosto de 1962, pelo Papa João XXIII. A Sagração Episcopal ocorreu em 30 de setembro de 1962. Também foi eleito Bispo de Garanhuns em Pernambuco em 04 de agosto de 1967, pelo Papa Paulo VI e tomou posse na Diocese de Garanhuns em 26 de outubro de 1967. Foi transferido para Manaus como Arcebispo Coadjutor em 01 de maio de 1973. Criou as Paróquias em Pernambuco: São João Batista em São João e Nossa Senhora do Rosário de Jupi (1968) e São Benedito em São Benedito do Sul e Nossa Senhora da Conceição em Lagoa do Ouro (1972). Disponível em: <https://garanhunsinstituto.blogspot.com/2015/02/progresso-de-garanhuns-vida-as-ideias-e.html>

¹⁰³⁶ Luiz Monteiro da Cruz (04/07/1907) foi presidente do Conselho Geral da Missão Novas Tribos no Brasil.

¹⁰³⁷ BRASIL. Centro de Informações do Exército (CIE). Informação Nº 0777/S-102-A3-CIE. 12 de maio de 1975. Arquivo Nacional.

¹⁰³⁸ *Idem*.

¹⁰³⁹ Em suas palavras: “Queremos congregar esforços e não dividi-los. A finalidade da FUNAI não é dividir, o único objetivo dela é o índio e para que esse índio, até agora renegado a um plano secundário por parte da própria FUNAI no Amazonas, seja beneficiado, é necessário que haja congregação de esforços. Isso que nos queremos obter, no final deste seminário, soluções para trazer benefícios às comunidades indígenas. Dai a razão da nossa presença aqui e com a cooperação quase que em massa das diferentes missões atuantes nessas regiões. Para nós é um prazer, quero dar as boas vindas, sentir a motivação de cada missão a respeito dos problemas aos índios amazônicos”. BRASIL. Centro de Informações do Exército (CIE). Informação Nº 0777/S-102-A3-CIE. 12 de maio de 1975. Arquivo Nacional.

povos. Após responder às primeiras perguntas, sobre a questão dos indígenas, o presidente da Funai alegou esquecimento e avaliou: “[...] mas, para que esses índios amazônicos participassem deste seminário, eles teriam que ter plena consciência do trabalho à ser discutido e debatido, talvez nem houvesse um resultado positivo com a presença desses índios aqui em plenário”.¹⁰⁴⁰ Egydio Schwade, por sua vez, questionou a ausência dos encarregados dos Postos Indígenas. O presidente teria tergiversado: “Isso iria desfalar toda a nossa infra-estrutura que é difícil e espalhada por toda a Amazônia para participação de grupos camponeses”.¹⁰⁴¹

O Pe. Egydio problematizou: “Um fato importante é essa falta de conhecimento por parte da Funai, de elementos das missões”.¹⁰⁴² E o presidente da Funai, indicou não ter entendido a pergunta. Pe Egydio, indagou novamente: “Gostaria de saber se essa falta de conhecimento é proveniente das missões ou da Funai?”.¹⁰⁴³ Então, o presidente da Funai, respondeu: “A Funai só tomou conhecimento recentemente com essas viagens que esteve fazendo. Acredito que tenha sido essa a pergunta ao padre Egydio. Esse trabalho que estamos realizando no Estado do Amazonas, não está pronto ainda. Mais alguma intervenção?”.¹⁰⁴⁴ E, logo em seguida, deu por encerrada a atividade. Tudo isto, na primeira sessão. Os dias que se seguiram foram repletos de tensionamentos. O relatório tem 311 páginas e isto exigiria uma análise específica. Para os objetivos desta tese, a tensão entre a presidência da Funai e os missionários do CIMI pode ser exemplificada com as manifestações elencadas.

Logo depois do evento, retaliações foram impostas. Pouco mais de dois meses depois da entrega do relatório com a descrição das condições às quais os povos indígenas se encontravam na região sul; e em decorrência das manifestações proferidas em Manaus ao longo do seminário, houve o impedimento de ingresso nas áreas indígenas por parte do presidente da Funai. Em um ofício da presidência da Funai, de 26 de maio de 1975, endereçada a José Vicente César, nota-se a relação entre as duas instituições foi elevada a outro patamar. Ismarth de Araújo Oliveira enunciou a tentativa de colaboração interinstitucional: “[...] reafirmamos que nossa intenção quando assumimos a direção desta Entidade era, e ainda é, a de congregar todos os interessados

¹⁰⁴⁰ BRASIL. Centro de Informações do Exército (CIE). Informação Nº 0777/S-102-A3-CIE. 12 de maio de 1975. Arquivo Nacional.

¹⁰⁴¹ *Idem.*

¹⁰⁴² *Ibidem.*

¹⁰⁴³ *Ibidem.*

¹⁰⁴⁴ *Ibidem.*

na causa comum para juntos somarmos esforços em benefício do índio”.¹⁰⁴⁵ Contudo, as manifestações públicas de alguns missionários do Conselho Indigenista Missionário não estavam soando bem aos ouvidos da alta cúpula da Funai; lembrou as permissões para ingresso às áreas indígenas como exemplo desta tentativa de colaboração: “não será demasia lembrar que dei prova disso quando procurei V. Sa. autorizando-o, juntamente com os Padres Antônio Iasi Jr. e Egydio Schwade a visitarem qualquer área indígena”.¹⁰⁴⁶ Contudo, as posições destes missionários desagradaram à Funai: “Ademais, declarações isoladas de integrantes do Conselho são levadas diretamente à imprensa espancando e ferindo o princípio da lealdade que já existia em nosso relacionamento”.¹⁰⁴⁷ A leitura do documento completo deixar entrever o teor da relação entre a Funai e o CIMI. A escalada da tensão é perceptível. Ismarth de Araújo Oliveira subiu o tom e anunciou a cobrança de autorização para ingresso nas áreas indígenas para os padres Antônio Iasi Júnior e Egydio Schwade. A menção às matérias publicadas pelos jornais ajuda a compreender o cenário do conflito entre as noções de indigenismo e o desassossego das instituições do governo militar com as críticas à atuação da Fundação Nacional do Índio. A verdade, aparentemente, estava incomodando.

No mesmo dia, 26 de maio de 1975, a Presidência da Funai oficiou ao Diretor do Departamento Geral de Operações. O Gal. Ismarth de Araújo Oliveira ordenou a todas as unidades regionais da fundação: “[...] a partir desta data, ficam suspensas todas as autorizações concedidas em favor de membros do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, especificamente aos Padres José Vicente César, Antônio Iasi Jr. e Egydio Schwade”.¹⁰⁴⁸ No dia seguinte, o Diretor do Departamento Geral de Operações enviou um telegrama confidencial às delegacias regionais para operacionalizar o encaminhamento do Presidente da Funai.¹⁰⁴⁹ As suspeitas sobre a vigilância, o controle, o impedimento de acesso ou as expulsões das áreas indígenas; a interceptação de correspondências, as escutas telefônicas, a infiltração de agentes por parte do governo militar¹⁰⁵⁰ nas atividades do movimento indígena e indigenista e a mobilização do

¹⁰⁴⁵ BRASIL. Centro de Informações do Exército (CIE). Informação Nº 0777/S-102-A3-CIE. 12 de maio de 1975. Arquivo Nacional.

¹⁰⁴⁶ *Idem.*

¹⁰⁴⁷ *Ibidem.*

¹⁰⁴⁸ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Ofício Nº 113. 26 de maio de 1975. Arquivo Nacional

¹⁰⁴⁹ BRASIL. Departamento Geral de Operações da Fundação Nacional do Índio (DGO/Funai). Telegrama Nº 28. 27 de maio de 1975. Arquivo Nacional.

¹⁰⁵⁰ Carlos Fico também identificou a arbitrariedade e o uso político do sistema de informações: “No regime militar brasileiro, entretanto, esses órgãos não se limitaram ao recolhimento de informações

aparato estatal para a desarticulação do emergente movimento indigenista começaram a se comprovar¹⁰⁵¹ com a análise dos documentos ilustrativos do *modus faciendi* dos órgãos de segurança.¹⁰⁵²

Em meio à escalada das tensões, a realização do *Encontro sobre o problema da terra na Amazônia Legal*, em Goiânia/GO, entre 19 e 22 de junho de 1975, organizado pelo Conselho Indigenista Missionário, serviu como mais um pouco de combustível para o desgaste das relações institucionais das organizações indigenistas. O escopo do evento foi discutir a estrutura fundiária na região amazônica, naquele contexto de expansão da frente de colonização.¹⁰⁵³ As atividades buscavam dar cabo das indagações do papel da Igreja naquele contexto; sobre as atitudes e propostas pastorais; e, a necessidade de identificar as linhas de ação para cada organismo local programar e concretizar as ações prioritárias. No terceiro dia do evento, Dom Fernando Gomes dos Santos, Arcebispo de Goiânia, denunciou o acompanhamento das atividades pelos órgãos de segurança.¹⁰⁵⁴ Tal informação tem grande significado; apesar de todas as medidas adotadas pelos religiosos, os agentes de segurança conseguiram infiltrar-se e coletar informações. Ao mesmo tempo, desvela a ciência por parte dos religiosos desta

estratégicas, mas integraram o sistema repressivo da Ditadura Militar, fornecendo dados desvirtuados sobre os brasileiros, julgando subjetivamente cidadãos sem direito de defesa, participando de operações que culminaram em prisões arbitrárias, tortura e assassinato político” Carlos Fico. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 105.

¹⁰⁵¹ Icléia Thiesen e Maria Guiomar da Cunha Frota argumentam: “Regimes de exceção se nutrem de extraordinária produção documentária, oriunda das atividades intensas e cotidianas de espionagem, vigilância e repressão minuciosamente documentadas. Para o manuseio de tantos documentos, necessário se faz criar mecanismos que permitam o uso eficaz de informações produzidas, coletadas e armazenadas em complexo sistema informacional integrado por instituições que funcionam em rede”. Icléia Thiesen e Maria Guiomar da Cunha Frota. *Os arquivos do Sistema Nacional de Informação e Contra-Informação (SISNI) e o papel dos manuais na recuperação de informações sensíveis*. Inf. & Soc.:Est., João Pessoa, v.30, n.4, p. 1-18, out./dez. 2020, p. 02.

¹⁰⁵² Carlos Fico sublinhou a “[...] criação de uma vasta rede de espionagem, implantada em todo o país, pois, além dos ministérios civis, as pastas militares obviamente também contavam com seus órgãos de informações, bem como todas as autarquias, fundações e os demais órgãos públicos, inclusive empresas estatais”. Carlos Fico. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura: regime e movimentos sociais em fins do século XX*. (vol.4) 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 176.

¹⁰⁵³ Para Maria do Carmo Sena Teixeira “[...] ao analisarmos sua atuação, percebemos que a luta pela terra foi sempre uma constante no CIMI, dado o momento histórico de exploração das terras indígenas, principalmente nas décadas de 70 e 80. Por isso, sua ação prioritária constituiu-se no apoio à luta dos povos e comunidades indígenas pela recuperação, proteção, demarcação e garantia da integralidade de seus territórios, inclusive daqueles que permaneceram sem contato com a sociedade brasileira, tendo em vista que a terra é condição de vida e de realização plena da cultura de cada povo”. Maria do Carmo Sena Teixeira. *Igreja Católica e ação indigenista na Amazônia contemporânea: o CIMI (1972-2000)*, 2008, p. 73.

¹⁰⁵⁴ BRASIL. Agência de Brasília do Serviço Nacional de Informações (ABS/SNI). Encaminhamento Nº 187/19/ABS/75. 30 junho de 1975. Arquivo Nacional.

vigilância. Contudo, resta saber se tinham clareza da magnitude da interferência na organização das atividades da Igreja Católica, dada a organização e realização de uma operação de inteligência de monta.

O Relatório desenvolvido pelo comandante da operação de informações e apresentado à Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI) e ao Centro de Informações do Exército (CIE) não mencionou a expressão *Operação Pinguim*; tal expressão foi utilizada no despacho em outro documento, de 03 de julho de 1975. No referido encaminhamento foi apresentado o detalhamento da missão desenvolvida por militares da mesma Agência e um agente, identificado como Roberto, por um advogado e o agente Nelson, ambos do CIE.¹⁰⁵⁵ No dossiê sobre a *Operação Pinguim* encontra-se uma série de documentos sobre o movimento indígena e o indigenismo. Além do Relatório sobre a operação de informações consta a documentação apreendida no aeroporto de Goiânia/GO; estava custodiada por Gentil Bonato e foi apropriada quando do seu retorno para o Rio Grande do Sul. São cerca de 500 páginas de publicações da Igreja Católica. Os textos reunidos, debatiam as ações do indigenismo oficial e a situação de abandono dos povos indígenas.¹⁰⁵⁶

Os agentes envolvidos na operação fizeram um detalhado mapeamento das instalações do Centro de Treinamento de Líderes. Esta sondagem fazia parte do planejamento da operação e buscava identificar os locais sensíveis para a atuação dos agentes e os locais onde ocorreriam as atividades. Em outro documento, elaboraram uma espécie de croqui do prédio, grifando as instalações, as áreas de segurança e até mesmo o ponto onde se encontrava um cachorro. Tal preocupação pode levar a considerar em alguns momentos desenvolveriam atividades onde não queriam ser percebidos e, a presença do animal, poderia trazer dificuldades para o sucesso da ação.

O organizador do relatório teve o cuidado de listar as instituições participantes e, também algumas pessoas. Elencou os nomes do Padre Leopoldo Belmonte Fernandes, da Prelazia de São Félix/MT; do Padre José Pereira de Maria, da Arquidiocese de Goiânia/GO; do Padre Francesco Cappoi, de Itaberaí/GO; do professor da Universidade Católica de Goiás, Pedro Wilson Guimarães; e da jornalista Marvine Henrhietta Howe, repórter do New York Times e ligada ao Padre José Vicente César; e, Janete Rocha, da

¹⁰⁵⁵ BRASIL. Agência de Brasília do Serviço Nacional de Informações (ABS/SNI). Encaminhamento Nº 187/19/ABS/75. 30 junho de 1975. Arquivo Nacional.

¹⁰⁵⁶ *Idem*.

BBC, de Londres, a qual fizera contato com o Bispo Dom Pedro Casaldáliga.¹⁰⁵⁷ Todos os nomes dos religiosos estão sublinhados, exceção feita ao nome das jornalistas, pelo fato de, como declarado no documento, não tinham antecedentes nos órgãos de segurança.¹⁰⁵⁸

No dia 12 de junho de 1975, ocorreu uma reunião no Instituto Santa Maria Monticelli, localizado na rua 230, nº 256, local conhecido como “casa das gaúchas”, no bairro Vila Nova, na capital goiana. Os participantes citados seriam o Padre Francesco Capponi, o Padre Leopoldo Belmonte Fernandes, o Padre José Pereira de Maria, o professor Pedro Wilson Guimarães e o Padre Ivo Poletto. Já quatro dias mais tarde, a 16 de junho, a irmã Maria Helena Pinto Correia, da linha 3 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, se dirigiu ao local do evento, o Centro de Treinamento de Líderes, da Arquidiocese de Goiânia/GO.¹⁰⁵⁹

No dia 18 de junho, desembarcaram à capital goiana Dom Cândido Padim, Bispo da Diocese de Bauru/SP; Dom Luiz Gonzaga Fernandes, Arcebispo de Vitória/ES; Dom Antônio Batista Fragoso, Bispo de Crateús/CE; Marina Bandeira, Secretária Adjunta da Comissão Justiça e Paz; e Dom Waldyr Cavaleiro Novais. Sobre o tema, o relatório estimou: “[...] notou-se uma intensa movimentação de religiosos e leigos já presentes em reuniões no CTL e com pessoas da área conhecidas como esquerdistas e anti-revolucionárias”.¹⁰⁶⁰ Já no dia 20 de junho, chegou àquela capital Amir Francisco Lando, a convite de Dom Moacyr Grechi. Amir Francisco Lando, advogado, à época, era procurador do INCRA em Porto Velho/RO, foi apresentado como membro da Comissão de Justiça e Paz do Acre e fora convidado para participar do evento por ter amplo conhecimento dos problemas fundiários da sua região de origem. Dentre os documentos anexos ao relatório, constam fotografias suas quando da sua chegada no aeroporto, com seta manuscrita à caneta, ou seja, um elemento externo, evidenciando a intenção de identificá-lo entre populares.¹⁰⁶¹ Já com o item 5 – *Participantes da reunião com antecedentes ideológicos* se pode comprovar a infiltração de agentes no evento; nele, o analista discriminou 4 Bispos, 7 Padres, 5 leigos; dentre estes nomes, apenas os de Dom Fernando Gomes dos Santos, do Padre Ivo Poletto, do

¹⁰⁵⁷ BRASIL. Agência de Brasília do Serviço Nacional de Informações (ABS/SNI). Encaminhamento Nº 187/19/ABS/75. 30 junho de 1975. Arquivo Nacional.

¹⁰⁵⁸ *Idem.*

¹⁰⁵⁹ *Ibidem.*

¹⁰⁶⁰ *Ibidem.*

¹⁰⁶¹ *Ibidem.*

professor Cândido Mendes de Almeida e Marina Bandeira não estão sublinhados. Dentre os *turbulentos e astuciosos*, isto é, aqueles considerados subversivos, encontram-se os nomes de Dom Pedro Casaldáliga, Dom Tomaz Balduino e do Padre Antônio Iasi Júnior.¹⁰⁶²

No item seguinte do relatório, tem-se uma seção a destacar: *Documentos Retidos*. Nela encontra-se lista dos documentos apreendidos na bagagem de mão de Gentil Bonato: “Por ocasião de uma revista de rotina na Bagagem de mão dos passageiros no aeroporto de GOIÂNIA, o Sr GENTIL BONATO, um dos participantes da reunião do clero, insurgindo-se intempestivamente contra o procedimento policial, deixou farta documentação”.¹⁰⁶³ Dentre os documentos apreendidos¹⁰⁶⁴ estariam *Capitalismo e Pessoa Humana; Igreja, Capitalismo e Pobreza; Renovação da Vida Religiosa; Evangelização Popular, Ideologia e Libertação; Uma reforma para valer; Por uma Catequese Latino-Americana*, entre outros.¹⁰⁶⁵

Em relação à apreensão dos documentos pelos agentes do aeroporto de Goiânia, na tramitação da documentação, na versão apontada pelo agente, Gentil Bonato teria abandonado o material após um rompante de ira em função da averiguação. Com base na leitura da carta redigida pelo chefe da equipe da Superintendência Regional de Goiás da Polícia Federal ao enviar a documentação, no dia 23 de junho, se poderia considerar a entrega voluntária¹⁰⁶⁶: “Encaminho a Vossa Senhoria, o material (documentos e

¹⁰⁶² De acordo com a fonte: “AMIR FRANCISCO LANDO. Sobre este elemento, soube-se, através de um **agente infiltrado**, seu antigo companheiro de militância em organização de esquerda, o seguinte: quando no RS, atuava no Partido Operário Revolucionário Trotskista – PORT, ligado a HERIBERTO BACK, participando ainda do Movimento de Unidade Popular – MUP; No contato mantido com o **agente infiltrado** por ocasião da reunião, confidenciou ao mesmo, na presença de D. MOACYR GRECCHI, os seguintes fatos: que o INCRA já conta com uma boa infiltração de elementos de Esquerda; e que o Juiz do ACRE é Esquerdista” [Grifado] BRASIL. Agência de Brasília do Serviço Nacional de Informações (ABS/SNI). Encaminhamento Nº 187/19/ABS/75. 30 junho de 1975. Arquivo Nacional. BRASIL.

¹⁰⁶³ BRASIL. Agência de Brasília do Serviço Nacional de Informações (ABS/SNI). Encaminhamento Nº 187/19/ABS/75. 30 junho de 1975. Arquivo Nacional.

¹⁰⁶⁴ *Idem*.

¹⁰⁶⁵ O teor político foi sublinhado. No documento o analista argumentou: “O primeiro, aborda amplamente com uma visão marxista, as manifestações do sistema capitalista, destacando-se, o que ele aponta como condição de manutenção do capitalismo, na parte em que se refere: - ao Exército; - a Polícia; e, - a Justiça e conclui finalmente, dentro da filosofia marxista, o contexto global do capitalismo de que o regime capitalista de apropriação do produto escraviza primeiramente aquele que o cria e logo depois aquele que se apropria dele; que o sistema capitalista a o converter mais e mais em proletários, a imensa maioria dos indivíduos gera a força, que se não sucumbir, é obrigada a fazer a revolução” [Preservada a redação original]. BRASIL. Agência de Brasília do Serviço Nacional de Informações (ABS/SNI). Encaminhamento Nº 187/19/ABS/75. 30 junho de 1975. Arquivo Nacional.

¹⁰⁶⁶ Entre os anexos, consta a cópia do registro da ocorrência: “Sr. Coordenador Regional Policial comunico que por ocasião da revista de passageiros, no horário de 11,50 horas (VARIG), do dia 22 de

papeis) deixados nas dependências da Polícia Federal, no Aeroporto Santa Genoveva, pelo Senhor Gentil Bonato, conforme ocorrência registradas às Fls: 40 do Livro de Ocorrências da T.F.A./SPMAF/GO”.¹⁰⁶⁷ Gentil Bonato havia sido identificado na sua chegada, foi observado durante o evento por sua ligação com organizações de resistência no Rio Grande do Sul e, ainda, teve o seu nome destacado nos relatórios. Como havia o controle do acesso pelo aeroporto previamente organizado e pelo registro fotográfico da chegada de Gentil Bonato, a versão da entrega voluntária parece pouco crível. A vigilância ideológica fica patente. O escrutínio dos materiais apreendidos demonstra a conotação política das preocupações dos agentes de segurança.

Dada a relevância do evento e a participação de importantes lideranças da Igreja Católica o destacamento de uma missão de inteligência não seria de estranhar; os missionários tinham clareza disto, tanto que tomaram medidas de segurança e denunciaram a infiltração de agentes nas atividades. Mesmo assim, houve infiltração de informações sigilosas. A própria realização do evento foi apurada pelos agentes através da interceptação de uma correspondência de Dom Moacyr Grechi, bispo do Acre e Purus. Dom Moacyr era membro da Comissão Episcopal de Pastoral, na Linha de Ação Missionária da CNBB, da Seção Brasileira da Pontifícia Comissão “Justiça e Paz”. No início de 1975 participou da organização do *Encontro de Bispos e Prelados*, na XIV Assembleia Geral da CNBB, em Itaici, no estado de São Paulo. O encontro teve por objetivo discutir os problemas fundiários, as correntes migratórias e as políticas governamentais de desenvolvimento para a região da Amazônia Legal. No documento dirigido aos integrantes do Episcopado, reportou a realização de outro evento, entre os dias 19 e 22 de junho, desta vez no Centro de Treinamento da Arquidiocese de Goiânia/GO.¹⁰⁶⁸ O parágrafo onde encontra-se o convite está grifado, sugerindo ser uma informação importante para os agentes do Serviço Nacional de Informações.

junho de 1975, ao ter sua bagagem revistada por agente desta Superintendência, o senhor GENTIL BONATO, residente à Rua 24 de Fevereiro, nº 292 – GRAMADO-RS, exasperou-se quando o policial começou a examinar uma pasta cheia de papéis e documentos que despertaram suspeitas. Sentindo a insistência do Agente em inteirar-se do conteúdo dos documentos e demonstrando nervosismo, o passageiro GENTIL BONATO tomou uma atitude pouco recomendável e dirigindo-se ao policial nos seguintes termos: “Se o senhor tem tanto interesse nesses papéis, pode ficar com eles”. Incontinentemente pegou sua bagagem e dirigiu-se ao embarque. Obs. Os documentos de que se trata essa ocorrência foram encaminhados ao Senhor Superintendente em Goiás para as providências julgada cabíveis. Goiânia, 22 de junho de 1975”. BRASIL. Agência de Brasília do Serviço Nacional de Informações (ABS/SNI). Encaminhamento Nº 187/19/ABS/75. 30 junho de 1975. Arquivo Nacional.

¹⁰⁶⁷ BRASIL. Agência de Brasília do Serviço Nacional de Informações (ABS/SNI). Encaminhamento Nº 187/19/ABS/75. 30 junho de 1975. Arquivo Nacional.

¹⁰⁶⁸ BRASIL. Comunicado P.3-C.Nº379/75. Arquivo Nacional.

Poucos dias depois do evento do CIMI em Goiânia, a fim de acompanhar as atividades do *IX Congresso Eucarístico Nacional* (IX CEN) entre os dias 16 e 20 de julho de 1975, em Manaus/AM, foi elaborada a *Operação AM*. O evento religioso recebeu um expressivo número de participantes. As Forças Armadas, quando do planejamento das operações de segurança estimaram cerca de 10 mil participantes; a organização do evento, por sua vez, estimou o número em torno de 50 mil pessoas. Já a imprensa, considerou algo em torno de 40 mil a 50 mil participantes. Difícil precisar o número total. Contudo, alguns desdobramentos podem ser indicativos de um elevado número de participantes. Dentre eles a cautela da organização para garantir hospedagem aos turistas e do comércio local veiculada pelo *Jornal do Commercio*¹⁰⁶⁹ com o abastecimento de carne em função de uma grande aglomeração. Em matéria publicada no periódico manauara, o número previsto seria 60 mil pessoas. Por certo os números estão subestimados; o *A Crítica* afirmou serem 70 mil pessoas, apenas no encerramento do conclave.¹⁰⁷⁰

Os meios de comunicação social também foram alvos. A manifestação pública de lideranças da Igreja Católica e eventuais críticas ao governo figuraram como objeto da observação da operação de inteligência: “Através de elementos infiltrados e pelo DPF/AM, serão acompanhadas todas as atividades dos meios de comunicação social da área”.¹⁰⁷¹ De fato, os jornais locais e os de circulação nacional foram amplamente trabalhados. Telegramas diários reportavam a repercussão do evento à Agência Central do SNI. No relatório estão anexados inúmeros recortes de reportagens sobre o IX CEN, entrevistas com as lideranças católicas, bem como temas relacionados à terra e aos povos indígenas. Disto, se pode concluir, as matérias foram analisadas sistematicamente, pelo fato de estarem grifadas e serem utilizadas como subsídio para a argumentação dos relatórios.

Em um documento redigido pela Agência Central do Serviço Nacional de Informações, de 28 de maio, encontra-se a sistematização das atividades de planejamento da viagem empreendida a Manaus pela equipe da agência, entre os dias 19 e 21 de maio, para uma série de reuniões com os órgãos de segurança locais para o planejamento das atividades da operação. A reunião contou com a presença do Chefe e

¹⁰⁶⁹ Reportagem do *Jornal do Commercio*, de 08 de maio de 1975.

¹⁰⁷⁰ Reportagem do *A Crítica*, de 21 de julho de 1975.

¹⁰⁷¹ BRASIL. Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI). Encaminhamento Nº 161/19/AC/75. 28 de maio de 1975. Arquivo Nacional.

o Chefe de Gabinete da Agência Manaus do SNI; o Chefe do Departamento de Polícia Federal do Amazonas; o Chefe da SS-19 da Agência Manaus do SNI; o Chefe da SS-19 da Agência Central do SNI; e um Oficial Adjunto do Comando Militar Adjunto do Comando Militar da Amazônia.¹⁰⁷²

Os temas discutidos reputaram o controle dos portos, das rodovias e do aeroporto, da demanda de pessoal para a execução das atividades, a limitação de equipamentos, o controle da imprensa e a vigilância das atividades do conclave e as reuniões concomitantes a ele. Um tema sensível no relatório foi o controle do acesso de estrangeiros ao Brasil¹⁰⁷³ e mobilizou, também, o Ministério das Relações Exteriores.¹⁰⁷⁴ O anseio era evitar ao máximo a participação de opositores ao regime no evento.¹⁰⁷⁵ Uma das formas de controlar as pessoas na chegada a Manaus foi a obtenção das listas de passageiros das empresas aéreas, das empresas de navegação e das agências de turismo. Com estas informações, tinham amplo controle do horário e o modal utilizado para a viagem por parte das lideranças religiosas.

A precaução com o ingresso no país de lideranças religiosas consideradas subversivas também foi uma constante na organização e na execução das atividades de infiltração e espionagem. Em um Memorando do Serviço Nacional de Informações, dirigido à chefia da Agência Central do SNI, o Tenente Coronel destacado pelo Coronel Newton Cruz¹⁰⁷⁶ transmitiu “[...] recomendações do Sr Pres Rep* – a AC/SNI deverá

¹⁰⁷² BRASIL. Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI). Encaminhamento Nº 161/19/AC/75. 28 de maio de 1975. Arquivo Nacional.

¹⁰⁷³ Segundo Carlos Fico: “A preocupação com o estrangeiro foi grande entre as comunidades de segurança e de informações durante o regime militar. Na verdade, ‘a imagem do Brasil no Exterior’ sempre foi tema relevante para todos os governos militares, seja na através das tentativas de se diferenciarem das demais ditaduras latino-americanas (através do rodízio de generais-presidentes), seja na busca de um arcabouço legal que sustentasse, na falta de legitimidade, o próprio regime”. Carlos Fico. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 197.

¹⁰⁷⁴ BRASIL. Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI). Encaminhamento Nº 161/19/AC/75. 28 de maio de 1975. Arquivo Nacional.

¹⁰⁷⁵ De acordo com o documento elaborado pela Agência Central do Serviço Nacional de Informações: “O controle da entrada de estrangeiros somente poderá ser feito através das “tarjetas” de desembarque, sofrendo as limitações impostas pela ausência de fotografias, e de grafia correta e legível dos nomes dos elementos desembarcados. O CH/DPF/AM afirmou que, com uma recomendação aos elementos empenhados na operação, poder-se-á reduzir as incorreções encontradas nas “tarjetas”, inclusive alertando para que escrevam os nomes completos dos estrangeiros. Entretanto, a operação mais fácil será a de microfilmagem (fotografia dos passaportes), mas o DPF/AM não dispõe do material necessário para este tipo de operação”. BRASIL. Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI). Encaminhamento Nº 161/19/AC/75. 28 de maio de 1975. Arquivo Nacional.

¹⁰⁷⁶ Newton de Araújo de Oliveira e Cruz (1924-1922). Segundo o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do CPDOC/FGV nasceu no Rio de Janeiro. Sentou praça em março de 1941, oriundo da arma de artilharia, sendo declarado aspirante-a-oficial em janeiro de 1944. Em janeiro de 1949, foi promovido a capitão e nomeado instrutor. Em fevereiro de 1960, foi nomeado instrutor da EsAO, onde permaneceu

conduzir o processamento de sorte que o MRE seja cientificado sobre o assunto e, se necessário, adote providências no sentido de não se efetivarem a designação e a vinda dos subversivos ao Brasil".¹⁰⁷⁷ E, em anexo, um Informe da Agência Central do Serviço Nacional de Informações, datado de 11 de abril, tendo como assunto o *IX Congresso Eucarístico Nacional*, comprova-se a inquietação dos órgãos de segurança com a chegada de lideranças religiosas opositoras.^{1078 1079} A possibilidade de vinda ao Brasil do Pe. Jentel mobilizou as instituições estatais no Brasil e no Exterior. O Pedido de Buscas ao Ministério das Relações Exteriores elevou a tentativa de banimento a outra esfera. Para a realização das operações de coleta de informações, foram programados, entre outros, os seguintes dispositivos: "A coleta de dados, através de operações especiais, ficará sob a responsabilidade da AMA/SNI. Não foram discutidos, nas reuniões com os demais representantes do OI da área, a natureza destas operações".¹⁰⁸⁰ Para a consecução desses objetivos adotaram como dispositivo a interceptação telefônica: "[...] na segunda reunião o representante da 2ª SEC/CMA abordou a necessidade de realização de escuta telefônica e do controle de ligações telefônicas, propondo que fosse a ação a ser realizada somente pela AMA/SNI".¹⁰⁸¹ Este relatório permitiu desvendar as minúcias das operações de segurança. Ao descrever as atividades fica evidente o *modus operandi* das instituições do Estado brasileiro. Nos bastidores,

até fevereiro de 1962, quando foi exonerado para assumir o comando da 3ª Seção do I Exército. Em março de 1963, foi nomeado instrutor da Escola e Comando do Estado-Maior do Exército (ECEME), e em agosto promovido a tenente-coronel. Permaneceu um ano como instrutor da ECEME, sendo exonerado em março de 1964, por ter sido nomeado para servir no Conselho de Segurança Nacional (CSN), como adjunto do Serviço Federal de Informação e Contra-Informação. Em setembro foi dispensado desse órgão e designado para adjunto do Serviço Nacional de Informações (SNI). Em 1981 recebeu a patente de general-de-divisão. Em agosto de 1983, Newton Cruz deixou a chefia da Agência Central do SNI e nesse mesmo mês, assumiu o Comando Militar do Planalto (CMP) e a 11ª Região Militar. "CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Newton Cruz. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/newton-de-araujo-de-oliveira-e-cruz>¹⁰⁷⁷ BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Memorando Nº 0772. Arquivo Nacional. * Sr Pres Rep = Senhor Presidente da República.

¹⁰⁷⁸ O analista foi taxativo em relação aos religiosos críticos contumazes do regime: "a. O papa designará Dom SEBASTIÃO BAGGIO (persona non grata) para ser delegado ao 9º Congresso Eucarístico Nacional a realizar-se em MANAUS, em Jul 75. A confirmar-se a indicação, seria um fato inédito uma vez que nos congressos anteriores o delegado foi um brasileiro. b. O padre JENTEL e outros elementos subversivos, aproveitando a realização do 9º Congresso Eucarístico Nacional, pretendem regressar ao BRASIL à guisa de peregrinos". BRASIL. Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI). Informe Nº 008/19/AC/75. 11 de abril de 1975. Arquivo Nacional.

¹⁰⁷⁹ BRASIL. Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI). Informe Nº 008/19/AC/75. 11 de abril de 1975. Arquivo Nacional.

¹⁰⁸⁰ *Idem*.

¹⁰⁸¹ *Ibidem*.

havia uma intrincada rede de operações clandestinas, ao arrepio da legislação nacional e internacional.

A mobilização dos esforços institucionais para a vigilância dos portos, aeroportos e rodovias, a implantação de uma base camuflada de operações, a utilização de equipamentos para a instalação de escutas telefônicas, a infiltração de agentes para o acompanhamento das atividades denotam o grau de complexidade das ações de segurança e inteligência no cerceamento aos religiosos católicos progressistas, vulgarmente classificados como integrantes do “Clero progressista”, ou ainda, da “esquerda clerical”. Ainda sobre o detalhamento da operação, o relatório pormenorizou, em função da agência em Manaus não dispor dos equipamentos necessários para tais atividades, havia o “[...] interesse da AMA/SNI em receber como apoio uma equipe especializada em escuta eletrônica,¹⁰⁸² com respectivo material; necessidade de desencandear-se, desde já, ações de infiltração, solicitando a cooperação das demais AR/SNI”.¹⁰⁸³ A intenção era transferir os equipamentos e capacitar os agentes atuantes na capital amazonense nesse tipo de ação. Em outro trecho enfatizou a preocupação com a organização dos religiosos progressistas aproveitariam a passagem por Manaus para avançar nos encaminhamentos dos planos de ação desenvolvidos e encaminhados em encontros anteriores.¹⁰⁸⁴

No planejamento elaborado pela Agência Central do Serviço Nacional de Informações, classificado como Secreto, a 30 de junho de do mesmo ano, intitulado *Operação AM* encontra-se a descrição minuciosa das operações previstas e executadas para a coleta de informações durante as atividades do *IX Congresso Eucarístico Nacional*. Para atingir tais objetivos, a operação contou com agentes do Serviço Nacional de Informações, do Comando Militar da Amazônia, do Centro de Informações da Aeronáutica, do Centro de Informações do Exército e do Departamento de Polícia Federal. A Agência Central do SNI, o CIE e a Polícia Federal ficaram responsáveis pela coleta de dados; a Agência do Rio de Janeiro ficou responsável pela micro-filmagem; e

¹⁰⁸² BRASIL. Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI). Informe Nº 008/19/AC/75. 11 de abril de 1975. Arquivo Nacional.

¹⁰⁸³ *Idem*.

¹⁰⁸⁴ De acordo com o documento: “Preocupam-se com as “atividades paralelas”, que estão programadas para serem realizadas durante o conclave; com uma possível tentativa de regresso ao País de elementos subversivos e banidos do BRASIL; e, em face de os antecedentes de alguns elementos empenhados na organização do IX CEN, com os rumos que ele poderá tomar e com suas conseqüentes ações de proselitismo, caracterizando atos de interferência, por integrantes da esquerda clerical, em áreas de competência exclusiva do Estado, em nome da Igreja Católica”. BRASIL. Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI). Informe Nº 008/19/AC/75. 11 de abril de 1975. Arquivo Nacional.

o CISA controlou os aeroportos.¹⁰⁸⁵ Como se pode perceber um vasto aparato de vigilância e controle, a fim de coletar informações, documentos e capturar os detalhes da organização política dos religiosos, aspectos debatidos ao longo do evento principal e, logicamente, nos demais eventos organizados naquele período, a fim de aproveitar a presença de lideranças de diferentes partes do país na capital amazonense.

As atividades foram desenvolvidas por um quantitativo expressivo de agentes. Destaque para aqueles treinados para operações clandestinas, especializados em infiltração e os envolvidos com censura. O relatório aponta a participação de 30 agentes, destacados da Agência Central, da Agência do Rio de Janeiro e da Agência de Brasília do Serviço Nacional de Informações;¹⁰⁸⁶ deste montante, nove seriam membros do Centro de Informações do Exército e nove do Departamento de Polícia Federal.¹⁰⁸⁷

A obtenção de informações também contava com colaboradores. Isto, se pode perceber no Encaminhamento da Agência Brasília do Serviço Nacional de Informações direcionado à Agência Central do SNI: “Documentação fornecida por um informante desta Agência, referente ao IX Congresso Eucarístico Nacional, realizado em MANAUS/AM”.¹⁰⁸⁸ No dossiê foram anexados 15 textos, dentre eles a maioria sobre o Congresso e um *Boletim do CIMI* de junho do mesmo ano. São mais de 300 páginas de documentos e, apesar de não estarem grifadas ou sublinhadas, os demais relatórios indicam terem sido analisadas minuciosamente.

Anexo ao relatório encaminhado pelo do Gabinete do Serviço Nacional de Informações, consta uma carta redigida a 05 de maio de 1975, endereçada ao Gal. Newton Cruz; na missiva fica evidente a participação do Gal. João Baptista Figueiredo¹⁰⁸⁹ no planejamento operacional.¹⁰⁹⁰ E em uma Informação, da Agência Rio

¹⁰⁸⁵ BRASIL. Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI). Informe Nº 008/19/AC/75. 11 de abril de 1975. Arquivo Nacional.

¹⁰⁸⁶ Para a realização da operação, foi utilizada uma aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB), conforme se pode perceber no radiograma nº 094/19/AC/75 emitido pela Agência Central do Serviço Nacional de Informações para o Centro de Informações do Exército, em 04 de julho de 1975: “INFORMO AERONAVE BÚFALO, DA FAB, QUE CONDUZIRÁ EQUIPES AC/SNI E CIE, FIM DE ACOMPANHAR IX CEN, DECOLARÁ DA BASE AÉREA DE BRASÍLIA DIA 07 JUL 75 ÀS 06:00. COMPARECIMENTO PARA EMBARQUE ÀS 04:30 HORAS, AEROPORTO MILITAR/BSB”. BRASIL. Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI). Informe Nº 008/19/AC/75. 11 de abril de 1975. Arquivo Nacional.

¹⁰⁸⁷ Idem.

¹⁰⁸⁸ BRASIL. Agência Brasília do Serviço Nacional de Informações. Encaminhamento Nº 218/19/ABS/SNI/75. 01 de agosto de 1975. Arquivo Nacional.

¹⁰⁸⁹ João Baptista Figueiredo (1918-1999). De acordo com o Centro de Informações de Acervos dos Presidentes da República foi um militar, nascido na cidade do Rio de Janeiro. Estudou no Colégio Militar de Porto Alegre, na Escola Militar de Realengo (1935-1937). Esteve no III Exército, sediado em Porto Alegre/RS. Foi instrutor de cavalaria na Escola Militar de Realengo (1944). Fez curso na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - EsAO (1946). Instrutor da cadeira de fortificações da Escola Militar de

de Janeiro do Serviço Nacional de Informações, encontra-se o detalhamento da operação. Com as informações coletadas no material de divulgação do IX CEN, elaboraram uma síntese do congresso, com o intuito de discriminar de qual forma as operações seriam organizadas. Investigaram as atividades, seus locais de realização, as instituições responsáveis e, até mesmo, os locais disponíveis para alojamento, com um refinado grau de detalhamento. Investigar os locais de alojamento, a princípio, pode soar com algo de pouco propósito; contudo, para o planejamento e execução das operações, era uma informação crucial. As lideranças religiosas como Cardeais, Bispos e Padres tiveram seus nomes relacionados à parte, em uma lista detalhada, com o nome, a instituição de origem, o nome da(s) pessoa(s) responsáveis pelo alojamento e o endereço. Ao total, foram sistematizados 58 nomes, os quais receberiam maior atenção por parte do aparato de inteligência.¹⁰⁹¹ Os religiosos observados com maior intensidade pelo CMA e a AMA/SNI foram: “[...] como “ALVOS” principais importantes, entre os que já confirmaram suas presenças, os seguintes: Cardeal Eugênio de Araújo Sales; D. Mario Teixeira Gurgel; Cardeal Paulo Evaristo Arns; D. José Ivo Lorscheiter e D. Estevão Bittencourt”.¹⁰⁹² Ficou evidente as missões tinham como objetivo investigar eventuais reuniões “paralelas”; praticar escutas telefônicas das pessoas selecionadas, como as autoridades religiosas; desenvolver atividades de censura e contrapropaganda; e, ainda, a identificação de pessoas consideradas subversivas. Tudo isto, com o intuito de coletar informações: “Em função de dados conhecidos e levantamentos efetuados, foi

Resende, mais tarde Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN (1947-1948). Retornou a EsAO de 1949-1952, como instrutor de cavalaria. Ingressou na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME em 1953, passando a instrutor no ano seguinte. Kursou a Escola Superior de Guerra - ESG (1960). Trabalhou no Conselho de Segurança Nacional (1961). Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME (1961-1964). Durante o governo Jânio Quadros integrou a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Participou do movimento político-militar que originou o golpe de 1964, tendo sido nomeado chefe da agência do Serviço Nacional de Informações (SNI) no Rio de Janeiro (1964-1966). Foi comandante da Força Pública de São Paulo (1966-1967), do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas - Dragões da Independência (1967-1969) e chefe do estado-maior do III Exército (1969). Chefe do Gabinete Militar do governo Médici (1969-1974), tornou-se ministro-chefe do SNI durante o governo Geisel (1974-1979), sendo promovido a general-de-exército em 1977. Através de eleição indireta, passou a exercer o cargo de presidente da República em 15 de março de 1979. Disponível em: http://www.an.gov.br/crapp_site/default.asp

¹⁰⁹⁰ Segundo o documento: “Dada a importância dos eventos, o chefe da AMA solicitou que um elemento da AC se deslocasse até a área para orientar o planejamento global da operação de acompanhamento. Caso o Gen Figueiredo não tenha objeções, deslocarei um oficial da SS-19 para orientar com referência ao planejamento, cabendo a execução do acompanhamento dos eventos à AMA. Aguardo, portanto, uma definição sobre o problema”. BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Memorando Nº 1169. 05 de maio de 1975. Arquivo Nacional.

¹⁰⁹¹ BRASIL. Agência de Manaus do Serviço Nacional de Informações (AMA/SNI). Dossiê 2181/82. 1982. Arquivo Nacional.

¹⁰⁹² *Idem*.

dada a seguinte prioridade, para as reuniões: Conselho Presbiterial Regional Norte I; Centro de Estudos do Comportamento Humano; Movimentos de Juventude; Educadores cristãos; e a Conferência dos Religiosos do Brasil”.¹⁰⁹³

Um mês depois foi emitido um telegrama com informações complementares. Antes disto, poucos dias depois, a 16 de junho de 1975, em um aviso, classificado como Confidencial, assinado por Maurício Rangel Reis e endereçado ao Ministro da Justiça Armando Falcão, percebe-se os conflitos e as retaliações com os indigenistas passam a ganhar novos contornos: “Os atuais dirigentes do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, entidade oficiosa, tem apresentado severas críticas aos programas de trabalho da FUNAI, sem sugerir qual quer alternativa ou proposição correta, contribuindo para desgastar a ação do órgão”.¹⁰⁹⁴ Na sequência do documento descreveram o acompanhamento das manifestações dos missionários em relação à política indigenista governamental pela comunidade de informações: “Algumas dessas críticas têm sido motivo de análise do Serviço Nacional de Informação”.¹⁰⁹⁵

Em 18 de junho de 1975, dois dias depois do envio do Aviso Nº 008/75, saiu a reportagem *Missionário diz que a proibição é represália inútil*, com vários fragmentos da entrevista com o à época presidente do Conselho Indigenista Missionário, o padre José Vicente César.¹⁰⁹⁶ Assinalou a discussão e tratativas sobre a questão se daria de forma colegiada, na Primeira Assembleia Missionária Indigenista, realizada em Goiânia/GO, entre os dias 24 e 27 de junho. Em certa medida, o presidente do CIMI reiterou as críticas feitas pelos missionários, por se tratar da realidade encontrada nas áreas indígena; reforçando a inoperância da Funai, deixou claro terem pouca efetividade as retaliações da Funai dirigidas ao Conselho. Isto, em função do CIMI atuar onde o Estado não se fazia presente; em oportunidade posterior, inclusive, o próprio presidente da Funai reconheceu tal fato:

"Essa cassação terá poucas consequências práticas — afirmou. Eu não sei, por exemplo, como comunicar ao padre Tomaz Aquino Lisboa, integrante do Cimi agraciado com a Medalha do Mérito Indigenista, que vive junto com os índios que vive junto com os índios, que ele está proibido de transitar em áreas indígenas. E pior que isso: como proibir o cacique bororó, Eugenio, de

¹⁰⁹³ BRASIL. Agência de Manaus do Serviço Nacional de Informações (AMA/SNI). Dossiê 2181/82. 1982. Arquivo Nacional.

¹⁰⁹⁴ BRASIL. Departamento Geral de Operações da Fundação Nacional do Índio (DGO/Funai). Telegrama Nº 28. 27 de maio de 1975. Arquivo Nacional.

¹⁰⁹⁵ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Aviso Nº 008/75. 16 de junho de 1975. Arquivo Nacional.

¹⁰⁹⁶ *Idem*.

conviver com os índios? Na verdade, enquanto não for regulamentado o Estatuto do Índio, a Funai dificilmente terá instrumento jurídico para intervir em áreas das missões religiosas”. [...] O presidente do Cimi elogiou o trabalho, dos padres Egydio Schawde e Antônio Iasi, que foram mais visados pelo presidente da Funai em suas queixas. “Os dois missionários, que criticaram a política indigenista oficial nos últimos meses, conhecem perfeitamente quase todas as áreas indígenas do País e, muito antes de trabalharem no Cimi, escreveram e publicaram numerosos relatórios analisando a situação precária dos índios, principalmente na área das missões religiosas, sem poupar as da Igreja católica”¹⁰⁹⁷

Não só Iasi e Schwade faziam parte das preocupações dos agentes do Estado. Casaldáliga também figurou no rol dos vigiados. Em uma nota, de 30 de junho de 1975, percebe-se a extensão das proibições de acesso às áreas indígenas por parte de missionários: “Face a informações chegadas ao conhecimento desta Presidência, determino as providências desse Departamento no sentido de ser proibido o ingresso de D. PEDRO CASALDÁLIGA PLÁ, Bispo de São Félix, em qualquer área da FUNAI, em especial no Parque Indígena do Araguaia – PQARA”.¹⁰⁹⁸ Vale lembrar as atividades de Dom Pedro Casaldáliga e do Padre Jentel eram acompanhadas desde o final da década de 1960 em função do apoio aos religiosos aos posseiros e pequenos produtores rurais em conflito com a Companhia de Desenvolvimento do Araguaia, a CODEARA.¹⁰⁹⁹

As palavras proferidas pelo Padre Iasi bateram duro nos brios dos agentes do Estado; a assertiva, apesar de imprecisa, incomodou a estrutura arbitrária. Por ocasião da indicação de um integrante do alto escalão do governo, as instituições foram mobilizadas para inquirir o missionário, ao mesmo tempo buscou judicializar a questão, seja por um pretense crime contra a honra, ou ainda, em uma perspectiva mais radical, por suposto crime contra a segurança nacional.

¹⁰⁹⁷ Reportagem presente na *Folha de São Paulo*, 18 de junho 1975.

¹⁰⁹⁸ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Nota Nº 031/GAB/P. 30 de junho de 1975. Arquivo Nacional.

¹⁰⁹⁹ Em função dos conflitos entre posseiros e os grandes produtores rurais, foi realizada a *Operação Luciara*. A Operação Luciara foi deflagrada em 31 de março de 1973 e teve como missão “[...] reestabelecer a ordem interna nas regiões de LUCIARA, SANTA TEREZINHA E SÃO FÉLIX, realizando as operações de Segurança Interna que se fizeram necessárias”.¹⁰⁹⁹ De acordo com a fonte, participaram da missão 3 militares da Seção de Informações, 3 militares do Exército Brasileiro e 1 Pelotão da Polícia Militar de Mato Grosso. A missão identificou os missionários da Prelazia de São Félix, revistou as suas instalações; revistou também casas de pessoas ligas à Prelazia, onde foram apreendidas centenas de documentos. Os documentos foram minuciosamente analisados, a fim de compreender a complexidade dos conflitos fundiários, bem como os elementos da organização popular na região. BRASIL. Base Aérea de Campo Grande (BACG). Documento de Informação Nº 001/73. 24 de julho de 1973. Arquivo Nacional. [Destaque original]

No Parecer referente ao processo MJ-59.435/75, para o Procurador da República Arthur de Castilho Neto, no Rio de Janeiro em 26 de junho, a manifestação não carregava em si substância judicial, mas a tentativa de processar Iasi Júnior não arrefeceu prontamente:

Na verdade, o presente processo não nos oferece os elementos de convicção indispensáveis à formulação de um juízo. Para atender ao Senhor Ministro do Interior e para apurar a existência de qualquer ilícito imputável ao dirigente da CIMI, mister se faz encaminhar o processo ao Diretor-Geral da Polícia Federal, solicitando-se desse órgão as providências necessárias ao levantamento da matéria de fato. Em seguida, solicitamos o retorno do processo para emitirmos parecer conclusivo¹¹⁰⁰

Em 02 de julho, poucos dias depois, em função da reportagem publicada no Jornal O Estado de São Paulo o Gabinete da Presidência da Funai, firmada por Ismarth de Araújo Oliveira, endereçado à diretoria do Departamento Geral de Operações (DGO), encaminhou uma nota determinando a adoção das medidas necessárias para “[...] impedir o ingresso dos padres ANTÔNIO IÁSI JR. E EGYDIO SCHWADE, em qualquer Área Indígena da FUNAI. Caso os mesmos façam qualquer tentativa nesse sentido, deverão ser presos e encaminhados a Polícia Federal como invasores”.¹¹⁰¹ Apesar da inoperância da Funai nas áreas indígenas, a estrutura do Estado rapidamente dava respostas às questões de vigilância e cerceamento dos missionários. Diferente daquela diplomacia estrategicamente manifesta através da imprensa, nos bastidores, o aparato repressivo estava em alerta e atuava ostensivamente. A tentativa de proibição de ingresso nas áreas indígenas era uma constante. Por outro lado, nas áreas distantes, o Estado demorava a chegar e os missionários aproveitavam essas brechas para sua atividade junto aos povos indígenas.¹¹⁰²

Os missionários seguiram denunciando as situações encontradas nas áreas indígenas, sem contornar possíveis arestas com as instituições governamentais dadas as críticas contundentes. A Informação pela segunda seção do Quartel General da 9ª Região Militar do II Exército, com assunto *Proibição de ingresso de religiosos da área indígena* repercutiu o comunicado da presidência da Funai e a indicação da não judicialização das manifestações dos missionários uma vez ter encaminhado o: “[...]”

¹¹⁰⁰ BRASIL. Ministério da Justiça. Parecer Nº93/75. 26 de junho 1975. Arquivo Nacional

¹¹⁰¹ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Nota Nº 032/GAB/P. 02 de julho de 1975. Arquivo Nacional.

¹¹⁰² BRASIL. Departamento Geral de Operações da Fundação Nacional do Índio (DGO/Funai), de 27 de maio de 1975. Arquivo Nacional.

Ofício nº 512/PRES, contra o CIMI, o qual foi remetido ao Ministério da Justiça, através do Ministério do Interior, no qual era solicitado providências necessárias. Tal proposição não obteve aprovação do Ministério da Justiça”.¹¹⁰³ O fragmento “o qual foi remetido ao Ministério da Justiça, através do Ministério do Interior” encontra-se destacado no documento, buscando dar ênfase no trato institucional da questão e demonstra o conhecimento por parte do alto escalão do governo das medidas arbitrárias, contrariando a hipótese destas medidas serem tomadas por tresloucados da linha dura.

Por outro lado, havia o esforço constante para a investigação e retaliação aos missionários (e outros opositores). A “política de boa vizinhança”, na verdade, fazia parte da estratégia governamental para construir e manter a imagem pública da Funai. Contudo, nos gabinetes, a realidade era outra. Os documentos não deixam dúvidas. A prática persecutória fazia parte do dia a dia das repartições Brasil afora:

[...] Pelas ações que vêm sendo desenvolvidas pelos sacerdotes, Senhor Ministro, não resta a menor dúvida que estão sendo postas em prática as diretrizes estabelecidas no Iº Encontro de Pastoral (DOCº nº I). Reuniões, encontros e palestras efetuadas com certa regularidade em áreas indígenas, evidenciam que a atuação dos membros do Conselho Indigenista Missionário - - CIMI e alguns outros padres o bispos, têm um objetivo específico, qual seja o de criar áreas de atrito entre índios e FUNAI.

A tônica em qualquer ação desses elementos, tem sido, como poderá ser verificado da leitura dos documentos anexos, a de enfatizar, como acomodada o omissa, a atitude do Governo no que se refere à terra e as frentes desenvolvimentistas.

Assim, Senhor Ministro, ao tecer estas considerações, sobejamente documentadas pelo material anexo, permito-me sugerir a V. Exa., data venia, o encaminhamento do problema ao Ministério da Justiça, para conhecimento e providências que julgar convenientes¹¹⁰⁴

A solicitação ao Ministério da Justiça de providências legais para as manifestações públicas dos missionários insinua um esgotamento das vias legais e da política. A Funai não conseguia rebater os argumentos do CIMI, não os desmentia caso inverídicas fossem, tampouco apresentava as ações da Funai para minimizar os problemas enfrentados pelos povos indígenas em diferentes localidades do país. Com a impossibilidade de desmentir ou contra argumentar, partia para o uso da força. O fragmento “[...] data venia, o encaminhamento do problema ao Ministério da Justiça, para conhecimento e providências que julgar convenientes” deixa clara a sanha arbitrária e punitiva.

¹¹⁰³ BRASIL. Centro de Informações do Exército (CIE). Nº: 713/1975. Proibição de ingresso de religiosos da área indígena. Arquivo Nacional.

¹¹⁰⁴ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Ofício Nº 512/PRES. 29 de outubro de 1975. Arquivo Nacional.

Além desta Informação, vários outros documentos abordam a trajetória de lideranças de diferentes instituições; como mencionado, uma prática sistemática e recorrente durante o período. A criação desses históricos fazia parte da comunicação entre as diferentes instâncias do governo e, com os documentos, ficou evidente, serviam para fundamentar a tomada de decisões por parte dos integrantes do governo e suas instituições. Por exemplo, a proibição dos missionários para o ingresso em áreas indígenas contou com subsídio destas manifestações críticas publicizadas pela imprensa e organizadas pelos agentes governamentais.

O acompanhamento das lideranças missionárias católicas se tornou mais intensa a partir de 1973. Uma pista desta consideração é onde figura a indicação escrita à caneta “[...] e outros que assinaram o Y-Juca Pirama”.¹¹⁰⁵ A elaboração dos relatórios de vida pregressa destas lideranças fazia parte do cotidiano laboral dos funcionários do Estado autoritário. A sistematização das manifestações públicas, das considerações divulgadas pela imprensa, pelo acompanhamento dos eventos e a vigilância marcou o contexto da emergência de novas perspectivas no indigenismo, principalmente aquele não empresarial e não oficial. Muitos agentes do Estado tomaram por missão colocar uma barreira na onda vermelha vinda de Moscou naquele contexto de Guerra Fria; e, naquele contexto político, denunciar a inoperância do Estado ou a sua benevolência para os grandes empreendimentos na região amazônica poderia ser considerada atividade subversiva; mencionar a autodeterminação dos povos indígenas, parte de uma conspiração internacional para a emancipação dos territórios, tendo como possível desdobramento uma balcanização da região,¹¹⁰⁶ em claro crime – aos olhos dos militares – contra a soberania nacional.¹¹⁰⁷

¹¹⁰⁵ BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Informação Nº 030/NAGO/SNI/77. 13 de janeiro de 1977. Arquivo Nacional.

¹¹⁰⁶ De acordo com Carlos Benítez Trinidad: “*El indio, tradicionalmente, fue imaginado, tanto por el poder colonial como por los gobiernos de un Brasil independiente, como un elemento que proporcionaba inestabilidad a la consolidación de la integración económica (al “ocupar” y no “aprovechar” tierras), social (disputaba la consolidación étnico cultural nacional) y política (lidiar con el problema exigía un debate costoso y sin soluciones evidentes), especialmente durante la dictadura militar, cuando la cuestión indígena tomó una relevancia esencial en el debate público nacional*”. Carlos Benítez Trinidad. *Un espejo en medio a un teatro de símbolos: el indio imaginado por el poder y la sociedad brasileña durante la ditadura civil-militar (1964-1985)*. Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Salvador, 2017, p. 94.

¹¹⁰⁷ Segundo Rodrigo Lins Barbosa, “[...] os militares queriam que não houvesse a formação de territórios indígenas autônomos e o crescimento econômico se desse por meio da exploração dos recursos naturais das terras indígenas sem inibição. No entanto, tais medidas foram prejudiciais aos povos indígenas”. Rodrigo Lins Barbosa. *O Estado e a questão indígena: crimes e corrupção no SPI e na FUNAI (1964-1969)*. Recife, 2016, p.260. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História UFPE, p. 144.

4.1.2 – A FUNAI NÃO FOI CONVIDADA ET MESMO QUE TIVESSE NÃO PARTICIPARIA DE REUNIÃO CIMI:¹¹⁰⁸ A RUPTURA ENTRE AS INSTITUIÇÕES INDIGENISTAS

Ao longo do ano de 1975, a tensão entre as duas principais organizações indigenistas se intensificou. Já no ano seguinte, as divergências passaram a conflitos francos e abertos, não mais poupando de críticas uma a outra parte. O Conselho Indigenista seguiu a linha de enfrentamento da política indigenista governamental. A Fundação Nacional do Índio passou a criticar abertamente os posicionamentos e ações do CIMI na imprensa e, nos bastidores, retaliar suas ações. O uso da máquina institucional e o aparato repressivo se tornou mais evidente. A escalada da tensão entre a Fundação Nacional do Índio e o Conselho Indigenista Missionário se tornou inevitável a partir de 1973; o antagonismo entre as perspectivas indigenistas e as propostas para a resolução dos conflitos figurou evidente. As instituições seguiram caminhos distintos. Uma avaliação preliminar sugere a defesa da política indigenista oficial por parte do CIMI enquanto a Funai executava uma política indigenista possível, atravessada pela agenda econômica do governo autoritário para a região amazônica. Neste sentido, quais as possíveis causas para a querela da Fundação Nacional do Índio para com o Conselho Indigenista Missionário? Quais os pontos de aproximação e de afastamento das noções e das políticas indigenistas pertinentes para a afirmação das distinções entre as duas organizações indigenistas? A partir dos conflitos como se pode apreender as noções de indigenismo praticadas pelas mesmas?

Egydio Schwade, Francisco Loebens, Paulo Suess e os finados Moacyr Grechi, Antônio Iasi Júnior, Tomás Balduino e Pedro Casaldáliga foram constante objeto das preocupações dos órgãos de inteligência. Inúmeros são os memorandos, ofícios, relatórios e telegramas onde são diretamente citados. Em um dos documentos, por exemplo, temos a ordem para deter e encaminhar os missionários progressistas ao Departamento de Polícia Federal, em um desdobramento direto do ofício de 26 de maio.¹¹⁰⁹

¹¹⁰⁸ BRASIL. Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Nacional do Índio (ASI/FUNAI). Informação Nº 130/ASI/76. 22 de julho de 1976. Arquivo Nacional.

¹¹⁰⁹ De acordo com o documento: “Em 02 JUL 75, o Presidente da Fundação Nacional do Índio-FUNAI General ISMARTH DE ARAÚJO OLIVEIRA, enviou os Ofícios nºs. 031/GAB/P e 032/GAB/P, ambos confidenciais, para o Diretor da DGO, determinando que fossem tomadas as medidas necessárias para impedir o ingresso em qualquer área indígena da FUNAI do Bispo Dom PEDRO MARIA CASALDÁLIGA PLÁ e dos padres ANTÔNIO IASI JÚNIOR e EGYDIO SCHWADE. O Ofício nº 032/GAB/P ressalta que, caso os religiosos tentem penetrar nas reservas deverão ser presos e

Em meados de 1976 os conflitos entre a Funai e o CIMI se intensificaram e a participação de missionários do CIMI e indigenistas do OPAN na Amazônia Ocidental sobressaltou os órgãos de segurança. No telegrama da Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Nacional do Índio para o diretor da Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior percebe-se a solicitação de investigação da reunião do CIMI:

INF FUNAI NÃO FOI CONVIDADA ET MESMO QUE TIVESSE NÃO PARTICIPARIA DE REUNIÃO CIMI VG FACE AS CARACTERISTICAS DE QUE AS MESMAS SE REVESTEM DE ATAQUES AO GOVERNO E AO PROPRIO ORGÃO PT VAMOS AVERIGUAR ET SE POSSIVEL COLHER DADOS QUANTO REALIZAÇÃO EVENTOS VG JUNTO A AJUNDANCIA DO ACRE ET DPF LOCAL PT SDS ASI/FUNAI¹¹¹⁰

A pronta negativa a uma possível reunião com o órgão indigenista da Igreja Católica pode representar o distanciamento entre as duas instituições. Nos anos anteriores havia a tentativa de trabalho conjunto nos eventos como percebido no Simpósio Funai-Missões (1969), no I Seminário FUNAI/Missões (1973) e no II Seminário FUNAI/Missões (1975). No entanto, a colaboração se tornou insustentável. Mas não só isto; a solicitação à Ajudância do Acre de informações sobre o evento e a utilização do Departamento de Polícia Federal local demonstram o tensionamento político em elevação. Além disto, a recusa a um possível convite rendeu uma interessante expressão para nominar a presente seção.

A Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI) emitiu um documento em 30 de agosto de 1976 onde apresentou avaliações sobre as perspectivas da questão indígena. Quanto aos indigenistas ligados ao Conselho Indigenista Missionário, considerou:

a. A primeira acha que o índio deve ser mantido no seu habitat, dentro de uma reserva, sem perder as características, usos e costumes da nação indígena, evitando com isso, a sua absorção pela sociedade dominante do País onde vivem, com pequenas discordância, apenas, quanto à sua evangelização, o que é considerado, por alguns, como uma quebra da estrutura cultural do silvícola. Participam desta corrente de opinião, o chamado "Clero Progressista", os sociólogos de esquerda, os comuno-esquerdistas e setores da FUNAI, uma vez que a estrutura deficiente desta FUNDAÇÃO, atualmente, não permite uma presença constante nos aglomerados indígenas, visando a uma obra de maior vulto¹¹¹¹

encaminhados à Polícia Federal". BRASIL. Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Nacional do Índio (ASI/FUNAI). Informação Nº 130/ASI/76. 22 de julho de 1976. Arquivo Nacional.

¹¹¹⁰ BRASIL. Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Nacional do Índio (ASI/FUNAI). Informação Nº 130/ASI/76. 22 de julho de 1976. Arquivo Nacional.

¹¹¹¹ BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Informação Nº 380/16/AC/76. 30 de agosto de 1976. Arquivo Nacional.

O conflito entre as perspectivas indigenistas começou ficar patente. Mesmo não se tratando efetivamente de uma instituição indigenista, o antagonismo com o indigenismo missionário católico progressista fica explícito nas palavras do SNI. A circulação deste documento em diferentes instâncias do governo colaborou para o tensionamento das relações com o Conselho Indigenista, por ocasião da subjacente perspectiva ideológica. Ao tratar os missionários católicos como subversivos, os ocupantes do Estado os colocavam como cidadãos de segunda categoria – e, logicamente, inimigos, por considerá-los como um entrave ao progresso e à Segurança Nacional.

No mesmo documento, em outra passagem, verifica-se a demanda pela mudança da estrutura governamental para uma inclusão mais rápida (?) dos povos indígenas à sociedade envolvente. Para isto, seria necessário avançar as políticas indigenistas oficiais e limitar as atividades do CIMI. Aos olhos do governo, os missionários católicos estavam alinhados com os movimentos de esquerda e não representavam as diretrizes pastorais da Igreja Católica, tampouco colaboravam, com a política indigenista oficial:

Esta AC/SNI é de parecer que, salvo melhor juízo, uma agilização da estrutura governamental já existente - que pudesse permitir, efetivamente, a sua participação nesse processo de integração do índio, autorizando, controlando e coordenando os trabalhos propostos pelas – missões religiosas - viria, no mínimo, diminuir os choques existentes, e anular a atual campanha deletéria do CIMI-CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, que já se lançou como o defensor bandeira indigenista, com a inegável intenção de indispor o Governo com a opinião pública¹¹¹²

Além do ambiente de tensão por ocasião das contundentes críticas dos missionários católicos progressistas às atividades da Fundação Nacional do Índio, outro fato contribuiu para o agravamento da relação entre o órgão indigenista oficial e o Conselho Indigenista Missionário. Trata-se da morte do Padre João Bosco Burnier.¹¹¹³ As manifestações públicas dos missionários não pouparam as instituições governamentais de críticas, por denunciar a violência desproporcional naquele conflito pela posse da terra no interior do Mato Grosso.

¹¹¹² BRASIL. Serviço Nacional de Informações (SNI). Informação N° 380/16/AC/76. 30 de agosto de 1976. Arquivo Nacional.

¹¹¹³ João Bosco Burnier foi assassinado por um policial após uma visita à delegacia na companhia de Dom Pedro Casaldáliga em Ribeirão Bonito/MT, em 11 de outubro de 1976.

Como mencionado, as primeiras escaramuças se intensificaram. No período de mais de um ano, os conflitos se multiplicaram. Tamanha a tensão entre as antagônicas perspectivas de indigenismo, culminou com a ruptura do diálogo institucional. Dois meses depois da Nota Oficial, a 22 de dezembro de 1976, a Assessoria de Segurança e Informação da Funai emitiu uma Informação onde endossou a negativa de diálogo com a instituição indigenista da Igreja Católica:¹¹¹⁴ “O desafio feito pelo CIMI, publicado no ‘Jornal de Brasília, de 23.10.76, para um debate, não será aceito pois se não há diálogo não poderá haver debate’”.¹¹¹⁵

O título FUNAI ROMPE COM O CIMI, em caixa alta, destaca aspectos daquele contexto e a magnitude da fricção entre as duas instituições. A partir daquele momento, se multiplicaram as operações de vigilância e as retaliações aos indigenistas missionários. A Informação da Agência Central do Serviço Nacional de Informações, com assunto *Assembleias e Encontros Pastorais relacionados com o índio*, de 17 de fevereiro de 1977 tratou do trabalho apostólico da Igreja como meio de difusão de ideias contrárias aos interesses do governo; pois para os analistas vinha: “[...] predominando a atuação missionária nos grupos indígenas mais do que a ação de órgãos oficiais do governo, e por vezes, levando aos nossos aborígenes uma imagem deturpada das providências governamentais, relacionadas com o índio, em geral”.¹¹¹⁶

Já o dossiê da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI), de 08 de março de 1977, dispõe uma série de documentos com o detalhamento de diferentes áreas de atuação do movimento indigenista. Dentre eles, o Pedido de Buscas da Agência Central do SNI, 02 de junho de 1977, *Atividades subversivas – atuação suspeita de missionários junto aos índios com provável objetivo separatista* é um

¹¹¹⁴ Para o analista: “Esta DSI transcreve abaixo a Informação recebida da ASI/FUNAI, via DSI/MINTER, versando sobre o rompimento ocorrido entre a FUNAI e o CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CIMI: [...] Em 21 de outubro do corrente ano, o Secretário do CIMI, padre EGYDIO SCHWADE, solicitou através de carta ao Presidente da FUNAI (cópia anexa), o seu ingresso em área indígena no Território Federal de RORAIMA, em companhia do Padre JUSTINO¹¹¹⁴ da Arquidiocese de MANAUS/AM, com a finalidade de levantar a situação das tribos daquele Território, tendo o Presidente da FUNAI negado, peremptoriamente, o ingresso dos referidos sacerdotes, em vista das críticas que o CIMI por intermédio do Padre EGYDIO vem fazendo ao Governo e à FUNAI. Em nota oficial do Presidente da FUNAI (cópia anexa), em 21 de outubro do ano em curso, em consequência das constantes críticas do CIMI, através do Pe. EGYDIO, confirmou a sua decisão na proibição do ingresso dos membros do CIMI em área indígena”. BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Informação Nº 1057/76. 22 de dezembro de 1976. Arquivo Nacional.

¹¹¹⁵ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Informação Nº 1057/76. 22 de dezembro de 1976. Arquivo Nacional.

¹¹¹⁶ BRASIL. Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI). Informação Nº 074/1G/AU/77. 17 de fevereiro de 1977. Arquivo Nacional.

verdadeiro compêndio. Em um extenso dossiê, diferentes perspectivas são destrinchadas, desde as políticas indigenistas, os conflitos com o CIMI até mesmo as questões de geopolítica e de soberania nacional. Para fins de análise, um recorte, dada a riqueza da documentação:

[...] As idéias do clero já estão assimiladas pelo índio, em decorrência do que se encontra influenciado pelas ações dos missionários esquerdistas e, já possuidor de concepções antibranco, antigoverno e de caráter separatista, vem desenvolvendo suas ações dentro das diretrizes dos seus doutrinadores que, sob pretexto, utilizam-se do Evangelho como meta a ser alcançada e como respaldo de suas atividades comuno-esquerdistas¹¹¹⁷

Em outra passagem do documento, percebe-se a alusão à dimensão geopolítica e as críticas proferidas pelos missionários católicos atingiam a imagem do governo militar diante das instituições multilaterais. Além disso, uma possível autodeterminação dos povos indígenas resultaria na emancipação destes povos e a criação de Estados independentes, considerado como uma ameaça à integração e à soberania nacional: “Transparece a existência, no exterior, de uma organização, ou algo semelhante, interessada em destruir a imagem do BRASIL, nas Nações Unidas, no que se refere à integração do índio com o branco”.¹¹¹⁸ Em diferentes níveis de complexidade, os documentos analisam o contexto geopolítico internacional e inserem a atuação dos missionários no âmbito da Guerra Fria; e, em termos domésticos, relacionam tal atuação a dos religiosos aos grupos de guerrilha urbana e rural atuantes naquele momento. Para alguns integrantes das Forças Armadas, os missionários poderiam estar colaborando com a agitação dos pequenos produtores rurais a serviço do movimento comunista internacional, para o enfrentamento ao governo em um possível levante popular em apoio aos focos guerrilheiros fixados em locais remotos do país.

No final do ano de 1977, a 02 de dezembro de 1977, Gerson da Silva Alves¹¹¹⁹, do Departamento Geral de Operações da Fundação Nacional do Índio emitiu mensagem

¹¹¹⁷ BRASIL. Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI). Pedido de Buscas Nº 102/16/AC77. 02 de junho de 1977. Arquivo Nacional. [Grifos originais].

¹¹¹⁸ *Idem*.

¹¹¹⁹ Segundo o portal do programa Povos Indígenas no Brasil: “Assumi interinamente a presidência da Funai e, em meados de maio, foi empossado oficialmente no cargo, apoiado pelos Xavante e pelo deputado Mario Juruna em meio à “enchente indígena” em Brasília. Sargento reformado do exército, contador, trabalhava na Funai havia 14 anos, em funções burocráticas. Como delegado regional do órgão em Campo Grande e Cuiabá, e diretor do DGO, na sede, em Brasília, acumulou relações de clientela com os Xavante, que contribuíram para sua indicação ao cargo, em meio à crise sucessória que marcou o período”. Disponível em: [https://piib.socioambiental.org/pt/Funda%C3%A7%C3%A3o_Nacional_dos_Povos_Ind%C3%ADgenas_\(Funai\)](https://piib.socioambiental.org/pt/Funda%C3%A7%C3%A3o_Nacional_dos_Povos_Ind%C3%ADgenas_(Funai))

para o presidente da Fundação. Ficou patente a adoção de outra estratégia para limitar o acesso das lideranças dos povos indígenas em assembleias e outras atividades organizadas pelos indigenistas. Tudo indica tratar-se de uma tentativa de boicote às atividades do Conselho Indigenista Missionário ao informar: “[...] ter alertado o Delegado Regional, no sentido de prevenir os chefes de PIs, contra a saída de índios das aldeias, principalmente para tomar parte em reuniões promovidas sem prévia autorização da FUNAI”.¹¹²⁰

Também foram localizados documentos sobre a *Operação Venha a nós o Vosso Reino II*. Em um dossiê de 49 páginas encontra-se uma série de Relatórios, Informações, a programação do evento, uma publicação da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI), Pedidos de Buscas e recortes de jornais. Em um deles, o relatório da Agência de Manaus do Serviço Nacional de Informações, intitulado *Pastoral Indigenista – Curso* traz uma série de anexos relevantes.¹¹²¹ Destes documentos se pode extrair uma série de informações sobre o curso sobre indigenismo na capital amazonense, como a organização do movimento indigenista e as operações dos órgãos de segurança para a vigilância deste. Entre os anexos estão relacionados o Programa da Pastoral; o panfleto “1978 ano dos mártires”; um panfleto da ANAÍ; um documento sobre os assuntos tratados durante o encontro; um comunicado à imprensa; recortes de jornais; e, um álbum fotográfico ainda não localizado.¹¹²² Em relação ao *II Curso de Indigenismo Missionário*, o mesmo foi realizado entre os dias 13 e 28 de janeiro de 1978; como mencionado, ocorreu no retiro dos padres Salesianos, conhecido como Casa Jordão, localizado da Estrada do Aleixo. Teve como coordenador Antônio Brand e foi promovido pelo Conselho Indigenista Missionário em parceria com o Regional Norte I da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Os temas principais do evento foram o aprofundamento dos conceitos antropológicos, a discussão sobre a renovação da ação missionária junto aos povos indígenas, a análise de conjuntura e o debate sobre a política indigenista oficial. Em 11 de janeiro, a Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Nacional do Índio emitiu um telegrama para a 1ª Delegacia Regional da

¹¹²⁰ BRASIL. Departamento Geral de Operações da Fundação Nacional do Índio (DGO/FUNAI). Mensagem DGO. 02 de dezembro de 1977. Arquivo Nacional.

¹¹²¹ *Idem*.

¹¹²² BRASIL. Agência de Manaus do Serviço Nacional de Informações (AMA/SNI). Relatório Nº001/300/78. 31 de janeiro de 1978. Arquivo Nacional.

Funai em Manaus solicitando o acompanhamento das atividades sobre o evento: “SOL MANTER ESTA ASI INFORMADA EVOLUÇÃO FATOS PT SDS CH ASI/FUNAI”.¹¹²³

No Radiotelegrama respondido pela 1ª Delegacia Regional da Fundação Nacional do Índio em Manaus enviado ao Departamento Geral de Operações (DGO), a mensagem buscou dar um ar de normalidade sobre as notícias veiculadas na imprensa local.¹¹²⁴ Aparentemente a resposta não convenceu os agentes na capital federal. Manuscrita à caneta, consta a seguinte mensagem: “Aguarde-se Sol. a 1ªDR trazer a ASI informada”.¹¹²⁵ Com efeito, dias mais tarde, em 01 de fevereiro, o Delegado Regional da Funai em Manaus enviou um ofício ao chefe da Assessoria de Segurança e Informações da Funai em Brasília com recortes dos jornais em circulação local com matérias sobre o evento e as manifestações dos missionários em relação à Fundação.¹¹²⁶ O relatório do Serviço Nacional de Informações destacou a participação de Humberto Marqueli e Rogélio Casado ambos participantes dos “[...] movimentos estudantis realizados em junho e julho de 1977, quando tentaram liderar os estudantes da Universidade do Amazonas, no sentido de desencadear uma greve, em apoio aos acontecimentos estudantis de São Paulo, Minas e Brasília”.¹¹²⁷ Focalizou a participação de Carmen Junqueira e Darcy Ribeiro, ambos antropólogos e professores ligados à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) à época; do então presidente do CIMI, Dom Tomás Balduino; e do indigenista Paulo Lucena e sua acompanhante. Sobre Débora: “[...] é natural do Município de Benjamim Constant e segundo suas palavras, seu pai esteve preso durante a Revolução de Março de 1964”.¹¹²⁸

Já na Informação da Agência de Manaus do Serviço Nacional de Informações de 03 de fevereiro não há menção à *Operação Venha a Nós o Vosso Reino II*. O conteúdo do documento é o mesmo do Relatório Nº001/300/78. Contudo, o relatório enviado à Agência Central do SNI traz importantes elementos externos para a compreensão da relação dos órgãos oficiais com os missionários católicos. Neste, os nomes dos participantes estão grifados. Dentre os elencados, estão: Darcy Ribeiro,

¹¹²³ BRASIL. Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Nacional do Índio (ASI/FUNAI). Telegrama 03. 11 de janeiro de 1978. Arquivo Nacional.

¹¹²⁴ BRASIL. 1ª Delegacia Regional da Fundação Nacional do Índio (1ªDR/FUNAI). Telegrama 077. 11 de janeiro de 1978. Arquivo Nacional.

¹¹²⁵ *Idem*.

¹¹²⁶ BRASIL. 1ª Delegacia Regional da Fundação Nacional do Índio (1ªDR/FUNAI). Telegrama 093. 01 de fevereiro de 1978. Arquivo Nacional.

¹¹²⁷ BRASIL. Agência de Manaus do Serviço Nacional de Informações (AMA/SNI). Relatório Nº001/300/78. 31 de janeiro de 1978. Arquivo Nacional.

¹¹²⁸ *Idem*.

identificado como professor da PUC/SP; Carmem Junqueira, antropóloga da PUC/SP; Dom Tomás Balduino, então Presidente do CIMI; Paulo Menezes; Pe. Paulo Suess; Pe. Jorge Marskell (Prelazia de Itacoatiara); Pe. Joaquim Garcia (Selva Peruana); Pe. Paulino (Prelazia Acre Purus); Pe. Egydio Schwade (Secretário do CIMI); Pe. Lourenço Bertolusso (Regional Norte I – CNBB); Antônio Brand (Coordenador do curso); Paulo Lucena (Indigenista); Humberto Marquelli (Médico e líder estudantil); Pe. Gabriel Arcanjo (Guajará Mirim/RO); Pe. Vicente (Surumu); Pe. Bollo (Iauaretê/AM); Luís Gering (Ijuí/RS); Ivo Schroeder (CIMI); Débora (acompanhante de Paulo Lucena); Ademir (CENESC/AM); Pe. Renato (Belém/PA); Pe. Casemiro (CENESC/AM); Pe. Sagues (Humaitá/AM); Pe. Rodolfo; e, Rogério Casado.¹¹²⁹ Na primeira página, encontra-se uma observação em caixa alta e negrito: **“NOME COMPLETO A SER FICHADO: PAULINO MARIA BALDASSARI”**.¹¹³⁰ E, na segunda página, outra observação com a mesma estrutura gráfica: **“NOMES CORRETOS A SEREM FICHADOS: JOSÉ ADEMIR GOMES RAMOS. IVO SCHROEDER”**.¹¹³¹ Ou seja, pelo fato de terem participado do evento, todas as pessoas teriam sua vida pregressa analisada. Aqueles já registrados, seriam utilizadas as suas informações constantes do banco de dados do SNI, sendo elas reproduzidas e analisadas. Os ainda não registrados, passariam a ter um número de registro e uma pasta com o acompanhamento de suas atividades e manifestações públicas. Na lista organizada pelo analista responsável pelo relatório não apareceu nenhum Nada Consta (NC).

Figura também nos anexos a programação do Curso de Indigenismo. O documento foi datilografado por algum integrante do Secretariado do Conselho Indigenista Missionário, tudo leva a crer Antônio Brand. O programa salientou a participação de professores universitários e a colaboração de representação da Coordenação Pastoral da Selva Peruana. Entre os tópicos abordados, foram citados os seguintes: I. Contribuição da Antropologia para a compreensão dos povos; II. Processo histórico de contato dos índios da Amazônia com a sociedade ocidental; III. Situação atual das populações indígenas da região; IV. Política indigenista oficial; V. Problemas decorrentes da fricção inter étnica; VI. Modelo de desenvolvimento; VII. Presença da Igreja; VIII. Análise das experiências concretas que os diversos missionários e Prelazias

¹¹²⁹ BRASIL. Agência de Manaus do Serviço Nacional de Informações (AMA/SNI). Informação Nº0037/119/AMA/78. 03 de fevereiro de 1978. Arquivo Nacional.

¹¹³⁰ *Idem*. [Grifo Original].

¹¹³¹ *Ibidem*. [Grifo Original].

desenvolvem.¹¹³² Para Brand na carta de apresentação do evento o Regional Norte I procurou proporcionar aos missionários “[...] uma ocasião para aprofundarem sua formação “em teologia e nas ciências antropológicas” conforme a conclusão 2.5 do 1º encontro Pan-Amazônico da Pastoral Indigenista, de Manaus (20-25 de junho de 1977)”.¹¹³³

Além de aspectos referentes à organização e à realização do evento, os órgãos de segurança também dedicaram especial interesse a um dos seus participantes: Darcy Ribeiro. A Estação Naval do Rio Negro, a 16 de março de 1978, elaborou um Pedido de Buscas para analisar e difundir uma reportagem do jornal *Província do Pará*, de Belém/PA, de 14 de janeiro, quando por lá passou o professor, antropólogo e ex-ministro, em sua viagem a Manaus. O documento foi elaborado como resposta ao Pedido de Buscas do IV Comando do Distrito Naval, a 20 de janeiro, para o levantamento de informações sobre o evento realizado em Manaus e as atividades do antropólogo. Neste documento, por sua vez, foram solicitados: “1 – O teor das Conferências a serem proferidas pelo Sr. DARCY RIBEIRO. 2 – Os pronunciamentos do nominado na imprensa. 3 – Outros dados julgados úteis”.¹¹³⁴

Em ambos os anexos foi relacionada a referida reportagem. O nome de Darcy está grifado em todas as suas menções; além disto, o fato de o seu nome ter sido redigido como *Dacy*. Na reportagem intitulada *Antropólogo pesquisa invasão às áreas indígenas da região*, a publicação do periódico paraense foi fortemente grifada ao mencionar participação do antropólogo: “[...] apresentará no seminário a ser realizado em Manaus e que tem como tema geral “Contribuição da Antropologia para Compreensão do Homem Sitiado””, um ciclo de conferências, no total de cinco, com ênfase especial no estudo das populações originárias”.¹¹³⁵ A Informação, de 06 de abril, da Agência de Manaus do Serviço Nacional de Informações discriminou a participação de Darcy Ribeiro no curso realizado por ocasião do Encontro do Aleixo. O professor proferiu palestras sobre a política indigenista do governo em curso e as contribuições da Antropologia para a compreensão dos povos indígenas. Reportou não ter sido possível obter informações: “[...] cujo texto original não foi interceptado por esta AR, eis que,

¹¹³² BRASIL. Agência de Manaus do Serviço Nacional de Informações (AMA/SNI). Informação Nº0037/119/AMA/78. 03 de fevereiro de 1978. Arquivo Nacional.

¹¹³³ *Idem*.

¹¹³⁴ BRASIL. Comando do IV Distrito Naval. Pedido de Buscas Nº014. 20 de janeiro de 1978. Arquivo Nacional.

¹¹³⁵ Reportagem do jornal *Província do Pará*, de 14 de janeiro de 1978. [Grifado pelo agente].

não se permitiu a presença de pessoas estranhas ao curso. Ressalte-se que o referido professor não prestou declarações à imprensa local”.^{1136 1137} Aparentemente, a tentativa de coletar informações pelos órgãos de segurança não prosperou muito.

Além da observação sobre a figura de Darcy Ribeiro, a realização do *Encontro do Aleixo*, dada a sua repercussão nacional e internacional, provocou certo frisson na capital federal e na Embaixada do Brasil junto à Santa Sé. Em 21 de fevereiro, o Ministério das Relações Exteriores elaborou um ofício informando a Rádio Vaticana ter divulgado as demandas dos missionários apresentadas ao final do encontro. O documento enviado ao Ministro do Interior informou ter Dom Tomás Balduino conclamado aos ouvintes “[...] uma obra mais intensa de sensibilização da opinião pública mundial sobre o problema dos índios”.¹¹³⁸ Denunciou a devastação exponencial e os abusos perpetrados contra os povos indígenas pelos grandes empreendimentos em execução na Amazônia e assinalando estes só poderiam ser contestados a partir de ampla mobilização da opinião pública mundial. Manuscrita à caneta, o Ministro do Interior redigiu a seguinte mensagem: “Ao Senhor Presidente da FUNAI para conhecimento e informação urgente”.¹¹³⁹

Dias mais tarde, em 06 de março, o presidente da Fundação Nacional do Índio encaminhou resposta via ofício, prestando esclarecimentos com as informações obtidas pelos agentes da Fundação; informou estiveram presentes representantes de 14 Prelazias e Dioceses; foi realizado o curso de Antropologia Missionária; e ao término do Encontro emitiram um comunicado oficial denominado *Declaração dos Princípios Pastorais* e documentos foram distribuídos para veiculação através da imprensa sobre os problemas dos Waimiri-Atroari impactados pela BR-174; os Arara e os projetos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e COTRIJUI; os Culina e Caxinauá do Acre e a liberação indiscriminada de certidões negativas concedendo terras para empreendimentos agropecuários; expressaram preocupação com as condições dos Yanomami (no então Território Federal de Roraima), dos Tikuna no Alto Solimões; e os Kanamari, Mayuruna e Marubo, no Vale do Javari. Exigiram ainda a

¹¹³⁶ BRASIL. Agência de Manaus do Serviço Nacional de Informações (AMA/SNI). Informação Nº0050/119/AMA/78. 06 de abril de 1978. Arquivo Nacional.

¹¹³⁷ AR – Agência Regional, do SNI.

¹¹³⁸ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Ofício DE-I/SEB/03/610.53. 21 de fevereiro de 1978. Arquivo Nacional.

¹¹³⁹ *Idem*.

demarcação das terras dos povos indígenas face o esgotamento do prazo de cinco anos previsto no Estatuto do Índio (1973).¹¹⁴⁰

Ressaltou os pontos principais da Declaração, dentre os quais: auto-determinação dos povos indígenas; autoridade dos chefes indígenas e demais hierárquicos; incentivo às assembleias, inclusive internacionais; elaboração de um boletim pelos próprios indígenas; difusão do Estatuto do Índio entre as populações indígenas, no idioma próprio; fornecer elementos ao Congresso Nacional para fiscalizar as ações do Governo e uma Comissão Parlamentar de Inquérito permanente; informação aos organismos internacionais dos crimes cometidos contra os povos indígenas; e, organização de uma pastoral indígena urbana para atender os indígenas migrantes para os centros urbanos.¹¹⁴¹ Como conclusão do relatório, o presidente da Funai sugeriu serem infundadas e ultrapassadas as críticas em relação à política fundiária do governo federal e a não demarcação das terras indígenas.¹¹⁴²

A crítica do analista aos objetivos do evento ficou evidente; a menção aos conflitos pela posse da terra denota a preocupação dos agentes do Estado brasileiro com a questão fundiária. Ao mesmo tempo, ressaltou a preocupação com a repercussão do tema em âmbito internacional, por ocasião das denúncias das arbitrariedades contra os povos indígenas através da rádio do Vaticano. O argumento principal tentou construir a imagem das questões agrárias estarem há algum tempo resolvidas, dando a entender que as críticas dos missionários ao esbulho das terras ser algo deslocado. Tal perspectiva aparentemente tinha como escopo escamotear as tensões sociais no país a fim de acomodar os conflitos entre os diferentes setores, sobretudo na frente de expansão na região amazônica. As arbitrariedades e violações aos direitos humanos cometidas contra os povos indígenas, extrativistas, comunidades tradicionais, posseiros, pequenos produtores rurais, entre outros foram sistematicamente silenciadas pelos agentes públicos no regime arbitrário.

¹¹⁴⁰ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Ofício DE-I/SEB/03/610.53. 21 de fevereiro de 1978. Arquivo Nacional.

¹¹⁴¹ *Idem*.

¹¹⁴² Para o analista: “Como se pode ver, Senhor Ministro, o ENCONTRO, as conclusões a que chegaram os seus participantes, o cerne das declarações – terra – é sempre assunto por demais debatido e já esgotado na CPI recentemente encerrada. Nada foi trazido à luz. [...] Como o evento teve finalidades especificamente indigenistas e o assunto aí ganha maior importância, deve ter havido interesses subalternos em enviar a notícia, com alarde, para divulgação pela Rádio Vaticana. E os acontecimentos noticiados, assim fragmentados, permitem interpretações distorcidas e, como é natural, sempre negativas”. BRASIL. Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Nacional do Índio (ASI/Funai). Ofício Nº 009/78/ASI/FUNAI. 06 de março de 1978. Arquivo Nacional.

Já em um telegrama de 13 de março de 1978, do gabinete da Presidência da Funai, encontra-se mais uma comunicação da Fundação no sentido de banir os missionários do Conselho Indigenista Missionário: “PROIBIÇÃO QUALQUER ELEMENTO CIMI INGRESSAR AREA INDIGENA ET CHEFES Pis DEVERÃO SER ORIENTADOS NESSE SENTIDO ET DE SOLICITAR AUXILIO AUTORIDADES CASO ESTA ORDEM NÃO SEJA CUMPRIDA”.¹¹⁴³ No informe da Assessoria de Informação e Segurança (ASI/Funai) de 27 de junho de 1980, acerca da eventual reunião de lideranças indígenas, classificado como Confidencial, destaca-se a investigação de informações da atuação do padre Antônio Iasi Júnior na capital federal. Detinham, previamente, informações acerca do local, a forma de deslocamento e o número de pessoas. Os informes foram coletados por dois agentes, Ary e Ivany: “Os índios iriam para um local determinado pelo CIMI, onde seria iniciada uma reunião. O local não foi informado com precisão, sendo dito que seria nas imediações do Núcleo Bandeirante”.¹¹⁴⁴ Juntamente com o acompanhamento prévio das atividades houve a intenção de destacar um agente para acompanhar a reunião: “Não havendo possibilidade dos Analistas se infiltrarem na reunião, a missão foi terminada”.¹¹⁴⁵

Outro exemplo do arbítrio na Amazônia nos tempos de chumbo foi a censura da peça teatral *A Grilagem do Cabeça*, do Grupo Kukuro, em Manaus. Em um ofício da 1ª Delegacia Regional da Funai ao chefe da ASI/FUNAI, 27 de maio de 1980, aparece a menção o impedimento de sua exibição e a consequente repercussão na imprensa local: “passo às mãos de V.Sa., cópia da peça “A GRILAGEM DO CABEÇA”, que elementos ligados ao CIMI e GRUPO KUKURO pretendiam encenar no Teatro Amazonas. Não tendo sido liberada pelo Serviço de Censura do DPF”.¹¹⁴⁶ A mensagem ressalta ainda a participação de uma das autoras da peça na TV Ajuricaba. Um dos trechos foi destacado no documento por fazer críticas contundentes à atuação da Funai. Na cena 4, o apresentador identificado com o número um, mencionaria a resolução dos problemas se daria: “[...] se... a FUNAI realmente defendesse os interesses dos índios. Mas a FUNAI á dirigida pelos mesmos generais que estão entregando a Amazônia para as empresas

¹¹⁴³ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Telegrama 059. 13 de março de 1978. Arquivo Nacional.

¹¹⁴⁴ BRASIL. Assessoria de Segurança e Informações da Fundação Nacional do Índio (ASI/Funai). Informe Nº 030-C/80. 27 de junho de 1980. Arquivo Nacional.

¹¹⁴⁵ *Idem*.

¹¹⁴⁶ BRASIL. 1ª Delegacia Regional da Fundação Nacional do Índio (1ª DR/MAO/Funai). Ofício nº 29. 27 de maio de 1980. Arquivo Nacional.

multinacionais, que estão derrubando a mata, expulsando o homem da terra”.¹¹⁴⁷ O texto foi direto ao tratar do processo de contrarreforma fundiária promovida pelo governo federal; ao privilegiar grandes empreendimentos agropecuários, o governo concentrou a posse da terra em detrimento dos pequenos produtores rurais, povos tradicionais e os povos indígenas. A peça foi, inclusive, enquadrada na Lei de Segurança Nacional. As críticas à política fundiária proposta pelo Estado brasileiro não agradaram aos censores.

A denúncia das contradições da política indigenista executada pelo governo e da implantação dos empreendimentos agropecuários não escapou ao crivo dos agentes do governo militar: “Elementos ligados ao CIMI prepararam a peça intitulada “A Grilagem do Cabeça”, mas a censura não deixou que a mesma fosse encenada no Teatro Amazonas. LSN – Art. 42”.¹¹⁴⁸ O delegado regional da Funai analisou o conteúdo e destacou os conflitos pela posse da terra na região, especialmente no território dos Apurinã: “A peça é uma crítica sarcástica, falando sobre terra; Fala da invasão da fazenda do Cabeça Branca; Fala do Apoena Meirelles. Percebe-se o veneno nas entrelinhas”.¹¹⁴⁹

4.2 – O PE. EGYDIO SCHWADE SOB A MIRA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA

A pasta Egydio Schwade, organizada pela Fundação Nacional do Índio, conta com documentos de diferentes Ministérios, do Serviço Nacional de Informações, das Delegacias Regionais da Funai, dos Centros de Informações de cada uma das Forças Armadas (CIE, CISA e CENIMAR), do Departamento de Polícia Federal e outras instituições públicas. Dada a riqueza da documentação, se pode compreender a dinâmica da política indigenista oficial, bem como se deu a fricção entre a Funai e o Ministério do Interior com o missionário; também como o Padre Egydio Schwade (e outras lideranças) tiveram suas agências investigadas, sistematizadas e arquivadas.

Em uma Informação da Fundação Nacional do Índio, de 13 de novembro de 1975, difundida pela Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI) e pelo Centro de Informações do Exército (CIE), intitulada “Problema do Índio” e classificada como Confidencial, pode-se perceber a sistematização de informações sobre

¹¹⁴⁷ BRASIL. 1ª Delegacia Regional da Fundação Nacional do Índio (1ª DR/MAO/Funai). Ofício nº 29. 27 de maio de 1980. Arquivo Nacional. [Grifos originais]

¹¹⁴⁸ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Dossiê Missões Religiosas, Pasta 10. Sem data. Arquivo Nacional.

¹¹⁴⁹ *Idem.*

os missionários. As figuras destacadas do Conselho Indigenista Missionário participaram do *I Encontro da Pastoral Indígena no Mato Grosso*, realizado em agosto de 1974, contam com análise de sua trajetória, dentre elas, Egydio Schwade.

Em relação ao padre Egydio há uma série de menções pelo fato de ocupar o cargo de Secretário Executivo do CIMI e agir de forma determinada. A intransigência na defesa da autodeterminação, melhores condições de vida e do respeito às diferentes etnias, custou-lhe uma série de atritos com os órgãos governamentais a ponto de, inclusive, ter sido formalmente proibido o seu ingresso nas áreas indígenas, além de tentativas de expulsões, retaliações e ameaças de prisão. Além dos Dados Pessoais, um Histórico detalhado das atividades e “Dados de Imprensa”, manifestações publicadas em jornais, encaminhamentos e solicitações de buscas de maiores informações, tem-se aí um breve histórico da atuação política do colaborador desta pesquisa. Subsidiado na documentação sistematizada pela comunidade de informações, pela Fundação Nacional do Índio e por outros órgãos coligados, poder-se-ia indagar acerca da imagem construída pelo governo do padre missionário progressista. Emergem as seguintes problematizações: qual a avaliação dos agentes de segurança e analistas do papel exercido por Egydio no indigenismo? Qual a noção de indigenismo emerge das narrativas destes agentes? Quais os impactos das manifestações públicas do indigenista missionário?

Em relação ao Pe. Egydio Schwade, em um documento do Centro de Informações do Exército com informações obtidas pelo Ministério das Relações Exteriores, aparece a menção da publicação de matérias e entrevistas em jornais estrangeiros.¹¹⁵⁰ Tudo leva a crer que o artigo citado no documento em que o Pe. Egydio supostamente estaria instigando alemães contra o governo brasileiro com informações sobre o genocídio dos povos indígenas é aquele publicado na edição de Natal (dezembro de 1969) do jornal *Sonntagsblatt*, de Wuerzburger, na Alemanha. Em uma carta a José Maria da Gama Malcher, a então assistente do Museu do Índio, Flora Schelinger,

¹¹⁵⁰ Para Mayra do Prado: “O apoio do Itamaraty permitiu que o sistema de informações brasileiro expandisse seu alcance para outros países, especialmente onde a concentração de exilados considerados subversivos era maior, facilitando a rapidez das operações de repressão policial e militar no combate aos grupos de oposição mais articulados. Esse tipo de operação, no entanto, não era realizado exclusivamente pelos serviços de informação do Brasil, mas também contava com a colaboração de agências de países vizinhos, a cujos governos os militares já haviam ascendido”. Mayra do Prado. *A atuação do Centro de Informações do Exterior (CIEEX) do Itamaraty de 1966 a 1986: a reconstrução do conflito ideológico*. São Paulo, 2017. p. 95. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais Santiago Dantas. p. 14

informou ter recebido do padre Venâncio Willeke¹¹⁵¹, do Convento de Santo Antônio, um telefonema em 13 de janeiro de 1970, solicitando alguém para buscar o recorte do jornal e a sua tradução. Nele, Schelinger, a respeito do Pe. Egydio, asseverou: “É o principal responsável por informes mentirosos sobre genocídios dos índios brasileiros”.¹¹⁵² Além disto, na carta relata as providências sugeridas pelo Pe. Willeke: “Apelo a D. Vicente Scherer e ao Provincial Superior dos Jesuítas para que o padre Egidio acabe com isso”.¹¹⁵³ No verso da carta, manuscrita, consta a seguinte mensagem: “Sr. Malcher: Junto vão o recorte e a tradução. Repare bem que o Pe. Schwade está no Colégio Cristo Rei de São Leopoldo, onde foram presos outros padres, em outubro pp¹¹⁵⁴”.¹¹⁵⁵ Vale lembrar que o Colégio Cristo Rei em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, serviu de refúgio a militantes que se dirigiam ao Uruguai e à Argentina foi também o local onde ocorreu a prisão de Frei Betto, em novembro de 1969.

O texto intitulado *Indústria culpada do massacre dos índios*, com cerca de 1 página, discute o massacre dos povos indígenas pela frente de expansão dos projetos agropecuários, os quais teriam usado jagunços e capangas, e foram fomentados pelo governo militar e executados na região amazônica naquele período. Nas palavras do indigenista: “Primeiro chegaram aos Índios os exploradores e depois os missionários para curar as chagas que [os silvícolas] haviam recebido”.¹¹⁵⁶ Em certa medida, o jesuíta considerou que o Estado não estaria diretamente envolvido nos massacres. Ao mesmo tempo, refutaria as acusações de que missionários também seriam responsáveis pela morte de indígenas.

¹¹⁵¹ Venâncio Willeke (1906-1978). De acordo com a Rede Internacional de Estudos Franciscanos no Brasil, nasceu em Lücktringen, Vestfália, Alemanha. Fez o curso primário na terra natal, o ginásio em Vlodrop, na Holanda. Ligando-se à Ordem Franciscana, transferiu-se para o Brasil. Em Salvador, o jovem Willeke cursou Filosofia (1926-1928) e Teologia (1928-1932). Ordenado em 1931, foi vigário de várias paróquias de Pernambuco, Bahia, Pará e Ceará. De 1942 a 1944, dirigiu a editora Mensageiro da Fé, em Salvador, e de 1950 a 1952, redigiu o Mensageiro da Fé. Dirigiu o setor de imprensa da Conferência dos Religiosos do Brasil, com sede no RJ, de 1958 a 1963, promovendo diversos cursos de jornalismo e encontros de editores católicos, para se atualizar no campo da imprensa escrita e falada seguiu vários cursos de jornalismo na Alemanha. Desde 1963, passou a dedicar-se quase exclusivamente à história da Ordem dos Franciscanos no Brasil. Fez parte da Sociedade de Estudos Históricos de São Paulo, do Instituto Hans Staden, do Instituto Internacional de Pesquisas Históricas de Münster (Alemanha), Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. Foi eleito sócio efetivo do IHGB em 15 de dezembro de 1967. Disponível em: <https://riefbr.net.br/pt-br>

¹¹⁵² BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Pasta Egydio Schwade. 1978. Arquivo Nacional.

¹¹⁵³ *Idem*.

¹¹⁵⁴ pp = próximo passado. Expressão bastante comum à época.

¹¹⁵⁵ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Pasta Egydio Schwade. 1978. Arquivo Nacional.

¹¹⁵⁶ *Idem*.

Em outra parte da pasta, aparece um importante exemplo da temperatura da relação entre os missionários e os integrantes da Funai. A partir da viagem de Egydio Schwade como Secretário Executivo do CIMI à região sul do país, foi elaborado um minucioso relatório da situação dos indígenas de diferentes etnias. Entre 12 e 22 de janeiro de 1975, visitou Postos Indígenas (PI), sendo 06 deles no Rio Grande do Sul, 02 em Santa Catarina e 04 no Paraná. Nele, buscou caracterizar as condições dos Guarani, Kaingang, Xokleng e Xetá levando em consideração a sua localização e o grau de integração à sociedade envolvente.

Descreveu as condições de vida, a atuação dos caciques, a relação com as chefias dos Postos Indígenas (PI's) e com a Funai, as contradições da lógica do trabalho para a sobrevivência e a disciplina e exploração do trabalho pela sociedade ocidental, bem como caracterizou as diferentes pressões sofridas pelos povos indígenas, as agressões e a exploração à qual estavam expostos. Outrossim, denunciou a apropriação das áreas indígenas por empresas e por grileiros, presente em diferentes documentos como “esbulho das terras indígenas”. Para Clovis Bighenti o relatório “[...] teve caráter de denúncia, porque revelou uma série de violências praticadas contra os indígenas e indicou os responsáveis pelas atrocidades, dentre eles, servidores do próprio órgão indigenista”.¹¹⁵⁷

Especificamente em relação à Funai, no item V do relatório: “A FUNAI carece de uma política indigenista, não tem uma filosofia de ação – dizia-nos um funcionário do órgão. Dominação política desenvolvimentista do Ministério do Interior (MINTER)”.¹¹⁵⁸ Além das diretrizes da fundação, sublinhou sua relação com demais órgãos governamentais: “Presença e pressão de outras entidades sobre a FUNAI. A burocracia dificulta o trabalho nos postos indígenas”.¹¹⁵⁹ A partir desses tópicos, percebe-se as deficiências da Funai em relação ao atendimento das necessidades das populações indígenas daquela região, a permanência da antiga orientação assimilacionista do SPI através da lógica do crescimento econômico ocidental, com disciplina do trabalho própria e uma orientação pragmática e crematística em relação ao meio natural.

¹¹⁵⁷ Clovis Antonio Brighenti. *Agitadores e subversivos: repressão, perseguição e violações dos direitos indígenas pela ditadura militar*. Perspectiva, Florianópolis, v. 38, n. 1 p. 01-24, jan./mar. 2020, p. 09.

¹¹⁵⁸ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Pasta Egydio Schwade. 1978. Arquivo Nacional.

¹¹⁵⁹ *Idem*.

Ainda em relação ao relatório, outro fato sobressai. A partir da sua entrega e tramitação junto à Funai, no registro da circulação do documento entre diferentes setores e instituições, revela-se, nas entrelinhas, a tensão com os integrantes do CIMI, como foi apurado nas cópias arquivadas na pasta pessoal *Egydio Schwade* desta fundação. A viagem ocorreu em janeiro e, no início de março, o relatório foi entregue. A carta de apresentação redigida por Egydio data de 11 de março de 1975 e o documento foi encaminhando ao presidente da Funai no dia 13, como consta no seguinte bilhete: “Gen. Ismarth, acabo de receber, agora, às 16,30 hs de hoje, o relatório anexo do Pe. Egidio. Olha só que cretino: aguardou o senhor viajar e nem veio aqui entregar, mandou um portador”.¹¹⁶⁰ Ato contínuo, o chefe de gabinete da Fundação Nacional do Índio enviou mensagem ao responsável pela 4ª Delegacia Regional na região sul para apurar e informar sobre as denúncias apresentadas pelo missionário.

Na análise do documento, aparecem elementos externos, são registros dos funcionários da Funai por ocasião do seu encaminhamento. Na parte superior direita da primeira página do bilhete, encontramos a ordem do presidente da Fundação: “Arquive-se, aguardando o resultado das apurações. Em 17.04.75 Ismarth de Araújo Oliveira”.¹¹⁶¹ Já na carta escrita para a apresentação do relatório, temos os seguintes pareceres, do chefe de gabinete José de Aguiar: “De ordem. Arquive-se”.¹¹⁶² No encaminhamento ao diretor do Departamento Geral de Operações, cravou: “[...] sou de parecer que se trata de uma demonstração de exibicionismo, após uma viagem turística”.¹¹⁶³ Também solicitou informações à delegacia regional; sob a lógica da ditadura documentada, demandou: “Acho que o assunto merece arquivamento. Há outro exemplar, para consulta, no arquivo ostensivo”.¹¹⁶⁴ Tanto no bilhete quanto as inserções feitas na cópia da carta de apresentação do relatório ressaltam a fricção em relação aos integrantes do CIMI, resistência e indiferença à argumentação apresentada e a desqualificação do representante do Conselho Indigenista, face ao conteúdo polêmico do relatório e o conjunto de críticas feitas pelos indigenistas ao órgão governamental. Já o presidente da Funai, Ismarth de Araújo Oliveira, deu o seguinte encaminhamento: “Sr Diretor do

¹¹⁶⁰ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Pasta Egydio Schwade. 1978. Arquivo Nacional. Grifo original.

¹¹⁶¹ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Pasta Egydio Schwade. 1978. Arquivo Nacional.

¹¹⁶² *Idem*.

¹¹⁶³ *Ibidem*.

¹¹⁶⁴ *Ibidem*.

DGO 1) – Para fins de apuração. 2) – Informo já haver sido enviada cópia ao delegado da 4ª DR. Em, 17.04.75”.

A frase “[...] se trata de uma demonstração de *exibicionismo*, após uma *viagem turística*”¹¹⁶⁵ evidencia o antagonismo, deslocando a discussão das problemáticas das áreas indígenas apresentadas no documento para o contronto entre as instituições, respectivamente, a governamental e a eclesiástica. Já o pedido de apuração pode ser mais impactante, dadas as diligências da Polícia Federal e possíveis convocações para prestar esclarecimentos. O chefe da Assessoria de Segurança e Informações tratou de minimizar as assertivas do padre Egydio Schwade. A 30 de junho de 1975, na comunicação ao gabinete da presidência da Funai, argumentou: “trata-se de ocorrências que são do conhecimento da administração da FUNAI e, as denúncias formuladas pelo Padre EGÍDIO SCHWADE, carece de fundamento. Por estar os fatos completamente ultrapassados sugiro o arquivamento na Pasta do Padre”.¹¹⁶⁶ O *Boletim do CIMI* registrou o panorama sob diferente ângulo; a manchete *Índios do Sul: à espera de um milagre* é bastante ilustrativa: “[...] foi possível constatar como os grupos indígenas dessa estão sendo espoliados e marginalizados. Vivem em terras ricas que são exploradas não em benefício deles próprios, mas do ‘civilizado’”¹¹⁶⁷

A polêmica e a troca de acusações se projetaram para a imprensa, onde o enfrentamento se torna evidente. Mesmo antes da entrega do relatório, n’*O Estado de São Paulo* saiu uma matéria sobre as condições observadas pelo Padre Egydio Schwade, como se percebe na manchete “Padre denuncia a miséria dos índios”.¹¹⁶⁸ O jornal *O Globo*, lançou uma pequena nota, intitulada “Padre denuncia invasor no PR”.¹¹⁶⁹ Uma nova matéria do Estadão acerca o tema pouco depois, “Índios do sul ficam sem terras”.¹¹⁷⁰ Na imprensa internacional, também houve alguma repercussão. Através do Consulado Geral do Brasil no Porto “ÍNDIOS BRASILEIROS vítima”¹¹⁷¹, chegou às autoridades a publicação do *Jornal de Notícias*. Já em Caracas, Venezuela, o *Religion*

¹¹⁶⁵ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Pasta Egydio Schwade. 1978. Arquivo Nacional. Grifado.

¹¹⁶⁶ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Pasta Egydio Schwade. 1978. Arquivo Nacional.

¹¹⁶⁷ CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Boletim do CIMI. Nº 20. Brasília, abril/março de 1975.

¹¹⁶⁸ Reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, de 07 de março de 1975.

¹¹⁶⁹ Reportagem do jornal *O Globo*, de 07 de março de 1975.

¹¹⁷⁰ Reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, de 28 de maio de 1975.

¹¹⁷¹ Reportagem do *Jornal de Notícias*, de 15 de junho de 1975.

de 09 de março na matéria intitulada “*Miseria de tres mil indios*”¹¹⁷² repercutiu a reportagem d’*O Estado de São Paulo*, ainda antes da entrega do relatório. Todas as matérias foram amplamente documentadas, tendo sido encontradas em relatórios de diferentes repartições.

A título de exemplo, a matéria causou alguma preocupação na Funai, tendo em vista a solicitação de providências por parte da Delegacia Regional. Nela, pode-se perceber detalhes da situação de abandono dos indígenas. O texto tratou da entrega em poucos dias de um relatório elaborado pelo padre Egydio Schwade cujo objetivo foi descrever as condições de diferentes povos indígenas na região sul do país. De acordo com a matéria: “um relatório sobre a situação de “miséria moral e física” em que vivem os aproximadamente três mil índios do Sul do Brasil, sujeitos ‘a vexames por parte dos donos de terras e grileiros’”.¹¹⁷³ O texto ainda reportou as denúncias do padre ao ter constatado pessoalmente casos de espancamento e tortura.¹¹⁷⁴ Como se pode perceber, a denúncia dos crimes ocorridos na região sul e a omissão da Fundação Nacional do Índio ganharam destaque nacional. Por este fato, é possível concluir a cautela por parte do governo com possíveis arranhões à sua imagem. Assim, rapidamente foram solicitadas providências e os integrantes da Funai buscaram apresentar outras versões destes fatos, sem, contudo, conseguir desmentir as denúncias apresentadas pelo padre.

Dada a repercussão na imprensa, o clima entre a Funai e o Conselho Indigenista ficou ainda mais tenso. As denúncias feitas pelos missionários traziam à sociedade uma imagem de um país pouco conhecido. Ao mesmo tempo, os centros urbanos passavam por grandes transformações demográficas, econômicas e culturais e a classe média e alta, leitora dos jornais, se deparava com uma parte do Brasil destoante do movimento de modernização das cidades. Onde o Estado não chegava, além de terra sem lei, a situação de abandono dos pequenos produtores rurais, das populações tradicionais e dos povos indígenas, imperava. Com o avanço das frentes pioneiras, esse país veio à tona, despertando a curiosidade do público. Através da imprensa, via-se a caracterização de uma espécie de *conquista do oeste*, ou ainda, da nossa viagem à lua, na expressão dos militares.

¹¹⁷² Reportagem do jornal *Religion*, de 09 de março de 1975

¹¹⁷³ Reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, de 07 de março de 1975.

¹¹⁷⁴ *Idem*.

No ofício da presidência da Funai, de 26 de maio de 1975, destinado a José Vicente César, presidente do CIMI, ficou evidente a tensão com as figuras do Padre Iasi e do Padre Egydio:

[...] Os jornais têm noticiado realização de encontros e reuniões promovidos por esse Conselho ou por seus membros junto às comunidades indígenas, sem que a FUNAI tenha sequer sido convidada a participar e, muito menos, tomado conhecimento dos resultados encontrados.

Reafirmamos que nossa intenção quando assumimos a direção desta Entidade era, e ainda é, a de congregar todos os interessados na causa comum para juntos somarmos esforços em benefício do índio. E não será demais lembrar que dei prova disso quando procurei V. Sa. autorizando-o, juntamente com os Padres Antônio Iasi Jr. e Egydio Schwade a visitarem qualquer área indígena. Ademais, declarações isoladas de integrantes do Conselho são levadas diretamente à imprensa espalhando e ferindo o princípio da lealdade que já existia em nosso relacionamento¹¹⁷⁵

As denúncias fizeram os diretores dos postos e delegados regionais averiguar a situação e redigir documentos às instâncias superiores. Alguns deles, desmentiam os fatos descritos pelos missionários, outros, indicavam ter fundamento as denúncias. Um detalhe importante é o envio das cópias das matérias de jornais, salientando o desconforto causado no meio militar pela publicização do abandono, situação de penúria e a exploração enfrentadas pelos indígenas. Em mais uma etapa da escalada da tensão entre as duas instituições, a solicitação da utilização das medidas necessárias para o impedimento dos missionários às áreas indígenas e a utilização da Polícia Federal para a sua expulsão, endossa a argumentação da fricção entre a Funai e o Conselho Indigenista. Diferentemente da diplomacia enunciada através da imprensa, nos bastidores, os agentes do Estado passavam à possibilidade de lançar mão de medidas arbitrárias e, inclusive, de força, para cercear a atividade missionária progressista. No original, o nome do padre Iasi Júnior encontra-se sublinhado; contudo, não é possível precisar se foi grifado pelo presidente da Funai, Ismarth de Araújo ou pelo destinatário, o diretor do Departamento Geral de Operações.

Em mais um episódio dos conflitos entre a Funai e o CIMI, em outubro de 1976, a Nota Oficial publicada pelo órgão estatal sobre as críticas de Egydio Schwade veiculadas pelos jornais permite entrever a relação entre as instituições já bastante tensionada. A resposta à solicitação de Egydio Schwade de ingresso a áreas indígenas¹¹⁷⁶

¹¹⁷⁵ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Ofício nº. 236. 26 de maio de 1975. Arquivo Nacional.

¹¹⁷⁶ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Nota Oficial. 21 de outubro de 1976. Arquivo Nacional.

juntamente com o padre Justino, da Arquidiocese de Manaus/AM foi bastante enfática. No canto superior direito, à caneta, aparece a seguinte informação: “As críticas que o CIMI, por intermédio do Pe. Egydio, vem fazendo ao governo e à FUNAI, não permitem que o pedido seja atendido, permanecendo a proibição de ingresso em área indígena. Em 28.10.76, Ismarth Oliveira”.¹¹⁷⁷ Ficou evidente o incômodo do presidente da Funai em função das críticas feitas pelo missionário e as mesmas constituiriam as diretrizes para a sua tomada de decisão pelo impedimento de ingresso na área indígena, em uma evidente retaliação.

Já na referida nota, o presidente da Funai mencionou uma matéria de jornal publicada no dia anterior onde Egydio asseverou ter a Fundação Nacional do Índio sua ação limitada aos interesses dos projetos econômicos fomentados pelo governo. No documento foi sublinhado o impacto das afirmações do padre por meio dos periódicos de circulação nacional: “A atitude do padre Egydio vem demonstrar a impossibilidade de diálogo com o CIMI e o acerto da medida toma da proibindo o ingresso de seus membros em áreas indígenas”.¹¹⁷⁸ Dois dias após a divulgação da nota do órgão indigenista oficial, no *Jornal de Brasília*, a 23 de outubro, a matéria “Funai volta a criticar CIMI e mantém posição” torna público o esgarçamento das relações; o abandono da retórica do diálogo evidencia a chegada ao limite. O tensionamento, já não tinha mais como ser escondido. A partir daí, mesmo aos olhos do grande público, a relação entre as duas instituições indigenistas passou a ser marcada pelas veementes críticas, de ambas as partes:

Depois do rompimento público da Fundação Nacional do Índio, através de uma nota de seu presidente, general Ismarth de Araújo com o Conselho Indigenista Missionário, o presidente da Funai voltou a afirmar que o diálogo é impossível pois “não pode ser unilateral” [...] A reação da Funai contra as frequentes declarações do secretário executivo do Cimi, padre Egydio Schwaden, aconteceu segundo o general Ismarth, devido ao saturamento; “não reagir significava fraqueza”, acrescentou o presidente da Funai. [...] Na noite de ontem, o padre Egydio Schwaden, secretário do Cimi, falando em nome do órgão, disse que aceita sem restrições um debate, em mesa-redonda, com o presidente da Fundação Nacional do Índio, general Ismarth Araújo. O presidente da Funai ao tomar conhecimento da disposição do Cimi afirmou que vai estudar a possibilidade do encontro¹¹⁷⁹

¹¹⁷⁷ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Nota Oficial. 21 de outubro de 1976. Arquivo Nacional.

¹¹⁷⁸ *Idem*.

¹¹⁷⁹ Reportagem do *Jornal de Brasília*, de 23 de outubro de 1976.

Já no ofício emitido pelo Posto Indígena, identifica-se exemplo do sistemático acompanhamento das atividades dos missionários, bem como o controle exercido pelo Ministério do Interior e a Funai nos diferentes rincões do país. A exigência da autorização para ingresso nas áreas indígenas evidenciou as profundas mudanças na relação entre a fundação governamental e o Conselho Indigenista: “Sr. Delegado, Pelo presente comunico a V. As. Que nesta data, 12/04/77, compareceu a este P.I. o Pe. EGYDIO SCHWAD que se fazia acompanhar por outros dois membros do CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO”.¹¹⁸⁰ Nele, o chefe do PI solicita informações sobre o Pe. Egydio. Na parte superior direita do documento, manuscrita, encontramos a seguinte mensagem: “Dna Alice: fineza confirmar nossos arquivos se há referência acerca do *** Padre. 24.4.77”.¹¹⁸¹ Classificado como confidencial, o documento permite desvelar o acompanhamento das atividades dos missionários e a atuação dos órgãos governamentais em sua empreitada de vigilância e controle.

No mesmo sentido, no memorando assinado por Adão Dias Vieira¹¹⁸², então chefe do Posto Indígena Amambai e endereçado ao delegado da 9ª Delegacia Regional da Funai, em 28 de abril de 1977:

Informo V. Sa., que no dia 15 do corrente mês, estiveram de passagem por esta Comunidade Indígena quatro Padres do CIMI acompanhado com o Padre da Cidade de Amambai, foi identificado o nome de Padre Egidio, segundo informação dos mesmos irão visitar todos os Postos Indígenas da tribo Caiuá, e futuramente promover reuniões com a liderança indígena, mesmo com ou sem autorização das autoridades da FUNAI e dar andamento nos seus trabalhos. Informo ainda a permanência dos mesmos neste PI foi de 10 minutos e de imediato solicitei as suas retirada Comunidade¹¹⁸³

A leitura do memorando deixa entrever como as informações a respeito dos missionários circulavam nas instituições governamentais. O alerta às instâncias superiores da presença do Padre Egydio e dos demais missionários indica a efetividade da estrutura de vigilância e repressão. O impedimento de acesso às áreas se tornou medida concreta na estrutura governamental. Contudo, em suas entrevistas, Egydio

¹¹⁸⁰ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Ofício nº 08, do PI Panambi. De 1977. Pasta Egydio Schwade. 1978. Arquivo Nacional.

¹¹⁸¹ *** A palavra está incompreensível pelo corte quando da digitalização do documento.

¹¹⁸² Adão Dias Vieira, nasceu em 24 de dezembro de 1946, na cidade de Rochedo, no Mato Grosso (atualmente, Mato Grosso do Sul). Na Funai, foi, Chefe do Posto Indígena Buriti, em Campo Grande, Chefe do PI Taunay e do PI Amambai, no Mato Grosso do Sul. In: BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal, DR/MT – Posto de Dourados. Ficha de Qualificação Pessoal. Informação Nº 06/DPF/DOU/MT/76. Arquivo Nacional.

¹¹⁸³ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Memorando. Pasta Egydio Schwade. 1978. Arquivo Nacional.

julgou estas proibições com pequeno poder para atrapalhar seu contato com os povos indígenas. Muitas vezes, acessou as áreas, sem sequer comunicar a Funai, se valendo das brechas do sistema, da distância das capitais e o vazio institucional deixado pelo Estado na região. Alfredo Wagner caracterizou este aparente paradoxo; por se tratar de uma área de fronteira, considerada estratégica e, por isto, área de segurança nacional, trata-se de um momento da crescente ação estatal na Amazônia. No entanto, estas ações estavam voltadas, majoritariamente, para os grandes empreendimentos agropecuários e as grandes obras de infraestrutura.¹¹⁸⁴ Como mencionado, se tornou praxe tentar impedir o acesso às áreas indígenas. Os documentos deixam perceber a vontade de poder. Tal fato também pode ser percebido no ofício redigido por Joel de Oliveira¹¹⁸⁵ da 07/9ªDR, classificado como Confidencial, em 04 de maio de 1977:

Encaminhamos para conhecimento dessa digna Superintendencia, fotocópias dos expedientes recebidos das Chefias dos Postos Indígenas Panambi-Município de Dourados, Porto Lindo- Município do Mundo Novo e Amambai, versando acerca da passagem do Padre EGIDIO SHWADE, por aquelas áreas indígenas.

Nesta oportunidade, devemos esclarecer a V. Sa., que de acordo com as informações oriundas do Escalão Superior desta FUNAI, o referido Padre, ainda recentemente, teve concentrada as suas atividades nas áreas indígenas localizadas no Sul do país.

Cumpre-nos ainda informar a V. As, que em obediência à determinação superior, esta Delegacia, através de suas Chefias de Postos, localizadas no Sul deste Estado, proibiu terminantemente o ingresso do referido Padre às áreas indígenas; proibição esta, extensiva também aos Padres José Vicente César e Antonio Iasi Junior [...]¹¹⁸⁶

Os vários exemplos encontrados corroboram a afirmação do sistemático acompanhamento das atividades dos missionários por diferentes instituições governamentais. Os documentos mencionam eventos anteriores, bem como as críticas por eles publicizadas através da imprensa e as proibições de acesso às áreas indígenas. Como já descrito, esses relatórios e comunicados eram utilizados como fundamentação para a tomada de decisões. Quando a tensão entre a Funai e o CIMI aumentou,

¹¹⁸⁴ Alfredo Wagner Berno de Almeida. *Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social – Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1993).

¹¹⁸⁵ Joel de Oliveira (-2021). Terena, nascido na Ilha do Bananal, em Aquidauana/MS, advogado, foi contratado como Assistente Administrativo da Funai em 27 de junho de 1972. Atuou como Delegado Regional da Funai em Campo Grande/MS, a partir de 1977. Em meados da década de 1980 trabalhou como Assistente Administrativo junto à presidência da Funai. Também foi Chefe do Posto Indígena da Bodoquena (1989). Participou como vice-presidente da Associação das Comunidades Indígenas da Reserva Kadiwéu. Em 1995 foi designado Administrador Executivo Regional de Campo Grande, cargo ocupado até 2000; em 1998 disputou uma vaga à Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul.

¹¹⁸⁶ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Ofício do Departamento Geral de Operações (DGO). 04 de maio de 1977. Pasta Egidio Schwade. 1978. Arquivo Nacional.

começaram a aparecer na documentação a solicitação de acompanhamento por parte do Departamento da Polícia Federal das atividades indigenistas missionárias.¹¹⁸⁷ Isto evidencia o uso das instituições do Estado utilizadas para fins políticos, pelo fato de os missionários não praticarem nenhuma ilegalidade para serem investigados à revelia da justiça ou mesmo expulsos *ex officio* das áreas indígenas.

A utilização da Polícia Federal para o cerceamento dos missionários indigenistas pode ser confirmada, entre outros, no radiotelegrama ao diretor do Departamento Geral de Operações (DGO), tratado como Confidencial, também datado de 04 de maio de 1977: “VERIFICOU SE POR AQUELAS AREAS INDIGENAS PRESENCA PADRE EGYDIO SCHWADE PT NESTA OPORTUNIDADE ESTAMOS ENCAMINHANDO VOSSORIA RELATOS CHEFES AQUELES PIS PT OUTROSSIM INFORMO DR HAJ LEVOU FATO CONHECIMENTO DPF”.¹¹⁸⁸ Apesar do conteúdo ser praticamente idêntico aos anteriormente citados, no Ofício nº12/9ªDR/Confidencial, datado de 17 de junho, assinado pelo delegado substituto Joel Oliveira, pode-se visualizar os encaminhamentos da visita de Egydio Schwade aos Postos Indígenas na região sul do país. Além do comunicado à Polícia Federal, verifica-se a utilização de diversos documentos para justificar a arbitrariedade aos missionários. No ofício, constam anexos, reforçando a hipótese de vigilância e controle das atividades missionárias.¹¹⁸⁹ Poucos meses mais tarde, no radiotelegrama da Delegacia Regional da Funai em Manaus, datado de 18 de julho, encontramos as seguintes informações:

NR 1225/1ª/DR DE 18/07/77 – INFO VSA PE EGYDIO SCHWADE DO CIMI NA COLUNA CARTA AO LEITOR DO JORNAL – A CRITICA – DE 17/8/77 FAZ SEVERAS CRITICAS/PRES ISMARTH PELO FATO DO MESMO TER ELOGIADO A ASSISTENCIA DADA AOS INDIOS PELAS MISSOES SALESIANAS PT SEGUNDO MISSIVISTA AS AFIRMACOES DO GEN ISMARTH ASPAS SÃO NO MINIMO AMBIGUA OU PELO MENOS FAZEM PARTE DE TATICAS QUE VISAM ENGANAR OS MISSIONARIOS SALESIANOS DO RIO NEGRO PARA SE INSTALAR NAQUELA MISSAO VG COMO JAH VEM FAZENDO VG HAH ALGUM TEMPO PARA OUTRAS MISSOES FECHASPAS PT SDS – 1ª/DR MANAUS¹¹⁹⁰

Arquivado pela Assessoria de Segurança e Informações (ASI) da Funai de Brasília, na Pasta Pe. Egydio, no dia 19 seguinte, o documento desvela o

¹¹⁸⁷ BRASIL. 1ª Delegacia Regional da Funai (1ª DR/FUNAI). Telegrama DEL 1ª. DR – MAO 03/ASI. 11 de janeiro de 1978. Arquivo Nacional.

¹¹⁸⁸ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Radiotelegrama do Departamento de Polícia Federal (DPF). 04 de maio de 1977. Pasta Egydio Schwade. 1978. Arquivo Nacional.

¹¹⁸⁹ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Ofício nº12. 17 de junho de 1977. Pasta Egydio Schwade. 1978. Arquivo Nacional.

¹¹⁹⁰ BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Radiotelegrama 1ª DR/FUNAI. 18 de julho de 1977. Pasta Egydio Schwade. 1978. Arquivo Nacional.

acompanhamento das manifestações públicas de Egydio Schwade, as quais alarmavam os agentes do Estado e, por isso, eram sistematicamente incluídas em relatórios e dossiês, com os quais os dirigentes do governo militar em geral e da Funai em particular, tomavam decisões. A manifestação do padre Egydio em questão, refere-se ao texto publicado na seção Carta do Leitor, por ele redigida e veiculada pelo jornal da capital amazonense em 17 de agosto daquele ano. Egydio contradiz manifestações do presidente da Funai proferidas à imprensa após a visita às missões religiosas no Rio Negro. O presidente da instituição indigenista governamental apresentou um panorama bastante otimista do indigenismo na região. Ao chocar com alguns fatos, suas ponderações foram criticadas pelo padre:

Estas afirmações do Gal Ismarth são: no mínimo ambigua ou pelo menos fazem parte de táticas que visam enganar os missionários salesianos do rio Negro para se instalar naquela missão, como já vem fazendo, há algum tempo em outras missões [...] O que se estranha, em verdade, é que o Gal Ismarth tenha em sua entrevista, sobre assunto tão importante, ignorado por completo uma referência às lideranças indígenas que são essenciais para a preservação da cultura indígena. Padre Egydio Schwade Secretário do CIMI¹¹⁹¹

Ainda com relação às manifestações dos missionários, no periódico manauara, foi publicada uma entrevista com o padre Egydio Schwade, onde teceu severas críticas às condições de vida dos povos indígenas no Amazonas. No radiotelegrama da 1ª Delegacia Regional da Funai em Manaus, endereçado a Assessoria de Segurança e Informações da Coordenação da Amazônia (ASI/COAMA), em Brasília, de 04 de outubro de 1977:

INFO VSA QUE JORNAL (A NOTICIA) DE HOJE SOB TITULO ASPAS A NEGRA REALIDADE DOS INDIOS DA AMAZONIA FECHASPAS DEDICOU/PAGINA INTEIRA PARA ENTREVISTA PE EGIDIO SCHWADE PT NA SINTESE ENTREVISTA DIZ BIPTS OS INDIOS DA AMAZONIA VIVEM ATUALMENTE UMA REALIDADE BASTANTE NEGRA BIPTS VITIMAS DA GANACIA NCONTROLAVEL DO ELEMENTO CIVILIZADO/PARA ELES SIMPLEMENTE HOMEM BRANCO – AS OUTRORAS FLORESCENTES NACOES INDIGENAS DA REGIAM CAMINHAM PARA O REPECIMENTO ETNOLOGICO PT EH A EXTINCAO QUE CHEGA PARA AS TRIBOS QUE DURANTE SEculos FORAM A ÚNICA FORMA DE CIVILIZACAO HUMANA NA AMAZONIA PT ESQUECIDOS PT ESMAGADOS PELOS HOMENS/BRANCOS VG EH IMINENTE O DESAPARECIMENTO BIOLOGICO ET CULTURAL DESSES POVOS¹¹⁹²

À caneta, logo abaixo do texto, encontra-se como elemento externo a inscrição “Aguarde-se a chegada do jornal 5/10/77” e a assinatura do chefe da divisão. O

¹¹⁹¹ Reportagem do jornal *A Crítica*, de 17 de agosto de 1977.

¹¹⁹² BRASIL. Fundação Nacional do Índio (Funai). Radiotelegrama NR 1512/1ª/DR 1ª DR/FUNAI. 04 de outubro de 1977. Arquivo Nacional.

acompanhamento dos jornais locais e a comunicação aos escalões superiores na capital federal demonstram a vigilância constante sobre os posicionamentos dos missionários. O *clipping* era praxe entre os agentes do Estado denota a atenção despendida sobre a atuação dos indigenistas e a imagem do governo perante a opinião pública.

Em se tratando de ditadura militar outra prática era recorrente. Aos moldes da desqualificação da prática missionária do CIMI pela Funai, a fim de desprestigiar alguma pessoa pública, liderança política ou crítico ao governo de qualquer matiz político-ideológico, era comum os integrantes e adesistas do governo ditatorial tacharem os opositores de “esquerdistas”, “comunistas”, “subversivos”, “agitadores”, “janguistas”, dentre outras denominações, com entonação depreciativa. Havia um acompanhamento das atividades das instituições em geral. As entidades eclesiásticas e as missões religiosas eram efetivamente observadas, dado o seu trabalho no campo moral. Desta maneira, a vigilância ideológica se impunha, ainda mais quando as críticas ao governo em geral e à política indigenista em particular, se dava sistematicamente, sendo amplificadas pela imprensa, causando certo frenesi nas repartições ocupadas por civis alinhados ou militares com perspectivas ideológicas marcadamente conservadoras.

A solicitação de informações de pessoas, dos eventos e das instituições eram práticas recorrentes no dia a dia das repartições públicas. Das fontes emergem um sem fim de solicitações de informações pessoais e institucionais, relatórios detalhados com características de diferentes instituições, dossiês e até mesmo pedidos de investigação pela Polícia Federal. O Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), o Centro de Informações do Exército (CIE), o Comando Militar da Amazônia (CMA) e o Serviço Nacional de Informações (SNI) investigavam minuciosamente as lideranças e as organizações não-governamentais presentes na Amazônia, deixa a descoberto, em parte, o tamanho das preocupações do Estado ditatorial-militar em relação ao norte do país. Além disso, ativavam demais estruturas do Estado para a coleta de informações, como o Departamento de Polícia Federal (DPF), a Agência AM do SNI e a 1ª Delegacia Regional da Funai, em Manaus. Dada a amplitude do sistema de investigação e controle, não causa estranheza a vigilância das viagens de ônibus, de barco e avião de lideranças, o destacamento de observadores para o registro das atividades e encaminhamentos e o levantamento do histórico pessoal de pretendentes a cargos públicos e cargos eletivos.

A partir da documentação percebe-se a incompatibilidade entre as propostas indigenistas do CIMI e da Funai. Estão em dois campos opostos; são diametralmente antagônicas; esta incompatibilidade transbordou a questão indigenista e ganhou ampla perspectiva. A questão ideológica é utilizada pelos militares e seus colaboradores como subterfúgio para escamotear a cobrança por políticas públicas efetivas para as áreas indígenas. As críticas tecidas pelos missionários e indigenistas são compreendidas como oposição ao governo e uma ameaça à soberania por pessoas e instituições supostamente não imbuídas dos mais elevados valores patrióticos. Na verdade, há um deslocamento da agenda governamental para o plano ideológico, inserindo o debate no contexto da Guerra Fria, em uma lógica binária, reducionista, entre patriotismo x subversão e nacionalista x esquerdista, incorreu na execução da política desenvolvimentista e assimilacionista por parte do governo, sem espaço para o debate e à crítica.

Para o governo os missionários e indigenistas integrantes da ala mais progressista do clero – os ditos esquerdistas – defenderiam “quistos de minorias raciais dentro do território nacional”.¹¹⁹³ Ou se era a favor ou contra o governo; sem nuances. A ação missionária foi considerada antidesenvolvimento, anti-revolucionária e antigovernamental, contrária aos interesses nacionais. Segundo os documentos, genericamente, haveria uma conspiração comunista internacional estaria lançando mão da proteção aos indígenas como álibi para fustigar o governo, com a notória intenção de incitar a revolução e tomar o poder. Inclusive, chega-se ao ponto de considerar a balcanização da Amazônia, onde ela seria tornada uma espécie de “Mini-África” face ao respeito à autodeterminação dos povos indígenas e a efetivação da atenção às especificidades das diferentes nações, em contradição com o poder central e a lógica de organização de uma única instituição, a Pátria.

A análise do abundante material trouxe duas breves constatações; a primeira, o estudo de temas relacionados à ditadura militar na Amazônia é urgente e ainda bastante incipiente. Já a segunda se refere à possibilidade de compreensão da dinâmica da ocupação da região durante os anos de chumbo. Através das três operações de inteligência em tela se pode acessar os passos dos agentes nas sombras para cercear e boicotar o trabalho dos missionários ligados ao Conselho Indigenista Missionário e as instituições colaboradoras.

¹¹⁹³ BRASIL. Agência Central do Serviço Nacional de Informações (AC/SNI). Pedido de Buscas Nº 102/16/AC77. 02 de junho de 1977. Arquivo Nacional.

A localização das pastas sobre as operações de informações tornou possível identificar as práticas de interceptação de correspondências, coleta de informações de particulares, infiltração de agentes nas reuniões e eventos, a utilização de documentos falsos, escutas telefônicas e gravadores não autorizados e, também, algo até aquele momento não percebido, a apreensão de documentos em pretensas “operações de rotina”. Na “guerra contra o comunismo”, os agentes das instituições governamentais lançaram mão de expedientes infralegais e parainstitucionais para a consecução dos seus objetivos.

Tal exercício investigativo demonstrou ainda a ciência e/ou participação do alto escalão do governo federal nas atividades clandestinas; tanto os chefes de divisão, mas também ministros e até mesmo o presidente da república. No senso comum sobre a ditadura militar se construiu e se reproduz a narrativa dos crimes e das violações aos direitos humanos serem “apenas” casos isolados cometidos por radicais “da linha dura”, não uma ação institucional e de conhecimento dos superiores. Contudo, a documentação analisada aponta à direção contrária. Novas pesquisas podem contribuir para lançar luz sobre as entranhas da ação estatal na maior floresta tropical do planeta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de construção de memórias e o arquivamento de si e do indigenismo empreendido por Egydio Schwade possibilitou o acesso a informações de relevância histórica para a compreensão do indigenismo, da formação da Amazônia e do Brasil no pós-II Guerra Mundial. Sua trajetória se confunde com a história da renovação do indigenismo no seio da Igreja Católica, com a história da Amazônia contemporânea e, logicamente com a do Brasil. Apesar de uma figura ainda pouco conhecida pelo grande público, trata-se de um protagonista do cenário político na sociedade brasileira ao longo das últimas décadas.

Nos dias atuais, em sua cadeira de balanço, na varanda de sua residência em Presidente Figueiredo, analisa de maneira potente a conjuntura política e as políticas indigenistas no tempo presente, a partir de suas memórias e de suas reflexões sobre o vivido. É tempo de fazer memória, como diz. Em uma conversa ou na frente do computador, escrevendo ou participando de alguma chamada de vídeo em eventos diversos, expressa o seu vigor intelectual pouco abalado pela imperiosa ação do tempo. Ao contrário, a maturidade intelectual foi por ele aperfeiçoada e hoje suas reflexões estão sustentadas pela sabedoria daqueles lutadores sociais entregues às suas causas.

Filósofo, teólogo, missionário, padre jesuíta, indigenista e apicultor; intelectual inquieto fez a opção de vida por estar em meio ao povo, fora das estruturas de concreto e distante das instituições burocráticas. Buscou, com sua ação, contribuir para a mobilização de pessoas e recursos para a assistência e empoderamento daquelas pessoas em condições de vulnerabilidade social. Participou ativamente do processo de renovação da Igreja Católica e do indigenismo, justamente em um momento de destruição das instituições da sociedade civil pelo Estado militarizado ao longo dos anos de chumbo; atuou junto aos povos indígenas, aqueles desprezados pela sociedade envolvente e abandonados pelas missões religiosas diante da expansão dos grandes empreendimentos econômicos na Amazônia.

A partir da documentação coligida para a análise empreendida à sustentação da argumentação apresentada por esta tese, pode-se mencionar algumas inferências. As feições de Egydio Schwade poderiam representar a figura do colonizador, da modernidade e da ocidentalização da Amazônia. Contudo, fez-se confundir com os estudantes, os indígenas, os missionários progressistas, os militantes e ativistas, os ribeirinhos, os caboclos e outros tipos sociais minorizados/invisibilizados.

Possivelmente, as suas lutas pelos direitos humanos e pela dignidade da pessoa humana tenham, inclusive, confrontado com os princípios ocidentais e, mesmo, quando necessário, os próprios valores cristãos. Logo cedo, ainda na infância, percebeu o peso do etnocentrismo. Filho de pequenos agricultores descendentes de alemães sofreu na escola por se comunicar em um idioma distinto do oficial. A língua compartilhada no ambiente familiar era considerada crime no espaço público. Adulto, verificou *in loco* o sofrimento semelhante dos povos indígenas recém chegados das aldeias para dar início ao processo de escolarização no Centro Educacional em Utiariti ou no Lar do Menor em Diamantino, ambas localidades no Mato Grosso.

Ao longo de sua trajetória arquivou um valoroso acervo. A disciplina intelectual trabalhada na passagem por instituições de ensino da Igreja Católica o ajudou na organização da vasta documentação. Tal iniciativa também desvela uma intenção de preservar para a posteridade uma memória sobre o indigenismo nos últimos anos. O arquivamento por ele protagonizado serve de subsídio para inúmeras pesquisas. Por outro lado, também pode ser considerado um guardião da memória, pelo fato de ser frequentemente consultado sobre os eventos da segunda metade do século XX. Suas memórias são subsídios para interpretações sobre a conjuntura do indigenismo progressista no âmbito da Operação Anchieta e do Conselho Indigenista Missionário. Além da memória, individual e coletiva, colabora para a memória institucional da Igreja Católica, da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e do próprio CIMI, sem, contudo, deixar em segundo plano as contradições, as limitações e as fragilidades destas organizações naquele contexto de profundas transformações.

Há, também, uma intenção autobiográfica. Contudo, não pode ser considerada prioritária, tendo em vista os documentos particulares comporem uma seção do arquivo, à parte no conjunto da documentação e apresentada com uma entonação em sua narrativa diferente levando a entender serem esses documentos pessoais secundários, isto é, não tão importantes. Analisados na totalidade do acervo esta é apenas uma pequena parcela no montante do arquivo aos quais Egydio Schwade atribui caráter público e empreende esforços para preservar a documentação coletada ao longo mais de meio século de trabalho no campo do indigenismo. A relevância do material por ele custodiado pode ser em parte observada pelo fato da Casa da Cultura do Urubuí ter se tornado uma referência, tanto nacional, quanto internacionalmente. Inúmeros pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento por lá passam; da mesma maneira,

consultores, diligências do ministério público, ou representantes de instituições governamentais ou não no campo dos direitos humanos.

A memória pública construída pelo indigenista focaliza as articulações e na mobilização estabelecidas pela Operação Anchieta e pelo Conselho Indigenista Missionário. Sua narrativa tem como eixo a realização de cursos e das reuniões do Secretariado Nacional de Atividade Missionária, da Pastoral Indigenista, da Operação Anchieta, do CIMI e da organização das assembleias dos chefes indígenas. Por ter participado de inúmeros eventos, proferido palestras, concedido entrevistas, construído textos de memórias sobre aqueles tempos engendrou uma narrativa bem estruturada para abarcar os diferentes momentos históricos da organização do movimento indígena e do movimento indigenista. Cumpre destacar, a sua privilegiada memória facilita esta tarefa. A análise das diferentes entrevistas permite identificar alguns pontos fixos em sua narrativa e sustentar tal argumentação. Há uma evidente retroalimentação; os documentos arquivados constituem-se suportes de memória. O estabelecimento de um paralelo entre a documentação por ele arquivada, os textos escritos e publicizados no blog da Casa da Cultura do Urubuí e passagens das entrevistas sugerem a importância do arquivo privado para subsidiar as memórias de sua agência nos anos de chumbo.

Em sua ação política buscou mobilizar as pessoas e as instituições na luta pela garantia à posse da terra, à preservação ambiental, ao trabalho digno e o acesso aos recursos básicos e fundamentais para uma vida digna. Descendentes de alemães enfrentou o etnocentrismo, o eurocentrismo e o determinismo cultural. Teólogo em formação, enfrentou os valores conservadores da neocristandade. Padre, enfrentou os dogmas da Igreja sobre o voto de obediência e castidade; problematizou a indiferença dos superiores em relação aos povos indígenas; quando Secretário-Executivo do Conselho Indigenista Missionário percorreu o país contraponto as lógicas da causa indígena como *perdida*, da incontornável *integração* à comunhão nacional e buscou contribuir para a superação da desarticulação ou *desaparecimento* de diferentes etnias. Também constituiu família ao casar-se com a também indigenista Doroti Müller; por não renunciar à consagração, tornou-se um padre casado.

Em linhas gerais, contrapôs-se à segregação entre os homens e mulheres entre si e entre estes e os seus territórios. Em alguma medida resistiu à modernização operacionalizada pelo processo contemporâneo de *colonização*, *exploração* e *espoliação* da/na Amazônia. Percebeu também a utilização da religiosidade para

legitimar a dominação e a colonização na região. Em diferentes matizes, a *modernização* significava a *ocidentalização* e a cristianização e estes, por sua vez, significavam o abandono dos valores culturais autóctones. Desta maneira, estabeleceu profunda reflexão sobre o sentido da vida; e, também, sobre as vocações. Em outra perspectiva, a expansão da cultura de massa representava a adesão aos valores da sociedade de consumo e à economia de mercado; a naturalização do processo de esbulho da terra dos pequenos produtores rurais, extrativistas, ribeirinhos e povos indígenas e o esgarçamento dos laços comunitários; e, a migração para os emergentes grandes centros urbanos em busca de melhores condições.

Não antagonizou apenas com as forças conservadoras da igreja. Sua agência foi de encontro aos interesses de grandes empreendimentos econômicos na Amazônia. Enfrentou inimigos poderosos muito possivelmente subestimando os inerentes riscos. Denunciou através da imprensa a degradante situação dos povos indígenas em diferentes partes do país, sobretudo na Amazônia. Sofreu represálias como a desaprovação por parte de superiores religiosos, confrontos verbais com o alto escalão da Fundação Nacional do Índio, foi proibido de ingressar às áreas indígenas, foi ameaçado de agressão física e de morte e este sob minuciosa vigilância da comunidade de informações. Sua posição intransigente na defesa dos povos indígenas pode ser considerada um dos fatores importantes na escalada da tensão entre a Fundação Nacional do Índio e o Conselho Indigenista Missionário e a ruptura formal por parte do órgão governamental.

O levantamento da produção acadêmica sobre o indigenismo e o movimento indígena na década de 1970 demonstrou a importância do estudo das relações institucionais entre a Fundação Nacional do Índio e o Conselho Indigenista Missionário. A maioria das pesquisas focaliza diferentes povos indígenas; o movimento indígena; o movimento indigenista católico progressista; as missões religiosas; os sertanistas; as lideranças da Igreja Católica; a trajetória da Operação Anchieta ou do Conselho Indigenista Missionário. No entanto, a partir da documentação institucional de cada um destes grupos. A análise empreendida na documentação custodiada pelo Arquivo Nacional trouxe uma importante contribuição historiográfica, ao demonstrar a da agência do Estado brasileiro durante os anos de chumbo em relação aos seus opositores. Tal análise demonstrou a estrita vigilância, as ações persecutórias e as retaliações ao campo democrático, popular e humanista. Para problematizar e analisar a década de

1970, em diferentes categorias, é fundamental a compreensão da ação do aparato repressivo aqueles tempos arbitrários.

As trajetórias de Egydio e Doroti Muller Schwade, ao longo dos anos 1970, 1980 e 1990, possibilitam outras teses. Alguns trabalhos acadêmicos contemplam este recorte.¹¹⁹⁴ Outros espaços de atuação, outras lutas sociais, mas a mesma determinação. Difundir e garantir os direitos humanos, os laços comunitários e a dignidade da pessoa humana. No crepúsculo da ditadura, com família constituída, fixaram residência em Itacoatiara e, depois, em Presidente Figueiredo, ambos municípios no Amazonas; o casal dedicou-se ao trabalho junto à Prelazia de Itacoatiara, a estudar os Waimiri-Atroari, a assessorar os movimentos populares, sobretudo o de pequenos produtores rurais. Em 1983 participaram da organização do Movimento de Apoio à Resistência Waimiri-Atroari (MAREWA).¹¹⁹⁵ Entre 1985 e 1986 desenvolveram o programa de alfabetização, do qual foram arbitrariamente expulsos, quando começaram a levantar informações sobre o genocídio perpetrado pelo Estado brasileiro¹¹⁹⁶ por ocasião da construção da rodovia BR-174 e da instalação do projeto de mineração naquela região.¹¹⁹⁷ Em 1990 Egydio participou do Tribunal dos Povos, em Paris. Em 1992, fundou a Casa da Cultura do Urubú (CACUI).

Em função do inestimável legado, mais recentemente, recebeu alguns prêmios e honrarias. Em 2015 lhe foi concedido o título *Cidadão do Amazonas* pela Assembleia

¹¹⁹⁴ Cf. Stephen G. Baines. "É a FUNAI que sabe": A frente de Atração Waimiri-Atroari. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq, 1988; Etnologia e indigenismo na Austrália. Série Antropologia, Brasília, DF, n. 115, p. 1-19, 1991; e, *O território dos Waimiri-Atroari e o indigenismo empresarial*. Ciências Sociais Hoje, [s. l.], n. 138, p. 219-243, 1993. Cf. José Aldemir de Oliveira. *Waimiri-Atroari: Invasão e fragmentação do território indígena*. Travessia (São Paulo), São Paulo, v. IX, p. 39-43, 1996. Cf. Eduardo Gomes da Silva Filho. *Projetos desenvolvimentistas na Amazônia e a resistência dos Waimiri-Atroari (1964-2014)*. Dissertação de Mestrado em História. PPGH/UFAM, 2015; *A escrita Waimiri-Atroari, uma etnografia da etnologia indígena: memórias e a construção social da resistência*. Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades, v. 4, n. 1, 2016; e, *Egydio Schwade: um intelectual à serviço dos índios*. Canoa do Tempo, v. 10, n. 1, p. 176-197, 2018. Cf. Adriana Gomes Santos. *Controle e repressão aos Waimiri-Atroari na fronteira Amazonas-Roraima no período da ditadura Brasileira (1964-1985): uma faceta da parceria entre estado e o mundo empresarial (Paranapanema-Sacopã)*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. Cf. Henry Albert Yukio Mähler Nakashima. "Por que kamña matou Kiña?" A Retórica Indigenista Estatal, a FUNAI e os Waimiri-Atroari (1967-1988). Tese (Doutorado em História) Programa de Estudos Pós Graduados em História – PUC-SP, São Paulo, 2022.

¹¹⁹⁵ André Luiz Passos Araújo. *O movimento de apoio à resistência Waimiri-Atroari: ecos de uma ação indigenista católica contra grandes projetos*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

¹¹⁹⁶ Comitê Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas. *A Ditadura Militar e o Genocídio do Povo Waimiri-Atroari*. Relatório do Comitê Estadual de Direito à Memória e à Justiça do Amazonas. Campinas: Curt Nimuendajú, 2014.

¹¹⁹⁷ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório – Volume – II, Textos Temáticos. Brasília: CNV, 2014

Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM);¹¹⁹⁸ em 2021, foi agraciado com o *Título Doutor Honoris causa* pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES),¹¹⁹⁹ no estado de Minas Gerais.¹²⁰⁰ Em 2024 foi agraciado com o prêmio *Mestres e mestras dos saberes e fazeres culturais nas artes*¹²⁰¹ organizado pelo Conselho Estadual de Cultura e a Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do estado do Amazonas, com recursos da Lei Paulo Gustavo;¹²⁰² e, na assembleia ordinária do Conselho Universitário, realizada em 19 de setembro, teve aprovada a concessão do título *Doutor Honoris causa* pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA).¹²⁰³

Estas distinções são, em parte, resultado e reconhecimento da dedicação de Egydio Schwade às questões ecológicas, ao indigenismo e ao fortalecimento do movimento indígena. A sua trajetória, ainda por ser investigada e pormenorizada, ilumina as lutas sociais no campo indígena, indigenista e ambiental do tempo presente; legado este de um vigoroso conhecimento de causa, construído ao longo dos anos de dedicação aos direitos humanos. Esta tese oferece uma contribuição propedêutica, fruto do trabalho de investigação àquela parte cujas fontes permitem acessar, analisar demonstrar e argumentar diante das seis décadas de dedicação, de experiência, de estudo e de análise de um dos mais destacados indigenistas do país, a partir da segunda metade do século XX. Trata-se, portanto, de um protagonista; forjado, contudo, logicamente, em redes colaborativas com importantes missionários, indigenistas, antropólogos, sertanistas e lideranças indígenas. O indigenista Egydio Schwade é um sujeito político, social, marcado pelas vivências nos mutirões de homens, mulheres e instituições dedicadas ao indigenismo que ousaram enfrentar o instituído em suas famílias, nas suas igrejas, nas universidades e a própria ditadura militar para semear – e construir – a esperança de dias melhores.

¹¹⁹⁸ Lei Nº 4137/2015 – Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM). 13 de janeiro de 2015.

¹¹⁹⁹ Resolução Nº 004/2021 – Conselho Universitário da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. 24 de março de 2021.

¹²⁰⁰ Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. *Egydio Schwade, Doutor Honoris Causa: uma vida e muitos legados com os povos indígenas e camponeses do Brasil*. Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade, v. 5, p. 318-331, 2023.

¹²⁰¹ Edital de chamamento público Nº 01/2024. 14 de outubro de 2024.

¹²⁰² Lei Complementar nº 195, de 11 de 08 de julho de 2022. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF.

¹²⁰³ Resolução nº 55/2024. Conselho Universitário da Universidade do Estado do Amazonas (CONSUNIV/UEA). 02 de Outubro de 2024.

FONTES E REFERÊNCIAS

ACERVOS

Arquivo Nacional
Biblioteca Pública do Amazonas
Casa da Cultura do Urubuí
Centro de Referência Virtual Indígena Conselho Indigenista Missionário – CIMI
Regional Norte I
Instituto Socioambiental
Museu do Índio
Plataforma Brasil Nunca Mais
Projeto Memórias Reveladas

FONTE ORAIS

Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 28 de janeiro de 2022.
Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 04 de fevereiro de 2022.
Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 11 de fevereiro de 2022.
Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, 18 de fevereiro de 2022.
Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, 03 de junho de 2022.
Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 22 de junho de 2022.
Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 19 de setembro de 2022.
Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, 05 de dezembro de 2022.
Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 12 de dezembro de 2022.
Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 12 de janeiro de 2023.
Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 14 de janeiro de 2023.
Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 21 de janeiro de 2023.
Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 28 de janeiro de 2023.
Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, 06 de fevereiro de 2023.
Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 05 de abril de 2023.
Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, 01 de junho de 2023.
Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 27 de junho de 2023.

Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 02 de setembro de 2023.
Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, remota, em 27 de setembro de 2023.

Entrevista com Egydio Schwade realizada por Tiago Santos, nas dependências da Casa da Cultura do Urubuí (CACUÍ), em Presidente Figueiredo, em 04 de outubro de 2023.

PERIÓDICOS

A Crítica;
A Notícia;
Boletim do CIMI;
Correio Braziliense;
Folha de São Paulo;
Jornal do Brasil;
Jornal do Commercio;
O Estado de São Paulo;
O Globo;
Porantim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. *Os anos de chumbo: memória da guerrilha*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.); ABREU, Alzira Alves de [et al]. *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ALBERIGO, Giuseppe. *O Concílio Vaticano II (1962-1965)*. História dos Concílios Ecumênicos. São Paulo: Paulus, 1995.

Verena.

ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

_____. Alberti, Verena. *Histórias dentro da história*. In: Pinsky, Carla (Org.) *Fontes históricas*. São Paulo, Contexto, 2005, p.155-202.

_____. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Conflito e mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese (Doutorado em Antropologia Social – Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios na História: avanços e desafios das abordagens interdisciplinares – A contribuição de John Monteiro*. Campinas. PPGH/UNICAMP. História Social, nº25, 2013.

ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ARAÚJO, André Luiz Passos. *O movimento de apoio à resistência Waimiri-Atroari: ecos de uma ação indigenista católica contra grandes projetos*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

ARAÚJO, Maria Paula, *Uma história oral da anistia no Brasil: Memória, testemunho e superação*. In: ARAÚJO, MONTENEGRO & RODEGHERO (Org.), “Marcas da Memória: história oral da anistia no Brasil”. Recife, Editora da UFPE, 2012.

ARENZ, Karl H. George A. B. de Vasconcelos. *Encarnação e Libertação: os ecos do Concílio Vaticano II na Amazônia brasileira*. In: Revista Brasileira de História das Religiões, v. 7, n. 19, 2014.

ARTIÉRES, Philippe. *Arquivar a própria vida*. In: Arquivos pessoais, Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), v. 11, n. 21, p. 9-34. 1998.

ASCENSO, João Gabriel da Silva. *“Como uma revoada de pássaros”*: uma história do movimento indígena na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2021.

AVELAR Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso. *Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. In: AVELLAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (Orgs.). *Grafia de Vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

BAINES, Stephen G. *O território dos Waimiri-Atroari e o indigenismo empresarial*. Ciências Sociais Hoje, [s. l.], n. 138, p. 219-243, 1993.

_____. *Censuras e memórias da pacificação Waimiri-Atroari*, Série Antropologia, Brasília, 1993, vol. 148, UnB.

_____. *Imagens de lideranças indígenas e o Programa Waimiri-Atroari: índios e usinas hidrelétricas na Amazônia*. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2000, V. 43 nº 2.

BANIWA, Gersem Luciano. *Movimentos e políticas indígenas no Brasil*. Tellus, ano 7, n. 12, 2007, p. 128.

_____. *História indígena no Brasil independente: da ameaça do desaparecimento ao protagonismo e cidadania diferenciada*. Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales. Año 25, nº 51. 2022.

BARBOSA, Marialva. *Por uma história social da imprensa brasileira*. Lumina. v. 2, nº 1. 2008.

BARBOSA, Rodrigo Lins. *O Estado e a questão indígena: crimes e corrupção no SPI e na FUNAI (1964-1969)*. Recife, p. 260. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História UFPE, 2016.

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História – Especialidades e Abordagens*, Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. *O Projeto de Pesquisa em História*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

BATISTA, Iane Maria da Silva. *A natureza nos planos de desenvolvimento da Amazônia (1955 -1985)*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. 2016.

BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro. Zahar, 1982.

BEOZZO, José Oscar. *Leis e regimentos das Missões: política indigenista no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

_____. *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II (1959-1965)*. São Paulo – Editora: Paulinas; 2005.

BERTUOL, Eduarda. *Luta Pela Terra e Resistência Indígena no Sudoeste do Paraná: a formação do movimento dos Kaingang da Terra Indígena de Manguaí (1960-1988)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Chapecó/SC, 2022.

BEZERRA, Cleber de Lima. *A imprensa amazonense: dos preparativos do golpe à instituição do AI-5 (1963-1968)*. Dissertação de Mestrado em História. Manaus: PPGH/UFAM, 2010.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. *As assembleias indígenas – O advento do movimento indígena no Brasil*. OPSIS, Catalão, v. 10, n. 1, p. 91-114, jan-jun, 2010.

_____. *Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009)*. Universidade de Brasília, 2010.

_____. *O passado sombreia o presente: o indigenismo autoritário na 8ª Assembleia de Chefes Indígenas de 1977 e suas permanências*. Revista Antropolítica, v. 54, n. 2, Niterói, p. 102-124, 2. quadri., mai./ago., 2022

BIGIO, Elias dos Santos. *Programa(s) de índio(s): falas, contradições, ações institucionais e representações sobre índios no Brasil e na Venezuela (1960-1992)*. Tese de doutorado. Brasília: UnB, 2007.

_____. *A ação indigenista brasileira sob influência militar e da Nova República (1967-1990)*. Revista de Estudos e Pesquisas FUNAI, Brasília, v. 4, n. 2, p. 13-93, dez. 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: Ferreira, Marieta (Org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp.183-191.

BRAND, Luciana Scalabrin. *A trajetória pessoal de Antonio Brand*. Tellus, ano 12, n. 23, jul./dez. Campo Grande/MS. 2012.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos. Volume II, 416 p./ Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014, p. 159.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. *O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a Igreja Católica na Diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Santa Catarina. 2012.

_____. *Agitadores e subversivos: repressão, perseguição e violações dos direitos indígenas pela ditadura militar*. Perspectiva, Florianópolis, v. 38, n. 1 p. 01-24, jan./mar. 2020

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. *Os baluartes da tradição: a antimodernidade católica brasileira no Concílio Vaticano II*. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) – Programa de Pós Graduação em Ciência da Religião. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2009.

_____. *D. Geraldo de Proença Sigaud e as direitas católicas contra as inovações do Concílio Vaticano II*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En ligne], Colloques, mis en ligne le 25 janvier, 2016.

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no processo político brasileiro – O PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa*. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras/ Fapesp. 1992.

CARVALHO, Ieda Marques de. *O CIMI e sua assessoria aos movimentos indígenas*. Tellus, ano 2, n. 2, abr. 2002.

CARVALHO, José P. F. de. *Waimiri-Atroari: a história que ainda não foi contada*. Brasília: 1982.

CASTRO, Paulo Afonso de Souza. *Angelo Cretã e a retomada das terras indígenas no sul do Brasil*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

CEPIK, Marco. *Espionagem e democracia: agilidade e transparência como dilemas na institucionalização de serviços de inteligência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2002.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *Enciclopédia do Integralismo: o dogma do sigma*. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2021.

CIMI. 2000 *Waimiri-Atroari desaparecidos durante a ditadura militar* – 3. Entrevista com Egydio Schwade. 2011, p. 1. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=5552>.

COMITÊ Estadual de Direito à Verdade, à Memória e à Justiça do Amazonas. *A Ditadura Militar e o Genocídio do Povo Waimiri-Atroari*. Relatório do Comitê Estadual de Direito à Memória e à Justiça do Amazonas. Campinas: Curt Nimuendajú, 2014.

CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

CUNHA, Maria Manuela Carneiro da. *Cultura com aspás: e outros ensaios*. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. *Relatório Figueiredo: genocídio brasileiro*. Rio de Janeiro: Lumina Juris, 2018.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa*. Projeto História. São Paulo, nº 35, 2007.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Toldo Chimbanguê: história e luta Kaingang em Santa Catarina*. Xanxerê, SC: Regional Sul do CIMI. 1984.

DAL POZ, João. *De voluntários a indigenistas*. FANZERES, Andreia; BUSATTO, Ivar; DAL POZ, João (Org.). *Novas reflexões indigenistas*. Cuiabá/MT: Operação Amazônia Nativa, 2021.

DAVIS, Shelton H.. *Vítimas do Milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DELGADO, Lucília de A. N. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DOSSE, François. *História do Tempo Presente e Historiografia*. Tempo e Argumento. Florianópolis, v. 4, nº1, p. 05-22, 2012.

DREIFUSS, René Armand. 1964. *A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*. 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 1981.

DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DUSSEL, Enrique. *De Medellín a Puebla – Una década de sangre y esperanza (1968-1979)* – 1ª ed. Buenos Aires: Docencia, 2017.

ECHEVERRY, Antonio José; PÉREZ; David Mauricio Bernal-Argote. *Gerardo Valencia Cano, obispo de los pobres*. Theologica Xaveriana: 361-385, 2017.

EVANGELISTA, Breno Luiz Tommasi. *Violência estatal e resistência indígena na primeira república e na ditadura civil-militar brasileira*. Revista Transversos. Rio de Janeiro, n. 25, ago. 2022.

FANZERES, Andreia; BUSATTO, Ivar; DAL POZ, João (Org.). *Novas reflexões indigenistas*. Cuiabá/MT: Operação Amazônia Nativa, 2021.

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. *Egydio Schwade, Doutor Honoris Causa: uma vida e muitos legados com os povos indígenas e camponeses do Brasil*. Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade, v. 5, p. 318-331, 2023.

FERREIRA, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964* (Livro 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta Moraes. *Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil*. Revista da Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, n.1, p.19-30, 1998.

_____. *História do tempo presente: desafios*. Cultura Vozes, Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, 2000.

FERREIRA, Marieta Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1997

_____. *Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. In Ferreira, Jorge, Neves, Lucilia de Almeida (Org.). *O Brasil republicano. Livro 4: O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *O grande irmão. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *A ditadura documentada*. Acervo. Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 67-78, jul./dez. 2008a.

_____. *História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis - o caso brasileiro*. Varia História, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, 2012.

_____. *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.

_____. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura: regime e movimentos sociais em fins do século XX*. (vol.4) 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1987.

_____. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

_____. *A Segunda Guerra Mundial nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul*. Revista Acadêmica Licencia&acturas, Ivoti, RS, v. 3, n. 2, p. 15–25, 2015.

GOMES, A. de C. *A guardiã da memória*. Acervo, [S. l.], v. 9, n. 1-2, p. 17–30, 2011.

GOMES, Eduardo. *Projetos desenvolvimentistas na Amazônia e a resistência dos waimiri-atroari (1964-2014)*. Dissertação de Mestrado em História. PPGH/UFAM, 2015.

_____. *A escrita Waimiri-Atroari, uma etnografia da etnologia indígena: memórias e a construção social da resistência*. Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades, v. 4, n. 1, 2016

_____. *Egydio Schwade: um intelectual a serviço dos índios*. Canoa do Tempo, 10(1), 176-197, 2018.

GOMES, Paulo César. *Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GOMES, Paulo Cesar; BENÍTEZ TRINIDAD, Carlos. *A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional*. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 14, n. 35, 2022.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo. Edições Vértice, 1990.

HECK, Egon Dionisio. *Os índios e a caserna: políticas indigenistas dos governos militares, 1964-1985*. Universidade Estadual de Campinas, 1996.

HECK, E; LOEBENS, F; CARVALHO, P. *Amazônia indígena: conquistas e desafios*. Estudos Avançados, 19 (53), 2005.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. *A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica: empecilhos e debates*. História Oral, v. 13, nº1, 2010.

KOHLHEPP, Gerd. *Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira*. Amazônia Brasileira. Estudos Avançados. 16 (45). Agosto, 2002.

LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LÉVI-STRAUSS, C. *Raça e História*. In: Antropologia Estrutural II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

LEVY, Giovanni. *Usos da biografia*. In: Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. *Usos e abusos da história oral*. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.167-182.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um Grande Cerco de Paz*. Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA, Gabriel Amato Bruno de Lima. *“Aula prática de Brasil”: ditadura, estudantes universitários e imaginário nacionalista no Projeto Rondon (1967-1985)*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte, 2015.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. *Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; PINTO, Jax Nildo Aragão. *A questão fundiária na Amazônia*. Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, v. 2, n. 54, p. 77-98, 2005.

LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1, p. 111-153.

LUZ, Clodoaldo. *Catolicismo, Ateísmo e Comunismo: uma análise do paradoxo entre D. Geraldo de Proença Sigaud e Eugênio de Proença Sigaud*. Revista Escritas do Tempo – v. 4, n. 11, mai-ago/2022.

MAGALHÃES, Talita Gama de. *O Relatório de Jäder de Figueiredo, memórias, a violação dos direitos indígenas e a ditadura civil-militar no Amazonas (1962-1968)*. 2020. 109 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2020.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MANSAN, Jaime Valim. *Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)*. Porto Alegre, 2009. Dissertação (mestrado). Curso de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. 2009.

MARQUES, Gilberto de Souza. *Amazônia: Riqueza, degradação e saque*. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

MARTINS, Edilson. *Nossos índios: nossos mortos*. 2a Edição, Editora Codecri, 1979

MEDEIROS, Leonilde. *O Regime Empresarial-militar e a Questão Agrária no Brasil*. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. *O Brasil Republicano*. Vol. IV. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2003.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 5ª Ed. São Paulo. Edições Loyola, 2005

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: Como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2013

_____. *O Conselho Indigenista Missionário na trajetória dos Movimentos Indígenas no Brasil (1972-1988)* - Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2020

MELO, Ana de. *O Conselho Indigenista Missionário na trajetória dos Movimentos Indígenas no Brasil (1972-1988)*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (Doutorado em História). Rio de Janeiro, 2020.

_____. *A atuação do Conselho Indigenista Missionário na promoção do protagonismo indígena*. Entropia, Rio de Janeiro. Vol. 4. Nº8. Julho/Dezembro/2020.

MIRANDA, Camila Barbosa Monção. *Ditadura Militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970*. 2018. 258 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende (1970-1973)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008

_____. *O Governo João Goulart – As lutas sociais no Brasil, 1961-1964*, 8ª. edição, Editora UNESP, São Paulo, 2010.

MONTEIRO, John Manuel. *Raízes históricas das organizações indígenas no Brasil: estratégias políticas e culturais das novas lideranças nativas*. Maloca - Revista de Estudos Indígenas. Campinas, SP. v. 5, 2022. [in memoriam]

NAKASHIMA, Henry Albert Yukio Mähler. *“Por que kamña matou Kiña?” A Retórica Indigenista Estatal, a FUNAI e os Waimiri-Atroari (1967-1988)*. Tese (Doutorado em História) Programa de Estudos Pós Graduados em História – PUC-SP, São Paulo, 2022.

OLIVEIRA, A. U. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*, Campinas, Papirus, 1987.

_____. *Integrar para não entregar*. Políticas públicas na Amazônia, Campinas, Papirus, 1988.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. *As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

OLIVEIRA, José Aldemir de. *Waimiri-Atroari: Invasão e fragmentação do território indígena*. Travessia (São Paulo), São Paulo, v. IX, p. 39-43, 1996.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *A crise do indigenismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

OLIVEIRA Rodrigo Santos de. *Imprensa integralista, imprensa militante (1932-1937)*. 2009. 388 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MOURA, Marlene Castro Ossami de. *As assembleias de líderes indígenas no Brasil (1974-1984)*. In: BRIGHENTI, Clovis A.; HECK, Egon D. (Org.). *O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)*. Foz do Iguaçu: EdUnila, 2021.

PEREIRA, Antônio Machado Lima; PIMENTA, Everton Fernando. (Orgs) *Dimensões do anticomunismo no Brasil: novos estudos e perspectivas de análise*. São Luís: EDUFMA, 2024.

PEREIRA, Joseânia Sousa de Araújo. *A Igreja Católica e a Luta dos Povos Indígenas em Roraima (1975-1996)*. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) - Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2017.

PEREIRA, Marco Antônio Machado Lima; PIMENTA, Everton Fernando. (Orgs) *Dimensões do anticomunismo no Brasil: novos estudos e perspectivas de análise*. São Luís: EDUFMA, 2024.

PEREIRA, Verênilde. Outros escritos. In: FANZERES, Andreia; BUSATTO, Ivar; DAL POZ, João (org.). *Novas reflexões indigenistas*. Cuiabá/MT: Operação Amazônia Nativa, 2021.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n° 3, p. 3-15, 1989.

_____. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n.º 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, A.; JANINE RIBEIRO, T. M. T.; RIBEIRO FENELÓN, R. T. D. *O que faz a história oral diferente*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 14, 2012.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. Trad. Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016. 196 p.

PORTO GONÇALVES, Carlos W. *Os (des)aminhos do meio ambiente*. São Paulo: Ed. Contexto, 2004.

_____. *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Ed. Contexto, 2012.

PRADO, Felipe Sousa. *O processo de militarização das políticas indigenistas na ditadura civil-militar brasileira*. Foz do Iguaçu, 2018. p. 183. Dissertação de Mestrado – Instituto Latino- Americano de Arte, Cultura e História. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos. Foz do Iguaçu, 2018.

PRADO, Mayra do. *A atuação do Centro de Informações do Exterior (CIEEX) do Itamaraty de 1966 a 1986: a reconstrução do conflito ideológico*. São Paulo, Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais Santiago Santos. 2017.

QUADRAT, Samantha. *Ditadura, violência política e direitos humanos na Argentina, Brasil e Chile*. In: AZEVEDO, C e RAMINELLI, R. *História da América*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

_____. *A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)*. Varia Historia, 28(47), 19–41, 2012.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. *Autoritarismo e disputas políticas no Amazonas no contexto do golpe de 1964*. In: Utopia e Repressão: 1968 no Brasil. 1 ed., Salvador: Editora Sagga, 2018.

_____. *O golpe de 1964 no Amazonas e a deposição do governador Plínio Coelho*. Antíteses, Londrina, v. 11, n. 22, p. 542-562, jan-jul. 2019.

_____. *A Casa do Trabalhador do Amazonas: o quartel general dos trabalhadores da terra cabocla (1944-1964)*. In: SPERANZA, Clarice. História do Trabalho: entre debates, caminhos e encruzilhadas. Jundiaí: Paco Editorial, 2019b.

_____. *Papagaio que está trocando as penas não fala*": Autoritarismo e disputas políticas no Amazonas no contexto do Golpe de 1964. História – UNISINOS. v. 23, n. 1 (2019c): Janeiro/Abril.

_____. *"Amazônia em Armas"*: luta e resistência contra a ditadura militar no Amazonas. Revista Labirinto. v. 31, 2020.

QUEIROZ, Thiago Rocha. *O Humoral: humor e abertura social nas charges de Miranda (1972-1974)*. 2013. 165f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

REBOLLAR, Maria Dolores Campos. *O indigenismo alternativo dos anos 1970-2000: processos formativos na Operação Amazônia Nativa (OPAN)*. Cuiabá: EdUFMT, 2016.

RIBEIRO, Darcy. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura - Serviço de Informação Agrícola (SIA), 1962.

_____. *Os índios e a civilização*. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

RODEGHERO, Carla Simone. *A anistia entre a memória e o esquecimento*. História Unisinos. 13(2), 131-139, 2009.

RODRIGUES DE OLIVEIRA, S. S. *Uma história social da memória da ditadura: o lugar da História Oral na investigação do regime militar*. História Oral, 22(2), 287–290, 2020.

ROLLEMBERG, Denise (Universidade Federal Fluminense, Brasil). (2007). *Entre raízes e radares, o exílio brasileiro (1964-1979)*. XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán.

RUFINO, Marcos Pereira. *Ide, portanto, mas em silêncio: faces de um indigenismo missionário católico heterodoxo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) PPGAS, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. *Protagonismo, direitos e política indigenista no Brasil contemporâneo*. In A.R. Machado; V. Macedo. (Org.), Povos indígenas entre olhares. São Paulo, Edições Sesc e Editora da Unifesp, 2022.

_____. *O código da cultura: o Cimi no debate da inculturação*. In: Paula Montero. (Org.). Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Editora Globo, 2006.

SACRAMENTO, Elias Diniz. *Processos de resistência na Amazônia nos tempos da Ditadura Civil-Militar: entre a memória e a história* Revista Moara – Estudos Literários. Edição 44 – Jul - Dez 2015.

SANTHIAGO, Ricardo. *De volta ao para uso futuro??* História oral, pandemia e a documentação urgente do presente. HISTÓRIA UNISINOS, v. 27, p. 636-648, 2023.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de (Org.). *Depois da utopia: A história oral em seu tempo*. São Paulo: Letra e Voz/Fapesp, 2013.

SANTOS, Adriana Gomes. *Controle e repressão aos Waimiri-Atroari na fronteira Amazonas-Roraima no período da ditadura Brasileira (1964-1985): uma faceta da parceria entre estado e o mundo empresarial (Paranapanema-Sacopã)*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

SANTOS, Adriana Gomes; FERNANDES NETO, Antonio. *Genocídio indígena e perseguição à igreja católica em Roraima: a ação e a omissão do Estado brasileiro diante das graves violações aos direitos humanos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2006.

SCHMIDT, Benito. *Construindo biografias...* Historiadores e Jornalistas: aproximações e afastamentos. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.10, n.19, p.3-21. 1997.

_____. *Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica*. *História Unisinos*, São Leopoldo, n. 10, v. 8, jul./dez. 2004, p. 140.

_____. *História e Biografia*. In: *Novos domínios da história*. (Org.) Ciro Flamarion Cardoso & Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

_____. *Escrever biografias no Brasil hoje: entre inovações e modelos tradicionais*. In: DUTRA, Eliana. (Org.). *O Brasil em dois Tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. *Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética*. *História (São Paulo)* v.33, n.1, p. 124-144, jan./jun. 2014.

_____. *Trajetórias e vivências: as biografias na historiografia do movimento operário brasileiro*. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, fev. 1998.

SCHWADE, Egydio. *Carta aos companheiros e companheiras da OPAN*. In: FANZERES, Andreia; BUSATTO, Ivar; DAL POZ, João (Org.). *Novas reflexões indigenistas*. Cuiabá/MT: Operação Amazônia Nativa, 2021.

_____. Egydio. *Nas assembleias, os povos indígenas se afirmam: narrativas e testemunho de Egydio Schwade*. In.: BRIGHENTI, C. A.; HECK, E. D. (Org.). *O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. 266 p.

SCHWADE, Tiago Maiká. *O indigenista e o indigenismo*. Vidas que falam. José Ricardo Wendling e Cristiane Silveira (Org.). Manaus: Valer, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “*Questões de Fronteira*. Sobre uma antropologia da história”. São Paulo. *Novos Estudos*, Cebrap, nº72, julho de 2005.

SENRA, Alvaro de Oliveira. *CNBB, democracia e participação popular (1977-1989)*. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 24, n. 46, p. 97-120, dez. 2017.

SERBIN, Kenneth. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

SILVA, Felipe Henrique Porfirio. “*Por dentro e por fora do Estado*”: estratégias e desafios no processo político de constituição do Movimento Indígena no Brasil contemporâneo. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (DAN/UnB), 2017.

SILVA, Júlio Cláudio. *Relações raciais, gênero e memória: a trajetória de Ruth de Souza entre o Teatro Experimental do Negro e o Karamu House (1945-1952)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

_____. *Uma estrela negra no teatro brasileiro: relações raciais e de gênero nas memórias de Ruth de Souza (1945-1952)*. Manaus: Editora UEA, 2017.

- _____. *Entre Mira, Serafina, Rosa e Tia Neguita: a trajetória e o protagonismo de Léa Garcia*. Manaus: Editora UEA, 2023.
- SILVA, MP. *O bispo de Juazeiro e a ditadura militar*. In: ZACHARIADHES, GC., org. IVO, AS., et al. *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, vol. 1.
- SIMÕES, Maria Cecília dos Santos Ribeiro. *Identidade e militância no CIMI: um estudo sobre a identidade dos missionários do CIMI-Leste*. Juiz de Fora, 2010. p. 234. Tese de Doutorado em Ciência da Religião. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.
- SOUZA, César Martins; SOUZA, Maria Cândida. *Entre esperanças e desafios: os nordestinos na colonização da Transamazônica na década de 1970*. Cadernos do CEOM, Chapecó (SC), v. 34, n. 55, p. 99-112, Dez/2021.
- SUESS, Paulo. *A causa indígena na caminhada e a proposta do CIMI: 1972-1989*, 1989.
- TAVARES, Ana Helena. *Um bispo contra todas as cercas: A vida e as causas de Pedro Casaldáliga*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.
- TEDESCO, João Carlos. *O “conflito de Nonoai”: um marco na história das lutas pela terra no Rio Grande do Sul - 1978-1982*. SÆCULUM - REVISTA DE HISTÓRIA, João Pessoa, Vol. 26, jan./jun. 2012.
- _____. *A presença indígena no centro-norte do Rio Grande do Sul e a reconfiguração da terra nos séculos XIX e XX: um esboço para compreender aspectos dos atuais conflitos*. In: SCHMITT, Â. M., WINTER, M. D., eds. *Fronteiras na História: atores sociais e historicidade na formação do Brasil Meridional (séculos XVIII – XX)*. Chapecó: Editora UFFS, 2021.
- TEDESCO, J.C., SEMINOTTI, J.J., ROCHA, H.J. *Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas*. Chapecó: Editora UFFS, 2018
- TEIXEIRA, Maria do Carmo Sena. *Igreja Católica e ação indigenista na Amazônia contemporânea: o CIMI (1972-2000)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2008
- THIESEN, Icléia e FROTA, Maria Guiomar da Cunha. *Os arquivos do Sistema Nacional de Informação e Contra-Informação (SISNI) e o papel dos manuais na recuperação de informações sensíveis*. Inf. & Soc.:Est., João Pessoa, v.30, n.4, p. 1-18, out./dez. 2020.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- _____. *História oral e contemporaneidade*. História Oral, [S. l.], v. 5, 2009.
- TOMAL, Vinicius Ricardo. *Indigenismo na América-Latina: as lutas étnicas e a construção de um novo ideário político-estatal plurinacional*, 2018.
- TRINIDAD, Carlos Benítez. *Un espejo en medio a un teatro de símbolos: el índio imaginado por el poder y la sociedad brasileña durante la ditadura civil-militar (1964-1985)*. Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Salvador, 2017
- _____. *A questão indígena Sob a Ditadura Militar: Do Imaginar Ao Dominar*. Anuário Antropológico 43, 2018.
- _____. *La conquista sin fin. Tradición militar e indigenismo en el siglo XX brasileño*. Acervo, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1-17, maio/ago. 2021.
- VALENTE, Rubens. *Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VANIN, Alex Antônio; SILVA, Gean Zimmermann; TEDESCO, João Carlos. *A disputa pela terra entre indígenas e agricultores no norte do Rio Grande do Sul: síntese de alguns elementos históricos*. In: TEDESCO, João Carlos; SEMINOTTI, Jonas José; ROCHA, Humberto José. Ed. *Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas* [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

VIEIRA, Jaci Guilherme. *Roraima: uma historiografia em construção*. Esboços. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. V. 12 n. 14. 2005.

_____. *Ditadura militar, povos indígenas e a igreja católica na Amazônia: a Congregação da Consolata e o novo projeto de missão entre os índios da Roraima (1969-1999)*. Editora Valer, 2019.

YUTAKA, Kokubun. *The University Problem*. Stuart J. Dowsey (Org.). *Zengakuren: Japan's Revolutionary Students*. Ishi Press, Berkeley, California, 2012.